

**Jerónimo
Martins**



Relatório & Contas

2024

Versão não conforme com ESEF

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

Este documento constitui uma versão em formato PDF do Relatório Anual 2024 de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. Esta versão não se apresenta no formato previsto na norma técnica de regulamentação (RTS) do ESEF (Regulamento Delegado (UE) 2019/815). A versão oficial e auditada do relatório ESEF está disponível no nosso website em www.jeronimomartins.com.

Em caso de discrepâncias entre esta versão e o relatório oficial do ESEF, prevalece o último.

Mensagem do Presidente	4
O Grupo Jerónimo Martins	9
1. Perfil e Estrutura	10
2. Posicionamento Estratégico	17
Relatório de Gestão - Criação de Valor e Crescimento	20
1. Enquadramento de 2024	21
2. Desempenho do Grupo	30
3. Desempenho das Áreas de Negócio	44
4. Perspetivas para os Negócios de Jerónimo Martins	63
5. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	65
6. Política de Distribuição de Dividendos	66
7. Proposta de Aplicação de Resultados	67
8. Notas Reconciliatórias	68
Demonstrações Financeiras	72
Demonstrações Financeiras Consolidadas	73
1. Demonstrações Financeiras Consolidadas	73
2. Declaração do Conselho de Administração	131
3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	132
4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	139
Demonstrações Financeiras Individuais	142
1. Demonstrações Financeiras Individuais	142
2. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	168
Governo da Sociedade	174
Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade	175
Secção A - Estrutura Acionista	175
Secção B - Órgãos Sociais e Comissões	179
Secção C - Organização Interna	212
Secção D - Remunerações	224
Secção E - Transações com Partes Relacionadas	239
Parte II – Avaliação do Governo Societário	242
Declaração de Sustentabilidade	255
1. Destaques de 2024	256
2. Divulgações Gerais	258
3. Informação Ambiental	274
4. Informação Social	347
5. Informações sobre a Governação	422
6. Compromissos de Sustentabilidade	432
7. Frameworks de Reporte	448
Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o Relato de Sustentabilidade	483

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Pedro Soares dos Santos
Presidente e Administrador-Delegado do Grupo Jerónimo Martins

Enquanto Grupo que assume como missão principal fornecer soluções e produtos alimentares seguros, saudáveis e acessíveis a todos, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável, é um orgulho que, em 2024, mesmo perante enormes desafios globais, tenhamos conseguido fazer verdadeiros progressos no nosso objetivo global de criar valor partilhado e com significado para todas as partes interessadas.

Os conflitos em curso, nomeadamente na Ucrânia e no Médio Oriente, e a instabilidade política marcaram o ano e, tanto quanto podemos constatar neste momento, infelizmente continuarão a marcar. Tal como o FMI alertou nas suas Perspetivas da Economia Mundial publicadas em outubro de 2024, devemos “preparar-nos para tempos incertos”.

Na Europa, onde temos mais de 90% da nossa atividade, tanto a Alemanha como a França estão a atravessar crises políticas e económicas. Pelo segundo ano consecutivo, a Alemanha terminou 2024 em recessão e a França cresceu apenas cerca de 1%. Quando as duas maiores potências europeias se debatem com um crescimento baixo ou inexistente, entre outras preocupações relevantes, as perspetivas para a UE não podem ser otimistas.

Neste contexto desafiante, e apesar da concentração de muitas fontes de pressão simultâneas, desde a deflação alimentar à elevada inflação nos custos (nomeadamente custos laborais), Jerónimo Martins conseguiu manter o crescimento e a rentabilidade dos seus negócios.

Ajudadas também pelo efeito cambial positivo, as nossas vendas globais cresceram 9,3% em 2024, atingindo 33,5 mil milhões de euros (4,9%, excluindo o efeito cambial), com um like-for-like (LFL) global de 0,6%.

Estávamos conscientes, e afirmámo-lo publicamente, de que a esperada queda rápida da inflação alimentar, em conjunto com o aumento contínuo dos custos, particularmente dos salários, conduziria a uma intensificação da competição pelos volumes nos mercados em que operamos. Este contexto requeria que as nossas insígnias reforçassem o seu posicionamento de preço e continuassem a investir

nas suas propostas de valor. Esta estratégia deu frutos, uma vez que as nossas insígnias voltaram, uma vez mais, a ter um desempenho superior ao dos respetivos mercados. Refletindo a pressão acrescida sobre as margens, a nossa margem EBITDA consolidada diminuiu 0,4 pontos percentuais, de 7,1% em 2023 para 6,7% em 2024.

O EBITDA do Grupo foi afetado negativamente por um crescimento dos custos operacionais superior ao das vendas, e os nossos resultados líquidos fixaram-se nos 599 milhões de euros, tendo diminuído 20,8% em comparação com o ano anterior, afetados igualmente pela dotação inicial de 40 milhões de euros à Fundação Jerónimo Martins. Numa base comparável, excluindo esta dotação, os resultados líquidos diminuiram 15,5%.

A Polónia registou uma extraordinária recuperação económica em 2024. Os salários aumentaram substancialmente, mas o aumento do rendimento disponível não se traduziu em mais consumo. Pelo contrário, os consumidores mantiveram-se muito cautelosos e sensíveis ao preço, e o sector alimentar polaco diminuiu em volume.

Face a uma competição cada vez mais forte pelos volumes, a Biedronka trabalhou arduamente para gerar vendas e alcançou um impressionante crescimento de 4,1% em złoty em 2024 (9,6% em euros). As vendas like-for-like diminuíram ligeiramente (-0,3%) devido à deflação significativa no seu cabaz. Para aumentar os volumes, a Biedronka implementou uma forte dinâmica promocional e, apesar de investir 0,89 pontos percentuais da sua margem EBITDA, conseguiu assegurar a liderança de preço no mercado polaco, ganhar quota e obter um retorno notável.

A expansão da Companhia continuou a um bom ritmo. Remodelou 280 lojas e inaugurou 186 (161 adições líquidas), e terminou o ano com uma rede de 3.730 lojas. Para além do trabalho árduo para entregarem mais um ano de resultados sólidos e ganhos de quota de mercado, as equipas polacas da Biedronka também se dedicaram ao desenvolvimento da operação da insígnia na Eslováquia, apoiando a nossa equipa eslovaca na criação de um sortido à medida, um pipeline de expansão, uma logística escalável, uma sede e uma organização preparada e empenhada. Após a equipa local ter ultrapassado alguns requisitos administrativos e de licenciamento que atrasaram ligeiramente o plano inicial, a abertura da primeira loja teve lugar a 5 de março de 2025, no mesmo dia em que o centro de distribuição foi oficialmente inaugurado em Voderady.

Em 2024, a Hebe registou uma progressão sólida da margem EBITDA, que aumentou 1,1 pontos percentuais, graças a uma estratégia extremamente eficaz de controlo de custos e ao seu modelo de negócio, sendo o canal online já responsável por 20% das vendas da insígnia. As vendas da Hebe aumentaram 18,1% em złoty (24,3% em euros) e o like-for-like cresceu 8,5%. A Companhia manteve a expansão seletiva da sua presença física na Polónia, com 33 adições líquidas, e também na Chéquia (com a abertura de uma nova loja em 2024, terminando o ano com três lojas em Praga) e na Eslováquia, com uma loja em Bratislava e outra em Prešov.

A economia portuguesa teve um ano pouco animador em 2024. A atividade económica foi mais fraca do que em 2023, apesar da baixa taxa de desemprego, da queda da inflação, das taxas de juro mais baixas e da entrada de fundos europeus. Os consumidores portugueses são os mais pessimistas entre os principais países em que operamos e mantiveram-se muito sensíveis a oportunidades de preços e a promoções.

Tal como a Biedronka, mas em menor escala, também o Pingo Doce registou uma deflação no cabaz, o que foi mais do que compensado por um sólido crescimento dos volumes. As vendas aumentaram 4,5%, ultrapassando pela primeira vez o marco de 5 mil milhões de euros (incluindo combustível), e as vendas like-for-like (excluindo combustível) registaram um aumento de 4%. Estes números demonstram que a experiência acumulada e as vantagens competitivas da Companhia em meal solutions e a implementação do novo conceito de loja são claros impulsionadores do negócio. Em 2024, foram remodeladas 64 lojas e inauguradas 10 (7 aberturas líquidas). Nos últimos dois anos, cerca de 25% da rede Pingo Doce foi convertida para o conceito All About Food, que dedica mais espaço e visibilidade às soluções de pronto-a-comer. A “Comida Fresca” é já a maior rede de restaurantes em Portugal.

O Recheio teve um ano difícil ao ter de gerir uma fraca dinâmica do consumo fora de casa, o que afetou o canal HoReCa, nomeadamente a restauração. As vendas do Recheio cresceram 1,9%, o like-for-like 2,1% e a margem EBITDA diminuiu 0,3 pontos percentuais para 5,1%. No entanto, a Companhia aumentou o

número de clientes em todos os segmentos e a rede Amanhecer terminou o ano com mais de 700 localizações.

Também em Portugal, e no ano em que celebrou o seu 10.º aniversário, o nosso negócio agroalimentar continuou a aumentar a sua capacidade de produção em todas as áreas e a alargar os seus investimentos, abrindo caminho para se tornar um player cada vez mais relevante.

Na Colômbia, o cenário macroeconómico apresentou algumas melhorias em relação aos dois anos anteriores, mas as famílias continuaram a enfrentar graves dificuldades financeiras. Os volumes de retalho alimentar não cresceram durante o ano e verificou-se uma clara tendência de trading-down. Apesar deste contexto muito desafiante, a Ara manteve-se totalmente empenhada em democratizar o acesso a bens alimentares e as vendas cresceram 11,1% em pesos colombianos (17% em euros) e 0,2% numa base like-for-like. A margem EBITDA aumentou 1,5 p.p., o que se traduziu num EBITDA positivo numa base pre-IFRS16.

Estou particularmente feliz por termos conseguido lançar na Colômbia uma iniciativa social significativa, o programa “1 Milhão de Razões”, no âmbito do qual investimos um milhão de euros para apoiar, em conjunto com ONGs e instituições de solidariedade social no terreno, as comunidades mais vulneráveis, especialmente crianças e mães. Estimamos ter chegado a 60.000 pessoas até ao final de 2024 através de vários projetos, nomeadamente o primeiro banco alimentar na região do Pacífico.

O nosso compromisso com a sustentabilidade social está profundamente enraizado no Grupo, como o comprovam as atividades da Fundação Biedronka e também a criação da Fundação Jerónimo Martins. Globalmente, o Grupo destinou mais de 80 milhões de euros a apoiar as comunidades locais (excluindo a dotação inicial da Fundação Jerónimo Martins).

Enquanto empregador, estamos cada vez mais multiculturais. O Grupo conta com 87 nacionalidades diferentes e fomos incluídos no FTSE Diversity & Inclusion Index, que reconhece as 100 empresas do mundo que melhor qualificam como locais de trabalho inclusivos.

No que diz respeito ao nosso desempenho ambiental, gostaria de salientar a aprovação pela Science-Based Targets initiative (SBTi) dos nossos objetivos de curto e longo prazos para atingir a neutralidade de carbono até 2050. No final do ano, tínhamos mais de 2.000 lojas e centros de distribuição com painéis fotovoltaicos. E, pelo quarto ano consecutivo, Jerónimo Martins integra a lista A do CDP Climate, tendo atingido o nível de Liderança nos programas de gestão da água como recurso crítico e de combate à desflorestação.

Destaque para o nosso Quadro de Financiamento Sustentável (Sustainable Finance Framework), implementado no ano passado, que associa o custo dos instrumentos financeiros ao nosso desempenho em termos de sustentabilidade. No final de 2024, cerca de 25% da nossa dívida financeira já tinha sido convertida em instrumentos de financiamento sustentável e Jerónimo Martins passou a integrar mais de 140 índices internacionais de sustentabilidade.

Este relatório anual é o primeiro no qual divulgamos as nossas políticas, práticas e desempenho em matéria de sustentabilidade de acordo com os novos (e exigentes) requisitos de reporte ESG, que vieram substituir a estrutura de reporte de responsabilidade corporativa baseada em cinco pilares, que mantivemos nos últimos 15 anos. À medida que fazemos o nosso melhor para lidar com a carga regulatória e a elevada complexidade associada, espero que a autenticidade do espírito e o sentido de propósito que têm guiado as nossas equipas e Companhias no nosso percurso de sustentabilidade se mantenham vivos.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer a todas as nossas equipas pelo seu valioso contributo para o desempenho do Grupo. O seu compromisso e dedicação foram determinantes para a obtenção dos resultados apresentados neste relatório, razão pela qual o nosso investimento em medidas de reconhecimento cresceu 13%, ultrapassando os 350 milhões de euros.

Quero ainda manifestar o meu profundo apreço pela confiança que os acionistas de Jerónimo Martins, incluindo a família que represento, têm demonstrado nas equipas de gestão sob a minha liderança. Por

último, quero agradecer a todos os que comigo trabalham de perto na Direção Executiva e no Conselho de Administração que agora termina o seu mandato de três anos.

É uma honra servir ao lado de todos vós em prol de um negócio melhor e mais responsável todos os dias.

Pedro Soares dos Santos
Presidente e Administrador-Delegado do Grupo Jerónimo Martins

**Jerónimo
Martins**

I

*O Grupo
Jerónimo Martins*

O Grupo Jerónimo Martins

1. Perfil e Estrutura.....	10
2. Posicionamento Estratégico.....	17

O presente Relatório e Contas do Grupo Jerónimo Martins (Grupo) abrange o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 e inclui as áreas de distribuição e de agroalimentar em Portugal e a área de distribuição na Polónia e na Colômbia, apresentando os resultados das entidades detidas direta e indiretamente por Jerónimo Martins, SGPS, S.A. Durante o ano, o Grupo desenvolveu ainda atividade noutros países, nomeadamente em Marrocos, na área agroalimentar (aquacultura), e no retalho especializado, com a Hebe a expandir as suas operações, a partir da Polónia, para a Chéquia e Eslováquia. Uma vez que se trata de operações em início de atividade, sem dimensão e sem expressão relevante no desempenho do Grupo, as mesmas encontram-se integradas nas respetivas unidades de negócio.

1. Perfil e Estrutura

1.1. Identidade e competências

Carteira de ativos

Jerónimo Martins é um Grupo económico, sediado em Portugal, com mais de 230 anos de experiência no negócio alimentar, indo ao encontro das necessidades diárias de milhões de consumidores através de uma proposta de valor assente em disponibilizar alimentos de qualidade a preços competitivos. A distribuição alimentar é a principal atividade e vale mais de 98% das vendas consolidadas.

O Grupo detém posições de liderança no retalho alimentar na Polónia e em Portugal, e uma presença cada vez mais relevante na Colômbia. Em 2024, alcançou vendas de 33,5 mil milhões de euros e um EBITDA de 2,2 mil milhões de euros. Terminou o ano de 2024 com 139.907 colaboradores e uma capitalização bolsista de 11,6 mil milhões de euros na Euronext Lisbon.



A cadeia de lojas alimentares **Biedronka**, que alia localizações de proximidade e qualidade de sortido aos preços mais competitivos no mercado polaco, é o maior negócio do Grupo, representando c.70% das suas vendas e c.80% do EBITDA. Líder incontestável de vendas no retalho alimentar na Polónia, manteve uma forte dinâmica comercial, garantindo a sua liderança de preço em 2024 e reforçando a sua quota de mercado. Em simultâneo, desenvolveu a sua operação na Eslováquia, que arranca no início de 2025. A Companhia oferece ainda diversas modalidades de venda online, incluindo entregas ultrarrápidas (q-commerce) sob a marca Biek, outras soluções de encomenda e entrega em parceria com *players* de e-commerce, e produtos não-alimentares através do sítio zakupy.biedronka.pl.



Ainda na Polónia, a **Hebe** opera no retalho especializado de produtos de saúde e beleza, gerindo um vasto sortido a preços competitivos e com serviço de aconselhamento nas lojas. Em 2024 a Hebe continuou a apostar na sua abordagem omnicanal, alavancando numa estratégia comercial competitiva e num sortido de qualidade, e com muitos produtos exclusivos. Prossequindo a sua expansão, e por forma a dar suporte à operação online internacional, a Companhia opera também duas lojas físicas na Eslováquia e três na Chéquia.

Em Portugal, o Grupo ocupa também uma posição cimeira na distribuição alimentar. Opera as insígnias **Pingo Doce** e **Recheio** que lideram, respetivamente, os formatos de supermercado e cash & carry no país.



O Pingo Doce opera uma cadeia de supermercados e incorpora uma área com restaurante em grande parte das suas lojas, sendo já a maior rede de restauração do país. Tem duas cozinhas centrais que, além dos restaurantes, abastecem também a operação de *takeaway* das lojas. O Pingo Doce opera ainda as parafarmácias **Bem-Estar** e postos de abastecimento de combustível.



O Recheio opera uma cadeia de lojas de cash & carry e tem vindo a reforçar o seu modelo de negócio com uma operação especializada em food service, através de plataformas dedicadas que

servem essencialmente os clientes HoReCa, com serviço de entrega. O Recheio continua a expandir uma rede de parceiros do retalho tradicional sob a insígnia **Amanhecer**.



Na Colômbia, a **Ara** opera uma cadeia de lojas alimentares de proximidade, com forte implantação nos bairros residenciais e um posicionamento de qualidade ao melhor preço, conjugando competitividade com oportunidades promocionais em categorias-chave para o consumidor colombiano. Ainda na Colômbia, a **Bodega Del Canasto** (BdC) opera um formato de mini cash & carry, sendo um distribuidor para o mercado tradicional (B2B) com uma solução customizada de Marcas Próprias e marcas de indústria.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar

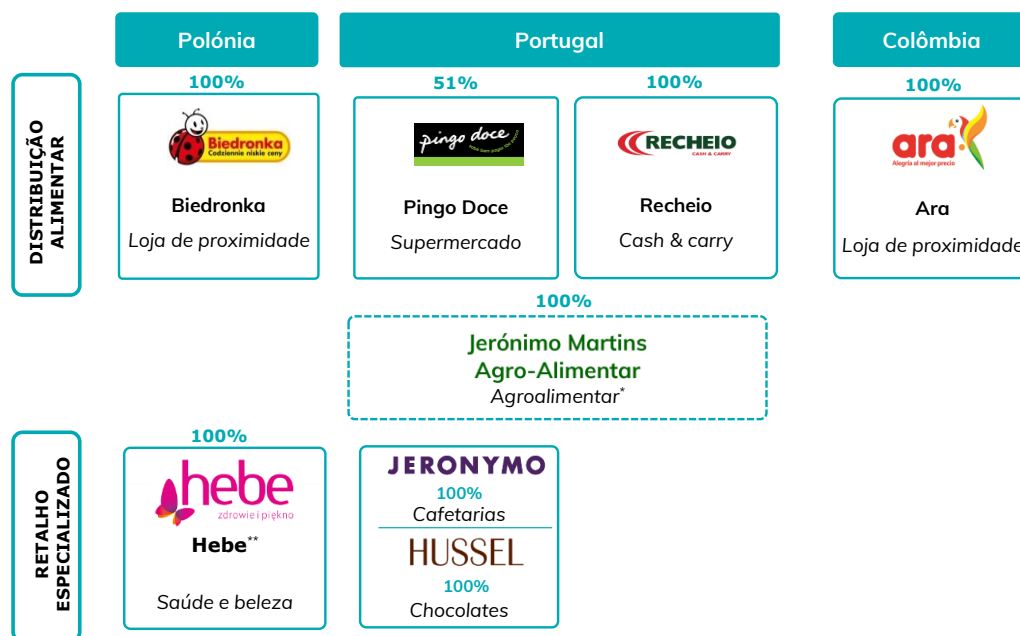
A **Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)** desenvolve atividade, através das suas participadas em Portugal e Marrocos, em quatro áreas de produção agroalimentar: laticínios, agropecuária, aquacultura, e frutas e vegetais. Possui ainda um investimento relevante na empresa Andfjord Salmon na Noruega. Assume como principais objetivos salvaguardar a capacidade de as Companhias do Grupo se abastecerem de alguns produtos estratégicos e criar diferenciação de qualidade.



O Grupo opera ainda duas cadeias especializadas em Portugal: as cafetarias e quiosques de café **Jeronymo**, e as lojas de chocolates e confeitaria **Hussel**.

Mais informações acerca das Companhias do Grupo podem ser consultadas no capítulo 2 deste Relatório e Contas em "Desempenho das áreas de negócio".

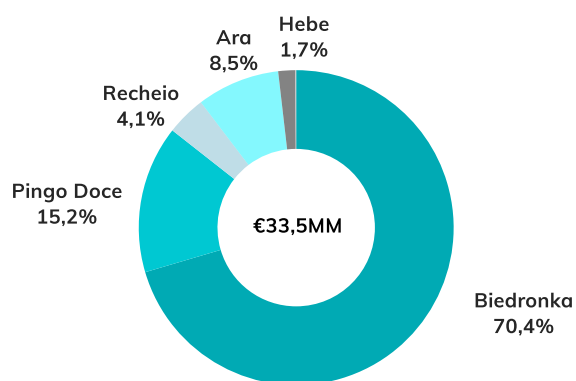
Estrutura de negócios



*Inclui uma operação de aquacultura em Marrocos, ainda sem expressão relevante no Grupo.

**Inclui operações internacionais na Chéquia e na Eslováquia, ainda sem expressão relevante no Grupo.

Vendas por Área de Negócio 2024



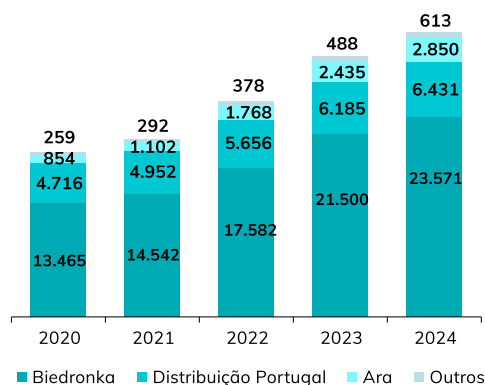
EBITDA por Área de Negócio 2024

€ Milhões	EBITDA	% Total
Biedronka	1.814	81,3%
Pingo Doce	296	13,3%
Recheio	69	3,1%
Ara	96	4,3%
Hebe	59	2,7%
Outros	-103	-4,6%
Grupo JM	2.232	100%

1.2. Indicadores financeiros e operacionais

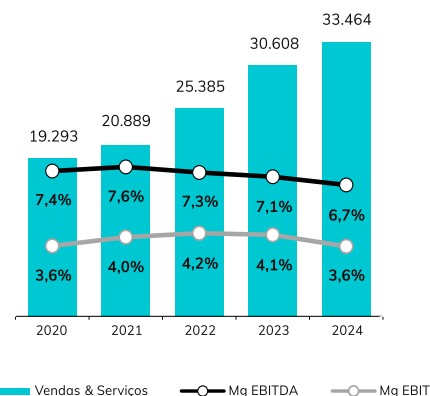
Vendas & Serviços

€ Milhões



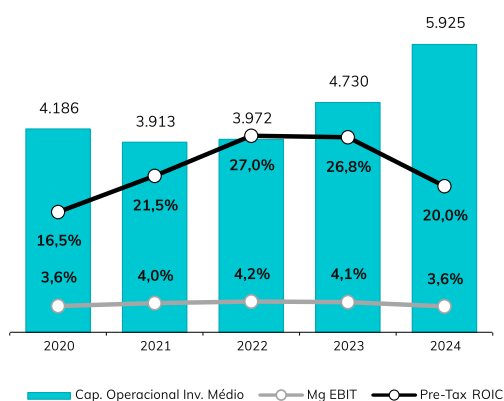
Vendas, Margem EBITDA e Margem EBIT

€ Milhões



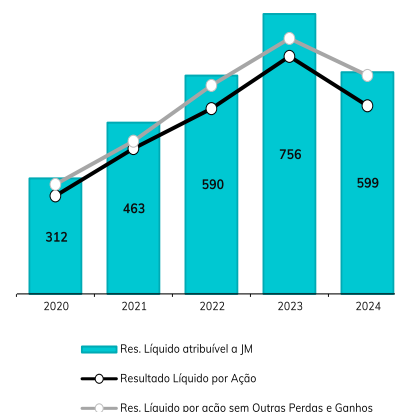
Pre-Tax ROIC

€ Milhões



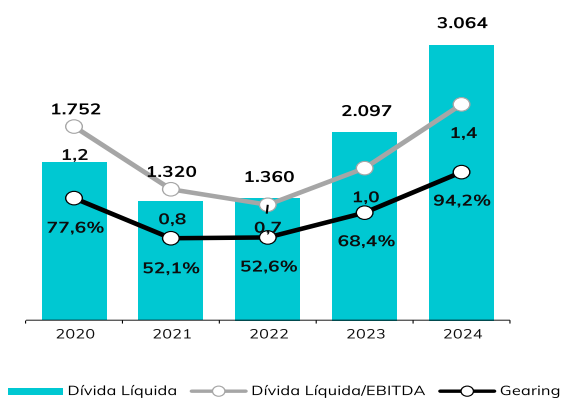
Resultado Líquido e Resultado Líquido por Ação

€ Milhões

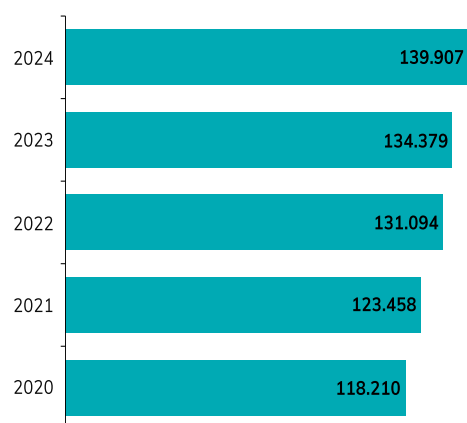


Dívida Líquida

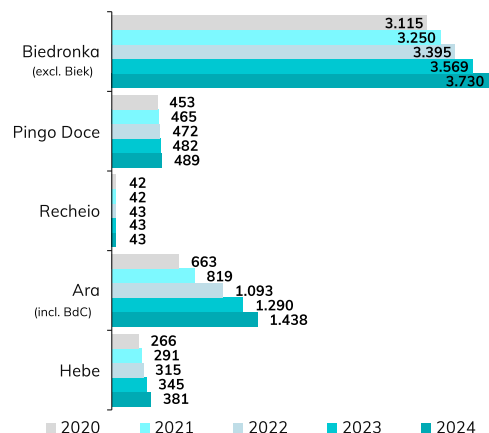
€ Milhões



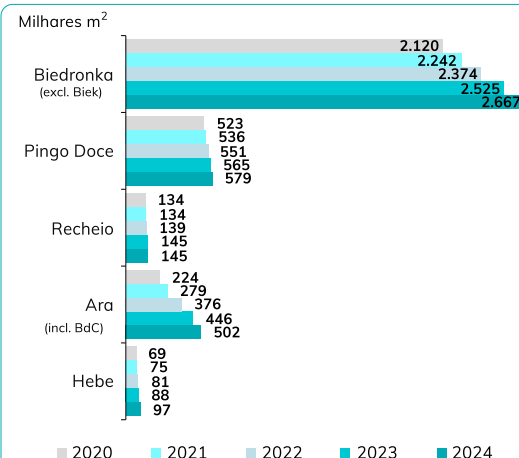
Colaboradores



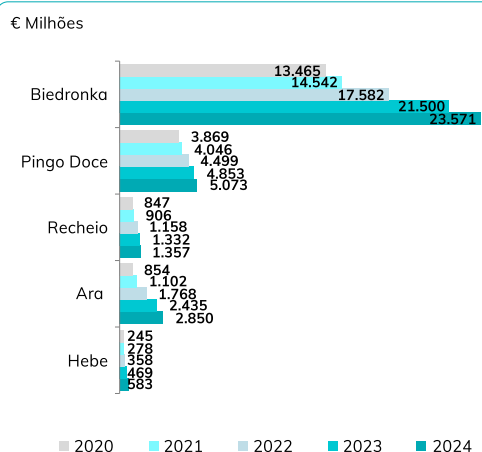
Número de Lojas



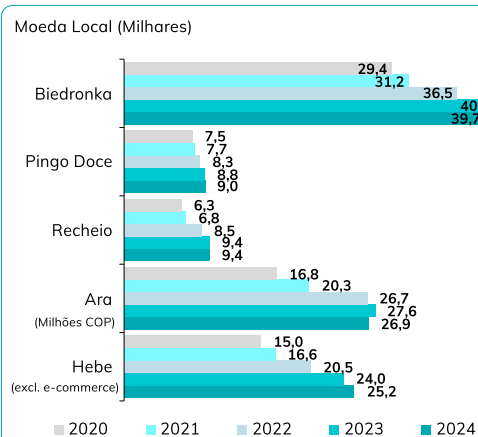
Área de Venda



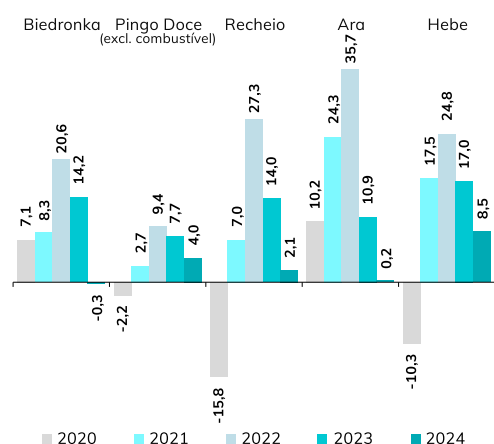
Vendas



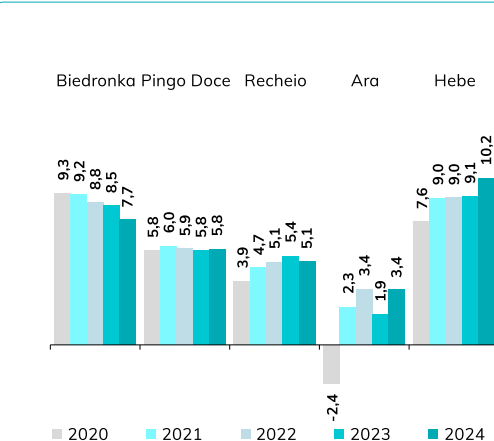
Vendas / m²



Crescimento LFL (%)



Margem EBITDA (%)



1.3. Órgãos sociais

Data de eleição: 21 de abril de 2022

Composição do Conselho de Administração eleito para o triénio 2022-2024



Pedro Soares dos Santos

Nascido em 7 de março de 1960

Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado

- **Presidente do Conselho de Administração desde dezembro de 2013**
- **Administrador-Delegado desde abril de 2010**
- **Membro do Conselho de Administração desde março de 1995**



Andrzej Szlęzak

Nascido em 7 de julho de 1954

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013



António Viana-Baptista

Nascido em 19 de dezembro de 1957

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2010



A. Stefan Kirsten

Nascido em 22 de fevereiro de 1961

Membro do Conselho de Administração de abril de 2010 a fevereiro de 2011

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2015



Clara Christina Streit

Nascida em 18 de dezembro de 1968

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2015

Membro da Comissão de Auditoria desde abril de 2016

Presidente da Comissão de Auditoria desde abril de 2022



Elizabeth Ann Bastoni

Nascida em 24 de julho de 1965

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2019

Membro da Comissão de Auditoria desde abril de 2019



Francisco Seixas da Costa

Nascido em 28 de janeiro de 1948

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013



José Soares dos Santos, indicado pela **Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.** para exercer o cargo em nome próprio, nos termos do artigo 390.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais

Nascido em 6 de abril de 1962

Membro do Conselho de Administração de 1995 a 2001 e de 2004 a 2015

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2019



María Ángela Holguín

Nascida em 13 de novembro de 1963

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2019



Natalia Anna Olynec

Nascida em 25 de julho de 1971

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2022



Sérgio Tavares Rebelo

Nascido em 29 de outubro de 1959

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013

Membro da Comissão de Auditoria desde abril de 2013, foi Presidente deste órgão entre abril de 2016 e abril de 2022

Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.

Av. da Índia 10, 1.º, 1349-066 Lisboa, Portugal

Representado por:

Pedro Miguel Borges Marques (ROC n.º 1801)

Suplente:

Rui Abel Serra Martins (ROC n.º 1119)

Secretário da Sociedade

João Nuno Magalhães

Suplente:

Carlos Martins Ferreira

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Luis Miguel Reis Sobral

Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Nuno de Deus Pinheiro

2. Posicionamento Estratégico

2.1. Missão

Jerónimo Martins atua essencialmente no ramo alimentar, promovendo, através das suas Companhias e das suas marcas próprias, a disponibilização de soluções e produtos seguros, saudáveis e a preços acessíveis ao maior número de pessoas. O respeito por todos os stakeholders e o compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável são parte integrante da sua estratégia de crescimento e criação de valor partilhado, no curto, médio e longo prazos, com vista a contribuir para a prosperidade, a coesão e o bem-estar das comunidades que os seus negócios servem.

Como parte integrante do nosso sentido de cidadania corporativa, assumimos, de forma clara e comprometida, a incorporação de preocupações ambientais e sociais na condução dos nossos negócios. Isto passa pela adoção de políticas e práticas que combatam as alterações climáticas, a desflorestação e a poluição, que promovam a preservação do ambiente, da biodiversidade e dos recursos naturais, a redução da utilização de materiais poluentes, o aumento da reciclagem e da valorização dos resíduos gerados pelas nossas atividades, assim como o respeito e a defesa dos direitos humanos e dos princípios da diversidade e inclusão.

Assumimos a nossa responsabilidade para com o planeta e para com as comunidades onde estamos inseridos. Como especialistas alimentares, estamos empenhados na promoção de bons hábitos de alimentação e em contribuir para sociedades mais saudáveis. Como empregadores de referência, estamos comprometidos a impactar positivamente a vida dos nossos colaboradores que, todos os dias, contribuem para a construção e valorização dos nossos negócios.

Como resultado do trabalho competente que procuramos levar a cabo, da eficiência das nossas operações, da força das nossas marcas e das nossas posições de mercado, remuneramos de forma consistente os nossos investidores.

2.2. Valores

A forma como cumprimos a nossa Missão é moldada por Valores e Comportamentos que são comuns às nossas Companhias nos diferentes países onde operamos e que se traduzem da seguinte forma:

Elevamos a fasquia

Somos incansáveis e não nos acomodamos perante os desafios mais difíceis. O que fazemos vai para além das expectativas e encorajamos os outros a fazerem o mesmo. Vamos mais além e nunca aceitamos o status quo. Acreditamos que há sempre uma forma de fazer melhor e de superar os obstáculos mais exigentes. É por isto que nunca desistimos. Estamos sempre dispostos a tentar e por isso corremos riscos calculados sem comprometer o que tem de ser feito.

Contamos uns com os outros

Juntos somos muito mais fortes. Colaboramos e partilhamos. Acreditamos que o desenvolvimento de cada pessoa deve ser encorajado para que juntos consigamos alcançar metas mais ambiciosas. Trabalhamos arduamente para garantir que todas as vozes são ouvidas e que aprendemos através de diferentes pessoas e perspetivas. Valorizamos e celebramos as nossas conquistas.

Acreditamos em fazer o que é correto

O que fazemos é tão importante como a forma como o fazemos. Responsabilizamo-nos pelas nossas decisões, não mentimos. Regemo-nos pela ética e pela honestidade e tomamos decisões de longo prazo que servem os interesses das nossas pessoas, dos nossos clientes, das nossas comunidades e também dos nossos acionistas. Tratamos com dignidade e respeito quem connosco se cruza para fazer o negócio acontecer.

2.3. Visão estratégica

A visão estratégica do Grupo assenta na promoção do crescimento rentável e sustentável, orientada por três princípios-chave:

- **Liderança:** insígnias e marcas fortes que permitam conquistar e consolidar posições de liderança nos mercados onde operam.
- **Responsabilidade:** avaliação permanente do impacto do negócio no ambiente e na sociedade, e contribuição ativa e relevante para a melhoria de qualidade de vida dos colaboradores, das suas famílias e das comunidades, e para a sustentabilidade como um todo.
- **Independência:** gestão cuidada e responsável do balanço e também das fontes de abastecimento para assegurar a continuidade das operações e a autonomia na tomada de decisões estratégicas.

Neste contexto, as Companhias do Grupo desenvolvem as suas atividades assumindo três áreas de foco transversais aos países onde operamos e que refletem o forte sentido de propósito que guia Jerónimo Martins:

- **Consumidor:** democratizar o acesso a produtos e soluções alimentares de qualidade, garantindo a máxima segurança e poupança a quem escolhe as nossas lojas de proximidade, nas quais os produtos frescos e a marca própria assumem lugar de destaque e um papel estratégico na promoção da saúde pela alimentação.
- **Colaborador:** proporcionar um ambiente de trabalho saudável, uma remuneração justa e adequada, respostas às necessidades e vulnerabilidades, e oportunidades de desenvolvimento na organização, de forma a promover o bem-estar e o sentimento de realização pessoal e profissional.
- **Parceiros de negócio:** estabelecer relações de longo prazo que permitam a criação de valor partilhado e o crescimento e desenvolvimento dos parceiros estratégicos do Grupo, e que assegurem a sustentabilidade da cadeia de abastecimento e a inovação que reforça a atratividade e relevância das nossas propostas de valor.

2.4. Perfil operacional

O posicionamento operacional das Companhias do Grupo reflete uma abordagem focada em valor e qualidade, com uma orientação estratégica de *mass-market*, desenvolvida especificamente para os mercados e comunidades em que estão inseridas.

O Grupo oferece, de forma conveniente e próxima, soluções alimentares adequadas a todos os consumidores, a preços muito competitivos, o que exige operar com a máxima eficiência e com estruturas de custo controladas. Todas as propostas de valor são marcadas por uma clara orientação ao cliente e uma forte diferenciação em três vetores fundamentais: variedade e qualidade de produtos alimentares frescos, marcas próprias de referência e um bom ambiente de loja.

O sucesso dos formatos do Grupo é alavancado na liderança de mercado, o que permite atingir uma dimensão que é fundamental para criar economias de escala, que, por sua vez, permitem aumentar a eficiência logística e operacional. Tal dimensão permite oferecer os melhores preços e potenciar a notoriedade e a confiança, essenciais à construção de relações duradouras com os parceiros de negócio estratégicos e com os consumidores que escolhem as nossas lojas.

**Jerónimo
Martins**



Relatório de Gestão

Relatório de Gestão - Criação de Valor e Crescimento

1. Enquadramento de 2024.....	21
2. Desempenho do Grupo.....	30
3. Desempenho das Áreas de Negócio.....	44
4. Perspetivas para os Negócios de Jerónimo Martins	63
5. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	65
6. Política de Distribuição de Dividendos.....	66
7. Proposta de Aplicação de Resultados	67
8. Notas Reconciliatórias	68

Dando cumprimento ao previsto no Código das Sociedades Comerciais (artigo 66º-B), no que respeita à demonstração da informação não financeira, esta encontra-se incluída no capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade” deste Relatório e Contas.

1. Enquadramento de 2024

Em 2024, a economia mundial demonstrou resiliência, registando um crescimento de 3,2%¹.

A redução da inflação possibilitou um alívio na política monetária das principais economias, o que contribuiu para mitigar o aumento do custo de vida e os efeitos da incerteza gerada pelas tensões geopolíticas. Não obstante, observaram-se diferenças significativas entre os diversos blocos económicos na dinâmica da atividade económica e na recuperação dos rendimentos.

A confiança dos consumidores registou um aumento em várias regiões, embora tenha permanecido abaixo dos níveis médios históricos, especialmente nas economias mais desenvolvidas.

Nos últimos meses do ano, as vendas a retalho registaram crescimentos mais acentuados na maioria das economias, e a rigidez do mercado de trabalho diminuiu gradualmente em muitos países. Apesar do incremento sucessivo do rendimento disponível das famílias, a evolução do consumo privado manteve-se modesta, em parte devido ao aumento das taxas de poupança.

No âmbito geopolítico, o ano ficou marcado pela persistência da guerra na Ucrânia e pela escalada do conflito no Médio Oriente. A campanha eleitoral nos Estados Unidos da América (EUA) e a eleição de Donald Trump como 47.º presidente dos EUA foram acontecimentos-chave no segundo semestre do ano. O presidente eleito anunciou medidas protecionistas, potencialmente abrangendo países com os quais os EUA mantêm relações comerciais, o que gerou incerteza quanto ao crescimento económico e à inflação em 2025.

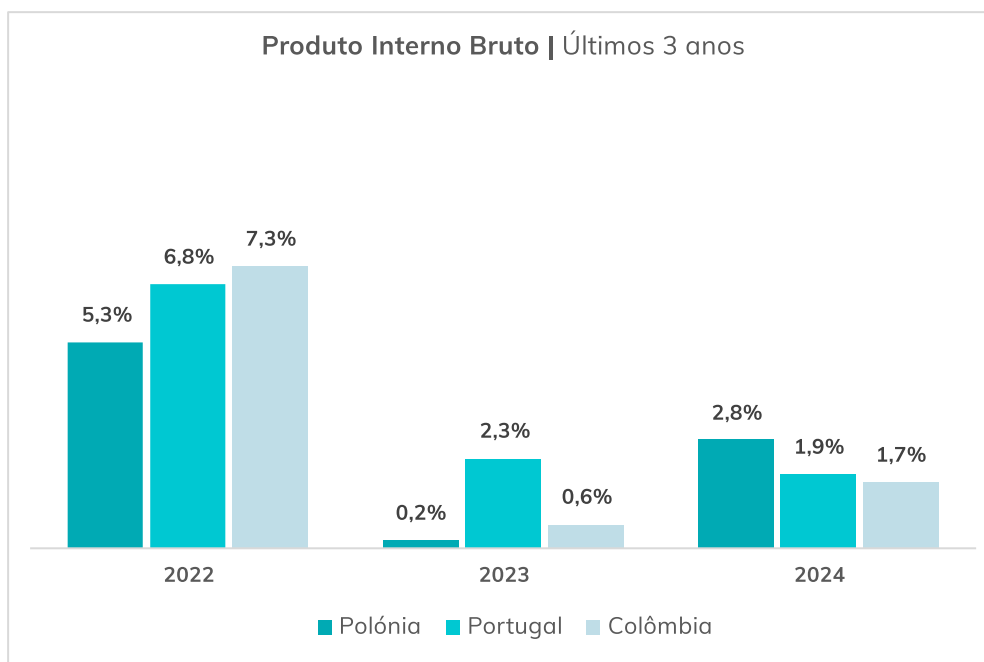
A OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) estima que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acelere para cerca de 3,3% em 2025 e 2026. A inflação deverá continuar a trajetória descendente iniciada no final de 2023 e o crescimento estável do emprego, aliado a uma política monetária global menos restritiva, poderá contribuir para sustentar a procura.

Na Polónia, o ano foi caracterizado por diversos desafios económicos. No primeiro trimestre, os consumidores continuaram a beneficiar da redução do IVA sobre alguns bens essenciais. Nos meses seguintes, o fim desse benefício e o descongelamento das tarifas de energia contribuíram para uma deterioração da confiança dos consumidores.

Em Portugal, a demissão, no final de 2023, do Primeiro-Ministro do Partido Socialista, espoletou eleições legislativas antecipadas em março de 2024, que resultaram na vitória, com maioria relativa, do Partido Social Democrata. O risco de crédito do país melhorou ao longo do ano, refletindo-se numa redução dos custos de financiamento para o Estado, empresas e famílias.

Na Colômbia, o cenário político permaneceu caracterizado por uma acentuada polarização. Com a dificuldade do Presidente em aprovar variadas reformas ao longo do ano e, em particular, com a rejeição, já em dezembro, da sua reforma fiscal e do orçamento da nação, as divergências entre o governo e os partidos da oposição intensificaram-se, a menos de um ano e meio das próximas eleições legislativas e presidenciais.

¹World Economic Outlook Update and Economic Outlook, Volume 2024 Issue 2

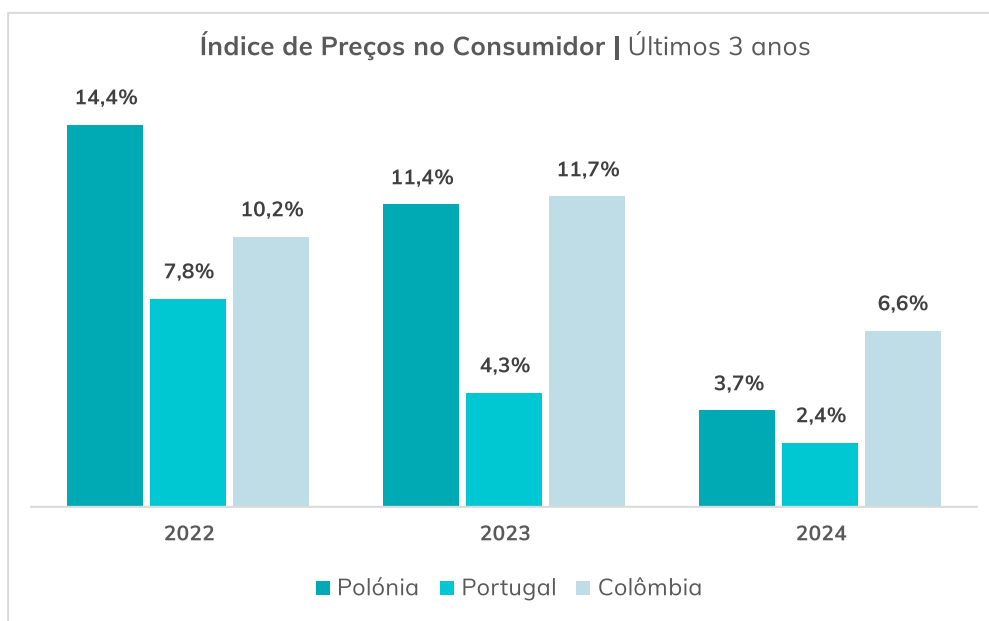


A economia polaca registou uma aceleração em 2024, com o PIB a crescer 2,8%, em comparação com um crescimento de 0,2% em 2023. Tanto o consumo privado como o público aumentaram em 2024, impulsionados pela queda da inflação e pelo crescimento significativo dos salários nominais, em grande parte fomentado pelo aumento do salário mínimo. No entanto, as famílias mantiveram-se cautelosas e reforçaram a taxa de poupança.

Ainda na Polónia, o ritmo de desembolso dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) resultou num crescimento mais lento do investimento, tendo a produção industrial registado um ligeiro aumento em 2024.

A economia portuguesa desacelerou em 2024 e o crescimento do PIB deverá situar-se em 1,9%. Apesar dos avanços na execução do PRR, observou-se uma redução no investimento empresarial e um abrandamento do mercado imobiliário. A procura interna acelerou e as exportações registaram um crescimento robusto. No mercado de trabalho, o emprego aumentou em 2024, em larga medida devido ao crescimento da mão-de-obra estrangeira, com a taxa de desemprego a manter-se baixa. Apesar da desaceleração, a economia portuguesa cresceu acima da média da união europeia (1%).

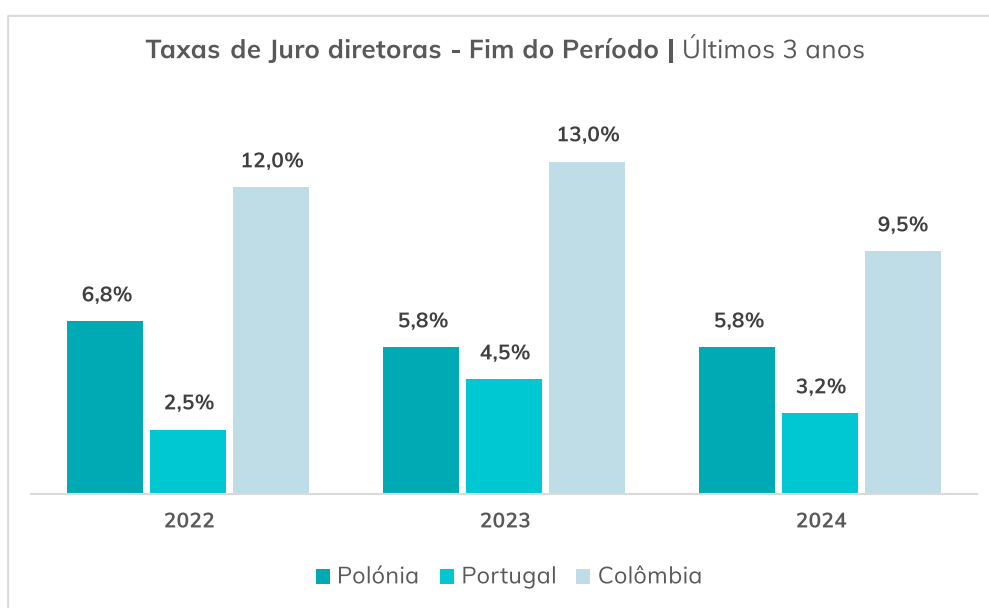
Na Colômbia, a economia cresceu 1,7% em 2024 (0,6% em 2023). O investimento voltou a ganhar algum dinamismo e o mercado de trabalho revelou-se resiliente, o que sustentou o consumo privado e contribuiu para o crescimento económico. As exportações registaram um crescimento superior face a 2023, apesar do impacto da queda dos preços do petróleo.



A inflação na Polónia iniciou o ano de 2024 em queda, atingindo o valor mínimo de 2% em março, enquanto ainda vigoravam os apoios do governo, nomeadamente o IVA a zero nos produtos alimentares essenciais. No entanto, com o fim dessa medida, e com a remoção parcial do limite aos preços da energia, a inflação registou, desde então, uma trajetória de subida, tendo terminado o ano com uma variação de 4,7% em dezembro, face ao período homólogo. A inflação média foi de 3,7% em 2024 (11,4% em 2023).

Em Portugal, a inflação média foi de 2,4% em 2024 (4,3% em 2023), com um comportamento não uniforme ao longo do ano. O valor mínimo verificou-se em agosto (1,9%), tendo depois acelerado e terminado em 3% em dezembro.

Na Colômbia, a inflação foi de 8,3% em janeiro e recuou ao longo do ano, cifrando-se em 5,2% em dezembro. Na média do ano, a inflação foi de 6,6% em 2024 (11,7% em 2023). A inflação subjacente, que exclui os produtos alimentares e energéticos, também recuou, atingindo uma média de 6,6% em 2024, face a 10% em 2023.

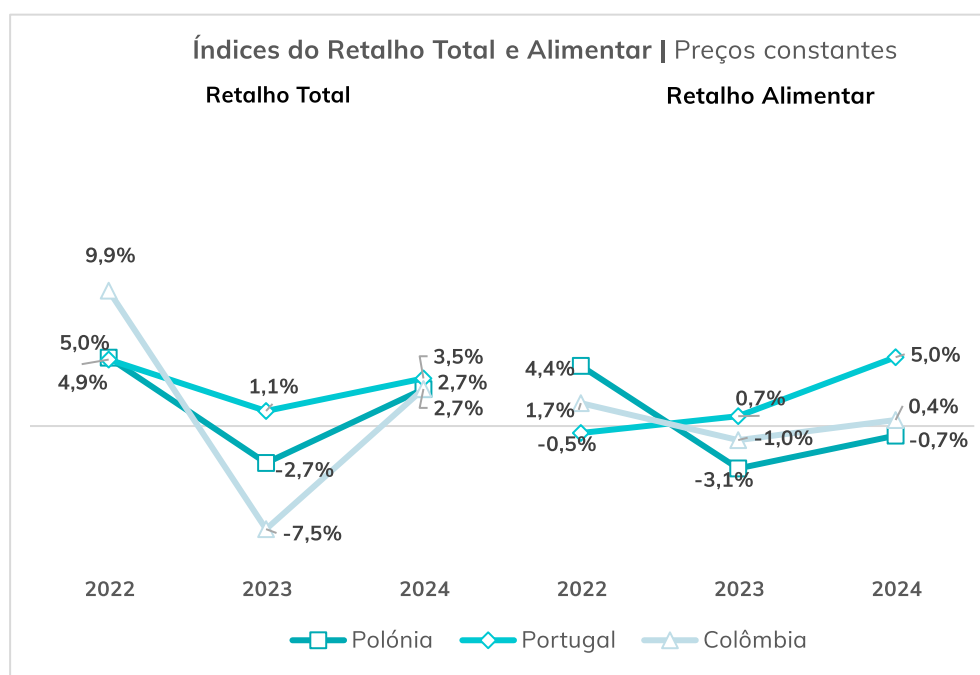


Em 2024, os principais bancos centrais aliviaram o carácter restritivo da política monetária.

O Banco Central Europeu (BCE) manteve as taxas de juro de referência inalteradas em 4,5% nos primeiros meses do ano, tendo, a partir de junho, implementado cortes graduais. O BCE reduziu as taxas de juro quatro vezes, levando a taxa de refinanciamento a fechar o ano em 3,15%.

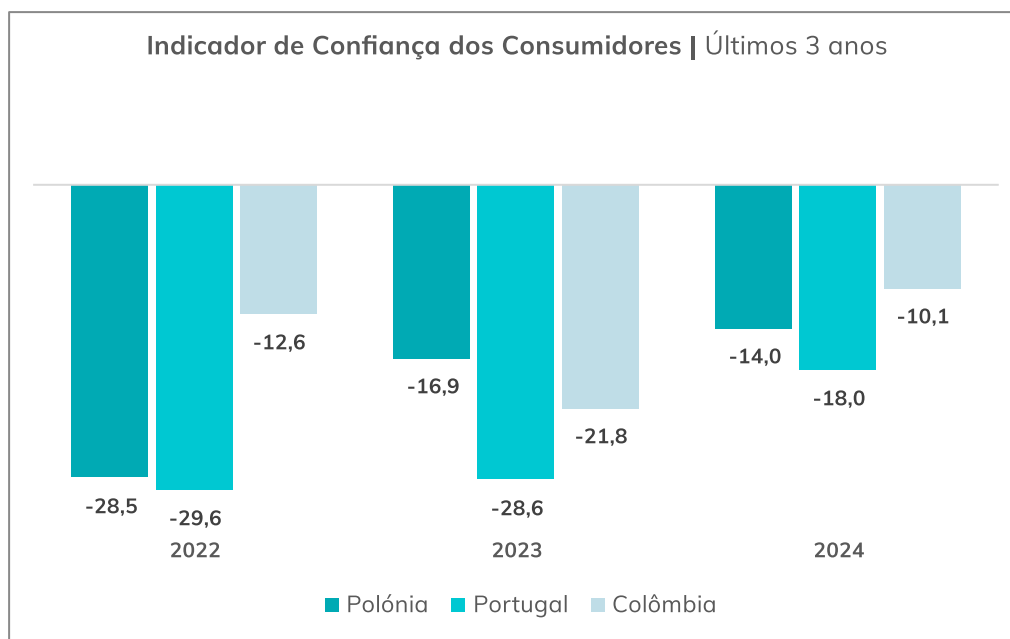
Na Polónia, o Banco Central (NBP) manteve as taxas de juro de referência inalteradas (5,8%), por considerar necessária uma política monetária restritiva para fazer face à inflação ainda elevada.

Na Colômbia, as taxas de juro de referência foram revistas oito vezes ao longo do ano, totalizando uma diminuição de 350 pontos base, de 13% para 9,5%, com cortes graduais à medida que se observaram os efeitos da política monetária restritiva na inflação e na inflação subjacente.



As vendas totais no sector do retalho, a preços constantes, registaram, em 2024, uma melhoria face a 2023, com taxas de crescimento positivas nas três economias em análise, ainda que inferiores às taxas registadas em 2022.

Em 2024, as vendas de retalho alimentar registaram uma recuperação significativa em Portugal, enquanto que na Colômbia se mantiveram estáveis, e na Polónia contraíram ligeiramente face ao ano anterior. O desempenho inferior nestes dois países resulta da maior contenção nas compras por parte dos consumidores, que ainda se sentiram afetados pela inflação, pelos custos de financiamento elevados, e pela diminuição da confiança, principalmente ao longo da primeira metade do ano.

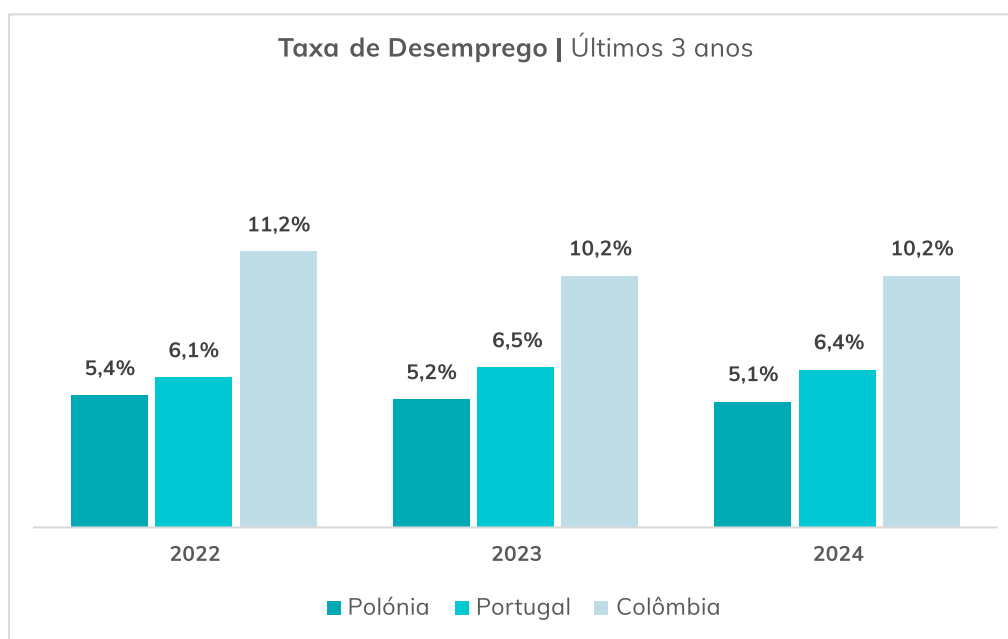


Os níveis do Indicador de Confiança dos Consumidores melhoraram nas três geografias em 2024, apesar de permanecerem em território negativo.

Na Polónia, o indicador subiu consecutivamente durante os primeiros quatro meses do ano, mas deteriorou-se posteriormente com o fim do período de desinflação que se vinha a verificar desde o ano anterior. No resto do ano, a confiança dos consumidores diminuiu ligeiramente, em resultado da abolição parcial do limite de preços nas tarifas do gás e da eletricidade para as famílias.

Em Portugal, a confiança dos consumidores recuperou no período de janeiro a setembro, mas diminuiu nos últimos meses do ano. Não obstante, a confiança esteve quase sempre em níveis menos negativos do que os registados em 2023.

Na Colômbia, o índice de confiança em 2024 melhorou em relação aos valores médios de 2022 e 2023.



A evolução da taxa de desemprego foi díspar entre os países em análise.

Na Polónia, a taxa média de desemprego em 2024 fixou-se em 5,1%, em linha com o registado nos anos anteriores.

Em Portugal, a taxa média de desemprego permaneceu praticamente inalterada face a 2023 nos 6,4%. A taxa de desemprego tem-se mantido relativamente estável ao longo dos últimos anos, mesmo num contexto de forte criação de emprego e de aumento da população ativa.

Na Colômbia, a taxa de desemprego tem vindo a baixar nos últimos anos. Essa tendência manteve-se ao longo de 2024, atingindo 9,1% em dezembro. Ainda assim, no final de 2024 o país apresentava uma taxa de desemprego média de 10,2%.

Relativamente às taxas de câmbio, em 2024, o zloty registou uma taxa de conversão anual média² de 4,3049 em relação ao euro, correspondente a uma apreciação de 5,3% face ao câmbio médio de 4,5336 registado em 2023.

Coincidentemente, o peso colombiano registou uma taxa de conversão anual média de 4.405 face ao euro, o que se traduz numa apreciação, tal como o zloty, de 5,3% face aos 4.640 de 2023.

Para 2025, a nível mundial, é expectável que a inflação baixe, que o emprego cresça de forma estável e que a política monetária global seja menos restritiva. Estes fatores deverão suportar a procura, apesar da necessária contração da política orçamental em vários países.

No final de 2025 ou no início de 2026, prevê-se que a inflação volte ao objetivo de médio e longo prazo em quase todas as principais economias. Espera-se que os bancos centrais continuem a baixar as taxas de juro à medida que a inflação continue a decrescer e que as pressões no mercado de trabalho se dissipem.

As expectativas das instituições para 2025 apontam para uma aceleração do crescimento económico na Polónia, impulsionada pela subida dos salários reais e por uma política orçamental que suporte a procura.

O PRR deverá continuar a fomentar o investimento enquanto a inflação tenderá a abrandar gradualmente. Estima-se que o crescimento dos salários possa impulsionar o consumo, ao mesmo tempo que continuará a pressionar os custos das empresas, representando, no entanto, um risco de aumento da inflação.

A política monetária manter-se-á restritiva, considerando os riscos de inflação associados ao aumento dos preços da energia, dos impostos especiais sobre o consumo e dos serviços regulamentados. Não obstante, espera-se que essa política seja aliviada à medida que as pressões sobre os preços se dissipem.

As previsões para 2025 apontam para um crescimento sustentado da economia portuguesa, fomentado pela procura interna e externa. A inflação moderada, a par da subida dos salários reais e do emprego, sustentará o consumo das famílias.

A transição gradual para taxas de juro mais baixas e os fundos do PRR irão impactar positivamente o investimento em Portugal. A procura externa dirigida à economia portuguesa deverá acelerar em 2025, mas a evolução das exportações poderá ser condicionada pelo forte efeito base, em particular no sector do turismo.

Na Colômbia, é esperada uma recuperação gradual da economia em 2025, com o consumo privado e o investimento fixo em infraestruturas, maquinaria e habitação a evoluírem favoravelmente. As exportações crescerão a um ritmo moderado, tendo em conta a procura externa e a manutenção dos preços do petróleo, enquanto os bens de investimento, utilizados para produzir outros bens ou serviços, deverão impulsionar um maior crescimento das importações, aumentando o défice da balança corrente.

²Taxa de conversão anual média determinada com ponderação dos volumes de negócios das Companhias do Grupo a operarem nessa moeda

A incerteza a nível interno e internacional poderá acrescer pressão sobre a taxa de câmbio e sobre os diferenciais das taxas de juro. A eventual subida dos preços do petróleo, espoletada pelas tensões geopolíticas, poderá impulsionar as exportações e as receitas fiscais.

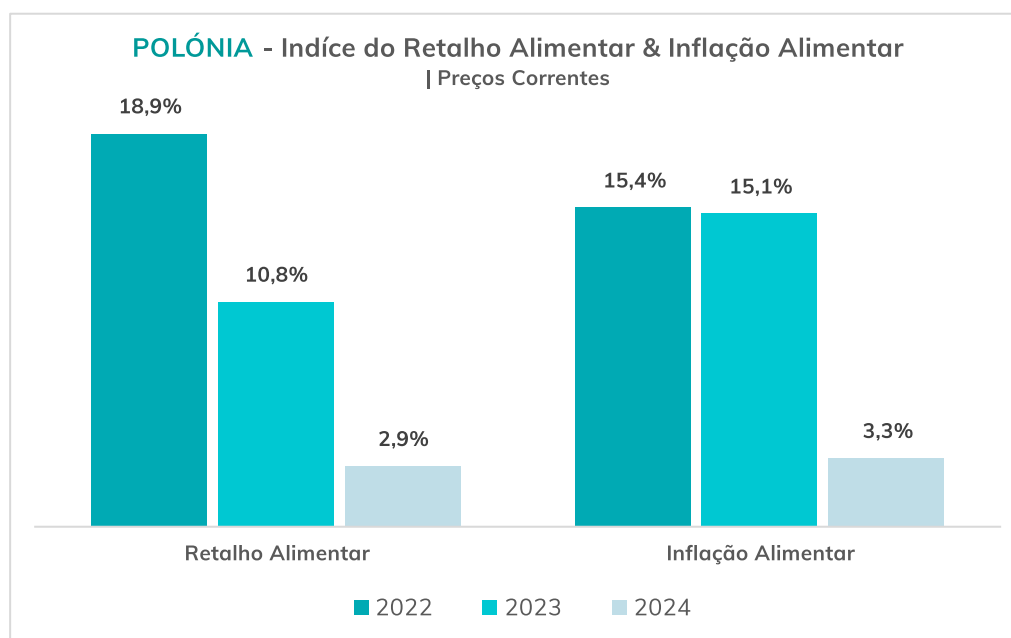
Estima-se que a inflação ronde os 3% em 2025, com taxas de juro com tendência decrescente que deverão permitir o fortalecimento das condições financeiras dos agentes económicos.

1.1. Polónia

Retalho Alimentar Moderno

O comportamento das vendas de retalho alimentar não foi uniforme ao longo do ano. Esta evolução foi condicionada pela retoma da inflação a partir de março, pelos efeitos do forte aumento do salário mínimo e pela quebra da confiança dos consumidores.

Em janeiro de 2024, o salário mínimo na Polónia aumentou para 4.242 złoty, com uma nova atualização em julho para 4.300 złoty. Estas subidas resultaram num maior poder de compra para as famílias, mas tiveram um reflexo severo no incremento dos custos para as empresas. Em termos médios, o salário mínimo aumentou 20,5% em 2024, após um aumento de 17,8% em 2023.

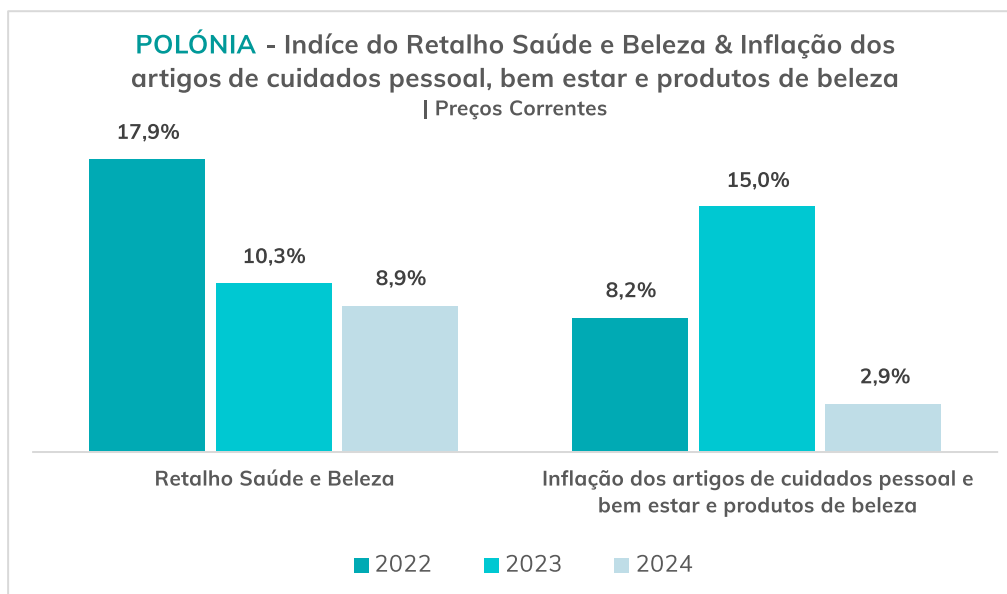


Em 2025 é esperado que o setor do retalho alimentar polaco registe um crescimento moderado, com desafios persistentes. A concorrência de preços continuará intensa, levando os retalhistas a manter estratégias promocionais para preservar a competitividade. Simultaneamente, espera-se um foco crescente na experiência do cliente e na personalização da oferta para fortalecer a fidelização.

Retalho de Saúde e Beleza

Em 2024, o segmento de saúde e beleza na Polónia mostrou-se mais resiliente do que a globalidade do setor do retalho. A inflação dos produtos de higiene pessoal e cosméticos foi bastante inferior à registada em 2023.

A preços correntes, o índice do retalho de saúde e beleza permaneceu robusto, o que reflete um crescimento relevante de volumes, uma vez que os preços não tiveram a mesma influência sobre o valor das vendas a retalho, face ao sucedido no ano anterior.

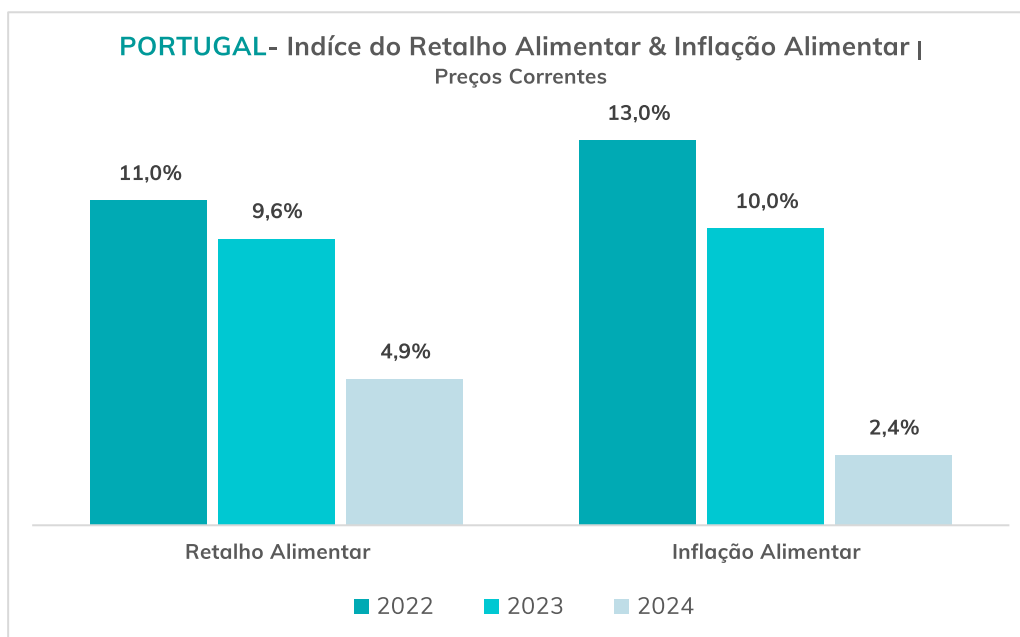


1.2. Portugal

Retalho Alimentar Moderno

Em 2024, observou-se um abrandamento do crescimento das vendas no retalho alimentar, a preços correntes, devido, maioritariamente, à desaceleração significativa da inflação alimentar. A inflação alimentar teve um comportamento volátil ao longo do ano, recuando para perto de uma estagnação até fevereiro, e recuperando, a partir de maio, até encerrar 2024 em 2,4%.

O salário mínimo aumentou 7,9%, para 820 euros, em janeiro de 2024, mitigando o efeito da inflação no rendimento disponível das famílias.



Em 2025, o contexto deverá ser mais favorável para as famílias, tendo em conta a recuperação do poder de compra por via das atualizações salariais (subida do salário mínimo para 870 euros em janeiro), do abrandamento da inflação, e da redução das taxas de juro. Espera-se ainda uma evolução favorável do mercado de trabalho.

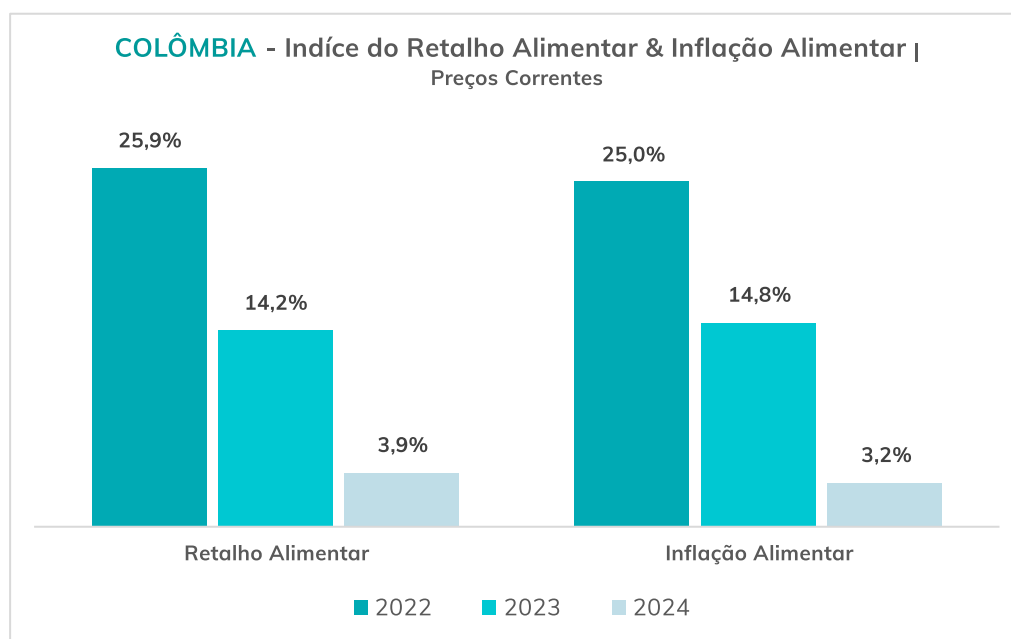
Mercado Grossista

Em 2024, não obstante o crescimento do turismo e do número de dormidas, que beneficiou a hotelaria, o canal HoReCa, no segmento dos restaurantes, enfrentou fortes desafios, tendo sido penalizado pela diminuição das despesas das famílias portuguesas em restauração, e pressionado pela subida dos principais custos, com destaque para salários e rendas.

Já a evolução do retalho tradicional foi impactada negativamente pela expansão e forte atividade promocional do retalho moderno.

1.3. Colômbia

Retalho Alimentar Moderno



Na Colômbia, o retalho alimentar praticamente estagnou face a 2023, num contexto de inflação alimentar de valor quase idêntico ao do crescimento das vendas a retalho.

Em 2024, a variação anual dos gastos das famílias recuou no início do ano para níveis negativos, tendo-se verificado alguma recuperação no final de 2024, nas épocas festivas. Embora as famílias tenham mantido a maior afetação das suas despesas aos bens de primeira necessidade, como os relacionados com a alimentação e a habitação, as categorias que compõem o cabaz de entretenimento têm vindo a crescer em termos reais.

O salário mínimo na Colômbia no final de 2024 era de 1.300.000 pesos colombianos. Em 2025, o salário mínimo mensal será atualizado em 9,5% para 1.423.500 pesos colombianos. Esta subida deverá ter um efeito positivo na melhoria do poder de compra e incentivar o crescimento do consumo privado. Contudo, importa referir que, segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), 55,6% da força de trabalho tem profissões informais podendo auferir rendimentos abaixo do salário mínimo.

Fontes Consultadas:

Boletins Económicos do Banco de Portugal; Ministério das Finanças de Portugal; Instituto Nacional de Estatística (INE); Boletins Económicos do Banco Nacional da Polónia; Central Statistical Office (GUS); Banco de la República (Banco Central Colombiano); Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia (DANE); Fedesarrollo; PMR Market Research; Fitch BMI; ; BMP; ISBIZNES; PORTAL SPOZYWCZY; Hatimeria; AHRESP, Distribuição Hoje.

Nota: Todos os dados macroeconómicos apresentados neste subcapítulo têm como base a última informação disponível à data do encerramento deste relatório.

2. Desempenho do Grupo

2.1. Visão geral sobre o desempenho

+9,3% VENDAS	+2,9% EBITDA	-20,8% R. LÍQUIDO
Para €33.464 Milhões (+4,9% excl. FX)	Para €2.232 Milhões (-1,7% excl. FX)	Para €599 Milhões (EPS de €0,95)
PROGRAMA DE INVESTIMENTO	CASH FLOW	DÍVIDA LÍQUIDA
€1.006 Milhões	€-62 Milhões	€3.064 Milhões (posição de caixa líquida: €726 Milhões, excl. ajustes IFRS16)

Tal como esperado, o ano de 2024 foi marcado pelos duros efeitos da combinação de uma acentuada queda da inflação alimentar, em correção dos aumentos de preços extraordinários dos dois anos anteriores, com a subida significativa dos custos.

A este contexto particularmente difícil, juntou-se a falta de dinamismo do consumo, com especial relevo no nosso principal mercado – a Polónia –, que viu intensificar a competição por volumes.

Perante os desafios, as nossas insígnias continuaram a investir na competitividade de preço e fortaleceram as suas propostas de valor.

Em resultado deste investimento contínuo, as vendas do Grupo cresceram 9,3% (+4,9% a taxas de câmbio constantes), atingindo os 33,5 mil milhões de euros, com um LFL de 0,6%.

Como antecipado, no ano, as margens operacionais do Grupo foram pressionadas pela combinação da deflação registada nos nossos cabazes com a significativa inflação de custos, principalmente ao nível dos salários em cada país.

O EBITDA do Grupo atingiu 2,2 mil milhões de euros. A respetiva margem caiu 41 p.b. face a 2023.

No final do ano, o Grupo apresentava uma posição líquida de caixa (excluindo responsabilidades com locações operacionais capitalizadas) de 726 milhões de euros, mantendo a solidez do seu balanço.

O Pre-Tax ROIC consolidado foi de 20% versus 26,8% em 2023, refletindo a desaceleração do crescimento das vendas e os seus efeitos no capital circulante, bem como a pressão na margem operacional (EBIT).

Apesar dos desafios e do trabalho árduo em todas as frentes dos negócios, o Grupo continuou a avançar na sua agenda de sustentabilidade com progressos importantes ao longo do ano. Neste contexto, importa referir a dotação inicial de 40 milhões de euros para a constituição da Fundação Jerónimo Martins. Esta fundação pretende desenvolver a sua missão junto dos colaboradores do Grupo e respetivas famílias e, complementarmente, da comunidade em geral, em especial em resposta a situações de vulnerabilidade socioeconómica.

Destaques de Sustentabilidade

A avaliação anual realizada pelo CDP atribuiu ao Grupo Jerónimo Martins a classificação máxima (nível A) no combate às alterações climáticas (Climate Change) e o nível de liderança (nível A-) tanto na gestão da água enquanto recurso crítico (Water Security) como na gestão das commodities mais associadas ao risco de desflorestação (Forests): óleo de palma, papel e madeira, gado bovino e soja. Além das ações desenvolvidas ao longo do ano de 2024, a distinção reconhece a transparência no respetivo reporte.

Em 2024, reduzimos em 15,8% as nossas emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 face ao ano anterior. No mesmo período, a faturação global do Grupo aumentou 9,3%. Fechámos 2024 com painéis fotovoltaicos instalados em cerca de 2.000 lojas e centros de distribuição, e reduzimos o consumo específico de energia (MWh/milhão de euros) em 9,3%, reforçando a eficiência das nossas operações.

A nossa estratégia comercial permitiu assegurar que mais de 90% das compras de produtos alimentares do Grupo fossem feitas a fornecedores locais, uma tendência que mantemos há mais de uma década. O peso dos produtos de Marca Própria e perecíveis com certificação de sustentabilidade aumentou e já representa mais de 14% dessas categorias, o que compara com 7,8% quando iniciámos a divulgação deste indicador em 2021.

Aprofundando o nosso compromisso em oferecer aos consumidores alimentos de qualidade e seguros, que simultaneamente contribuam para uma melhor saúde pública, em Portugal atingimos, antes do prazo que nos impusemos, os 100% de cereais de pequeno-almoço tendo cereais integrais como primeiro ingrediente. Na Polónia, o nosso progresso atingiu os 92% dos produtos elegíveis.

Com o propósito de cuidar dos colaboradores do Grupo e das suas famílias, bem como das comunidades em que se insere, foi criada a Fundação Jerónimo Martins, a 19 de março de 2024. Este projeto representa mais um passo marcante no compromisso de assegurar o apoio aos colaboradores e comunidades nos momentos em que mais precisam, mitigando as suas vulnerabilidades. A sua atuação irá incidir maioritariamente em três eixos: emergência social, saúde e educação, áreas em que os projetos já implementados pelo Grupo provaram ter potenciado impactos positivos desde longa data. Numa lógica de partilha dos lucros com as partes interessadas, para além dos acionistas, a Assembleia-Geral concordou em constituir esta Fundação que receberá anualmente uma alocação de até 40 milhões de euros. Em setembro de 2024, a Fundação Jerónimo Martins foi reconhecida oficialmente pela Presidência do Conselho de Ministros.

Em 2024 foram atribuídos mais de 81 milhões de euros em apoios diretos a mais de 2.100 entidades. Se considerarmos os 40 milhões atribuídos à recém-criada Fundação Jerónimo Martins, o valor ascende a mais de 121 milhões em apoios às comunidades envolvidas.

Internamente investimos 354 milhões de euros em medidas de reconhecimento dos nossos colaboradores (13% acima do investimento feito em 2023), que foram também destinatários de mais de 56 milhões de euros em programas de responsabilidade interna e medidas de bem-estar. Mantivemos o compromisso com a formação e desenvolvimento das nossas pessoas, alcançando 64 horas médias de formação por colaborador num investimento superior a 17 milhões de euros, 31% dos colaboradores com oportunidades de mobilidade interna e mais de sete mil promovidos a cargos de maior responsabilidade.

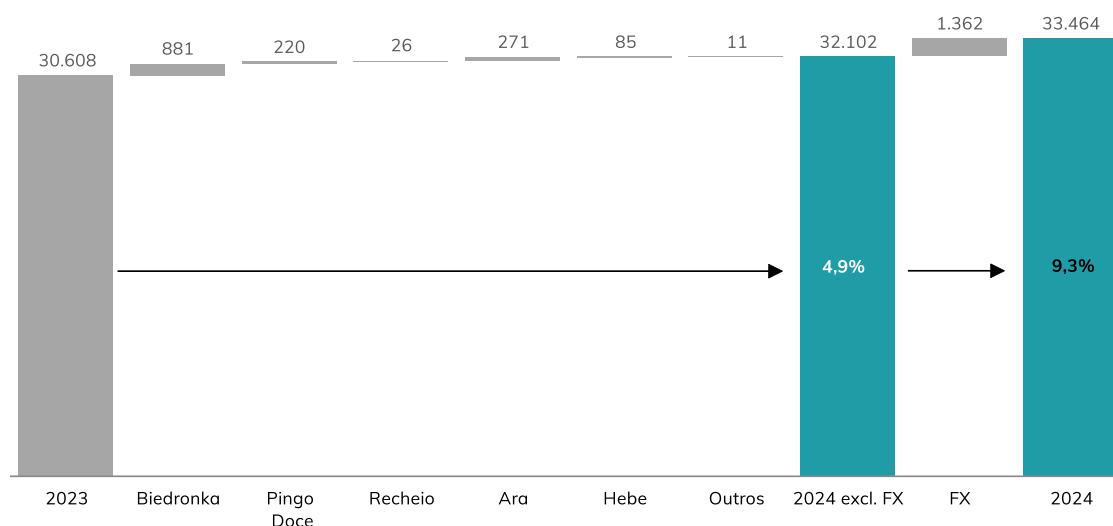
No âmbito da diversidade e inclusão, fomos reconhecidos como uma das 100 empresas com melhor desempenho do mundo no FTSE Diversity & Inclusion Index, destacando-se os nossos resultados na promoção da igualdade de género, com o rácio salarial entre mulheres e homens a manter-se acima do mercado, nos 98,5%.

Mais informações acerca destas e outras ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade" deste Relatório e Contas.

2.2. Foco no crescimento rentável

As **Vendas do Grupo** cresceram 9,3% (+4,9% a taxas de câmbio constantes), atingindo os 33,5 mil milhões de euros, com um LFL de 0,6%.

Contribuição para o Crescimento de Vendas (€ Milhões)



Vendas Consolidadas

(€ Milhões)	2024		Δ%		LFL
		% total	excl. F/X	Euro	
Biedronka	23.571	70,4%	4,1%	9,6%	(0,3)%
Pingo Doce*	5.073	15,2%		4,5%	3,7%
Recheio	1.357	4,1%		1,9%	2,1%
Ara	2.850	8,5%	11,1%	17,0%	0,2%
Hebe	583	1,7%	18,1%	24,3%	8,5%
Outros & Ajustes de Consolidação	30	0,1%		n.a.	
Total JM	33.464	100%	4,9%	9,3%	0,6%

* inclui valores de vendas de loja e combustível

Na **Polónia**, a inflação alimentar, que caiu até março, aumentou em abril com a reintrodução do IVA nos produtos alimentares básicos, e registou, desde então, uma trajetória de subida.

Em resultado de um comportamento cauteloso por parte dos consumidores, que, ao longo de todo o ano, se mantiveram fortemente orientados para preço e promoções, as vendas de retalho alimentar a preços constantes registaram uma evolução negativa e a concorrência intensificou-se de forma acentuada.

A **Biedronka** trabalhou incansavelmente para oferecer às famílias polacas as melhores oportunidades de poupança e manteve uma dinâmica comercial forte, garantindo a sua liderança de preço, e merecendo, uma vez mais, a preferência dos consumidores.

A nossa maior insígnia, que operou com deflação no seu cabaz ao longo dos doze meses do ano, cresceu as vendas em volume, mesmo num contexto de contenção do mercado de retalho alimentar e face ao forte comparativo de 2023, tendo reforçado a sua quota de mercado.

A **Hebe** apostou numa estratégia comercial competitiva e num sortido de qualidade e com muitos produtos exclusivos, registando um bom desempenho de vendas, impulsionado, também, pela contribuição crescente no canal online.

Em **Portugal**, a inflação alimentar foi baixa ao longo do ano. No mercado de retalho alimentar, os consumidores mantiveram-se muito focados em aproveitar oportunidades de preço e promoções. O canal HoReCa revelou alguma estagnação face ao forte desempenho dos anos anteriores, impactado principalmente pela fragilidade do consumo fora de casa.

O **Pingo Doce** manteve uma forte intensidade comercial e a aposta nas suas campanhas promocionais de reconhecida popularidade. A insígnia continuou a expandir o seu novo conceito de loja, reforçando as ofertas únicas da marca em soluções de refeições prontas e produtos frescos, ao mesmo tempo que introduziu serviços inovadores, entregando um forte desempenho de vendas, apesar da ligeira deflação registada no seu cabaz.

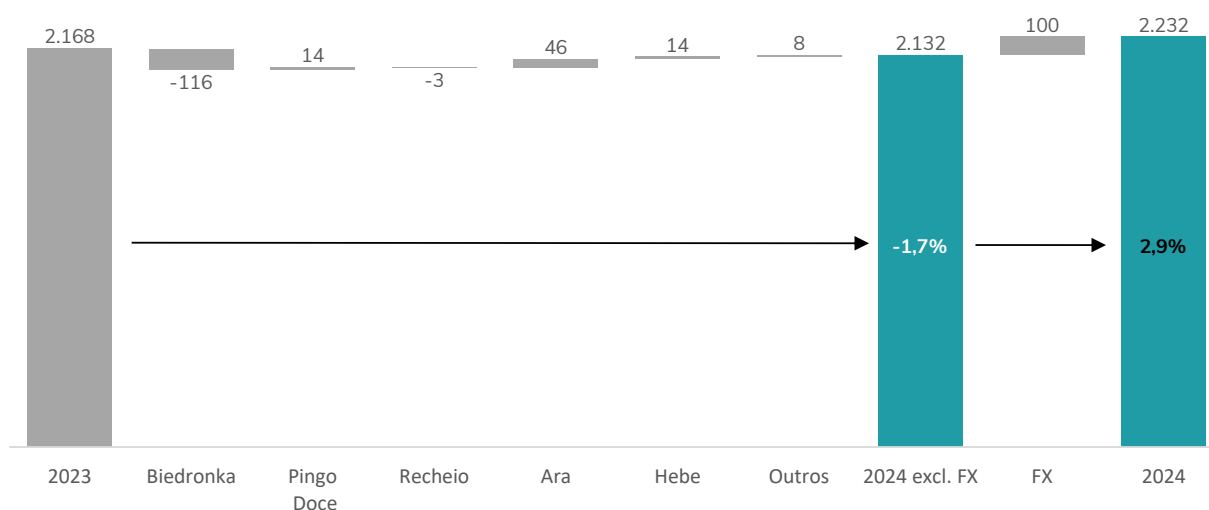
O **Recheio** alavancou as suas propostas de valor adaptadas a cada tipologia de cliente e, não obstante alguma contração do consumo no canal HoReCa, manteve um forte dinamismo, tendo angariado novos clientes em todos os seus segmentos.

Na **Colômbia**, a inflação alimentar também foi inferior à registada nos anos anteriores. Porém os preços alimentares permaneceram elevados e continuaram a pressionar o rendimento das famílias, levando os consumidores a um significativo movimento de *trading down*.

A **Ara** executou a estratégia comercial definida, oferecendo boas oportunidades de poupança às famílias colombianas e reforçando a sua posição de mercado.

O **EBITDA do Grupo** foi de 2,2 mil milhões de euros, 2,9% acima de 2023 (-1,7% a taxas de câmbio constantes). A respetiva margem foi de 6,7% versus 7,1% em 2023.

Contribuição para o crescimento do EBITDA (€ Milhões)



Na **Biedronka**, o EBITDA diminuiu 1,3% (-6,3% em moeda local). A desalavancagem operacional provocada pela deflação no cabaz, num ano fortemente impactado pela decisão de aumentar de forma significativa os salários das equipas operacionais e pelo investimento em preço, pressionou, como esperado, a margem EBITDA, que se cifrou em 7,7% (8,5% em 2023).

Na **Hebe**, o bom desempenho de vendas, a cuidadosa gestão do mix de margem e o controlo apertado dos custos traduziram-se num aumento do EBITDA de 39,4% (+32,4% em moeda local), com a respetiva margem a subir para 10,2% (9,1% em 2023).

No **Pingo Doce**, a assertividade das vendas, que contou com o contributo da área de Meal Solutions, e o foco na produtividade e eficiência operacionais permitiram que a margem EBITDA, se mantivesse estável em relação ao ano anterior, apesar do investimento em preço e da acentuada inflação nos custos.

O **Recheio** apostou no reforço da dinâmica comercial e da competitividade, como forma de aumentar a sua base de clientes e os volumes, num contexto em que o canal HoReCa revelou sinais de pressão, registando uma contração da respetiva margem EBITDA.

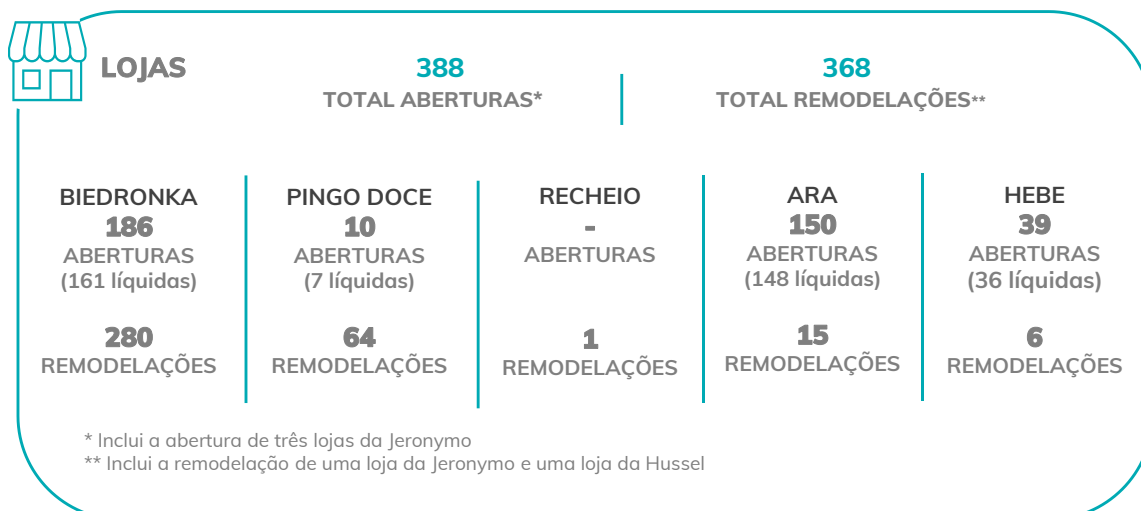
Na **Ara**, a subida da margem EBITDA traduz a alteração de dinâmica comercial e a continuidade do trabalho realizado ao nível dos custos, que permitiram melhorar a rentabilidade operacional num contexto desafiante.

Detalhe do EBITDA

(€ Milhões)	2024		2023	
		Mg		Mg
Biedronka	1.814	7,7%	1.838	8,5%
Pingo Doce	296	5,8%	282	5,8%
Recheio	69	5,1%	73	5,4%
Ara	96	3,4%	45	1,9%
Hebe	59	10,2%	43	9,1%
Outros & Ajustes de Consolidação	(103)	n.a.	(112)	n.a.
EBITDA Consolidado	2.232	6,7%	2.168	7,1%

O **programa de investimento** manteve-se como a principal prioridade na alocação de capital e foi rigorosamente executado por cada uma das insígnias que, não só se focaram em reforçar as suas

posições de mercado através da expansão, como também trabalharam na melhoria da experiência global de compra, apostando forte em remodelações nos respetivos parques de lojas.



Em 2024, o programa de investimento cifrou-se em mil milhões de euros. A redução em relação a 2023 deve-se, essencialmente e como planeado, a um menor investimento executado em remodelações na Biedronka e em aberturas na Ara.

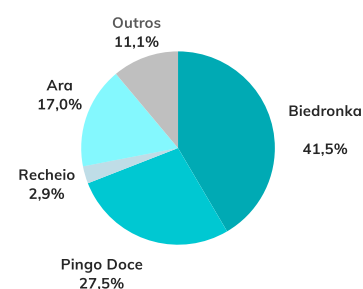
A expansão absorveu 40% do Capex do ano, com a inauguração de um total de 388 novas lojas (352 adições líquidas).

(€ Milhões)	2024		
Área de Negócio	Expansão ¹	Outros ²	Total
Biedronka	124	294	418
Lojas	94	260	353
Logística e Estrutura Central	31	34	65
Pingo Doce	35	242	277
Lojas	35	234	270
Logística e Estrutura Central	-	7	7
Recheio	8	21	29
Ara	147	24	171
Lojas	78	18	96
Logística e Estrutura Central	69	6	74
Total Distribuição Alimentar	314	580	895
Hebe	9	11	20
Serviços e Outros	83	8	91
Total JM	406	600	1.006
% do EBITDA	18,2%	26,9%	45,1%

¹ Novas lojas e centros de distribuição

² Remodelação, manutenção e outros

Investimento por Área de Negócio



A **Biedronka** continuou a reforçar a sua presença no mercado, beneficiando da flexibilidade desenvolvida para adaptar o seu formato às oportunidades de mercado, abrindo 186 novas lojas no ano (161 adições líquidas), e remodelando 280 localizações.

A operação q-commerce (entregas ultrarrápidas), que opera sob a marca Biek, abriu cinco novos micro fulfilment centres, tendo finalizado o ano com um total de 23.

Na Eslováquia, os primeiros investimentos resultaram, já em março de 2025, na abertura das primeiras lojas Biedronka e um centro de distribuição, esperando-se terminar o mês com cinco lojas a operar.

A **Hebe** registou 36 aberturas de lojas no mercado polaco (33 adições líquidas), a que acresceram, no final do ano, a abertura de duas lojas na Eslováquia e uma outra na Chéquia.

O **Pingo Doce** deu seguimento ao plano de *roll out* do conceito *All About Food*, reforçando o destaque dado aos Perecíveis e às Meal Solutions, e remodelou 64 lojas. A insígnia abriu 10 novas localizações no ano e encerrou três.

O **Recheio** investiu na remodelação de uma loja, garantido a qualidade da sua proposta de valor com especial foco no canal HoReCa.

A **Ara** executou com sucesso o seu programa de expansão, inaugurando 150 novas lojas e fechando o ano com um parque de 1.438 localizações.

Suportando a expansão da insígnia, também a logística se manteve uma área relevante de investimento com a abertura de um novo centro de distribuição no início de 2024, e investimentos em infraestruturas a inaugurar em 2025.

Na área agroalimentar em Portugal, para além da compra de algumas propriedades ligadas à agropecuária, o investimento é justificado pelo aumento da participação na Supreme Fruits, de que o Grupo passou a deter 80% do capital, e o reforço de capital e aumento de participação na Andfjord Salmon, empresa norueguesa de criação de salmão, na qual Jerónimo Martins detém uma participação de 28%. Adicionalmente, o Grupo passou ainda a deter 100% do capital da sociedade Outro Chão, após a aquisição da quota do parceiro, que precisou focar-se no seu negócio core: a Vale da Rosa.

Consistente com a postura responsável do Grupo em todas as áreas de intervenção, o **cumprimento das obrigações fiscais** merece uma nota de relevo já que, nos vários países onde opera, o Grupo encontra-se sujeito a diferentes tipos de impostos, contribuições e taxas, resultantes da atividade das suas subsidiárias.

No ano de 2024, o Grupo suportou um total de 1.058 milhões de euros em impostos sobre lucros do exercício, contribuições a cargo das empresas para sistemas de proteção social, impostos e taxas sobre vendas e propriedade, e IVA não dedutível em determinados países. Para além destes impostos e contribuições, o Grupo está ainda sujeito a um conjunto significativo de outras taxas e impostos decorrentes do tipo de atividades que exerce em cada país, os quais encontram-se muitas vezes incorporados no custo dos produtos ou serviços obtidos.

Detalhe por tipologia de imposto

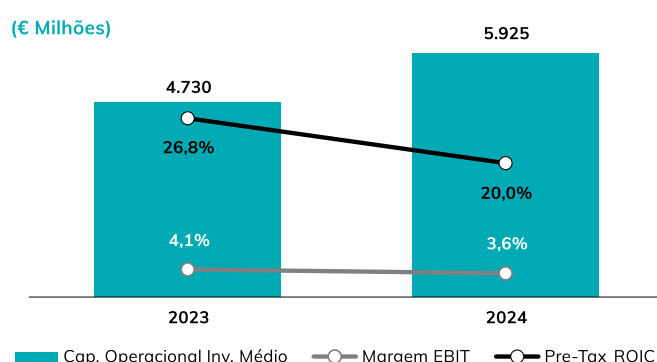
(€ Milhões)	2024	2023
Imposto sobre o rendimento	192	255
Contribuições Seg. Social e similares	462	399
Impostos/Taxas sobre vendas e consumo	404	363
Total de impostos suportados	1.058	1.016

Detalhe por país

(€ Milhões)	2024	2023
Portugal	144	141
Polónia	883	849
Colômbia	28	25
Outros Países	2	-
Total de impostos suportados	1.058	1.016

A taxa efetiva de impostos³ de 2024 ascendeu a 24% (25,2% em 2023).

A rentabilidade do capital investido, calculada sob a forma de **Pre-Tax ROIC**, foi de 20% (26,8% em 2023).



Esta evolução, resulta em boa parte, da correção da extraordinariamente elevada inflação alimentar registada em 2022 e 2023, no contexto das disrupções provocadas pelo início da guerra na Ucrânia e que impactaram positivamente e de forma relevante o capital turnover e o Pre-Tax ROIC nesses anos.

Em 2024, a esta correção somou-se a substancial pressão da inflação registada nos custos sobre a margem EBIT, bem como o aumento do capital investido, nomeadamente ao nível do capital circulante.

2.3. Solidez financeira

Resultado Operacional Consolidado

(€ Milhões)	2024		2023		Δ%
		%		%	
Vendas Consolidadas	33.464		30.608		9,3%
Margem Total	6.851	20,5%	6.251	20,4%	9,6%
Custos Operacionais	(4.619)	(13,8)%	(4.083)	(13,3)%	13,1%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	2.232	6,7%	2.168	7,1%	2,9%
Depreciação	(1.043)	(3,1)%	(902)	(2,9)%	15,6%
Resultado Operacional (EBIT)	1.189	3,6%	1.266	4,1%	(6,1)%

³ Taxa efetiva de imposto determinada com base no imposto estimado do exercício, sem considerar correções de estimativas de anos anteriores e impostos diferidos.

(€ Milhões)	2024		2023		Δ%
		%		%	
Resultado Operacional (EBIT)	1.189	3,6%	1.266	4,1%	(6,1)%
Resultados Financeiros	(267)	(0,8)%	(174)	(0,6)%	53,5%
Ganhos/Perdas em Empresas Associadas	(1)	(0,0)%	(1)	(0,0)%	20,2%
Outras Perdas e Ganhos	(119)	(0,4)%	(79)	(0,3)%	n.a.
Resultado antes de Imposto (EBT)	801	2,4%	1.012	3,3%	(20,8)%
Impostos	(195)	(0,6)%	(239)	(0,8)%	(18,3)%
Resultado Líquido	606	1,8%	773	2,5%	(21,6)%
Interesses que não Controlam	(7)	(0,0)%	(16)	(0,1)%	(56,3)%
Res. Líquido atrib. a JM	599	1,8%	756	2,5%	(20,8)%
Res. Líquido / ação (€)	0,95		1,20		(20,8)%
Res. Líquido / ação sem Outras Perdas e Ganhos (€)	1,11		1,29		(14,5)%

As **Outras Perdas e Ganhos** foram de -119 milhões de euros, incluindo os 40 milhões de euros de dotação inicial da Fundação Jerónimo Martins, para além dos write-offs decorrentes das remodelações e de custos de reestruturação. Também aqui está incluído o pagamento de 27 milhões de euros relativos a prémios atribuídos, a título excecional, às equipas operacionais em reconhecimento do seu elevado nível de compromisso num ano extremamente exigente e no qual trabalharam para voltar a registar crescimentos das vendas em volume.

O **Cash Flow** do ano, antes de considerar o pagamento de dividendos, foi negativo em 62 milhões de euros, em muito impactado pelo efeito sobre o crescimento da rápida passagem de elevada inflação para deflação. Também se registou uma subida dos juros pagos consistente com o aumento da dívida líquida, principalmente na Colômbia, onde a taxa de juro se mantém a níveis elevados.

Cash Flow

(€ Milhões)	2024	2023
EBITDA	2.232	2.168
Pagamento de Locações Operacionais Capitalizadas	(380)	(337)
Pagamento de Juros	(283)	(192)
Outros Itens Financeiros	1	1
Imposto sobre o Resultado	(280)	(254)
Fundos gerados pelas Operações	1.290	1.386
Pagamento de Capex	(1.054)	(1.153)
Δ Capital Circulante	(202)	176
Outros	(96)	(65)
Cash Flow	(62)	345

O **Balanço Consolidado** manteve-se sólido. No final do ano a posição de caixa (excluindo as responsabilidades com locações operacionais capitalizadas) foi de 726 milhões de euros, incorporando o pagamento de dividendos da Sociedade que, em 2024, foi de 411,6 milhões de euros, de acordo com a política de payout em vigor.

Balanço Consolidado

(€ Milhões)	2024	2023
Goodwill Líquido	639	635
Ativo Fixo Líquido	5.891	5.533
Direitos de Uso Líquido	3.530	3.074
Capital Circulante Total	(4.062)	(4.314)
Outros	318	235
Capital Investido	6.317	5.163
Total de Empréstimos	1.003	765
Locações Financeiras	128	102
Locações Operacionais Capitalizadas	3.790	3.280
Acréscimos e Diferimentos de Juros	25	22
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.882)	(2.074)
Dívida Líquida	3.064	2.097
Interesses que não Controlam	247	252
Capital Social	629	629
Resultados Transitados	2.377	2.184
Fundos de Acionistas	3.253	3.066

O Grupo mantém a sua estratégia de financiamento recorrendo, sempre que possível, a empréstimos em moeda local como forma de cobertura natural do risco cambial dos investimentos.

Com o objetivo de garantir o total alinhamento da estratégia financeira com a sua agenda de Sustentabilidade, o Grupo elaborou e divulgou publicamente o seu Sustainable Finance Framework (SFF), que servirá para enquadrar grande parte da dívida a contratar.

Na Polónia, no final de 2023, foi contratada uma nova linha de financiamento com o Banco Europeu de Investimento, de médio e longo prazo, com o limite de 1.500 milhões de złoty (cerca de 346 milhões de euros), para apoiar os investimentos em remodelações de lojas Biedronka que acarretem uma melhoria da eficiência energética das mesmas. A 31 de dezembro de 2024, tinham sido utilizados 600 milhões de złoty (cerca de 140 milhões de euros), a taxa fixa, por um período de oito anos. Desde a contratação do financiamento e o final de 2024, tinham sido remodeladas mais de 500 lojas com ganhos de eficiência energética através de isolamento dos edifícios e implementação de sistemas fechados de refrigeração baseados em gás natural.

A Jerónimo Martins Colômbia contratou um novo empréstimo com a International Finance Corporation (IFC), integrada no Banco Mundial, no montante de 120 milhões de dólares, cuja utilização era, à data de 31 de dezembro de 2024, de 99 milhões de dólares, cerca de 433 mil milhões de pesos colombianos. Este empréstimo, ESG Linked, tem uma maturidade de sete anos e tem como propósito apoiar a expansão da Companhia com a construção de dois centros de distribuição nas regiões de Bogotá e Cali com classificação 'Green' através da certificação EDGE-Advanced.

Foram ainda reconvertidas linhas de "Confirming" e garantias, classificadas como sustentáveis ao abrigo do SFF, que consideram condições de custo mais favoráveis como incentivo a desenvolver melhores práticas e cumprir objetivos de ESG.

As unidades de negócio denominadas em euro e złoty, tendo apresentado excedentes líquidos de caixa significativos, puderam, ao longo do ano, obter remunerações sobre esses montantes, através da contratação de depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria de curto prazo.

Detalhe dos Empréstimos e Locações Financeiras

(€ Milhões)	2024	2023
Empréstimos / Locações financeiras de Médio Longo Prazo	622	371
% do Total	55,0%	42,8%
Maturidade Média (anos)	3,9	3,6
Total de Empréstimos / Locações financeiras	1.131	867
Maturidade Média (anos)	2,3	1,7
% Total de Empréstimos / Locações financeiras em euros	10,2%	8,4%
% Total de Empréstimos / Locações financeiras em złoty	20,5%	19,0%
% Total de Empréstimos / Locações financeiras em pesos colombianos	69,4%	72,6%

2.4. Jerónimo Martins no mercado de capitais

As expectativas de cortes nas taxas de juros pela Reserva Federal (Fed) nos Estados Unidos da América (EUA) e a flexibilização monetária pelo Banco Central Europeu (BCE) apesar da inflação mais elevada do que o esperado na região dominaram as agendas dos mercados de capitais ao longo de 2024.

Logo no início do ano, as tensões no Mar Vermelho ameaçaram impactar negativamente os mercados globais de petróleo, aumentando os riscos de inflação. Apesar disso, o índice MSCI atingiu máximos de dois anos, o Euro Stoxx 50 valorizou para máximos de 20 anos e o S&P 500 estabeleceu novos recordes, com o quarto recorde consecutivo a registar-se logo em janeiro.

Os mercados europeus demonstraram particular robustez no primeiro trimestre do ano, para a qual terá contribuído a leitura preliminar da inflação na zona euro, que reforçou o otimismo em torno dos cortes de taxas de juro por parte do BCE.

O ano também foi marcado pelo fortalecimento do dólar. Em junho, o índice Bloomberg, que mede o desempenho do dólar em relação às principais moedas mundiais, atingiu um novo máximo, impulsionado pelo diferencial de taxas de juro da Fed, em comparação com outros bancos centrais.

Apesar dos resultados positivos para a maioria dos mercados de ações, o mês de outubro apresentou uma tendência negativa, com o aumento dos níveis de incerteza imediatamente antes da eleição presidencial dos EUA.

No final do ano, a volatilidade aumentou com a ameaça de tarifas sobre produtos importados nos EUA.

Os mercados acionistas globais apresentaram, assim, um movimento negativo nos últimos dias de 2024, revertendo, ainda que de forma ligeira, os ganhos significativos registados na generalidade dos índices ao longo de um ano marcado por máximos históricos em diversas geografias e pelo apetite por ativos de risco.

O S&P 500 atingiu 57 máximos históricos e valorizou 23,3% em 2024, o segundo ano consecutivo de ganhos acima dos 20%, que só aconteceu por quatro vezes nos últimos 100 anos, a última das quais em 1997-98.

Embora os mercados de ações da Europa também tenham registado um desempenho positivo em 2024, os mercados americanos superaram significativamente os europeus, beneficiando de um forte crescimento económico, de avanços tecnológicos e de cortes nas taxas de juro.

Nas bolsas europeias, o ano de 2024, embora marcado por máximos históricos em vários índices, registou valorizações muito menos acentuadas. O Stoxx 600 valorizou 6%, sendo o diferencial para o S&P 500 a mais pronunciada deste século. Vários aspetos podem ter contribuído para este desfasamento, como a

falta de componentes tecnológicas, a instabilidade política, o abrandamento da economia chinesa e as tensões geopolíticas.

A turbulência política, nomeadamente em França, acresce pressão à UE que, ao iniciar 2025, lida também com a queda do governo alemão a semanas do retorno de Donald Trump à Casa Branca.

Caracterização do título

Bolsa em que está cotada		Euronext Lisbon
Data de Entrada em Bolsa		novembro de 1989
Capital Social (€)		629.293.220
Valor Nominal		1,00 €
N.º Ações Emitidas		629.293.220
Símbolo		JMT
Códigos	ISIN	PTJMT0AE0001
	Reuters	JMT.LS
	Bloomberg	JMT PL
	Sedol	B1Y1SQ7
	WKN	878605

A ação de Jerónimo Martins está presente em mais de 140 índices internacionais de sustentabilidade, que reconhecem os compromissos assumidos pelo Grupo e o seu desempenho nas dimensões ambiental, social e de governo da sociedade (ESG, na sigla inglesa), dos quais se destacam, entre outros, o Euronext Sustainable Europe 120 e o Euronext Climate Europe ambos da Euronext, e os índices FTSE4Good Developed e FTSE4Good Europe.

Em 2024 o Grupo integrou, pela primeira vez, o índice FTSE Diversity & Inclusion Index – Top 100, um índice de referência que lista as 100 empresas cotadas em bolsa com melhor desempenho na promoção de locais de trabalho inclusivos, sendo a única empresa portuguesa a figurar neste índice. Mantivemo-nos, também, no índice Global Child Forum no patamar de "Leadership", melhor classificação possível, sendo a empresa portuguesa melhor classificada.

A avaliação anual realizada pelo CDP atribuiu ao Grupo Jerónimo Martins a classificação máxima (nível A) no combate às alterações climáticas (Climate Change) e o nível de liderança (nível A-) tanto na gestão da água enquanto recurso crítico (Water Security) como na gestão das commodities mais associadas ao risco de desflorestação (Forests): óleo de palma, papel e madeira, gado bovino e soja. Além das ações desenvolvidas ao longo do ano de 2024, a distinção reconhece a transparência no respetivo reporte.

A presença de Jerónimo Martins nestes e noutros índices relevantes pode ser consultada no nosso website na área de "Sustentabilidade" (página "Reconhecimento" em www.jeronimomartins.com).

Estrutura de capital

Para informação sobre a estrutura de capital de Jerónimo Martins, consultar a Secção A – Estrutura Acionista no capítulo 4 deste Relatório e Contas.

Desempenho do PSI

Em 2024, o PSI apresentou uma evolução marcada por forte volatilidade. No início do ano, o índice sofreu uma quebra significativa, tendo entrado numa trajetória crescente a partir de março. Esta tendência foi interrompida por uma acentuada diminuição em junho, que foi parcialmente absorvida pelo crescimento observado em julho.

De um modo geral, o desempenho do PSI em 2024 foi influenciado por uma combinação de crescimento económico mais lento, desafios específicos relacionados com o setor energético e incertezas políticas, levando o índice a fechar em ligeira queda, num ano positivo para os índices mundiais.

Na revisão de março da Euronext não houve alteração na composição do PSI. No entanto, em novembro, e após a liquidação da oferta pública geral e obrigatória lançada à Greenvolt, esta deixou de ter capital disperso em bolsa, passando o índice português a contar com 15 empresas emittentes.

A variação homóloga do PSI (-0,3%) levou a que o índice registasse um dos piores desempenhos quando confrontado com o benchmark europeu, exceção feita aos índices de referência polaco (WIG 20: -6,4%) e francês (CAC 40: -2,2%).

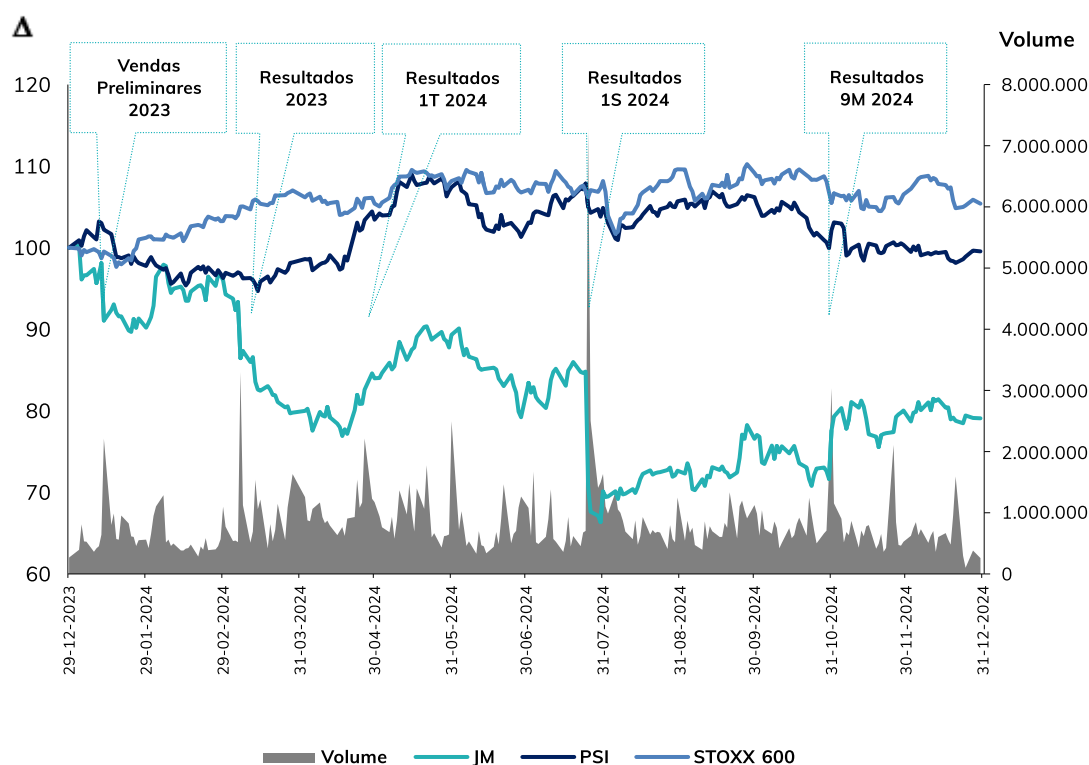
Desempenho da ação Jerónimo Martins

Enquanto os primeiros cinco meses do ano tiveram um impacto misto no desempenho da ação de Jerónimo Martins, os meses de junho e julho foram particularmente negativos, nomeadamente após a publicação dos resultados do primeiro semestre (a 24 de julho após o fecho de mercado) que vieram confirmar as perspetivas antecipadas pela empresa, e levaram à revisão, por parte de analistas e investidores, das suas expectativas, nomeadamente no que respeita ao contexto operacional na Polónia.

A ação terminou o ano com uma cotação de 18,45 euros, que traduz uma redução de 19,9% face ao fecho do ano anterior, tendo apresentado uma trajetória positiva nos últimos meses do ano.

Em 2024, Jerónimo Martins registou um volume de transações, na Euronext Lisbon, na ordem dos 213 milhões de ações. Este volume corresponde a uma média diária de cerca de 832 mil ações (27% acima do volume médio diário do ano anterior). O preço médio registado foi de 18,87 euros (15,3% inferior ao de 2023).

As ações de Jerónimo Martins representaram o equivalente a 12,7% (ou seja, cerca de 4 mil milhões de euros) do volume global de negócios transacionado no PSI em 2024.



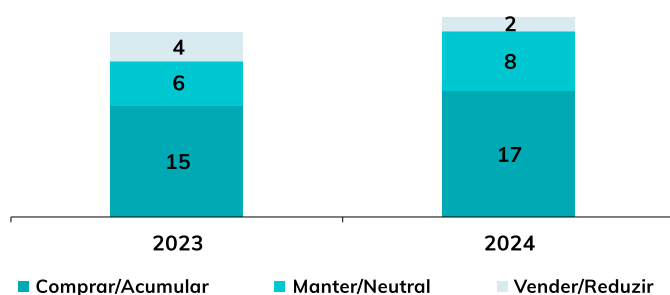
Em termos de capitalização bolsista, com 11,6 mil milhões de euros (14,5 mil milhões de euros em 2023), Jerónimo Martins encerrou o ano com a segunda maior representatividade no PSI e um peso relativo de 11,5% no índice (que compara com 12,5% em 2023). A Companhia é uma das quatro empresas portuguesas que integram o índice Euronext100, tendo descido o seu peso para 0,32% (face a 0,37% em 2023).

Analistas

A 31 de dezembro de 2024 havia 27 analistas com cobertura ativa da ação de Jerónimo Martins, em comparação com 25 no final de 2023.

O preço-alvo médio atribuído por estes analistas era de 21,20 euros, cerca de 15% acima da cotação de fecho a 31 de dezembro de 2024 (18,45 euros).

A evolução das recomendações e preços-alvo emitidos pelas diversas instituições pode ser consultada no nosso website (www.jeronimomartins.com/pt/investidor/accao-jeronimo-martins/analistas).



Desempenho Financeiro Jerónimo Martins 2020-2024

(€ Milhões)	2024	2023	2022	2021	2020
Balanço					
Goodwill Líquido	639	635	613	618	620
Ativo Fixo Líquido	5.891	5.533	4.589	4.159	3.967
Direitos de Uso Líquido	3.530	3.074	2.420	2.221	2.154
Capital Circulante Total	(4.062)	(4.314)	(3.837)	(3.290)	(2.864)
Outros	318	235	161	145	133
Capital Investido	6.317	5.163	3.946	3.852	4.010
Total de Empréstimos	1.003	765	470	460	524
Locações Financeiras	128	102	82	22	11
Locações Operacionais Capitalizadas	3.790	3.280	2.597	2.365	2.262
Acréscimos e Diferimentos de Juros	25	22	14	-	(3)
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.882)	(2.074)	(1.802)	(1.527)	(1.041)
Dívida Líquida	3.064	2.097	1.360	1.320	1.752
Interesses que não Controlam	247	252	254	254	249
Capital Próprio	3.006	2.814	2.331	2.278	2.008

(€ Milhões)	2024	2023	2022	2021	2020
Demonstração de Resultados					
Vendas Líquidas e Serviços	33.464	30.608	25.385	20.889	19.293
Cash flow Operacional (EBITDA)	2.232	2.168	1.854	1.585	1.423
em % vendas	6,7%	7,1%	7,3%	7,6%	7,4%
Depreciação	(1.043)	(902)	(782)	(745)	(734)
Resultado Operacional (EBIT)	1.189	1.266	1.071	840	689
em % vendas	3,6%	4,1%	4,2%	4,0%	3,6%
Resultados Financeiros	(267)	(174)	(162)	(154)	(180)
Ganhos/Perdas em Empresas Associadas	(1)	(1)	-	-	-
Outras Perdas e Ganhos ¹	(119)	(79)	(95)	(34)	(50)
Resultado antes de Imposto (EBT)	801	1.012	814	652	459
Impostos	(195)	(239)	(207)	(168)	(136)
Resultado Líquido	606	773	607	484	323
Interesses que Não Controlam	(7)	(16)	(17)	(21)	(11)
Resultado Líquido atribuído a IM	599	756	590	463	312

¹ Outras Perdas e Ganhos incluem os Outras Perdas e Ganhos Operacionais e os Ganhos em Outros Investimentos tal como aparecem na Demonstração de Resultados por Funções e detalhados nas notas às contas consolidadas.

Indicadores Bolsistas	2024	2023	2022	2021	2020
Capital Social (€)	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
N.º Total de Ações	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
Ações Próprias	859.000	859.000	859.000	859.000	859.000
Capital Disperso	43,9%	43,9%	43,9%	37,7%	32,4%
EPS (€)	0,95	1,20	0,94	0,74	0,50
Dividendo por Ação (€) *	0,66	0,55	0,79	0,29	0,35
Desempenho em Bolsa					
Máxima (fecho) (€)	23,10	26,86	23,22	21,61	17,22
Mínima (fecho) (€)	15,29	19,18	18,20	12,65	13,61
Média (€)	18,87	22,27	20,57	16,49	14,89
Final Ano (Fecho) (€)	18,45	23,04	20,18	20,10	13,82
Capitalização Bolsista (31 Dez) (€ 000.000)	11.610	14.499	12.699	12.649	8.697
Transações (em volume) (1.000 ações)	213.016	167.121	198.279	186.528	251.103
Variação Anual	(19,9)%	14,2%	0,4%	45,4%	(5,8)%
Variação Anual - PSI	(0,3)%	11,7%	2,8%	13,7%	(6,1)%

* Na fase inicial da pandemia de Covid-19, quando a incerteza se encontrava em níveis extremos, o Conselho de Administração decidiu, por um critério de prudência, reduzir excepcionalmente, de 50% para 30%, o payout a aplicar aos resultados de 2019, reservando a possibilidade de vir a propor, se as condições assim o permitissem, a distribuição do valor remanescente. Assim, e no contexto do desempenho registado até ao final dos nove meses do ano de 2020, o Conselho de Administração decidiu propor a distribuição de reservas livres para perfazer o payout de 50%. O valor apresentado inclui, assim, o pagamento do dividendo bruto de 0,207 euros por ação, aprovado na Assembleia Geral de 25 de junho de 2020 e realizado no dia 15 de julho de 2020, relativo à distribuição de resultados de 2019, bem como a distribuição de reservas no valor bruto de 0,138 euros por ação, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de novembro de 2020 e com pagamento a 16 de dezembro de 2020.

3. Desempenho das Áreas de Negócio

3.1. Distribuição Alimentar

3.1.1. Biedronka

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

Entrámos em 2024, perspetivando operar num mercado crescentemente concorrencial perante expectativas de deflação alimentar e elevada inflação nos custos.

A nossa prioridade foi continuar a ser a primeira escolha dos consumidores polacos, protegendo a expressiva base de clientes que criámos ano após ano.

Perante um consumidor cauteloso, muito sensível ao preço e orientado a promoções, honrámos a promessa da nossa marca e oferecemos os melhores preços do mercado. Assim, mantivemos a liderança de preço no centro das nossas prioridades estratégicas, bem como o reconhecimento dos nossos consumidores, que nos continuam a ver, merecidamente, como o líder deste atributo.

Garantir esta preferência só foi possível porque, a par de oferecer as melhores oportunidades de poupança, também continuámos a aumentar a nossa proximidade às famílias polacas com 186 novas localizações. Elevámos ainda a qualidade da experiência de compra com a remodelação de 280 lojas, proporcionando, no final de 2024, mais de 3.200 localizações com self-checkouts e mais de 1.300 balcões de talho e charcutaria a operar na nossa rede de lojas.

Embora tivéssemos um comparativo muitíssimo difícil na sequência de anos consecutivos com desempenhos acima do mercado, as nossas equipas trabalharam incansavelmente e entregaram crescimento em volumes e aumento da quota de mercado. A todos deixo o meu reconhecimento público pelo excelente trabalho, que em muito fortalece a nossa marca.

2025 inicia-se ainda sob o desafio de operar com baixa inflação alimentar num contexto cauteloso de consumo.

Manteremos um foco inabalável no consumidor e continuaremos a executar o nosso plano de expansão e a trabalhar em projetos fundamentais de melhoria da produtividade, com vista a assegurar a continuidade da nossa trajetória de crescimento rentável.



Biedronka
Codziennie niskie ceny

Vendas
23.571 M€
(+9,6%)

N.º lojas
3.730

LFL
-0,3%

EBITDA
1.814 M€
(-1,3%)

CAPEX
418 M€

Destaques do ano

- Abertura de 186 lojas e remodelação de 280 localizações
- Ultrapassadas as 1.300 lojas com balcões de serviço com produtos de carne e charcutaria
- Cerca de 45% de lojas com painéis fotovoltaicos
- Mais de 3.200 lojas com self-checkouts

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Classificada em 2.º lugar na lista do jornal Rzeczpospolita das 2.000 maiores empresas polacas.

Golden Laurel of Super Business, atribuído pelo jornal Super Express às empresas que apoiam a economia polaca.

Friendly Workplace 2024, prémio atribuído pelo site MarkaPracodawcy.pl pela abordagem moderna da Companhia às políticas de RH e ao desenvolvimento dos colaboradores.

Retail Champion de melhor programa de fidelização (selecionado pelos consumidores) e Retail Champion para a cadeia Discount do ano (selecionado pelos fornecedores).

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos:
www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

Mais informações, especificamente acerca de ações no âmbito da sustentabilidade, podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório.

Desempenho

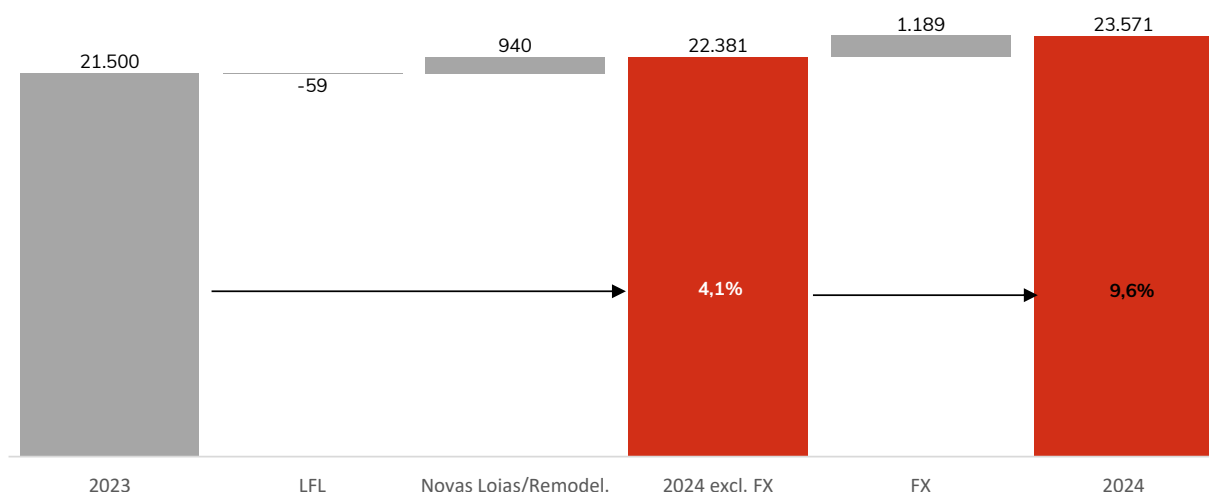
Na Polónia, apesar do aumento dos salários e do rendimento disponível das famílias, o consumidor manteve-se cauteloso, bastante sensível aos preços e extremamente orientado para as promoções. Este comportamento fez com que o mercado de retalho alimentar continuasse a perder volumes e intensificou a concorrência no mercado durante o ano.

De forma a enfrentar este contexto desafiante, a Biedronka ofereceu consistentemente preços competitivos e oportunidades adicionais de poupança às famílias polacas. A nossa principal insígnia tirou partido da sua dinâmica comercial e aumentou o investimento em preços, tendo operado com deflação do cabaz. O profundo conhecimento da Biedronka relativamente aos consumidores e a rápida resposta às suas necessidades permitiram-lhe fortalecer a sua base de clientes, registar um forte crescimento em termos de volume e superar o mercado, ganhando quota de mercado.

A inflação alimentar no país fixou-se nos 3,3% em 2024 (15,1% em 2023). Após descer até março, a inflação alimentar aumentou em abril com a reintrodução do IVA em produtos alimentares básicos e continuou a subir até ao final do ano.

Em moeda local, as vendas cresceram 4,1%, com um LFL negativo de 0,3%. Em euros, as vendas totalizaram 23,6 mil milhões de euros, um aumento de 9,6% em relação ao ano anterior.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



A Biedronka entrou em 2024 determinada em continuar a oferecer aos consumidores polacos os preços mais baixos todos os dias. Dessa forma, lançou a campanha “Ninguém se preocupa tanto com a carteira dos seus clientes como a Biedronka”, reduzindo os preços de mais de 400 produtos populares. Decidiu igualmente manter mais de 4.000 preços habituais inalterados, em abril, apesar do regresso do IVA aos produtos alimentares básicos.

A insígnia continuou a alavancar os seus programas de fidelização de clientes e lançou uma campanha de regresso às aulas com 17 heróis intitulada “Gang Produkcików” (Gangue dos produtos). A 9.ª edição desta ação criou uma imagem das lojas acolhedora e descontraída para as crianças. Tal como em anos anteriores, os clientes receberam autocolantes pelas compras, que podiam trocar por mascotes ou livros.

Para chegar ao público mais novo, a Biedronka faz agora igualmente parte do simulador Roblox, com alguns minijogos focados no “Gang Produkcików”. Estes jogos permitem que os jogadores desempenhem o papel de colaboradores e de clientes das lojas Biedronka. Na loja virtual, os jogadores podem fazer compras, limpar as lojas, ajudar os clientes, ler os códigos de barras dos produtos na caixa de pagamento, repor as prateleiras, tratar das entregas e até fazer pão. O jogo foi promovido nas páginas das redes sociais da Biedronka, em colaboração com *influencers*, no website da Companhia e na plataforma Roblox.

Após a transformação energética da sua rede de lojas, a Companhia assinou um contrato com a EDP Energia Polska para instalar painéis fotovoltaicos em mais nove centros de distribuição. No final do ano, a Companhia já tinha cerca de 45% das lojas e um centro de distribuição alimentados por energia verde.

Mantendo o seu foco na eficiência operacional e na experiência de compra, a Biedronka introduziu self-checkouts nas suas lojas, terminando 2024 com mais de 3.200 lojas com estes equipamentos.

No que diz respeito às atividades online da Biedronka, a operação Biek terminou o ano com 23 micro-fulfilment centres dedicados exclusivamente ao serviço de entregas ultrarrápidas, e o negócio online não alimentar e a parceria com a Glovo registaram um forte crescimento das vendas, em comparação com o ano anterior.

No segundo semestre de 2024, a Biedronka iniciou o roll out do projeto de etiquetas eletrónicas de preços, que permite atualizações mais rápidas dos preços (realizadas centralmente), reduzindo substancialmente a possibilidade de erros e, ao mesmo tempo, aumentando a eficiência. No final do ano, a Companhia tinha já esta funcionalidade disponível em 1.207 lojas.

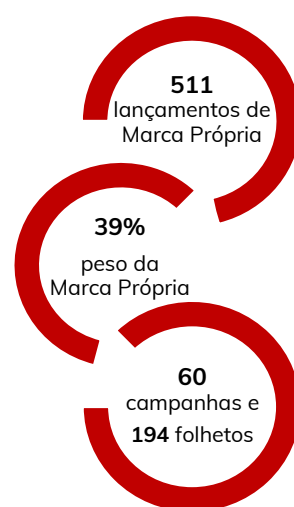
A Biedronka continuou a investir na área digital e desenvolveu uma nova versão da sua app móvel, agora mais fácil de utilizar e mais prática. Esta app já ultrapassou os 13 milhões de utilizadores.

2024 trouxe ainda a possibilidade de comprar produtos não-alimentares Biedronka através do website zakupy.biedronka.pl, no qual a Companhia oferece a opção de agendamento de entrega ao domicílio, com um período de quatro dias.

Para aumentar a atratividade e o sortido dos produtos de carne e charcutaria, a Biedronka continuou a investir em balcões com serviço assistido para estas categorias, tendo terminado o ano com mais de 1.300 lojas que oferecem esta possibilidade.

No âmbito da execução do seu programa de investimento, a Biedronka inaugurou 186 lojas (161 adições líquidas), das quais cerca de 50% com um formato de menor dimensão, e remodelou 280 localizações investindo 418 milhões de euros, no ano.

O EBITDA caiu 1,3% (menos 6,3% em moeda local), afetado pelos investimentos em preços e pela decisão de aumentar significativamente os salários das equipas operacionais. Como previsto, estas ações, juntamente com a desalavancagem operacional causada pela deflação do cabaz, pressionou a margem EBITDA, que se fixou em 7,7% (8,5% em 2023).



3.1.2. Pingo Doce

MENSAGEM DA DIRETORA-GERAL

O ano de 2024 foi pautado por uma conjuntura exigente, que combinou uma queda da inflação alimentar com uma subida dos custos, e um consumidor com comportamento contido que valoriza, ainda mais, as oportunidades de poupança.

Neste contexto, o Pingo Doce registou uma sólida progressão nas vendas, que reflete a forte dinâmica promocional mantida ao longo de todo o ano e também o investimento na diferenciação da sua proposta de valor, reforçada pela implementação do novo conceito de loja que destaca a área da restauração e de frescos.

O plano de renovação do parque de lojas prosseguiu com grande intensidade, com 64 lojas remodeladas e a abertura de 40 novos restaurantes Comida Fresca, que se tornou, assim, na maior cadeia de restauração em Portugal em número de localizações.

A inovação na Marca Própria continuou, igualmente, a ser um importante fator de diferenciação do Pingo Doce, bem visível no lançamento de 217 produtos em 2024.

2024 fica ainda marcado pela importante distinção atribuída ao nosso Projeto de Descarbonização da Logística. O Pingo Doce foi a primeira empresa em Portugal e a quarta a nível europeu a conquistar as quatro estrelas na iniciativa Lean & Green da GS1 Portugal, ao atingir uma redução de 55% das emissões de dióxido de carbono.

Todos os resultados alcançados no ano não seriam possíveis sem o empenho e dedicação das nossas Equipas que trabalham todos os dias para disponibilizar aos nossos clientes os melhores produtos e proporcionar-lhes uma experiência de compra única no mercado.

Num contexto cada vez mais desafiante e concorrencial, o Pingo Doce manterá a aposta na diferenciação do serviço, na inovação, na qualidade e nas promoções para continuar a merecer a confiança e a preferência dos consumidores.



Vendas
5.073 M€
(+4,5%)

N.º lojas
489

LFL
+4,0%
(excl. combustível)

EBITDA
296 M€
(+5,1%)

CAPEX
277 M€

Destaques do ano

- Abertura de 40 restaurantes Comida Fresca, tornando-se a maior rede de restaurantes do país, com um total de 237 localizações
- Inovação na Marca Própria, com o lançamento de 217 produtos e duas grande campanhas que comunicaram a eliminação de intensificadores de sabor e corantes artificiais em todos os produtos, e o laboratório de ADN
- Prémio de Literatura Infantil Pingo Doce passou a premiar autores e ilustradores com obra publicada

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Retailista Sustentável do Ano 2024, no âmbito da iniciativa A Melhor Loja de Portugal.

Master Diversidade, Equidade e Inclusão na edição de 2024 dos Masters da revista Distribuição Hoje.

App "O Meu Pingo Doce" reconhecida como o "Melhor Projeto Digital-Retalho" nos Prémios ACEPI (Associação da Economia Digital) Navegantes XXI.

Quatro estrelas na iniciativa Lean & Green da GS1 Portugal, tendo reduzido as emissões de dióxido de carbono equivalente nas operações logísticas em 55% entre 2018 e 2024.

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos:
www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

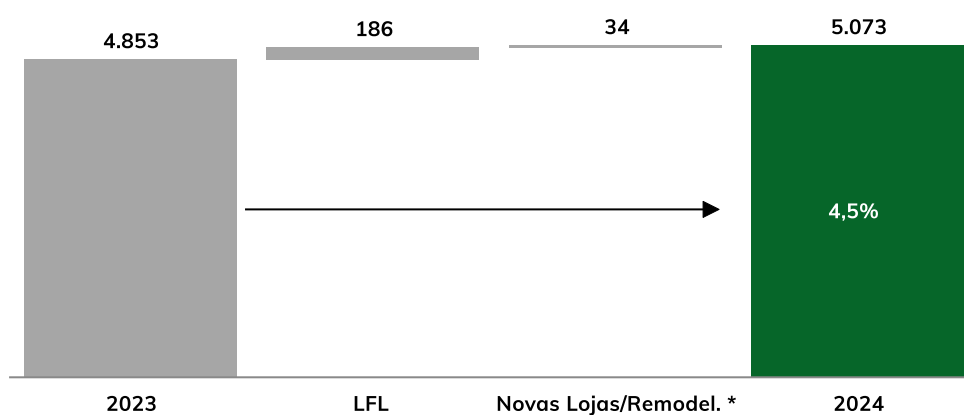
Mais informações, especificamente acerca de ações no âmbito da sustentabilidade, podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório.

Desempenho

O ano foi marcado pelo enorme desafio de operar num contexto que combinou uma acentuada queda da inflação alimentar, que deixou de contribuir para o crescimento das vendas, com uma elevada inflação nos custos. Em 2024, os consumidores mantiveram um comportamento cauteloso, valorizando as oportunidades de poupança, o que resultou na intensificação do ambiente concorrencial com todos os operadores a disputarem crescimento de volumes. Além disso, continuou a registar-se uma forte expansão de lojas, principalmente nos conceitos de proximidade.

O Pingo Doce continuou a investir na sua proposta de preço e a manter uma elevada atividade promocional, indo ao encontro das necessidades e da preferência dos consumidores portugueses, e contribuindo para um sólido crescimento de vendas, para o reforço da competitividade e para o aumento dos volumes. Em 2024, as vendas cresceram 4,5% para 5,1 mil milhões de euros, com um LFL de 4% (excluindo combustível).

Vendas Líquidas (€ Milhões)



* Inclui vendas com combustível

Mantendo o acelerado ritmo de remodelações ao longo do ano, o Pingo Doce prosseguiu com a implementação do conceito de loja “All About Food”, que evidencia a diferenciação da insígnia nas categorias de Meal Solutions e perecíveis, e oferece soluções inovadoras de serviço que os clientes valorizam. A Companhia abriu este ano 40 restaurantes nas suas lojas, atingindo um total de 237 tornando-se, assim, na maior cadeira de restauração do país em número de localizações. Foi também lançado o site comidafresca.pingodoce.pt onde é possível consultar o menu diário dos restaurantes Comida Fresca, além de efetuar encomendas.

A insígnia manteve a aposta na diferenciação e inovação do sortido, com o lançamento de novos produtos de Marca Própria.

Os fatores distintivos da Marca Própria foram reforçados com duas grandes campanhas de comunicação: “Se também não adora químicos” foi o mote para comunicar a eliminação de intensificadores de sabor e de corantes artificiais de todos os produtos alimentares, enquanto a campanha “Laboratório de ADN” reforçou que o Pingo Doce é a única empresa do retalho alimentar em Portugal que tem um Laboratório de Biologia Molecular, acreditado pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC), que testa o ADN dos ingredientes dos produtos de Marca Própria, assegurando a sua integridade e qualidade.

Com o objetivo de inovar e apresentar aos seus clientes produtos diferenciadores e de excelência que se destacam pela qualidade ao melhor preço, o Pingo Doce juntou-se a uma das referências da pastelaria tradicional em Portugal – a Versailles – para levar a todo o país uma edição especial de um bolo-rei extraordinário que esteve à venda na época natalícia, em exclusivo, nas lojas Pingo Doce.

A App “O Meu Pingo Doce” manteve-se um importante instrumento de poupança, com a oferta de uma série de vantagens exclusivas e personalizadas aos seus utilizadores. Em 2024, com o intuito de aumentar a interação com o consumidor final através de compras realizadas com a App, o Pingo Doce lançou diversas campanhas de fidelização. No início do ano, o concurso “Vida Feita” sorteou 100 mil euros por semana, durante quatro semanas. Em setembro, após o período de férias, lançou o concurso “Subsídio Pingo Doce”, no âmbito do qual atribuiu 1.500 euros por dia, todos os dias. Já no final do ano, lançou o passatempo “Natal a valer”, oferecendo aos clientes a possibilidade de ganhar um vale de compras por dia.

O Prémio de Literatura Infantil assinalou a sua 11.ª edição com uma grande novidade. A partir desta edição, o maior prémio de literatura infantil do país passou a premiar, exclusivamente, trabalhos originais e inéditos de autores e ilustradores que já tenham obra publicada em livro.

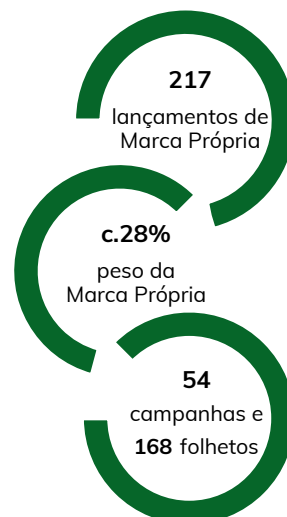
Foi um ano marcado pelo reforço do compromisso com a promoção da literatura infantil, através da participação em feiras do livro em vários pontos do país e da oferta de “Bairros de Leitura” (mini bibliotecas com livros infantis) aos hospitais pediátricos e alas pediátricas com internamento hospitalar de todo o país.

O Pingo Doce foi eleito Retalhista Sustentável do Ano, prémio especial atribuído no âmbito da iniciativa A Melhor Loja de Portugal, dinamizada pela revista Grande Consumo, que reconhece as boas práticas em matéria de sustentabilidade e de promoção da economia circular.

O EBITDA do Pingo Doce cifrou-se em 296 milhões de euros, 5,1% acima do ano anterior, tendo a respetiva margem atingido 5,8%, em linha com o ano anterior, apesar do forte investimento em preço e da inflação registada ao nível dos custos.

A insígnia investiu 277 milhões de euros na abertura de 10 lojas (7 adições líquidas) e na renovação integral de 64 localizações para o conceito de loja All About Food, que materializa a visão de longo prazo que tem para o negócio, assente nas vantagens competitivas e nos fatores críticos de diferenciação: Frescos, Marca Própria e Meal Solutions.

Estas remodelações têm também um foco relevante ao nível da sustentabilidade e da mobilidade elétrica. O Pingo Doce terminou o ano com a maior rede de postos de carregamento do país, uma aposta que vai ao encontro dos seus objetivos de desenvolvimento sustentável, contribuindo para a transição energética e para a redução da pegada de carbono, ao mesmo tempo que disponibiliza um importante serviço aos seus clientes, que podem carregar os veículos elétricos, com rapidez e conveniência, enquanto fazem compras.



3.1.3. Recheio

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

O ano de 2024 foi desafiante e exigiu de nós resiliência e capacidade de adaptação. Após um 2023 marcado por inflação elevada, enfrentámos um contexto económico de queda de inflação e de desaceleração do crescimento das vendas alimentares, aliado a uma mudança no comportamento do turismo interno, com um consumidor mais cauteloso também nos gastos em restauração.

Apesar deste contexto adverso, destacámo-nos pela agilidade no ajuste de estratégias, pela inovação e dinâmica comercial, que nos permitiram reforçar a nossa posição de liderança e crescer nos diversos canais onde o Recheio opera, nomeadamente no canal HoReCa, tanto nas nossas lojas de cash & carry, como ao nível da distribuição, através do Recheio Masterchef.

Ao longo do ano, intensificámos os esforços para continuar a fortalecer o canal de retalho tradicional, investindo para ampliar a nossa presença e consolidar o valor da cadeia Amanhecer. Apesar da forte pressão comercial e do crescimento do retalho moderno, alcançámos um marco histórico com a abertura da loja 700, um símbolo do contínuo crescimento e expansão da rede de parceiros Amanhecer.

Este desempenho reflete o trabalho árduo e a dedicação das nossas equipas, que, mais uma vez, demonstraram a capacidade do Recheio prosperar mesmo em circunstâncias adversas. Mantivemos o foco na sustentabilidade e na oferta de soluções que respondem às necessidades de cada segmento-alvo, reforçando a confiança e a relação de parceria com os nossos clientes.

Em 2024, celebrámos a força e o compromisso das nossas equipas. Cada conquista é um reflexo da paixão e dedicação que investimos diariamente no nosso trabalho. A todos os nossos colaboradores e parceiros, o meu mais sincero agradecimento.

Estamos confiantes de que, em 2025, continuaremos a superar desafios, a inovar e a construir um futuro de sucesso sustentável para o Recheio e para todos aqueles que fazem parte da nossa missão.



Vendas
1.357 M€
(+1,9%)

N.º lojas
39 e 4
plataformas

LFL
2,1%

EBITDA
69 M€
(-4,6%)

CAPEX
29 M€

Destaques do ano

- Amanhecer ultrapassa as 700 lojas
- Remodelação da loja de Faro para o novo conceito
- 15 lojas com talho Best Farmer
- Lançamento do novo website Recheio com novas funcionalidades e do programa BOOST your Business, que apresenta uma solução digital integrada para impulsionar o negócio dos clientes HoReCa do Recheio

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Distinguido pela Consumer Choice com o prémio da Escolha dos Profissionais, o que acontece de forma consecutiva desde 2015.

Selo distintivo "Produção Sustentável, Consumo Responsável" atribuído pela Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA).

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos:
www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

Mais informações, especificamente acerca de ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório.

Desempenho

Após dois anos marcados por uma elevada inflação alimentar, em 2024 os preços cresceram a um ritmo significativamente mais lento. Para além desta desaceleração, observou-se uma mudança no comportamento do consumidor, que se tornou mais cauteloso nos gastos em restauração. Este contexto exigiu um reforço das campanhas promocionais para continuar a crescer em volume, resultando numa operação com deflação interna.

O ano foi caracterizado pelo crescimento das vendas ao retalho tradicional e por um abrandamento do canal HoReCa, após a forte recuperação registada em 2023. Apesar disso, a insígnia conseguiu consolidar a sua posição no mercado, aumentando o número de clientes em todos os segmentos e expandindo as parcerias da rede de lojas Amanhecer, que terminou o ano com 706 estabelecimentos (mais 96 parceiros face a 2023).

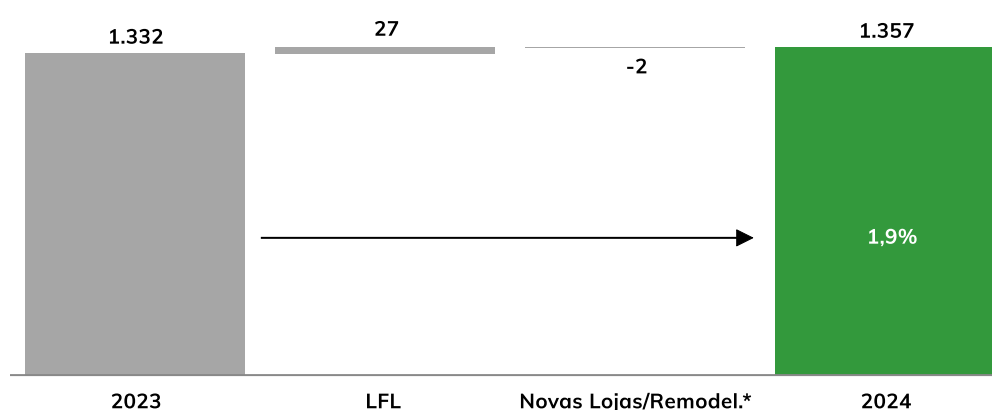
Ao longo do ano, o desempenho por trimestre revelou um comportamento distinto. Se o canal HoReCa desacelerou nos primeiros três trimestres, foi possível observar uma ligeira aceleração no último trimestre, beneficiando de uma base de comparação mais equilibrada. O retalho tradicional, por sua vez, manteve um ritmo de crescimento estável, sustentado pelo desenvolvimento da parceria Amanhecer.

Em 2024, o Amanhecer reforçou a proximidade, expandindo o número de lojas e investindo na melhoria do atendimento ao cliente. Um plano de comunicação consistente ajudou a reforçar a notoriedade e o posicionamento da marca como referência em qualidade e preço.

O ano trouxe também inovação em formatos de loja, com o lançamento do projeto piloto Buy&Go em parceria com o Amanhecer. Esta solução foi pensada de forma a dinamizar o comércio tradicional e aproximar a marca de um público mais jovem, reforçando os eixos de proximidade e conveniência. Trata-se de uma smart store de venda autónoma que torna assim os produtos da marca Amanhecer mais acessíveis em qualquer hora do dia.

As vendas totais do Recheio atingiram 1.357 milhões de euros, com um crescimento LFL de 2,1%. O canal de Exportação cresceu 3,1%, alargando a presença internacional e consolidando os mercados existentes.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



* Includes exportações

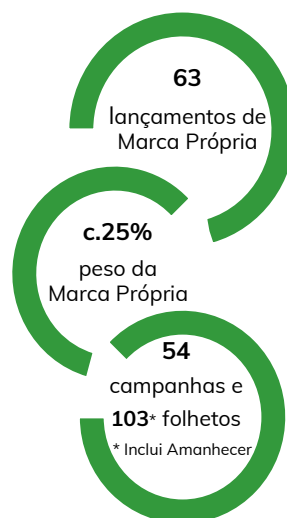
Para destacar o posicionamento de especialista em frescos, foi lançado o folheto “Especial HoReCa 2024”, com foco em categorias como frutas, legumes, peixe e carne. Adicionalmente, reforçou-se o sortido com o conceito de talho Best Farmer, já presente em 15 lojas, promovendo a sustentabilidade e a diferenciação no canal HoReCa.

No campo da sustentabilidade, o Recheio Talks, com o tema “Produção Sustentável – O Futuro da Alimentação”, promoveu o debate sobre práticas sustentáveis no sector alimentar. A transformação digital foi outro pilar estratégico em 2024, com a introdução de ferramentas tecnológicas que trouxeram maior eficiência na gestão de pedidos e reclamações, e permitiram oferecer soluções integradas para digitalizar e otimizar a operação de clientes do canal HoReCa.

Ainda em 2024, o Recheio patrocinou o concurso Jovem Talento da Gastronomia e foi parceiro na 1.ª edição dos TheFork Awards, reforçando o compromisso com a valorização da restauração portuguesa.

O investimento da Companhia totalizou 29 milhões de euros, com destaque para a remodelação da loja de Faro, que melhorou as secções de perecíveis e congelados, ampliando o sortido e melhorando a experiência de compra.

O EBITDA da insígnia cifrou-se em 69 milhões de euros, com uma margem de 5,1%, pressionada pelo reforço das dinâmicas comerciais.



3.1.4. Ara

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

O ano de 2024 antecipava-se cheio de desafios e a realidade confirmou essa expectativa.

Perante um consumidor com parco poder de compra depois de vários anos de elevada inflação, mantivemos o compromisso de oferecer os preços mais baixos do mercado e as melhores oportunidades de poupança extra através de promoções semanais, tornando, assim, possível, às famílias colombianas comprar mais por menos.

Continuámos a desenvolver a nossa oferta com ênfase nas categorias de perecíveis, higiene pessoal e higiene do lar, e alargámos as gamas das nossas marcas próprias com 146 novos lançamentos.

Em 2024, atendemos mais de 1 milhão de clientes por dia nas nossas lojas e reforçámos a nossa proximidade com 150 aberturas e a inauguração de um centro de distribuição em Cali.

Prevemos que em 2025 o consumidor se mantenha prudente e sensível ao preço, num contexto que não deverá ser distinto do que vivemos no ano que encerrou. Manteremos a nossa determinação em oferecer os preços mais baixos possíveis aos nossos clientes, para o que continuarão a contribuir de forma decisiva a eficiência operacional e a disciplina no controlo de custos que temos também como pilares do nosso modelo de negócio.



Vendas
2.850 M€
(+17%)

N.º lojas
1.438

LFL
+0,2%

EBITDA
96 M€
(+113,1%)

CAPEX
171 M€

Destaques do ano

- Abertura de 150 lojas, alargando a presença da marca para mais de 360 municípios
- Lançamento de promoções semanais e preços baixos todos os dias - "En Ara Sí te alcanza para TODO"
- Investimento social de um milhão de euros no programa "Um milhão de razões"

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Programa de investimento social "Um milhão de razões" premiado pelo jornal Portafolio na categoria "Corporate Social Responsibility".

Reconhecimento pela Associação de Bancos Alimentares da Colômbia do compromisso da Ara com a segurança alimentar e a luta contra a fome.

Reconhecimento pelo Instituto Colombiano de Bem-Estar (ICBF) do apoio com às crianças colombianas mais vulneráveis.

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos:
www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

Mais informações, especificamente acerca de ações no âmbito da sustentabilidade, podem ser consultadas no capítulo 5. deste Relatório.

Desempenho

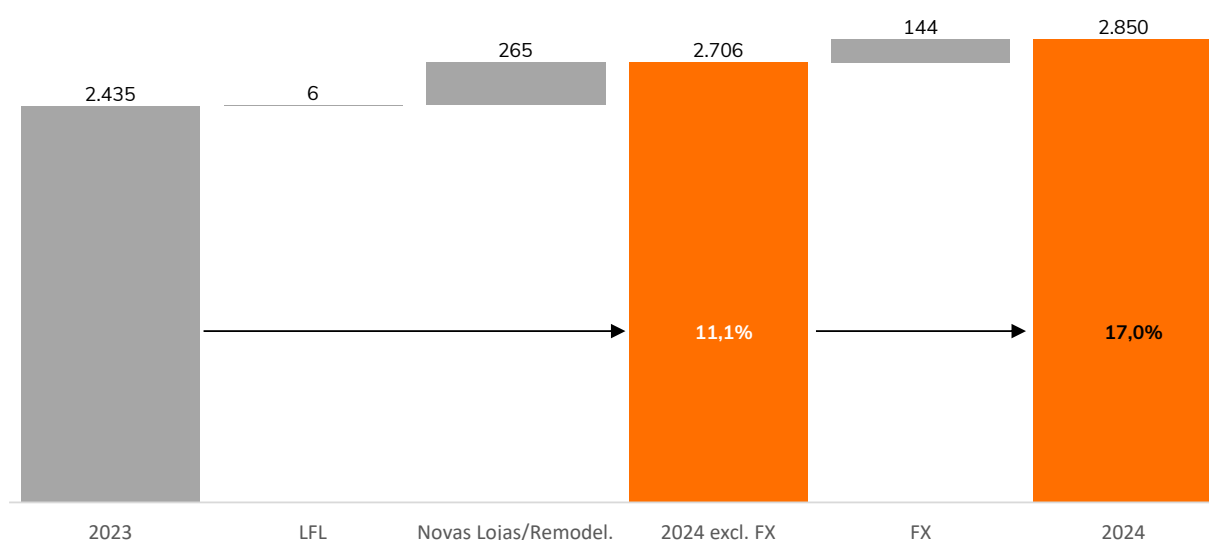
Apesar da desaceleração da inflação, os preços, incluindo os dos bens alimentares, mantiveram-se altos, em resultado da elevada inflação dos últimos três anos, pressionando o rendimento das famílias ao longo de 2024. Esta constante perda de poder de compra pelos consumidores colombianos tem condicionado o crescimento em volumes e levado a *trading down* no mercado.

A Ara manteve-se focada na execução da sua estratégia comercial, garantindo a melhor proposta de valor para os consumidores e fortalecendo a sua posição de mercado. Através de uma dinâmica promocional forte e preços consistentemente baixos, a Companhia continuou a criar oportunidades de poupança relevantes para as famílias colombianas, especialmente num contexto difícil.

Ao longo do ano, a insígnia, manteve o propósito de conquistar o reconhecimento dos consumidores e de aumentar a sua quota de mercado nas regiões onde está presente. A Ara esteve ao lado das famílias colombianas, oferecendo qualidade e inovação na oferta, e aumentando o peso das promoções no total das vendas.

As vendas, em moeda local, cresceram 11,1%, incluindo um LFL de 0,2%. Em euros, as vendas atingiram 2,9 mil milhões, 17% acima de 2023.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



Em 2024, a Companhia desenvolveu fortes campanhas promocionais em loja, que se tornaram já a imagem de marca da Ara. É disso exemplo a ação “En Ara Sí te alcanza para TODO”, uma campanha semanal nacional que oferece oportunidades de poupança extra em vários produtos, permitindo reforçar a perceção geral de preço. Como forma de chegar a um perfil de consumidor mais jovem e digital, estas campanhas foram ainda divulgadas nas redes sociais.

Outra campanha com impacto foi a “Fútbol Locura”, que teve como principal objetivo atrair mais clientes e aumentar vendas, potenciando as contrapartidas do patrocínio concedido pela Ara à seleção feminina de futebol, que chegou aos quartos-de final-dos Jogos Olímpicos de Paris.

Ao longo do ano foram efetuadas diversas promoções, nomeadamente a maratona de descontos e “Super Hits” diários, e implementadas ações diretamente relacionadas com a apetência dos consumidores para jogos, como, por exemplo, o lançamento das raspadinhas “Aguinaldo”, com ofertas de vales para gastar em produtos nas lojas Ara.

A insígnia voltou a alavancar o seu modelo descentralizado de operações, quer para assegurar a competitividade local, quer para levar a cabo iniciativas com maior impacto nos bairros aproveitando as aberturas de loja, com campanhas adaptadas e a participação e envolvimento nas festividades das

regiões. Estas ações – ativações de loja e brochuras regionais – permitiram crescer vendas em categorias estratégicas, bem como aumentar o cabaz e angariar novos clientes.

Adicionalmente, foram executadas estratégias especiais de combinação de meios de comunicação, incluindo rádio regional e campanhas digitais segmentadas para aumentar a diferenciação.

As Marcas Próprias continuaram a ganhar relevância, num ambiente pautado por *trading down*, no qual as opções de qualidade associadas a preços baixos foram decisivas. A Companhia continuou assim a apostar na diferenciação e na inovação do seu sortido, tendo lançado 146 novos produtos das suas marcas e procedido a 11 relançamentos. Foi disso exemplo o desenvolvimento e lançamento da marca “BEM”, sob a qual se oferece uma gama de produtos saudáveis, que incluiu várias variedades de chá e bolachas integrais.

Ao longo do ano foram ainda desenvolvidas diversas campanhas especiais em categorias de Marca Própria com foco em laticínios, limpeza de casa e higiene pessoal.

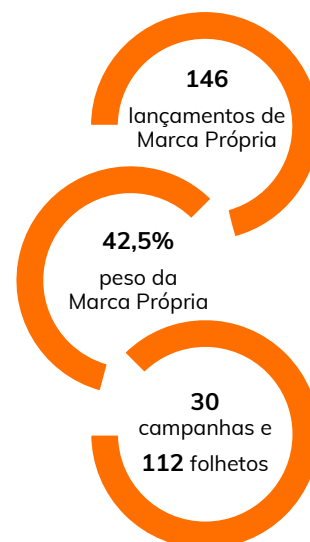
A Ara manteve como prioridade a sua expansão orgânica, investindo 171 milhões de euros na abertura de 150 novas lojas, das quais 10 Bodegas del Canasto, e na remodelação de 15 localizações. De forma a permitir o abastecimento mais eficiente do seu parque de lojas, a Companhia inaugurou no início do ano um novo centro de distribuição, gerando ganhos de produtividade, principalmente ao nível dos custos de transporte.

Ainda com foco na eficiência e no reforço do seu compromisso com a sustentabilidade, a Ara implementou painéis solares em seis centros de distribuição e em mais de 226 lojas durante o ano, permitindo aumentar o uso de energia fotovoltaica e contribuir para o compromisso do Grupo em matéria de descarbonização.

Em 2024, a Companhia alocou um milhão de euros ao programa de investimento social “Um milhão de razões”, com dois objetivos principais: promover a saúde através da alimentação, com especial ênfase no combate à desnutrição infantil, e apoiar comunidades locais através da criação de projetos de capacitação social, nos quais a educação desempenha um papel fundamental para a mudança.

Ainda no âmbito da sustentabilidade social há a destacar o acordo estabelecido entre a Ara e o Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF) para combater a desnutrição infantil através da oferta de apoio alimentar a milhares de famílias colombianas.

O EBITDA foi de 96 milhões de euros, 113,1% acima do ano anterior (mais 102,3% em moeda local), com a respetiva margem a situar-se nos 3,4% (1,9% em 2023). A subida da margem EBITDA traduz a alteração da dinâmica comercial e o trabalho contínuo ao nível dos custos que permitiram mitigar os efeitos do frágil contexto de consumo.



3.2. Agroalimentar

3.2.1. Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

Em 2024 completou-se a primeira década da JMA, durante a qual se criaram e desenvolveram quatro áreas de negócio bem distintas entre si: indústria de laticínios, agropecuária, aquacultura, e frutas e vegetais, com unidades de negócio e participações em Portugal, em Marrocos e na Noruega. Todas as áreas de negócio continuaram a implementar os seus planos de forte crescimento, com a área de laticínios a apresentar-se como a única já em fase de consolidação.

No ano, a atividade de agropecuária ficou marcada pela expansão da capacidade de engorda em Monte de Trigo, pelo início da operação da nova unidade de Pernes e pelo arranque da operação na nova vacaria automatizada.

Na aquacultura, concluiu-se a obra da unidade de acondicionamento em Vila Real de Santo António e assistiu-se a um rápido desenvolvimento do projeto de salmão na Noruega, que permitirá o início da operação no final de 2025, através da participada Andfjord Salmon.

No sector das frutas e vegetais finalizou-se a plantação de mandarinas tango, terminaram-se os trabalhos preparatórios de 100 hectares adicionais de laranja biológica, e desenvolveu-se a primeira campanha internacional de venda de uvas “hey,vita!” com um trabalho extenso de divulgação da marca.

Foram desenvolvidos os websites para cada marca, a JMA formou a sua equipa comercial e realizou iniciativas destinadas a abrir canais de venda com o objetivo de promover os seus produtos no mercado nacional e internacional, permitindo aumentar a sua atividade e diversificar os clientes em 2025.

Em 2025 perspetiva-se um ano de consolidação dos atuais negócios, tirando partido do know-how acumulado e da capacidade já instalada, bem como do reforço da presença nos diferentes mercados, dando continuidade ao trabalho comercial iniciado em 2024.

Destaques do ano

- JMA celebrou dez anos de atividade
- Terra Alegre renovou a certificação IFS (International Featured Standard)
- Best Farmer reforçou, em conjunto com o Recheio, o seu posicionamento através dos talhos Best Farmer, estando já presentes em 15 lojas da rede de cash & carry
- Na aquacultura, aumentou-se a participação no capital da Andfjord Salmon para 28%
- Na área de frutas e vegetais, destaque para a produção e comercialização, em Portugal e na Polónia, de uvas biológicas sem grainha sob a marca “hey,vita!”

Mais informações acerca de ações da JMA, e especificamente no âmbito da sustentabilidade, podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório.

FOCO NO ABASTECIMENTO DE PRODUTOS ESTRATÉGICOS

Em 2024, a JMA celebrou dez anos de atividade. Dividida em quatro áreas de negócio – laticínios, agropecuária, aquacultura, e frutas e vegetais –, tem atualmente presença geográfica no território nacional (Portugal Continental e Madeira), em Marrocos e uma participação financeira na Noruega, empregando já mais de 500 colaboradores.

Perante um contexto de mercado desafiante, e com significativa inflação dos custos, principalmente ao nível dos salários e commodities (nos custos de produção e eletricidade), a JMA manteve intacta a sua missão de assegurar a disponibilidade de produtos-chave, garantindo a segurança alimentar, inovação e diferenciação.

Na área de laticínios, a Terra Alegre continuou a atestar a integridade e qualidade dos seus produtos e processos alimentares, tendo obtido um resultado de excelência no âmbito da auditoria IFS, um referencial reconhecido pela Global Food Safety Initiative (GFSI), e renovou a certificação ambiental de Saúde e Segurança no local de Trabalho (SST).

Na agropecuária, a Best Farmer escalou os projetos lançados no ano anterior e reforçou o posicionamento e a visibilidade da marca através da expansão do talho Best Farmer para 15 lojas do Recheio, depois do primeiro ter sido inaugurado em 2023.

Numa estratégia sustentável do negócio da produção de carne angus foi iniciada a operação numa nova unidade localizada em Pernes, Santarém (centro de Portugal).

Após a conclusão da obra de construção da ordenha robotizada na vacaria localizada em Monte do Trigo, o ano de 2024 ficou também marcado pelo início desta operação.

De igual modo, 2024 foi um ano de grandes avanços para a aquacultura, tendo a JMA reforçado a sua participação na Andfjord Salmon, para 28% (de 25,1%) do respetivo capital.

Dando continuidade à introdução da indústria da aquacultura em Vila Real de Santo António, no Algarve, a Seaculture finalizou o projeto de estrutura logística, quer em terra (edifício e cais de apoio), quer em mar, e deu início às pescas. É também nesta zona do país que está a ser finalizada a unidade de acondicionamento de suporte à operação.

Na área de produção de frutas e vegetais, a JMA passou a deter 100% do capital da Outro Chão (uvas biológicas sem grainha) e aumentou de 50% para 80% a participação na Supreme Fruits (mandarina tango e frutos de caroço: pêssegos, nectarinas e ameixas).

A Outro Chão arrancou com a operação da sua unidade integrada de embalagem que permitiu, com o mínimo de impacto na qualidade e validade do produto, comercializar cerca de 1.500 toneladas de uvas biológicas sem grainha, em Portugal e na Polónia sob a marca "hey,vita!" (lançada em 2023).

Enquanto desenvolve e adapta cada unidade de negócio, a JMA mantém o foco na sustentabilidade e qualidade, tendo obtido certificações para produtos e processos específicos que vêm atestar esse trabalho. São disso exemplo a obtenção e renovação de certificações Global Gap na atividade de aquacultura na Madeira e na produção de uvas biológicas sem grainha, e a obtenção da certificação IFS na unidade de embalagem desta última.

Durante o ano foram lançados os websites institucionais de cada uma das marcas da JMA.



3.3. Retalho Especializado

3.3.1. Hebe

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

Em retrospectiva, 2024 foi um ano extremamente desafiante para a Hebe. Enfrentámos uma dinâmica de mercado mais difícil, com um abrandamento do consumo e uma concorrência bastante determinada. Apesar destes desafios, a Hebe conseguiu apresentar, mais uma vez, um forte crescimento de vendas, ganhos sólidos de quota de mercado e um aumento substancial de rentabilidade.

O ano foi marcado por um impulso no nosso negócio online, com o e-commerce na Polónia a crescer duas vezes mais depressa do que o nosso canal offline e com os novos mercados a evoluir muito positivamente. A Hebe é, sem dúvida, um retalhista omnicanal consolidado. No âmbito da nossa estratégia online, o Hebe Partner Programme (HPP - Programa de Parceiros Hebe) provou ser uma alavanca de crescimento e diferenciação, permitindo-nos reforçar significativamente a nossa oferta, em linha com o nosso objetivo de nos tornarmos o destino de referência em Saúde e Beleza.

Mantemos a nossa visão de alargar o alcance da insígnia a toda a região da Europa Central e de Leste. Um ano após o lançamento das operações na Chéquia e na Eslováquia, abrimos em 2024 as duas primeiras lojas físicas na Eslováquia e inaugurámos outra loja em Praga, tendo terminando com cinco lojas físicas internacionais.

Da mesma forma, traçámos estratégias e desenhamos a nossa configuração logística futura, com a construção do nosso novo centro de distribuição, no sul da Polónia, já negociada e em curso. Este investimento, o maior da história da Hebe, será fundamental para apoiar o nosso crescimento futuro, com uma forte aposta no digital e no internacional.

O próximo ano irá certamente ser sinónimo de desafios adicionais. No entanto, acredito firmemente que a nossa resiliência e a nossa convicção intransigente na nossa visão a longo prazo nos conduzirão a mais um ano bem-sucedido.



Vendas
583 M€
(+24,3%)

N.º lojas
381

LFL
+8,5%

EBITDA
59 M€
(+39,4%)

CAPEX
20 M€

Destaques do ano

- App responsável por mais de 50% das receitas online
- Abertura da primeira loja física na Eslováquia, terminando o ano com um total de cinco lojas fora da Polónia
- O HPP aumentou a sua importância ao melhorar a capacidade de acesso a uma gama mais vasta de produtos e ao reforçar a Hebe em categorias-chave
- 220k+ seguidores no Instagram, mais de 600k seguidores no Facebook e já 59k seguidores no TikTok

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Retail Champion 2024 com a pontuação mais elevada de recomendação dos consumidores: Retail Champion of the Year 2024 na categoria “Excelência em Tecnologia” por soluções inovadoras em compras online e aplicações móveis, e uma distinção especial pelo maior progresso na categoria “Programa de Fidelização”, atribuída pela European Conferences United, European Circular Retail Foundation e GfK Poland.

Drugstore of the Year 2024 premiada pelo website wiadomoscikosmetyczne.pl.

Premiada com a “The Service Quality Star 2024” no inquérito de satisfação do cliente realizado através do website jakoscobslugi.pl no âmbito do Programa Polaco de Qualidade de Serviço, em cooperação com a SecretClient®.

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos:

www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

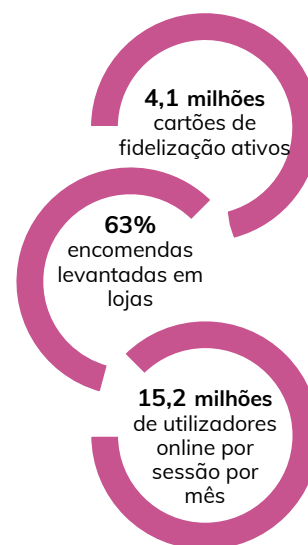
Mais informações, especificamente acerca de ações no âmbito da sustentabilidade, podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório.

Desempenho

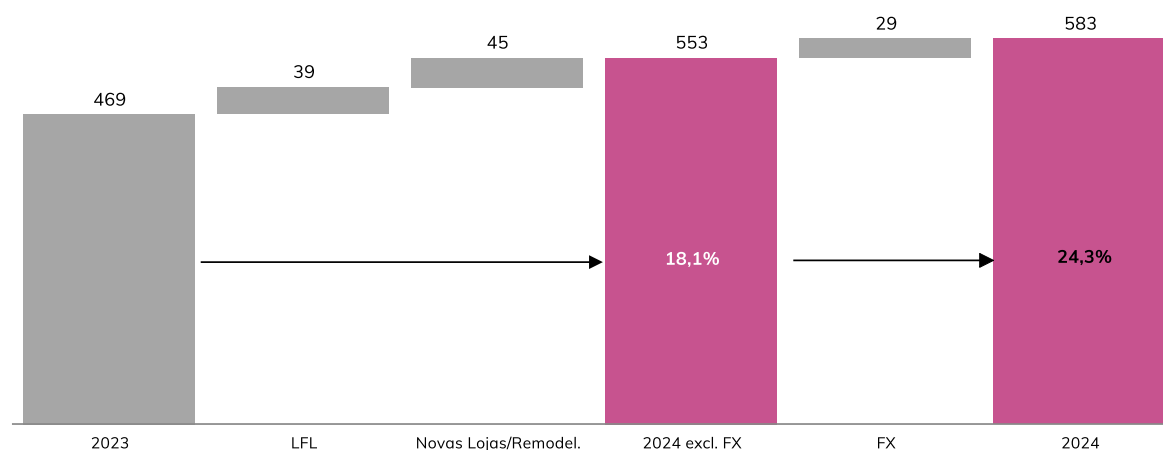
Em 2024, a Hebe continuou determinada em cumprir os seus objetivos, apesar dos vários desafios de mercado que enfrentou. A Companhia aumentou vendas, com contribuição positiva de todas as principais categorias – Maquilhagem, Rosto, Cabelo e Perfumes. As vendas cresceram 24,3% em comparação com o ano anterior, com um LFL de 8,5%.

A atividade promocional foi reforçada para impulsionar as vendas, centrando-se nas categorias principais. A Hebe tornou-se um retalhista internacional e digital, com operações em três países e apresentando um crescimento rápido.

Em 2024, o EBITDA aumentou para 59 milhões de euros, 39,4% face ao ano anterior. A margem EBITDA fixou-se nos 10,2% (9,1% em 2023), apesar da pressão concorrencial significativa e do investimento em novos mercados.



Vendas Líquidas (€ Milhões)



Num contexto caracterizado pelo aumento da concorrência e por um crescimento mais lento do mercado, a Companhia continuou a ganhar quota de mercado.

As vendas online continuaram a crescer rapidamente, representando 19% das vendas totais, com contribuições significativas do HPP e dos mercados internacionais (Chéquia e Eslováquia). Em 2024, concentrámo-nos em melhorar a experiência do cliente, aumentando a qualidade geral dos nossos ativos digitais, nomeadamente com um novo departamento de apoio ao cliente e um programa de fidelização reforçado.

A Companhia continuou a melhorar a sua oferta como um fator de diferenciação. A Hebe pretende tornar-se o destino final em Saúde e Beleza, aumentando a disponibilidade do sortido principalmente nos canais online e através do HPP, o qual permite aceder a uma vasta gama de produtos e complementa o sortido da Hebe nas principais categorias.

A utilização da app móvel aumentou significativamente, com as vendas através da app a representarem atualmente mais de 50% das vendas online.

Em 2024, foram abertas lojas físicas da Hebe em ambos os países - Chéquia e Eslováquia - em galerias com movimento intenso, de forma a ajudar a reforçar a proposta de valor digital.

Envolvendo e apoiando as comunidades vulneráveis, a Companhia lançou a terceira edição do programa original “Discover yourself with Hebe (Autodescoberta com a Hebe)”. Esta iniciativa, organizada conjuntamente pela Hebe e pela One Day Foundation, permite a ativação profissional e social de jovens alunos de instituições de acolhimento e de ensino para se prepararem para o seu primeiro emprego nas lojas Hebe em toda a Polónia. O objetivo do programa é ajudar os participantes a tornarem-se independentes, possibilitando-lhes um emprego e fornecendo-lhes apoio de mentores, que são colaboradores atuais da Hebe.

Pela quinta vez, a Hebe foi um parceiro estratégico do programa educativo TOP Women in e-business. Este programa foi criado para apoiar as mulheres no seu desenvolvimento profissional e para lhes permitir mudar o seu percurso profissional.

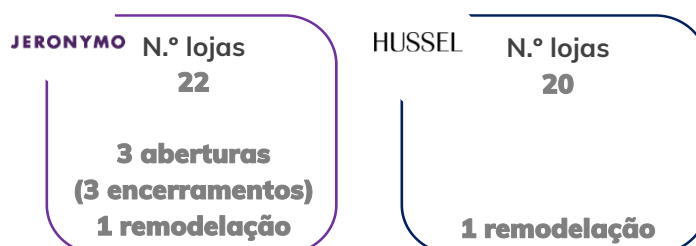
3.3.2. Jeronymo e Hussel

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

2024 foi um ano duro para as companhias face ao contexto em que operam.

A Jeronymo e a Hussel reestruturaram as suas operações, com uma mudança profunda da sua gestão e uma redefinição dos seus modelos de negócio de modo a simplificá-los para fazer face a um futuro que se perspetiva desafiante, com o aumento continuado dos principais custos operacionais (recursos humanos, rendas e matérias-primas, principalmente café e cacau) e a redução das margens para responder à diminuição do poder de compra dos nossos consumidores. Em resultado deste contexto difícil, em 2024, fechámos três cafetarias Jeronymo.

Em 2025 o foco será no crescimento das vendas e na simplificação de processos, potenciando a produtividade de modo a retomarmos a rentabilidade das insígnias.



Destaques do ano

- A Jeronymo apostou numa comunicação renovada e na simplificação e inovação dos seus menus para agilizar a operação
- A Hussel atravessou um ano extremamente desafiante, marcado por negociações comerciais mais complexas com os seus principais fornecedores
- A Jeronymo e a Hussel lançaram oficialmente as suas contas no TikTok

Mais informações, especificamente acerca de ações no âmbito da sustentabilidade, podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório.

FOCO NO CRESCIMENTO

A Jeronymo e a Hussel mantiveram-se empenhadas em desenvolver os respetivos negócios apostando na otimização do sortido e na eficiência operacional. Num contexto marcadamente difícil, as vendas em 2024 cresceram 5,9% na Jeronymo, tendo caído 1,4% na Hussel, face ao ano anterior.

A Jeronymo focou-se em inovar e simplificar os seus menus, introduzindo novos produtos e receitas melhoradas com preços competitivos e promovendo-os com recurso a uma estratégia de comunicação renovada, apresentando uma imagem moderna, simples e alinhada com os valores fundamentais da marca – servir café de elevada qualidade e refeições ligeiras e com ingredientes frescos, para todos, a qualquer hora do dia.

O novo plano de comunicação (quinzenal), com aposta no reforço da presença nas redes sociais e foco no melhorado programa de fidelização, contribuiu para o aumento da base de clientes.

A comunicação digital foi alinhada com a comunicação da loja. A Jeronymo lançou oficialmente a sua conta no TikTok, ampliando sua presença nas redes sociais, que já abrangia Instagram e Facebook.

Além da alteração de imagem, alinhada com o layout criado em 2023, o plano de remodelações da Jeronymo incluiu a renovação de fornos elétricos e a instalação, nas lojas principais, de novos equipamentos configurados e instalados para otimizar a operação. É disso exemplo a remodelação da loja do Cais do Sodré, com elementos decorativos distintivos e com carácter próprio. A loja, situada num ponto de passagem de acesso aos comboios, está agora mais moderna, com mais luz, e mais adaptada ao padrão de consumo dos clientes. Em termos de aberturas, é de destacar a loja de Miraflores, que

recuperou o formato quiosque, com o objetivo de reforçar o conceito 'Coffee & Friends', colocando o café no centro da oferta aos clientes.

A Hussel enfrentou um ano muito exigente, marcado por negociações comerciais mais difíceis com os seus principais fornecedores, em resultado da insolvência do seu acionista e parceiro da Jerónimo Martins – a Hussel GmbH - na Alemanha. Apesar dos desafios impostos pelo contexto de 2024, a insígnia manteve como missão a fidelização à marca. A Companhia continuou a apostar nas suas campanhas de bandeira, na inovação do sortido, no packaging diferenciador e na diversidade de opções de presentes, por forma a tornar estas campanhas ainda mais atrativas.

Em complemento às campanhas temáticas como o Dia dos Namorados, Dia Internacional da Mulher, Dia do Pai, Páscoa, Dia da Mãe, Halloween e Natal, e à sua respetiva difusão nas plataformas de comunicação digital, a Companhia apostou em novas iniciativas de ligação com os clientes como a campanha de degustação, que ofereceu pontos em dobro em todas as compras de gomas a granel. Esta iniciativa mereceu feedback positivo e resultou em novas inscrições no programa de fidelização.

Também a Hussel se iniciou no TikTok, na sua campanha do Halloween, através de uma nova imagem mais envolvente. O conteúdo tem sido bem recebido pela comunidade digital, esperando-se que a entrada nesta plataforma venha a dar novo fôlego à marca, enquanto referência de indulgência com qualidade, no mercado português.

De referir também a iniciativa que juntou a Hussel à associação “A avó veio trabalhar” para celebrar o Dia dos Avós. A atividade, que consistiu em ter duas avós a atenderem clientes na loja das Amoreiras, teve grande aceitação por parte dos clientes deste centro comercial e também conquistou destaque nas plataformas de redes sociais.

4. Perspetivas para os Negócios de Jerónimo Martins

Biedronka

Uma vez que se espera que 2025 continue a ser um ano desafiante, a Biedronka vai continuar a reforçar a sua liderança de preço e a assegurar um elevado nível de disciplina de custos para proteger a sua rentabilidade, mantendo, como sempre, os consumidores no centro das suas escolhas estratégicas.

A Companhia irá manter o seu foco na melhoria dos padrões operacionais das lojas, para reter os seus clientes principais e regulares, assegurando a sua lealdade e satisfação, enquanto trabalha para aumentar o valor da sua Marca Própria através da inovação e diferenciação.

O plano de investimento continuará a contemplar o significativo ritmo de expansão seguido pela insígnia, bem como o ambicioso plano de remodelação de lojas.

Hebe

A ambição da Companhia é clara e permanece inalterada: A Hebe continuará o seu caminho para se tornar o interveniente de referência no sector da saúde e beleza na Europa Central e de Leste, com uma posição de liderança no e-commerce.

Embora o negócio offline na Polónia continue a crescer, os canais online continuarão a ser o principal motor de crescimento. Incentivada pela aceleração das vendas internacionais, a Companhia irá aumentar a sua expansão digital na Chéquia e na Eslováquia.

Ao mesmo tempo, e à medida que a Companhia cresce, será feito um investimento significativo em logística, que será fundamental para apoiar o desenvolvimento do e-commerce e do negócio internacional.

Pingo Doce

O Pingo Doce pretende continuar a reforçar a sua proposta de valor, assente na proximidade e na oferta das melhores oportunidades de poupança aos seus clientes.

A insígnia vai manter a aposta na modernização do seu parque de lojas e aumentar o número de restaurantes Comida Fresca, ao mesmo tempo que continuará a investir em medidas de eficiência operacional, nomeadamente com a instalação de self-checkouts, melhorando o serviço de frente de loja e a experiência de compra.

Simultaneamente, a Companhia prosseguirá a transformação digital e o compromisso com a sustentabilidade como eixos de orientação estratégica.

Recheio

Em 2025, o Recheio manterá o foco no crescimento de volumes e na proteção da rentabilidade num contexto que se espera igualmente desafiante. Para alcançar os seus objetivos, a insígnia terá como prioridades:

1. Expansão e remodelações: continuar a melhorar a experiência de compra e o serviço aos clientes, aproximando ainda mais o Recheio das suas necessidades;
2. Transformação digital: reforçar a experiência de compra através de plataformas digitais, como o site e a aplicação, e implementar novas tecnologias em loja para maior eficiência e personalização;
3. Expansão do retalho tradicional: manter o ritmo de crescimento da parceria com as lojas Amanhecer, consolidando a presença da marca e a sua competitividade;
4. Sustentabilidade: promover práticas sustentáveis em toda a operação, com foco na preservação de recursos naturais e no desenvolvimento de sortidos e processos mais eficientes.

Com estas iniciativas, o Recheio pretende reforçar o seu papel de referência no setor, continuando a responder às expectativas dos seus clientes e parceiros.

Ara

Na Colômbia, é expectável que o consumo se mantenha pouco dinâmico.

Em 2025, a insígnia manterá o foco na liderança de preço e na atividade promocional indo ao encontro das necessidades das famílias colombianas e construindo uma forte perceção de preços baixos associados a qualidade. Para esta última contribuirá a comunicação junto dos consumidores e o desenvolvimento do sortido, que permitirão à Ara continuar a aumentar a sua base de clientes e tornar-se a loja de proximidade de referência no retalho alimentar na Colômbia.

A expansão do parque de lojas permanecerá como uma prioridade para a Companhia que manterá um ritmo dinâmico de aberturas, em linha com a sua visão de longo prazo no que respeita ao potencial do mercado e à adequação do seu modelo de negócio.

Na primeira metade de 2025, a Ara pretende também integrar progressivamente na sua rede de lojas c.70 localizações anteriormente operadas pela Colsubsídio, adaptando-se ao seu conceito de loja.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

As alterações climáticas vão continuar a gerar pressão nos processos e nas áreas de negócio da JMA, com impacto direto no aumento dos custos de produção.

Irão igualmente persistir os desafios para continuar a desenvolver novos produtos adaptados à evolução das preferências dos consumidores, e encontrar modelos sustentáveis de produção.

Neste contexto, as áreas de JMA vão manter-se focadas na otimização da utilização de recursos naturais, beneficiando de todo o conhecimento disponível e inovando em processos que permitam reforçar a rastreabilidade, a sustentabilidade, a proteção ambiental e a segurança alimentar, e em simultâneo, rentabilizar os investimentos efetuados.

Jeronymo e Hussel

A Jeronymo irá avançar com o seu programa de remodelações, adaptando as cafetarias à nova imagem que aposta num ambiente alinhado com a estratégia da marca. A insígnia continuará a otimizar o seu sortido, com menus ajustados às necessidades dos clientes, com ingredientes frescos e soluções de refeição flexíveis ao longo do dia.

O ano de 2025 ficará marcado pelo 35.º aniversário da Hussel, a celebrar com partilha de histórias e momentos especiais vividos ao longo dos anos.

A Hussel vai manter-se focada na recuperação das vendas, criando parcerias estratégicas que permitam, não só inovar na sua oferta exclusiva, como melhorar as condições de compra, e consequentemente, a sua rentabilidade. Ao mesmo tempo, permanecerá empenhada em alavancar o programa de fidelização, investindo na customização e garantindo uma comunicação eficaz nos canais digitais.

5. Eventos Subsequentes à Data do Balanço

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras.

6. Política de Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração da Sociedade tem mantido uma política de distribuição de dividendos baseada nas seguintes regras:

- valor do dividendo entre 40 a 50% dos resultados consolidados ordinários, ajustados dos efeitos contabilísticos da adoção da IFRS16, por os mesmos não representarem desembolsos de caixa;
- se da aplicação do critério acima resultar uma diminuição do dividendo de determinado ano, face ao atribuído no ano precedente, o Conselho de Administração, se considerar que tal diminuição decorre de situações anormais e meramente conjunturais, poderá propor que o anterior valor seja mantido e até mesmo utilizar para o efeito reservas livres existentes, quando tal utilização não ponha em causa os princípios adotados em matéria de gestão de balanço.

Na Assembleia Geral de 18 de abril de 2024, seguindo a proposta do Conselho de Administração, foi deliberado distribuir dividendos no valor total de 411,6 milhões de euros.

Esta deliberação traduziu-se num dividendo bruto de 0,655 euros por ação (excluindo as 859.000 ações próprias em carteira), pago em maio de 2024, representando um payout de c.50% dos resultados consolidados ordinários (ou c.54% dos resultados líquidos consolidados), quando excluídos dos efeitos da aplicação da IFRS16.

Tendo presente os resultados líquidos consolidados apurados para o ano de 2024, entende o Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Acionistas a distribuição de 370,8 milhões de euros em dividendos, resultantes da aplicação da política acima referida.

Esta proposta corresponde a um dividendo bruto de 0,59 euros por ação (excluindo as 859.000 ações próprias em carteira) e representa um payout de c.50% dos resultados consolidados ordinários (ou c.58% dos resultados líquidos consolidados), quando excluídos dos efeitos da aplicação da IFRS16.

A presente proposta de distribuição de dividendos permite ao Grupo preservar total flexibilidade para continuar a investir de acordo com os seus planos de expansão e aproveitar potenciais oportunidades de crescimento não orgânico, mantendo, em simultâneo, um balanço forte.

7. Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício de 2024, Jerónimo Martins, SGPS, S.A. apresentou resultados líquidos consolidados de 599.001.274,01 euros e resultados líquidos nas contas individuais de 705.214.945,63 euros.

Nos termos do artigo trigésimo primeiro dos estatutos, o Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

- Reservas Livres 294.438.755,83 euros;
- Dotação para a Fundação Jerónimo Martins..... 40.000.000,00 euros;
- Dividendos 370.776.189,80 euros.

O dividendo bruto proposto corresponde a 0,59 euros por ação, excluindo-se as ações próprias em carteira.

Lisboa, 18 de março de 2025

O Conselho de Administração

8. Notas Reconciliatórias

Seguindo as orientações da ESMA de Outubro de 2015 sobre Medidas Alternativas de Desempenho

Demonstração dos Resultados (no Relatório de Gestão)	Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
Vendas e Prestação de Serviços	Vendas e prestação de serviços
Margem	Margem
Custos Operacionais	Inclui as linhas de Custos de distribuição; e Custos administrativos, excluindo €-1.043 milhões relativo a Depreciações e amortizações (nota - Reporte por segmentos de atividade)
EBITDA	
Depreciação	Valor refletido na nota - Reporte por segmentos de atividade
EBIT	
Custos Financeiros Líquidos	Custos financeiros líquidos
Ganhos / Perdas em Joint ventures e Associadas	Ganhos (perdas) em joint ventures e associadas
Outras Perdas e Ganhos	Inclui as linhas de Outras perdas e ganhos operacionais; Ganhos (perdas) na alienação de negócios (quando aplicável); e Ganhos (perdas) em outros investimentos (quando aplicável)
EBT	Resultados antes de impostos
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	Imposto sobre o rendimento do exercício
Resultados Líquidos	Resultados líquidos (antes de interesses que não controlam)
Interesses que não Controlam	Interesses que não controlam
Resultados Líquidos atribuíveis a JM	Resultado líquido atribuível aos Acionistas de Jerónimo Martins

Balanço Consolidado (no Relatório de Gestão)	Balanço Consolidado (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
Goodwill Líquido	Valor apresentado na nota de Ativos intangíveis
Ativo Fixo Líquido	Inclui as linhas de Ativos tangíveis e intangíveis (excluindo o Goodwill líquido de €639 milhões) e adicionando Locações financeiras (€145 milhões)
Direitos de Uso Líquido	Inclui a linha de Direitos de uso deduzido das Locações financeiras (€145 milhões)
Capital Circulante Total	Inclui as linhas de Devedores, acréscimos e diferimentos correntes; Existências; Ativos biológicos; Credores, acréscimos e diferimentos; Benefícios concedidos a empregados; assim como €-49 milhões relativo a Outros valores de natureza operacional. Exclui €-8 milhões de Acréscimos e diferimento de juros (nota - Dívida financeira líquida); e €58 milhões de Aplicações que não qualificam como equivalente de caixa (nota – Devedores, acréscimos e diferimentos)
Outros	Inclui as linhas de Propriedades de investimento; Partes de capital em joint ventures e associadas; Outros investimentos financeiros; Devedores, acréscimos e diferimentos não correntes; Impostos diferidos ativos e passivos; Impostos sobre o rendimento a receber e a pagar; Provisões para riscos e encargos. Exclui €-49 milhões relativo a Outros valores de natureza operacional
Capital Investido	
Total de Empréstimos	Inclui as linhas de Empréstimos obtidos correntes e não correntes
Locações Financeiras	Responsabilidades com locações financeiras (2024: €128 milhões; 2023: €102 milhões) nos termos da norma IAS 17 que vigorava antes da adoção da IFRS16
Locações Operacionais Capitalizadas	Valor refletido nas linhas de Responsabilidades com locações correntes e não correntes excluindo as Responsabilidades com locações financeiras (linha acima)
Acréscimos e Diferimentos de Juros	Inclui as linhas de Instrumentos financeiros derivados; assim como €-8 milhões relativo a Acréscimos e diferimentos de juros (nota - Dívida financeira líquida)
Caixa e Equivalentes de Caixa	Inclui a linha de Caixa e equivalentes caixa; e €58 milhões de Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa (nota – Devedores, acréscimos e diferimentos)
Dívida Líquida	
Interesses que não Controlam	Interesses que não controlam
Capital Social	Capital social
Reservas e Resultados Retidos	Inclui as linhas de Prémio de emissão; Ações próprias; Outras reservas; e Resultados retidos
Fundos de Acionistas	

Cash Flow (no Relatório de Gestão)	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
EBITDA	Corresponde à linha de Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante, incluindo rubricas que não geraram fluxos de caixa, e excluindo custos e proveitos que não têm natureza operacional (€96 milhões)
Pagamento de Locações Operacionais Capitalizadas	Inclui a linha de Pagamento de locações, excluído de €12 milhões correspondente ao pagamento de locação financeira ao abrigo de anteriores normativos
Pagamento de Juros	Inclui a linha de Pagamento de juros de empréstimos; Pagamento de juros de locações; e Juros recebidos
Imposto sobre o Resultado	Imposto sobre o rendimento pago
Fundos gerados pelas Operações	
Pagamento de Capex	Inclui as linhas de Alienação de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis; Alienação de outros investimentos financeiros e propriedades de investimento; Aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis; Aquisição de outros investimentos financeiros e propriedades de investimento; e Aquisição de negócios, líquido do caixa adquirido. Inclui ainda aquisições de ativos fixos tangíveis classificados como locação financeira ao abrigo de anteriores normativos (€-37 milhões)
Variação de Capital Circulante	Inclui as Variações de capital circulante
Outros	Inclui a linha Alienação de negócios (quando aplicável); e custos e proveitos que geraram fluxos de caixa, mas que não têm natureza operacional (€-96 milhões)
Cash Flow	Corresponde à Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa deduzida de Pagamentos de dividendos; Aquisição de partes de capital a interesses que não controlam; de Variação líquida de empréstimos obtidos; e de Variação de Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa. Inclui ainda as Aquisições de ativos fixos tangíveis classificados como locação financeira (€-37 milhões); e deduzido dos Pagamentos de locações financeiras (€12 milhões), ambos ao abrigo de anteriores normativos

**Jerónimo
Martins**



*Demonstrações
Financeiras*

Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras	72
Demonstrações Financeiras Consolidadas	73
1. Demonstrações Financeiras Consolidadas	73
2. Declaração do Conselho de Administração	131
3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	132
4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	139
Demonstrações Financeiras Individuais	142
1. Demonstrações Financeiras Individuais	142
2. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	168

Demonstrações Financeiras Consolidadas

1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	74
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS	74
BALANÇO CONSOLIDADO	75
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	76
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	77

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Página

1. Atividade.....	78
2. Políticas contabilísticas.....	78
3. Rédito de contratos com clientes e reporte por segmentos de atividade.....	90
4. Custos operacionais por natureza.....	93
5. Empregados	94
6. Custos financeiros líquidos.....	97
7. Imposto reconhecido na demonstração dos resultados	97
8. Ativos fixos tangíveis.....	100
9. Ativos intangíveis.....	102
10. Locações	105
11. Investimentos em joint ventures e associadas	107
12. Instrumentos financeiros derivados	108
13. Existências.....	110
14. Devedores, acréscimos e diferimentos.....	111
15. Caixa e equivalentes de caixa	112
16. Capital e reservas.....	112
17. Resultado por ação.....	113
18. Empréstimos obtidos.....	113
19. Provisões.....	115
20. Credores, acréscimos e diferimentos	116
21. Garantias	116
22. Compromissos de capital	117
23. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes.....	117
24. Partes relacionadas.....	120
25. Companhias subsidiárias	122
26. Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam	123
27. Interesses em joint ventures e associadas	123
28. Riscos financeiros.....	124
29. Informações adicionais exigidas por diplomas legais.....	129
30. Eventos subsequentes à data do balanço.....	130

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

				€ Milhões	
				4.º Trimestre	4.º Trimestre
				2024	2023
	Notas	2024	2023		
Vendas e prestação de serviços	3	33.464	30.608	8.700	8.157
Custo das vendas	4	(26.613)	(24.357)	(6.915)	(6.507)
Margem		6.851	6.251	1.785	1.651
Custos de distribuição	4	(5.148)	(4.490)	(1.326)	(1.188)
Custos administrativos	4	(514)	(495)	(124)	(128)
Outras perdas e ganhos operacionais	4.1	(119)	(80)	(45)	(44)
Resultados operacionais		1.070	1.187	289	292
Custos financeiros líquidos	6	(267)	(174)	(73)	(32)
Ganhos (perdas) em joint ventures e associadas	11	(1)	(1)	(0)	(0)
Resultados antes de impostos		801	1.012	216	259
Imposto sobre o rendimento do exercício	7	(195)	(239)	(55)	(57)
Resultados líquidos (antes de interesses que não controlam)		606	773	161	202
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		7	16	2	4
Aos Acionistas de Jerónimo Martins		599	756	159	198
Resultado básico e diluído por ação - euros	17	0,9532	1,2035	0,2533	0,3157

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

				€ Milhões	
				4.º Trimestre	4.º Trimestre
				2024	2023
	Notas	2024	2023		
Resultados líquidos		606	773	161	202
Outros rendimentos integrais:					
Variação do justo valor de instrumentos de capital		-	2	-	-
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregados	5.2	(1)	(3)	(1)	(3)
Imposto relacionado	7.3	0	1	0	1
Itens que não serão reclassificados para resultados		(1)	(0)	(1)	(2)
Diferenças de conversão cambial		14	95	2	82
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	12	0	(0)	(0)	(1)
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de operações estrangeiras	12	(4)	(29)	(2)	(14)
Imposto relacionado	7.3	1	6	0	5
Itens que poderão ser reclassificados para resultados		11	72	(0)	73
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		10	71	(1)	71
Total de rendimentos integrais		616	844	159	273
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		7	16	1	4
Acionistas de Jerónimo Martins		609	828	158	269
Total de rendimentos integrais		616	844	159	273

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

€ Milhões

	Notas	2024	2023
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	8	5.590	5.253
Ativos intangíveis	9	795	790
Propriedades de investimento		8	9
Direitos de uso	10	3.676	3.198
Ativos biológicos		10	8
Investimentos em joint ventures e associadas	11	84	80
Outros investimentos financeiros		2	2
Devedores, acréscimos e diferimentos	14	52	59
Impostos diferidos ativos	7	246	230
Total de ativos não correntes		10.463	9.629
Existências	13	1.997	1.790
Ativos biológicos		19	19
Imposto sobre o rendimento a receber		98	86
Devedores, acréscimos e diferimentos	14	896	829
Instrumentos financeiros derivados	12	0	6
Caixa e equivalentes de caixa	15	1.823	1.938
Total de ativos correntes		4.834	4.668
Total do ativo		15.297	14.297
Capital próprio e passivo			
Capital		629	629
Prémios de emissão		22	22
Ações próprias		(6)	(6)
Outras reservas		(99)	(110)
Resultados retidos	16	2.460	2.278
		3.006	2.814
Interesses que não controlam		247	253
Total do capital próprio		3.253	3.066
Empréstimos obtidos	18	507	280
Responsabilidades com locações	10	3.311	2.853
Credores, acréscimos e diferimentos	20	6	4
Instrumentos financeiros derivados	12	13	6
Benefícios concedidos a empregados	5	79	78
Provisões para riscos e encargos	19	83	79
Impostos diferidos passivos	7	130	104
Total de passivos não correntes		4.127	3.404
Empréstimos obtidos	18	496	485
Responsabilidades com locações	10	607	530
Credores, acréscimos e diferimentos	20	6.800	6.705
Instrumentos financeiros derivados	12	4	13
Imposto sobre o rendimento a pagar		9	94
Total de passivos correntes		7.917	7.827
Total do capital próprio e passivo		15.297	14.297

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

€ Milhões

	Capital próprio atribuível aos Acionistas de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.								Interesses que não controlam	Total do capital próprio
	Capital	Prémios de emissão de ações	Ações próprias	Outras Reservas			Resultados retidos	Total		
				Cobertura fluxos de caixa	Justo valor de ativos financeiros	Reservas cambiais				
Balanco em 1 de janeiro de 2023	629	22	(6)	-	(2)	(182)	1.869	2.331	254	2.585
Variações no Capital Próprio em 2023										
Diferença de conversão cambial	-	-	-	-	-	101	-	101	-	101
Variação do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras	-	-	-	-	-	(29)	-	(29)	-	(29)
Variação do justo valor de instrumentos de capital	-	-	-	-	2	-	-	2	-	2
Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(2)
Outros rendimentos integrais	-	-	-	-	2	72	(2)	72	-	71
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	756	756	16	773
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	-	2	72	755	828	16	844
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(346)	(346)	(17)	(363)
Balanco em 31 de dezembro de 2023	629	22	(6)	-	-	(110)	2.278	2.814	253	3.066
-										
Balanco em 1 de janeiro de 2024	629	22	(6)	-	-	(110)	2.278	2.814	253	3.066
Variações no Capital Próprio em 2024										
Diferença de conversão cambial	-	-	-	-	-	15	-	15	-	15
Variação do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)	-	(4)
Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Outros rendimentos integrais	-	-	-	-	-	11	(1)	10	-	10
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	599	599	7	606
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	-	-	11	598	609	7	616
Dividendos (nota 16.3)	-	-	-	-	-	-	(412)	(412)	(17)	(429)
Aquisição/Alienação de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)	4	(1)
Balanco em 31 de dezembro de 2024	629	22	(6)	-	-	(99)	2.460	3.006	247	3.253

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

€ Milhões

	Notas	2024	2023
Resultados líquidos		599	756
Ajustamentos para:			
Interesses que não controlam		7	16
Impostos		195	239
Depreciações e amortizações		1.043	902
Custos financeiros líquidos		267	174
Ganhos/perdas em joint ventures e associadas		1	1
Ganhos/perdas em instrumentos derivados ao justo valor		7	(0)
Ganhos/perdas em ativos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso		16	15
Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante		2.136	2.104
Variações de capital circulante:			
Existências		(206)	(190)
Devedores, acréscimos e diferimentos		10	(16)
Credores, acréscimos e diferimentos		(9)	384
Provisões e benefícios concedidos a empregados		3	(2)
Caixa gerada pelas operações		1.934	2.280
Imposto sobre o rendimento pago		(280)	(254)
Fluxos de caixa de atividades operacionais		1.654	2.025
Atividades de investimento			
Alienação de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		8	3
Alienação de outros investimentos financeiros e de propriedades de investimento		2	0
Juros recebidos		45	48
Dividendos recebidos		1	1
Aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		(1.005)	(1.080)
Aquisição de outros investimentos financeiros e de propriedades de investimento		(1)	(0)
Aquisição de negócios, líquido do caixa adquirido	11	(20)	(48)
Aquisição de partes de capital a interesses que não controlam		(3)	-
Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa	14	78	(108)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		(896)	(1.184)
Atividades de financiamento			
Pagamento de juros de empréstimos obtidos		(92)	(61)
Pagamento de juros de locações	6	(235)	(180)
Variação líquida de empréstimos obtidos	18	283	198
Pagamento de locações	10	(392)	(348)
Pagamento de dividendos	16	(429)	(363)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		(866)	(752)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(108)	89
Movimentos de caixa e equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		1.938	1.781
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(108)	89
Efeito das variações cambiais		(7)	68
Caixa e equivalentes de caixa no final de dezembro	15	1.823	1.938

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

1. Atividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe de Jerónimo Martins (Grupo), que inclui as Companhias detalhadas nas notas 25 e 27. As atividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2024 encontram-se detalhados no Capítulo 2 – Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento.

O Grupo atua predominantemente nos ramos da Distribuição Alimentar em Portugal, na Polónia e na Colômbia e da Produção Agroalimentar em Portugal. Em 2023 iniciou atividade noutras geografias, nomeadamente na área Agroalimentar (aquacultura) em Marrocos, e no Retalho Especializado a partir da Polónia para a Chéquia e para a Eslováquia. Já no início de março de 2025, abriram as primeiras lojas de Distribuição Alimentar e um centro de distribuição na Eslováquia, esperando-se terminar o mês com cinco lojas a operar.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa, Portugal.

Capital Social: 629.293.220 euros.

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Coletiva: 500 100 144.

A JMH está cotada na Euronext Lisbon desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 18 de março de 2025.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas materiais estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Consolidadas. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras e foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido o contrário.

2.1. Bases de preparação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhões de euros (€ milhões). Devido a arredondamentos, o resultado aritmético dos números apresentados nas parcelas pode não corresponder exatamente aos totais.

Os montantes relativos aos trimestres, bem como as correspondentes variações, não se encontram auditados.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia (UE), à data de 31 de dezembro de 2024.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações e o princípio do custo histórico, exceto no que respeita a propriedades de investimento, instrumentos financeiros derivados, ativos biológicos e ativos financeiros ao justo valor através de resultados, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e pressupostos adotados não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos (nota 2.6).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de preparação:

2.1.1. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

Entre novembro de 2023 e maio de 2024 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adotados pelo Grupo com efeitos a 1 de janeiro de 2024:

Regulamento da UE	Norma do International Accounting Standards Board (IASB) ou Interpretação do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) adotada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2579/2023	IFRS 16 Locações: Responsabilidade com locação resultante de uma venda e relocação ("sale and leaseback") (alterações)	setembro 2022	1 janeiro 2024

Regulamento da UE	Norma do International Accounting Standards Board (IASB) ou Interpretação do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) adotada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2822/2023	IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: i) Classificação de Passivos como correntes e não correntes (alterações); ii) Passivos Financeiros com Compromissos (covenants) (alterações)	janeiro e julho 2020, e outubro 2022	1 janeiro 2024
Regulamento n.º 1317/2024	IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Acordos de Financiamento com Fornecedores (alterações) – ver notas 2.8, 20 e 28.2.2	maio 2023	1 janeiro 2024

O Grupo implementou as alterações acima mencionadas, não tendo havido um impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.1.2. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela UE mas sem aplicação efetiva ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024 e não aplicadas antecipadamente

A UE adotou em novembro de 2024 um conjunto de alterações emitidas pelo IASB, a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2862/2024	IAS 21 Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio: Falta de permutabilidade (alterações)	agosto 2023	1 janeiro 2025

As alterações acima são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.3. Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas pela UE

O IASB emitiu em 2024 as seguintes normas e alterações que se encontram ainda em processo de adoção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 18 Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras (nova)	abril 2024	1 janeiro 2027
IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações)	maio 2024	1 janeiro 2026
IFRS 19 Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações (nova)	maio 2024	1 janeiro 2027
Ciclo de melhoria às normas IFRS – Volume 11: IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa (alterações)	julho 2024	1 janeiro 2026
IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Contratos com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis (alterações)	dezembro 2024	1 janeiro 2026

A Gestão está a avaliar o impacto da adoção futura das novas normas e das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.4. Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, o Grupo não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2024, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores que obriguem à reexpressão das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.2. Bases de consolidação

Datas de referência

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, com referência a 31 de dezembro de 2024, incluem os ativos, os passivos e os resultados das companhias do Grupo, entendidos como o conjunto da JMH e das suas subsidiárias, e das empresas controladas conjuntamente (joint ventures) e associadas, as quais são apresentadas nas notas 25 e 27, respetivamente.

Concentração de atividades empresariais

No registo de transações de concentração que envolvam entidades que se encontram sob controlo do Grupo, os ativos e passivos são valorizados ao seu valor contabilístico, não havendo lugar ao apuramento de impactos em resultados.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controlo cessa.

O Grupo aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos ativos entregues, dos passivos assumidos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pelo Grupo. A quantia transferida inclui o justo valor de ativos e passivos que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição. Os custos diretamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Nos casos em que não é detido 100% do capital das subsidiárias, é reconhecido um interesse que não controla relativo à parcela dos resultados e do valor líquido dos ativos atribuível a terceiros.

Quando o Grupo perde o controlo sobre uma subsidiária, são desreconhecidos os ativos e os passivos da subsidiária, e quaisquer interesses que não controla e outras componentes do capital próprio. Qualquer ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Qualquer interesse retido na entidade é mensurado pelo justo valor quando o controlo é perdido.

As políticas contabilísticas seguidas pelas subsidiárias no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, sempre que necessário, foram corrigidas no processo de consolidação por forma a assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Participações financeiras em associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem uma influência significativa, mas não o controlo, geralmente correspondentes a uma participação entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, segundo o qual, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou prejuízos da associada depois da data da aquisição. A parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição é reconhecida na demonstração dos resultados e a parte nos movimentos pós-aquisição ocorridos em outros rendimentos integrais da associada é reconhecida também em outros rendimentos integrais, com o correspondente ajustamento de contrapartida reconhecido na quantia registada do investimento. O investimento do Grupo em associadas inclui o Goodwill identificado na aquisição.

Para companhias cotadas em bolsa, é utilizada a última informação financeira publicada à data de preparação das demonstrações financeiras. Para companhias não cotadas em bolsa, é utilizada a informação financeira atual ou a melhor estimativa disponível na data de preparação das demonstrações financeiras.

Quando a parte do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o investimento na associada, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efetuado pagamentos em nome da associada.

As políticas contabilísticas das associadas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Participações financeiras em acordos conjuntos

Acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui. O Grupo avaliou a natureza dos seus acordos conjuntos (ver nota 2.6) e para aqueles que determinou como sendo *joint ventures*, os mesmos foram contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os interesses em *joint ventures* são reconhecidos inicialmente pelo custo e ajustados depois para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição e outras variações em outros rendimentos integrais. Numa *joint venture*, quando a parte do Grupo nas perdas é igual ou excede os seus interesses no empreendimento conjunto (que inclui todos os interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido do Grupo na *joint venture*), o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*.

As políticas contabilísticas das *joint ventures* são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Goodwill

Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do exercício.

O Grupo realiza testes de imparidade ao Goodwill numa base anual ou mais frequentemente, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam uma potencial imparidade. O valor reconhecido de Goodwill é comparado com o valor recuperável, que é o valor mais elevado entre o valor de uso e o justo valor menos os custos de vender. Sempre que o valor contabilístico do Goodwill exceder o seu valor recuperável, a imparidade é reconhecida imediatamente como um gasto e não é posteriormente revertida (nota 2.5.1).

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está associado continue a gerar benefícios para o Grupo.

Interesses que não controlam

Interesses que não controlam correspondem à proporção do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das subsidiárias adquiridas que não são, direta ou indiretamente, atribuíveis a JMH.

Transações com interesses que não controlam que não resultem na perda do controlo são contabilizadas como transações de capital - isto é, como transações com os proprietários na sua qualidade de proprietários. A diferença entre o justo valor de qualquer montante pago e a parcela relevante adquirida do valor contabilístico dos ativos líquidos da subsidiária é registada nos capitais próprios. Os ganhos ou perdas nas alienações para interesses que não controlam também são registados nos capitais próprios.

Perda de controlo ou influência significativa

Quando o Grupo deixa de ter controlo ou influência significativa, qualquer participação residual nos capitais próprios é remensurada para o seu valor de mercado, com as alterações a serem reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor é o valor contabilístico inicial para efeitos de subsequente tratamento contabilístico dessa participação como ativo financeiro.

Conversão das Demonstrações Financeiras em moeda estrangeira

As Demonstrações Financeiras das entidades estrangeiras que reportam em moeda funcional diferente da do Grupo (euro) são convertidas para euros utilizando o câmbio de fecho para os ativos e passivos e os câmbios históricos para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respetivas transações.

A diferença cambial decorrente da conversão é registada diretamente nos capitais próprios, líquida do efeito gerado pelo instrumento de cobertura (ver política contabilística descrita na nota 12).

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O Goodwill e os ajustamentos ao justo valor, originados na aquisição de uma entidade estrangeira, são tratados como ativos e passivos da entidade estrangeira e convertidos ao câmbio de fecho. As correspondentes diferenças cambiais são reconhecidas em outros rendimentos integrais.

Saldos e transações entre Empresas do Grupo

As transações inter-companhias, os saldos e os ganhos não realizados entre subsidiárias e entre estas e a Empresa-Mãe são anulados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas, salvo se o custo não puder ser recuperado.

Ganhos não realizados decorrentes de transações com empresas associadas ou joint ventures são eliminados de acordo com a parcela de interesse do Grupo nas associadas ou joint ventures. As perdas não realizadas são da mesma forma eliminadas, salvo se proporcionarem prova de imparidade do ativo transferido.

2.3. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (euro) à taxa de câmbio em vigor à data da transação.

À data do balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, exceto quando se tratam de ativos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa ou cobertura de investimentos em entidades estrangeiras ou quando estas respeitem a outros investimentos financeiros, que sejam instrumentos de capital próprio, para os quais as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios.

As principais taxas de câmbio consideradas a esta data foram as indicadas abaixo:

Taxas de câmbio de referência do euro (x de moeda estrangeira por 1 euro)	Złoty Polaco (PLN)	Peso Colombiano (COP)
Taxa em 31 de dezembro de 2024	4,2750	4.580,6700
Taxa média do ano	4,3049	4.405,1700
Taxa em 31 de dezembro de 2023	4,3395	4.223,3700
Taxa média do ano	4,5336	4.639,6600

Para além destas moedas, o Grupo efetua transações com base em outras moedas e detém subsidiárias com outras moedas funcionais, que, no entanto, representam reduzida materialidade.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital noutra entidade.

Os instrumentos financeiros são compensados e a sua quantia líquida é apresentada no Balanço Consolidado se existir um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de pagar numa base líquida, realizando os ativos e liquidando os passivos em simultâneo.

2.4.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e na mensuração subsequente, ao custo amortizado, ao justo valor através de Outros Rendimentos Integrais (ORI), ao justo valor através de resultados, ou derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efetiva, conforme apropriado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro e do modelo adotado pelo Grupo para os gerir. Com exceção das contas a receber, os ativos financeiros que não estejam ao justo valor através de resultados são inicialmente mensurados pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos diretamente em resultados. Créditos comerciais a receber são mensurados pelo preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de ORI, é necessário que ele possua fluxos de caixa que sejam 'apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros' (conhecido por "Solely Payments of Principal and Interest" ou "SPPI") sobre a quantia principal em aberto. Esta avaliação é designada por teste SPPI e é executada ao nível do instrumento. O modelo adotado pelo Grupo para gerir ativos financeiros refere-se à forma como os seus ativos financeiros são geridos para obtenção dos fluxos de caixa. O modelo adotado determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros, ou de ambos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se forem detidos dentro do modelo adotado, com o objetivo de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro deem origem a fluxos de caixa em datas específicas que sejam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da Taxa de Juro Efetiva (TJE) e são sujeitos a testes de imparidade. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou objeto de imparidades.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem principalmente créditos comerciais a receber.

ii. Ativos financeiros ao justo valor através de ORI

O Grupo mensura os ativos financeiros ao justo valor através de ORI se forem detidos dentro do modelo adotado, com o objetivo comum de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e para venda, e os termos contratuais do ativo financeiro deem origem a fluxos de caixa em datas específicas que sejam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Para instrumentos de dívida ao justo valor através de ORI, o rendimento de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de imparidades são reconhecidos na demonstração dos resultados e tratados da mesma maneira que os

ativos financeiros ao custo amortizado. O restante justo valor é reconhecido em ORI. Após o desreconhecimento, o justo valor acumulado reconhecido anteriormente em ORI é reciclado para resultados.

O Grupo não detém quaisquer ativos financeiros nesta categoria.

iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de ORI (instrumentos de capital)

Depois do reconhecimento inicial, o Grupo pode decidir classificar de forma irrevogável instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI quando eles cumprem a definição de capitais próprios e não são detidos para negociação. A classificação é determinada numa base instrumento a instrumento.

Ganhos ou perdas nestes ativos financeiros reconhecidos anteriormente em ORI nunca são reciclados para resultados. Os dividendos são reconhecidos como proveitos financeiros na demonstração de resultados quando o direito ao seu recebimento for estabelecido. Instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI não são sujeitos a testes de imparidade.

O Grupo elegeu classificar de forma irrevogável os seus instrumentos de capital cotados e não cotados dentro desta categoria. Os instrumentos de capital não cotados são registados ao custo quando o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade.

iv. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria corresponde aos ativos financeiros que não cumprem com os critérios para custo amortizado ou justo valor através de ORI e incluem os ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados, ou ativos financeiros requeridos que sejam mensurados ao justo valor.

Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de serem vendidos ou recomprados num curto prazo. Os derivados, incluindo derivados embutidos separados, são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam designados como instrumentos de cobertura efetiva. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, independentemente do modelo adotado. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos no Balanço pelo seu justo valor, com as alterações líquidas do justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Esta categoria inclui os instrumentos derivados não considerados para contabilidade de cobertura.

Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: i. os direitos contratuais do Grupo a receber fluxos de caixa expiram; ii. o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse; ou iii. não obstante reter uma parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse, o Grupo transferiu o controlo desses ativos.

2.4.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumentos de cobertura efetiva, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos, financiamentos e contas a pagar, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem credores comerciais e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, incluindo descobertos bancários e instrumentos financeiros derivados.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos financeiros detidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui também instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo que não sejam designados como instrumentos de cobertura numa relação de cobertura tal como definido na IFRS 9. Ganhos ou perdas nos passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

ii. Passivos financeiros ao custo amortizado

Depois do reconhecimento inicial, credores e outras contas a pagar, empréstimos remunerados e financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método TJE. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efetiva.

O custo amortizado é calculado tendo em consideração qualquer desconto ou prémio na aquisição e comissões ou custos que sejam parte integral da TJE. A amortização da TJE é incluída nos custos financeiros na demonstração dos resultados.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada com o passivo é dispensada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o respetivo valor contabilístico é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.5. Imparidade

2.5.1. Imparidade de ativos não financeiros

Excetuando propriedades de investimento, existências (nota 13) e impostos diferidos ativos (nota 7.3), os ativos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Independentemente de existirem ou não indícios de imparidade, para o Goodwill, para ativos intangíveis em curso, e para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos ativos do Grupo para os quais existem indícios de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de ativos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos associados à venda e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão.

A quantia recuperável dos ativos que, por si só, não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida relativa a Goodwill não é revertida.

As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2. Imparidade de ativos financeiros

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

O Grupo reconhece imparidades para Perdas de Crédito Esperadas (PCE) em ativos financeiros não mantidos ao justo valor através de resultados. As PCE são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados de acordo com a estimativa da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa estimados incluem os fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que façam parte integral dos termos contratuais.

As PCE são reconhecidas em duas etapas. Para exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as PCE são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de incumprimento possíveis de ocorrer nos próximos 12 meses (PCE de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento do incumprimento (PCE considerando a vida do ativo).

Para as contas a receber, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das PCE, não atendendo às alterações no risco de crédito, mas reconhecendo uma provisão para perdas com base nas PCE considerando a totalidade da vida do ativo em cada data de reporte. Na realização da avaliação da provisão para perdas, o Grupo tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e fatores prospetivos específicos dos devedores e da envolvente económica.

O Grupo considera um ativo financeiro em incumprimento quando o prazo contratual de pagamento foi ultrapassado em 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo considera também um ativo financeiro em incumprimento quando informação interna ou externa indica que é improvável que o Grupo receba integralmente as quantias contratuais pendentes, antes de considerar quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um ativo financeiro é anulado quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis e Propriedades de investimento

A determinação do justo valor de propriedades de investimento, assim como das vidas úteis dos ativos, é baseada em estimativas da Gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes ativos (incluindo Goodwill) é determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados (DCF - Discounted Cash Flow), que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

O Grupo monitoriza os potenciais impactos decorrentes das alterações climáticas, bem como de eventuais alterações legislativas associadas, que possam afetar os seus negócios e os seus ativos. Até ao momento, não foram identificados impactos relacionados com alterações climáticas que possam afetar, de forma material, a recuperação dos ativos do Grupo. No entanto, caso se venha a justificar, a Gestão irá rever os pressupostos utilizados na mensuração do valor de uso, nas estimativas das vidas úteis e nas análises de sensibilidade efetuadas.

Num contexto internacional particularmente incerto o Grupo manteve uma perspetiva conservadora na revisão anual dos planos de negócio das várias companhias.

De acordo com as projeções atuais das diferentes áreas de negócio, caso os pressupostos de fluxos de caixa se reduzam em 10%, face ao estimado, ou a taxa de desconto considerada seja superior em 100 p.b., todo o Goodwill é, ainda assim, recuperável, não existindo risco de imparidade (ver nota 9.4).

Determinação do prazo das locações em contratos que contenham opções de rescisão e renovação – Grupo como locatário

O Grupo determina o prazo da locação como o período não cancelável da locação, tendo em conta os períodos cobertos por uma opção de prorrogar o contrato, se for razoável que o Grupo venha a exercê-la, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção para rescindir o contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo não venha a exercê-la.

O Grupo possui vários contratos de locação que incluem opções de extensão e rescisão e aplica julgamento ao avaliar se deve ou não exercer as opções de renovar ou rescindir um contrato de locação. Isto é, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a data de início dos contratos, o Grupo reavalia o prazo das locações se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que estejam sob o seu controlo e que afetam a sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customização significativa no ativo da locação). Estas opções são utilizadas por forma a maximizar a flexibilidade operacional na gestão das locações. A maioria das opções de estender ou rescindir um contrato são exercíveis apenas pelas companhias do Grupo e não pelo locador.

Locações – determinação da Taxa de Juro Incremental (TJI)

Na maioria das locações o Grupo não consegue determinar prontamente a taxa de juro implícita nos contratos, portanto utiliza a sua TJI para mensurar as responsabilidades com locações. A TJI é a taxa de juro que o Grupo teria de pagar para obter empréstimos de prazo e garantias similares, para adquirir um ativo idêntico ao ativo da locação num ambiente económico semelhante. Desta forma, a TJI reflete o que o Grupo teria de pagar, o que requer uma estimativa quando não existem taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, em subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas necessitam de ser ajustadas para refletir os termos e condições do arrendamento (por exemplo quando os contratos não estão na moeda funcional da Companhia). O Grupo estima a TJI utilizando informação observável (como taxas de juro de mercado) quando disponível, sendo necessário fazer algumas estimativas específicas da companhia. A TJI média utilizada pelo Grupo para descontar as responsabilidades com locações foi de 6,80% (6,35% em 31 de dezembro de 2023).

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles resultam de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado (ver nota 12).

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor para as Companhias do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1 p.p., o impacto nas contas do Grupo seria o seguinte:

	Impacto nas contas do Grupo	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Portugal	2	0
Polónia	3	0

Um montante positivo significa um ganho nas contas do Grupo.

Imparidade de clientes e devedores

A Gestão mantém um ajustamento para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a refletir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efetuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente, mudanças nos termos de pagamento do cliente e fatores prospetivos específicos dos devedores e da envolvente económica. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva yield para corresponder com o termo expectável das responsabilidades destes planos de benefício.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva yield requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, a qualidade das obrigações e a identificação dos dados atípicos a ser excluídos.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, o Grupo definiu os seguintes intervalos:

Portugal (PT)

- Intervalo restrito [3,05% - 3,45%]
- Intervalo alargado [2,85% - 3,65%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos atuários externos, decidiu reduzir a taxa de desconto de 3,80% para 3,25%.

Polónia (PL)

- Intervalo restrito [5,10% - 5,50%]
- Intervalo alargado [4,90% - 5,70%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos atuários externos, decidiu manter a taxa de desconto em 5,30%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido do Grupo, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Impacto nas responsabilidades com benefício definido				
	Pressuposto utilizado		Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
	PT	PL			
Taxa de desconto	3,25%	5,30%	0,50%	(2)	2
Taxa de crescimento dos salários					
curto prazo	2,00%	5% - 8,5%	0,50%	2	(2)
longo prazo	3,00%	4% - 6%			
Taxa de crescimento das pensões	3,00%		0,50%	-	-
Esperança média de vida	TV 88/90	GUS 2023	1 ano	1	(1)

Um montante positivo significa um aumento de responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso, ou com elevada probabilidade de resultarem em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável, ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando o Grupo espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável, e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como atuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar significativamente os resultados futuros.

Mais informação sobre o indicador "GRI 2-27 – Conformidade com leis e regulamentos" encontra-se detalhada no Capítulo 5 – "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 7. "Frameworks de reporte", secção 7.2. "GRI – Global Reporting Initiative".

Investimento em associadas

A Gestão avaliou o nível de influência que o Grupo tem na Novo Verde – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A., com uma percentagem de controlo de 40% e uma percentagem de interesse de 20,4%. Atendendo ao regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de resíduos, que impossibilita a distribuição de reservas e de resultados retidos por este tipo de sociedades aos seus acionistas, não poderá este investimento ser classificado nas contas do Grupo enquanto uma associada, sendo por isso classificado como outros investimentos financeiros.

Investimento em acordos conjuntos

O Grupo detém 51% dos direitos de voto no acordo conjunto da JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A. (JMR). Com base nos acordos contratuais com o outro Investidor, o Grupo tem o poder de nomear e destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente todos os quadros superiores com poderes para dirigir as atividades relevantes da JMR são colaboradores de uma outra sociedade detida a 100% por Jerónimo Martins. Por essas razões, a Gestão concluiu que o Grupo tem capacidade prática para dirigir as atividades relevantes da JMR e, portanto, detém o controlo sobre a Companhia. Nestes termos, JMR é classificada como uma subsidiária, assim como as entidades que a JMR controla direta e indiretamente.

2.7. Propriedades de investimento

As Propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de ativos dessa natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transacionar o ativo.

A metodologia adotada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o ativo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transacionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transações conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação, sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infraestruturas e existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transações ocorridas, é utilizado o método da rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor atual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito, parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma yield que reflete o risco de mercado em que o ativo se insere, assim como as características do próprio ativo objeto de avaliação.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos (perdas) em outros investimentos, na medida em que se trata de ativos detidos para valorização.

2.8. Acordos de financiamento com fornecedores (“confirming” ou “reverse factoring”)

Algumas subsidiárias do Grupo celebraram protocolos de *confirming* com instituições financeiras nos países em que operam. Estes protocolos concedem aos fornecedores dessas subsidiárias (que voluntariamente decidam aderir a estes protocolos) o benefício de poderem receber antecipadamente as suas faturas, não se alterando as restantes condições comerciais, incluindo o preço de compra dos produtos.

Os fornecedores podem então aderir voluntariamente a estes protocolos (e, querendo, sair a qualquer momento), garantindo o acesso à antecipação dos seus recebimentos para cerca de 7 dias, com um custo normalmente associado às condições de crédito do Grupo Jerónimo Martins, dispondo, assim, de um instrumento muito útil para a gestão da sua tesouraria. Se os fornecedores não aderirem a estes protocolos, as suas faturas são pagas nas datas de vencimento contratualmente acordadas.

A Gestão avalia estes protocolos para determinar a apresentação apropriada enquanto créditos comerciais a pagar a fornecedores ou dívida financeira, dependendo das características de cada programa. Se os acordos de *confirming*: i) forem celebrados diretamente entre os fornecedores e as instituições financeiras; ii) não concederem extensões de crédito significativas às subsidiárias; iii) não implicarem um pagamento de qualquer juro ou encargo financeiro pelas subsidiárias às instituições bancárias; e iv) não alterarem os prazos de pagamento; as subsidiárias mantêm as responsabilidades em créditos comerciais (rubrica “fornecedores”).

2.9. Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados, fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência (nível 1). No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns dos ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como derivados, instrumentos financeiros detidos para venda e ativos biológicos ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de DCF e modelos de opções, que incorporam por exemplo curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado (nível 2). No caso dos instrumentos financeiros derivados, o Grupo utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Na mensuração do justo valor a Gestão considerou o potencial impacto das alterações climáticas, incluindo alterações à legislação, que possam afetar a determinação do justo valor de ativos e passivos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os riscos associados a alterações climáticas são incluídos como pressupostos chave quando estes impactam de forma material a mensuração do valor recuperável. Atualmente, o impacto das alterações climáticas não é considerado material na projeção dos cash flows utilizados na mensuração dos valores de uso.

Caixa e equivalentes de caixa, devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por ativos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Outros investimentos financeiros

Os ativos financeiros cotados encontram-se refletidos no balanço ao seu justo valor. Os instrumentos de capital estão mensurados ao custo, deduzidos de imparidade uma vez que não é possível determinar o justo valor com fiabilidade.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa esperados que se estima vir a pagar. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro atuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.10. Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados ativos e líquidos à data de referência do balanço. Neste nível incluem-se os outros investimentos financeiros, cujas ações se encontram cotadas em bolsa;
- Nível 2: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado ativo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se os ativos biológicos e os derivados over-the-counter contratados pelo Grupo, cujas avaliações são fornecidas pelas respetivas contrapartes;
- Nível 3: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado, preparados por peritos externos independentes. Neste nível incluem-se as propriedades de investimento e instrumentos financeiros derivados, cuja avaliação, no caso destes últimos, recorreu a modelo de DCF, considerando inputs não observáveis em mercado, nomeadamente preços de energia elétrica.

2024	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	8	-	-	8
Ativos biológicos				
Ativos biológicos consumíveis	24	-	10	14
Ativos biológicos de produção	5	-	5	-
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de negociação	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Total de ativos	38	-	16	21
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de negociação	13	-	-	13
Derivados de cobertura	4	-	4	-
Total de passivos	17	-	4	13

2023	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	9	-	-	9
Ativos biológicos				
Ativos biológicos consumíveis	23	-	8	15
Ativos biológicos de produção	3	-	3	-
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de Negociação	6	-	6	-
Total de ativos	42	-	17	24
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de negociação	6	-	-	6
Derivados de cobertura	12	-	12	-
Total de passivos	18	-	13	6

2.11. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados designados como instrumentos de cobertura	Ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de ORI	Ativos ou passivos financeiros ao custo amortizado	Total ativos e passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total ativos e passivos
2024							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa				1.823	1.823		1.823
Outros investimentos financeiros			2		2		2
Devedores, acréscimos e diferimentos				862	862	85	948
Outros ativos não financeiros					-	12.524	12.524
Total de Ativos	0	0	2	2.685	2.688	12.609	15.297
Passivos							
Empréstimos obtidos				1.003	1.003		1.003
Responsabilidades com locações				3.918	3.918		3.918
Instrumentos financeiros derivados	13	4			17		17
Credores, acréscimos e diferimentos				6.250	6.250	556	6.806
Outros passivos não financeiros					-	300	300
Total de passivos	13	4	-	11.171	11.188	856	12.044
2023							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa				1.938	1.938		1.938
Outros investimentos financeiros			2		2		2
Devedores, acréscimos e diferimentos				796	796	92	888
Instrumentos financeiros derivados	6	-			6		6
Outros ativos não financeiros					-	11.463	11.463
Total de ativos	6	-	2	2.735	2.742	11.554	14.297
Passivos							
Empréstimos obtidos				765	765		765
Responsabilidades com locações				3.382	3.382		3.382
Instrumentos financeiros derivados	6	12			18		18
Credores, acréscimos e diferimentos				6.204	6.204	506	6.709
Outros passivos não financeiros					-	355	355
Total de passivos	6	12	-	10.351	10.370	861	11.231

3. Rédito de contratos com clientes e reporte por segmentos de atividade

3.1. Rédito de contratos com clientes

✓ Políticas contabilísticas

O rédito de contratos com clientes é reconhecido quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para os clientes considerando uma quantia que reflete o montante que o Grupo espera ter direito a receber na troca por esses bens ou serviços.

Venda de bens

Na maioria das vendas de bens efetuadas pelo Grupo, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens ao cliente. Uma obrigação de desempenho corresponde a um compromisso de entregar bens ou serviços aos clientes que sejam distintos entre si.

Quando existem campanhas promocionais que oferecem aos clientes obrigações de desempenho que se vencem em momento futuro, o Grupo difere a parte do rédito relativa a essa obrigação futura, sendo este reconhecido em resultados apenas quando a obrigação futura é satisfeita ou expira.

O Grupo implementou ainda programas de fidelização através da utilização de cartão cliente. Para as vendas efetuadas com recurso ao cartão cliente, o Grupo estima o justo valor dos benefícios atribuídos aos clientes, sendo diferido o rédito até ao momento em que o benefício é satisfeito ou expira.

Algumas vendas a clientes incluem direitos relativos a descontos comerciais de volume. O Grupo reconhece o rédito da venda dos bens líquido da estimativa do desconto comercial que se espera que o cliente venha a atingir na totalidade do ano.

Ativos com direito à devolução e responsabilidades com o direito à devolução

Nas vendas a clientes, o Grupo estima os bens que poderão ser devolvidos pelos clientes, sendo reconhecida: i. uma responsabilidade de devolução, representada pela obrigação de entregar ao cliente a quantia relativa aos bens devolvidos; e ii. um ativo de devolução – com ajustamento do custo das vendas – pelo direito a receber os bens devolvidos pelo cliente.

Obrigações relativas a garantias

Na venda de bens, o Grupo presta as garantias em conjunto com os fornecedores, que decorrem da Lei, não vendendo extensões de garantias que devam ser reconhecidas como obrigação de desempenho separadas.

Atuação do Grupo como principal ou agente

O Grupo concluiu de forma genérica que atua como principal nos seus acordos de rédito, exceto para alguns serviços de agenciamento, dado que tipicamente controla os bens ou serviços antes destes serem transferidos para os clientes.

O Grupo opera em algumas lojas através de contratos de Mandato Comercial, celebrados com entidades terceiras, atuando o Grupo como principal, reconhecendo nessa medida a totalidade do rédito das vendas destas lojas.

Créditos comerciais a receber

Créditos comerciais a receber representam os direitos do Grupo a quantias que são incondicionais (apenas a passagem do tempo é requerida até que o pagamento do valor seja devido).

Ativos e responsabilidades do contrato

Um ativo do contrato é o direito a um valor em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente. Se o Grupo transferir bens ou serviços para um cliente antes do cliente pagar a quantia ou antes do pagamento ser devido, um ativo do contrato é reconhecido pela quantia devida, que é condicional.

Uma responsabilidade do contrato é a obrigação de transferir bens ou serviços para um cliente, para a qual o Grupo já recebeu a quantia (ou o valor já é devido) do cliente. Se o cliente pagar a quantia antes do Grupo lhe transferir os bens ou serviços, uma responsabilidade do contrato é reconhecida com a realização do pagamento ou o pagamento se torna devido (o que ocorrer primeiro). A responsabilidade do contrato é reconhecida como rédito quando o Grupo executa o contrato.

Serviços prestados e outros rendimentos

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço. Os proveitos relativos a descontos comerciais obtidos nas compras de mercadorias são reconhecidos à medida que as mesmas são vendidas, como dedução ao custo das mercadorias vendidas.

3.1.1. Saldos dos contratos comerciais

	2024	2023
Clientes comerciais (nota 14)	75	72
Responsabilidades em contratos com clientes (nota 20)	29	16
Responsabilidades com reembolsos a clientes (nota 20)	2	2

Créditos comerciais a receber não são sujeitos a juros e são geralmente concedidos com prazo entre 30 e 90 dias.

Não existem quantias reconhecidas relativas a ativos dos contratos.

As responsabilidades em contratos com clientes incluem o rédito diferido relacionado com obrigações de desempenho futuro e as quantias recebidas relativas à venda de cartões pré-carregados a cliente, as quais vão ser reconhecidas apenas como rédito quando os cartões forem redimidos ou expirarem.

Responsabilidades com reembolsos a clientes estão relacionadas com descontos de volume retrospectivos, relativos a vendas que incluem descontos comerciais baseados em quantidades anuais adquiridas.

Não existem quantias reconhecidas relativas a ativos com direito à devolução e responsabilidades com o direito à devolução, considerando que as devoluções de ativos cuja responsabilidade é assumida diretamente pelo Grupo não é material no contexto das Demonstrações Financeiras do Grupo.

3.2. Reporte por segmentos de atividade

✓ Políticas contabilísticas

Os segmentos operacionais são reportados consistentemente com o reporting interno que é produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão, nomeadamente à Direção Executiva e ao Conselho de Administração. Com base nesse reporte, os Órgãos de Gestão avaliam o desempenho de cada segmento e procedem à alocação dos recursos disponíveis.

A Gestão efetua o acompanhamento do desempenho das suas operações numa perspetiva geográfica e de acordo com a natureza do negócio. Considerando esta última perspetiva, foram identificados os segmentos de Retalho Portugal, Cash & Carry Portugal, Retalho Polónia, Saúde e Beleza Polónia, e Retalho Colômbia. Para além destes, existem ainda outros negócios, que, pela sua reduzida materialidade, não são reportados isoladamente.

A Gestão avalia o desempenho dos segmentos com base na informação sobre resultados antes de juros e impostos (EBIT). Esta mensuração exclui os efeitos de outras perdas e ganhos operacionais (ver nota 4.1).

As transações entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, conforme descrito na nota 24.1, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo no tratamento de transações com entidades não relacionadas.

Os segmentos operacionais identificados foram:

- Retalho Portugal: inclui a unidade de negócio JMR (supermercados Pingo Doce);
- Cash & Carry Portugal: inclui a unidade de negócio do Recheio;
- Retalho Polónia: contém a unidade de negócio da insígnia Biedronka neste país;
- Saúde e Beleza Polónia: contém a unidade de negócio da insígnia Hebe a operar na Polónia, inclui também as operações das suas subsidiárias na Chéquia e Eslováquia;
- Retalho Colômbia: contém a unidade de negócio da insígnia Ara;
- Outros, eliminações e ajustamentos: inclui i. as unidades de negócio de menor materialidade (Cafetarias e lojas de chocolates, negócio Agro-Alimentar e o negócio da insígnia Biedronka na Eslováquia); ii. as empresas que compõem a Holding do Grupo; e iii. os ajustamentos de consolidação do Grupo.

Informação detalhada referente aos segmentos operacionais em dezembro de 2024 e 2023

	Portugal				Polónia				Colômbia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	Retalho		Cash & Carry		Retalho		Saúde e Beleza		Retalho					
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Vendas e prestação de serviços	5.712	5.471	1.357	1.333	23.571	21.500	583	469	2.850	2.435	(609)	(600)	33.464	30.608
Inter-segmentos	639	618	9	8	-	-	-	-	-	-	(648)	(626)	-	-
Cientes Externos	5.073	4.853	1.349	1.325	23.571	21.500	583	469	2.850	2.435	39	26	33.464	30.608
Cash flow operacional (EBITDA)	296	282	69	73	1.814	1.838	59	43	96	45	(103)	(112)	2.232	2.168
Depreciações e amortizações	(207)	(181)	(26)	(23)	(638)	(559)	(42)	(34)	(105)	(80)	(25)	(25)	(1.043)	(902)
Resultados antes de juros e impostos (EBIT)	89	101	43	49	1.176	1.279	18	9	(9)	(35)	(128)	(137)	1.189	1.266
Outras perdas e ganhos operacionais													(119)	(80)
Resultados financeiros e ganhos em investimentos													(268)	(175)
Imposto sobre o rendimento do exercício													(195)	(239)
Interesses que não controlam													(7)	(16)
Resultado líquido atribuível a JM													599	756
Total de ativos ⁽¹⁾	2.707	2.584	522	544	9.216	8.633	313	266	1.819	1.722	721	548	15.297	14.297
Total de passivos ⁽¹⁾	2.210	2.067	504	518	7.749	7.057	288	255	1.809	1.692	(515)	(359)	12.044	11.231
Investimento em ativos tangíveis e intangíveis	281	250	29	35	381	531	20	16	171	258	66	44	949	1.133

(1) Os comparativos reportam-se a 31 de dezembro de 2023

Reconciliação entre EBIT e Resultados operacionais

	2024	2023
EBIT	1.189	1.266
Outras perdas e ganhos operacionais (nota 4.1)	(119)	(80)
Resultados operacionais	1.070	1.187

Ativos financeiros com risco de crédito por segmento

O quadro abaixo apresenta a exposição do Grupo de acordo com os valores de balanço dos ativos financeiros, caracterizados por segmentos operacionais.

	Portugal				Polónia				Colômbia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	Retalho		Cash & Carry		Retalho		Saúde e Beleza		Retalho					
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	31	94	16	24	1.193	1.304	7	12	131	106	445	399	1.823	1.938
Outros investimentos financeiros	0	0	1	1	-	-	-	-	-	-	1	0	2	2
Devedores, acréscimos e diferimentos	153	141	66	60	684	640	22	18	31	31	(94)	(93)	862	796
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	0	6	0	-	0	-	0	-	0	6
Total	184	235	84	85	1.877	1.951	30	30	162	136	352	306	2.688	2.742

Informação por geografia

No quadro abaixo são apresentadas as vendas e prestações de serviços e os ativos não correntes por geografia:

	Vendas e prestações de serviços		Ativos não correntes ⁽¹⁾	
	2024	2023	2024	2023
Portugal	6.457	6.202	2.718	2.503
Polónia	24.150	21.969	5.941	5.435
Colômbia	2.850	2.435	1.361	1.312
Outras geografias	7	2	60	8
Total	33.464	30.608	10.079	9.258

(1) Incluem Ativos tangíveis, Ativos intangíveis, Direitos de uso, Propriedades de investimento e Ativos biológicos.

4. Custos operacionais por natureza

✓ Políticas contabilísticas

Custos operacionais por natureza

Os custos operacionais por natureza incluem:

- custo das mercadorias vendidas, deduzido de rappel de fornecedores e descontos obtidos relacionados com a atividade comercial e com publicidade em loja. Inclui ainda as matérias-primas consumidas no fabrico de produtos pelas companhias;
- custos de distribuição relacionados com a atividade principal de retalho em loja, logística e armazenagem;
- custos administrativos, relativos às atividades de suporte nos escritórios;
- outras perdas e ganhos operacionais.

Outras perdas e ganhos operacionais

Incluem outras perdas e ganhos operacionais que pela sua materialidade ou natureza, possam distorcer o desempenho financeiro do Grupo, bem como a sua comparabilidade, sendo por isso apresentados em linha separada da Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções. Estas perdas ou ganhos são excluídas dos indicadores de desempenho operacional adotados pela Gestão.

	2024	2023
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(26.150)	(23.953)
Variação de produção	17	25
Comissões sobre meios de pagamento eletrónicos	(89)	(77)
Outros custos suplementares	(347)	(315)
Fornecimentos e serviços externos	(1.206)	(1.139)
Publicidade	(191)	(139)
Rendas e alugueres	(17)	(25)
Custos com pessoal	(2.948)	(2.531)
Custos de transporte	(357)	(325)
Depreciações e amortizações de ativos tangíveis e intangíveis	(587)	(511)
Depreciações de direitos de uso	(456)	(391)
Ganhos/perdas com ativos tangíveis e intangíveis	(17)	(17)
Ganhos/perdas com direitos de uso	1	1
Outras naturezas de ganhos e perdas	(48)	(27)
Total	(32.395)	(29.422)

A rubrica Outras naturezas de ganhos e perdas inclui, entre outros, a contribuição de €20 milhões em donativos para a Fundação Biedronka (2023: €21 milhões), bem como a dotação inicial da Fundação Jerónimo Martins, no valor de €40 milhões (ver nota 4.1).

Mais informação sobre a Fundação Jerónimo Martins encontra-se descrita no Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4 "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais" subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas".

4.1. Outras perdas e ganhos operacionais

Os custos operacionais por natureza incluem as seguintes outras perdas e ganhos operacionais consideradas materiais, as quais são excluídas dos indicadores de desempenho do Grupo por forma a permitir uma maior comparabilidade entre os vários períodos:

	2024	2023
Donativo à Fundação Jerónimo Martins	(40)	-
Donativos a outras instituições	(3)	(6)
Reforço de provisões para contencioso	(13)	(14)
Custos com programas de reestruturação organizacional	(20)	(20)
Write-off de ativos e ganhos/perdas na alienação de ativos fixos tangíveis	(11)	(11)
Alterações aos planos de benefícios de empregados e pressupostos atuariais	1	(3)
Prémios com carácter excecional atribuídos a colaboradores	(27)	(24)
Justo valor de instrumentos derivados de fixação de preços de energia	(7)	0
Outros	(1)	(1)
Total	(119)	(80)

Conforme comunicado em 19 de março de 2024, foi criada com uma dotação inicial de €40 milhões, a Fundação Jerónimo Martins, que visa ampliar a escala e aumentar o alcance das iniciativas de carácter social e de solidariedade do Grupo.

5. Empregados

5.1. Custos com pessoal

	2024	2023
Ordenados e salários	(2.136)	(1.840)
Segurança Social	(433)	(372)
Benefícios de empregados (nota 5.2)	(45)	(50)
Outros custos com pessoal	(334)	(269)
Total	(2.948)	(2.531)

Os outros custos com pessoal englobam, entre outros, seguros de acidentes de trabalho, ação social, formação, contratações ocasionais e indemnizações.

O número médio de empregados do Grupo ao longo do ano foi de 134.990 (2023: 131.108).

O número de empregados no final do ano era de 139.907 (2023: 134.379).

5.2. Benefícios dos empregados

✓ Políticas contabilísticas

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais o Grupo efetua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração auferida pelos empregados incluídos nos planos.

Os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas pelo Grupo sobre as mesmas.

As contribuições do Grupo para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais o Grupo garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respetivas responsabilidades asseguradas diretamente pelo Grupo.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método das rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de juro de obrigações corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos atuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração dos resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas atuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e das alterações de pressupostos atuariais são debitadas ou creditadas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefício definido atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração dos resultados.

Outros benefícios

Benefícios pós-emprego (Plano de compensação para colaboradores do Grupo)

O plano de compensação pós-emprego para colaboradores do Grupo, traduz-se numa contribuição anual para uma fundação que é gerida por terceiros, de forma independente. Estas contribuições têm as características de um plano de contribuição definida, atendendo a que o Grupo não tem qualquer responsabilidade por fazer contribuições, para além do montante anual definido pelo Conselho de Administração. O Grupo não assume ainda qualquer risco, nomeadamente sobre o valor dos ativos nos quais as suas contribuições forem investidas, nem sobre o valor final dos benefícios a atribuir, recaindo esse risco na sua totalidade sobre os participantes no plano.

Prémio devido na idade da reforma

Nos termos da legislação vigente na Polónia, quando um colaborador atinge a idade da reforma (independentemente de se reformar nesse momento ou não), poderá solicitar o pagamento de um prémio correspondente a um mês de salário, o qual apenas poderá receber uma vez durante a sua vida profissional.

Nestes termos, as responsabilidades com este prémio, que constitui um plano de benefício definido, são determinadas anualmente com base em cálculo atuarial, efetuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços passados, serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas atuariais).

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em algumas empresas do Grupo engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo atuarial, efetuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas atuariais).

Valores refletidos em balanço nas rubricas de benefícios concedidos a empregados:

	Benefícios concedidos a empregados	
	2024	2023
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo do Grupo	12	13
Prémios de antiguidade – Plano de benefício definido	61	60
Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido	5	5
Total	79	78

Valores refletidos na demonstração dos resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações refletidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2024	2023	2024	2023
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	10	8	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	-	-	1	3
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	8	11	-	-
Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido	1	2	-	-
Compensação pós-emprego - Plano de contribuição definida	25	30	-	-
Total	45	50	1	3

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no ativo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 1 de janeiro	-	-	12	11	65	57
Custos com juros	-	-	-	-	3	3
Custos dos serviços correntes	35	38	-	-	8	7
(Ganhos) / perdas atuariais						
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	-	-	(1)	-
Alterações de experiência	-	-	2	3	-	3
Contribuições ou reformas pagas	(35)	(38)	(2)	(2)	(8)	(7)
Diferenças de conversão cambial	-	-	-	-	1	3
Saldo em 31 de dezembro	-	-	12	12	66	65

Pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	Portugal		Polónia	
	2024	2023	2024	2023
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90	GUS 2023	GUS 2020
Taxa de desconto	3,25%	3,80%	5,30%	5,30%
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	4,00%	n/a	n/a
Taxa de crescimento dos salários				
curto prazo	2,00%	4,00%	5% - 8,5%	9,9% - 15%
longo prazo	3,00%	3,00%	4% - 6%	4% - 5%

Os pressupostos de mortalidade utilizados correspondem aos usualmente adotados em Portugal e na Polónia, tendo sido baseados nas recomendações dos atuários, e de acordo com estatísticas publicadas e a experiência de cada geografia. A análise de sensibilidade aos pressupostos está descrita na nota 2.6.

Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos 10 anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo do Grupo	2	5	3
Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido	1	3	5
Prémios de antiguidade – Plano de benefício definido	7	28	56
Total	10	37	64

Mais informação sobre a estratégia de compensação e benefícios do Grupo Jerónimo Martins encontra-se descrita no subcapítulo 4 "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais" subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria".

6. Custos financeiros líquidos

✓ Políticas contabilísticas

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efetuados, dividendos, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de ativos financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados e custos e proveitos com operações de financiamento.

Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

	2024	2023
Juros suportados com empréstimos obtidos	(81)	(57)
Juros suportados com locações	(235)	(180)
Juros obtidos	47	48
Diferenças de câmbio	14	(0)
Diferenças de câmbio em responsabilidades com locações	6	26
Outras perdas e ganhos financeiros	(12)	(11)
Justo valor de investimentos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos financeiros derivados (nota 12)	(6)	0
Total	(267)	(174)

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado, bem como os juros de derivados de cobertura de justo valor e de cobertura de fluxos de caixa (nota 12).

As diferenças de câmbio em responsabilidades com locações respeitam à atualização cambial, à data de reporte (31 de dezembro), dos contratos de arrendamento denominados em euros das subsidiárias JMP (Biedronka), JMDiF (Hebe) e Hebe Cesko s.r.o. (Hebe Chéquia) face ao valor reconhecido no final do exercício anterior.

As outras perdas e ganhos financeiros incluem, entre outros, custos com a emissão de dívida do Grupo, reconhecida em resultados através do método da taxa de juro efetiva.

7. Imposto reconhecido na demonstração dos resultados

✓ Políticas contabilísticas

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevadas em outros rendimentos integrais ou diretamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre o Goodwill e sobre as diferenças de reconhecimento inicial de um ativo e passivo quando não são afetados, nem o resultado contabilístico, nem o fiscal.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada por forma a refletir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual o Grupo estima, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que é esperada vigorar no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

Para as transações que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal, o Grupo incorpora os efeitos dessa incerteza nas estimativas para impostos, sempre que não for provável que as autoridades fiscais aceitem o tratamento fiscal dado pelo Grupo. Os ativos e passivos relacionados com interpretações fiscais incertas são apresentados como ativos ou passivos por impostos diferidos.

Para os processos de contencioso fiscal e para todas as situações em que a posição das autoridades tributárias é já conhecida, procede-se a uma avaliação da probabilidade de desfecho, constituindo-se provisões para os montantes que se estima possam representar desembolsos futuros (em que a probabilidade de ocorrência seja superior a 50%), ou procedendo-se ao seu pagamento (ainda que mantendo o contencioso fiscal), sempre que se entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo.

7.1. Imposto sobre o rendimento do exercício

	2024	2023
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	(192)	(255)
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	6	8
Total	(187)	(246)
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	(8)	12
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	(3)	(4)
Total	(11)	8
Outros ganhos/perdas relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas ao contencioso fiscal	3	(1)
Total	3	(1)
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	(195)	(239)

Os outros ganhos/perdas relativos a impostos registados incluem os juros de mora e compensatórios recebidos relativos a processos de contencioso decididos a favor do Grupo.

7.2. Reconciliação da taxa efetiva de imposto

	2024	2023
Resultados antes de imposto	801	1.012
Imposto calculado à taxa aplicável em Portugal	22,5%	22,5%
	(180)	(228)
Efeito fiscal gerado por:		
Diferença de taxa de imposto aplicável noutros países	(9,8)%	78
Resultados não tributados ou não recuperáveis	10,4%	(84)
Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	(0,3)%	3
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	0,9%	(7)
Impacto da redução de taxas sobre impostos diferidos	0,0%	(0)
Correção da estimativa de anos anteriores	(0,4)%	3
Equivalência patrimonial	0,1%	(1)
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	(0,1)%	1
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação (incluindo CST Distribuição Alimentar)	1,0%	(8)
Imposto sobre o rendimento do exercício	24,4%	23,6%
	(195)	(239)

Em 2024 e 2023, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 9% para lucros fiscais superiores a €1,5 milhões, €7,5 milhões e €35 milhões, respetivamente.

Adicionalmente, em 2023 esteve em vigor a contribuição de solidariedade temporária sobre o sector da distribuição alimentar (CST Distribuição Alimentar) aprovada em 2022, aplicável a empresas que desenvolvem atividade de comércio a retalho alimentar em Portugal, com a indicação de se destinar a fazer face ao fenómeno inflacionista. A referida CST Distribuição Alimentar correspondia a uma taxa adicional de 33% que incidia sobre a matéria coletável

que excedia em 20% a média das matérias coletáveis do período de referência (2018–2021). A sua aplicação esteve limitada aos exercícios de 2022 e 2023.

Na Polónia, para 2024 e 2023, a taxa de imposto sobre o rendimento aplicada aos lucros fiscais foi de 19%.

Na Colômbia, a taxa de imposto sobre o rendimento foi de 35% em 2024 e 2023.

7.3. Impostos diferidos ativos e passivos

2024	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos ativos					
Provisões além dos limites legais	152	1	-	2	155
Atualização de ativos para o justo valor	4	(0)	-	-	4
Benefícios concedidos a empregados	9	(0)	0	-	8
Prejuízos fiscais a recuperar	2	(0)	-	0	2
Efeito da aplicação da norma sobre locações	33	4	-	0	37
Outras diferenças temporárias	30	9	-	0	40
Total	230	13	0	3	246
Impostos diferidos passivos					
Atualização de ativos para o justo valor	0	(0)	-	-	0
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	90	22	-	1	113
Diferenças de critérios contabilísticos em outros países	12	1	-	0	14
Outras diferenças temporárias	1	1	-	-	2
Total	104	24	-	2	130
Variação líquida de imposto diferido	126	(11)	0	1	116

2023	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos ativos					
Provisões além dos limites legais	121	21	-	10	152
Atualização de ativos para o justo valor	4	(0)	-	-	4
Benefícios concedidos a empregados	9	(0)	1	-	9
Prejuízos fiscais a recuperar	2	-	-	0	2
Efeito da aplicação da norma sobre locações	29	2	-	2	33
Outras diferenças temporárias	36	(7)	-	1	30
Total	201	16	1	13	230
Impostos diferidos passivos					
Atualização de ativos para o justo valor	1	(0)	-	-	0
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	76	8	-	6	90
Diferenças de critérios contabilísticos em outros países	11	0	-	1	12
Outras diferenças temporárias	2	(0)	-	-	1
Total	90	8	(0)	7	104
Variação líquida de imposto diferido	111	8	1	6	126

O Grupo não reconheceu qualquer valor em impostos diferidos relacionado com interpretações fiscais incertas.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram atualizados tendo em consideração que a partir de 2025 a taxa base de IRC em Portugal irá reduzir-se para 20%. O impacto desta alteração não é material.

7.4. Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

O Grupo não reconheceu impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de sociedades nas quais não se estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de imposto diferido ativo que não foi reconhecido ascende ao montante de €308 milhões (€288 milhões em 2023), expirando em 2028 ou em data posterior.

7.5 Reforma fiscal internacional - Pilar 2

Nos termos da Diretiva (UE) 2022/2523 de 14 de dezembro, que introduziu na União Europeia as regras do denominado Pilar 2, a Jerónimo Martins e as participadas que fazem parte do seu perímetro de consolidação integral, apresentam-se como “entidades constituintes” abrangidas pelas novas regras no período de 2024, fazendo parte de um Grupo em que a entidade-mãe final é a Sociedade Francisco Manuel dos Santos Holding N.V. (SFMS).

De entre as jurisdições onde a Jerónimo Martins opera, os Países Baixos, Polónia, Portugal, Chéquia e Eslováquia já procederam à transposição da referida Diretiva. Ainda assim, o eventual imposto complementar pode ser devido com referência a qualquer jurisdição onde o Grupo encabeçado pela SFMS opere que apresente uma taxa efetiva inferior a 15% (“baixa tributação”), decorrente de um sistema dinâmico de regras de pagamento:

- O imposto complementar nacional (ICN), a pagar pelas próprias entidades constituintes que estejam localizadas e sujeitas a baixa tributação numa determinada jurisdição;
- A regra de inclusão de rendimentos (*Income Inclusion Rule - IIR*), que obriga uma entidade-mãe a calcular e pagar um imposto complementar no que respeita às entidades constituintes desse grupo sujeitas a baixa tributação, independentemente da sua localização;
- A regra dos lucros insuficientemente tributados (*Undertaxed Profits Rule - UTPR*), segundo a qual uma entidade constituinte de um grupo de empresas multinacionais assegura o pagamento da parte que lhe corresponde do imposto complementar de qualquer entidade do Grupo que não tenha sido cobrada através das regras de ICN e IIR.

Para os países referidos acima, a nova legislação transposta produz efeitos para os exercícios fiscais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024, exceto no que respeita à regra da UTPR, que se aplica, em geral, aos exercícios fiscais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2025.

A expectativa alcançada pela Jerónimo Martins é a de que não será devido imposto complementar nas jurisdições em que opera com referência ao período de 2024 devido à aplicação das disposições de salvaguarda transitórias com base na declaração de informação financeira e fiscal por país ou jurisdição (“*Transitional CbCR Safe Harbours*”) do exercício fiscal de 2023 e com base em informação financeira adicional relativa a 2024.

A Jerónimo Martins continua a estudar a sua exposição às regras do Pilar 2, contando com a colaboração e o apoio de consultores externos e especialistas nesta matéria. Continuam, porém, a existir algumas limitações na determinação dos eventuais impactos futuros, uma vez que a maioria das jurisdições ainda não publicou quaisquer formulários nem emitiu quaisquer orientações administrativas com vista a clarificar a aplicação das referidas regras.

Não obstante, conforme referido, a esta data não se antecipa que estas novas regras de tributação possam ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, não se encontrando qualquer valor reconhecido em impostos na demonstração dos resultados, relativo ao Pilar 2, em 31 de dezembro de 2024.

8. Ativos fixos tangíveis

✓ Políticas contabilísticas

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja diretamente atribuível à aquisição do ativo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem. O custo com grandes reparações e remodelações de lojas é incluído no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos adicionais. Aquando da sua capitalização, a vida útil estimada do ativo tem em consideração as características da remodelação. Se a loja estiver arrendada, a vida útil não irá exceder o período do contrato de arrendamento.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Terrenos	Não depreciados
Edifícios e outras construções	2-4
Equipamento básico	10-20
Equipamento de transporte	12,5-25
Equipamento administrativo	10-25

As vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas se necessário, à data do balanço, atendendo ao período durante o qual se espera vir a utilizar os ativos, mas também às potenciais limitações decorrentes das alterações climáticas, ou de legislação associada. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção do Grupo utilizar os ativos até ao final da sua vida económica.

8.1. Movimentos ocorridos no exercício

2024	Terrenos, edifícios e outras construções *	Equipamentos e outros	Ativos em curso	Total
Custo				
Saldo inicial	5.767	3.348	472	9.587
Diferenças cambiais	3	6	(13)	(4)
Aumentos	327	373	234	933
Alienações e abates	(51)	(140)	(7)	(198)
Transferências e reclassificações	145	84	(221)	9
Aquisições/Alienações de negócios	11	4	4	19
Saldo final	6.203	3.675	468	10.345
Depreciações e perdas por imparidade				
Saldo inicial	2.209	2.125	-	4.334
Diferenças cambiais	9	7	-	17
Aumentos	255	314	-	569
Alienações e abates	(37)	(137)	-	(174)
Transferências e Reclassificações	(0)	8	-	8
Aquisições/Alienações de negócios	0	1	-	1
Saldo final	2.437	2.319	-	4.755
Valor líquido				
Em 1 de janeiro de 2024	3.558	1.224	472	5.253
Em 31 de dezembro de 2024	3.766	1.356	468	5.590

*O saldo inicial é apresentado líquido de imparidades em terrenos

2023	Terrenos, edifícios e outras construções *	Equipamentos e outros	Ativos em curso	Total
Custo				
Saldo inicial	4.986	2.843	337	8.166
Diferenças cambiais	295	166	39	500
Aumentos	436	424	251	1.111
Alienações e abates	(46)	(153)	(0)	(200)
Transferências e reclassificações	97	69	(155)	10
Saldo final	5.767	3.348	472	9.587
Depreciações e perdas por imparidade				
Saldo inicial	1.928	1.898	-	3.826
Diferenças cambiais	95	90	-	185
Aumentos	219	279	-	498
Alienações e abates	(33)	(147)	-	(180)
Transferências e reclassificações	(0)	5	-	5
Saldo final	2.209	2.125	-	4.334
Valor líquido				
Em 1 de Janeiro de 2023	3.058	944	337	4.340
Em 31 de dezembro de 2023	3.558	1.224	472	5.253

*O saldo inicial é apresentado líquido de imparidades em terrenos

Os aumentos de ativos fixos tangíveis correspondem aos investimentos do Grupo em expansão (novas lojas e centros de distribuição) e em remodelações do parque de lojas existente. O programa de investimentos encontra-se melhor detalhado no ponto 2.2 – Foco no Crescimento Rentável, do Capítulo 2 – Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento.

Não existem encargos financeiros capitalizados no valor dos ativos tangíveis.

8.2. Garantias

Não foram dados quaisquer ativos tangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

8.3. Ativos fixos tangíveis em curso

Em ativos tangíveis em curso estão essencialmente considerados valores referentes à construção e remodelação de lojas e de centros de distribuição.

8.4. Testes de imparidade

Conforme referido na nota 2.5.1, o Grupo analisa à data de cada balanço se existem indicadores de eventuais perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis.

Havendo indicadores de eventuais perdas por imparidade num ativo ou unidade geradora de caixa, o Grupo calcula o seu valor de uso de acordo com o método de DCF.

Os valores de uso são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, sendo elaboradas projeções, a cinco anos, de cash flows futuros para cada um dos ativos ou unidades geradoras de caixa, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Essas estimativas são elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

Áreas de Negócio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Retalho Portugal	7,0% (2023: 7,0%)	2,0% (2023: 2,0%)
Cash & Carry Portugal	7,0% (2023: 7,0%)	2,0% (2023: 2,0%)
Retalho Polónia	8,0% (2023: 8,0%)	2,0% (2023: 2,0%)
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9,0% (2023: 9,0%)	2,0% (2023: 2,0%)
Retalho Especializado Portugal	7,0% a 7,5% (2023: 7,0% a 7,5%)	2,0% (2023: 2,0%)
Retalho Colômbia	11,0% (2023: 11,0%)	3,0% (2023: 3,0%)

A taxa de desconto adotada corresponde à taxa de rentabilidade exigida (*hurdle rate*), com base no Custo Médio Ponderado do Capital (WACC - *Weighted Average Cost of Capital*), estimado para cada um dos segmentos operacionais das diferentes geografias.

As taxas de crescimento consideradas na perpetuidade foram de 2% para mercados maduros como é o caso de Portugal e Polónia, e de 3% para o mercado colombiano, onde é considerado existir maior potencial de crescimento.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio, bem como eventuais impactos decorrentes de riscos associados a alterações climáticas, que na presente data, não se estimam materialmente relevantes no período em análise.

Dos testes de imparidade realizados, não resultaram perdas por imparidade significativas, o que é confirmado pelos claros sinais de recuperação registados em todos os negócios do Grupo.

9. Ativos intangíveis

✓ Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis encontram-se registados pelo custo histórico deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade (nota 2.5).

Os custos associados a Goodwill e Marcas Próprias gerados internamente são registados na conta de demonstração de resultados à medida que são incorridos.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efetuada na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas incluem custos de materiais utilizados e de mão-de-obra direta.

As licenças de software de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando esses custos sejam diretamente associados a projetos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como ativos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Outros ativos intangíveis

Despesas na aquisição de trespasses, marcas, patentes e licenças são capitalizadas sempre que se estime a obtenção de benefícios económicos futuros e seja expectável a sua utilização pelo Grupo.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida

A marca Pingo Doce, para além do Goodwill, é o único ativo intangível de vida útil indefinida reconhecido, para o qual não existe um limite temporal a partir do qual se espere que deixe de gerar benefícios económicos para o Grupo. O Goodwill e os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para efeitos de imparidade à data do balanço e sempre que um determinado evento ou circunstância indique que o seu valor contabilístico possa não ser recuperável.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos ativos intangíveis, exceto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Software de computador	33,33
Trespases	5-6,66

Sempre que se considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço, considerando também os potenciais efeitos associados às alterações climáticas.

9.1. Movimentos ocorridos no exercício

2024	Goodwill	Trespases	Software e outros intangíveis	Ativos em curso	Total
Custo					
Saldo inicial	635	137	211	28	1.011
Diferenças cambiais	5	1	2	0	8
Aumentos	-	0	9	6	16
Transferências e reclassificações	-	-	25	(24)	1
Saldo final	639	138	247	10	1.035
Amortizações e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	123	98	-	220
Diferenças cambiais	-	1	1	-	2
Aumentos	-	2	15	-	18
Saldo final	-	126	114	-	240
Valor líquido					
Em 1 de janeiro de 2024	635	14	113	28	790
Em 31 de dezembro de 2024	639	12	134	10	795

2023	Goodwill	Trespases	Software e outros intangíveis	Ativos em curso	Total
Custo					
Saldo inicial	613	130	187	21	951
Diferenças cambiais	22	7	12	1	42
Aumentos	-	0	5	16	22
Transferências e reclassificações	-	0	6	(11)	(4)
Saldo final	635	137	211	28	1.011
Amortizações e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	114	82	-	196
Diferenças cambiais	-	6	5	-	11
Aumentos	-	3	10	-	13
Saldo final	-	123	98	-	220
Valor líquido					
Em 1 de janeiro de 2023	613	16	105	21	755
Em 31 de dezembro de 2023	635	14	113	28	790

O Grupo identificou como ativos intangíveis de vida útil indefinida reconhecidos, para além do Goodwill, a marca Pingo Doce, com valor líquido de €9 milhões.

9.2. Garantias

Não foram dados quaisquer ativos intangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

9.3. Ativos intangíveis em curso

Estão considerados em ativos intangíveis em curso valores referentes à implementação de projetos de simplificação de processos, direitos de usufruto e trespases.

9.4. Testes de imparidade do Goodwill e outros intangíveis

O Grupo tem o Goodwill alocado por cada área de negócio, sendo este composto da seguinte forma:

Áreas de Negócio	2024	2023
Retalho Portugal	247	247
Cash & Carry Portugal	84	84
Retalho Polónia	300	295
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9	9
Total	639	635

Como consequência da conversão cambial dos ativos dos negócios da Polónia, o Goodwill afeto ao negócio da Biedronka, no montante de 1.282 milhões de złoty, e ao negócio da Hebe, no montante de 39 milhões de złoty, sofreu uma atualização total positiva no valor de €5 milhões.

As unidades geradoras de caixa utilizadas na realização dos testes de imparidade do Goodwill, correspondem aos segmentos de negócio, sendo esse o nível mais baixo pelo qual o Goodwill é monitorizado pela Gestão.

Em 2024 foram efetuadas avaliações com base no valor de uso calculado de acordo com o método de DCF, que sustentam a recuperabilidade do valor de Goodwill.

Os valores das avaliações são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, tendo sido elaboradas projeções, a cinco anos, de cash flow futuros para cada um dos negócios, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração. Estas projeções, para além da evolução do desempenho de cada unidade de negócio, incorporam os impactos esperados dos seus planos de investimento, ponderados pelos riscos a que os negócios se encontram expostos.

A marca Pingo Doce não está a ser amortizada sendo sujeita anualmente a testes de imparidade, com os mesmos pressupostos que são utilizados para o Goodwill. O mesmo se aplica para os ativos intangíveis em curso.

Estas avaliações foram elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

Áreas de Negócio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Retalho Portugal	7,0% (2023: 7,0%)	2,0% (2023:2,0%)
Cash & Carry Portugal	7,0% (2023: 7,0%)	2,0% (2023:2,0%)
Retalho Polónia	8,0% (2023: 8,0%)	2,0% (2023:2,0%)
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9,0% (2023: 9,0%)	2,0% (2023:2,0%)

A taxa de desconto adotada corresponde à taxa de rentabilidade exigida (*hurdle rate*), a cada uma das áreas de negócio das diferentes geografias, tendo por base o respetivo WACC. As taxas de crescimento consideradas na perpetuidade foram de 2%.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio de acordo com os seus planos de negócio futuros, bem como eventuais impactos decorrentes de riscos associados a alterações climáticas, que na presente data, não se estimam materialmente relevantes no período em análise.

A nota 2.6 apresenta a informação relativa à análise de sensibilidade aos testes de imparidade ao Goodwill.

Mesmo em cenários de quebra permanente de 10% dos fluxos de caixa esperados, não se verifica risco de recuperabilidade do Goodwill de qualquer das unidades de negócio.

10. Locações

✓ Políticas contabilísticas

No início de cada contrato o Grupo avalia se o mesmo é ou contém uma locação. Isto é, se o contrato concede um direito de controlar o uso de um ativo identificável por um período de tempo em troca de uma remuneração. Os contratos de locação são reconhecidos como um direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo locado fica disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento da locação é alocado entre passivo e custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido em resultados durante o período da locação para refletir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de locação para cada período. O direito de uso é depreciado linearmente pelo menor de entre o tempo de vida útil do ativo e o prazo da locação. Se no final do contrato de locação o ativo for transferido para o Grupo, ou se as responsabilidades com o contrato de locação refletirem o exercício da opção de compra, a depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo.

Os ativos e passivos decorrentes de uma locação são mensurados inicialmente pelo seu valor presente. Sempre que exista informação que o permita, o Grupo elegeu proceder à segregação da componente de locação das componentes de serviços incluídas nos pagamentos da locação para todos os contratos de locação.

A mensuração inicial das responsabilidades com locações engloba, essencialmente, o valor presente dos pagamentos a efetuar durante o período da locação, que inclui pagamentos de valor fixo deduzidos de eventuais incentivos recebidos e pagamentos de valor variável dependentes de um índice ou taxa.

Na determinação do valor presente das responsabilidades com locações, o Grupo utiliza a taxa de juro incremental determinada na data de início da locação, sempre que a taxa de juro implícita no contrato não seja determinável naquela data. Subsequentemente, as responsabilidades com locações são aumentadas para refletir o incremento de juros e reduzidas pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico das responsabilidades com locações é reavaliado se existir uma modificação, uma alteração ao período da locação ou uma alteração no plano de amortizações (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração de um índice ou percentagem utilizada para determinar o valor dos pagamentos). A taxa média ponderada aplicada foi de 6,80% (oscilando entre 2,52% e 14,84%), determinada tendo em consideração as características do contrato (ativo subjacente, garantias do contrato, moeda e prazo). A taxa média ponderada aplicada em 2024 foi de 6,35% (oscilando entre 2,39% e 14,84%).

O direito de uso é mensurado ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e imparidades, ajustado quando existem alterações no passivo da locação. O custo do direito de uso engloba o valor da responsabilidade registada inicialmente com a locação, os custos diretos incorridos com a celebração do contrato de locação e os pagamentos efetuados ao locador anteriores à data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos.

O Grupo aplica a exceção de reconhecimento de locações de curto prazo (termo inferior a 12 meses) e a exceção de reconhecimento de contratos de locação cujo ativo subjacente é de reduzido valor. Os pagamentos efetuados referentes a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação cujo ativo subjacente é de reduzido valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo período da locação.

As locações do Grupo referem-se principalmente a contratos de arrendamento de espaços comerciais e armazéns, com períodos iniciais entre 5 e 20 anos, que podem ter períodos de extensão. Os contratos de locação não impõem *covenants*. Os direitos de uso são sujeitos a testes de imparidade, conforme referido na nota 2.5.1.

Nas geografias em que os impactos contabilísticos decorrentes da aplicação da IFRS 16 – Locações não têm relevância fiscal, o Grupo reconheceu o valor líquido resultante do respetivo ativo por impostos diferidos (sobre o passivo da locação) e o passivo por impostos diferidos (sobre o ativo de direito de uso), na data do reconhecimento inicial e subsequente dos contratos de locação. Em caso de alteração da legislação fiscal por parte da Administração Tributária, os impostos diferidos reconhecidos podem ter de ser revistos / alterados.

10.1. Movimentos ocorridos no exercício

2024	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamentos e outros	Total
Custo			
Saldo inicial	4.501	244	4.745
Diferenças cambiais	(1)	2	1
Aumentos	271	80	350
Atualizações contratos de direitos de uso	608	5	614
Transferências e reclassificações	(0)	(9)	(9)
Cancelamento de contratos	(50)	(30)	(80)
Saldo final	5.328	292	5.620
Depreciações e perdas por imparidade			
Saldo inicial	1.472	75	1.547
Diferenças cambiais	9	1	9
Aumentos	417	39	456
Transferências e reclassificações	-	(8)	(8)
Cancelamento de Contratos	(32)	(28)	(60)
Saldo final	1.866	78	1.945
Valor líquido			
Em 1 de janeiro de 2024	3.029	169	3.198
Em 31 de dezembro de 2024	3.462	214	3.676

2023	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamentos e outros	Total
Custo			
Saldo inicial	3.441	199	3.640
Diferenças cambiais	308	10	318
Aumentos	245	46	291
Atualizações contratos de direitos de uso	560	10	570
Transferências e reclassificações	-	(6)	(6)
Cancelamento de contratos	(52)	(16)	(68)
Saldo final	4.501	244	4.745
Depreciações e perdas por imparidade			
Saldo inicial	1.058	55	1.113
Diferenças cambiais	90	4	94
Aumentos	358	33	391
Transferências e reclassificações	-	(5)	(5)
Cancelamento de Contratos	(34)	(11)	(46)
Saldo final	1.472	75	1.547
Valor líquido			
Em 1 de janeiro de 2023	2.382	144	2.526
Em 31 de dezembro de 2023	3.029	169	3.198

10.2. Responsabilidades com locações

	2024	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial		530	2.853	3.382
Aumentos (novos contratos)		39	311	350
Pagamentos		(392)	(0)	(392)
Transferências		344	(344)	-
Alteração / Cancelamento de contratos		87	506	593
Diferenças cambiais		(1)	(15)	(16)
Saldo final		607	3.311	3.918

	2023	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial		430	2.248	2.678
Aumentos (novos contratos)		31	260	291
Pagamentos		(346)	(1)	(348)
Transferências		292	(292)	-
Alteração / Cancelamento de contratos		91	455	546
Diferenças cambiais		33	182	215
Saldo final		530	2.853	3.382

10.3. Custos reconhecidos na demonstração dos resultados

	2024	2023
Depreciações do exercício de direitos de uso		
Edifícios e outras construções	(417)	(358)
Equipamentos e Outros	(39)	(33)
Subtotal	(456)	(391)
Juros do exercício das responsabilidades com locações	(235)	(180)
Ganhos / (perdas) no cancelamento de contratos	1	1
Diferenças de câmbio em responsabilidades com locações	6	26
Subtotal	(229)	(153)
Rendas e alugueros (nota 4)		
Gastos com locações de curto-prazo	(2)	(3)
Gastos com locações de ativos de valor reduzido	(7)	(7)
Gastos com contratos de locação com rendas variáveis	(4)	(3)
Gastos com componente de não locação incluída nos pagamentos	(23)	(25)
Ganhos obtidos com o subarrendamento	19	14
Subtotal	(17)	(25)
Total de gastos do exercício com locações	(702)	(568)

Em 2024 os pagamentos relativos a locações ascenderam a €644 milhões (€552 milhões em 2023).

11. Investimentos em joint ventures e associadas

	Joint-ventures		Associadas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	23	10	57	6	80	16
Aplicação do método de equivalência patrimonial:						
Resultado do exercício	-	-	(1)	-	(1)	(1)
Dividendos e outros rendimentos recebidos	(1)	(1)	-	-	(1)	(1)
Outros rendimentos integrais	-	-	(3)	-	(3)	-
Outros aumentos/(diminuições)	2	14	14	34	15	48
Transferência de Outros investimentos financeiros	-	-	-	17	-	17
Alteração método de consolidação	(7)	-	-	-	(7)	-
Saldo final	17	23	67	57	84	80

Em junho de 2024, através da subsidiária Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A. (JMA) foi adquirido 30% do capital da sociedade Supreme Fruits, Lda. (SF), passando o Grupo a deter 80% da referida sociedade. A SF passou, desta forma, a ser consolidada integralmente nas demonstrações financeiras do Grupo (anteriormente era consolidada pelo método da equivalência patrimonial), sem impactos materialmente relevantes.

Durante o exercício de 2024, a JMA adquiriu um montante adicional de 4,6 milhões de ações da sociedade Andfjord Salmon Group AS (Andfjord), passando a deter uma participação total de 28%. A Andfjord encontra-se cotada no Euronext Growth Oslo, e na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas ainda não havia sido publicada a informação financeira relativa a dezembro 2024, pelo que, na atualização do valor do investimento, foi utilizada a informação publicada mais recente, relativa ao trimestre anterior (setembro 2024).

12. Instrumentos financeiros derivados

✓ Políticas contabilísticas

O Grupo utiliza derivados com o único objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposto. De acordo com a sua política financeira, o Grupo não utiliza derivados para especulação.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de DCF ou modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxo de caixa e cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras, cuja variação do justo valor é registada em capitais próprios, em outros rendimentos integrais. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Derivados não designados como instrumentos de cobertura

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IFRS 9. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

No início da relação de cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura e o objetivo da gestão dos riscos e a estratégia para realização da cobertura. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item coberto, a natureza dos riscos que estão a ser cobertos e como o Grupo irá medir se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de eficácia da cobertura. A relação de cobertura apenas qualifica para efeitos de contabilidade de cobertura se cumprir com todos os requisitos de eficácia seguintes:

- (i) Existe uma “relação económica” entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- (ii) O efeito do risco do crédito não “domina as alterações do valor” que resultam dessa relação económica;
- (iii) O rácio de cobertura é o que resulta da quantidade do item coberto que o Grupo efetivamente cobre e a quantidade de instrumento de cobertura que o Grupo efetivamente usa para cobrir essa quantidade de item coberto.

As coberturas que cumprirem com todos os critérios de enquadramento para contabilidade de cobertura são registados conforme descrito abaixo:

Risco de taxa de juro e preço de energia elétrica (cobertura de fluxos de caixa)

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados. Na seleção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspetos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira existente de derivados, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

No que respeita aos preços de energia elétrica, existindo no mercado um conjunto de operadores de energias renováveis dispostos a estabelecer contratos virtuais de entrega de energia verde (também denominados de VPPAs – Virtual Power Purchase Agreements), o Grupo pode optar por entrar nestes contratos de forma a fixar o preço de energia proveniente de fontes renováveis. Uma vez que não se trata de contratos diretos entre o distribuidor de energia e as companhias do Grupo, os mesmos qualificam enquanto instrumentos derivados.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais, na reserva de cobertura de fluxos de caixa. As quantias acumuladas

em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afetam os resultados (por exemplo, quando uma transação ou evento previsto que foi coberto se realiza). No entanto, tratando-se de uma cobertura de uma transação futura que resulta no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo: Existências), os ganhos ou perdas previamente diferidos em capital próprio são transferidos e incluídos na valorização inicial do ativo.

Os ganhos ou perdas relacionados com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, para o risco de taxa de juro, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada. No caso do preço da energia elétrica, o mecanismo mensal de acerto/compensação do preço permite estabilizar os custos da energia verde contratualizada para cada período.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

As operações que não qualifiquem como instrumento de cobertura de fluxos de caixa são registados no balanço pelo seu justo valor, sendo as suas variações reconhecidas diretamente nos resultados financeiros (ou outros ganhos e perdas operacionais, no caso dos derivados de energia elétrica).

Risco de taxa de câmbio (cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras)

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamento em moeda local sempre que as condições de mercado (nomeadamente o nível das taxas de juro) o aconselhem e/ou permitam.

A flutuação cambial associada a empréstimos em moeda estrangeira contraídos com o objetivo de cobertura de um investimento numa operação estrangeira é reconhecida diretamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais em outros rendimentos integrais (nota 2.2).

Os swaps cambiais contratados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras que qualifiquem como instrumentos de cobertura são registados no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos swaps cambiais são reconhecidas diretamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais (nota 2.2). Os ganhos e perdas acumulados em outros rendimentos integrais são transferidos para resultados do exercício quando as entidades estrangeiras são alienadas.

	2024					2023				
	Nocional	Ativo		Passivo		Nocional	Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrent		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de negociação										
Forwards cambiais - compra de mercadorias	58,4 M EUR 3,6 M USD	0	-	0	-	4,6 M EUR 2,7 M USD	-	-	0	-
Cross-currency-swaps - operações de tesouraria	100 M EUR	-	-	0	-	89,8 M EUR	6	-	-	-
Commodities swap - compra de energia	n/a	-	-	-	13	n/a	-	-	-	6
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa										
Forwards cambiais - compra de mercadorias	3,8 M EUR 6,4 M USD	0	-	0	-	10,7 M EUR 1,2 M USD	0	-	0	-
Derivados designados como cobertura de investimentos em operações estrangeiras										
Forwards cambiais	2.080 M PLN	0	-	4	-	1.241 M PLN	-	-	12	-
Total de derivados de negociação		0	-	0	13		6	-	0	6
Total de derivados designados como cobertura		0	-	4	-		0	-	12	-
Total de derivados ativos/passivos		0	-	4	13		6	-	13	6

Instrumentos financeiros derivados de negociação

Forwards cambiais e cross-currency-swaps

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição inerente à compra de mercadorias em moeda estrangeira. Para esse efeito, em 2024, o Grupo contratou forwards cambiais em euros e em dólares americanos, com vencimentos até fevereiro de 2025 e com nocional de €58,4 milhões e 3,6 milhões de dólares americanos.

Adicionalmente, em 2024, foi contratado um derivado para cobertura do risco cambial (cross-currency-swaps) de um depósito em euros efetuado por uma subsidiária na Polónia com maturidade em março de 2025 e nocional de €100 milhões.

Swap preço de energia elétrica

O Grupo procede à cobertura económica do risco do preço de energia elétrica inerente à sua atividade comercial, para uma parte das suas necessidades. Para esse efeito, uma das subsidiárias do Grupo contratou um VPPA, liquidado em euros, que lhe permite fixar o preço da energia elétrica, para uma parte dos seus consumos estimados, durante o período de 15 anos, assegurando simultaneamente que os volumes adquiridos são de origem renovável. À data de celebração do referido contrato o seu justo valor era zero, não tendo ocorrido qualquer fluxo financeiro entre as partes.

Para mais informação sobre a forma como gerimos o consumo de energia do Grupo, as nossas ações de redução de emissões de carbono, bem como o nosso plano de transição climática, consulte o Capítulo 5 – “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.1. “Alterações climáticas”.

Cobertura de fluxos de caixa

Forwards cambiais

Em 31 de dezembro de 2024 o Grupo tinha contratado forwards cambiais em euros e em dólares americanos para futura aquisição de mercadorias cujo notional ascendia a €3,8 milhões e 6,4 milhões de dólares americanos, com data de vencimento até maio de 2025.

Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição ao zloty. Para esse efeito, o Grupo contratou forwards cambiais, com vencimento até abril de 2025.

Reflexos nas Demonstrações Financeiras

	2024	2023
Justo valor dos instrumentos financeiros em 1 de janeiro	(12)	(12)
(Recebimentos) /pagamentos efetuados no exercício	13	29
Variação do justo valor de derivados de negociação (custos financeiros líquidos)	(6)	-
Variação do justo valor de derivados de negociação (outras perdas e ganhos operacionais)	(7)	-
Variação do justo valor de derivados de cobertura de invest. líquidos em entidades estrang. (reservas cambiais)	(4)	(29)
Justo valor dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro	(17)	(12)

13. Existências

✓ Políticas contabilísticas

As existências são valorizadas ao menor, entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal das atividades, deduzido dos custos diretamente associados à venda.

A sua valorização segue em geral o último preço de aquisição, sendo o método de custeio utilizado no registo das saídas de inventário o FIFO (First In, First Out).

Os produtos acabados e em vias de fabrico incluem na sua valorização as matérias-primas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

	2024	2023
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17	18
Produtos acabados e intermédios	5	9
Mercadorias	2.122	1.922
	2.144	1.949
Ajustamento para o valor de realização	(147)	(159)
Existências líquidas	1.997	1.790

Ajustamentos em existências para o valor de realização:

	2024	2023
Saldo em 1 de janeiro	(159)	(125)
Constituição, reforço e transferências	(2)	(26)
Redução e reversões	15	1
Diferença cambial	(2)	(9)
Saldo em 31 de dezembro	(147)	(159)

Não foram consignadas existências como garantia no cumprimento de obrigações contratuais.

14. Devedores, acréscimos e diferimentos

✓ Políticas contabilísticas

Os saldos de clientes e devedores são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pelo Grupo no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo, deduzidos de perdas por imparidade (notas 2.4.1 e 2.5).

	2024	2023
Não correntes		
Outros devedores	47	56
Custos diferidos	5	3
Total	52	59
Correntes		
Clientes comerciais	75	72
Outros devedores	209	189
Outros impostos a recuperar	12	11
Acréscimos de proveitos e custos diferidos	541	423
Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa	58	135
Total	896	829

Do total da rubrica de outros devedores não correntes, €43 milhões (€51 milhões em 2023) respeitam a liquidações adicionais de imposto, bem como adiantamentos por conta de imposto, cujo reembolso foi já solicitado (nota 23).

O aumento ocorrido em outros devedores correntes é explicado maioritariamente por adiantamentos para a aquisição de ativos fixos tangíveis.

A 31 de dezembro de 2024 o Grupo detinha aplicações de tesouraria no montante de €58 milhões, com maturidades até junho de 2025, as quais não qualificam enquanto equivalente de caixa.

Os acréscimos de proveitos correspondem essencialmente ao reconhecimento de proveitos suplementares contratados com fornecedores, no montante de €510 milhões (€397 milhões 2023).

A rubrica de custos diferidos é composta por €5 milhões de rendas pagas antecipadamente, por €2 milhões de custos com financiamentos contraídos, €6 milhões de custos com seguros e €12 milhões de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efetuado ainda no exercício de 2024, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

Devedores correntes com valores vencidos são sujeitos a uma análise de probabilidade de perdas futuras, com base em informação histórica, atendendo à natureza da relação comercial estabelecida, bem como às garantias reais e seguros de crédito existentes, sendo reconhecidos reforços/reversões dos ajustamentos para perdas por imparidade quando tal se justifique (ver nota 28.2.1).

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

	2024	2023
Saldos devedores não considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	42	28
Vencidos há mais de 3 meses	6	8
Total	48	36
Saldos devedores considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	2	1
Vencidos há mais de 3 meses	10	7
Total	12	8

Dos valores vencidos a receber sem imparidade acima mencionados, €3 milhões (2023: €2 milhões) encontram-se cobertos por garantias e seguros de crédito.

Os movimentos na imparidade registada para saldos devedores foram os seguintes:

	2024	2023
Saldo em 1 de janeiro	14	15
Constituição, reforço e transferências	4	6
Redução e reversões	(1)	(6)
Utilização	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro	16	14

15. Caixa e equivalentes de caixa

✓ Políticas contabilísticas

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior. No balanço do Grupo, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	2024	2023
Depósitos à ordem	379	587
Aplicações de tesouraria	1.441	1.348
Caixa	4	4
Total	1.823	1.938

Os depósitos à ordem correspondem a valores em bancos para fazer face a necessidades correntes de tesouraria bem como a recebimentos de clientes em trânsito.

As aplicações de tesouraria correspondem a depósitos de curto prazo existentes em instituições financeiras.

Os ratings associados aos depósitos à ordem e aplicações de tesouraria encontram-se detalhados na nota 28.2.1.

16. Capital e reservas

✓ Políticas contabilísticas

Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das ações ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de ações excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas ações são reconhecidos diretamente nesta rubrica, líquidos do respetivo imposto.

As ações próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas ações são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos diretos de transação e respetivo imposto, é reconhecido diretamente em capital próprio.

Dividendos a pagar

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras do Grupo no período em que são aprovados pelos acionistas para distribuição.

16.1. Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 ações ordinárias (2023: 629.293.220), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada ação detida, não existindo ações preferenciais. Os direitos relativos às ações detidas em carteira pelo Grupo encontram-se suspensos até essas ações serem de novo colocadas no mercado.

No exercício não se verificaram movimentos em prémios de emissão de ações, mantendo-se o valor de €22 milhões.

16.2. Ações próprias

À data de 31 de dezembro de 2024 o Grupo detinha 859.000 ações próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por ação, não tendo existido quaisquer transações no exercício de 2024.

16.3. Dividendos

Os montantes distribuídos em 2024, de €429 milhões, correspondem a dividendos e reservas livres pagos aos acionistas da JMH no valor de €412 milhões – correspondendo a um valor por ação de 0,6550 euros (excluindo-se as ações próprias em carteira), e aos interesses que não controlam que participam em Companhias do Grupo, no montante de €17 milhões.

Dividendos por ação distribuídos em 2024 aos acionistas de JMH	0,6550

16.4. Outras reservas e resultados retidos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da sociedade JMH é dada devida nota de todos os condicionalismos na utilização das reservas a distribuir e que compõem a situação patrimonial da Companhia, pelo que se recomenda a leitura expressa dessa informação.

17. Resultado por ação

✓ Políticas contabilísticas

O cálculo do resultado líquido por ação - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias.

17.1. Resultado básico e diluído por ação

	2024	2023
Ações ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Ações próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
N.º médio ponderado de ações ordinárias	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas detentores de ações ordinárias	599	756
Resultado básico e diluído por ação – Euros	0,9532	1,2035

18. Empréstimos obtidos

✓ Políticas contabilísticas

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo (nota 2.4.2).

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que o Grupo tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Os custos financeiros de empréstimos genéricos ou específicos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que levam necessariamente um período substancial de tempo para ficar disponíveis para o uso pretendido, são adicionados ao custo de tais ativos, até ao momento em que os ativos ficam efetivamente prontos para o uso pretendido.

Os rendimentos obtidos com o investimento temporário de empréstimos específicos ainda não utilizados nos ativos qualificáveis são deduzidos aos custos de empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos.

O Grupo tem contratados programas de papel comercial no montante total de €310 milhões, dos quais €60 milhões são de tomada firme. As emissões são remuneradas à taxa Euribor para o prazo de emissão respetivo, adicionada de spreads variáveis, e com possibilidade de serem emitidos em leilão. Ao longo do ano foram realizadas algumas emissões de papel comercial, com vista a colmatar necessidades pontuais de tesouraria decorrentes da atividade normal do Grupo, cuja utilização à data de 31 de dezembro de 2024 era de €45 milhões. Foi aumentado em €25 milhões o limite de um contrato de descoberto bancário, para um total de €197 milhões.

Na Polónia, ainda no final de 2023, foi contratada uma nova linha de financiamento com o Banco Europeu de Investimento, de médio e longo prazo, com o limite de 1.500 milhões de złoty (cerca de €350 milhões), para apoiar os investimentos em remodelações de lojas Biedronka, com melhoria da eficiência energética das mesmas. A 31 de dezembro de 2024, tinham sido utilizados 600 milhões de złoty (cerca de €140 milhões), a taxa fixa, por um período de 8 anos. Foram ainda realizados pagamentos de PLN 99 milhões, cerca de €23 milhões, relativos a amortizações de capital de um financiamento de medio e longo prazo. As linhas de curto prazo foram aumentadas em 350 milhões de złoty, cerca de €82 milhões, para um total de 1.350 milhões de złoty, equivalente a cerca de €316 milhões.

Na Eslováquia, foram contratadas linhas de curto prazo, no montante total de €16 milhões, sem utilização à data de 31 de dezembro de 2024.

A Jerónimo Martins Colômbia contratou um novo empréstimo com a International Finance Corporation (IFC), integrada no Banco Mundial, no montante 120 milhões de dólares, cuja utilização era, à data de 31 de dezembro de 2024, de 99 milhões de dólares, equivalente a 434 mil milhões de pesos colombianos. Este empréstimo, ESG Linked, tem uma maturidade de sete anos e tem como propósito apoiar a expansão da companhia com a construção de dois centros de distribuição com classificação 'Green' através da certificação EDGE-Advanced. Foram realizados pagamentos num valor total de 172 mil milhões de pesos colombianos, cerca de €38 milhões, relativos a amortizações de capital de três empréstimos de médio e longo prazo. Foram emitidos dois novos empréstimos, num total de 380 mil milhões de pesos colombianos, pelo prazo de 1 ano, através de bancos internacionais, equivalentes a €82 milhões, e ainda um empréstimo, com um banco local, no montante de 250 mil milhões de pesos colombianos, pelo prazo de 2 anos, equivalente a cerca de €54 milhões, para além da renovação de outros financiamentos de curto prazo com os bancos locais.

18.1. Empréstimos correntes e não correntes

2024	Saldo inicial	Cash flows	Transfer.	Diferenças cambiais	Saldo final
Empréstimos não correntes					
Empréstimos bancários	280	259	(23)	(14)	507
Total	280	259	(23)	(14)	507
Empréstimos correntes					
Descobertos bancários	73	(70)	-	(3)	-
Empréstimos bancários	412	94	23	(33)	496
Total	485	24	23	(36)	496

2023	Saldo inicial	Cash flows	Transfer.	Diferenças cambiais	Saldo final
Empréstimos não correntes					
Empréstimos bancários	238	65	(57)	34	280
Total	238	65	(57)	34	280
Empréstimos correntes					
Descobertos bancários	0	67	-	7	73
Empréstimos bancários	232	67	57	56	412
Total	232	134	57	63	485

18.2. Termos e prazo de reembolso dos empréstimos

2024	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Empréstimos em EUR		54	30	15	9
Empréstimos em PLN		257	23	169	65
Empréstimos em COP		692	442	218	32
Total	9,08%	1.003	496	402	105

2023	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Empréstimos em PLN		137	23	92	23
Empréstimos em COP		555	389	166	-
Descobertos bancários		73	73	-	-
Total	10,08%	765	485	258	23

18.3. Dívida financeira líquida

Tendo o Grupo contratado diversas operações de cobertura cambial e de taxa de juro, bem como efetuado algumas aplicações financeiras de curto prazo, o montante líquido da dívida financeira consolidada à data do balanço é o seguinte:

	2024	2023
Empréstimos não correntes (nota 18.1)	507	280
Empréstimos correntes (nota 18.1)	496	485
Responsabilidades com locações não correntes (nota 10)	3.311	2.853
Responsabilidades com locações correntes (nota 10)	607	530
Instrumentos financeiros derivados (nota 12)	17	12
Acréscimos e diferimentos de juros	8	10
Caixa e equivalentes de caixa (nota 15)	(1.823)	(1.938)
Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa (nota 14)	(58)	(135)
Total	3.064	2.097

19. Provisões

✓ Políticas contabilísticas

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, e sempre que é provável que uma diminuição de recursos, incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, ocorra para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado pelo Grupo e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de ativos.

Provisão para processos em contencioso

As provisões relacionadas com processos em contencioso envolvendo Empresas do Grupo são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pela Gestão, com o apoio e aconselhamento dos seus advogados e consultores legais.

2024	Saldo inicial	Constituição, reforço e transferências	Redução e reversões	Diferença cambial	Utilização	Saldo final
Impostos	26	9	(2)	-	(0)	33
Processos judiciais em curso	22	13	(3)	0	(14)	19
Outros	31	2	(2)	(0)	(0)	31
	79	25	(7)	0	(14)	83

2023	Saldo inicial	Constituição, reforço e transferências	Redução e reversões	Diferença cambial	Utilização	Saldo final
Impostos	24	4	(2)	-	-	26
Processos judiciais em curso	32	15	(0)	2	(26)	22
Outros	25	7	(1)	0	(0)	31
	82	26	(4)	2	(26)	79

A rubrica de provisões para impostos destina-se a cobrir os eventuais desembolsos futuros resultantes dos processos em contencioso fiscal descritos na nota 23. Tratam-se na sua globalidade de processos que se encontram em disputa em tribunal, sobre os quais não existe uma data previsível para a sua conclusão.

Os processos judiciais em curso para os quais o Grupo constitui provisões, dizem essencialmente respeito a disputas comerciais, laborais e regulatórias, das quais se estima poderem resultar desembolsos futuros. Por se tratar de vários processos respeitantes a diferentes períodos, o seu pagamento (a ter lugar) deverá ocorrer de forma faseada ao longo do tempo, mediante a conclusão dos mesmos em tribunal.

A provisão constituída para outros processos de contencioso, destina-se a cobrir a estimativa de desembolsos futuros, relativos a responsabilidades assumidas pelo Grupo em resultado de transações efetuadas no passado, como sejam garantias prestadas com venda de negócios. Por se tratarem de eventos que na sua maioria não se encontram ainda em disputa com a contraparte, a probabilidade de desembolso no curto prazo é considerada remota.

Mais informação sobre o indicador “GRI 2-27 – Conformidade com leis e regulamentos” encontra-se detalhada no Capítulo 5 – “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 7. “Frameworks de reporte”, secção 7.2. “GRI – Global Reporting Initiative”.

20. Credores, acréscimos e diferimentos

✓ Políticas contabilísticas

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades relativas a mercadorias ou serviços adquiridos no curso normal das suas atividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo (nota 2.4.2).

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentados como passivo não corrente.

	2024	2023
Não correntes		
Credores comerciais	2	3
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	3	1
Total	6	4
Correntes		
Fornecedores	4.943	4.822
Outros credores comerciais	407	402
Credores não comerciais	480	521
Outros impostos a pagar	212	166
Responsabilidades em contratos com clientes	29	16
Responsabilidades com reembolsos a clientes	2	2
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	728	776
Total	6.800	6.705

A rubrica de acréscimos de custos correntes, num total de €723 milhões (incluída na linha de Acréscimos de custos e proveitos diferidos correntes da tabela acima), é composta essencialmente por remunerações a liquidar ao pessoal de €370 milhões, juros a pagar no valor €33 milhões e custos suplementares com a distribuição e promoção de produtos de consumo no valor de €19 milhões. Os restantes €302 milhões correspondem a diversos custos (*utilities*, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2024, e que não foram faturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

Conforme referido na nota 2.8, algumas subsidiárias do Grupo celebraram protocolos de *confirming* com instituições financeiras, de adesão voluntária por parte dos fornecedores, os quais lhes permitem antecipar o pagamento das suas faturas para cerca de 7 dias. Na rubrica de fornecedores encontra-se o montante de €882 milhões, já recebido pelos fornecedores, relativo às responsabilidades abrangidas por estes protocolos (ver nota 28.2.2).

Estes acordos não expõem as subsidiárias do Grupo a risco adicional de crédito, nem garantem benefícios adicionais significativos em termos de prazos de pagamento, pelo que, os montantes ao abrigo destes protocolos mantêm-se classificados como créditos comerciais de fornecedores, considerando que, em substância, estes montantes mantêm as características de dívida comercial.

21. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2024	2023
Garantias prestadas a fornecedores	68	53
Garantias a favor da Autoridade Tributária	280	270
Outras garantias a favor do Estado	4	6
Outras garantias prestadas	23	45
Total	374	374

O aumento das garantias a favor das Autoridades Tributárias está relacionado com as liquidações em processos de IRC em Portugal referidas na alínea g) da nota 23.

O Grupo prestou caução na forma de fianças, com vista a suspender o pagamento das coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência em Portugal, e cujos processos se encontram a ser contestados junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, conforme descrito na nota 23.

Existem ainda algumas garantias financeiras prestadas pelo Grupo, relativas a passivos já refletidos no Balanço consolidado.

22. Compromissos de capital

Os compromissos relativos a investimentos a realizar, à data do balanço, são de €163 milhões (€113 milhões em 2023) e respeitam a obras não concluídas, a contratos de empreitada e a contratos-promessa já celebrados de compra de equipamentos e de aquisição de terrenos e, edifícios cujas escrituras irão ocorrer oportunamente.

Não existem quaisquer compromissos de capital assumidos pelo Grupo em relação às joint ventures e associadas.

23. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes

✓ Políticas contabilísticas

Ativos contingentes são potenciais ativos do Grupo que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras Consolidadas quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente no controlo do Grupo. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento do seu valor e este é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

- No montante reconhecido em devedores não correntes (nota 14), encontram-se incluídos €42 milhões (€51 milhões em 2023) relativos a liquidações adicionais de imposto apresentadas pela Administração Tributária.

A Gestão, com o apoio dos seus advogados e consultores fiscais, entende que lhe assiste razão e mantém as reclamações e impugnações judiciais que apresentou contra essas liquidações, mantendo a expectativa quanto à recuperação integral desse montante.

Neste contexto, o Grupo solicitou de imediato o reembolso da totalidade das importâncias pagas, bem como dos juros indemnizatórios à taxa legal, pelo período decorrido entre a data do seu pagamento e da sua efetiva restituição.

Em 2012, foi proferido um Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS), relativo a uma das impugnações judiciais apresentadas no âmbito deste processo, o qual a julgou totalmente procedente, ordenando a anulação das referidas liquidações e o pagamento de juros indemnizatórios e indemnização pelas garantias prestadas. O Grupo procedeu ao reconhecimento do valor dos juros indemnizatórios sobre este crédito.

Em 2024, o Grupo foi reembolsado em €10 milhões, relativo a importâncias pagas em anos anteriores e associadas à utilização de prejuízos fiscais reportáveis deferidos no âmbito do Acórdão suprarreferido.

Passivos contingentes

Processos relativos a Autoridades da Concorrência:

- Em Portugal, na sequência de diligências de busca e apreensão, realizadas em finais de 2016 e inícios de 2017, junto de diversas entidades do sector da distribuição alimentar, a Autoridade da Concorrência (AdC) determinou a abertura de diversos inquéritos, no âmbito dos quais veio a emitir contra vários fornecedores e retalhistas, entre os quais a subsidiária Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A. (Pingo Doce), dez notas de ilicitude por alegadas práticas anti concorrenciais, consistentes em alinhamento de preços para determinados produtos.

No final de 2023, Pingo Doce já tinha sido notificada das decisões proferidas pela AdC em todos os processos acima referidos, que concluíram pela aplicação de coimas a vários retalhistas e aos seus fornecedores. No caso de Pingo Doce estas decisões traduziram-se na aplicação de coimas no montante de €190 milhões.

Pingo Doce discorda em absoluto das decisões em apreço, que considera totalmente infundadas, pelo que apresentou já os competentes recursos junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão. Nos termos da lei, Pingo Doce requereu ainda a fixação de efeito suspensivo aos recursos interpostos, mediante prestação de fiança, a fim de obstar ao pagamento imediato das coimas. Com base no parecer dos seus advogados e consultores económicos, a Companhia está convicta de que lhe assiste inteira razão.

- Na Polónia, a subsidiária JMP foi notificada em 2020 pela Autoridade da Concorrência e Proteção do Consumidor (UOKiK), da abertura de um processo relacionado com a divulgação do país de origem das frutas e produtos hortícolas ao nível da loja. Em 22 de abril de 2021, a UOKiK notificou a JMP da decisão sobre este processo, aplicando uma multa de 60 milhões de złoty (c.€13 milhões). A JMP, discordando do entendimento e conclusão desta Autoridade, interpôs recurso junto do Tribunal da Concorrência e Defesa do Consumidor (TCDC). Em 17 de abril de 2023, o TCDC manteve a decisão da UOKiK. A JMP apresentou recurso para o Tribunal da Relação que, em 28 de março de 2024, negou provimento ao recurso de JMP, tendo a sociedade procedido ao pagamento da coima em abril de 2024. Convencida dos fundamentos jurídicos e factuais da sua posição, a JMP interpôs recurso extraordinário para o Supremo Tribunal, e procederá a uma análise regular da probabilidade de desenlace favorável, sendo que a divulgação de eventuais montantes relativos a ativos contingentes será efetuada quando se torne quantificável o seu recebimento.

Em dezembro de 2020, a UOKiK notificou a JMP de decisão que lhe aplica uma coima de 723 milhões de złoty (c.€169 milhões) pela alegada prática de abuso de poder negocial em relações comerciais com fornecedores, designadamente de frutas e vegetais. Por entender que a decisão da UOKiK carece em absoluto de fundamento de facto e de direito, JMP impugnou judicialmente a decisão em causa junto do TCDC. Em 17 de outubro de 2024, o TCDC proferiu sentença, confirmando a decisão da UOKiK em 7 dos 214 casos apresentados, tendo reduzido a coima para 506 milhões de złoty (c.€118 milhões). Em 24 de dezembro de 2024, a JMP apresentou recurso da decisão do TCDC, para o Tribunal de Segunda Instância.

A JMP reafirma que sempre estabeleceu negociações transparentes e justas, com o propósito de construir relações de longo prazo, que são essenciais para a sustentabilidade da sua cadeia de abastecimento e para servir os consumidores na Polónia, tendo, em julgamento, apresentado argumentos - de facto (incluindo os testemunhos dos próprios fornecedores visados) e de direito - demonstrativos do mérito da sua defesa, o que, no seu entendimento, deveria ter conduzido à sua absolvição total e não apenas parcial.

A 10 de agosto de 2022, o Presidente da UOKiK deu início ao processo relativo à campanha promocional “Biedronka’s Anti-inflation Shield”, tendo em 13 de abril de 2023 emitido a decisão de impor uma multa de 161 milhões de złoty (c.€36 milhões). A JMP interpôs recurso para o TCDC.

Outros processos de contencioso fiscal e legal:

- Em 2023, uma associação de defesa dos consumidores propôs ações populares contra a Pingo Doce relativamente a supostos danos decorrentes de alegada discrepância de preços entre o apresentado na prateleira e o registado na caixa de pagamento dos seus supermercados. Na Pingo Doce a salvaguarda dos legítimos interesses do consumidor é sempre uma prioridade, estando a empresa convicta de que não assiste razão à dita associação, pelo que tem contestado as ações, que estão todas elas numa fase preliminar.
- Para além de diversas situações de litígio, próprias dos negócios em que o Grupo opera, estão pendentes de resolução diversos processos de contencioso, para os quais a Gestão, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal. Detalham-se abaixo os processos com maior relevância (de valor superior a €5 milhões):
 - A Autoridade Tributária (AT) informou a Recheio SGPS que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de €82 milhões, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2000 a 2003. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Na sequência daquela informação, veio a AT liquidar o correspondente valor de imposto de €21 milhões, do qual se mantém em disputa o montante de €20 milhões. Tendo, entretanto, sido julgadas improcedentes ambas as impugnações judiciais, a Gestão recorreu das mesmas. Veio, entretanto, o Tribunal Central Administrativo dar total provimento às pretensões da Recheio SGPS em um dos casos, tendo, entretanto, a Administração Tributária recorrido da mesma;
 - A AT procedeu a algumas correções em sede de IRC em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade JMR SGPS, as quais originaram liquidações adicionais de imposto, relativamente aos anos de 2002 a 2015, no montante total de €81 milhões, do qual se mantém em disputa o montante de €71 milhões. Entretanto, o Tribunal Tributário emitiu sentenças para os anos de 2002 a 2007 e 2014, as quais, tendo sido apenas parcialmente favoráveis ao Grupo, foram já contestadas para instância superior;
 - A AT procedeu a algumas correções em sede de IRC, em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade Recheio SGPS, as quais originaram liquidação adicional de imposto, relativamente aos anos de 2007 a 2014, no montante total de €17 milhões, do qual se mantém em disputa o montante de €16 milhões. O Tribunal Tributário de Lisboa pronunciou-se, entretanto, relativamente aos exercícios de 2008,

2009, 2010, 2011, 2013 e 2014, dando total vencimento às pretensões da Recheio SGPS. À data, a AT apresentou já recurso de todas aquelas sentenças. Em 2024, o Tribunal Central Administrativo veio pronunciar-se a favor da Recheio, quanto ao exercício de 2010 e o Supremo Tribunal Administrativo a favor da AT, quanto a 2013, pelo que quanto a este último a Recheio já apresentou recurso;

- d) A AT informou a JMH da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de €25 milhões, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, as quais geraram uma correção aos prejuízos fiscais da Sociedade, num montante de imposto estimado de €7 milhões. Em virtude de decisões favoráveis a JMH relativas a correções de prejuízos de exercícios anteriores, o montante atualmente em disputa é de €5 milhões. Em 2019, o Tribunal Tributário de Lisboa veio pronunciar-se a favor de JMH. No entanto, a AT recorreu dessa decisão para tribunal superior. Em 2024, o Tribunal Central Administrativo veio dar razão a JMH relativamente à totalidade do valor, dando por finalizado este processo;
- e) A AT liquidou, para o período de 2016 a 2019, à JMR SGPS e à JMH (enquanto sociedade que encabeça o Grupo Fiscal em que se insere o Recheio SGPS), os montantes, respetivamente, de €122 milhões e €30 milhões, relativos à tributação em IRC de ¼ dos resultados gerados em operações internas do Grupo fiscal, em cada um desses anos. Conforme explicado no Relatório & Contas de 2018 (e anos anteriores), esta liquidação resulta da aplicação da norma transitória incluída no Orçamento de Estado Português de 2016 (e depois nos três Orçamentos seguintes). A Gestão, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende que lhe assiste razão, pelo que contestou todos aqueles processos;
- f) A AT liquidou a JMR SGPS, relativamente a 2017, o montante de €13 milhões, considerando que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos nesse ano, no montante aproximado de €45 milhões, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Atendendo as especificidades do processo e, bem assim, a recentes decisões judiciais (ver ponto a) acima), a Gestão, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação;
- g) A AT notificou a JMR SGPS, relativamente aos anos de 2020 e 2021, da liquidação do montante total de €7,5 milhões e corrigiu prejuízos fiscais ao ano de 2020 de JMH, no montante de €3,2 milhões, considerando que a amortização de marcas e, no caso de JMR SGPS, também os donativos concedidos em mercadoria não seriam aceites como custos dedutíveis, decisão contrária a alterações legislativas entretanto ocorridas. A Gestão, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação;
- h) A AT procedeu à correção de taxas de IVA aplicadas a determinados bens vendidos por algumas Companhias do Grupo. Com estas correções o montante total de liquidações, até ao ano de 2022 no Pingo Doce (Feira Nova) e Recheio ascendem a €6,4 milhões. A Gestão, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende que lhe assiste razão, pelo que tem contestado todos aqueles processos;
- i) A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) reclama desde 2012, inclusive, de Pingo Doce, Recheio e Hussen o pagamento da Taxa de Segurança Alimentar Mais (TSAM). As liquidações foram e são impugnadas judicialmente, por se entender que são indevidas, seja por razões de constitucionalidade do diploma que a criou, seja por outras razões. Apesar de terem já sido proferidas decisões que não consideram a taxa inconstitucional, as sociedades do Grupo mantêm o seu entendimento, e por isso continuam a recorrer de tais decisões, apesar de algumas delas já terem transitado em julgado. O Grupo apresentou uma queixa à Comissão Europeia, por entender que também estamos em presença de um auxílio ilegal de Estado. Essa queixa ainda está em apreciação. No final do ano de 2024, as sociedades do Grupo decidiram pagar as faturas respeitantes a estas taxas, tendo também procedido ao pagamento dos valores que se encontravam em execução. No entanto, as sociedades do Grupo continuam a impugnar a taxa e, por conseguinte, a reclamar em tribunal a devolução daqueles valores, acrescido dos respetivos juros. Proceder-se-á a uma análise regular da probabilidade de desenlace favorável, sendo que a divulgação de eventuais montantes relativos a ativos contingentes será efetuada quando se torne quantificável o seu recebimento.
- j) O administrador judicial da empresa ZM Kania moveu uma ação contra a JMP no valor de 23 milhões de złoty (c.€5 milhões). A ação contesta todos os descontos que a JMP obteve deste fornecedor no período de 2016-2019 com base na Lei de concorrência desleal (todo o rappel concedido é argumentado como não constituindo um elemento de preço) e na Lei de proteção da concorrência e dos consumidores. Em 29 de fevereiro de 2024, o Tribunal de 1.ª instância rejeitou, na sua totalidade, os pedidos do administrador judicial contra a JMP. O administrador judicial interpôs, entretanto, recurso para o Tribunal da Relação. Em 13 de setembro de 2024, a JMP apresentou uma resposta a este recurso;
- k) A Polenergia Obrót S.A. intentou uma ação judicial contra a JMP no valor de 41 milhões de złoty (c.€9,5 milhões). O litígio diz respeito a faturas não pagas de eletricidade referentes ao período de 1 a 31 de maio de 2022. A Empresa apresentou uma resposta à ação judicial.

Suportadas nos pareceres dos seus advogados, as Companhias procedem a uma avaliação de risco quanto à probabilidade do desfecho de cada processo, constituindo as provisões que em cada momento entendam necessárias para fazer face a potenciais desembolsos futuros, ou procedendo ao seu pagamento (ver nota 19), sempre que entendam que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo. Na defesa dos seus legítimos interesses e por forma a não prejudicar a sua posição nestes litígios, não são discriminados os montantes das provisões que possam ter sido constituídas.

Mais informação sobre o indicador “GRI 2-27 – Conformidade com leis e regulamentos” encontra-se detalhada no Capítulo 5 – “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 7. “Frameworks de reporte”, secção 7.2. “GRI – Global Reporting Initiative”.

Ativos contingentes

Existindo decisões tomadas pelos tribunais competentes, parcialmente favoráveis aos interesses do Grupo, sobre alguns dos processos que haviam sido pagos em 2016, e apesar de a AT ter recorrido dessas decisões para tribunais superiores, entende a Gestão que existe uma probabilidade significativa de o Grupo vir a obter reembolsos futuros. No entanto, conforme política acima descrita, a divulgação de eventuais montantes relativos a ativos contingentes será efetuada quando se torne quantificável o seu recebimento.

24. Partes relacionadas

✓ Políticas contabilísticas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com o Grupo, incluindo as que possuem ou estão sujeitas a influência ou controlo do Grupo.

24.1. Saldos e transações com partes relacionadas

O Grupo é participado em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., sendo a Sociedade Francisco Manuel dos Santos Holding N.V. a entidade que qualifica enquanto Empresa-mãe final do Grupo.

Os saldos e transações de Companhias do Grupo com partes relacionadas são as seguintes:

	Joint ventures		Empresas associadas		Outras entidades relacionadas (*)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Vendas e prestação serviços	-	-	32	27	0	0
Juros obtidos	1	0	-	-	-	-
Compras de mercadorias e fornecimentos de serviços	5	5	(0)	(0)	117	102
	Joint ventures		Empresas associadas		Outras entidades relacionadas (*)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Devedores, acréscimos e diferimentos	0	2	6	5	1	0
Credores, acréscimos e diferimentos	1	0	0	0	23	23

(*) As outras entidades relacionadas dizem respeito a outros investimentos financeiros, a sociedades participadas e/ou controladas pelo acionista maioritário de Jerónimo Martins, e sociedades detidas ou controladas por membros do Conselho de Administração do Grupo.

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado, ou seja, os valores das transações correspondem aos que seriam praticados com empresas não relacionadas.

Os saldos que se encontram por liquidar entre as Companhias do Grupo e as partes relacionadas, por resultarem de acordos comerciais, são liquidados em dinheiro e estão sujeitos aos mesmos prazos de pagamento que são aplicados aos demais acordos celebrados pelas Companhias do Grupo com os seus fornecedores.

Não existem provisões para créditos duvidosos e não foram reconhecidos custos, durante o exercício, relacionados com dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa, com essas partes relacionadas.

24.2. Remunerações dos Administradores e Quadros Superiores

Os custos incorridos com remunerações fixas e variáveis e contribuições para planos de pensões atribuídas aos Administradores e Quadros Superiores foram:

	2024	2023
Salários e outros benefícios de curto prazo	44	51
Indemnizações	4	4
Plano de benefícios pós-emprego	2	2
Outros benefícios	1	2
Total	51	58

O Conselho de Administração é composto por 11 elementos no final do ano de 2024 (2023: 11 elementos), sendo o número médio de Quadros Superiores do Grupo de 108 (2023: 107).

Consideram-se como Quadros Superiores os Membros das Direções Executivas e equipas dirigentes das unidades de negócio do Grupo e os Diretores do Centro Corporativo.

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no Capítulo 4 - Governo da Sociedade.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores e Quadros Superiores, fazendo parte do plano de contribuições definidas descrito na nota 5.2.

Os custos incorridos com outros benefícios correspondem a benefícios de longo prazo, os quais se encontram descritos na nota 5.2.

25. Companhias subsidiárias

O controlo do Grupo é assegurado pela Empresa-mãe, Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as subsidiárias do Grupo, consolidadas pelo método integral.

Companhias subsidiárias	Atividade	Sede	% Capital detido
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	-
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	Gestão de recursos humanos de topo do Grupo	Lisboa	100,00
New World Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Países Baixos)	100,00
Origins - Agro Business Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Países Baixos)	100,00
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Países Baixos)	100,00
Warta - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Países Baixos)	100,00
Desimo, Lda.	Gestão de ativos móveis, designadamente direitos de propriedade intelectual e industrial, incluindo marcas registadas e participações sociais	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão	Lisboa	100,00
Trade Wings, S.A.	Aluguer de meios de transporte aéreo	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A.	Cafetarias	Lisboa	100,00
Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A.	Venda a retalho de chocolates, confeitaria e afins	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins Colombia S.A.S.	Comercialização e distribuição de bens de consumo	Bogotá (Colômbia)	100,00
Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.	Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas	Lisboa	100,00
Best-Farmer – Atividades Agro-Pecuárias, S.A.	Agricultura e produção animal	Lisboa	100,00
Terra Alegre Lactícínios, S.A.	Indústrias do leite e derivados	Portalegre	100,00
Seaculture - Aquicultura, S.A.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Lisboa	100,00
Outro Chão - Agricultura Biológica, Lda.	Comércio por grosso de fruta e de produtos hortícolas	Lisboa	100,00
Mediterranean Aquafarm S.A.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Saïdia (Marrocos)	66,68
Ovinos da Tapada - Agropecuária, Lda	Produção animal	Fundão	100,00
Supreme Fruits, Lda.	Cultura de citrinos	Beja	80,00
JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais na área da distribuição retalhista	Lisboa	51,00
JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A.	Gestão, consultoria e logística de atividades retalhistas	Lisboa	51,00
Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Lisboa	51,00
Imoretalho - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	51,00
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	Formação profissional	Lisboa	51,00
Lido Sol II - Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Funchal	51,00
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de imóveis	Funchal	51,00
Recheio, SGPS, S.A.	Gestão de participações financeiras na área da distribuição por grosso e a retalho	Lisboa	100,00
Recheio - Cash & Carry, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Lisboa	100,00
Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	100,00
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	100,00
Recheio Masterchef, Lda.	Comércio por grosso de outros produtos alimentares	Lisboa	100,00
João Gomes Camacho, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Funchal	100,00
Santa Maria Manuela Turismo, S.A.	Transportes marítimos não costeiros de passageiros	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins Polska S.A.	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Kostrzyn (Polónia)	100,00
JM Nieruchomości Bis sp. z o.o.	Gestão e administração de imóveis	Kostrzyn (Polónia)	100,00
Jerónimo Martins Slovensko, s. r. o.	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Bratislava (Eslováquia)	100,00
Jerónimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.	Comércio a retalho de produtos de saúde e beleza	Varsóvia (Polónia)	100,00
Hebe Česko s.r.o.	Comércio a retalho de produtos de saúde e beleza	Praga (Chéquia)	100,00
Hebe Slovensko, s. r. o.	Comércio a retalho de produtos de saúde e beleza	Bratislava (Eslováquia)	100,00

Em 25 de março de 2024, através da subsidiária JMA, foram adquiridos 20% do capital da sociedade Outro Chão – Agricultura Biológica, Lda. passando o Grupo a deter 100% da referida sociedade.

Em 19 de junho de 2024, através da subsidiária JMA foram adquiridos 30% do capital da sociedade Supreme Fruits, Lda. (SF), passando o Grupo a deter 80% da referida sociedade. A SF passou, desta forma, a ser consolidada integralmente nas demonstrações financeiras do Grupo (anteriormente era consolidada pelo método da equivalência patrimonial), sem impactos materialmente relevantes.

Em novembro de 2024, por deliberação unânime dos acionistas da Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A. (Hussel) foi decidido a amortização das ações detidas por Hussel GmbH, acionista minoritário que detinha ações representativas de 49% do capital social da Hussel e que entrou em processo de falência. Com a correspondente redução do capital social, o Grupo passou a deter 100% do capital social da Hussel.

26. Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2024, os interesses que não controlam eram de €247 milhões (2023: €253 milhões), relativos quase na sua totalidade ao Grupo JMR (segmento Retalho Portugal – ver nota 3), onde o Grupo Ahold Delhaize detém uma participação de 49%.

As Demonstrações Financeiras relativas a esta área de negócio, integradas no consolidado pelo método integral, incluem os seguintes montantes relativos aos ativos, passivos e resultados:

	2024	2023
Ativos não correntes	2.220	2.062
Ativos correntes	487	522
Passivos não correntes	(545)	(472)
Passivos correntes	(1.664)	(1.596)
Capital próprio	497	517
Vendas e prestações de serviços	5.712	5.471
Resultados líquidos	16	36
Outros rendimentos integrais	(0)	(1)
Total de rendimentos integrais	15	35

27. Interesses em joint ventures e associadas

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as empresas controladas conjuntamente (empreendimentos conjuntos ou joint ventures) e empresas associadas, consolidadas pelo método da equivalência patrimonial:

Companhia	Atividade	Sede	% Capital detido
Andfjord Salmon Group, AS	Gestão de participações sociais	Andoya (Noruega)	28,04
Andfjord Salmon, AS	Produção sustentável de salmão	Andoya (Noruega)	28,04
Finançor Distribuição Alimentar, Lda.	Comércio a retalho em supermercados	Ponta Delgada	20,00
Finançor Cash & Carry, Lda.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Ponta Delgada	20,00
Marismar - Aquicultura Marinha, Lda.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Funchal	50,00
Tastyfruits, Lda.	Agricultura	Lisboa	50,00

Conforme referido na nota 11, durante o exercício de 2024, o Grupo adquiriu um montante adicional de 4,6 milhões de ações da sociedade Andfjord Salmon Group, AS, passando a deter uma participação total de 28,04%.

As demonstrações financeiras das sociedades controladas conjuntamente (joint ventures) e associadas integradas no consolidado pelo método de equivalência, apresentam os seguintes valores, os quais foram ajustados para as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo:

	Joint Ventures		Associadas	
	2024	2023	2024	2023
Ativos não correntes	18	32	215	95
Ativos correntes	5	11	35	64
Passivos não correntes	(16)	(16)	(52)	(6)
Passivos correntes	(2)	(9)	(56)	(37)
Ativos líquidos	5	19	142	115
Vendas e prestações de serviços	6	6	117	97
Resultados líquidos	(1)	(2)	(2)	(1)
Outros rendimentos integrais	-	-	-	-
Total rendimentos integrais	(1)	(2)	(2)	(1)

O quadro abaixo apresenta a reconciliação da posição financeira das joint ventures e associadas com o valor apresentado nas demonstrações financeiras de Jerónimo Martins:

	Joint Ventures		Associadas	
	2024	2023	2024	2023
Ativos líquidos a 1 de janeiro	19	3	115	20
Resultados líquidos	(1)	(2)	(2)	(1)
Dividendos	-	-	(1)	(1)
Outros aumentos/(diminuições)	(12)	17	34	97
Outros rendimentos integrais	-	-	(4)	-
Ativos líquidos a 31 de dezembro	5	19	142	115
Participação em joint ventures e associadas (%)	50%	50%	20 - 28%	20 - 25%
	2	9	37	28
Financiamentos	15	14	-	-
Goodwill	-	-	30	29
Valor da participação (nota 11)	17	23	67	57

28. Riscos financeiros

O Grupo encontra-se exposto a diversos riscos financeiros, nomeadamente: i. risco de preço, que inclui risco de taxa de juro, cambial e preço da energia elétrica; ii. risco transacional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e iii. risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos económico-financeiros, como os de taxa de juro, crédito, cambial ou inflação, assim como políticos e fiscais.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro do Grupo.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A atividade desta área é conduzida pela Direção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

28.1. Risco de preço

28.1.1. Risco cambial

A principal fonte de exposição a risco cambial advém das operações que o Grupo desenvolve na Polónia e na Colômbia.

Além dessas exposições, o Grupo adquire, no âmbito das atividades comerciais das suas subsidiárias, mercadorias em moeda estrangeira, primordialmente euros e dólares americanos, no caso das operações Polacas e Colombianas, e em dólares americanos no caso das operações Portuguesas. Regra geral, são transações com exposição temporal muito curta. Os riscos cambiais associados às importações são cobertos por compras a prazo da moeda de pagamento.

A gestão de risco cambial das Companhias operacionais está centralizada na Direção de Operações Financeiras do Grupo. Sempre que possível, as exposições são geridas através de operações de cobertura natural, nomeadamente através da contratação de dívida financeira em moeda local. Quando tal não se revela possível, são contratadas operações, mais ou menos estruturadas tais como: swaps, forwards ou opções.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio em instrumentos financeiros reconhecidos em 31 de dezembro de 2024, era a seguinte:

Em 31 de dezembro de 2024	Euro	Złoty	Peso colombiano	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	492	1.200	131	1.823
Outros investimentos financeiros	2	-	-	2
Devedores, acréscimos e diferimentos	131	700	31	862
Instrumentos financeiros derivados	0	0	-	0
Total de ativos financeiros	626	1.901	162	2.688
Passivos				
Empréstimos obtidos	54	257	692	1.003
Responsabilidades com locações	620	2.708	590	3.918
Instrumentos financeiros derivados	13	4	-	17
Credores, acréscimos e diferimentos	1.278	4.482	491	6.250
Total de passivos financeiros	1.965	7.450	1.772	11.188
Posição financeira líquida em balanço	(1.339)	(5.550)	(1.611)	(8.499)
Em 31 de dezembro de 2023				
Total de ativos financeiros	634	1.972	136	2.742
Total de passivos financeiros	1.985	6.724	1.660	10.370
Posição financeira líquida em balanço	(1.351)	(4.751)	(1.524)	(7.627)

Considerando a posição dos ativos e passivos financeiros em balanço a 31 de dezembro de 2024, uma depreciação do złoty face ao euro na ordem dos 10% teria um impacto positivo em reservas cambiais nos capitais próprios de €504 milhões (em 31 de dezembro de 2023: um impacto positivo de €457 milhões). Em relação ao peso colombiano, uma depreciação face ao euro de 10% teria um impacto positivo em reservas cambiais nos capitais próprios de €146 milhões (em 31 de dezembro de 2023: um impacto positivo de €139 milhões).

Considerando os ativos financeiros líquidos relacionados com atividades operacionais que algumas subsidiárias do Grupo mantêm em moedas distintas da sua moeda funcional, uma depreciação de 10% da taxa de câmbio teria um impacto negativo em resultados de €52 milhões.

Atendendo ao conjunto dos ativos líquidos (financeiros e não financeiros) ao qual o Grupo se encontra exposto em złoty e em pesos colombianos, o efeito de uma depreciação de 10% dessas moedas, teria um impacto negativo de €145 milhões no total dos capitais próprios (em 31 de dezembro de 2023: um impacto negativo de €164 milhões).

28.1.2. Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Todos os passivos financeiros estão, de forma direta ou indireta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe o Grupo a risco de cash flow. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe o Grupo a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma contínua. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas *forward*, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro. O Grupo está exposto, fundamentalmente, à curva de taxa de juro do euro, do złoty e do peso colombiano.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afetam proveitos ou custos relativos a juros de instrumentos financeiros negociados a taxas de juro variáveis;

- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os proveitos ou custos com juros relativos a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos ao justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores atuais líquidos, utilizando taxas de mercado no momento da avaliação.

Para cada análise, qualquer que seja a moeda, são utilizadas as mesmas alterações às curvas de taxa de juro. As análises são efetuadas para a dívida líquida, ou seja, são deduzidos os depósitos e aplicações em instituições financeiras e instrumentos financeiros derivados. As simulações são efetuadas tendo por base os valores líquidos de dívida e o justo valor dos instrumentos financeiros derivados às datas de referência e a respetiva alteração nas curvas de taxa de juro.

Baseado nas simulações realizadas em 31 de dezembro de 2024, ignorando o efeito dos derivados de taxa de juro, uma subida de 50 p.b. nas taxas de juro teria um impacto positivo, mantendo tudo o resto constante, de €4 milhões (2023: positivo em €6 milhões). Estas simulações são realizadas uma vez por trimestre, mas são revistas sempre que ocorrem alterações relevantes, tais como: emissão, resgate ou reestruturação de dívida, variações significativas nas taxas diretas e na inclinação das curvas de taxa de juro.

28.1.3. Risco de preço da energia elétrica

No âmbito da sua atividade, o Grupo está exposto à flutuação dos preços de energia, uma vez que os seus contratos de fornecimento de energia elétrica são indexados a preço de mercado de referência, expondo o Grupo ao risco de variabilidade dos fluxos de caixa. O Grupo analisa regularmente a evolução do preço de energia elétrica, em todas as geografias onde opera, e quando as condições de mercado o permitam, procura fixar, para períodos mais ou menos longos, o preço da energia elétrica com os seus fornecedores, como forma de mitigar o respetivo risco. É o caso das empresas em Portugal, para as quais foi possível fixar o preço por Mwh com o operador de eletricidade, até 2027.

Adicionalmente, tal como descrito na nota 12, foi celebrado um contrato de liquidação financeira, sobre o preço da eletricidade cobrindo uma parte das necessidades do Grupo. A 31 de dezembro de 2024, o justo valor deste instrumento financeiro derivado era de €12,8 milhões negativos (€5,8 milhões negativos a 31 de dezembro de 2023).

Baseado nas simulações realizadas em 31 de dezembro de 2024, um aumento/redução de 5% (deslocação paralela da curva de preços) no preço da energia elétrica teria um impacto positivo/negativo, mantendo tudo o resto constante, de cerca de €2,8 milhões.

Para mais informação sobre a forma como gerimos o consumo de energia do Grupo, as nossas ações de redução de emissões de carbono, bem como o nosso plano de transição climática, consulte o Capítulo 5 – “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.1. “Alterações climáticas”.

28.2. Risco transaccional

28.2.1. Risco de crédito

O Grupo gere de forma centralizada a sua exposição a riscos de crédito sobre os seus depósitos bancários, aplicações financeiras e derivados contratados junto de instituições financeiras, competindo às Direções Financeiras das unidades de negócio a gestão do risco de crédito sobre os seus clientes e outros devedores.

Relativamente às instituições financeiras, o Grupo seleciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona, existe ainda um valor máximo de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

Permite-se que o banco onde cada Companhia deposita as suas receitas de lojas possa ter uma notação de rating inferior ao definido na política geral, na condição, porém, de o valor máximo de exposição não ultrapassar dois dias de vendas dessa empresa operacional.

A seguinte tabela apresenta um resumo, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, da qualidade de crédito dos depósitos bancários, aplicações e instrumentos financeiros derivados de curto prazo com justo valor positivo:

Instituições financeiras	Rating	Saldo	
		2024	2023
Standard & Poor's	[A+ : AA]	42	379
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	312	522
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	25	326
Moody's	[A2 : A1]	248	203
Moody's	[A3]	92	-
Moody's	[Baa2:Ba1]	90	1
Fitch	[A- : A+]	536	481
Fitch	[BBB- : BBB+]	458	3
Fitch	[B- : BB+]	1	89
	Não disponível	73	73
Total		1.878	2.076

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas por agências de rating internacionais, enquadradas na política de gestão de risco financeiro do Grupo.

Em relação aos créditos comerciais a receber (clientes), o risco está essencialmente circunscrito ao negócio de Cash & Carry, já que os demais negócios operam numa base de venda a dinheiro ou com recurso a meios de pagamento eletrónicos, principalmente cartões bancários (débito e crédito). Este risco é gerido com base na experiência e conhecimento individual do cliente e/ou imposição de limites de crédito, cuja monitorização é feita mensalmente e revista anualmente pela Auditoria Interna. Adicionalmente, a empresa recorre à cobertura de seguros de crédito como forma de mitigação do risco associado.

A seguinte tabela apresenta uma análise da qualidade de crédito dos saldos a receber de clientes e outros devedores sem incumprimento, nem imparidade:

Qualidade de crédito dos ativos financeiros		
	2024	2023
Saldos de novos clientes (menos de seis meses)	3	1
Saldos de clientes sem histórico de incumprimento	66	59
Saldos de clientes com histórico de incumprimento	6	6
Saldos de outros devedores com garantias prestadas	18	22
Saldos de outros devedores sem garantias prestadas	200	178
Total	293	266

A seguinte tabela apresenta uma análise da concentração de risco de crédito de valores a receber de clientes e outros devedores, tendo em conta a sua exposição para com o Grupo:

Concentração de risco de crédito dos ativos financeiros				
	2024		2023	
	N.º	Saldo	N.º	Saldo
Clientes com saldo superior a €1.000 milhares	13	10	3	6
Clientes com saldo entre €250 milhares e €1.000 milhares	29	14	34	13
Clientes com saldo inferior a €250 milhares	9.062	50	8.701	48
Outros devedores com saldo superior a €250 milhares	77	169	85	147
Outros devedores com saldo inferior a €250 milhares	2.659	50	2.691	51
	11.840	293	11.514	266

A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de dezembro de 2024 e 2023, é o respetivo valor de balanço dos ativos financeiros.

28.2.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de linhas e limites de crédito que permitam, não apenas garantir o desenvolvimento normal das atividades do Grupo, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques exógenos à atividade.

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo (realizado diariamente), tendo subjacente os planos anuais, que são revistos de forma regular ao longo do ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados. Adicionalmente, é de realçar que todos os instrumentos financeiros derivados que o Grupo contrata são regularizados/pagos pelo seu valor líquido.

Exposição ao risco de liquidez

	2024	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos		545	496	117
Instrumentos financeiros derivados		(1)	-	18
Credores		5.830	-	-
Responsabilidades com locações		670	2.248	3.372
Total		7.044	2.744	3.507

	2023	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos		538	294	23
Instrumentos financeiros derivados		(2)	(5)	19
Credores		5.745	-	-
Responsabilidades com locações		577	1.870	2.863
Total		6.857	2.158	2.905

O Grupo, no âmbito da emissão de dívida de médio e longo prazo, tem previstos em contratos alguns covenants usuais neste tipo de financiamentos.

Estes covenants incluem:

- Limitações na alienação e penhor de ativos, acima de determinados limites;
- Limitações nas fusões e/ou cisões quando as mesmas impliquem a saída de ativos acima de determinado limite do perímetro de consolidação;
- Cláusula de manutenção do controlo da sociedade emitente pelo atual acionista maioritário;
- Limite nos rácios de Dívida Líquida/EBITDA, com os cálculos efetuados excluindo o efeito da adoção da IFRS 16;
- Cumprimento de standards sociais e ambientais.

Em alguns casos, o não cumprimento destes rácios pode implicar o vencimento antecipado da dívida associada. Em dezembro de 2024 o Grupo cumpria com todos os covenants assumidos na dívida que tinha emitida.

O Grupo mantém ao longo do ano reservas de liquidez sob a forma de linhas de crédito contratadas junto das instituições financeiras com que se relaciona, de forma a assegurar a capacidade de cumprir com os seus compromissos, sem ter de se financiar em condições desvantajosas e desfavoráveis. Assim, em 31 de dezembro de 2024, o Grupo tinha contratadas linhas de crédito que não se encontravam a ser utilizadas no montante global de €1.142 milhões.

Adicionalmente, o Grupo possuía em 31 de dezembro de 2024 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa no montante de €1.823 milhões.

O Grupo estima assim satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com recurso aos fluxos da atividade operacional, a reservas de liquidez, e, caso venha a ser necessário, recorrendo às linhas de crédito disponíveis.

Credores

A rubrica de Credores compreende essencialmente as responsabilidades com fornecedores de mercadorias, que, à data de 31 de dezembro de 2024, representavam 85% do valor total. As empresas do Grupo acordam com os seus fornecedores diferentes condições de pagamento, que ficam estabelecidas em contrato geral de fornecimento, tendo em consideração as práticas habituais de mercado, a tipologia e dimensão dos fornecedores e a categoria dos produtos abastecidos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades com fornecedores de mercadorias, segregando os montantes pagos ao abrigo de protocolos de *confirming*.

	€ milhões	%	Intervalo de prazos de pagamento
Responsabilidades com fornecedores, ao abrigo de protocolos de <i>confirming</i> (os quais recebem as suas faturas em 7 dias)	882	17,8%	75% das responsabilidades foram pagas entre 30 e 60 dias
Responsabilidades com fornecedores, não enquadrados em protocolos de <i>confirming</i>	4.061	82,2%	72% das responsabilidades foram pagas entre 30 e 60 dias
Credores, acréscimos e diferimentos – Fornecedores (nota 21)	4.943		

As responsabilidades pagas fora dos intervalos acima apresentados respeitam essencialmente a produtos alimentares perecíveis, para os quais se acordam prazos de pagamento inferiores a 30 dias, ou a produtos não-alimentares de baixa rotação (por exemplo livros ou brinquedos), para os quais é usual acordar prazos mais dilatados.

Acordos de financiamento com fornecedores ("confirming" ou "reverse factoring")

Conforme referido nas notas 2.8 e 20, algumas subsidiárias do Grupo celebraram protocolos de confirming com instituições financeiras, de adesão voluntária por parte dos fornecedores, que lhes permitem antecipar o recebimento das suas faturas para cerca de 7 dias, mediante um custo. De acordo com as condições destes protocolos, os montantes permanecem classificados como valores a pagar a fornecedores, considerando que, em substância, se mantêm as características de dívida comercial. Os fornecedores que não aderem a estes protocolos recebem no prazo acordado contratualmente.

À data de 31 de dezembro de 2024, as responsabilidades existentes ao abrigo de protocolos de confirming ascendiam a €882 milhões, representando 17,8% do total de fornecedores de mercadorias, não existindo montantes para além dos prazos de pagamento acordados com os fornecedores.

Mais informações, especificamente acerca de ações no âmbito da sustentabilidade, encontra-se detalhada no Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 5. "Informação sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.4. "Iniciativas e práticas de pagamento a fornecedores".

28.2.3. Gestão de risco de capital

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a continuidade e desenvolvimento da sua atividade, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus acionistas e a otimização do custo de capital.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (Gearing), calculado de acordo com a seguinte fórmula: Dívida líquida / Fundos de acionistas, e pelo rácio Dívida líquida/EBITDA. O Conselho de Administração estabeleceu como alvo um nível de Gearing inferior a 100%, consistente com uma notação de rating de investimento (investment grade) e um rácio Dívida líquida/EBITDA inferior a 3.

Os referidos rácios, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, calculados sem o efeito da adoção da norma IFRS 16, conforme são analisados pela Gestão, eram os seguintes:

	2024	2023
Capital investido	2.749	2.061
Dívida líquida	(726)	(1.184)
Fundos de acionistas	3.475	3.245
Gearing*	n.a.	n.a.
EBITDA	1.622	1.655
Dívida líquida / EBITDA	(0,4)	(0,7)

*A 31 de dezembro de 2024 e 2023 a dívida líquida era positiva.

29. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto nos termos do artigo 508.º - F do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes que não se encontrem refletidas no balanço ou descritas no seu anexo;
- O total de remunerações pago ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2024 foi de €1.251 milhares, dos quais €1.065 milhares relativos aos serviços de revisão legal de contas, e os restantes, no montante de €186 milhares, a serviços de apoio em matéria de recursos humanos, serviços de garantia limitada de fiabilidade sobre indicadores de sustentabilidade e outros serviços de auditoria distintos da revisão legal das contas, todos eles devidamente aprovados pela Comissão de Auditoria;
- A nota 24 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

30. Eventos subsequentes à data do balanço

✓ Políticas contabilísticas

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Lisboa, 18 de março de 2025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2. Declaração do Conselho de Administração

Declaração do Conselho de Administração

Nos termos previstos na alínea c), número 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i) a informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação; e
- ii) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 18 de março de 2025

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos
(Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado)

Andrzej Szlezak
(Membro do Conselho de Administração)

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista
(Membro do Conselho de Administração)

Artur Stefan Kirsten
(Membro do Conselho de Administração)

Clara Christina Streit
(Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Elizabeth Ann Bastoni
(Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Francisco Seixas da Costa
(Membro do Conselho de Administração)

José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos
(Membro do Conselho de Administração)

María Ángela Holguín
(Membro do Conselho de Administração)

Natalia Anna Olynec
(Membro do Conselho de Administração)

Sérgio Tavares Rebelo
(Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 15.297 milhões de euros e um total de capital próprio de 3.253 milhões de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo de 599 milhões de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções, a Demonstração Consolidada dos Rendimentos Integrais, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Valorização de lojas próprias (ativos fixos tangíveis) e lojas arrendadas (direito de utilização)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
O Grupo opera um número significativo de lojas em três países diferentes: Portugal, Polónia e Colômbia. O valor contabilístico das lojas, incluindo os ativos a si associados, é relevante para a nossa auditoria pela materialidade do seu valor (superior a 8.798 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024), mas também pelo julgamento envolvido na identificação de indícios de imparidade e, caso existam, na	A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos: ▶ Procedemos à compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de investimento em ativos tangíveis e diretos de utilização; ▶ Avaliámos as políticas e os procedimentos definidos pelo Grupo para a identificação de indícios de imparidade de ativos relacionados com lojas com um desempenho abaixo do esperado e verificámos a revisão efetuada pela Gestão ao desempenho financeiro das unidades geradoras de caixa;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
avaliação subsequente da recuperabilidade dos montantes escriturados. A Gestão avalia anualmente a existência de indícios de imparidade, focando-se principalmente no desempenho futuro das lojas, o qual depende de fatores externos tais como o tráfego da loja, o valor médio das compras, a existência de concorrência significativa e o atual contexto económico nas várias geografias em que o Grupo opera, pelo que consideramos que este tópico é uma Matéria Relevante de Auditoria.	▶ Obtivemos os pressupostos utilizados para a análise de imparidade e efetuámos uma validação dos mesmos, através da consideração das perspetivas publicadas pelos analistas de mercado e da verificação dos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais incluem cenários mais adversos que os habitualmente utilizados, assim como através da análise de tendências passadas, de forma a determinar a capacidade da Gestão em efetuar, com exatidão, uma estimativa dos pressupostos, nomeadamente a taxa de desconto calculada pelo Grupo; ▶ Utilização de especialistas internos na validação dos pressupostos significativos subjacentes aos modelos de teste de imparidade das lojas, nomeadamente a taxa de desconto e taxa de crescimento aplicada aos cash-flows em perpetuidade; ▶ Efetuámos, para uma amostra de unidades geradoras de caixa, a reexecução dos cálculos aritméticos dos testes de imparidade, comparando o valor de uso com o valor contabilístico; ▶ Obtivemos a análise de sensibilidade apresentada pelo grupo, na qual foram testadas variações dos vários pressupostos significativos, dos quais são exemplo a taxa de desconto, ou a taxa de crescimento na perpetuidade. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

2. Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
O Grupo recebe vários tipos de descontos de fornecedores (ou "ganhos suplementares"), que se encontram reconhecidos no custo das vendas, conforme divulgado nas notas 4, 13 e 14 das notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estes descontos estão associados a contratos de fornecimento e assumem várias formas de créditos e descontos. Estes descontos obtidos em contratos com fornecedores são considerados como uma componente do custo do inventário e são reconhecidos em resultados no momento da venda dos produtos (de acordo com a IAS 2 - Inventários). O valor a ser deduzido ao custo das vendas depende da quantidade de produtos que	A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos: ▶ Procedemos ao entendimento, avaliação e a testes aos controlos sobre o processo de descontos de fornecedores; ▶ Procedemos ao entendimento da interface que efetua a ligação entre o Sistema de Contabilidade e o Sistema utilizado para controlo dos Ganhos Suplementares; ▶ Testámos, para uma amostra de contratos, a exatidão dos principais indicadores colocados no Sistema, e efetuámos o recálculo dos valores contabilizados como ganhos suplementares; ▶ Efetuámos uma análise dos saldos devedores de fornecedores, nomeadamente através da validação das notas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
estavam incluídos no acordo com o fornecedor que, à data de balanço, já tenham sido vendidos. Uma vez que o processo de cálculo e contabilização de alguns descontos que são materiais envolve processos manuais que são mais suscetíveis à ocorrência de erros nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos este assunto como uma Matéria Relevante de Auditoria.	de crédito emitidas subsequentemente e avaliação de indícios de imparidade; ▶ Obtivemos confirmações externas de fornecedores para uma amostra de descontos; ▶ Obtivemos o suporte documental dos principais ajustamentos manuais, de forma a verificar a exatidão dos montantes contabilizados e a sua correta especialização; ▶ Efetuámos procedimentos detalhados de revisão analítica, nomeadamente a análise da evolução mensal, de variações face ao ano anterior, bem como a análise de rácios de descontos sobre as vendas e descontos sobre as compras; e ▶ Realizámos procedimentos de corte de operações para verificar que os montantes se encontram contabilizados no período correto. Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

3. Litígios e contingências legais e fiscais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
O risco associado aos assuntos fiscais e legais, assim como às disputas com as Autoridades Fiscais e da Concorrência são monitorizados, de forma constante, pela Gestão e pela Comissão de Auditoria. Tendo por base a opinião expressa pelos advogados e consultores fiscais do Grupo, assim como o parecer de advogados externos, e de acordo com o julgamento da Gestão, os litígios e contingências são reconhecidos como passivo ou divulgados como passivo contingente de acordo com a IAS 37 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes) nas demonstrações financeiras consolidadas. Tal como divulgado na nota 23, desde o exercício de 2020 foram emitidas multas pela autoridade da concorrência ao Pingo Doce e à Jerónimo Martins Polska no montante de 190 milhões de Euros e 192 milhões de Euros respetivamente. O Grupo divulga ainda um risco, que resulta da Lei do Orçamento de Estado para 2016, 2017, 2018 e 2019, relacionado com a tributação em IRC de ¼ dos resultados	A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos: ▶ Procedemos ao entendimento e avaliação de como são monitorizadas as contingências legais e fiscais; ▶ Obtivemos, como resposta ao nosso pedido de informações detalhadas sobre os processos em curso, o entendimento dos advogados que assessoram o Grupo nos principais temas de natureza fiscal e legal; ▶ Efetuámos a leitura das atas das reuniões da Gestão e indagámos a Gestão, o departamento legal e o departamento fiscal sobre o curso das principais contingências legais e fiscais; ▶ Efetuámos pedidos de confirmação externa da existência de processos legais e fiscais através de solicitação aos advogados com quem o Grupo tem relações; e ▶ Fomos apoiados na análise dos processos fiscais e legais por especialistas internos. Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
gerados em operações internas do Grupo, em cada um desses anos, para os quais a Administração Tributária efetuou liquidações de 152 milhões de euros. Com referência a 31 de dezembro de 2024, o total de contingências fiscais, líquido de provisões e pagamentos efetuados ao abrigo de regimes especiais, ascende a aproximadamente 199,5 milhões de euros. Considerando a complexidade e o grau de julgamento inerente a estes processos, assim como o nível de incerteza associado ao resultado final, consideramos que este tópico é uma Matéria Relevante de Auditoria.	

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, Relatório de Governo Societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto na al. c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do Relatório Consolidado de Gestão denominado Declaração de Sustentabilidade, que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o Relatório Consolidado de Gestão.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato correspondente aos exercícios de 2017 e 2018. Fomos nomeados/eleitos, na assembleia geral de acionistas realizada em 11 de abril de 2019 para um segundo mandato compreendido entre 2019 e 2021. Em 21 de abril de 2022, fomos nomeados na assembleia geral de acionistas, para um terceiro mandato compreendido entre 2022 e 2024;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria do Grupo em 14 de março de 2025; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- ▶ a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- ▶ a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Lisboa, 26 de março de 2025

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Pedro Miguel Borges Marques (ROC nº 1801)
Registado na CMVM com o nº 20161640

4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Senhores Acionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do número 1 do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e na alínea a) do número 3 do artigo 3º da Lei nº 148/2015, de 9 de Setembro (que aprovou o Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria), apresentamos o nosso relatório sobre as atividades de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório de gestão e documentos de prestação de contas consolidadas e individuais de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e ainda sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração.

Atividade de Fiscalização

Ao longo do exercício, esta Comissão efetuou o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade, em particular, os impactos resultantes da incerteza e da instabilidade provocadas pelas crescentes tensões geopolíticas e desafios macroeconómicos, nomeadamente a continuação da guerra na Ucrânia, a crise no Médio Oriente, as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América, a crescente complexidade e intensidade do fluxo de legislação e regulamentação europeias, e a combinação de deflação – ou níveis muito baixos de inflação – nos produtos alimentares, com elevada inflação dos custos, nomeadamente salários e rendas. Para tal, realizaram-se reuniões regulares com Administradores e Diretores das áreas funcionais do centro corporativo, com membros da Direção Executiva, com o Secretário da Sociedade e com o Revisor Oficial de Contas (ROC), que é também o responsável pelas auditorias previstas no Código do Valores Mobiliários, designadamente no seu artigo 29º-G, nº. 2, alínea a), tendo de todos recebido plena colaboração.

Esta Comissão obteve acesso a toda a documentação societária que considerou relevante, no sentido de avaliar o cumprimento dos seus regulamentos e dos normativos legais aplicáveis.

Do ROC e dos responsáveis pela preparação da informação financeira consolidada e individual da Sociedade, com quem também reuniu regularmente, obteve a informação necessária e suficiente para aferir a exatidão dos documentos de prestação de contas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pela Sociedade, bem como o rigor do processo de preparação e de divulgação de relato de sustentabilidade. Assegura, portanto, que os mesmos correspondem a uma correta avaliação dos resultados e da situação patrimonial da Sociedade.

A Comissão acompanhou, em particular, o desenvolvimento dos processos de contencioso fiscal e legal que envolvem as companhias do Grupo, nomeadamente os diversos processos em curso das Autoridades da Concorrência em Portugal e na Polónia. Os esclarecimentos obtidos junto dos departamentos da Sociedade, suportados por pareceres dos seus advogados e consultores económicos, permitiram a esta Comissão aferir as contingências a que o Grupo se encontra exposto e a adequação das provisões existentes.

No cumprimento da Política de Gestão de Risco Financeiro, acompanhou, especificamente, as operações de financiamento da subsidiária Colombiana e das subsidiárias Polacas, a aplicação dos excedentes de caixa e as garantias prestadas ao nível do Grupo. Monitorizou a gestão dos riscos de taxa de juro e cambial, contando, para tal, com a colaboração da Direção de Operações Financeiras, tendo verificado a adequação das ações tomadas pela Sociedade, em cumprimento das políticas emanadas pelo respetivo Conselho de Administração. Em particular, pronunciou-se trimestralmente sobre as operações de cobertura de risco cambial do valor de dividendos a pagar pela sua principal subsidiária na Polónia.

A Comissão continua a monitorizar os procedimentos de controlo interno instituídos no Grupo para mitigação de riscos, tendo obtido dos diversos departamentos da Sociedade, nomeadamente dos responsáveis pela área Financeira, pela Auditoria Interna, pela Segurança de Informação e pela Estratégia e Gestão de Risco, assim como dos representantes do ROC, todas as informações e esclarecimentos

solicitados. A informação reunida permitiu à Comissão de Auditoria verificar a contínua adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

Acompanhou de perto os trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Auditoria Interna, aprovando as necessárias adaptações ao plano anual de atividades, em função das áreas consideradas prioritárias. Verificou as conclusões dos relatórios dos trabalhos realizados, assim como as ações implementadas pela Sociedade em resultado das recomendações emitidas por este departamento e pela Comissão de Controlo Interno, assim como das que se encontram nos relatórios emitidos pelo Auditor Externo. Esta Comissão aprovou ainda o plano de atividades de Auditoria Interna para o ano de 2025, bem como a alocação dos recursos necessários à sua prossecução.

Manteve um acompanhamento próximo das atividades na área de Segurança de Informação, nomeadamente dos trabalhos desenvolvidos e iniciativas de governance, prevenção, deteção e recuperação, constatando que os riscos associados a cibersegurança continuaram a aumentar, potenciados pela instabilidade geopolítica.

Acompanhou o plano e procedimentos de auditoria externa, tendo obtido o conforto necessário sobre a eficácia dos planos de trabalho, sobre a forma de abordagem às matérias sujeitas a procedimentos de auditoria (incluindo no respeitante à garantia limitada de fiabilidade do relato de sustentabilidade) e sobre o respetivo impacto nas conclusões do trabalho do ROC. No decurso das suas atividades de fiscalização e na preparação do encerramento das contas de 2024, a Comissão de Auditoria manteve presente as recomendações de diversos organismos internacionais, bem como os entendimentos transmitidos pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Acompanhou, ainda, a evolução das questões suscitadas pelo ROC, assim como as conclusões do trabalho de auditoria por este efetuado, o que permitiu a emissão da certificação legal de contas sem qualquer reserva. No âmbito das suas competências, a Comissão de Auditoria verificou a independência e competência com que foram desempenhadas as funções do ROC da Sociedade.

Procedeu à verificação e aprovação de todos os serviços distintos dos de auditoria prestados pelo ROC às empresas do Grupo, assegurando que os mesmos corresponderam a serviços não proibidos nos termos do seu regulamento e da lei aplicável. Garantiu, ainda, que os montantes pagos por estes serviços em nada prejudicam a independência do trabalho desenvolvido, nem condicionam a opinião do ROC. A Comissão de Auditoria obteve ainda confirmação de que, para além dos serviços que exigem emissão de parecer do ROC, os restantes serviços adicionais foram prestados por funcionários que não participam em qualquer trabalho de auditoria no Grupo.

Acompanhou a aplicação da Lei 50/2020, de 25 de Agosto, relativa aos direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo, nomeadamente o regime de transações com partes relacionadas, tendo concluído que todas as transações identificadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente dos negócios e em condições de mercado.

Tendo em vista a rotação do Revisor Oficial de Contas, a Comissão de Auditoria conduziu, ao longo do ano, um processo de seleção, nos termos do seu regulamento interno e conforme previsto no artigo 16º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, que dará lugar a uma proposta de eleição de um novo Revisor Oficial de Contas, que irá apresentar aos Acionistas na Assembleia Geral Anual de 2025.

Por fim, verificou ainda, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, que o Relatório de Governo da Sociedade inclui todos os elementos referidos no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Tudo o acima referido permitiu a esta Comissão contribuir de forma efetiva para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação da Sociedade.

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, dos departamentos da Sociedade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada e Individual, somos do parecer que:

- i. Seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii. Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais; e
- iii. Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de Responsabilidade

De acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria, abaixo identificados, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i. A informação constante do Relatório de Gestão, das Contas Anuais, da Certificação Legal de Contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação.
- ii. O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 27 de Março de 2025

Clara Christina Streit
(Presidente da Comissão de Auditoria)

Elizabeth Bastoni
(Vogal)

Sérgio Tavares Rebelo
(Vogal)

Demonstrações Financeiras Individuais

1. Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	143
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS	143
BALANÇO INDIVIDUAL	144
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	145
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA	146

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

Página

1. Atividade.....	147
2. Políticas contabilísticas.....	147
3. Custos operacionais.....	150
4. Empregados	151
5. Custos financeiros líquidos.....	152
6. Impostos.....	153
7. Ganhos (perdas) em subsidiárias	155
8. Ganhos (perdas) em outros investimentos	155
9. Ativos fixos tangíveis.....	155
10. Ativos intangíveis	156
11. Locações	157
12. Propriedades de investimento	158
13. Partes de capital em subsidiárias	158
14. Empréstimos e prestações de capital a subsidiárias.....	159
15. Devedores, acréscimos e diferimentos.....	159
16. Caixa e equivalentes de caixa	159
17. Capital e reservas.....	160
18. Resultados por ação.....	160
19. Empréstimos obtidos.....	160
20. Provisões e ajustamentos para perdas por imparidade	161
21. Credores, acréscimos e diferimentos	161
22. Garantias	162
23. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes.....	162
24. Subsidiárias e outros investimentos financeiros	163
25. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações diretas e indiretas.....	163
26. Partes relacionadas	163
27. Riscos financeiros.....	166
28. Informações adicionais exigidas por diplomas legais.....	167
29. Eventos subsequentes à data do balanço.....	167

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2024	2023
Prestação de serviços	26	45.467	36.572
Custos da prestação de serviços	3	(40.211)	(33.117)
Margem		5.256	3.455
Custos administrativos	3	(37.572)	(38.952)
Outras perdas e ganhos operacionais	3	(71.948)	(44.850)
Resultados operacionais		(104.264)	(80.347)
Custos financeiros líquidos	5	5.174	7.868
Ganhos (perdas) em subsidiárias	7	801.381	627.938
Ganhos (perdas) em outros investimentos	8	225	220
Resultados antes de impostos		702.516	555.679
Imposto sobre o rendimento do exercício	6.1	2.699	3.245
Resultados líquidos		705.215	558.924
Resultado básico e diluído por ação - euros	18	1,1222	0,8894

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2024	2023
Resultados líquidos		705.215	558.924
Outros rendimentos integrais:			
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregados	4.2	(1.127)	(1.257)
Imposto relacionado	6.3	182	283
Itens que não serão reclassificados para resultados		(945)	(974)
Itens que poderão ser reclassificados para resultados		-	-
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		(945)	(974)
Total de rendimentos integrais		704.270	557.950

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

BALANÇO INDIVIDUAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de euros			
	Notas	2024	2023
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	9	1.571	1.594
Ativos intangíveis	10	10.295	12.032
Propriedades de investimento	12	2.470	2.470
Direitos de uso	11.1	2.631	2.402
Partes de capital em subsidiárias	13	667.865	666.133
Empréstimos e prestações de capital a subsidiárias	14	2.275.628	2.086.825
Outros investimentos financeiros	24	148	148
Outros devedores	15	280	267
Impostos diferidos ativos	6.3	3.159	3.061
Total de ativos não correntes		2.964.047	2.774.932
Imposto sobre o rendimento a receber	6.4	3.912	3.215
Empréstimos a subsidiárias	14	341.800	184.035
Devedores, acréscimos e diferimentos	15	92.159	47.234
Caixa e equivalentes de caixa	16	131.823	228.638
Total de ativos correntes		569.694	463.122
Total do ativo		3.533.741	3.238.054
Capital próprio e passivo			
Capital	17.1	629.293	629.293
Prémios de emissão	17.1	22.452	22.452
Ações próprias	17.2	(6.060)	(6.060)
Resultados retidos	17.3	2.803.117	2.510.471
Total do capital próprio		3.448.802	3.156.156
Responsabilidades com locações	11.2	1.592	1.540
Benefícios concedidos a empregados	4.2	11.410	11.439
Provisões para riscos e encargos	20	3.773	5.077
Impostos diferidos passivos	6.3	454	128
Total de passivos não correntes		17.229	18.184
Empréstimos obtidos	19	-	-
Responsabilidades com locações	11.2	1.107	877
Credores, acréscimos e diferimentos	21	66.603	62.837
Total de passivos correntes		67.710	63.714
Total do capital próprio e passivo		3.533.741	3.238.054

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	Capital	Prémios de emissão de ações	Ações Próprias	Resultados retidos	Total Capital próprio
Balanço em 1 de janeiro de 2023		629.293	22.452	(6.060)	2.298.160	2.943.845
Variações no Capital Próprio em 2023						
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregado						
- Valor bruto	4.2	-	-	-	(1.257)	(1.257)
- Imposto diferido	6.3	-	-	-	283	283
Outros rendimentos integrais		-	-	-	(974)	(974)
Resultado do exercício de 2023		-	-	-	558.924	558.924
Total de rendimentos integrais		-	-	-	557.950	557.950
Dividendos	17.4	-	-	-	(345.639)	(345.639)
Balanço em 31 de dezembro de 2023		629.293	22.452	(6.060)	2.510.471	3.156.156
Variações no Capital Próprio em 2024						
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregado						
- Valor bruto	4.2	-	-	-	(1.127)	(1.127)
- Imposto diferido	6.3	-	-	-	182	182
Outros rendimentos integrais		-	-	-	(945)	(945)
Resultado do exercício de 2024		-	-	-	705.215	705.215
Total de rendimentos integrais		-	-	-	704.270	704.270
Dividendos	17.4	-	-	-	(411.624)	(411.624)
Balanço em 31 de dezembro de 2024		629.293	22.452	(6.060)	2.803.117	3.448.802

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2024	2023
Resultados líquidos		705.215	558.924
Ajustamentos para:			
Impostos	6.1	(2.699)	(3.245)
Depreciações e amortizações	3	4.182	2.265
Custos financeiros líquidos	5	(5.174)	(7.868)
Ganhos/perdas em subsidiárias	7	(801.381)	(627.938)
Ganhos/perdas em outros investimentos	8	(225)	(220)
Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante		(100.082)	(78.082)
Variações de capital circulante:			
Devedores, acréscimos e diferimentos		(33.772)	(8.601)
Credores, acréscimos e diferimentos		(3.252)	8.550
Provisões e benefícios concedidos a empregados		(1.341)	(971)
Caixa gerada pelas operações		(138.447)	(79.104)
Imposto sobre o rendimento		992	3.556
Fluxos de caixa de atividades operacionais		(137.455)	(75.548)
Atividades de investimento			
Alienação de outros investimentos financeiros	24	-	32
Alienação de investimentos em subsidiárias	13	-	132
Juros recebidos	7	16.787	10.908
Dividendos recebidos	7 e 8	800.814	616.314
Reembolso de empréstimos e prest. suplem. capital concedidos a subsidiárias	14	53.390	16.080
Empréstimos e prestações suplementares de capital concedidos a subsidiárias	14	(416.415)	(424.330)
Aquisição de ativos fixos tangíveis	9	(322)	(734)
Aquisição de ativos intangíveis	10	(1.405)	(4.972)
Aquisição e aumentos de capital em subsidiárias	13	(1.750)	(100)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		451.099	213.330
Atividades de financiamento			
Recebimento de juros e proveitos similares	5	7.807	12.901
Pagamentos de juros de empréstimos e custos similares	5	(5.480)	(1.509)
Pagamento de juros de locações	5	(150)	(114)
Pagamento de locações	11.2	(1.012)	(732)
Pagamento de dividendos	17.4	(411.624)	(345.639)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		(410.459)	(335.093)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(96.815)	(197.311)
Movimentos de caixa e equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		228.638	425.949
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(96.815)	(197.311)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	16	131.823	228.638

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

1. Atividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe do Grupo Jerónimo Martins (Grupo). A sua atividade consiste essencialmente na gestão do seu portefólio de investimentos. As atividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2024 encontram-se detalhados no Capítulo 2 – Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa.

Capital Social: 629.293.220 euros.

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Coletiva: 500 100 144.

JMH está cotada na Euronext Lisbon desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 18 de março de 2025.

2. Políticas contabilísticas

Os princípios de reconhecimento e mensuração aplicados nestas Demonstrações Financeiras Individuais são idênticos aos aplicados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas (ver políticas contabilísticas sobre as rubricas das demonstrações financeiras, nas notas correspondentes das Demonstrações Financeiras Consolidadas, bem como na nota 2 das Demonstrações Financeiras Consolidadas).

As políticas contabilísticas aplicam-se, de forma transversal, na preparação das Demonstrações Financeiras e foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido o contrário.

2.1. Bases de preparação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (€ milhares).

As Demonstrações Financeiras Individuais de JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia (UE), à data de 31 de dezembro de 2024.

2.2. Partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. JMH controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos, através do seu poder sobre a entidade.

As partes de capital e os empréstimos concedidos a subsidiárias são registadas pelo valor de aquisição. São constituídos ajustamentos para perdas por imparidade nos casos em que se justifique, nomeadamente quando as participações financeiras registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira, e os testes de imparidade realizados por JMH concluem que é necessário registar perdas de imparidade em relação às participações e outros ativos líquidos (nota 2.3).

2.3. Imparidade

2.3.1. Imparidade de ativos não financeiros

Excetuando Propriedades de investimento (nota 12) e Impostos diferidos ativos (nota 6.3), os ativos de JMH, essencialmente as Partes de capital em subsidiárias, são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Nos testes de imparidade às Partes de capital em subsidiárias, os dados das avaliações para cálculo do valor de uso dos investimentos são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado em que opera cada uma das empresas. Baseiam-se em projeções de cash flows para os próximos cinco anos, tendo em atenção os planos de médio e longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Anualmente, é determinado o valor recuperável dos ativos da JMH para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de ativos não financeiros corresponde ao valor mais alto de entre o seu justo valor menos custos associados à venda e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão.

A quantia recuperável dos ativos, que por si só não geram fluxos de caixa independentes, é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável, até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.3.2. Imparidade de ativos financeiros

Empréstimos e prestações de capital a subsidiárias

O teste de imparidade aos Empréstimos e prestações de capital a subsidiárias é realizado em simultâneo com o teste de imparidade às Partes de capital em subsidiárias. O investimento considerado para efeitos de comparação com o valor de uso calculado é o montante do custo histórico das partes de capital e dos empréstimos ou prestações de capital concedidos. Apenas será reconhecida uma perda por imparidade em Empréstimos ou prestações de capital a subsidiárias depois do montante correspondente à parte de capital estar totalmente coberto por um ajustamento para perdas por imparidade.

2.4. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Imparidade em partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efetuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor atual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor atual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Na mensuração da imparidade, são utilizados preços de mercado, se disponíveis, ou outros parâmetros de avaliação, baseados na informação disponível das subsidiárias.

No sentido de determinar se a imparidade existe, JMH considera a capacidade e a intenção de deter o investimento por um período razoável de tempo que seja suficiente para uma previsão da recuperação do justo valor até (ou acima) do valor de balanço, incluindo uma análise de fatores, como os resultados esperados da subsidiária, o enquadramento económico e o estado do sector.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1 p.p., o impacto nas contas de JMH seria o seguinte:

Impacto nas contas de JMH		
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Aumento da taxa em 1 p.p.	59	71

Um montante positivo significa um ganho nas contas de JMH.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, JMH definiu os seguintes intervalos para determinação da taxa de desconto apropriada:

- Intervalo restrito [3,05% - 3,45%]
- Intervalo alargado [2,85% - 3,65%]

Face a estes resultados, JMH, seguindo a recomendação dos atuários externos, decidiu reduzir a taxa de desconto de 3,80% para 3,25%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido de JMH, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Impacto nas responsabilidades com benefício definido			
	Pressuposto utilizado	Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
Taxa de desconto	3,25%	0,50%	(310)	325
Taxa de crescimento dos salários				
curto prazo	2,00%	0,50%	50	(47)
longo prazo	3,00%			
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	0,50%	276	(262)
Esperança média de vida	TV 88/90	1 ano	691	(650)

Um montante positivo significa um aumento das responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

JMH exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando JMH espera que os processos em curso originem uma saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, com o apoio, principalmente, de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como atuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar resultados futuros.

2.5. Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos de JMH mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2024 e 2023, de acordo com os níveis de hierarquia de justo valor definidas nas demonstrações financeiras consolidadas:

2024	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de ativos	2.470	-	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-

2023	Tot	Nível	Nível	Nível
Ativos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de ativos	2.470	-	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-

2.6. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos ou passivos financeiros ao custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total ativos e passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total ativos e passivos
2024						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	131.823	-	131.823	-	131.823
Empréstimos e prestações de capital a subsidiárias	-	2.617.428	-	2.617.428	-	2.617.428
Outros investimentos financeiros	-	-	148	148	-	148
Devedores, acréscimos e diferimentos	280	89.392	-	89.672	2.767	92.439
Outros ativos não financeiros	-	-	-	-	691.903	691.903
Total de ativos	280	2.838.643	148	2.839.071	694.670	3.533.741
Passivos						
Responsabilidades com locações	-	2.699	-	2.699	-	2.699
Credores, acréscimos e diferimentos	-	46.252	-	46.252	20.351	66.603
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	15.637	15.637
Total de passivos	-	48.951	-	48.951	35.988	84.939

	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos ou passivos financeiros ao custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total ativos e passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total ativos e passivos
2023						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	228.638	-	228.638	-	228.638
Empréstimos e prestações de capital a subsidiárias	-	2.270.860	-	2.270.860	-	2.270.860
Outros investimentos financeiros	-	-	148	148	-	148
Devedores, acréscimos e diferimentos	267	43.969	-	44.236	3.265	47.501
Outros ativos não financeiros	-	-	-	-	690.907	690.907
Total de ativos	267	2.543.467	148	2.543.882	694.172	3.238.054
Passivos						
Responsabilidades com locações	-	2.417	-	2.417	-	2.417
Credores, acréscimos e diferimentos	-	41.821	-	41.821	21.016	62.837
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	16.644	16.644
Total de passivos	-	44.238	-	44.238	37.660	81.898

3. Custos operacionais

✓ Políticas contabilísticas

Custos da prestação de serviços

Os custos da prestação de serviços correspondem aos custos incorridos por cada um dos departamentos de JMH na prestação de um conjunto de serviços técnicos e especializados às suas participadas.

Custos administrativos

Os custos administrativos apresentados na demonstração dos resultados incluem, entre outros, os custos incorridos pelos vários departamentos de JMH que não correspondem a serviços prestados, bem como o IVA não dedutível que decorre da aplicação do método da afetação real.

Outras perdas e ganhos operacionais

As outras perdas e ganhos operacionais incluem os custos não relacionados com a prestação de serviços às suas participadas e os não diretamente relacionados com a função de Holding do Grupo.

3.1. Custos operacionais por naturezas

	2024	2023
Fornecimentos e serviços externos	29.721	35.437
Rendas e alugueres (nota 11.3)	1.787	1.723
Custos com pessoal (nota 4.1)	69.780	75.285
Depreciações e amortizações de ativos tangíveis e intangíveis	3.118	1.509
Depreciações de direitos de uso (nota 11.3)	1.064	756
Outras naturezas de ganhos e perdas	44.261	2.209
Total	149.731	116.919

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de outras naturezas de ganhos e perdas inclui donativos no montante de €43.213 milhares (2023: €1.746 milhares), dos quais €40.000 milhares efetuados à Fundação Jerónimo Martins criada no dia 19 de março de 2024 e que visa ampliar a escala e aumentar o alcance das iniciativas de carácter social e de solidariedade do Grupo.

4. Empregados

4.1. Custos com o pessoal

	2024	2023
Ordenados e salários	29.388	28.273
Segurança Social	5.132	4.788
Benefícios de empregados	27.216	32.117
Outros custos com pessoal	8.044	10.107
Total	69.780	75.285

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, ação social, formação e indemnizações, entre outros.

No final do exercício de 2024, o número de empregados ao serviço ascendia a 402 (372 em 2023). O número médio de empregados ao longo do ano foi de 382 (341 em 2023).

4.2. Benefícios de empregados

Valores refletidos em balanço na rubrica de benefícios concedidos a empregados:

	2024	2023
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia	10.204	10.357
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	1.206	1.082
Total	11.410	11.439

Valores refletidos na demonstração de resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações refletidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2024	2023	2024	2023
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	1.744	1.628	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia	364	315	1.127	1.257
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	191	211	-	-
Compensação pós-emprego - Plano de contribuição definida	24.917	29.963	-	-
Total	27.216	32.117	1.127	1.257

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no ativo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 1 de janeiro	-	-	10.357	10.241	1.082	967
Custos com juros	-	-	364	315	45	34
Custos dos serviços correntes	26.661	31.591	-	-	117	115
(Ganhos) perdas atuariais						
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	(248)	(301)	41	(33)
Alterações de experiência	-	-	1.375	1.558	(12)	95
Contribuições ou Reformas pagas	(26.661)	(31.591)	(1.644)	(1.456)	(67)	(96)
Saldo em 31 de dezembro	-	-	10.204	10.357	1.206	1.082

Pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	2024	2023
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	3,25%	3,80%
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	4,00%
Taxa de crescimento dos salários		
curto prazo	2,00%	4,00%
longo prazo	3,00%	3,00%

Os pressupostos de mortalidade utilizados, correspondem aos usualmente adotados em Portugal, tendo sido baseados em aconselhamento dos atuários e de acordo com estatísticas publicadas. Na nota 2.4 encontra-se a análise de sensibilidade aos pressupostos utilizados.

4.3. Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos dez anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido, é a seguinte:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo da Companhia	1.423	4.186	2.682
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	105	390	688
Total	1.528	4.576	3.370

5. Custos financeiros líquidos

	2024	2023
Juros suportados com empréstimos obtidos	(325)	(112)
Juros suportados com locações	(150)	(114)
Juros obtidos	7.557	12.412
Justo valor de instrumentos financeiros não qualificados como cobertura	-	(3.310)
Outras perdas e ganhos financeiros	(1.908)	(1.008)
Custos financeiros líquidos	5.174	7.868

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado.

Os outros custos financeiros incluem, entre outros, imposto de selo por abertura de linhas de crédito, emissão e manutenção de garantias bancárias e encargos com emissão de dívida de médio e longo prazo diferidos pelo prazo do respetivo empréstimo.

Na rubrica de juros obtidos estão incluídos os juros relativos a aplicações de tesouraria realizadas ao longo do ano.

Em 2023, a JMH contratou forwards cambiais para cobrir a exposição cambial de empréstimos concedidos a uma subsidiária em moeda estrangeira. Os instrumentos derivados tiveram um impacto negativo em resultados, no montante de €3.310 milhares.

6. Impostos

6.1. Imposto sobre o rendimento do exercício

	2024	2023
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	1.740	1.485
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	(471)	(143)
	1.269	1.342
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	(263)	(177)
Redução da taxa de imposto	(69)	-
Diferenças temporárias de exercícios anteriores	(78)	-
	(410)	(177)
Outros ganhos/perdas relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas ao contencioso fiscal	1.840	2.080
	1.840	2.080
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	2.699	3.245

6.2. Reconciliação da taxa efetiva de imposto

	2024	2023
Resultados antes de imposto	702.516	555.679
Imposto calculado à taxa aplicável em Portugal (22,5%)	(158.066)	(125.028)
Efeito fiscal gerado por:		
Resultados não tributados ou não recuperáveis	179.957	134.172
Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	1.840	2.080
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	(19.743)	(7.187)
Impacto da redução de taxas sobre impostos diferidos	(69)	-
Correção da estimativa de anos anteriores	(471)	(143)
Diferenças temporárias de exercícios anteriores	(78)	-
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação	(671)	(649)
Imposto sobre o rendimento do exercício	2.699	3.245
Taxa efetiva de imposto	(0,38)%	(0,58)%

Em 2024 e 2023, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 9% para lucros fiscais superiores a €1.500 milhares, €7.500 milhares e €35.000 milhares, respetivamente.

A taxa efetiva de imposto de JMH encontra-se significativamente influenciada pelo efeito fiscal dos dividendos recebidos de subsidiárias. Estes rendimentos não estão sujeitos a tributação ao abrigo da legislação fiscal em vigor, na medida em que foram anteriormente sujeitos a tributação na esfera da sociedade que os originou.

6.3. Impostos diferidos ativos e passivos

2024	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Saldo final
Impostos diferidos ativos				
Provisões e ajustamentos para além dos limites fiscais	476	(17)	-	459
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	2.574	(303)	182	2.453
Efeito da aplicação da norma sobre locações	11	(6)	-	5
Outras diferenças temporárias	-	242	-	242
	3.061	(84)	182	3.159
Impostos diferidos passivos				
Atualização de ativos para o justo valor	(128)	6	-	(122)
Outras diferenças temporárias	-	(332)	-	(332)
	(128)	(326)	-	(454)
Variação líquida de imposto diferido	2.933	(410)	182	2.705

Os impostos diferidos foram atualizados, tendo em consideração que, a partir de 2025, a taxa base de IRC em Portugal irá reduzir-se de 21% para 20%.

2023	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Saldo final
Impostos diferidos ativos				
Provisões e ajustamentos para além dos limites fiscais	464	12	-	476
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	2.522	(231)	283	2.574
Efeito da aplicação da norma sobre locações	5	6	-	11
	2.991	(213)	283	3.061
Impostos diferidos passivos				
Atualização de ativos para o justo valor	(164)	36	-	(128)
	(164)	36	-	(128)
Variação líquida de imposto diferido	2.827	(177)	283	2.933

A JMH não reconheceu qualquer valor em impostos diferidos relacionado com interpretações fiscais incertas.

6.4. Imposto sobre o rendimento a recuperar ou a pagar

O imposto sobre o rendimento apresenta-se no balanço da seguinte forma:

	2024	2023
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	-
Imposto sobre o rendimento a receber	3.912	3.215
Total	3.912	3.215

JMH integra, desde 1 de janeiro de 2014, um grupo de empresas tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo a Sociedade dominante desse grupo. Para além da JMH, o grupo é constituído atualmente pelas seguintes empresas:

- Recheio, SGPS, S.A.
- Recheio - Cash & Carry, S.A.
- Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.
- Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.
- Trade Wings, S.A.
- Recheio Masterchef, Lda.
- Jerónimo Martins – Serviços, S.A.
- Desimo, Lda.
- Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.
- Terra Alegre Lacticínios, S.A.
- Best-Farmer – Actividades Agro-pecuárias, S.A.
- Seaculture – Aquicultura, S.A.
- Ovinos da Tapada – Agropecuária, Lda.
- Outro Chão – Agricultura Biológica, Lda.
- João Gomes Camacho, S.A.
- Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.
- Jerónimo Martins Inovação, S.A.
- Santa Maria Manuela Turismo, S.A.

6.5. Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

A JMH não reconheceu impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais na medida em que não estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. De acordo com a legislação em vigor em Portugal, não existe um prazo limite para o reporte de prejuízos fiscais. O montante de imposto diferido ativo que não foi reconhecido a 31 de dezembro de 2024 ascende a €17.395 milhares (2023: €15.815 milhares).

6.6. Reforma fiscal internacional - Pilar 2

Nos termos da Diretiva (UE) 2022/2523 de 14 de dezembro, que introduziu na UE as regras do denominado Pilar 2, JMH apresenta-se como “entidade constituinte” abrangida pelas novas regras no período de 2024, fazendo parte de um Grupo em que a entidade-mãe final é a Sociedade Francisco Manuel dos Santos Holding NV (SFMS).

A expectativa alcançada por JMH é a de que não será devido imposto complementar em Portugal, com referência ao período de 2024, devido à aplicação das disposições de salvaguarda transitórias com base na declaração de informação financeira e fiscal por país ou jurisdição (“Transitional CbCR Safe Harbours”) do exercício fiscal de 2023 e com base em informação financeira adicional relativa a 2024.

A esta data não se antecipa que estas novas regras de tributação possam ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras, não se encontrando qualquer valor reconhecido em impostos na demonstração dos resultados, relativo ao Pilar 2, em 31 de dezembro de 2024.

7. Ganhos (perdas) em subsidiárias

	2024	2023
Dividendos recebidos	800.800	616.300
Juros de empréstimos concedidos	17.056	11.677
Ajustamentos para perdas por imparidade (20.2)	(16.475)	-
Ganhos (perdas) na alienação de sociedades (nota 13)	-	(39)
Total	801.381	627.938

Conforme referido na nota 20.2, em resultado dos testes de imparidade aos investimentos em subsidiárias (incluindo os empréstimos concedidos a subsidiárias), foram registados em 2024 ajustamentos para perdas por imparidade na subsidiária Origins - Agro Business Investments B.V., no montante de €16.475 milhares.

8. Ganhos (perdas) em outros investimentos

✓ Políticas contabilísticas

As rendas recebidas do arrendamento de propriedades de investimento são reconhecidas em resultados como ganhos em outros investimentos no período a que dizem respeito.

	2024	2023
Rendas de propriedades de investimento	211	203
Ganhos na alienação de outros investimentos financeiros	-	3
Dividendos	14	14
Total	225	220

9. Ativos fixos tangíveis

9.1. Movimentos ocorridos no exercício

2024	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros	Ativos em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo Inicial	1.140	4.898	93	6.131
Aumentos	70	215	37	322
Alienações e abates	-	(3)	-	(3)
Transferências e reclassificações	13	131	(83)	61
Saldo Final	1.223	5.241	47	6.511
Depreciações e perdas por imparidade				
Saldo Inicial	588	3.949	-	4.537
Aumentos	100	306	-	406
Alienações e abates	-	(3)	-	(3)
Saldo Final	688	4.252	-	4.940
Valor líquido				
Em 1 janeiro de 2024	552	949	93	1.594
Em 31 dezembro de 2024	535	989	47	1.571

2023	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros	Ativos em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo Inicial	930	4.452	15	5.397
Aumentos	210	433	91	734
Transferências e reclassificações	-	13	(13)	-
Saldo final	1.140	4.898	93	6.131
Depreciações e perdas por imparidade				
Saldo Inicial	506	3.690	-	4.196
Aumentos	82	259	-	341
Saldo final	588	3.949	-	4.537
Valor líquido				
Em 1 janeiro de 2023	424	762	15	1.201
Em 31 dezembro de 2023	552	949	93	1.594

9.2. Garantias

Não foram dados quaisquer ativos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

10. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos por despesas de desenvolvimento e contêm despesas suportadas com a implementação de plataformas informáticas.

10.1. Movimentos ocorridos no exercício

2024	Despesas de desenvolvimento	Ativos em curso	Total
Ativo bruto			
Saldo Inicial	10.029	11.237	21.266
Aumentos	556	479	1.035
Transferências e reclassificações	11.177	(11.237)	(60)
Saldo final	21.762	479	22.241
Amortizações e perdas por imparidade			
Saldo Inicial	9.234	-	9.234
Aumentos	2.712	-	2.712
Saldo Final	11.946	-	11.946
Valor líquido			
Em 1 de janeiro de 2024	795	11.237	12.032
Em 31 de dezembro de 2024	9.816	479	10.295

2023	Despesas de desenvolvimento	Ativos em curso	Total
Ativo bruto			
Saldo Inicial	9.112	6.958	16.070
Aumentos	112	5.084	5.196
Transferências e reclassificações	805	(805)	-
Saldo final	10.029	11.237	21.266
Amortizações e perdas por imparidade			
Saldo Inicial	8.066	-	8.066
Aumentos	1.168	-	1.168
Saldo Final	9.234	-	9.234
Valor líquido			
Em 1 de janeiro de 2023	1.046	6.958	8.004
Em 31 de dezembro de 2023	795	11.237	12.032

11. Locações

As locações da JMH referem-se principalmente a contratos de arrendamento de escritórios e de aluguer de viaturas, com períodos iniciais entre 3 e 4 anos. Os contratos de locação não impõem covenants. No que respeita à taxa de juro incremental utilizada para mensurar as responsabilidades com locações, a taxa média utilizada por JMH, em 31 de dezembro de 2024, ascende a 5,47% (5,46% em 31 de dezembro de 2023).

11.1. Direitos de uso

2024	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte e outros	Total
Ativo bruto			
Saldo Inicial	1.794	2.075	3.870
Novos contratos	-	1.319	1.319
Atualizações de contratos	-	(5)	(5)
Cancelamento de contratos	-	(432)	(432)
Saldo Final	1.794	2.957	4.752
Depreciações e perdas por imparidade			
Saldo Inicial	424	1.044	1.468
Aumentos	365	699	1.064
Cancelamento de contratos	-	(411)	(411)
Saldo final	789	1.332	2.121
Valor líquido			
Em 1 de janeiro de 2024	1.371	1.031	2.402
Em 31 de dezembro de 2024	1.006	1.625	2.631

2023	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte e outros	Total
Ativo bruto			
Saldo Inicial	1.694	1.334	3.029
Novos contratos	-	501	501
Atualizações de contratos	100	311	411
Cancelamento de contratos	-	(71)	(71)
Saldo Final	1.794	2.075	3.870
Depreciações e perdas por imparidade			
Saldo Inicial	85	697	782
Aumentos	339	417	756
Cancelamento de contratos	-	(70)	(70)
Saldo final	424	1.044	1.468
Valor líquido			
Em 1 de janeiro de 2023	1.610	637	2.247
Em 31 de dezembro de 2023	1.371	1.031	2.402

11.2. Responsabilidades com locações

2024	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial	877	1.540	2.417
Aumentos (novos contratos)	354	965	1.319
Pagamentos	(1.012)	-	(1.012)
Transferências	901	(901)	-
Alteração / Cancelamento de contratos	(15)	(11)	(26)
Saldo final	1.107	1.592	2.699

2023	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial	730	1.507	2.237
Aumentos (novos contratos)	141	361	502
Pagamentos	(732)	-	(732)
Transferências	526	(526)	-
Alteração / Cancelamento de contratos	211	199	410
Saldo final	877	1.540	2.417

11.3. Custos reconhecidos na demonstração dos resultados

A demonstração dos resultados inclui os custos abaixo indicados relacionados com locações:

	2024	2023
Depreciação dos direitos de uso		
Edifícios e outras construções	365	339
Equipamento de transporte	699	417
Subtotal	1.064	756
Juros de responsabilidades com locações	150	114
Ganhos/perdas com cancelamento de contratos	-	-
Rendas e alugueres (nota 3)		
Gastos relacionados com locações de curto-prazo	1.152	1.084
Gastos relacionados com locações de ativos de valor reduzido	22	29
Gastos com componente de não locação incluída nos pagamentos	613	610
Subtotal	1.787	1.723
Total	3.001	2.593

Os pagamentos relativos a locações ascenderam a €2.948 milhares no ano de 2024 (2023: €2.569 milhares).

12. Propriedades de investimento

JMH detém um imóvel, o qual foi parcialmente arrendado a uma companhia do Grupo, tendo gerado proveitos de rendas de €211 milhares (2023: €203 milhares). Este imóvel encontra-se reconhecido pelo seu valor de mercado, a partir de avaliações realizadas por entidade independente e confirmado regularmente pela aplicação do método do rendimento, encontrando-se o mesmo valorizado por €2.470 milhares (2023: €2.470 milhares).

Em 2024, JMH suportou despesas com este imóvel no montante de €4 milhares (2023: €5 milhares), reconhecidas em resultados, em outros custos e perdas operacionais.

13. Partes de capital em subsidiárias

As partes de capital em subsidiárias, correspondem a investimentos realizados na aquisição de participações financeiras nas sociedades constantes na nota 24.

	2024	2023
Valor líquido em 1 de janeiro	666.133	666.038
Aumentos	1.750	100
Diminuições	-	(5)
Ajustamentos para perdas por imparidade (20.2)	(18)	-
Valor líquido em 31 de dezembro	667.865	666.133

No decurso do exercício de 2024, a JMH adquiriu 70% do capital da Larantigo - Sociedade de Construções, S.A. pelo montante de €1.750 milhares.

Conforme referido na nota 20.2, a JMH conduziu testes de imparidade aos seus investimentos em subsidiárias (incluindo empréstimos concedidos a subsidiárias). Como resultado desses testes, a JMH reconheceu em 2024 perdas por imparidade em investimentos financeiros na subsidiária Origins - Agro Business Investments B.V. no montante de €18 milhares.

Em agosto de 2023 a JMH entrou no capital da sociedade Jeronimo Martins Slovensko, s. r. o., com uma participação de 10%.

Em novembro de 2023 foi dissolvida e liquidada a sociedade Friedman - Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda., tendo essa operação gerado uma menos-valia de €39 milhares.

14. Empréstimos e prestações de capital a subsidiárias

Empréstimos não correntes / Prestações de capital	2024	2023
Valor líquido em 1 de janeiro	2.086.825	1.812.945
Aumentos	240.260	274.050
Diminuições	(35.000)	(170)
Ajustamentos para perdas por imparidade (20.2)	(16.457)	-
Valor líquido em 31 de dezembro	2.275.628	2.086.825

Conforme referido na nota 20.2, em resultado dos testes de imparidade aos investimentos em subsidiárias (incluindo os empréstimos concedidos a subsidiárias), foi registado em 2024 um ajustamento para perdas por imparidade em empréstimos concedidos à subsidiária Origins - Agro Business Investments B.V., no montante de €16.457 milhares.

Os empréstimos não correntes revestem a natureza de prestações suplementares de capital (como tal, não vencem juros).

Empréstimos correntes	2024	2023
Valor líquido em 1 de janeiro	184.035	49.835
Aumentos	176.155	150.280
Diminuições	(18.390)	(16.080)
Valor líquido em 31 de dezembro	341.800	184.035

Os empréstimos correntes revestem a natureza de operações de tesouraria (como tal, vencem juros a taxas normais de mercado).

15. Devedores, acréscimos e diferimentos

	2024	2023
Não correntes		
Outros devedores (fundo compensação do trabalho - FCT)	280	267
Total	280	267
Correntes		
Subsidiárias	64.492	14.149
Outros devedores	359	2.004
Outros impostos a recuperar	961	1.727
Acréscimos de proveitos	24.347	27.701
Custos diferidos	2.000	1.653
Total	92.159	47.234

Dos valores registados na rubrica de subsidiárias, destacam-se essencialmente faturas emitidas a empresas subsidiárias, relativas a prestações de serviços de diversas naturezas, no montante de €53.467 milhares (2023: €1.563 milhares), bem como os valores relativos a acertos de IRC entre empresas do Grupo JMH, em virtude de este ser tributado pelo RETGS, no montante de €9.799 milhares (2023: €11.629 milhares).

Na rubrica de acréscimos de proveitos destacam-se essencialmente €24.248 milhares (2023: €27.566 milhares) relativos a prestação de serviços técnicos ainda não faturados.

A rubrica de custos diferidos é composta por €194 milhares (2023: €115 milhares) de custos com emissão de papel comercial e garantias bancárias e €1.806 milhares (2023: €1.538 milhares) e outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efetuado ainda no exercício de 2024, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

16. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Depósitos à ordem	36.600	4.666
Aplicações de Tesouraria	95.200	223.945
Caixa	23	27
Total	131.823	228.637

As aplicações de tesouraria correspondem a depósitos de curto prazo existentes em instituições financeiras.

Os ratings associados aos depósitos à ordem e aplicações de tesouraria encontram-se detalhados na nota 27.1.

17. Capital e reservas

17.1. Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 ações ordinárias (2023: 629.293.220), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada ação detida. Não existem ações preferenciais. Os direitos relativos às ações detidas em carteira pela JMH encontram-se suspensos até essas ações serem de novo colocadas no mercado.

No exercício de 2024, não se verificaram movimentos em prémios de emissão de ações, mantendo-se o valor do exercício de 2023, no montante de €22.452 milhares.

17.2. Ações próprias

À data de 31 de dezembro de 2024 a JMH detinha 859 mil ações próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de €7,06 por ação, não tendo existido quaisquer transações no exercício de 2024.

17.3. Resultados retidos

Em 31 de dezembro de 2024, o montante total de resultados retidos ascende a €2.803.117 milhares (2023: €2.510.471 milhares), provenientes de resultados gerados no exercício, no montante de €705.215 milhares (2023: €558.924 milhares) e o restante em exercícios anteriores.

Deste montante não poderão ser distribuídos €315.008 milhares (2023: €315.953 milhares), conforme disposto nos artigos 32.º, 218.º, 295.º, 296.º e 324.º do Código das Sociedades Comerciais.

17.4. Dividendos

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 18 de abril de 2024, foram pagos, em maio de 2024, dividendos aos acionistas detentores do capital de JMH, no montante de €411.624 milhares – correspondendo a um dividendo por ação de EUR 0,655 (excluindo-se as ações próprias em carteira).

Na sequência da decisão da Assembleia Geral de 20 de abril de 2023, foram pagos, em maio de 2023, dividendos aos acionistas do capital de JMH, no montante de €345.639 milhares – correspondendo a um dividendo por ação de EUR 0,55 (excluindo-se as ações próprias em carteira).

Na sua proposta de aplicação de resultados, descrita no ponto 7 incluído no capítulo do Relatório de Gestão, que constitui parte integrante do Relatório e Contas Consolidado, o Conselho de Administração propõe aos acionistas a distribuição de um montante de €370.776 milhares – correspondente a um dividendo por ação de €0,59 (excluindo-se as ações próprias em carteira). Em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 31.º dos estatutos da JMH, o Conselho de Administração propõe ainda a dotação de €40.000 milhares para a Fundação Jerónimo Martins.

18. Resultados por ação

18.1. Resultado básico e diluído por ação

	2024	2023
Ações ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Ações próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
N.º médio ponderado de ações ordinárias	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas detentores de ações ordinárias	705.215	558.924
Resultado básico e diluído por ação – euros	1,1222	0,8894

19. Empréstimos obtidos

Esta nota fornece informação sobre os termos dos contratos de empréstimo e outras formas de financiamento.

19.1. Empréstimos correntes e não correntes

No final de 2024 e 2023 JMH não detinha qualquer empréstimo bancário ou de companhias do Grupo.

19.2. Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

JMH utiliza linhas de crédito grupadas com outras companhias do Grupo, o que significa que, até ao limite de uma linha de crédito aprovada junto de uma entidade financeira, a mesma pode ser simultaneamente utilizada por mais do que uma companhia. Assim sendo, os plafonds não utilizados acessíveis a JMH ascendem ao montante de €143.500 milhares (2023: €117.100 milhares).

19.3. Empréstimos bancários: papel comercial

Existem vários empréstimos bancários contratados sob a forma de programa de papel comercial, no montante global de €160.000 milhares (2023: €215.000 milhares), a taxa de juro variável. No final de 2024 estava a ser utilizado o montante de €45.000 milhares por outra empresa do Grupo (em 2023 não estava a ser utilizado qualquer montante).

19.4. Dívida financeira líquida

	2024	2023
Responsabilidades com locações não correntes (nota 11.2)	1.592	1.540
Responsabilidades com locações correntes (nota 11.2)	1.107	877
Acréscimos e diferimentos de juros	(102)	3.044
Depósitos à ordem (nota 16)	(36.600)	(4.666)
Aplicações de tesouraria (nota 16)	(95.200)	(223.945)
Total	(129.203)	(223.150)

20. Provisões e ajustamentos para perdas por imparidade

20.1. Provisões para outros riscos e encargos

2024	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Outros riscos e encargos	5.077	259	(1.563)	3.773
Total	5.077	259	(1.563)	3.773

2023	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Outros riscos e encargos	7.102	138	(2.163)	5.077
Total	7.102	138	(2.163)	5.077

A rubrica de outros riscos e encargos é composta por provisões para eventuais compensações a pagar pela JMH no âmbito de garantias prestadas em acordos de venda de negócios celebrados nos últimos anos e por provisões para processos em contencioso para os quais não existem perspectivas de resolução no prazo inferior a um ano.

20.2. Ajustamentos para perdas por imparidade

2024	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Partes de capital em subsidiárias	-	18	-	18
Empréstimos a subsidiárias	-	16.457	-	16.457
Total	-	16.475	-	16.475

Em 2024, a JMH conduziu os testes de imparidade aos seus investimentos em subsidiárias (incluindo empréstimos concedidos a subsidiárias). Como resultado desses testes, a JMH reconheceu perdas por imparidade em investimentos financeiros na subsidiária Origins – Agro Business Investments B.V., no montante de €16.475 milhares.

Para efeitos da realização dos testes de imparidade, a JMH calculou o valor de uso de acordo com o método de Discounted Cash Flow (DCF). Os valores de uso são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, sendo elaboradas projeções, a cinco anos, de cash flows futuros para cada um dos ativos ou unidades geradoras de caixa, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

21. Credores, acréscimos e diferimentos

	2024	2023
Correntes		
Subsidiárias	9.233	9.673
Credores comerciais	2.231	3.423
Credores não comerciais	117	499
Outros impostos a pagar	4.950	1.420
Acréscimos de custos	50.054	47.805
Proveitos diferidos	18	17
Total	66.603	62.837

A rubrica de acréscimos de custos é composta pelo montante de €15.383 milhares (2023: €19.579 milhares) relativo a remunerações a liquidar ao pessoal e por €34.671 milhares (2023: €28.226 milhares) correspondentes a custos diversos (utilities, seguros, consultores, rendas, juros e outros encargos financeiros, entre outros), relativos ao exercício de 2024, e que não foram faturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

22. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2024	2023
Garantias a favor da Autoridade Tributária	44.965	46.998
Garantias sobre financiamentos	374.258	344.755
Outras garantias prestadas	1.788	1.774
Total	421.011	393.527

As garantias prestadas sobre financiamentos dizem respeito a empréstimos financeiros contraídos pela subsidiária Jerónimo Martins Colombia, S.A.S. Estas garantias serão libertadas na sequência do reembolso dos empréstimos que garantem.

A JMH garante ainda o cumprimento de algumas obrigações financeiras de subsidiárias do Grupo, sendo esse compromisso de €548.178 milhares a 31 de dezembro de 2024 (2023: €394.121 milhares), respeitante a passivos reconhecidos no Balanço das respetivas subsidiárias.

23. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes

Passivos contingentes

Encontram-se pendentes de resolução diversos processos de contencioso, para os quais a Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros (nota 20).

Detalham-se abaixo os processos materialmente relevantes:

- A Autoridade Tributária (AT) informou a JMH da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de €24.660 milhares, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de €6.800 milhares. Em virtude de decisões favoráveis a JMH relativas a correções de prejuízos de exercícios anteriores, o montante atualmente em disputa é de €4.939 milhares. Em 2019, o Tribunal Tributário de Lisboa veio pronunciar-se a favor de JMH. No entanto, a AT recorreu dessa decisão para tribunal superior. Em 2024, o Tribunal Central Administrativo veio dar razão a JMH relativamente à totalidade do valor, dando por finalizado este processo;
- A AT liquidou, relativamente aos anos de 2016 a 2019, a JMH (enquanto sociedade que encabeça o Grupo Fiscal em que se insere o Recheio SGPS), o montante €30.026 milhares, relativos à tributação em IRC de ¼ dos resultados gerados em operações internas do Grupo fiscal, em cada um desses anos. Conforme explicado no Relatório & Contas Consolidado de 2018 (e anos anteriores), esta liquidação resulta da aplicação da norma transitória incluída no Orçamento de Estado Português de 2016 (e depois nos três Orçamentos seguintes). Com base na avaliação dos nossos advogados e consultores fiscais, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que a JMH conteste as referidas normas;
- A AT liquidou a JMH, relativamente a 2020, o montante de €32 milhares e corrigiu prejuízos fiscais, no montante de €3.200 milhares, considerando que a amortização de marcas e alguns donativos concedidos não seriam aceites como custos dedutíveis. A Gestão suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação.

24. Subsidiárias e outros investimentos financeiros

As participações diretas da JMH, a 31 de dezembro de 2024, são como se apresenta:

Designação Social	Notas	Sede	% Capital detido	Fração capital detido	Ativo	Capital Próprio	Resultado
PARTES DE CAPITAL EM SUBSIDIÁRIAS							
Desimo, Lda.	a)	Lisboa	100,00	50	869	865	9
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	a)	Lisboa	100,00	50	16.718	2.616	1.250
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	a)	Lisboa	100,00	50	49	49	0
Trade Wings, S.A.	a)	Lisboa	100,00	1.000	58.109	4.323	(7.241)
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	a)	Lisboa	70,00	1.750	23.706	23.676	42
Warta - Retail & Services Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	1.695.922	1.691.960	940.094
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	680.917	680.883	45.834
New World Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	1.043.795	1.043.772	(416)
Origins - Agro Business Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	426.341	426.335	(16.268)
Jeronimo Martins Slovensko, s. r. o.		Bratislava	10,00	100	50.757	39.401	(15.106)
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
Epic Partners, S.A.	b)	Geneva	5,33	b)	b)	b)	b)

a) Para efeitos n.º 3 do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos que as sociedades indicadas são detidas por maioria de capital.

b) Informação não disponível.

No decurso do exercício de 2024 a JMH adquiriu uma participação financeira de 70% no capital da empresa Larantigo – Sociedade de Construções, S.A., pelo montante de €1.750 milhares.

25. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações diretas e indiretas

As companhias detidas por JMH, direta e indiretamente a 31 de dezembro de 2024, são as que constam das notas 24 e 26 do Relatório e Contas Consolidado do Grupo.

26. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são sempre realizadas a valores de mercado.

26.1. Transações com partes relacionadas (acionistas)

JMH é participada em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., sendo a Sociedade Francisco Manuel dos Santos Holding N.V. a entidade que qualifica enquanto Empresa-mãe final do Grupo. Não ocorreram quaisquer transações entre estas entidades e JMH no exercício de 2024, nem se encontram, à data de 31 de dezembro de 2024, quaisquer valores a pagar ou a receber entre elas.

26.2. Transações com outras partes relacionadas

26.2.1. Serviços técnicos e administrativos

JMH, enquanto Holding e Centro Corporativo do Grupo, exerce funções de coordenação e assessoria às suas participadas, sendo as Direções Funcionais de apoio ao Grupo as que estão descritas no Ponto 21 do Capítulo 4, relativo ao Governo Sociedade. O volume de negócios resultante da prestação destes serviços ascendeu durante o exercício de 2024 a €45.467 milhares (2023: €36.572 milhares).

26.2.2. Arrendamento de imóveis

JMH exerce parte da sua atividade em instalações arrendadas a partes relacionadas, tendo suportado custos em 2024 no montante de €1.056 milhares (2023: €945 milhares).

Tal como referido na nota 12, JMH possui um imóvel parcialmente arrendado a uma companhia do Grupo, tendo obtido proveitos em 2024 no montante de €211 milhares (2023: €203 milhares).

26.2.3. Operações de tesouraria (empréstimos correntes)

JMH concedeu operações de tesouraria a subsidiárias, tendo esses empréstimos gerado juros em 2024 no montante de €17.056 milhares (2023: €11.677 milhares). O aumento dos juros obtidos resulta essencialmente do incremento dos montantes de capital dos empréstimos.

26.2.4. Custos com pessoal

Sendo um Grupo em que é normal o aproveitamento de sinergias entre as várias companhias que o compõem, é frequente a transferência de pessoal entre elas, conforme as necessidades dos vários negócios. O valor total suportado durante o ano de 2024 com serviços prestados pelo pessoal cedido por outras companhias foi de €19.775 milhares (2023: €25.695 milhares).

26.2.5. Saldos em aberto em 31 de dezembro de 2024

Designação Social	Empréstimos concedidos correntes	Empréstimos concedidos não correntes	Contas a receber e acréscimos de proveitos	Contas a pagar, rendimentos a reconhecer e acréscimos de custos
Empresas subsidiárias				
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	17.600		143	1.279
Desimo, Lda.		650	2	-
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	-	-	2	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	-	10
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	124	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	7	91
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	802	-
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	-	-	372	65
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	785	-
Jeronimo Martins Drogerie i Farmacia Sp. z. o.o.	-	-	216	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	21.179	205
JM Nieruchomości Bis Sp. z o.o.	-	-	1	-
Jeronimo Martins Slovensko s.r.o.	-	5.500	-	-
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	9.010	-	418	288
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	-	-	-	1
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	-	2	8.283
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	290.800	-	826	645
JMR - Prestação Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	22.689	388
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	21.210	-	15
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	1	-
Lido Sol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	114	8
New World Investments B.V.	-	1.047.350	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	442.795	-	-
Ovinos da Tapada - Agropecuária, Lda.	740	-	13	326
Outro Chão - Agricultura Biológica, Lda.	-	-	4	224
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	2.639	68
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	11.840	27
Recheio Masterchef, Lda.	-	-	250	-
Recheio, SGPS, S.A.	9.030	-	1.918	24
Santa Maria Manuela Turismo, S.A.	-	-	-	503
Seaculture - Aquicultura, S.A.	-	-	28	315
Terra Alegre - Lactícínios, S.A.	6.630	-	96	1.021
Trade Wings, S.A.	7.990	25.000	24	2.113
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	749.580	-	-
Subtotal	341.800	2.292.085	64.495	15.899
Outras entidades relacionadas				
JMDB - Repr. e Distribuição Marcas, Lda.	-	-	1	-
Unilever Fima, Lda	-	-	-	125
Subtotal	-	-	1	125
Total	341.800	2.292.085	64.496	16.024

26.2.6. Saldos em aberto em 31 de dezembro de 2023

Designação Social	Empréstimos concedidos correntes	Empréstimos concedidos não correntes	Contas a receber e acréscimos de proveitos	Contas a pagar, rendimentos a reconhecer e acréscimos de custos
Empresas subsidiárias				
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	31.520	-	179	854
Desimo, Lda.	-	-	2	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	41	-
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	52	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	43	65
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	638	-
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	-	-	266	431
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	41	-
Jeronimo Martins Drogerie i Farmacia Sp. z. o.o.	-	-	20	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	6.963	213
Jeronimo Martins Slovensko s.r.o.	-	500	-	-
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	6.125	-	73	127
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	-	-	-	1
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	-	155	9.943
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	131.380	-	538	-
JMR - Prestação Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	1.379	495
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	-	-	13
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	1	-
New World Investments B.V.	-	926.950	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	349.795	-	-
Ovinos da Tapada - Agropecuária, Lda.	-	-	9	353
Outro Chão - Agricultura Biológica, Lda.	-	-	1	150
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	5.521	637
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	11.822	98
Recheio Masterchef, Lda.	-	-	274	-
Recheio, SGPS, S.A.	-	-	1.719	-
Santa Maria Manuela Turismo, S.A.	-	-	-	520
Seaculture - Aquicultura, S.A.	4.470	-	35	809
Terra Alegre - Lactícínios, S.A.	5.590	-	83	2.923
Trade Wings, S.A.	4.950	25.000	79	1.767
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	784.580	-	-
Subtotal	184.035	2.086.825	29.936	19.398
Outras entidades relacionadas				
JMDB - Repr. e Distribuição Marcas, Lda.	-	-	4	-
Marismar Aquicultura Marinha S.A.	-	-	-	2
Unilever Fima, Lda	-	-	-	15
Subtotal	-	-	4	17
Total	184.035	2.086.825	29.939	19.415

26.2.7. Remunerações dos Administradores

	2024	2023
Salários e prémios	2.495	2.397
Plano de pensões	1.050	980
Total	3.545	3.377

O Conselho de Administração de JMH é composto por 11 elementos (2023: 11 elementos). As remunerações apresentadas incluem também os montantes pagos aos membros que, fazendo parte do Conselho de Administração, exercem funções na Comissão de Auditoria, que no ano ascenderam a €75 milhares (2023: €75 milhares).

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no capítulo relativo ao Governo da Sociedade, no Relatório e Contas Consolidado.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores, fazendo parte dos planos descritos na nota 5.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

27. Riscos financeiros

JMH encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente, risco de mercado (que inclui os riscos de taxa de juro), risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da JMH. A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A atividade desta área é conduzida pela Direção de Operações Financeiras, sendo responsável, em articulação com as áreas financeiras das companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

27.1. Risco de crédito

O risco de crédito é gerido de forma centralizada. As principais fontes de risco de crédito são depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo e derivados contratados junto de instituições financeiras.

Relativamente às instituições financeiras, a JMH seleciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda um valor máximo de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

A seguinte tabela apresenta um resumo, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, da qualidade de crédito dos depósitos bancários e aplicações de curto prazo:

Instituições financeiras	Rating	2024	2023
Standard & Poor's	[A+ : AA]	40.426	50.913
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	55.341	119.470
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	751	37.135
Moody's	[A2 : A1]	633	-
Moody's	[Caa2 : Baa1]	33.969	38
Fitch	[A- : A+]	254	20.900
Fitch	[BBB- : BBB+]	282	-
Fitch	[BB+ : BBB]	144	155
Total		131.800	228.611

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas por agências de rating internacionais, enquadradas na política de gestão de risco financeiro da Companhia. A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de dezembro de 2024 e 2023, é o respetivo valor de balanço dos ativos financeiros.

27.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam, não apenas assegurar o desenvolvimento normal das atividades de JMH, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques externos à atividade.

Na gestão deste risco, JMH recorre, por exemplo, a derivados de crédito, com o intuito de minimizar o impacto do incremento de spreads de crédito, resultantes de efeitos exógenos a JMH. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo, realizado diariamente, tendo subjacente os planos financeiros anuais, que são revistos pelo menos duas vezes ao ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades de JMH por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

2024	Exposição ao risco de liquidez		
	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos			
Papel comercial	-	-	-
Credores	11.581	-	-
Responsabilidades com locações	1.137	1.858	-
Total	12.718	1.858	-

2023	Exposição ao risco de liquidez		
	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos			
Papel comercial	23	-	-
Credores	13.595	-	-
Responsabilidades com locações	892	1.761	-
Total	14.510	1.761	-

Os fluxos de caixa apresentados para os programas de papel comercial incluem despesas fixas incorridas com estes programas, independentemente de estarem a ser utilizados ou não.

28. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto no termos do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes, que não se encontrem refletidas no balanço ou descritas nestas notas;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2024 foi de €191 milhares, dos quais, €128 milhares relativos a serviços de revisão legal de contas, e o remanescente, no montante de €63 milhares, a serviços de garantia limitada de fiabilidade sobre indicadores de sustentabilidade;
- A nota 26 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade;
- Durante os exercícios de 2022 e 2023, JMH suportou despesas com Investigação e Desenvolvimento ("I&D"), as quais, no seu entendimento, são suscetíveis de serem elegíveis para efeitos de consideração no Sistema de Incentivos Fiscais em I&D Empresarial II ("SIFIDE II"), previsto na legislação aplicável.

Neste sentido, relativamente ao exercício de 2022, ainda se aguarda a decisão por parte do Conselho de Administração da Agência Nacional de Inovação, sendo que o investimento em atividades de I&D do exercício correspondeu a um crédito fiscal solicitado no montante de €1.669 milhares (investimento total elegível de €2.441 milhares, constituído por despesas com recursos humanos num montante de €1.918 milhares e por despesas de funcionamento elegíveis que ascenderam a €524 milhares).

Relativamente ao exercício de 2023, ainda se aguarda a decisão por parte do Conselho de Administração da Agência Nacional de Inovação, sendo que o investimento em atividades de I&D do exercício correspondeu a um crédito fiscal solicitado no montante de €1.639 milhares (investimento total elegível de €2.875 milhares, constituído por despesas com recursos humanos num montante de €2.113 milhares e por despesas de funcionamento elegíveis que ascenderam a €761 milhares).

Por último, atentos os investimentos realizados em 2024 nesta área, em particular, JMH está igualmente a analisar a possibilidade de apresentar às entidades competentes uma candidatura ao SIFIDE II, no prazo legalmente estipulado.

29. Eventos subsequentes à data do balanço

✓ Políticas contabilísticas

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 18 de março de 2025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 3.533.741 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.448.802 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 705.215 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração dos Rendimentos Integrais, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Partes de capital e Empréstimos a subsidiárias

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
O montante total de investimento em Partes de capital e Empréstimos a Subsidiárias registado nas demonstrações financeiras individuais de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. ascende, a 31 de dezembro de 2024, a 2.943.493 milhares de euros. Tal como divulgado na Nota 2.3 às demonstrações financeiras, os investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias são registados inicialmente ao custo e analisados, à data de cada balanço, de	A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos: ▶ Procedemos ao entendimento e avaliação dos processos de monitorização e controlo dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias; ▶ Obtivemos os testes de imparidade preparados pela Gestão, relativamente aos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, e confirmação dos pressupostos utilizados com base nos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
forma a detetar a existência de indicadores de possíveis perdas por imparidade. Se forem identificados indicadores, o valor recuperável do ativo é testado pela Gestão, utilizando um modelo de fluxos de caixa descontados. Os dados das avaliações para cálculo do valor de uso são suportados por desempenhos passados e por expectativas de desenvolvimento do mercado para cada um dos investimentos, baseado em projeções de fluxos de caixa descontados, taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade. Pela relevância dos montantes envolvidos, assim como pela complexidade e julgamento inerentes ao modelo adotado para a avaliação de imparidade, consideramos que a valorização dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias constituiu uma Matéria Relevante de Auditoria.	▶ Estivemos envolvidos na avaliação dos principais litígios e contingências fiscais e legais existentes nas entidades participadas por Jerónimo Martins, SGPS; ▶ Analisámos, com o apoio de especialistas internos, os pressupostos e metodologias utilizados pela Gestão, nomeadamente o modelo utilizado para teste de imparidade, as taxas de desconto e as taxas de crescimento na perpetuidade; ▶ Efetuámos procedimentos substantivos para avaliar a existência de indícios de imparidade nos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, nomeadamente comparando os Capitais Próprios das subsidiárias, ou o valor de uso calculado de acordo com os modelos preparados pela Gestão, com o seu valor contabilístico; e ▶ Revimos os montantes de perdas por imparidade reconhecidas pela Entidade relativamente a investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias e avaliamos a sua razoabilidade. Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, Relatório de Governo Societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do Relatório de Gestão denominado Declaração de Sustentabilidade, que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o Relatório de Gestão.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato correspondente aos exercícios de 2017 e 2018. Fomos nomeados/eleitos, na assembleia geral de acionistas realizada em 11 de abril de 2019 para um segundo mandato compreendido entre 2019 e 2021. Em 21 de abril de 2022, fomos nomeados na assembleia geral de acionistas, para um terceiro mandato compreendido entre 2022 a 2024;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria da Entidade em 14 de março de 2025; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria;

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Lisboa, 26 de março de 2025

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Pedro Miguel Borges Marques - ROC nº 1801
Registado na CMVM com o n.º 20161640

**Jerónimo
Martins**



*Governo
da Sociedade*

Governo da Sociedade

Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade.....	175
Secção A - Estrutura Acionista	175
Subsecção I - Estrutura de Capital.....	175
Subsecção II - Participações Sociais e Obrigações Detidas	177
Secção B - Órgãos Sociais e Comissões	179
Subsecção I - Assembleia Geral.....	179
A. Composição da Mesa da Assembleia Geral	179
B. Exercício do Direito de Voto.....	179
Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração)	181
A. Composição	181
B. Funcionamento	200
C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado	203
Subsecção III – Fiscalização (Comissão de Auditoria).....	206
A. Composição	206
B. Funcionamento	208
C. Competências e Funções.....	209
Subsecção IV - Revisor Oficial de Contas	209
Subsecção V - Auditor Externo.....	210
Secção C - Organização Interna	212
Subsecção I - Estatutos	212
Subsecção II - Comunicação de Irregularidades	212
Subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos.....	213
Subsecção IV - Apoio ao Investidor	220
Subsecção V - Sítio de Internet	222
Secção D - Remunerações.....	224
Subsecção I - Competência para a Determinação	224
Subsecção II - Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos	224
Subsecção III - Estrutura das Remunerações	225
Subsecção IV - Divulgação das Remunerações	233
Subsecção V - Acordos com Implicações Remuneratórias	237
Subsecção VI - Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações ("Stock Options")	238
Secção E - Transações com Partes Relacionadas	239
Subsecção I - Mecanismos e Procedimentos de Controlo	239
Subsecção II - Elementos Relativos aos Negócios.....	241
Parte II – Avaliação do Governo Societário.....	242
1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adotado	242
2. Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adotado	242
3. Outras Informações	252

Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade

Secção A - Estrutura Acionista

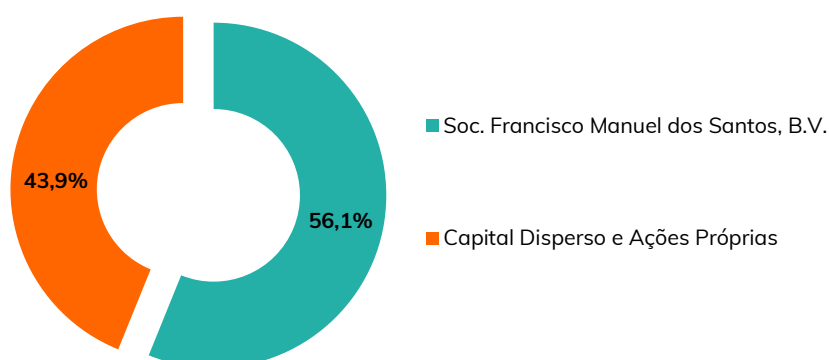
Subsecção I - Estrutura de Capital

1. Estrutura de Capital (Capital Social, Número de Ações, Distribuição do Capital Pelos Acionistas, etc.), Incluindo Indicação das Ações Não Admitidas à Negociação, Diferentes Categorias de Ações, Direitos e Deveres Inerentes às Mesmas e Percentagem de Capital que Cada Categoria Representa (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários - CVM)

O capital social da Sociedade é de 629.293.220 euros, está integralmente subscrito e realizado e é dividido em seiscentos e vinte e nove milhões duzentos e noventa e três mil duzentas e vinte ações, no valor nominal de um euro cada uma.

Todas as ações são ordinárias, não existem diferentes categorias de ações, estando todas as ações admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisbon.

A distribuição do capital da Sociedade é a seguinte, com referência a 31 de dezembro de 2024*:



* De acordo com as últimas comunicações efetuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data assumindo-se, salvo informação disponibilizada em contrário ao emitente, que o número de ações detidas é igual ao número de direitos de voto detidos. Ver ponto 7.

2. Restrições à Transmissibilidade das Ações, Tais Como Cláusulas de Consentimento Para a Alienação, ou Limitações à Titularidade de Ações (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. b) CVM)

As ações de Jerónimo Martins são livremente transmissíveis, não existindo restrições à respetiva transmissibilidade.

3. Número de Ações Próprias, Percentagem de Capital Social Correspondente e Percentagem de Direitos de Voto a Que Corresponderiam as Ações Próprias (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. a) CVM)

A Sociedade mantém em carteira 859 mil ações próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por ação (preço ajustado pela renominalização do capital social), e representativas de 0,14% do seu capital social, que corresponderia a igual percentagem dos direitos de voto.

4. Acordos Significativos de Que a Sociedade Seja Parte e Que Entrem Em Vigor, Sejam Alterados ou Cessem em Caso de Mudança de Controlo da Sociedade Na Sequência de uma Oferta Pública de Aquisição, Bem Como os Efeitos Respetivos, Salvo se, Pela Sua Natureza, a Divulgação dos Mesmos For Seriadamente Prejudicial Para a Sociedade, Exceto se a Sociedade for Especificamente Obrigada a Divulgar Essas Informações Por Força de Outros Imperativos Legais (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. j) CVM)

Não existem acordos significativos (incluindo contratos de financiamento) de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

5. Regime a Que se Encontre Sujeita a Renovação ou Revogação de Medidas Defensivas, em Particular Aquelas que Prevejam a Limitação do Número de Votos Suscetíveis de Detenção ou de Exercício Por um Único Acionista de Forma Individual ou em Concertação com Outros Acionistas

Não foram adotadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de Administração e que sejam suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de Administração, ou que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

6. Acordos Parassociais Que Sejam do Conhecimento da Sociedade e Possam Conduzir a Restrições em Matéria de Transmissão de Valores Mobiliários ou de Direitos de Voto (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. g) CVM)

No seguimento da comunicação relativa a participação qualificada efetuada à Sociedade, em 2 de janeiro de 2012, foi a mesma informada da existência de acordo parassocial relativo ao exercício do direito de voto, nos seguintes termos:

“Mais se informa que, em conformidade com o disposto no Artigo 21.º, n.º 2, alíneas b) e c), do Código dos Valores Mobiliários, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*] domina a Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., por poder exercer os correspondentes direitos de voto nos termos de acordo parassocial.

De harmonia com o estabelecido no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, mormente na alínea b) do seu n.º 1, por força do sobredito acordo parassocial, os direitos de voto inerentes às ações de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. objeto da compra e venda anteriormente mencionada permanecem imputados à Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*]”.

A Sociedade desconhece, contudo, a existência de eventuais restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

* Denominação social alterada em 2025 para “Sociedade Francisco Manuel dos Santos Holding N.V.”.

Subsecção II - Participações Sociais e Obrigações Detidas

7. Identificação das Pessoas Singulares ou Coletivas que, Direta ou Indiretamente, São Titulares de Participações Qualificadas (Art.º 29.º-H, n.º 1, als. c) e d) CVM e Art.º 16.º CVM), com Indicação Detalhada da Percentagem de Capital e de Votos Imputável e da Fonte e Causas de Imputação

Os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do n.º 1 do Artigo 20.º CVM, com base na totalidade das ações de acordo com a alínea b) do n.º 3 do Artigo 16.º CVM, a 31 de dezembro de 2024, são identificados na tabela abaixo.

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de dezembro de 2024*

(De acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Acionista	N.º de Ações detidas	% Capital	N.º Direitos de Voto	% dos Direitos de Voto
Sociedade Francisco Manuel dos Santos Holding N.V. Através da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.	353.260.814	56,14%	353.260.814	56,14%

* Fonte: Últimas comunicações efetuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

A causa da imputação da participação qualificada à Sociedade Francisco Manuel dos Santos Holding N.V. encontra-se mencionada no ponto 6.

8. Indicação Sobre o Número de Ações e Obrigações Detidas por Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

(De acordo com o disposto no n.º 5 do Art.º 447.º CSC)

Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31.12.23		Acréscimos no exercício		Diminuições no exercício		Posição em 31.12.24	
	Ações	Obrigações	Ações	Obrigações	Ações	Obrigações	Ações	Obrigações
Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos	274.805	-	-	-	-	-	274.805	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Art.º 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814						353.260.814	
Andrzej Szlęzak	-	-	-	-	-	-	-	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	-	-	-	-	-	-	-	-
Artur Stefan Kirsten	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Art.º 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
Clara Christina Streit	800	-	1.000	-	-	-	1.800	-
Elizabeth Ann Bastoni	-	-	-	-	-	-	-	-
Francisco Manuel Seixas da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-
José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos	20.509	-	-	-	-	-	20.509	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Art.º 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
María Ángela Holguín Cuéllar	-	-	-	-	-	-	-	-
Natalia Anna Olynec	-	-	-	-	-	-	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.; Ver ponto 20.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. confirmou não deter quaisquer ações ou obrigações, em 31 de dezembro de 2024, e não ter realizado, durante 2024, transações com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

9. Poderes Especiais do Órgão de Administração, nomeadamente no que Respeita a Deliberações de Aumento de Capital (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. i) CVM), com Indicação, Quanto a Estas, da Data em Que Lhe Foram Atribuídos, Prazo Até ao Qual Aquela Competência Pode Ser Exercida, Limite Quantitativo Máximo do Aumento do Capital Social, Montante Já Emitido ao Abrigo da Atribuição de Poderes e Modo de Concretização dos Poderes Atribuídos

Qualquer aumento de capital carece de deliberação prévia da Assembleia Geral de acionistas.

10. Informação Sobre a Existência de Relações Significativas de Natureza Comercial entre os Titulares de Participações Qualificadas e a Sociedade

Face à política que tem vindo a ser seguida pela Sociedade sobre este tema, não se realizaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os Titulares de Participação Qualificada ou entidades que com estes estejam em qualquer relação, fora das condições normais de mercado.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada.

Secção B - Órgãos Sociais e Comissões

Subsecção I - Assembleia Geral

A. Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e Cargo dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e Respetivo Mandato (Início e Fim)

No dia 21 de abril de 2022 foram eleitos, para o triénio 2022-2024, Luis Miguel Reis Sobral e Nuno de Deus Pinheiro, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Secretário, respetivamente.

B. Exercício do Direito de Voto

12. Eventuais Restrições em Matéria de Direito de Voto, Tais Como Limitações ao Exercício do Voto Dependente da Titularidade de um Número ou Percentagem de Ações, Prazos Impostos Para o Exercício do Direito de Voto ou Sistemas de Destaque de Direitos de Conteúdo Patrimonial (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. f) CVM)

A Sociedade e o seu Conselho de Administração valorizam particularmente os princípios da livre transmissibilidade das ações e da livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de Administração.

Assim, o Art.º 24.º dos Estatutos da Sociedade estabelece a regra de que a cada ação corresponde um voto.

Nesta linha, a Sociedade não estabeleceu mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, designadamente não estão estatutariamente atribuídos direitos especiais a acionistas ou previstos limites ao exercício do direito de voto, nem existe qualquer regra estatutária especial sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De igual forma, a presença na Assembleia Geral não se encontra condicionada à detenção de um número mínimo de ações.

De acordo com o Art.º 26.º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral poderá funcionar em primeira convocatória, desde que se ache presente ou representado mais de 50% do capital social.

Participação em Assembleia Geral

Nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários e no Art.º 23.º dos Estatutos da Sociedade, puderam participar e votar, nas reuniões da Assembleia Geral, os acionistas que reuniram as seguintes condições:

- i. Na Data de Registo, correspondente às 00:00 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, eram titulares de ações da Sociedade que lhes conferiam pelo menos um voto;
- ii. Até ao final do dia anterior ao da Data de Registo, declararam, por escrito, ao respetivo intermediário financeiro a sua intenção de participar na reunião;
- iii. Até ao final do dia da Data de Registo, o respetivo intermediário financeiro enviou ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral informação sobre o número de ações registadas em nome do referido acionista na Data de Registo.

Participação em Assembleia Geral à Distância

A Sociedade implementou meios adequados para a participação dos seus acionistas na Assembleia Geral à distância. No ano de 2024 teve lugar uma Assembleia Geral da Sociedade, na qual os acionistas puderam participar presencialmente ou, se assim o desejassem, por meios telemáticos, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 6 do Art.º 377.º CSC.

Os acionistas que declararam querer participar na reunião da Assembleia Geral por meios telemáticos, tiveram que proceder à indicação de um endereço eletrónico, para onde a Sociedade remeteu a ligação ("link") para a sessão telemática em causa, e um código individual de participação do acionista, o qual serviu para complementar a sua identificação no início da reunião.

Voto por Correspondência

De acordo com o número três do Art.º 25.º dos Estatutos, é ainda admitido o voto por correspondência. Estatutariamente, os votos por correspondência contam para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral e cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar a sua autenticidade e regularidade, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação. Em caso de presença do acionista ou do seu representante na Assembleia Geral, considera-se revogado o voto por correspondência emitido.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas depois da data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

A Sociedade disponibiliza no seu sítio institucional um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Como os seus estatutos são omissos nesta matéria, a Sociedade fixou em 48 horas antes da realização da Assembleia Geral o prazo para a receção do voto por correspondência, acolhendo e, de certa forma, indo mais longe do que o disposto na recomendação da CMVM sobre esta matéria.

Voto por Meios Eletrónicos

A Sociedade reconhece também que a utilização de meios informáticos potencia o exercício dos direitos dos acionistas e, nesse sentido, adota, desde 2006, os mecanismos adequados para que estes possam votar por meios eletrónicos nas Assembleias Gerais, tendo introduzido algumas alterações em 2020 nos procedimentos que, para o efeito, vinha a implementar, tendo tais procedimentos vindo a ser divulgados desde então nas convocatórias emitidas e no seu sítio institucional na internet.

Assim, os acionistas que pretenderam exercer o seu direito de voto por esta via na Assembleia Geral de 2024 tiveram que o manifestar, em devido tempo, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, através do endereço eletrónico assembleiageral@jeronimo-martins.com. Na referida manifestação de interesse, os acionistas tiveram que indicar um endereço de correio eletrónico, para o qual, subsequentemente, foi enviado um código identificador a referir na mensagem de correio eletrónico, com que o acionista pôde exercer o seu direito de voto.

Eleição dos Membros dos Órgãos Sociais

Na Assembleia Geral da Sociedade realizada no dia 18 de abril de 2024 não se procedeu à eleição de titulares dos órgãos da Sociedade. Não obstante, continuou a exortar-se os acionistas na respetiva convocatória, datada de 22 de março de 2024 a que, na construção de propostas que venham a ser apresentadas em futuras Assembleias Gerais para novo mandato dos órgãos sociais, contribuam para a melhoria de desempenho dos órgãos e equilíbrio na respetiva composição observando, nomeadamente, critérios de competência, independência, integridade, disponibilidade, experiência, e que venham a ser considerados, ainda, requisitos de diversidade, dando particular atenção à diversidade de género, nos termos da lei. Mais se referiu que as futuras propostas deverão ser fundamentadas quanto à adequação dos perfis, conhecimentos e curricula à(s) função(ões) a desempenhar por cada candidato.

13. Indicação da Percentagem Máxima dos Direitos de Voto Que Podem Ser Exercidos Por Um Único Acionista ou Por Acionistas Que Com Aquele Se Encontrem em Alguma das Relações do n.º 1 do Art.º 20.º CVM

A Sociedade não definiu regras que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

14. Identificação das Deliberações Acionistas Que, Por Imposição Estatutária, Só Podem Ser Tomadas Com Maioria Qualificada, Para Além Das Legalmente Previstas e Indicação Dessas Maiorias

Não existe nenhuma regra estatutária especial sobre quóruns deliberativos.

Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração)

A. Composição

15. Identificação do Modelo de Governo Adotado

A Sociedade adotou o modelo de governo Anglo-Saxónico correspondente à modalidade prevista na alínea b) do Art.º 278.º CSC em que a administração e fiscalização da Sociedade se encontram estruturadas através de um Conselho de Administração, que compreende a Comissão de Auditoria, e um Revisor Oficial de Contas.

16. Regras Estatutárias Sobre Requisitos Procedimentais e Materiais Aplicáveis à Nomeação e Substituição dos Membros do Conselho de Administração (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. h) CVM). Política de Diversidade.

O Art.º 1.º do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade prevê que este órgão tenha a composição que venha a ser deliberada em Assembleia Geral nos termos previstos no número um do Art.º 12.º do Pacto Social, sendo presidido pelo respetivo Presidente, escolhido em Assembleia Geral.

O número três do Art.º 9.º do referido Regulamento do Conselho de Administração prevê que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer dos seus membros, o Conselho de Administração procederá à cooptação, cabendo à Comissão de Auditoria, se tal não ocorrer no prazo de 60 dias a contar da falta, designar o substituto.

Como referido no ponto 12, a Sociedade promove que as propostas a apresentar pelos acionistas para eleição dos órgãos sociais, sejam fundamentadas quanto à adequação dos perfis, conhecimentos e curricula à(s) função(ões) a desempenhar por cada candidato.

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do Art.º 289.º CSC, as propostas para a eleição dos Administradores (e demais órgãos sociais) indicaram as qualificações profissionais e as atividades profissionais exercidas, nos últimos cinco anos, das pessoas cuja eleição foi proposta pelos acionistas da Sociedade. Tais elementos constituíram fundamentação suficiente a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo, à função a desempenhar pelos referidos candidatos.

Política de Diversidade

No ordenamento jurídico-societário português cabe exclusivamente aos acionistas a competência para selecionar e designar ou eleger os membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades comerciais.

Assim sendo, uma vez que os acionistas não se confundem com a Sociedade, não se afigura que a esta seja juridicamente possível definir ou aplicar uma política de diversidade nos moldes previstos na al. q), do n.º 1, do Art.º 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Não obstante, e como referido no ponto 12, a Sociedade continuou a exortar os acionistas na convocatória datada de 22 de março de 2024 referente à Assembleia Geral da Sociedade, realizada em 18 de abril de 2024, que, na construção das propostas que viessem a apresentar para novos mandatos dos órgãos sociais, contribuíssem para a melhoria de desempenho dos órgãos e equilíbrio na respetiva composição, considerando requisitos de diversidade, dando particular atenção à diversidade de género, nos termos da lei, para além de observarem, nomeadamente, critérios de competência, independência, integridade, disponibilidade, e experiência.

Por outro lado, constata-se que, na seleção dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade (respetivamente, Conselho de Administração e Comissão de Auditoria), os acionistas têm vindo a aplicar critérios de diversidade que procuram combinar os atributos individuais de cada um dos membros, como a independência, a integridade, a experiência e a competência, com as especificidades da Sociedade, designadamente o seu modelo de governo, a sua dimensão, a sua estrutura acionista e o seu modelo de negócio.

Pode-se, assim, continuar a afirmar que, na atual composição do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, os acionistas mantiveram a salvaguarda da diversidade de género, a diversidade etária, a diversidade de habilitações e a diversidade de antecedentes profissionais, conforme se pode verificar do ponto 1.3.1. do Capítulo 1, e dos pontos 17 a 19, e 26 do Capítulo 4 deste Relatório.

Neste particular é ainda importante referir o Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens (2024-2025), divulgado pela Sociedade e que poderá ser consultado no respetivo website, onde se encontram definidos, nomeadamente, os objetivos a prosseguir pela Sociedade a este respeito, quais as medidas concretas a implementar, quem é responsável pela sua implementação, e quais os indicadores a serem utilizados para mensuração do respetivo atingimento.

A Sociedade tem, assim, por adotados os aludidos critérios e requisitos de diversidade através da sua enunciação na convocatória datada de 22 de março de 2024 referente à Assembleia Geral da Sociedade realizada no dia 18 de abril de 2024, bem como através da aprovação pelo Conselho de Administração e pelos seus acionistas do Relatório de Governo da Sociedade, onde estes critérios vêm também enunciados.

17. Composição do Conselho de Administração, com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efetivos, Data da Primeira Designação e Data do Termo de Mandato de Cada Membro

Nos termos dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de sete e um máximo de onze membros, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos. Ao longo do ano de 2024, o Conselho teve a composição indicada abaixo, contando atualmente com onze membros efetivos, eleitos em Assembleia Geral realizada em 21 de abril de 2022 para o triénio 2022-2024:

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos

- Presidente do Conselho de Administração desde 18 de dezembro de 2013
- Administrador-Delegado
- Primeira designação em 31 de março de 1995
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Andrzej Szlęzak

- Administrador Não-executivo
- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

- Administrador Não-executivo
- Primeira designação em 9 de abril de 2010
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Artur Stefan Kirsten

- Administrador Não-executivo
- Primeira designação em 9 de abril de 2010 (cessação de mandato em fevereiro de 2011)
- Nova designação em 9 de abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Clara Christina Streit

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 9 de abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Elizabeth Ann Bastoni

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 11 de abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Francisco Manuel Seixas da Costa

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos

- Administrador Não-executivo, nomeado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., nos termos do n.º 4 do Artigo 390.º C.S.C.
- Primeira designação em 31 de março de 1995 (cessação de mandato em 29 de junho de 2001)
- Nova designação em 15 de abril de 2004 (cessação de mandato em 9 de abril de 2015)
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

María Ángela Holguín Cuéllar

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 11 de abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Natalia Anna Olynec

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 21 de abril de 2022
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Sérgio Tavares Rebelo

- Administrador Não-executivo independente*
- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

* para os efeitos da recomendação IV.2.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018 revisto em 2023), e sem prejuízo do disposto no n.º 5 do Artigo 414.º C.S.C.

No exercício de 2024 não ocorreu a cessação de funções de qualquer dos membros do Conselho de Administração.

18. Distinção dos Membros Executivos e Não-Executivos do Conselho de Administração e, Relativamente aos Membros Não-Executivos, Identificação dos Membros Que Podem Ser Considerados Independentes

A Sociedade procura um equilíbrio na composição do Conselho de Administração através da integração de Administradores Não-executivos e de Administradores independentes, a par do Administrador Executivo, no âmbito de delegação de competências, encontrando-se efetuada supra, no n.º 17, para onde se remete, a respetiva discriminação. O critério de distinção utilizado pela Sociedade coincide com o da Recomendação 2005/162/CE, da Comissão da União Europeia, de 15 de fevereiro de 2005, considerando-se Administradores Executivos aqueles que sejam encarregados da gestão corrente e, a contrario sensu, Administradores Não-executivos aqueles que o não sejam.

O Conselho de Administração integra, assim, Administradores Não-executivos, em particular Administradores independentes dotados de um conjunto de competências técnicas diversificadas, redes de contactos e ligações com entidades nacionais e internacionais que permitem enriquecer e otimizar a gestão da Sociedade numa ótica de criação de valor e de adequada defesa dos interesses de todos os seus acionistas e restantes stakeholders, o que assegura uma efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do Conselho de Administração.

Como se retira do n.º 17., o número de Administradores Não-executivos da Sociedade é atualmente de 10, o qual a Sociedade reputa de adequado considerando os termos em que, como descrito no n.º 21. infra, se

encontra efetuada a delegação de poderes a favor do Administrador-Delegado, a implementação de uma estrutura de apoio ao mesmo, e a instituição de um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos, os quais permitem assegurar com eficiência as funções que se lhes encontram cometidas, atendendo à dimensão da Sociedade e aos riscos inerentes à atividade desta.

De acordo com os princípios pelos quais a Sociedade se rege, embora os administradores respondam perante todos os acionistas por igual, a independência da atuação do Conselho de Administração face a estes é ainda reforçada pela existência de administradores independentes.

De acordo com o Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018 revisto em 2023), doravante referidas como “Recomendações IPCG 2023”, e atendendo ao disposto na recomendação IV.2.4, que estabelece os critérios da avaliação da independência feita pelo órgão de administração, são considerados Administradores independentes Clara Christina Streit, Elizabeth Ann Bastoni, Francisco Seixas da Costa, María Ángela Holguín Cuéllar, Natalia Anna Olynec e Sérgio Tavares Rebelo.

De notar que os Administradores Clara Christina Streit, Elizabeth Ann Bastoni e Sérgio Tavares Rebelo são igualmente membros da Comissão de Auditoria, ficando, assim, sujeitos aos critérios de independência previstos no n.º 5 do Art.º 414.º CSC, sendo que, por referência a estes últimos, o Administrador Sérgio Rebelo não poderá ser considerado independente por não reunir os critérios de independência enquanto membro da Comissão de Auditoria. Qualquer dos membros da Comissão de Auditoria cumpre também as regras de incompatibilidade previstas no Art.º 414.º-A, n.º 1 CSC com exceção da prevista na alínea b).

Sendo o número de independentes de acordo com os critérios supra explanados de seis, de entre um total de onze Administradores, afigura-se cumprida a recomendação IV.2.4 (Recomendações IPCG 2023).

19. Qualificações Profissionais e Outros Elementos Curriculares Relevantes de Cada Um dos Membros do Conselho de Administração

Pedro Soares dos Santos, de nacionalidade portuguesa, ingressou, em 1983, na Direção de Operações do Pingo Doce. Em 1985, integrou o departamento de Vendas e Marketing da Iglo/Unilever e, cinco anos mais tarde, assume funções como Diretor-Adjunto das Operações Recheio. Em 1995, é nomeado Diretor-Geral desta Companhia. Entre 1999 e 2000, assume a responsabilidade pelas operações na Polónia e no Brasil. Em 2001 passa também a ser responsável pelas operações da área de Distribuição em Portugal. É Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. desde 31 de março de 1995, sendo Administrador-Delegado desde 9 de abril de 2010 e Presidente do Conselho de Administração desde 18 de dezembro de 2013.

Andrzej Szlęzak tem nacionalidade polaca e é licenciado em Filologia Inglesa e em Direito pela Universidade Adam Mickiewicz em Poznan, Polónia, tendo sido aprovado no exame judicial em 1981 e admitido na *Chamber of Legal Advisors (Poznan Chapter)* em 1994. Em 1979, iniciou o seu percurso académico na referida universidade, no qual obteve os graus de doutoramento e pós-doutoramento (“Habilitated Doctor”) em Direito, em 1985 e 1992, respetivamente. Em 1994, foi-lhe atribuído o cargo de professor da Universidade Adam Mickiewicz (Faculdade de Direito) que exerceu até 1996. Atualmente é professor na Escola de Ciências Sociais e Humanidades de Varsóvia. Em 1991, juntou-se à sociedade de advogados Soltysinski, Kawecki & Szlęzak (SK&S), da qual se tornou sócio em 1993 e sócio sénior em 1996. Durante a sua prática na SK&S prestou aconselhamento jurídico em numerosas transações de privatização e reestruturação em diversos setores da economia polaca (principalmente em projetos de M&A, societário e *greenfield*). Desde 1999, tem sido árbitro no Tribunal Arbitral na Câmara do Comércio Polaca (KIG) em Varsóvia, exercendo atualmente funções de Vice-presidente do Conselho de Arbitragem deste tribunal. Tem igualmente sido nomeado como árbitro em diversos processos (nacionais e internacionais) perante o Tribunal Internacional de Arbitragem em Paris e em processos *ad hoc* conduzidos de acordo com as regras de arbitragem UNCITRAL. É ainda autor de várias publicações, incluindo em língua estrangeira, nas áreas de Direito Civil, Comercial e Arbitragem. É Administrador Não-executivo da Sociedade desde 10 de abril de 2013.

António Viana-Baptista tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (1980), possui pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1981) e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau, 1983). Entre 1985 e 1991, foi Sócio (*Principal*

Partner) da McKinsey & Co. nos escritórios de Madrid e Lisboa. Entre 1991 e 1998, exerceu o cargo de administrador no Banco Português de Investimento. Entre 1998 e 2002, foi Chairman e CEO da Telefónica International. Entre 2002 e 2006, foi Presidente Executivo (Chairman & CEO) da Telefónica Móviles S.A. Entre 2006 e 2008, foi Presidente Executivo (Chairman & CEO) da Telefónica España. Entre 2000 e 2008, foi membro não-executivo do Conselho de Administração da Portugal Telecom. Entre 2011 e 2016 foi CEO do Crédit Suisse AG para Espanha e Portugal, mantendo-se atualmente como consultor desta instituição. Entre 2018 e 2022 foi Administrador Não-executivo da Atento, S.A.. É Administrador Não-executivo da Semapa, SGPS, S.A. e da Azora Capital, S.L., acumulando também funções de administrador da Alter Venture Partners G.P., SARL. Foi membro da Comissão de Auditoria da Sociedade nos mandatos 2010-2012 e 2013-2015. É Administrador Não-executivo da Sociedade desde 9 de abril de 2010.

Artur Stefan Kirsten tem nacionalidade alemã e obteve o seu mestrado em Economia e Informática, entre 1981 e 1986, na FernUniversität Hagen e na Georg-August-Universität Göttingen. Em 1991, obteve o seu Doutoramento (Dr. rer. pol.), ao que se seguiu o Stanford Executive Program na Graduate School of Business da Universidade de Stanford, na Califórnia. Desde 1995, leciona em diferentes universidades alemãs e no estrangeiro. Em 2001 foi nomeado Professor Catedrático na Westfälische University em Gelsenkirchen. Foi, entre 2011 e 2018, Diretor Financeiro (CFO) da Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE") onde desempenhou igualmente funções como membro do Conselho de Gestão desde 1 de janeiro de 2011. Atualmente, desempenha funções como administrador não executivo em várias sociedades e é cofundador da Monarch, uma empresa britânica/alemã de serviços especializados. Foi membro do Conselho de Administração da Sociedade no período compreendido entre abril de 2010 e fevereiro de 2011 e é atualmente membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos BV. Os seus cargos anteriores foram como Administrador-Delegado (CEO) da Majid Al Futtaiim Group LLC, uma sociedade de promoção imobiliária com negócios focados no imobiliário, retalho e empreendimentos nos Emirados, como Diretor Financeiro (CFO) da Metro AG e da ThyssenKrupp AG na Alemanha, e Presidente do Conselho de Supervisão da Vonovia Finance B.V.. É Administrador Não-executivo da Sociedade desde 9 de abril de 2015.

Clara Christina Streit tem dupla nacionalidade, norte-americana e alemã, e tem um mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de St. Gallen, na Suíça. É Administradora Não-Executiva independente em várias empresas europeias. Começou a sua carreira como Consultora na McKinsey & Company de onde saiu em 2012 como Senior Partner, após mais de 20 anos de experiência como conselheira de instituições financeiras. Entre 2011 e 2024 foi Administradora e membro da Comissão de Nomeações e Remunerações da Vontobel Holding AG. É, desde 2013, membro do Conselho de Supervisão da empresa imobiliária alemã Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE"). Entre maio de 2015 e abril de 2018 assumiu funções como membro do Conselho de Administração, da Comissão de Controlo Interno, Risco e Governo da Sociedade e da Comissão de Recursos Humanos e de Nomeações da empresa Unicredit S.p.A, sediada em Milão. Desempenhou funções no NN Group, N.V. desde 2017, como membro do Conselho de Supervisão (até 2022), do Comité de Risco, e do Comité de Nomeações e Corporate Governance (até 2021), tendo passado a integrar, em 2021, o Comité de Remunerações. Em 2019, foi nomeada membro do Conselho de Supervisão da Deutsche Börse AG, desempenhando atualmente funções na Comissão de Nomeações. É atualmente Presidente da Comissão de Auditoria da Sociedade. É Administradora Não-executiva da Sociedade desde 9 de abril de 2015.

Elizabeth Ann Bastoni tem nacionalidade norte-americana, possui um bacharelato com especialização em Contabilidade pelo Providence College e uma licenciatura em Literatura da Civilização Francesa da Universidade de Sorbonne, em Paris. Iniciou a sua carreira em Paris em 1989 na KPMG em Prática Tributária Internacional onde desempenhou vários cargos, incluindo o de Senior Manager em Business Development. Entre 1998 e 2000, foi Responsável Global de Remunerações, Benefícios e Programas para Expatriados na Lyonnaise des Eaux a nível global. Antes de se juntar à The Coca-Cola Company em 2005, ocupou cargos diretivos na área de RH do Grupo Thales, com sede em Paris. Da The Coca-Cola Company transitou para a Carlson, onde desempenhou funções como Responsável de Recursos Humanos e Comunicação. Foi membro do Conselho de Administração da Carlson Wagonlit Travel e Administradora Não-Executiva do Grupo Rezidor Hotel, Presidente do Conselho de Administração da Bastoni Consulting Group LLC, Administradora da Société BIC e Presidente do Conselho de Administração e da Comissão de Remunerações e Nomeações da Limeade Inc. É atualmente Administradora da Euroapi, S.A., da CNH Industrial, Coca Cola HBC A.G. e da Qorium B.V.. Foi Presidente da Comissão de Vencimentos do Grupo Jerónimo Martins entre 2016 e 2018. É Administradora Não-executiva da Sociedade desde 11 de abril de 2019.

Francisco Seixas da Costa tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Técnica de Lisboa. Inicia a sua carreira diplomática em 1975 como diplomata do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 1995 e 2001, foi Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, tendo tido várias funções oficiais, entre outras, negociador português do Tratado de Amesterdão, de 1995 a 1997, Coordenador português da negociação do quadro financeiro plurianual da UE, de 1997 a 1999, e Presidente do Conselho de Ministros do Mercado Interno da União Europeia, em 2000. De 2001 a 2002 foi Embaixador, Representante permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, e de 2002 a 2004 foi Embaixador, Representante permanente de Portugal junto da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, em Viena. Entre 2004 e 2008, foi Embaixador no Brasil, em Brasília e, entre 2009 e 2013, foi Embaixador em França e Representante Permanente junto da UNESCO (desde 2012), em Paris. Foi membro do Conselho Consultivo da Fundação Calouste Gulbenkian e membro do Conselho Consultivo Estratégico da Mota-Engil, SGPS, S.A.. Desde 2014, é docente da Universidade Autónoma de Lisboa. Em abril de 2016, foi eleito administrador e membro da Comissão de Nomeações e Retribuições da EDP Renováveis e, em 2017, foi nomeado membro do Conselho Geral Independente da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A. É Administrador da Mota-Engil, SGPS, S.A., Presidente do Conselho Fiscal da Tabaqueira II, S.A. e do Conselho Assessor da Kearney Portugal. É colunista e colaborador de diversas publicações e autor de várias obras sobre questões internacionais e de segurança. É Administrador Não-executivo da Sociedade desde 10 de abril de 2013.

José Soares dos Santos, de nacionalidade portuguesa, é licenciado em Biologia Marinha pela Universidade Clássica de Lisboa em 1986, com formação executiva no IMD (1995) e em Harvard (1997), é também membro alumni de Stanford (2000). É membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos Holding N.V., desde 2001, e Presidente Executivo da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., desde a sua fundação. Foi membro do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., de 1995 a 2001 e de 2004 a 2015. É Presidente da Unilever Fima, Lda., da Gallo Worldwide, Lda. e da JMDB Representação e Distribuição de Marcas Lda., desde 1995. É Administrador Executivo e Curador da Fundação Francisco Manuel dos Santos, desde 2009. É Presidente do Oceanário de Lisboa, S.A. desde setembro de 2015, e Presidente do Conselho de Curadores e do Conselho de Administração da Fundação Oceano Azul, desde dezembro de 2016. É Presidente da Movendo Capital B.V., desde 2017. É Administrador Não-executivo da Sociedade, nomeado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., desde 11 de abril de 2019.

María Ángela Holguín Cuéllar tem nacionalidade colombiana, é licenciada em Ciências Políticas pela Universidade de los Andes. Possui ainda uma especialização em Administração e Gestão Pública pela mesma universidade e uma especialização em Diplomacia e Estratégia do Centre d' Études Diplomatiques et Stratégie. Nas últimas duas décadas de experiência no sector público e privado ocupou cargos importantes no Governo colombiano, incluindo na Presidência da República, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Gabinete do Procurador-Geral da Colômbia. Como parte da sua vasta experiência profissional no campo das relações diplomáticas, ocupou, entre outros, o cargo de ministra dos Negócios Estrangeiros da Colômbia (2010-2018) e vice-ministra (1998), Embaixadora e Representante Permanente das Nações Unidas (2004-2006) e embaixadora da Colômbia na Venezuela (2002-2004). Desempenhou igualmente o cargo de Diretora Regional para a América Latina da Worldview International Foundation (2000-2002) e de Representante na Argentina do CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina (2008-2010). Para além disso, foi coordenadora para a Colômbia na IADB Assembly e na Inter-American Investment Corporation (1997), e Diretora Executiva da Conferência Regional para a Infância na América Latina (1997). É Administradora Não-executiva da Hoteles Estelar S.A., da Gases del Pacífico S.A.C., da Gases del Norte del Perú S.A.C., da Procafecol S.A., e da TESICOL – Tejidos Sintéticos de Colombia S.A. É Administradora Não-executiva da Sociedade desde 11 de abril de 2019.

Natalia Anna Olynec tem nacionalidade norte-americana e canadiana e reside na Suíça. É licenciada em Ciências Políticas pela Universidade McGill, no Canadá, fez um mestrado em Administração Pública pela Universidade de Singapura e realizou programas de educação executiva na área da liderança de alto desempenho e das estratégias de sustentabilidade da IMD Business School, na Suíça. Fala quatro idiomas e trabalhou durante 20 anos em gestão, consultoria e educação para a sustentabilidade. Iniciou a carreira como jornalista para a Bloomberg na Europa de Leste e em Singapura, publicou vários livros, contribuiu para o relatório *Global Redesign Initiative* do Fórum Económico Mundial e trabalhou como editora da revista *Global-is-Asian* na Universidade Nacional de Singapura. Entre 2011 e 2014, foi Diretora Global de Sustentabilidade da Damco (Grupo Maersk), onde aumentou a transparência e a prestação de contas da cadeia de abastecimento, com resultados de mitigação do risco e de criação de valor em energia, logística

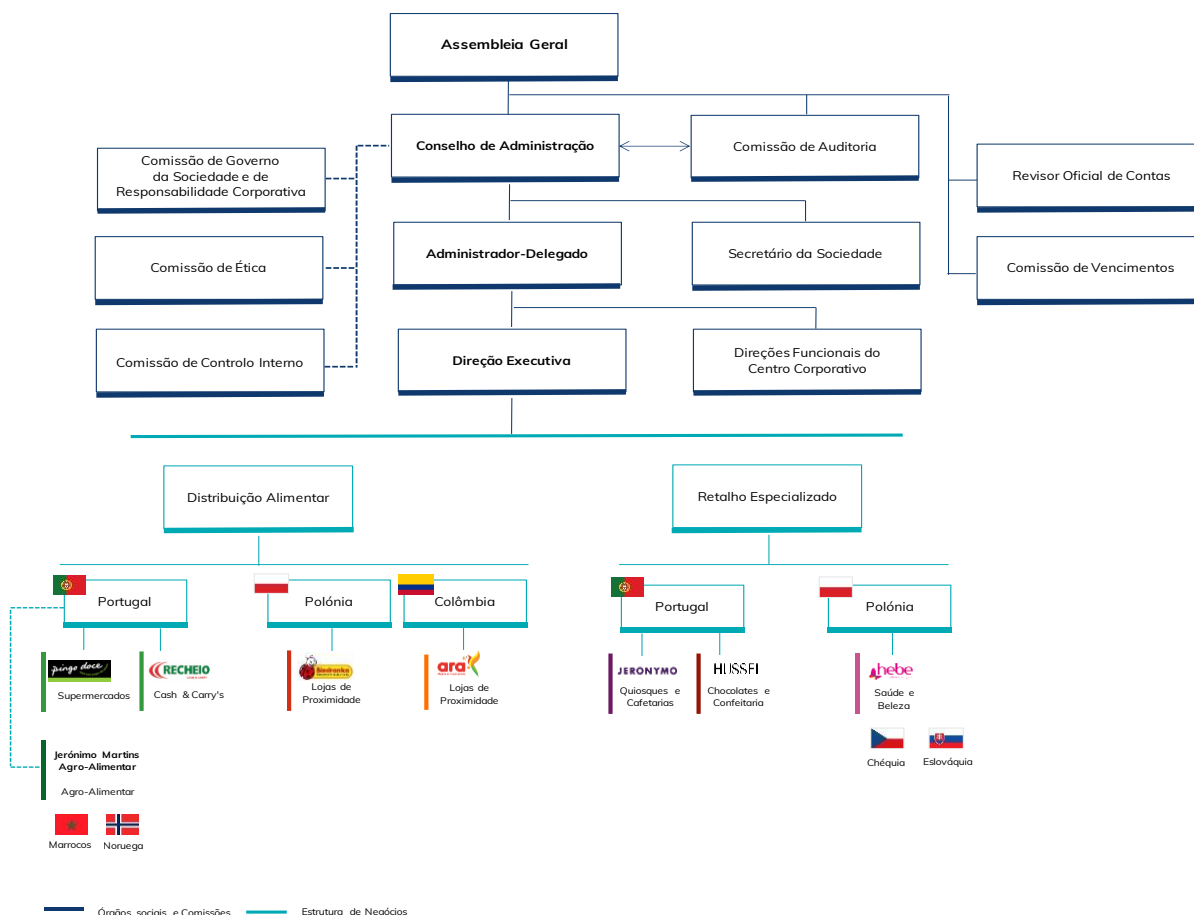
ecológica e humanitária e procurement responsável. Em 2015, trabalhou como professora-adjunta de Sustentabilidade no programa de pós-graduação da S.P. Jain School of Global Management, em Singapura, sendo responsável pelo ensino de megatendências de sustentabilidade. Juntou-se ao CEO Learning Center da IMD Business School em 2016. Assumiu funções como Partner de Sustentabilidade em 2018 e Head de Sustentabilidade em 2020 na IMD, onde é responsável pela estratégia de sustentabilidade e desenvolve programas de educação executiva na área da sustentabilidade, além de consultoria. Publica artigos e casos de estudo premiados sobre sustentabilidade e é membro da comissão executiva do IMD Global Center for Sustainable and Inclusive Business. É Administradora Não-executiva da Sociedade desde 21 de abril de 2022.

Sérgio Tavares Rebelo tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Tem um M.Sc. em Investigação Operacional pelo Instituto Superior Técnico, bem como um M.A. e um Ph.D. em Economia pela Universidade de Rochester. Iniciou a sua carreira académica como assistente na Universidade Católica Portuguesa, em 1981. Em 1988, ingressa como Assistant Professor of Finance na Northwestern University, passando a Associated Professor of Finance, em 1991. Entre 1992 e 1997, é Associated Professor do Department of Economics da University of Rochester e, desde julho de 1997, é Tokai Bank Distinguished Professor of International Finance, na Kellogg School of Management, da Northwestern University. Publica, desde 1982, inúmeros artigos e livros na área da economia e finanças. Desde abril de 2012, é Membro do Advisory Council to the Global Markets Institute na Goldman Sachs e, entre 2015 e 2018, assumiu funções como Administrador Não-executivo da Integrated DNA Technologies. Foi Presidente da Comissão de Auditoria da Sociedade, entre 2016 e 2022. É Administrador Não-executivo da Sociedade, desde 10 de abril de 2013.

20. Relações Familiares, Profissionais ou Comerciais, Habituais e Significativas, dos Membros do Conselho de Administração com Acionistas a Quem Seja Imputável Participação Qualificada Superior a 2% dos Direitos de Voto

Membro do Órgão de Administração	Tipo de Relação	Titular de Participação Qualificada
Pedro Soares dos Santos	Administrador	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
Artur Stefan Kirsten	Administrador	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
José Soares dos Santos	Presidente Executivo	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

21. Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade



Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, para além da representação institucional da Sociedade, desempenha funções de especial responsabilidade na direção das respetivas reuniões, no acompanhamento da execução das deliberações tomadas por este órgão, na participação nas reuniões das restantes comissões emanadas do Conselho de Administração e na definição da estratégia global da Sociedade.

Delegação de Poderes e Coordenação de Administradores Não-executivos

O Conselho de Administração, mediante deliberação, delegou em um Administrador-Delegado diversas competências no âmbito da gestão corrente da Sociedade, o qual, nesses termos, pode:

- gerir os negócios sociais e efetivar as operações relativas ao objeto social, compreendidas no âmbito da sua gestão corrente, enquanto sociedade gestora de participações sociais;
- representar a Sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer ações, e comprometer-se em arbitragens, podendo, para o efeito, designar mandatários, assim como transigir, confessar e desistir das mesmas;
- contrair empréstimos e outras operações financeiras, no mercado financeiro nacional ou estrangeiro, emitir valores mobiliários representativos de dívida no âmbito da competência do Conselho de Administração e aceitar a fiscalização das entidades mutuantes, sempre até ao montante de cinquenta milhões de euros e com integral respeito pelo disposto nos Estatutos da Sociedade;

- d. decidir sobre a prestação, pela Sociedade, de apoio técnico e financeiro, incluindo através da concessão de empréstimos às sociedades de cujas ações, quotas ou partes sociais seja, no todo ou em parte, titular;
- e. decidir sobre a alienação ou locação de bens móveis ou imóveis, incluindo ações, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer desinvestimentos, até ao montante de cinquenta milhões de euros ou, independentemente de tal limite, quando tal alienação ou locação se encontre prevista nos Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovados pelo Conselho de Administração;
- f. decidir sobre a aquisição ou tomada em locação de quaisquer bens móveis ou imóveis, incluindo ações, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer investimentos, até ao montante de cinquenta milhões de euros, ou, independentemente de tal limite, quando tal aquisição ou tomada em locação se encontre prevista em Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovados pelo Conselho de Administração;
- g. designar as pessoas a propor às Assembleias Gerais das sociedades referidas na alínea d) supra, para preenchimento de cargos nos respetivos órgãos sociais, indicando aquelas a quem caberá exercer funções executivas;
- h. aprovar políticas e normas transversais às sociedades do Grupo Jerónimo Martins, tais como manuais de procedimentos, regulamentos e ordens de serviço, *maxime* no que diz respeito a (i) Recursos Humanos, (ii) Controlo Operacional, (iii) Segurança Alimentar e Controlo de Qualidade e (iv) Reporte e Investimentos;
- i. aprovar os planos de expansão respeitantes às atividades de cada uma das áreas de negócio, bem como das sociedades do Grupo não abrangidas em áreas de negócios;
- j. aprovar a estrutura orgânica das sociedades do Grupo;
- k. decidir as instruções ou orientações a dar pela Sociedade às administrações das sociedades suas subsidiárias, quanto às matérias referidas nesta delegação de poderes, nos termos e com observância do disposto na lei aplicável.

Para efeitos do disposto na delegação de poderes, consideram-se como previstos nos Planos de Médio e Longo Prazo, (entendidos estes como planos de atividades, de investimentos e projeções financeiras a três anos), as aquisições, alienações, investimentos ou desinvestimentos cujo montante não exceda em mais de 10% a respetiva rubrica constante desses Planos.

Em 2024, manteve-se em funções a Direção Executiva, órgão consultivo que, conforme referido no ponto 29., tem como objetivo fundamental coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe forem delegadas pelo Conselho, no âmbito da gestão corrente dos negócios que constituem o objeto social da Sociedade.

Contudo, o Conselho de Administração retém, nos termos do respetivo Regulamento Interno, poderes sobre as matérias estratégicas de gestão do Grupo, em particular as que se prendem com a definição de políticas gerais da Sociedade e da estrutura empresarial do Grupo e as que, devido à sua importância e natureza especiais, podem impactar substancialmente a atividade deste último, procurando assegurar a sustentabilidade económica, financeira e ambiental dos objetivos de longo prazo da Sociedade e um contributo efetivo para a comunidade em geral (ver também os Capítulos 1 e 5).

Para além dos poderes delegados, cabe ainda ao Administrador-Delegado: submeter ao Conselho de Administração, para deliberação, os planos consolidados de médio e longo prazo do Grupo Jerónimo Martins e das áreas de negócio que o integram, acompanhados do seu parecer, incluindo planos de atividades, de investimentos e projeções financeiras a três anos ("planos de médio e longo prazo"); os orçamentos, incluindo as metas financeiras do exercício seguinte, do Grupo Jerónimo Martins e das áreas de negócio que o integram; os documentos de prestação de contas e os resultados consolidados do Grupo Jerónimo Martins e de cada uma das áreas de negócio que o integram; a realização de investimentos não abrangidos pela delegação de poderes.

Ao Administrador-Delegado estão também vedadas as matérias a que se refere o n.º 4 do Art.º 407.º CSC.

Para além dos poderes sobre matérias estratégicas para a gestão do Grupo, o Conselho de Administração exerce um controlo efetivo na orientação da vida societária ao procurar sempre informar-se devidamente e ao assegurar a supervisão da gestão da Sociedade, encontrando-se implementados mecanismos nesse sentido.

Neste contexto, em cada reunião do Conselho de Administração, o Administrador-Delegado apresenta informação relativa à atividade desenvolvida pela Sociedade desde a última reunião, disponibilizando-se para prestar os esclarecimentos complementares que os Administradores Não-executivos entendam necessários. Em 2024, toda a informação solicitada pelos Administradores Não-executivos foi completa e tempestivamente fornecida pelo Administrador-Delegado.

Adicionalmente, e considerando que o Administrador-Delegado é, simultaneamente, Presidente do Conselho de Administração, foi aprovado por deliberação do dito Conselho um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-executivos da Sociedade.

Tal Mecanismo explicita que os membros do Conselho de Administração que não integrem uma Comissão Executiva ou que não sejam Administradores-Delegados mantêm responsabilidade, nos termos fixados pelo Art.º 407.º, n.º 8 CSC, pela vigilância sobre a atuação da Comissão Executiva ou do(s) Administrador(es)-Delegado(s) e, bem assim, pelos prejuízos causados por atos ou omissões destes, quando, tendo conhecimento de tais atos ou do propósito de os praticar, não provoquem a intervenção do Conselho de Administração para tomar as medidas adequadas.

A atividade de supervisão e fiscalização dos Administradores Não-executivos é também exercida no seio das Comissões Especializadas, e grupos de trabalho da Sociedade em que aqueles participem e nos órgãos societários das sociedades subsidiárias de que façam parte.

Ainda nos termos de tal Mecanismo, o(s) Administrador(es)-Delegado(s) ou o Presidente da Comissão Executiva, consoante aplicável, bem como os Administradores a quem tenha sido atribuído um encargo especial ao abrigo do Art.º 407.º, n.ºs 1 e 2 CSC, deverão:

- a) sempre que tal se mostre necessário, prestar aos Administradores com funções não executivas informação relevante relativamente à execução dos poderes que lhes tenham sido delegados ou do encargo especial que lhes tenha sido atribuído;
- b) satisfazer, em prazo razoável, qualquer pedido de informação que lhes seja submetido por qualquer dos Administradores com funções não executivas, para efeitos do desempenho das respetivas funções, devendo a referida informação ser igualmente disponibilizada aos demais membros do Conselho de Administração.

Prevê-se no dito Mecanismo que os Administradores com funções não executivas possam realizar reuniões *ad hoc*, por iniciativa de quaisquer dois deles, cabendo a respetiva convocatória ao Secretário da Sociedade (que da mesma dará conhecimento ao Presidente do Conselho de Administração), nos termos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Com vista a permitir uma participação independente e informada dos Administradores com funções não executivas nas reuniões do Conselho de Administração ou nas reuniões das Comissões Especializadas, de grupos de trabalho ou de órgãos societários de sociedades de que façam parte, atrás referidos, prevê o Mecanismo competir ao Secretário da Sociedade disponibilizar-lhes a agenda definitiva dos trabalhos e a respetiva documentação preparatória nos termos e com observação dos prazos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Compete ainda ao Secretário da Sociedade, de acordo com o Mecanismo implementado, diligenciar pela remessa aos Administradores que o solicitem de cópia das atas da Direção Executiva, bem como de quaisquer atas dos órgãos sociais ou das comissões especializadas criadas pelo Conselho de Administração, e prestar-lhes, no âmbito das suas competências, quaisquer informações respeitantes a deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva ou a quaisquer decisões do(s) Administrador(es)-Delegado(s).

Estrutura Organizativa e Repartição de Competências

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. é a *Holding* do Grupo e, como tal, é responsável pelas grandes linhas orientadoras das várias áreas de negócio, bem como por assegurar a coerência entre os objetivos definidos e os recursos disponíveis. Os serviços da *Holding* integram um conjunto de direções funcionais que constituem, simultaneamente, áreas de apoio ao centro corporativo e de prestação de serviços às áreas operacionais das sociedades do Grupo, nas diferentes geografias em que estas operam.

Em termos operacionais, Jerónimo Martins encontra-se organizada em dois segmentos de negócio: i) Distribuição Alimentar e ii) Retalho Especializado, estando o seu foco maior no primeiro. A Distribuição Alimentar e o Retalho Especializado estão, por sua vez, organizados por áreas geográficas e áreas operacionais (estas com diferentes insígnias e formatos). A Sociedade tem ainda operações na área agroalimentar que servem, essencialmente, de suporte à Distribuição Alimentar, com destaque para Portugal, garantindo o abastecimento e diferenciação em categorias relevantes.

Direções Funcionais da *Holding*

À *Holding* cabe:

- i. a definição e a implementação da estratégia de desenvolvimento do portefólio do Grupo;
- ii. o planeamento e controlo estratégico dos vários negócios e a manutenção da sua consistência com os objetivos globais;
- iii. a definição de políticas financeiras e o respetivo controlo;
- iv. a definição de políticas de recursos humanos, assumindo diretamente a implementação da Política de Desenvolvimento de Quadros.

As direções funcionais da Holding estão organizadas da seguinte forma:

Direções Funcionais do Centro Corporativo 2024

Assuntos Jurídicos

Carlos Martins Ferreira

Auditoria Interna

Joanna Peschak

Comunicação e Responsabilidade Corporativas

Sara Miranda

Ambiente

Fernando Ventura

Relações Institucionais

Eduardo Brito

Desenvolvimento Portefólio Alimentar

Pedro Leandro

Financeira

Ana Luísa Virgínia

Controlo Financeiro e Fusões & Aquisições

Teresa Saraiva

Finanças Sustentáveis

Conceição Carrapeta

Fiscalidade

Rita Marques

Operações Financeiras e Seguros

Madalena Mena

Relações com Investidores

Cláudia Falcão

Transformação Financeira e Reporting

António Pereira

Gabinete do Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado

João Nuno Magalhães

Estratégia e Gestão de Risco

Pedro Jardim

Segurança de Informação

Nuno Galveia

Compliance (Proteção de Dados Pessoais e Prevenção de Corrupção) *

Cristina Minoya Perez

Recursos Humanos

Marta Maia

Sistemas de Informação

Carlos Lis

Suporte ao Negócio

Comercial/Global Sourcing

José A. Nogueira de Brito

Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria

Carlos Santos

Qualidade das Operações e Segurança Alimentar

Marta Moreira

Segurança

João Carreira

*Com reporte funcional ao Diretor de Assuntos Jurídicos da Sociedade.

Ambiente – Define a estratégia ambiental, as políticas e procedimentos transversais a todos os países em que o Grupo está presente. Coordena e orienta os esforços das Companhias de Jerónimo Martins para o cumprimento dos compromissos assumidos. Procura identificar oportunidades de eliminação e/ou minimização dos impactos negativos (no ambiente e no negócio), diretos e indiretos, decorrentes quer das operações e produtos de marca própria das Companhias do Grupo, quer da cadeia de valor.

Tendo por base a avaliação de riscos ambientais, de tendências, da melhor informação científica disponível a cada momento e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas, a estratégia ambiental do Grupo tem como prioridades combater as alterações climáticas, preservar a biodiversidade e acelerar a transição para um modelo económico mais circular. Para cada uma destas vertentes são estabelecidos objetivos, planos e metas específicos, sendo o respetivo grau de execução e progresso reportado periódica e publicamente.

Os principais compromissos e ações desenvolvidas em 2024, bem como os resultados alcançados, podem ser encontrados no Capítulo 5, destacando-se, no ano, a aprovação, pela Science-Based Targets Initiative, das metas do Grupo para redução de emissões de gases com efeito de estufa alinhadas com o Acordo de Paris.

Assuntos Jurídicos – Assegura assistência jurídica permanente à Sociedade, elaborando contratos, pareceres e estudos, assessorando o Conselho de Administração na tomada de decisão, implementando políticas de planeamento de risco e dando apoio às restantes direções funcionais. Assegura ainda a necessária coordenação entre os departamentos jurídicos das sociedades subsidiárias nas diversas jurisdições em que operam.

Auditoria Interna – Avalia a qualidade e eficácia dos sistemas (operacionais e não operacionais) de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, assegurando a sua conformidade com os procedimentos do Grupo, bem como os de cada unidade de negócio, zelando, nomeadamente, pelo cumprimento da lei, regulamentos, normas e políticas aplicáveis às respetivas operações.

Esta direção reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e funcionalmente à Comissão de Auditoria. As atividades desenvolvidas encontram-se referidas no ponto 50.

Comercial/Global Sourcing - Responsável por propor, coordenar e implementar a estratégia global de procurement e as políticas de sourcing globais, nas diversas geografias onde o Grupo opera.

O procurement, em particular de produtos agroalimentares, assume cada vez maior complexidade, na medida em que se assiste no contexto internacional a uma série de tendências com forte impacto nas cadeias de abastecimento internacionais e nos locais de produção deste tipo de bens. São disso exemplo as tensões geopolíticas, as alterações climáticas com crescimento do número de fenómenos extremos, o aumento da população mundial, a globalização dos hábitos de consumo, ou a escassez de algumas commodities. Esta última tendência tem também sido impactada pelas crescentes limitações à produção agrícola e agropecuária intensiva, imposta pelos reguladores, ONG's, analistas e grupos de consumidores.

Todas estas tendências, muitas delas já com expressão atual e significativa, e com previsível agravamento nos próximos 3 anos, deverão continuar a orientar a estratégia do Global Sourcing das companhias do Grupo, tendo como visão privilegiar os seguintes 3 eixos:

- Assegurar o abastecimento das principais commodities agroalimentares – garantir disponibilidade de volumes e proteger as suas fontes de abastecimento;
- Proteger a rentabilidade das companhias operacionais – garantir as melhores condições de compra, com base na alavancagem dos volumes;
- Comprar de forma mais responsável e sustentável, desenvolvendo o parque de fornecedores estratégicos para o Grupo nas áreas de Marcas Próprias e Perecíveis Especializados, com vista à sua contínua melhoria em termos de qualidade, segurança alimentar, e cumprimento dos critérios de ESG, nas vertentes ambiental e social.

Tendo por base esta visão, a principal missão do Global Sourcing é conduzir e liderar a coordenação e integração dos departamentos comerciais das várias empresas operacionais, na prossecução das seguintes atividades principais:

- Coordenar e implementar negociações internacionais com fornecedores globais selecionados;
- Planear e executar o plano anual de Global Tenders de commodities;
- Aprofundar o conhecimento técnico dos mercados globais de commodities alimentares e desenvolvimento de modelos de custeio de produtos essenciais;
- Desenvolver o parque de fornecedores internacionais de produtos alimentares de qualidade;

- Analisar, propor e coordenar a implementação de novos modelos de procurement de produtos agroalimentares frescos, com enfoque nas frutas e vegetais, aproximando as companhias do Grupo dos produtores e encurtando as cadeias de abastecimento;
- Promover a partilha de know-how e informação entre as diferentes geografias;
- Desenvolver marcas globais (a serem potencialmente utilizadas por todas as empresas operacionais do Grupo) em categorias específicas;
- Harmonizar as normas e procedimentos internos de procurement, seleção de fornecedores e negociação de preços, aplicáveis em todas as empresas operacionais do Grupo, com integração de critérios ESG nos respetivos processos de tomada de decisão;
- Antecipar e apoiar a preparação das companhias do Grupo para os impactos na sua atividade de sourcing dos novos quadros regulatórios, em particular na U.E.

Reforçando a ênfase nos critérios de sustentabilidade social e ambiental introduzidos no processo de decisão dos concursos globais, o Global Sourcing assume ainda como prioridade na sua atuação:

- Coordenar o acompanhamento, controlo e tomada de decisão na sequência dos resultados do programa de auditorias de performance ambiental e social dos fornecedores do Grupo. Desta atividade faz também parte o mapeamento do risco dos fornecedores do Grupo, com destaque para os produtos das marcas privadas e de perecíveis.

Compliance (Proteção de Dados Pessoais e Prevenção de Corrupção) – Tem como missão conceber e coordenar a implementação de mecanismos de Compliance no Grupo em matéria de proteção de dados e prevenção de corrupção, assim como apoiar de forma contínua as várias Companhias nestas matérias, com a finalidade de proteger o valor do Grupo, e das suas operações, e reforçar o compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável. Esta direção reporta hierarquicamente ao Gabinete do Presidente e Administrador-Delegado e funcionalmente à Direção de Assuntos Jurídicos.

Em matéria de proteção de dados, e em estreita colaboração com os encarregados de proteção de dados, é responsável por (i) monitorizar o cumprimento da legislação aplicável, (ii) apoiar as Companhias na prevenção, avaliação e mitigação de riscos de privacidade e (iii) definir e implementar as políticas, os procedimentos e as metodologias em todas as Companhias do Grupo. Em 2024, continuou a centrar a sua atividade (i) na monitorização das atividades de tratamento de dados pessoais, com vista ao reforço e implementação de controlos adequados, (ii) no acompanhamento de projetos relevantes, com a finalidade de assegurar a sua conformidade e (iii) na comunicação e formação dos colaboradores em matéria de proteção de dados pessoais e privacidade.

Já no âmbito da prevenção da corrupção, é responsável por (i) identificar as principais obrigações legais a que as companhias estão sujeitas e os riscos a que estão expostas e (ii) apoiar as companhias na implementação dos mecanismos de prevenção e mitigação mais adequados para dar cumprimento a estas obrigações legais e responder aos riscos. Em 2024, reforçou o programa de cumprimento normativo do Grupo nesta vertente, sobretudo através (i) da revisão, definição e implementação de procedimentos com relevância para a prevenção de corrupção e infrações conexas, (ii) da revisão de processos nas áreas de maior exposição ao risco e (iii) de ações de formação e comunicação destinadas a formar e sensibilizar os colaboradores para as situações de risco, bem como para os procedimentos e medidas que devem ser adotadas para os prevenir e mitigar.

Comunicação e Responsabilidade Corporativas – Assegura a gestão estratégica da marca Jerónimo Martins e desenvolve a estratégia e políticas de sustentabilidade do Grupo, promovendo a sua reputação e o alinhamento, transversal a todas as Companhias, de práticas responsáveis nas operações próprias e ao longo da cadeia de valor. Concretiza a sua missão através do diálogo permanente com diferentes stakeholders internos e externos, cujas preocupações e expectativas procura incorporar nas prioridades estratégicas e nas linhas de ação definidas com vista à gestão do equilíbrio entre prosperidade económica, desenvolvimento social e proteção ambiental.

O Capítulo 5 – “Declaração de Sustentabilidade” contém informação detalhada sobre os temas mais materiais para o Grupo resultantes da avaliação de dupla materialidade e sobre as iniciativas relacionadas com a sustentabilidade, assim como acerca das principais políticas e medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos objetivos ambientais e sociais assumidos. De igual forma, encontram-se também descritos no referido Capítulo 5 os processos instituídos pela Sociedade para recolha e processamento de dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, para alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a Sociedade possa estar a incorrer e para a apresentação de

estratégias para a sua mitigação. A Sociedade também presta informação no Capítulo 5, assim como no ponto 53, sobre o modo como as alterações climáticas são consideradas na organização e sobre a forma como pondera a análise de riscos relacionados com o clima nos processos de decisão.

Controlo Financeiro e Fusões & Aquisições – A direção de Controlo Financeiro coordena e apoia o processo de elaboração das demonstrações financeiras dos Planos Estratégicos que servem de base à tomada de decisão estratégica pelos órgãos de governo da Sociedade.

Desenvolve uma função de controlo, monitorizando o desempenho das diferentes unidades de negócio do Grupo e apurando eventuais desvios face aos planos. Deste modo, disponibiliza à Direção Executiva informações e propostas para assegurar medidas corretivas que permitam alcançar os objetivos estratégicos definidos.

Efetua ainda a avaliação financeira de todos os projetos de investimento relevantes para o Grupo, apoiando a Direção Executiva na sua aprovação e seguimento.

Em 2024, manteve o acompanhamento e monitorização do desempenho das unidades de negócio e apoio ao desenvolvimento de planos estratégicos de médio e longo prazo do Grupo, essenciais à valorização e proteção dos ativos do Grupo.

Na componente de Fusões e Aquisições, são analisadas e avaliadas todas as oportunidades de crescimento inorgânico do Grupo Jerónimo Martins, incluindo parcerias, em estreita colaboração com as áreas fiscal, jurídica e com as equipas das diferentes unidades de negócio, bem como com os assessores externos. Para cada oportunidade analisada, é disponibilizado à Direção Executiva um relatório completo das análises efetuadas que serve de base à tomada de decisão.

Desenvolvimento de Portefólio Alimentar – A área de desenvolvimento de portefólio alimentar surge na sequência da necessidade de acompanhar mais de perto as novas tendências de consumo e de antecipar e mitigar os efeitos das disrupções e desafios que marcam o sector industrial alimentar, nomeadamente em resultado da instabilidade nas cadeias de abastecimento de matérias-primas, com a crescente exigência regulatória e a escassez generalizada de financiamento a colocar particular pressão nos fornecedores de pequena e média dimensão que têm uma elevada importância para o Grupo Jerónimo Martins.

A ambição do Grupo de continuar a crescer implica um olhar muito atento sobre a indústria alimentar para identificar fornecedores estratégicos com necessidades de apoio em que possamos fazer a diferença, bem como oportunidades de investimento para um grupo com o know-how, capacidades e dimensão do Jerónimo Martins.

Trabalhando em estreita articulação com as Direções de Estratégia e de M&A, esta área tem, por isso, como principais responsabilidades:

- Acompanhar as tendências de consumo e a capacidade de resposta pela indústria alimentar;
- Avaliar de forma contínua as vulnerabilidades na cadeia de abastecimento da indústria alimentar, com foco nos produtores de marcas próprias;
- Identificar oportunidades de diferenciação e criação de valor na indústria alimentar;
- Elaborar propostas de desenvolvimento e expansão de um potencial portefólio industrial;
- Estruturar planos de ação e acompanhar potenciais processos de M&A, fusões e parcerias.

Estratégia e Gestão de Risco – Desenvolve um conjunto de atividades que visam suportar a tomada de decisões de carácter estratégico, assegurando uma contínua monitorização dos riscos a que o Grupo está exposto, os quais, bem como as atividades, as políticas e os procedimentos desenvolvidos na gestão de risco do Grupo, são detalhados nos pontos 52 a 55 deste Relatório. O trabalho desenvolvido pode ser classificado nas seguintes áreas de atuação:

- Análise de tendências – pesquisa e análise das principais tendências de mercado e de consumidor, incluindo análises de benchmarking com os principais retalhistas a nível mundial e com os principais concorrentes na Polónia, em Portugal e na Colômbia;
- Monitorização do risco – acompanhamento regular dos riscos a que o Grupo está exposto, incluindo a produção de relatórios periódicos para informar as diferentes Direções e companhias do Grupo, assim como da adequação das principais iniciativas de mitigação dos riscos identificados;

- Gestão de projetos estratégicos – coordenação de análises e projetos corporativos de índole multidisciplinar e de abrangência global, bem como projetos no âmbito das unidades de negócio, de natureza disruptiva, que visam implementar novas soluções, mitigar riscos, alcançar maior eficiência ou reduzir custos;
- Suporte ao planeamento estratégico – prestação do suporte necessário às diversas companhias e aos órgãos de governo da Sociedade na identificação, descrição e quantificação das principais tendências e riscos que devem ser considerados na elaboração e aprovação da estratégia, e na definição das medidas de mitigação de risco, que tenham de ser integradas no planeamento estratégico anual.

Durante 2024, liderou e apoiou diversos projetos estratégicos, continuando a monitorizar os mais recentes desenvolvimentos no setor. Voltou também a conduzir a avaliação anual de risco, que abrangeu todo o Grupo, e a promover a partilha das suas conclusões pelas equipas envolvidas na elaboração e aprovação de planos estratégicos.

Finanças Sustentáveis - A direção de Finanças Sustentáveis é responsável por reforçar e garantir a total articulação entre as operações financeiras e as iniciativas e práticas de sustentabilidade do Grupo, incluindo a introdução de métricas na atividade financeira e um total alinhamento no reporte financeiro e não financeiro. Tem ainda como responsabilidade a criação de mecanismos de incentivos que visem apoiar a implementação de práticas mais sustentáveis ao longo da cadeia de abastecimento do Grupo.

Durante o ano de 2024 deu-se continuidade aos trabalhos de estudo aprofundado da inúmera regulamentação, já em vigor ou que se prevê vir a ser aprovada, com impacto nas transações financeiras e no reporte anual das Companhias. Foi elaborado o “Sustainable Finance Framework” (SFF), um instrumento financeiro fundamental para o enquadramento como sustentáveis das linhas de crédito existentes ou a contratar pelo Grupo Jerónimo Martins, bem como garantir o completo alinhamento entre as áreas financeiras e de sustentabilidade. Na área financeira, foi feito o acompanhamento da negociação e contratação de um financiamento verde concedido pela IFC (International Finance Corporation) à Jerónimo Martins Colombia (ARA), tendo este sido já emitido no enquadramento do SFF. Igualmente no âmbito do SFF, foram convertidas duas linhas de “Supply Chain Finance”, que passaram a incluir métricas de sustentabilidade para os fornecedores que delas beneficiam, permitindo-lhes auferir de custos de financiamento reduzidos, indexados às suas práticas de sustentabilidade. Foi ainda convertida uma linha de avais financeiros, que passou a mesma a estar enquadrada no SFF, com condições indexadas a indicadores e objetivos de sustentabilidade pré-definidos no mesmo. Em conjunto com a área de Global Sourcing, deu-se continuidade ao projeto que pretende incentivar a adoção de melhores práticas de ESG na cadeia de abastecimento do Grupo.

Fiscalidade – Presta assessoria em matéria tributária a todas as sociedades do Grupo, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e a otimização, do ponto de vista fiscal, das ações de gestão das unidades de negócio. Procede, igualmente, à gestão do contencioso fiscal e do relacionamento do Grupo com consultores e advogados externos, bem como com as autoridades fiscais.

Em 2024, prestou o suporte técnico necessário em operações M&A e de reestruturação societária. Prosseguiu o acompanhamento das alterações à legislação fiscal, a título de exemplo, a aplicação das diferentes regras/tabelas de retenção na fonte de IRS, nas diversas companhias do Grupo em Portugal. Analisou ainda o impacto para o Grupo das Diretivas comunitárias, em particular a usualmente conhecida por “Pilar Dois”. Adicionalmente, através das associações, nacionais e internacionais, representativas do setor assegurou a defesa dos interesses do Grupo, quer pela colaboração prestada na clarificação e implementação de nova legislação, quer no debate público de novas normas legislativas.

Operações Financeiras e Seguros – Integra as áreas de Gestão de Risco Financeiro, Gestão de Tesouraria e Seguros, sendo a atividade da primeira objeto de uma descrição detalhada nos pontos 52 a 55.

A Tesouraria tem como responsabilidade gerir a relação com as instituições financeiras que desenvolvem, ou têm potencial para desenvolver, negócio com as empresas do Grupo, garantindo que cumprem os critérios estabelecidos para tal, e assegurando a contratação das melhores condições possíveis para Jerónimo Martins. Efetua também o planeamento de tesouraria com o objetivo de negociar e implementar, para todas as Companhias do Grupo, as fontes de financiamento mais adequadas à respetiva geração de cash flow, ou aplicar os excedentes de modo a maximizar retorno minimizando risco.

Grande parte das atividades de tesouraria de Jerónimo Martins está centralizada na *Holding*, sendo esta a estrutura que presta serviços às restantes sociedades do Grupo. São igualmente centralizados nesta direção os serviços de negociação e gestão das principais apólices de seguros do Grupo, tendo ainda a responsabilidade pela gestão da relação com os corretores e seguradores que trabalham com o Grupo. Dando cumprimento às atividades atrás descritas, durante o ano 2024, foram reforçadas as linhas de crédito que, de acordo com a Política de Gestão de Risco Financeiro do Grupo, deverão estar sempre disponíveis nos limites aí estipulados. No que respeita aos seguros, foi efetuada a renegociação anual, reforçando uma vez mais a abordagem integrada de todas as geografias onde o Grupo opera.

Qualidade e Desenvolvimento Marca Própria – Responsável pela definição, planeamento, implementação e controlo das políticas, procedimentos, metodologias e regras nas diversas geografias onde Jerónimo Martins opera, garantindo desta forma a aplicação e transversalidade das melhores práticas nesta área. É também responsável pela gestão do Laboratório de Biologia Molecular JM.

Em 2024, as principais atividades desenvolvidas centraram-se:

- na concretização das atividades de controlo dos produtos e fornecedores;
- na implementação da *check-list* de auditoria a fornecedores;
- na melhoria contínua dos produtos das Marcas Próprias através da reformulação de produtos existentes;
- no maior e mais célere controlo antifraude relativamente ao controlo de espécies e de ingredientes organismos geneticamente modificados (OGM) – efetuado no Laboratório de Biologia Molecular;
- na manutenção das certificações em qualidade e segurança alimentar;
- na concretização do processo de *roll-out* da ferramenta informática Quality Management System (QMS) para todas as geografias;
- na revisão dos *guidelines* corporativos para produtos de marca própria – perecíveis, alimentares e não-alimentares;
- na Acreditação do Laboratório de Biologia Molecular JM (DNA Lab).

Qualidade das Operações e Segurança Alimentar – Responsável por garantir a qualidade e segurança alimentar dos produtos perecíveis e processos, ao longo de toda a cadeia de abastecimento, em todas as suas etapas: produtores e fornecedores, receção e armazenamento, lojas, cozinhas e fábrica de massa fresca.

Para tal, define, planeia, implementa, e controla as políticas, regras e requisitos do Grupo, para produtos e fornecedores, promovendo o alinhamento das estruturas locais e a partilha das melhores práticas, sempre com vista à melhoria contínua da Qualidade e Segurança Alimentar dos seus produtos, e à satisfação dos clientes.

Em 2024, as principais atividades desenvolvidas consistiram na implementação de um plano de melhoria contínua de fornecedores centrado na sua *performance* ao longo do ano e no controlo anti-fraude, num plano de melhoria contínua de produto através de diversos testes junto dos consumidores e testes sensoriais internos e do seu seguimento nas lojas e na manutenção das certificações em Qualidade e Segurança Alimentar, e no contínuo desenvolvimento e melhoria da ferramenta de gestão da qualidade e análise de dados.

Recursos Humanos – Responsável pela definição da estratégia e das políticas globais de recursos humanos que permitam ao Grupo continuar a ser um empregador de referência – zelando pelo respetivo cumprimento de forma sustentável e salvaguardando as particularidades dos diferentes países onde o Grupo opera e as singularidades das suas Companhias, de forma a impactar positivamente a atração e retenção de talento pela promoção de boas práticas.

As atividades desenvolvidas por esta direção funcional, em 2024, encontram-se detalhadas no Capítulo 5 – “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”.

Relações com Investidores – Responsável pela comunicação com os investidores – acionistas ou não, institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título Jerónimo Martins. É igualmente da responsabilidade desta Direção a coordenação de todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

As atividades desenvolvidas por esta direção funcional encontram-se detalhadas nos pontos 56. e 58.

Relações Institucionais – Responsável por implementar uma estratégia e manter relações com as principais organizações setoriais em que as empresas do Grupo participam. O foco desta Direção passa por servir os interesses do Grupo através da sua representação em organizações consideradas estratégicas e com as quais se pretende ter envolvimento nas suas agendas. Para o efeito, coordena e promove internamente a participação ativa das áreas funcionais corporativas (Sustentabilidade, Ambiente, Qualidade Alimentar e Não Alimentar, Jurídica, Financeira/Tesouraria, Fiscal e Recursos Humanos) nas diferentes atividades das várias organizações.

Em 2024, a Direção deu continuidade à reformulação da sua organização, com vista a ser eficaz na gestão dos dossiers de curto prazo, ou seja, nos dossiers que estejam em vias de ser postos em consulta, ou legislação prestes a ser implementada, garantindo a articulação com os representantes das entidades homólogas em Portugal, na Polónia e na Colômbia, respetivamente a APED, a CIP, a PoHid e a FENALCO – assim como nos de médio e longo prazos – garantindo a articulação com o EuroCommerce e com as instituições europeias.

No âmbito dos esforços de articulação supramencionados foram implementados grupos internos de apoio à representação nas organizações setoriais referidas. A Direção de Relações Institucionais promoveu ainda uma reunião entre membros de diversas companhias e áreas corporativas do Grupo e convidados externos especialistas em comités do EuroCommerce, com o objetivo de partilhar e debater informação e definir prioridades e linhas orientadoras para a representação externa. De salientar ainda a participação do representante de Jerónimo Martins como membro da Direção do EuroCommerce, que continua a estar próximo da agenda da União Europeia e a fazer um acompanhamento aprofundado das matérias que impactam as atividades desenvolvidas pelo Grupo.

Serviços de Segurança – Responsável pela implementação de uma estratégia de segurança com a finalidade de garantir a proteção dos colaboradores, dos clientes, dos valores e dos ativos do Grupo. Neste âmbito, a direção de Segurança define e coordena os procedimentos em termos de prevenção de segurança de pessoas e património das companhias, intervindo sempre em situações de furtos, roubos e outras atividades ilícitas e/ou violentas perpetradas nas instalações do Grupo.

A atividade dos Serviços de Segurança registou 591 ocorrências e incidentes de segurança, a que acrescem 4194 solicitações de gravação de imagens, com o objetivo de prevenir e tutelar os valores do Grupo, a segurança do património, dos clientes e colaboradores, os interesses dos acionistas, bem como assegurar e melhorar a experiência e o ambiente de compras nas lojas.

Em 2024, foram realizadas 275 auditorias de segurança em Portugal (aumento significativo de 19% face a 2023), tendo-se dado os primeiros passos no desenvolvimento de uma plataforma de gestão de risco de segurança para as lojas Recheio, a qual se prevê seja consolidada em 2025 com o início da realização de auditorias.

O alargamento e desenvolvimento das empresas ao nível agro-alimentar gerou novos desafios aos Serviços de Segurança, nas quatro áreas de negócio em que opera: laticínios, agropecuária, aquacultura, frutas e legumes.

A equipa técnica da DSS realizou 761 intervenções ao nível do acompanhamento, da inovação tecnológico e da ciberproteção, e ainda na análise e avaliação do sistema CCTV – instalação e reposicionamento de câmaras e desenvolvimento de projetos de segurança nas Lojas.

Segurança de Informação – Responsável pelo planeamento, implementação e manutenção de um sistema de gestão de segurança da informação e de cibersegurança em todas as Companhias do Grupo, assente na gestão de riscos, prevenção, deteção, resposta e recuperação de incidentes.

Reportam a esta direção corporativa os *information security officers* (ISO) das geografias em que o Grupo opera, bem como o responsável de segurança tecnológica. Em conjunto, asseguram a implementação da estratégia de segurança de informação, a conformidade com a legislação aplicável em matérias de cibersegurança e com as Políticas e Normas de Segurança da Informação internas em vigor. Prestam ainda apoio às respetivas Companhias através da avaliação e mitigação de riscos de cibersegurança de projetos e atividades.

Em 2024, destacam-se atividades de sensibilização e formação aos colaboradores em cibersegurança, o reforço dos meios técnicos e humanos na prevenção, deteção e recuperação de incidentes, além de melhorias na resiliência dos sistemas. Foram emitidas políticas, incluindo uma nova Política de Segurança de Informação e normas técnicas de cibersegurança. Esta Direção continuou e reforçou a cooperação com autoridades nacionais de cibersegurança em Portugal, na Polónia e na Colômbia.

Sistemas de Informação – A sua missão consiste em criar valor para o Grupo liderando a adoção e inovação de Tecnologias de Informação (“TI”) e fornecendo soluções tecnológicas eficazes para todas as unidades de negócios. Esta Direção está repartida entre equipas globais, que prestam serviços a várias companhias do Grupo, e equipas locais, que prestam serviços a apenas uma companhia.

A equipa global é responsável por i) definir e implementar a estratégia global de tecnologia da informação do Grupo; ii) promover a inovação de base tecnológica e alinhar e garantir sinergia nas políticas, sistemas e processos de TI; iii) promover agilidade e autonomia das áreas de TI de cada companhia para melhorar a produtividade; e iv) acompanhar as atividades dos diferentes negócios das Companhias e incorporar as respetivas metas relevantes na tomada de decisão dentro da Direção.

Em 2024, a área global concluiu a implementação de dois projetos globais significativos, como sejam, a solução de recursos humanos “Hello JM”, com o seu roll-out em Portugal e na Eslováquia, e a implementação da ferramenta de gestão de serviço “ServiceNow” para a componente de serviços de TI. Outra iniciativa de grande envergadura foi a internalização de serviços de gestão de infraestrutura de TI em Portugal, que funcionavam em regime de outsourcing.

Em paralelo, continuou-se o esforço permanente de atualização e modernização tecnológica dos sistemas, e reforçou-se a utilização de infraestrutura *cloud*, sendo a solução preferencial de infraestrutura para as aplicações móveis e para o ecossistema de *data analytics* das companhias do Grupo.

Adicionalmente, foi realizado um trabalho constante das equipas para manter as infraestruturas e sistemas funcionais e seguros, com substituição e upgrades de hardware *on-premises* obsoleto.

Em 2024 foram ainda continuados testes de utilização de diferentes ferramentas de Inteligência Artificial, com o devido suporte e integração tecnológica das equipas de TI.

No ano em análise, e embora a Sociedade tenha utilizado soluções tecnológicas eficazes como auxiliar para a preparação e gestão das reuniões dos seus órgãos sociais, nomeadamente, reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral, não foram utilizados mecanismos de inteligência artificial como instrumento de tomada de decisões pelos seus órgãos sociais.

Transformação Financeira e Reporting – É responsável pela otimização e automação de processos e tarefas financeiros, com vista à sua modernização e alinhamento das melhores práticas, a par da adequação dos sistemas e de soluções tecnológicas de suporte.

Integra, para além da equipa de Transformação Financeira, as áreas de Consolidação e Contabilidade, responsáveis pela preparação da informação financeira consolidada que serve de base ao cumprimento das obrigações legais e estatutárias, e apoia o Conselho de Administração, através da implementação e monitorização das políticas e dos princípios contabilísticos adotados pelo Grupo.

Procede também à supervisão da conformidade do reporte financeiro das diversas sociedades do Grupo com estes normativos, apoiando as Companhias na avaliação contabilística de transações não usuais, assim como nas operações de reestruturação e expansão.

Em 2024, deu-se continuidade à automação de reporting financeiro, bem como à uniformização de processos administrativos e contabilísticos, na sequência da implementação do Centro de Serviços Financeiros Partilhados para a área da Contabilidade. Foi realizado um processo de consulta ao mercado para aquisição de uma nova solução de Consolidação e reporting financeiro, tendo-se iniciado no segundo semestre a fase de desenho e implementação da solução.

Assegurou ainda o cumprimento do reporting financeiro de 2023, em cumprimento das normas internacionais de contabilidade (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), bem como as

orientações emanadas pela ESMA (European Securities and Markets Authority), no que respeita às prioridades definidas para os relatórios anuais de 2023.

Áreas Operacionais

O modelo de organização de Jerónimo Martins tem como principal objetivo assegurar a especialização nos vários negócios do Grupo, através da criação de áreas geográficas e áreas operacionais que garantam a proximidade necessária aos diversos mercados.

O negócio de Distribuição Alimentar está dividido por áreas geográficas – Portugal, Polónia e Colômbia – e, dentro destas, por áreas operacionais. Em Portugal, existem duas áreas operacionais: Pingo Doce (supermercados) e Recheio (cash & carry) que integra também a divisão de food service através da Recheio Masterchef. Na Polónia conta com a unidade operacional Biedronka (lojas alimentares), tendo, em 2024 prosseguido com a preparação da expansão desta insígnia para a Eslováquia que culminou com a abertura das primeiras lojas já no início de março de 2025. Na Colômbia conta com a Ara (lojas alimentares).

No portefólio do Grupo encontra-se ainda um segmento de negócio dedicado ao Retalho Especializado, contando em Portugal com as áreas operacionais Jeronymo (cafetarias) e Hussel (lojas de chocolates e confeitaria) e na Polónia com a Hebe (retalho de saúde e beleza), que também opera na Chéquia (via e-commerce e com três lojas, duas das quais abertas em 2024) e na Eslováquia (via e-commerce e com duas lojas abertas em 2024).

O Grupo tem vindo a efetuar investimentos na área Agroalimentar, iniciando atividade em áreas como os laticínios, agropecuária e aquacultura, em Portugal e, no caso da aquacultura, também em Marrocos, com o principal foco na proteção e diferenciação da cadeia de abastecimento das operações de Distribuição Alimentar. Possui ainda um investimento relevante na Andfjord Salmon, uma empresa que produz salmão na Noruega de forma inovadora e sustentável.

B. Funcionamento

22. Existência e Local Onde Pode ser Consultado o Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração

O Regulamento do Conselho de Administração encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. ("Endereços Relevantes").

23. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade de Cada Membro do Conselho de Administração às Reuniões Realizadas

O Conselho de Administração, cujas competências se encontram descritas no Art.º 13.º do Pacto Social, reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, com qualquer um dos seus Administradores a poder fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro Administrador, mediante carta dirigida ao Presidente.

Durante o ano 2024, o Conselho de Administração reuniu seis vezes e em todas as reuniões foram elaboradas as respetivas atas. O número de reuniões anuais deste órgão encontra-se também divulgado no sítio da Sociedade, mencionado no link referido no ponto 62. ("Endereços Relevantes").

O grau de assiduidade de cada Administrador às referidas reuniões, durante o exercício das respetivas funções, aferido em termos da sua presença efetiva, foi o seguinte:

Pedro Soares dos Santos	100%
Andrzej Szlęzak	100%
António Viana-Baptista	100%
Artur Stefan Kirsten ¹	83%
Clara Christina Streit	100%
Elizabeth Ann Bastoni ¹	83%
Francisco Seixas da Costa	100%
José Soares dos Santos	100%
María Ángela Holguín Cuéllar	100%
Natalia Olynec	100%
Sérgio Rebelo	100%

¹ Sempre que não compareceu pessoalmente, fez-se representar nos termos estatutários.

24. Indicação dos Órgãos da Sociedade Competentes Para Realizar a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

A avaliação do desempenho dos Administradores Executivos encontra-se cometida à Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral (ver infra pontos 66. e seguintes).

Efetivamente, cabe à Comissão de Vencimentos, no âmbito da Política de Remunerações definida, apreciar o desempenho individual e coletivo dos Administradores Executivos, ponderar a sua influência e impacto nos negócios de Jerónimo Martins, e aferir o respetivo alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade.

Conforme referido infra (ver ponto 27.), não existem atualmente na Sociedade comissões compostas exclusivamente por Administradores. Não obstante, o desempenho dos Administradores Executivos que integram comissões de composição mista (i.e., composta também por não Administradores) é avaliado, nos mesmos termos já referidos, pela Comissão de Vencimentos.

Por outro lado, todos os anos, em novembro, a discussão no seio do Conselho de Administração dos planos estratégicos do Grupo e das diferentes áreas de negócio tem inerente a avaliação do desempenho no exercício do Conselho de Administração, das comissões internas existentes, e do seu Administrador-Delegado, tendo em conta, não só aspetos qualitativos, por comparação com os planos e orçamento aprovados, mas também os principais projetos em curso, incluindo os de expansão do portefólio. Esta avaliação do ano é depois complementada aquando da aprovação do Relatório de Gestão e das contas do exercício.

25. Critérios Pré-Determinados Para a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

Os critérios pré-determinados para a avaliação dos Administradores Executivos resultam do estabelecido na Política de Remunerações descrita infra no ponto 69.

26. Disponibilidade de Cada um dos Membros do Conselho de Administração, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Atividades Relevantes Exercidas pelos Membros Daquela Órgão no Decurso do Exercício

No decurso do exercício, os membros do órgão de Administração desempenharam também funções em outras sociedades, a saber:

Pedro Soares dos Santos

Administrador da Jerónimo Martins - Serviços, S.A.*
 Administrador da Jeronimo Martins Polska, S.A.*
 Administrador da Jeronimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.*
 Administrador da Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.*
 Administrador da Recheio, SGPS, S.A.*
 Administrador da JMR – Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.*
 Administrador da Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.*
 Administrador da Jerónimo Martins Inovação, S.A.*
 Administrador da Santa Maria Manuela Turismo, S.A.*
 Presidente do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
 Presidente do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*
 Administrador da Arica Holding B.V.
 Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos Holding, N.V.
 Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
 Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.

Andrzej Szlęzak

Presidente do Conselho de Supervisão da Agora, S.A.
 Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*

António Viana-Baptista

Administrador (Não-Executivo) da Semapa, SGPS, S.A.
 Administrador da Alter Venture Partners G.P., SARL
 Administrador da Alter Venture Partners G.P. II SARL (desde Julho de 2024)
 Administrador (Não-Executivo) da Azora Capital, S.L.

Artur Stefan Kirsten

Administrador da Movendo Capital, B.V.
 Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
 Administrador da Planted Foods AG
 Administrador da Footprint International Holding Inc.
 Diretor-Geral da Brillant 3333 GmbH
 Diretor-Geral da parabellum.one GmbH
 Diretor-Geral da Spac-Founder GmbH
 Presidente do Conselho de Administração da Adler Group SA (até 19 de fevereiro de 2024)
 Diretor-Geral da ASK-Consult GmbH

Clara Christina Streit

Administradora (Não-Executiva) da Vontobel Holding AG (até 9 de abril de 2024)
 Presidente do Conselho de Supervisão da Vonovia SE
 Membro do Conselho de Supervisão da Deutsche Börse AG

Elizabeth Ann Bastoni

Administradora da Euroapi, S.A.
 Administradora da CNH Industrial
 Administradora da Qorium B.V. (desde 28 de março de 2024)
 Administradora da Coca-Cola HBC AG (desde 16 de setembro de 2024)

Francisco Seixas da Costa

Administrador (Não-Executivo) da Mota-Engil, SGPS, S.A.
 Presidente da Comissão de Avaliação e Remunerações da Mota-Engil, SGPS, S.A. (até novembro de 2024)
 Presidente do Conselho Fiscal da Tabaqueira II, S.A.
 Presidente do Conselho Assessor da Kearney Portugal

José Soares dos Santos

Administrador da Arica Holding B.V.
 Presidente do Conselho de Administração da Arica – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
 Administrador-Delegado da Sociedade Francisco Manuel dos Santos Holding N.V.
 Presidente Executivo da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.
 Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.
 Presidente da Movendo Industries B.V.
 Presidente da Movendo Capital B.V.
 Presidente do Conselho de Gerência da Unilever Fima, Lda.
 Presidente do Conselho de Gerência da Gallo Worldwide, Lda.
 Presidente do Conselho de Gerência da JMDB Representação e Distribuição de Marcas, Lda.
 Presidente do Conselho de Administração da miMed, Cuidados de Saúde, S.A. (até 31 de outubro de 2024)
 Presidente da Oceanário de Lisboa, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Waterventures – Consultoria, Projectos e Investimentos, S.A.
 Administrador da REF Eastern European Opportunities Luxembourg S.a.r.l.
 Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da Inovamar, S.A.

María Ángela Holguín Cuéllar

Administradora (Não-Executiva) da Hoteles Estelar S.A.
 Administradora (Não-Executiva) da Satagro Zomac S.A.S. (até 30 de abril de 2024)
 Administradora (Não-Executiva) da Gases del Pacifico S.A.C.
 Administradora (Não-Executiva) da Gases del Norte del Perú S.A.C.
 Administradora (Não-Executiva) da Procafecol S.A.
 Administradora (Não-Executiva) da TESICOL – Tejidos Sintéticos de Colombia S.A.
 Membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

Natalia Anna Olynec

Não desempenha funções em outras sociedades

Sérgio Tavares Rebelo

Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
 Membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

As funções exercidas noutras sociedades não afetaram a disponibilidade dos Administradores para acompanhar os assuntos da Sociedade, como aliás decorre do grau de assiduidade constante do ponto 23.

* Sociedades que integram o Grupo

C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado**27. Identificação das Comissões Criadas no Seio do Conselho de Administração, e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento de Funcionamento**

Atualmente – sem prejuízo da Comissão de Auditoria referida nos pontos 30. a 33., cujo regulamento se encontra disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”) – apenas a Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC), referida no ponto 29., conta entre os seus membros, com uma maioria de Administradores da Sociedade, subsumindo-se no conceito de comissão interna da sociedade, no sentido que continua a ser dado a esta expressão nas Recomendações IPCG 2023

Encontram-se ainda criadas outras comissões na Sociedade, integradas por membros do Conselho de Administração e também por outras pessoas que não são Administradores, analisadas no ponto 29.

28. Identificação de Administrador-Delegado

O Conselho de Administração designou um Administrador-Delegado, responsável pela execução das decisões estratégicas tomadas pelo Conselho, de acordo com a respetiva delegação de competências, e uma Direção Executiva, responsável por coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração.

O cargo de Administrador-Delegado é desempenhado por Pedro Soares dos Santos.

29. Indicação das Competências de Cada Uma das Comissões Criadas e Síntese das Atividades Desenvolvidas no Exercício Dessas Competências

a) Comissões Internas da Sociedade

Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC)

A CGSRC é constituída por um mínimo de três e um máximo de nove membros, não obrigatoriamente administradores, designados pelo Conselho de Administração, sendo um deles o Presidente.

O Conselho de Administração designou para Presidente da CGSRC o atual Presidente do Conselho de Administração, Pedro Soares dos Santos e os Administradores da Sociedade Andrzej Szlęzak, José Soares dos Santos e Natalia Olynec. Claire Bright também integra esta Comissão.

No desempenho da sua missão, a CGSRC colabora com o Conselho de Administração, avaliando e submetendo-lhe as propostas de orientação estratégica no domínio da Responsabilidade Corporativa, assim como acompanhando e supervisionando de modo permanente as matérias relativas: i) ao governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética; ii) à sustentabilidade dos negócios do Grupo; iii) aos códigos internos de ética e de conduta; e iv) aos sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, nomeadamente no que respeita a relações entre a Sociedade e os seus acionistas ou outros stakeholders.

Em particular, no que tange ao governo societário, cabe-lhe acompanhar, rever e avaliar a adequação do modelo de governo da Sociedade e a sua consistência com as recomendações, padrões e melhores práticas nacionais e internacionais de governo societário, dirigindo ao Conselho de Administração as recomendações e propondo as alterações tidas por adequadas, tendo reunido uma vez em 2024.

O Regulamento da CGSRC, assim como o número de reuniões anuais desta Comissão, encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. ("Endereços Relevantes").

No exercício de 2024 não ocorreu a cessação de funções de qualquer dos membros da CGSRC.

b) Outras Comissões

Direção Executiva

A Direção Executiva da Sociedade, cujo mandato coincide com o mandato do Conselho de Administração que a designar, é constituída pelo Administrador-Delegado, Pedro Soares dos Santos, que a preside, por Ana Luísa Virgínia, António Serrano, Carlos Martins Ferreira, Isabel Ferreira Pinto, Luís Araújo, Marta Lopes Maia, Nuno Begonha, Pedro Leandro, e Sara Miranda. De acordo com o respetivo regulamento, à Direção Executiva cabe aconselhar o Administrador-Delegado, no âmbito da respetiva delegação de poderes, no exercício das seguintes funções:

- controlo da implementação, pelas Sociedades do Grupo, da orientação estratégica e das políticas definidas pelo Conselho de Administração;
- controlo financeiro e contabilístico do Grupo e das Sociedades que o integram;
- coordenação superior das atividades operacionais a cargo das diversas sociedades do Grupo, integradas ou não em áreas de negócio;
- lançamento de novos negócios e acompanhamento dos mesmos até à sua implementação e integração nas respetivas áreas de negócio;

- implementação da política de gestão de recursos humanos definida para os quadros superiores de todo o Grupo.

Em 2024, a Direção Executiva reuniu regularmente para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido elaboradas atas das respetivas reuniões, as quais foram entregues ao Presidente do Conselho de Administração e ao Secretário da Sociedade.

O Regulamento da Direção Executiva encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no [link](#) mencionado no ponto 61. ("Endereços Relevantes").

Comissão de Ética

A Comissão de Ética de Jerónimo Martins é composta por três a cinco membros nomeados pelo Conselho de Administração. Desde 21 de abril de 2022, esta Comissão é constituída por Jaroslaw Sobczyk, Cristina Minoya Perez, Dominik Wolski, Pedro Antunes e Pedro Maya. A Comissão de Ética tem como missão acompanhar, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta do Grupo em todas as sociedades que o integram.

No desempenho das suas atribuições, compete à Comissão de Ética: i) estabelecer os canais de comunicação com os destinatários do Código de Conduta de Jerónimo Martins e recolher as informações que lhe sejam dirigidas a este propósito; ii) zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno do cumprimento deste Código, ao proceder, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes destas ações de controlo; iii) apreciar as questões que, igualmente no âmbito do cumprimento deste Código de Conduta, lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, pela Comissão de Auditoria e pela Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC); iv) submeter ao Conselho de Administração ou à CGSRC a adoção de quaisquer medidas que considere convenientes, onde se incluem a revisão de procedimentos internos e propostas de alteração do próprio Código de Conduta; v). elaborar um relatório anual, a apresentar à CGSRC, sobre as atividades desenvolvidas; e, por fim; vi) assegurar a receção e o seguimento das denúncias de quaisquer irregularidades consistentes na violação do Código de Conduta de Jerónimo Martins ou de violações de quaisquer normas previstas na lei aplicável nos países onde a Sociedade e as Companhias que o integram operem, sem prejuízo de serem disponibilizados canais de denúncia autónomos nas sociedades subsidiárias a tal obrigadas (Pingo Doce, Distribuição Alimentar, S.A., Recheio Cash & Carry, S.A., JMR – Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A., e Lidosol II – Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.), nos termos da lei.

A Comissão de Ética reporta funcionalmente à CGSRC, que tem atribuições em matéria de governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética, incluindo as relativas aos códigos internos de ética e de conduta. Das reuniões realizadas em 2024, para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, foram lavradas as respetivas atas.

O Regulamento da Comissão de Ética encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no [link](#) mencionado no ponto 61. ("Endereços Relevantes").

Comissão de Controlo Interno

A Comissão de Controlo Interno (CCI), nomeada pelo Conselho de Administração e reportando à Comissão de Auditoria, tem como competências específicas a avaliação da qualidade e fiabilidade do sistema de controlo interno e do processo de preparação das demonstrações financeiras, assim como a avaliação da qualidade do processo de monitorização em vigor nas sociedades do Grupo, com vista a assegurar o cumprimento das leis e regulamentos a que estas estão sujeitas. No desempenho desta última atribuição, compete à CCI obter informações regulares sobre as contingências, de natureza legal ou fiscal, que afetam as Companhias do Grupo.

A CCI reúne mensalmente, em regra, para exercício das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido lavradas atas de tais reuniões. É composta por um Presidente (Alan Johnson) e quatro Vogais (Henrique Soares dos Santos, Joanna Peschak, Jorge Santos Dias e José Vitorino). Nenhum dos elementos é administrador executivo da Sociedade.

Em 2024, a CCI prosseguiu as suas atividades de supervisão e avaliação dos riscos e processos críticos, tendo apreciado os relatórios preparados pelo departamento de Auditoria Interna. Uma vez que nestas

reuniões é convidado a participar um representante da equipa de Auditoria Externa, são também dadas a conhecer a esta Comissão as conclusões dos trabalhos de auditoria externa que têm lugar ao longo do ano.

O Regulamento da CCI encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. ("Endereços Relevantes").

Subsecção III – Fiscalização (Comissão de Auditoria)

A. Composição

30. Identificação do Órgão de Fiscalização (Comissão de Auditoria) Correspondente ao Modelo Adotado

O órgão de fiscalização da Sociedade consiste na Comissão de Auditoria, em consequência do modelo de governo anglo-saxónico adotado.

Nos termos do respetivo regulamento, interpretado atualisticamente (à luz do disposto no Artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais e do Artigo 9.º do Código Civil), para além das competências que lhe sejam atribuídas por lei, cabe à Comissão de Auditoria, no desempenho das suas atribuições, designadamente:

- fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira e do relato de sustentabilidade;
- fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos, podendo, para este efeito, recorrer à colaboração da CCI, que lhe reportará regularmente os resultados do seu trabalho, evidenciando as situações que deverão ser analisadas pela Comissão de Auditoria;
- avaliar regularmente a auditoria externa;
- aprovar os planos de atividade no âmbito da gestão de risco e acompanhar a sua execução, procedendo, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes das ações de auditoria e das revisões de procedimentos efetuadas;
- zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno de gestão de risco nas sociedades de que Jerónimo Martins seja titular de ações, quotas ou partes sociais, controlando o efetivo cumprimento dos seus objetivos;
- aprovar os programas de atividades de auditoria interna, cujo respetivo departamento lhe reportará funcionalmente, e externa;
- selecionar, sob proposta da Direção Executiva, o prestador de serviços de auditoria externa;
- fiscalizar a revisão legal de contas e os trabalhos de auditoria do relato de sustentabilidade;
- apreciar e fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente quando este preste serviços adicionais à Sociedade.

Nos termos da lei e do procedimento descrito infra nos pontos 89. e 91., compete à Comissão de Auditoria avaliar se quaisquer transações existentes com partes relacionadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado, assim como compete igualmente à Comissão de Auditoria, sempre que necessário, emitir o seu parecer prévio sobre quaisquer transações com partes relacionadas ou transações que possam gerar conflitos de interesse.

Para o cabal desempenho das suas funções, a Comissão de Auditoria solicita e aprecia toda a informação de gestão que considere necessária, bem como tem acesso irrestrito à documentação produzida pelos auditores da Sociedade, podendo-lhes solicitar qualquer informação que entenda necessária e sendo a primeira destinatária dos relatórios finais elaborados pelos auditores externos.

No âmbito das suas atribuições a nível da fiscalização da revisão legal de contas, e do revisor oficial de contas, a Comissão de Auditoria proporá ao órgão competente a destituição daquele, ou a resolução do contrato de prestação de serviços celebrado, caso se verifique justa causa para o efeito.

Em 2024, a Comissão de Auditoria voltou a prestar particular atenção à gestão do risco financeiro, nomeadamente no que se refere à cobertura de risco cambial e à gestão da posição de caixa, à evolução dos processos judiciais e fiscais pendentes, ao plano e à atividade da Direção de Auditoria Interna, bem

como às demais atividades de controlo interno, sendo de destacar as das áreas Financeiras, de Segurança de Informação, e de Gestão de Risco. A Comissão também dedicou particular atenção ao plano e aos trabalhos de auditoria externa que têm lugar ao longo do ano, tendo conduzido o processo de seleção dos Revisores Oficiais de Contas a integrar a proposta que será submetida à Assembleia Geral de acionistas que decorrerá em abril de 2025.

31. Composição da Comissão de Auditoria, Com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efetivos, Data da Primeira Designação, e Data do Termo de Mandato de Cada Membro. Política de Diversidade.

Nos termos dos Estatutos, a Comissão de Auditoria é composta por três membros do Conselho de Administração, um dos quais será o seu Presidente.

Os membros da Comissão de Auditoria são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos designados em simultâneo com os membros do Conselho de Administração, devendo as listas propostas para este último órgão discriminar os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria, os quais não podem exercer funções executivas na Sociedade.

A composição da Comissão de Auditoria ao longo do período em análise, foi a seguinte:

Clara Christina Streit

- Presidente da Comissão de Auditoria
- Primeira designação em 14 de abril de 2016
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Elizabeth Ann Bastoni

- Primeira designação em 11 de abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Sérgio Tavares Rebelo

- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

A Sociedade reputa de adequado o número de membros da Comissão de Auditoria, tendo em consideração que constitui cerca de um terço dos Administradores Não-executivos da Sociedade, e as competências que se lhe encontram atribuídas, descritas no ponto 30., permitindo-lhe assim assegurar com eficiência as funções que se lhe encontram cometidas, atendendo à dimensão da Sociedade e aos riscos inerentes à atividade desta.

Política de Diversidade

Aplica-se, a este respeito, o referido no ponto 16.

32. Identificação dos Membros da Comissão de Auditoria Que se Considerem Independentes, nos Termos do Art.º 414.º, n.º 5 CSC

Todos os membros da Comissão de Auditoria cumprem o regime das incompatibilidades previsto no n.º 1 do Art.º 414.º-A CSC, com exceção da alínea b). Clara Christina Streit e Elizabeth Ann Bastoni cumprem ainda os critérios legais de independência estabelecidos no Art.º 414.º, n.º 5 CSC.

33. Qualificações Profissionais de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria e Outros Elementos Curriculares Relevantes

As qualificações profissionais dos membros da Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 19. ("Qualificações Profissionais dos Membros do Conselho de Administração").

Refira-se apenas em termos adicionais que a larga experiência dos elementos que integram a Comissão em cargos estatutários, bem como a sua competência técnica nesta matéria, têm constituído uma especial mais-valia para a Sociedade.

A Presidente da Comissão de Auditoria, Clara Christina Streit tem um mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de St. Gallen, na Suíça, tendo começado a sua carreira na McKinsey & Company como consultora, tendo cessado a sua colaboração com essa empresa em 2012 como *senior partner*, após mais de 20 anos de experiência como conselheira de instituições financeiras. É atualmente administradora não-executiva independente em várias empresas europeias. A sua formação académica, a sua vasta experiência profissional, nomeadamente em matérias de controlo interno e supervisão, e o seu apurado sentido crítico e analítico, garantem-lhe especial competência para assegurar a presidência do órgão de fiscalização da Sociedade.

B. Funcionamento

34. Existência e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento da Comissão de Auditoria

O Regulamento da Comissão de Auditoria encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. ("Endereços Relevantes").

35. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade às Reuniões Realizadas de Cada Membro da Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria reúne, pelo menos, uma vez a cada três meses e tem como competências a fiscalização da administração da Sociedade, exercendo as competências que lhe são atribuídas por lei e pelo Artigo Vigésimo dos Estatutos.

Durante o ano 2024, a Comissão de Auditoria reuniu seis vezes e de todas as reuniões foram elaboradas as respetivas atas. O número de reuniões anuais deste órgão encontra-se também divulgado no sítio da Sociedade, mencionado no link indicado no ponto 62. ("Endereços Relevantes").

O grau de assiduidade de cada membro da Comissão de Auditoria às reuniões durante o exercício das respetivas funções, foi o seguinte:

Clara Christina Streit	100%
Elizabeth Ann Bastoni	100%
Sérgio Rebelo	100%

36. Disponibilidade de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Atividades Relevantes Exercidas Pelos Membros Daquela Órgão no Decurso do Exercício

Os membros da Comissão de Auditoria mostraram-se sempre disponíveis para o exercício das suas funções ao longo de 2024, participando na vida societária sempre que tal se revelou necessário ou em que consideraram adequada a sua intervenção.

As funções que os membros da Comissão de Auditoria exercem em outras sociedades encontram-se descritas no ponto 26.

C. Competências e Funções

37. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis À Intervenção do Órgão de Fiscalização Para Efeitos de Contratação de Serviços Adicionais ao Auditor Externo

De acordo com o disposto na Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro, a prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria, fica sujeita à verificação de adequação (sob o ponto de vista das ameaças à independência e das medidas de salvaguarda eventualmente necessárias) e aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

Esta Comissão definiu, através de regulamento específico, os serviços que não podem ser prestados pelo auditor externo, seguindo o prescrito na legislação europeia e no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

No sentido de assegurar a independência do auditor externo, este regulamento prevê ainda ser competência da Comissão de Auditoria verificar, acompanhar e fiscalizar a independência daquele, cabendo-lhe proceder à monitorização dos serviços prestados pelo auditor externo e assegurar que não são prestados por este à Sociedade serviços distintos de auditoria que não possam ser prestados e se encontrem elencados no dito regulamento, assim como proceder à avaliação das ameaças à independência do auditor externo, as medidas de salvaguarda aplicadas ou a aplicar, procedendo à respetiva discussão com o auditor externo quando se entenda necessário. Compete ainda à Comissão de Auditoria proceder à avaliação anual do trabalho desempenhado pelo auditor externo, incluindo no que concerne à respetiva independência e adequação para o exercício das suas funções, e ainda proceder à implementação de quaisquer outras medidas consideradas necessárias para assegurar a independência do auditor externo.

No início de cada ano, a Comissão de Auditoria aprova uma lista de serviços, para além dos serviços de auditoria, passíveis de serem prestados pelo auditor externo ao longo desse ano, os quais se consideram estar por si pré-autorizados, assim como estabelece o montante máximo para a contratação do auditor externo pela Sociedade ou por entidades pertencentes à mesma rede para a prestação de tais serviços nesse ano. A referida lista inclui serviços que requerem a certificação por parte de Revisor Oficial de Contas, em matérias de cumprimento de obrigações legais que se baseiam em informação recolhida no decurso do trabalho de campo do auditor externo. Para além destes, todos os restantes serviços pré-autorizados em nada estão relacionados com matérias sujeitas a auditoria, limitando-se a trabalhos acessórios devidamente identificados, realizados por colaboradores que não participam em qualquer trabalho de auditoria.

Caso se entenda que é o auditor externo, ou entidades com ele relacionadas, que se encontra em melhor posição para a realização de qualquer trabalho adicional que não se encontre pré-autorizado, é necessária uma aprovação específica por parte da Comissão de Auditoria, mediante apresentação de proposta pelos órgãos de gestão, fundamentando as razões para tal escolha, bem como de que forma se encontra acautelada a independência do auditor externo.

38. Outras Funções dos Órgãos de Fiscalização

As competências atribuídas à Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 30.

Subsecção IV - Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada por Pedro Miguel Borges Marques, ROC n.º 1801.

40. Indicação do Número de Anos Em Que o Revisor Oficial de Contas Exerce Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

O Revisor Oficial de Contas exerce funções junto da Sociedade há cerca de oito anos, tendo iniciado as suas funções no dia 6 de abril de 2017.

41. Descrição de Outros Serviços Prestados Pelo Revisor Oficial de Contas à Sociedade

O Revisor Oficial de Contas exerce também as funções de Auditor Externo da Sociedade, conforme referido no ponto 42., sendo feita referência no ponto 46. a outros trabalhos efetuados pelo Revisor Oficial de Contas para a Sociedade.

Subsecção V - Auditor Externo

42. Identificação do Auditor Externo Designado Para os Efeitos do Art.º 8.º CVM e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa no Cumprimento Dessas Funções, Bem Como o Respetivo Número de Registo na CMVM

O Auditor Externo da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada por Pedro Miguel Borges Marques, ROC n.º 1801.

No âmbito das suas funções, durante o ano 2024, o Auditor Externo acompanhou a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, participando nas reuniões da Comissão de Controlo Interno, reportando quaisquer deficiências detetadas no exercício da sua atividade, bem como apresentando as recomendações necessárias relativamente aos processos e mecanismos analisados.

O Auditor Externo pôde verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, através da análise das atas das reuniões da Comissão de Vencimentos, da política de remuneração em vigor e da demais informação contabilístico-financeira necessária para o efeito.

43. Indicação do Número de Anos em que o Auditor Externo e o Respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções Exercem Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

A Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. exerce funções de Auditor Externo junto da Sociedade há cerca de oito anos, tendo iniciado as suas funções no dia 6 de abril de 2017.

O sócio que representa o Auditor Externo exerce tais funções junto da Sociedade desde 20 de abril de 2023.

44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo e do Respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções

A Sociedade não tem definida política específica quanto à periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respetivo Revisor Oficial de Contas. A mesma segue, no entanto, o previsto no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que prevê no n.º 2 do seu artigo 54.º, que o período máximo para o exercício de funções do sócio responsável pela revisão legal de contas é de sete anos, sendo que a sociedade de revisores oficiais de contas podia, nos termos do n.º 3 do supra citado artigo, na redação em vigor no período em análise, ser nomeada como Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, para o exercício máximo de dois mandatos com a duração de quatro anos, ou de três mandatos com a duração de três anos.

45. Indicação do Órgão Responsável Pela Avaliação do Auditor Externo e Periodicidade com que Essa Avaliação é Feita

A Comissão de Auditoria é o órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo, o que faz anualmente.

46. Identificação de Trabalhos, Distintos dos de Auditoria, Realizados pelo Auditor Externo Para a Sociedade e/ou Para Sociedades que com ela se Encontrem em Relação de Domínio, Bem Como Indicação dos Procedimentos Internos Para Efeitos de Aprovação da Contratação de Tais Serviços e Indicação das Razões para a sua Contratação

Durante o ano de 2024, os serviços que não são de revisão legal de contas e auditoria externa, solicitados por Sociedades do Grupo ao Auditor Externo e a outras entidades pertencentes à mesma rede, totalizaram 186.101 euros, dizendo respeito a serviços de apoio em matéria de recursos humanos, serviços de auditoria no âmbito de legislação aplicável nos países em que o Grupo opera, serviços de procedimentos acordados na submissão de despesas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e serviços de garantia limitada de fiabilidade sobre indicadores de sustentabilidade.

Os serviços de auditoria no âmbito de legislação aplicável nos países em que o Grupo opera, e serviços de procedimentos acordados na submissão de despesas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), por exigirem emissão de parecer do Revisor Oficial de Contas da Sociedade, foram prestados por funcionários que participam em trabalhos de auditoria no Grupo.

Quanto aos serviços prestados relativos a apoio em matérias de recursos humanos, bem como os serviços de garantia limitada de fiabilidade sobre indicadores de sustentabilidade, foram prestados por funcionários que não participam em qualquer trabalho de auditoria no Grupo. Estes serviços são laterais aos trabalhos dos auditores, não afetando, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, a independência do Auditor Externo no exercício da sua função.

Conforme resulta do procedimento referido no ponto 37., todos os serviços acima mencionados foram sujeitos a aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

47. Indicação do Montante da Remuneração Anual Paga Pela Sociedade e/ou por Pessoas Coletivas em Relação de Domínio ou de Grupo ao Auditor e a Outras Pessoas Singulares ou Coletivas Pertencentes à Mesma Rede e Discriminação da Percentagem Respeitante aos Seguintes Serviços

Anualmente, o que sucedeu de igual forma no ano em apreço, a Comissão de Auditoria aprovou, em reunião de 22 de julho de 2024, a remuneração a pagar ao Auditor Externo em 2024.

Relativamente a 2024, o total de remunerações pagas ao Auditor Externo e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede, foi de 1.250.647 euros.

Em termos percentuais, o valor referido divide-se da seguinte forma:

	Valor	%
Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	128.170	10,2%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	62.500	5,0%
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	-	-
Por entidades que integrem o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	936.376	74,9%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	2.250	0,2%
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	121.351	9,7%

Secção C - Organização Interna

Subsecção I - Estatutos

48. Regras Aplicáveis à Alteração dos Estatutos da Sociedade (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. h) CVM)

Não estão estatutariamente definidas quaisquer regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade, pelo que a esta matéria se aplicam os termos definidos por Lei.

Subsecção II - Comunicação de Irregularidades

49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades Ocorridas na Sociedade

Desde 2004, a Comissão de Ética de Jerónimo Martins implementou um sistema de comunicação bottom-up que garante a possibilidade de todos os colaboradores e outras partes interessadas ("stakeholders"), independentemente da sua função, reportarem eventuais irregularidades ocorridas no Grupo, bem como quaisquer outros comentários que entendam fazer, em particular no que diz respeito ao cumprimento do Código de Conduta.

No Código de Conduta estão definidos os princípios e valores do Grupo Jerónimo Martins, designadamente o respeito pela lei, a honestidade e integridade, e a responsabilidade social corporativa e um conjunto de normas de conduta como a não-discriminação e igualdade de oportunidades, a lealdade nas negociações com fornecedores, a prevenção de conflitos de interesses, entre outras.

A Comissão de Ética fez divulgar junto de todos os colaboradores do Grupo, através dos canais de comunicação internos, o seu endereço de email e o teor do Código de Conduta, do qual é entregue um exemplar a cada colaborador aquando da sua admissão em qualquer das Companhias do Grupo. Sem prejuízo do contacto para o email da Comissão de Ética, os colaboradores podem sempre consultar a sua chefia hierárquica caso necessitem de qualquer esclarecimento a respeito do Código de Conduta ou pretendam reportar qualquer irregularidade, podendo ainda utilizar o Serviço de Atendimento ao Colaborador, um canal interno disponível em cada um dos países em que o Grupo se encontra presente.

No ano de 2019, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou uma Política Anticorrupção, a qual é aplicável a todas as sociedades do Grupo Jerónimo Martins e a todos os seus colaboradores – abrangendo cargos de gestão ou em regime de mandato -, e seja qual for a natureza do vínculo contratual, função ou país no qual desempenhem a respetiva atividade, a qual visa concretizar os princípios de atuação e os deveres enunciados no Código de Conduta em matéria de honestidade e integridade. Esta Política estabelece normas de atuação com o objetivo de prevenir condutas ilícitas que constituam a prática de atos de corrupção e acautelar potenciais situações de conflitos de interesses. No que diz respeito a conflitos de interesses, a Política Anticorrupção determina a comunicação imediata de existência do conflito e a abstenção da prática de qualquer ato ou tomada de decisão relativamente aos quais se manifeste o conflito. Nos termos desta Política, todos os colaboradores que tenham conhecimento ou suspeita fundada de situações que não cumpram as disposições da Política, devem reportar superiormente tais situações e, em caso de dúvida quanto à existência de um conflito de interesses, consultar a Comissão de Ética.

Na Sociedade existe uma Política de Comunicação de Irregularidades, na qual se enunciam o conjunto de regras adotadas com vista à receção, registo e tratamento de comunicação de irregularidades por parte de trabalhadores e outras partes interessadas, respeitante a qualquer das sociedades do Grupo Jerónimo Martins, tendo em vista assegurar, nomeadamente, a efetiva existência de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, a promoção de uma cultura de transparência, integridade e responsabilidade e a consequente adoção de um comportamento ético, íntegro e profissional por parte dos colaboradores e dirigentes da Sociedade, a observância do direito da União Europeia, do direito nacional e do Código de Conduta do Grupo Jerónimo Martins, e a gestão eficaz do risco.

Esta Política encontra-se disponível no sítio institucional da Sociedade na internet, referido no ponto 59.

À luz da Política de Comunicação de Irregularidades existente, são realizadas ações de formação de cariz presencial e telemático, e divulgados instrumentos de comunicação contendo informação vária a este respeito, evidenciando situações concretas que podem consubstanciar riscos internos ou externos para a Sociedade. Complementarmente, a Sociedade divulgou no seu sítio da internet, atrás referido, e na sua intranet um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, aplicável à Sociedade e às suas subsidiárias.

A Comissão de Ética salvaguarda o tratamento confidencial dos contactos que são direccionados para o seu endereço de email.

Subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos

50. Pessoas, Órgãos ou Comissões Responsáveis pela Auditoria Interna e/ou Pela Implementação de Sistemas de Controlo Interno

Cabe ao departamento de Auditoria Interna avaliar a qualidade e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, nomeadamente os estabelecidos na Política de Gestão de Risco do Grupo.

Os objetivos do controlo interno passam por assegurar a eficiência das operações, a fiabilidade dos relatórios financeiros e operacionais e o respeito pelas leis e regulamentos. Para a sua validação, e com base na avaliação dos riscos operacionais e dos processos críticos de cada Companhia, é definido o plano de atividades do Departamento de Auditoria Interna.

Os resultados das auditorias são mensalmente avaliados na Comissão de Controlo Interno – a qual reporta à Comissão de Auditoria – e reportados à Direção Executiva do Grupo. Trimestralmente, os mesmos são disponibilizados à Comissão de Auditoria, cujas responsabilidades no âmbito da gestão de risco são descritas no ponto 52. Com a mesma regularidade, é efetuado um ponto de situação das recomendações acordadas com os responsáveis das áreas auditadas.

A estruturação do sistema de controlo interno da Sociedade encontra-se descrita no ponto 52, compreendendo, entre outras, as funções de gestão de riscos, supervisão/compliance, e auditoria interna.

Durante o exercício de 2024 prosseguiu-se com o processo de realização de, entre outras, auditorias a processos de gestão de stocks, recolha de fundos, gestão de contas a pagar e a receber, proveitos suplementares, qualidade e segurança alimentar, investimentos, sistemas de informação e aos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

51. Explicitação das Relações de Dependência Hierárquica e/ou Funcional Face a Outros Órgãos ou Comissões da Sociedade

O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e, funcionalmente, à Comissão de Auditoria. O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna é também vogal da Comissão de Controlo Interno que, por sua vez, reporta à Comissão de Auditoria.

52. Existência de Outras Áreas Funcionais com Competências no Controlo de Riscos

O Grupo, e em particular o seu Conselho de Administração, presta grande atenção aos riscos que afetam o negócio e seus objetivos, e está comprometido com assegurar que a gestão do risco é uma componente efetiva e fundamental da estratégia, cultura e do processo de criação de valor.

O enquadramento da gestão de risco encontra-se detalhado na Política de Gestão de Risco do Grupo, na qual se define o sistema de gestão de risco e se estabelecem as funções e responsabilidades pela sua execução.

a) Objetivos da Gestão de Risco

O sistema de gestão de risco não pretende eliminar completamente o risco das atividades do Grupo, mas sim assegurar que são desenvolvidos todos os esforços para que o risco seja gerido de forma adequada, maximizando as oportunidades potenciais e minimizando os seus efeitos adversos.

O sistema de gestão de risco do Grupo tem por objetivo estruturar e organizar consistentemente a forma como o Grupo identifica e avalia os riscos, assegurando que estes são analisados de forma abrangente, considerando as dependências e correlações entre as várias áreas de risco, promovendo o alinhamento do processo em toda a organização. Neste estabelecem-se, também, os procedimentos para *reporting*, com vista a assegurar a adequada monitorização e o acompanhamento das medidas de mitigação e de controlo dos riscos.

Devido à dimensão e dispersão geográfica das atividades de Jerónimo Martins, uma gestão de risco bem sucedida depende da ativa participação de todos os colaboradores, os quais devem assumir essa preocupação como parte integrante das suas funções, em particular através da identificação, reporte e mitigação dos riscos associados às suas áreas de responsabilidade. Todas as atividades têm assim de ser desenvolvidas com a compreensão da natureza do risco e a consciência do potencial impacto de eventos inesperados sobre a Companhia e a sua reputação.

O Grupo está empenhado em assegurar que os colaboradores recebem orientações e formação adequada sobre os princípios de gestão de risco, sobre os critérios e processos definidos na Política de Gestão de Risco e sobre as suas responsabilidades individuais na gestão efetiva dos riscos.

b) Organização da Gestão de Risco

O modelo de governo da gestão de risco encontra-se definido de forma a assegurar a eficácia da Estrutura da Gestão de Risco (*Risk Management Framework*), encontrando-se alinhado com o Modelo das Três Linhas, que distingue entre três grupos (ou linhas) que envolvem uma gestão de risco efetiva, e que são:

- Primeira Linha (Operações de Negócio: Responsáveis pelo Risco) – responsável pelas atividades quotidianas de gestão do risco, alinhadas com a estratégia de negócio, os procedimentos internos existentes e a Política de Gestão de Risco;
- Segunda Linha (Funções de Supervisão / *Compliance*: Gestores de Risco Corporativo e de Unidade de Negócio) – responsável pela análise e *reporting* da Gestão de Risco, bem como pelo desenvolvimento de políticas com vista a assegurar uma gestão adequada dos riscos. Esta segunda linha também inclui funções como o Controlo Financeiro, Segurança Física, Segurança de Informação, Privacidade de Dados, Prevenção de Corrupção, Qualidade e Segurança Alimentar, entre outras áreas corporativas;
- Terceira Linha (Supervisão Independente: Auditoria Interna e Auditoria Externa) – responsável por garantir a eficácia dos mecanismos de governo, Gestão de Risco e de controlo interno, incluindo a forma como as primeiras e segundas linhas asseguram os objetivos de controlo e Gestão de Risco.

A estrutura organizacional da Gestão de Risco considera as seguintes funções e responsabilidades, efetivamente exercidas ao longo do período em análise:

- o Conselho de Administração é responsável pela definição da estratégia e da Política de Gestão de Risco, - mediante prévio conhecimento e pronúncia da Comissão de Auditoria - que inclui o processo aplicável à definição dos limites de exposição ao risco do Grupo, e pela definição dos objetivos em matéria de assunção de riscos, cabendo-lhe ainda providenciar para que sejam criados os sistemas de controlo necessários, com vista a garantir que os riscos incorridos estão em conformidade com os objetivos fixados. Estas competências foram executadas, nomeadamente, através da aprovação da referida Política de Gestão de Risco, contemplando os aspetos referidos, e cuja aplicação se manteve no exercício de 2024;
- a Comissão de Auditoria aprova os planos de atividade relacionados com a gestão de risco, acompanhando a sua execução, e avaliando e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos. As suas responsabilidades incluem, nomeadamente, proceder a uma avaliação dos níveis de exposição global ao risco e assegurar que os mesmos são compatíveis com os objetivos e estratégias aprovados pelo Conselho de Administração, rever as ações de mitigação definidas para os riscos considerados mais críticos, acompanhar o planeamento e desenvolvimento de iniciativas de gestão de risco, e rever

periodicamente os principais tipos de risco do Grupo, assim habilitando o Conselho de Administração a proceder ao ajustamento da Política de Gestão de Risco, como fez, sempre que necessário, durante o exercício de 2024;

- o Administrador-Delegado, coadjuvado pela Direção Executiva, assegura a implementação da estratégia e da Política de Gestão de Risco definida pelo Conselho de Administração, bem como promove uma cultura atenta ao risco na organização, assegurando que a Gestão de Risco se encontra embutida em todos os processos e atividades;
- o Comité de Risco, que é composto por representantes de Direções Funcionais do Centro Corporativo da Sociedade, referidas no n.º 21, e por um elemento certificado na área de gestão de risco, assiste e aconselha a Direção Executiva, enquanto órgão coadjuvante do Administrador-Delegado, na avaliação e monitorização de medidas de mitigação dos diferentes tipos de risco e visa garantir a existência de uma Estrutura de Gestão de Risco eficaz, que assegura que os níveis de exposição ao risco se encontram alinhados com os objetivos e estratégias aprovadas pelo Conselho de Administração, sem prejuízo das competências a cargo da Comissão de Auditoria;
- a Direção de Estratégia e Gestão de Risco é responsável pela implementação da estrutura de Gestão de Risco e pela coordenação de todas as atividades de Gestão de Risco, apoiando a Direção Executiva e o Comité de Risco na identificação de exposição a riscos que possam comprometer a estratégia e os objetivos do Grupo. Conta, entre as suas atribuições, a identificação e reconhecimento das melhores práticas de gestão de risco, bem como a partilha de recomendações de organizações de renome e/ou requisitos de conformidade (*compliance*). A Direção de Estratégia e Gestão de Risco é também responsável pela coordenação e alinhamento das práticas seguidas pelas Companhias nos PCN;
- o Gestor de Risco da Unidade de Negócio é responsável pela implementação das iniciativas de Gestão de Risco ao nível das Companhias e pelo suporte das atividades dos respetivos Responsáveis pelo Risco;
- os Responsáveis pelo Risco compreendem todos os colaboradores que tenham a seu cargo a execução e/ou controlo de um determinado processo ou atividade, dentro de uma unidade de negócio ou da estrutura corporativa, sendo responsáveis pela gestão dos riscos envolvidos nessas atividades;
- o Departamento de Auditoria Interna baseia o seu trabalho no conjunto de riscos significativos, conforme identificados pela gestão, auditando os controlos referentes aos processos mais expostos, de forma a garantir a sua eficácia e eficiência e prestar suporte ativo no processo de Gestão de Risco.

53. Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade

O ano de 2024 foi caracterizado por múltiplos acontecimentos com potencial disruptivo, incluindo a continuidade dos conflitos armados na Europa e no Médio-Oriente, o aumento da incerteza associado às eleições nos EUA e às alterações no equilíbrio de poderes na Comissão Europeia, a crescente complexidade e intensidade do fluxo de legislação e regulamentação europeias, a desaceleração na subida dos preços dos produtos alimentares e o impacto do aumento dos custos decorrente da inflação dos anos anteriores, nomeadamente dos salários mínimos e das rendas.

Estes fatores, que impactaram significativamente as condições em que as Companhias de Jerónimo Martins operaram ao longo do ano, refletiram-se nos diversos riscos a que o Grupo está exposto, nomeadamente em termos estratégicos e operacionais. Foram, por isso, implementadas diversas medidas de modo a antecipar e mitigar os impactos mais relevantes na execução dos objetivos estratégicos.

Riscos Estratégicos

A gestão de riscos estratégicos envolve a monitorização de fatores como as tendências sociais, políticas e macroeconómicas, nomeadamente, a evolução demográfica, as preferências dos consumidores, o ciclo de vida dos negócios, a dinâmica dos mercados (financeiros, de trabalho, de recursos naturais e energéticos), a situação geopolítica, a atividade da concorrência, a inovação tecnológica, as alterações ao nível legal e regulatório e o escrutínio social a que as atividades do Grupo se encontram expostas.

Esta informação é utilizada pela equipa de gestão para compreender as necessidades de mercado e, assim, identificar ameaças e oportunidades nas indústrias e sectores em que desenvolve atividade, nomeadamente em termos de potencial de crescimento e rentabilidade, mas também em termos de alinhamento estratégico do seu modelo de negócio com as condições de mercado atuais e futuras.

Riscos Operacionais

Resultam da condução das normais funções do negócio constantes da cadeia de valor do Grupo, focando-se nos riscos que resultam dos processos operacionais das suas unidades.

A classe de riscos operacionais considera os riscos relacionados com a gestão de categorias e sourcing, gestão de stocks, gestão de fundos, logística e supply chain e na eficiência e segurança na utilização de recursos e ativos.

Os riscos de fraude, branqueamento de capitais e corrupção são igualmente considerados na avaliação das atividades operacionais mais relevantes e a adequabilidade e alcance dos controlos e das medidas de mitigação são, também, revistas e reconsideradas sempre que necessário.

Riscos de Segurança Alimentar⁴

O Grupo procura disponibilizar, na sua Marca Própria e nos Produtos Frescos Perecíveis, produtos e soluções alimentares seguras e saudáveis, adotando elevados standards de qualidade e segurança alimentar.

As Direções de Qualidade das Companhias do Grupo asseguram estes elevados standards através:

- i. da realização de auditorias a fornecedores para garantir boas práticas de produção, em conformidade com a política de Qualidade e Segurança Alimentar da Jerónimo Martins;
- ii. da monitorização dos produtos ao longo do fluxo logístico, avaliando o cumprimento dos requisitos definidos em Caderno de Encargos;
- iii. de análises periódicas a produtos, com base no Plano Analítico anual, incluindo testes físico-químicos, microbiológicos e de ADN, para garantir conformidade e veracidade dos rótulos;
- iv. da deteção de fraudes alimentares, através da identificação de espécies presentes nos produtos; e
- v. da formação contínua, com simulacros e ações de sensibilização.

As Companhias são monitorizadas por técnicos de controlo de qualidade, que avaliam a implementação de procedimentos, a eficiência da formação e a adequação das instalações e equipamento.

Riscos Ambientais⁵

Jerónimo Martins implementou processos para compilar e avaliar dados relacionados com a sustentabilidade ambiental, assegurando que o órgão de administração conhece os riscos em que a Sociedade possa incorrer, podendo delinear e implementar planos de ação para a sua mitigação. São, assim, efetuadas avaliações regulares dos riscos e oportunidades ambientais que possam estar associados aos seus negócios, recorrendo a estudos e auditorias que permitem identificar os principais impactos das suas atividades nos ecossistemas e recursos que estes proporcionam, nos seguintes âmbitos:

- Análise de riscos e oportunidades associadas aos impactos decorrentes das alterações climáticas e da utilização da água, bem como quantificação e análise da materialidade das emissões pelo Grupo de gases com efeito de estufa (âmbitos 1, 2 e 3);
- Análise de riscos e oportunidades associadas aos impactos decorrentes do uso de embalagens de produtos de Marca Própria e perecíveis, bem como quantificação e análise da materialidade das quantidades de materiais de embalagem e de alimentos desperdiçados;
- Mapeamento, no universo dos produtos de Marcas Próprias e perecíveis, das commodities relacionadas com os riscos de desflorestação, suas origens e métodos de produção;

⁴ As ações desenvolvidas em 2024 pelo Grupo Jerónimo Martins em matéria de qualidade e segurança alimentar são detalhadas no Capítulo 5 – “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.3. “Consumidores e utilizadores finais”.

⁵ As ações desenvolvidas em 2024 pelo Grupo Jerónimo Martins em matéria de proteção do ambiente são detalhadas no Capítulo 5 - Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. “Informação Ambiental”.

- Avaliação do estado de conservação das espécies de pescado comercializadas sob Marca Própria e na categoria de perecíveis;
- Práticas de gestão agrícola com foco na redução do consumo de água e energia, na preservação da biodiversidade e correta gestão do solo, e na sustentabilidade económica dos fornecedores de perecíveis;
- Realização de auditorias internas e externas em instalações próprias, a fornecedores de Marca Própria e perecíveis e a prestadores de serviços.

Assim, foram identificadas as seguintes tipologias de risco:

- De transição, podendo representar um aumento de custos resultantes do cumprimento de legislação ambiental e decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono e de promoção da biodiversidade;
- Físico, podendo resultar na escassez de alguns recursos naturais, como produtos agrícolas, ou na disrupção pontual da cadeia de abastecimento associada a fenómenos climáticos extremos;
- Reputacional, associados às expectativas dos *stakeholders* quanto às medidas de mitigação de impactes adotados pelo Grupo.

A probabilidade de ocorrência destas situações e o seu nível de impacto, incluindo financeiro, bem como a gestão das mesmas, é analisada pelo Grupo como parte dos processos de avaliação de risco de curto, médio e longo prazo. Com base nestas avaliações, são definidas medidas de adaptação e mitigação para maximizar oportunidades de diferenciação e contribuir para aumentar a resiliência das suas Companhias e dos seus negócios. Estas ações promovem a gestão eficiente na utilização de recursos nas operações, produtos e serviços, mitigam a ocorrência de eventuais riscos naturais como eventos climáticos extremos e identificam oportunidades de criação de valor numa lógica de promoção da preservação e regeneração ambiental.

Riscos de Segurança de Valores, Pessoas e Património

A Direção de Segurança tem a responsabilidade de assegurar a existência de condições que garantam a proteção das pessoas (colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas), bem como do património físico e imaterial.

A gestão do risco de segurança de valores, pessoas e património envolve: i) a definição e divulgação de normas e instruções de trabalho, ii) a promoção de ações de sensibilização e formação de colaboradores, iii) a realização de auditorias às lojas, armazéns e outros espaços das diversas companhias, iv) a avaliação de riscos (ameaças e identificação de vulnerabilidades) e a proposta de medidas de mitigação e/ou eliminação, em todo o universo do Grupo, v) a colaboração na execução de simulacros de emergência e vi) o desenvolvimento de projetos e identificação de soluções tecnológicas inovadoras que dêem resposta adequada e proporcional aos riscos/ameaças com que o Grupo se confronta.

Riscos de Sistemas de Informação

Os riscos associados a Sistemas de Informação são analisados considerando as suas diferentes componentes: planeamento e organização, desenvolvimento, inovação, gestão de operações, segurança de informação e continuidade.

A componente de Segurança de Informação no Grupo está a cargo de uma Direção dedicada em exclusivo a essa matéria e consiste na implementação e manutenção de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação que garanta a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação crítica para o negócio, desenvolvendo atividades de monitorização e controlo no sentido de identificar e mitigar potenciais vulnerabilidades.

Riscos de Regulamentação

O cumprimento da legislação é assegurado pelos departamentos jurídicos das Companhias do Grupo.

Ao nível da Holding, a Direção de Assuntos Jurídicos garante, igualmente, a coordenação e a implementação de estratégias para a proteção dos interesses de Jerónimo Martins em caso de litígio, gerindo ainda o aconselhamento externo.

O cumprimento normativo em matéria de dados pessoais e de prevenção de corrupção está a cargo do Departamento de Compliance, em estreita articulação com a Direção de Assuntos Jurídicos da Holding, e em colaboração com os departamentos jurídicos das Companhias e com os departamentos de Segurança de Informação, de Auditoria Interna, de Recursos Humanos, entre outros.

A Sociedade, e as principais companhias do Grupo, em Portugal e na Polónia, dispõem ainda de um Encarregado de Proteção de Dados, o qual acompanha o compliance das mesmas em matéria de dados pessoais.

No sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de natureza fiscal, a Direção de Fiscalidade da Holding presta assessoria às sociedades do Grupo, para além de supervisionar também o contencioso fiscal destas.

Riscos Financeiros

Jerónimo Martins encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial; risco transacional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos tais como, taxa de juro, crédito, cambial, inflação, político e fiscal.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os seus efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A atividade desta área é conduzida pela Direção de Operações Financeiras, sendo responsável, em articulação com áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, é apresentado à Comissão de Auditoria o relatório de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A informação sobre os riscos financeiros aos quais o Grupo se encontra exposto encontra-se detalhada na nota 28 – Riscos Financeiros, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, do Capítulo 3 do Relatório e Contas.

54. Descrição do Processo de Identificação, Avaliação, Acompanhamento, Controlo e Gestão de Riscos

A Estrutura de Gestão de Risco do Grupo assume um processo contínuo de avaliação de riscos, sendo parte integral do processo normal de decisão e dos processos de gestão.

O processo de Gestão de Risco do Grupo encontra-se alinhado com as recomendações do standard internacional ISO 31000 e visa principalmente distinguir o que é irrelevante do que é material, requerendo uma gestão ativa, que envolve para tal a consideração das fontes de risco, da probabilidade de ocorrência de determinado evento e das consequências da sua manifestação no contexto do ambiente de controlo.

O Grupo prepara e mantém um perfil de risco agregado, listando todos os riscos operacionais e estratégicos com relevo e os respetivos mecanismos de mitigação e de controlo implementados, o qual é atualizado regularmente com informação resultante dos processos correntes de avaliação de risco.

No âmbito dos processos de avaliação de risco é coordenada, pela Direção de Estratégia e Gestão de Risco, uma revisão anual global, na qual se promove, junto das primeiras e segundas linhas de defesa (identificadas no ponto 52), uma análise exaustiva aos ambientes interno e externo que influenciam a envolvente no qual o Grupo opera. Este exercício, que faz parte dos processos de planeamento estratégico e operacional de Jerónimo Martins, assegura que os principais riscos e respetivas medidas de mitigação são devidamente identificados e considerados durante o planeamento. Desta forma, espolleta o

desenvolvimento das opções em análise, bem como a identificação de novas ações que reforcem a defesa dos objetivos a desenvolver.

O nível de criticidade de cada um dos riscos é determinado com base na Matriz de Risco do Grupo que considera, a diferentes níveis, a probabilidade de ocorrência de determinados eventos, assim como o impacto esperado nos indicadores definidos. Os riscos considerados mais críticos e/ou que possam ter um impacto mais relevante nos objetivos do Grupo, são alvo de uma reavaliação trimestral, de modo a garantir que quaisquer eventuais alterações são devidamente consideradas.

A Direção de Estratégia e Gestão de Risco mantém ainda um contacto permanente com os principais elementos das diversas linhas de defesa para atualizar a avaliação dos riscos e monitorizar as medidas de mitigação, e acompanha todas as mudanças que possam vir a influenciar os ambientes estratégico e operacional das Companhias.

Por via do Comité de Risco, enquanto órgão que assiste e aconselha a Direção Executiva (conforme ponto 51.), são promovidas análises sobre os riscos que mais afetam o Grupo, numa abordagem multidisciplinar e através da qual se procuram encontrar novas formas de mitigação e, adicionalmente, potenciar outras formas de atuação.

Ao longo de todo o processo, são assegurados canais de comunicação abertos e regulares entre todos os elementos que compõem a estrutura organizacional da Gestão de Risco (listadas no ponto 52).

Anualmente, o Conselho de Administração aprova, mediante prévio parecer favorável da Comissão de Auditoria, os orçamentos e planos estratégicos para o ano seguinte, tendo em consideração as oportunidades e riscos considerados.

55. Principais Elementos dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco Implementados na Sociedade Relativamente ao Processo de Divulgação de Informação Financeira (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. I) CVM)

O Conselho de Administração está altamente empenhado em assegurar a fiabilidade do reporte financeiro do Grupo, nomeadamente, garantindo que o Grupo tem implementadas políticas adequadas, que permitem obter uma segurança razoável que as transações são registadas e reportadas com respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites Generally Accepted Accounting Principles (GAAP), e que as despesas são só realizadas quando devidamente autorizadas.

Os riscos que envolvem o reporte financeiro encontram-se mitigados, através da segregação de responsabilidades e pela implementação de controlos de prevenção e deteção, os quais envolvem a limitação de acesso a sistemas de IT, e um sistema abrangente de monitorização do desempenho.

Controlos adicionais resultam da supervisão desenvolvida pela Comissão de Auditoria e das avaliações de fiabilidade asseguradas pela Comissão de Controlo Interno a respeito da preparação e divulgação de informação financeira e ainda das atividades de monitorização desenvolvidas pela direção de Controlo Financeiro do Grupo, relativamente ao desempenho das diferentes unidades de negócio e da análise dos desvios face aos planos aprovados.

Subsecção IV - Apoio ao Investidor

56. Serviço Responsável pelo Apoio ao Investidor, Composição, Funções, Informação Disponibilizada Por Esses Serviços e Elementos Para Contacto

Composição

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins tem a seguinte composição:

Responsável: Cláudia Falcão

Equipa: Ana Maria Marcão, Hugo Fernandes e Teresa Balsas

Principais Funções

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins é responsável pela comunicação com todos os investidores – institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título da Sociedade. São igualmente da responsabilidade do Gabinete todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Política de Comunicação de Jerónimo Martins com o Mercado de Capitais

A política de comunicação de Jerónimo Martins com o mercado de capitais visa assegurar um fluxo regular de informação relevante - descrição histórica, desempenho atual e perspetivas futuras - que, com respeito pelos princípios da simetria e da simultaneidade, crie uma imagem fiel do desempenho dos negócios e da estratégia da Companhia junto dos investidores, acionistas, analistas e do público em geral.

A estratégia de comunicação financeira delineada para cada ano pauta-se pelos princípios de transparência, rigor e consistência que asseguram que toda a informação relevante é transmitida de forma não discriminatória, clara e completa aos seus stakeholders.

Informação Disponibilizada

O Gabinete elabora anualmente um Plano de Comunicação para o mercado financeiro, que, devidamente enquadrado na estratégia global de comunicação de Jerónimo Martins, se pauta pelos princípios acima enunciados.

Neste sentido, com o objetivo de transmitir ao mercado uma visão atualizada e clara das estratégias das diferentes áreas de negócio do Grupo em termos de desempenho operacional e de perspetivas, o Gabinete organiza e participa num conjunto de eventos, com o objetivo de dar a conhecer os vários negócios de Jerónimo Martins, as suas estratégias e perspetivas de futuro e, em simultâneo, acompanhar o desenvolvimento das atividades do ano, mediante o esclarecimento de eventuais questões.

As ações desenvolvidas, ao longo do ano, permitiram manter o nível de diálogo de referência para os stakeholders de Jerónimo Martins. De entre as atividades organizadas, destacam-se as seguintes:

- reuniões, virtuais e presenciais, com analistas financeiros e investidores;
- respostas às questões dirigidas ao Gabinete, colocadas via correio eletrónico para endereço próprio;
- reuniões virtuais e presenciais com membros da equipa de gestão das áreas de negócio, com o Presidente do Conselho de Administração e a CFO do Grupo;
- reuniões com investidores realizadas na Polónia com visita às operações;
- conferências telefónicas;
- divulgação de comunicados ao mercado através da extranet da CMVM, do sítio institucional de Jerónimo Martins, da Euronext Lisbon e do envio de mensagens de email dirigidas a todos os investidores e analistas financeiros que constam da base de dados criada e atualizada pelo Gabinete;
- apresentações realizadas à comunidade financeira: apresentação de resultados, conferências e Assembleia Geral Anual de acionistas;

- processo contínuo de atualização da página de relação com investidores no sítio institucional da Sociedade.

Com o objetivo de tornar a informação facilmente acessível a todos os stakeholders, as comunicações regularmente efetuadas pelo Gabinete são integralmente disponibilizadas no sítio institucional de Jerónimo Martins em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

O sítio disponibiliza, em português e inglês, não só a informação obrigatória, como também informação de carácter geral sobre o Grupo e as Companhias que o integram, e ainda outros dados considerados relevantes, designadamente:

- comunicados ao mercado sobre factos relevantes;
- contas anuais, incluindo o Relatório Anual sobre a atividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria, contas semestrais e trimestrais do Grupo;
- indicadores económico-financeiros e dados estatísticos, atualizados trimestralmente ou anualmente, consoante a Companhia ou área de negócio;
- a mais recente apresentação do Grupo realizada à comunidade financeira e acervo histórico;
- informações sobre o desempenho do título em bolsa;
- calendário anual de eventos societários, divulgado no final de cada ano e a vigorar no ano seguinte, incluindo, entre outros, as reuniões da Assembleia Geral de acionistas e a divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais;
- informação sobre o Governo da Sociedade;
- Código de Conduta de Jerónimo Martins;
- Estatutos da Sociedade;
- Regulamentos internos em vigor;
- Informações relativas às Assembleias Gerais de acionistas;
- Atas das reuniões da Assembleia Geral de acionistas, ou respetivos extratos;
- Acervo histórico das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às Assembleias Gerais de acionistas.

Contactos

O contacto com o Gabinete é possível através da Representante para as Relações com o Mercado e Responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores – Cláudia Falcão – e do endereço de email: investor.relations@jeronimo-martins.com.

As principais coordenadas de acesso ao Gabinete são as seguintes:

Morada: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033, Lisboa
Telefone: +351 21 752 61 05

57. Representante Para as Relações com o Mercado

A representante de Jerónimo Martins para as relações com o mercado é a responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores, Cláudia Falcão.

58. Informação Sobre a Proporção e o Prazo de Resposta aos Pedidos de Informação Entrados no Ano ou Pendentes de Anos Anteriores

No âmbito das questões dirigidas ao Gabinete de Relações com Investidores, ao longo de 2024, foram registados 361 contactos com investidores através de reuniões, presenciais e organizadas por meios virtuais, 302 contactos através de conferências telefónicas com investidores e 445 pedidos de informação colocados via correio eletrónico ou via telefónica por investidores, analistas financeiros ou outras entidades, tendo sido dada aos mesmos resposta dentro de um prazo médio de dois dias úteis, ou o mais brevemente possível, tendo em conta a complexidade do pedido.

Não transitaram pedidos de informação do ano 2023 para 2024 nem ficaram por responder questões colocadas a este Gabinete no ano 2024.

Subsecção V - Sítio de Internet

59. Endereço(s)

O sítio institucional da Sociedade na Internet é disponibilizado em português e em inglês e pode ser acedido através dos seguintes endereços:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/>
<https://www.jeronimomartins.com/en/>

60. Local Onde se Encontra Informação Sobre a Firma, a Sede, e Demais Elementos Mencionados no Art.º 171.º CSC

As informações relativas ao Art.º 171.º CSC encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/contactos/>

61. Local Onde se Encontram os Estatutos e os Regulamentos de Funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/estatutos-e-regulamentos/>

62. Local Onde se Disponibiliza Informação Sobre a Identidade dos Titulares dos Órgãos Sociais, do Representante Para as Relações com o Mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou Estrutura Equivalente, Respetivas Funções e Meios de Acesso

A informação em causa encontra-se disponível no sítio institucional de Jerónimo Martins e pode ser acedida através dos seguintes links:

- Identidade dos titulares dos Órgãos Sociais:

Conselho de Administração:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/conselho-de-administracao/>

Comissão de Auditoria

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/comissao-de-auditoria/>

Assembleia Geral

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/assembleia-geral/>

Revisor Oficial de Contas

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/revisor-oficial-de-contas-e-auditor-externo/>

- Identidade do representante para as Relações com o Mercado:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

- Informação atinente ao Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

63. Local Onde se Disponibilizam os Documentos de Prestação de Contas, Que Devem Estar Acessíveis Pelo Menos Durante Cinco Anos, Bem Como o Calendário Semestral de Eventos Societários, Divulgado no Início de Cada Semestre, Incluindo, Entre Outros, Reuniões da Assembleia Geral, Divulgação de Contas Anuais, Semestrais e, Caso Aplicável, Trimestrais

O local onde se disponibiliza a informação em causa é o sítio institucional de Jerónimo Martins, através dos seguintes links:

- Documentos de prestação de contas:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/apresentacoes-e-relatorios/>

- Calendário semestral de eventos societários:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/calendario-financeiro/>

64. Local Onde são Divulgados a Convocatória Para a Reunião da Assembleia Geral e Toda a Informação Preparatória e Subsequente Com Ela Relacionada

O local onde são divulgadas a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

65. Local Onde se Disponibiliza o Acervo Histórico com as Deliberações Tomadas nas Reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o Capital Social Representado e os Resultados das Votações, com Referência aos Três Anos Antecedentes

O local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado, os resultados das votações, com referência aos anos antecedentes, incluindo os últimos três, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

Secção D - Remunerações (Relatório Para os Efeitos do n.º 8 do Artigo 26.º-G CVM)

Subsecção I - Competência para a Determinação

66. Indicação Quanto À Competência para a Determinação da Remuneração dos Órgãos Sociais, do Administrador-Delegado e dos Dirigentes da Sociedade

Nos termos do Artigo Vigésimo Nono dos Estatutos, a remuneração dos órgãos sociais é fixada pela Assembleia Geral ou por uma Comissão por esta nomeada. Ao abrigo desta última possibilidade, entenderam os acionistas de Jerónimo Martins designar uma Comissão de Vencimentos para fixar a remuneração dos titulares de órgãos sociais.

A Comissão de Vencimentos é eleita por um período de três anos, estando em curso o mandato para o triénio 2022-2024.

A remuneração dos restantes dirigentes da Sociedade é determinada pela respetiva Administração.

Subsecção II - Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos

67. Composição da Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos, Incluindo Identificação das Pessoas Singulares ou Coletivas Contratadas Para Lhe Prestar Apoio e Declaração Sobre a Independência de Cada Um dos Membros e Assessores

Em Assembleia Geral, realizada em 21 de abril de 2022, foram reeleitos para integrar a Comissão de Vencimentos, para o triénio em curso, Jorge Ponce de Leão (Presidente), Chittaranjan Kuchinad e Erik Geilenkirchen.

Nenhum dos referidos elementos da Comissão de Vencimentos é membro do órgão de Administração da Sociedade ou tem cônjuge, parentes ou afins nessas circunstâncias, nem tem relações com os Membros do Conselho de Administração que possam afetar a sua imparcialidade no exercício das suas funções.

Jorge Ponce de Leão, na qualidade de Presidente da Comissão de Vencimentos encontrava-se presente na Assembleia Geral Anual da Sociedade que teve lugar em 18 de abril de 2024.

No ano em análise não foi contratada nenhuma pessoa singular ou coletiva para apoiar a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas funções, embora esta pudesse ter decidido livremente a contratação pela Sociedade de serviços de consultadoria considerados necessários ou convenientes ao exercício das suas funções.

68. Conhecimentos e Experiência dos Membros da Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos em Matéria de Política de Remunerações

Os Membros da Comissão de Vencimentos têm vastos conhecimentos e experiência internacional em matérias de gestão e de políticas de remuneração, o que lhes confere as competências necessárias para um exercício efetivo e adequado das respetivas funções.

Jorge Ponce de Leão é licenciado em Direito, estando ligado à área do Direito do Trabalho desde o início da década de 1970, nas qualidades de consultor jurídico externo e no seio de algumas empresas nacionais. Foi chefe dos Serviços Jurídicos e Fiscais (Grupo Jerónimo Martins – área industrial), e Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. durante a década de 1990. Desempenhou funções de gestão na área de Recursos Humanos da Radiotelevisão Portuguesa, foi CEO da SAIP SGPS e Presidente do Conselho de Administração da ANA – Aeroportos de Portugal, e da NAV – Navegação Aérea de Portugal, E.P.E..

Chittaranjan Kuchinad tem formação académica em estatística (licenciatura em Estatística/Economia pela Universidade de Bombaim, na Índia, e um Master em Estatística pela Universidade Marquette, nos Estados Unidos da América). Tem vasta experiência no desenho e financiamento de programas de compensação e benefícios na Europa, Ásia/Pacífico e América Latina. Iniciou a sua carreira como consultor na Wyatt e na Towers Perrin. Prestou serviços a inúmeras empresas de média e grande dimensão, tendo sido consultor principal de clientes de grande dimensão, nomeadamente, a IBM Ásia/Pacífico, IBM América Latina, Coca-Cola, Gillette, InchCape e Citibank. Foi Diretor de Compensação Internacional na McDonald's Corporation, Diretor Sénior de Recursos Humanos da Nike, Inc. Ásia-Pacífico, Executive Vice President de Recursos Humanos e Senior Vice President de Compensação Total da Starbucks Coffee Company. Foi Diretor de Recursos Humanos da ASDA (Walmart), da Guess?, Inc., e da Jacobs Douwe Egberts, e tem vindo a desempenhar as funções de Diretor de Recursos Humanos da Save The Children.

Erik Geilenkirchen possui formação académica em Engenharia, tendo trabalhado por mais de 30 anos tanto em cargos de responsabilidade na área de Recursos Humanos como em áreas comerciais. Na Ásia-Pacífico, onde trabalhou por mais de 15 anos, ocupou o cargo de CHRO da Royal Ahold Asia e da Philips Electronics Asia Pacific, bem como o cargo de CEO da Philips Domestic Appliances. Foi Diretor de Compras da Techtronics em Hong Kong antes de ingressar no Conselho de Administração de uma das maiores empresas familiares privadas da Europa, de propriedade da família Brenninkmeijer na Suíça. Hoje dirige a sua própria empresa de software, com a denominação IntelligentBoardRoom, e faz parte do Conselho Consultivo da EMK Capital, uma empresa de capital privado de média capitalização com sede em Londres.

Os membros da Comissão de Vencimentos receberam, ao longo do ano, e de forma regular, informação por parte das várias companhias do Grupo quanto à respetiva atividade, permitindo à Comissão, no âmbito da avaliação dos objetivos individuais de desempenho do Administrador-Delegado, avaliar se as estratégias definidas e as políticas de remuneração em vigor se encontram alinhadas com um posicionamento competitivo face ao mercado de referência.

Subsecção III - Estrutura das Remunerações

69. Descrição da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Na Assembleia Geral da Sociedade realizada em 20 de abril de 2023 foi aprovada a proposta de uma nova Política de Remunerações dos Órgãos da Sociedade, apresentada pela Comissão de Vencimentos, que a seguir se enuncia.

1. Independência e conflitos de interesses

A Comissão de Vencimentos manteve e reafirmou, a todo o momento, a sua natureza independente, sendo composta apenas por membros nomeados pelos acionistas, que não são administradores da Sociedade. Esta independência, a par do acompanhamento permanente do benchmark abaixo referido, bem como do recurso, sempre que necessário, aos melhores serviços de consultoria externa, constitui uma forma eficaz de evitar eventuais conflitos de interesse com os membros dos órgãos sociais em causa.

2. Princípios fundamentais

A Comissão de Vencimentos procedeu a uma análise e revisão cuidadas dos princípios da Política de Remunerações dos Órgãos da Sociedade que são aplicados, os quais reforçam e destacam os aspetos da política de remunerações que são críticos para a sustentabilidade do negócio de Jerónimo Martins, em particular:

- o contexto internacional que deve servir de base de comparação (benchmark) para a remuneração competitiva dos órgãos sociais, sendo crucial manter a capacidade de atrair e reter o melhor talento num contexto supranacional;
- o alinhamento das remunerações com as responsabilidades inerentes às funções desempenhadas pelos membros dos órgãos sociais, a sua disponibilidade e competência colocadas ao serviço da Sociedade;

- o nível desejado de competitividade, abrangendo o pacote total de remuneração (remuneração fixa e variável), que deve considerar as melhores práticas do mercado de referência (e.g. mercado europeu de executivos de topo), bem como as políticas de remuneração internas;
- o alinhamento com as políticas de remuneração e as condições de emprego dos trabalhadores da Sociedade é garantido ao ter em conta mercados de referência e/ou exemplos de outras sociedades com posicionamento estratégico semelhante (sempre por comparação com funções equivalentes), o que confere um nível de equidade interna significativa e uma adequada competitividade externa;
- a importância de premiar o compromisso com a estratégia do Grupo e os interesses de longo prazo dos acionistas, a obtenção de resultados de excelência e a demonstração da atitude e comportamentos adequados, que também é levado em consideração nas políticas de compensação da Sociedade; e
- a necessidade de salvaguardar os interesses da Sociedade em geral.

3. Modelo organizativo e estrutura remuneratória

A Comissão de Vencimentos propôs a manutenção dos princípios da política acima referidos, continuando a ter em consideração o quadro legislativo e recomendatório, bem como o modelo organizativo adotado pelo Conselho de Administração.

No que respeita à organização do Conselho de Administração, foram especialmente ponderadas pela Comissão de Vencimentos as seguintes características:

- a existência de um Administrador-Delegado (que, desde 18 de dezembro de 2013, acumula tal qualidade com a de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade), responsável pela gestão corrente da Sociedade;
- a existência de administrador ou administradores a quem tenham sido atribuídos ou possam vir a ser atribuídos encargos especiais;
- a participação de Administradores Não-executivos em Comissões Especializadas, que assim são chamados a devotar tempo acrescido aos assuntos da Sociedade.

Tendo em conta o atual modelo organizativo, e os aludidos princípios da política de remunerações, a Comissão de Vencimentos considerou ser necessário:

- assegurar que a remuneração dos administradores com funções executivas está alinhada com as melhores práticas de mercado a nível internacional, pelo que foi reforçada a importância de manter um processo de definição de objetivos e de avaliação do desempenho, que deverá ser revisto e/ou atualizado com periodicidade regular (a cada mandato);
- garantir a consistência entre os indicadores quantitativos de desempenho mais relevantes definidos para a avaliação anual do Administrador-Delegado da Sociedade e aqueles que também são considerados, de acordo com as suas responsabilidades, na avaliação anual de desempenho dos quadros da Sociedade.

Com base nos referidos princípios e pressupostos, foi definida a seguinte estrutura remuneratória:

3.1. Administradores Não-executivos

- a remuneração de Administradores Não-executivos será composta, exclusivamente, por uma componente fixa, revista periodicamente de acordo com as melhores práticas internacionais, tendo por base um benchmark com outras empresas cotadas e considerando as responsabilidades específicas e a disponibilidade de tais administradores;
- o montante pago a administradores que integrem comissões especializadas (compostas, ou não, exclusivamente por administradores) ou órgãos de fiscalização das sociedades subsidiárias da Sociedade, e que não exercem funções executivas na Sociedade pode diferir dos restantes, sendo que a Comissão de Vencimentos entende, nesse caso, adequada a atribuição de senhas de presença, tendo em atenção que as funções exercidas nos referidos órgãos e comissões implicam uma maior exigência em termos de disponibilidade. Pode também ser atribuída uma remuneração fixa adicional aos Administradores Não-executivos que sejam encarregados de tarefas específicas.

3.2. Administradores com funções executivas

- a remuneração dos administradores com funções executivas, em particular no que respeita à do Administrador-Delegado, manterá duas componentes, uma fixa e outra variável, como a seguir se descreve:
 - i) a componente fixa da remuneração corresponde a um salário mensal pago 14 vezes, sendo o respetivo montante estabelecido tendo em conta as obrigações e responsabilidades atribuídas ao Administrador-Delegado da Sociedade, o seu desempenho e a comparação com o mercado para funções similares. Adicionalmente, a remuneração do Administrador-Delegado da Sociedade não pode, ou não deve, constituir um obstáculo para a competitividade das políticas de remuneração da Sociedade;
 - ii) a componente variável corresponde a um montante anual fixado pela Comissão de Vencimentos, e que é limitado ao dobro da componente fixa. O cálculo do montante final é baseado numa avaliação de desempenho individual anual. Essa avaliação assenta num conjunto de indicadores quantitativos chave que devem estar em linha com os objetivos estratégicos do Grupo e os planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração, e em prioridades de natureza qualitativa consideradas fundamentais para a sustentabilidade do negócio a longo prazo.
- Estas dimensões - quantitativa e qualitativa - esta última de longo prazo por natureza, são consideradas essenciais para assegurar o sucesso futuro do negócio e têm um calendário que pode exceder um ano.
- Atento o contributo das diversas geografias e áreas de negócio onde o Grupo opera, a Comissão de Vencimentos entende ainda adequado que o pagamento da remuneração dos administradores com funções executivas, quer na componente fixa, quer na componente variável, possa ser repartido, entre a Sociedade e sociedades subsidiárias cujos órgãos de administração sejam por aqueles integrados, cabendo à Comissão de Vencimentos estabelecer os termos de tal repartição.

3.2.1. Metodologia de avaliação e atribuição da remuneração variável

A Comissão de Vencimentos entende que a satisfação individualizada de cada um dos objetivos fixados não deve, só por si, determinar a atribuição automática de qualquer percentagem da totalidade da remuneração variável. Assim, fixados os objetivos, quer financeiros, quer de natureza qualitativa pelo Conselho de Administração, a Comissão de Vencimentos entende poder escrutinar o grau de interdependência entre os diversos objetivos e o impacto que a satisfação de um objetivo possa ter no atingimento, ou não, de outros objetivos, determinando que a avaliação final global assume uma natureza holística, sem prejuízo da ponderação adiante referida para as componentes financeira (quantitativa) e qualitativa.

Os objetivos individuais quantitativos pesam 50% no cálculo do desempenho individual e refletem a performance financeira relacionada com o crescimento real da empresa e o retorno gerado para os acionistas. Os indicadores financeiros de desempenho, que serão ponderados de acordo com as prioridades estratégicas da Sociedade, o contexto do negócio e os interesses gerais de todas as partes interessadas, terão em consideração:

- o crescimento do volume de negócios- baseia-se no aumento de vendas consolidadas reportado; é, no entanto, avaliado o seu crescimento real numa base comparável ("like for like"), a contribuição do crescimento orgânico, a evolução dos novos mercados e dos mercados maduros, a evolução das vendas por metro quadrado e por colaborador (FTE), a rotação de capital, e o impacto na margem bruta para a obtenção das metas propostas e conseguidas;
- a evolução dos resultados – baseia-se nos resultados líquidos consolidados, sendo o objetivo definido em valor absoluto; é igualmente tido em conta a evolução dos resultados antes de impostos, juros, depreciações e amortizações (EBITDA), da margem EBITDA (com e sem aplicação da IFRS16), o impacto na mesma do crescimento dos mercados em desenvolvimento, a ponderação dos diversos mercados no mix de vendas, e a evolução da margem EBITDA em cada área de negócio e país;
- o retorno do capital investido - baseia-se no valor económico acrescentado ("EVA") definido em valor absoluto e deduzidos os interesses minoritários; são tidas em conta as taxas de retorno ao capital investido em cada negócio e o respetivo custo de capital em cada país (com e sem aplicação da IFRS 16), a evolução em relação aos anos anteriores e às taxas projetadas; a taxa de reinvestimento face ao valor das depreciações, a evolução do valor médio investido por metro

quadrado de área de vendas, a comparação com as taxas de retorno obtidas pelo setor, o impacto no valor atingido dos negócios em desenvolvimento e, finalmente, o cash-flow liberto à disposição dos acionistas (a taxa de conversão dos resultados em caixa);

- a robustez da estrutura de capital da Sociedade – o objetivo é medido pela taxa de endividamento (“gearing” – dívida financeira líquida após distribuição de dividendos, dividida pelos capitais próprios); é igualmente ponderado o valor do capital circulante e a sua contribuição para o financiamento do capital investido e redução da dívida financeira, a estrutura dos financiamentos obtidos, moedas e maturidade, a sua contribuição para a cobertura dos riscos cambiais, e a taxa de cobertura de juros pelo EBITDA.

Os objetivos individuais qualitativos pesam 50% no cálculo do desempenho individual e fundamentam-se na real implementação de projetos transversais às companhias do Grupo que assegurem, de acordo com as prioridades estabelecidas, a competitividade futura dos negócios e a sustentabilidade a longo prazo.

Os indicadores de mensuração são alguns dos seguintes:

- a visão estratégica e alocação de recursos/investimentos – inclui tanto o desenvolvimento como a implementação de projetos estratégicos, como o aproveitamento de novas oportunidades de investimento, consistentes com as capacidades e recursos do Grupo; tendo como objetivo o crescimento sustentado e a permanente transformação da Sociedade no sentido de assegurar a sua competitividade e sucesso, assume relevância especial a adoção de decisões de investimento e o lançamento de projetos ou iniciativas cuja execução permitam evitar a diluição do retorno ao capital e garantir a solidez do balanço;
- a saúde organizacional e agenda de talento – é avaliada a disseminação dos valores da Sociedade, a consolidação dos elementos fundamentais da sua cultura, o grau de envolvimento e satisfação dos seus colaboradores, a identificação e promoção de lideranças que garantam o crescimento da sociedade e a normal substituição das equipas executivas e de gestão, ligando a estratégia de recursos humanos à estratégia de negócio, acompanhando a implementação de políticas salariais adequadas à remuneração da lealdade e do mérito, bem como os projetos especiais de responsabilidade social no âmbito dos RH;
- e as relações *multi-stakeholders* – o desempenho e resultados atingidos neste último indicador são medidos por analistas ESG (*Environmental, Social and Governance*), de acordo com a informação divulgada pela Sociedade sobre políticas, práticas e indicadores de desempenho nestas matérias. A Comissão de Vencimentos tem em conta em especial o progresso evidenciado no exercício, no contexto das aspirações definidas pelo Conselho de Administração nesta matéria e a evolução realizada por entidades inseridas no mesmo setor e/ou país.

A atribuição da componente variável anual deve atender aos seguintes critérios: a) se o desempenho individual não cumprir nenhum dos objetivos fixados (quantitativos ou qualitativos), não haverá lugar à atribuição da componente variável anual; b) se o desempenho individual atingir alguns ou a totalidade dos objetivos estabelecidos, a remuneração variável poderá oscilar entre 50% e 100% do valor máximo de remuneração variável.

O processo de avaliação de desempenho do Administrador-Delegado é anual, com acompanhamento trimestral, baseado em evidências concretas e disponibilizadas à Comissão de Vencimentos para monitorização regular do nível de cumprimento das metas aprovadas.

De acordo com os procedimentos estabelecidos, o ciclo anual de desempenho é concluído com a atribuição da componente variável no primeiro trimestre do ano seguinte ao avaliado, depois de apurados os resultados do exercício, com o respetivo pagamento a ter lugar no primeiro semestre.

O total das componentes fixa e variável deve assegurar uma remuneração competitiva no mercado internacional e servir de incentivo ao desempenho individual e coletivo, através da definição e cumprimento de objetivos ambiciosos com vista a garantir elevados crescimentos e níveis de retorno adequados para os acionistas. A Comissão de Vencimentos considera que a política de remunerações adotada está em linha com as práticas remuneratórias das empresas congéneres cotadas a nível internacional. Dadas as pressões do mercado na procura por talento e competências ao nível executivo, a Comissão de Vencimentos irá, no entanto, periodicamente analisar quer a manutenção do modelo organizativo atual, quer a competitividade da Sociedade nesta matéria com base em estudos comparativos apropriados, realizados por entidades consideradas independentes e credíveis.

3.3. Membros da Comissão de Auditoria

A remuneração dos membros da Comissão de Auditoria, à semelhança dos administradores com funções não executivas, continua a ser composta, exclusivamente, por uma componente fixa.

3.4. Membros da Mesa da Assembleia Geral

Ao Presidente e ao Secretário da Mesa da Assembleia Geral continuarão a ser atribuídas senhas de presença.

3.5. Revisor Oficial de Contas

A remuneração do Revisor Oficial de Contas será a correspondente aos valores constantes do contrato de prestação de serviços de revisão legal das contas, celebrado com Jerónimo Martins, o qual abrange a quase totalidade das suas subsidiárias. A respetiva remuneração deverá estar em linha com o que se pratica no mercado e ser sujeita à aprovação da Comissão de Auditoria.

4. Alinhamento de interesses de longo prazo

A Comissão de Vencimentos considera que a estrutura remuneratória dos Administradores com funções executivas é adequada e permite, através da definição de metas apropriadas, um forte alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo. O alinhamento com os interesses de longo prazo da Sociedade resulta reforçado pela circunstância de o atual Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado ser membro da família que constitui o acionista maioritário da Sociedade. Por essa razão, a Comissão de Vencimentos entende, por princípio, não dever haver lugar a diferimento da remuneração variável. No entanto, e mediante a eventual existência de objetivos plurianuais, poderá considerar a retenção de parte da remuneração variável atribuída, associada à concretização destes objetivos plurianuais em que a realização parcial não garanta a sua execução integral.

Pelo mesmo motivo, entende a Comissão de Vencimentos ser desnecessária a fixação de montantes máximos potenciais, agregados e/ou individuais, da remuneração a pagar aos membros dos órgãos sociais (sem prejuízo do acima referido quanto à proporção entre a remuneração fixa e a remuneração variável dos administradores executivos).

Finalmente, e ainda pelas mesmas razões, entende ser desnecessária a previsão de mecanismos que permitam solicitar a restituição de uma remuneração variável paga.

5. Fundo de Pensões e “fringe benefits”

Adicionalmente, existe na Sociedade um Plano de Pensões de Reforma para os administradores executivos, aprovado em Assembleia Geral, e melhor descrito no ponto 76.

Tal como estabelecido pela Comissão de Vencimentos em 2010, mantém-se os *fringe benefits* seguro de vida e de saúde para administradores com funções executivas. Estes benefícios não têm peso relevante na remuneração de tais administradores, representando menos de 1% da remuneração total.

6. Processo de revisão

Ordinariamente, no final de cada mandato, e extraordinariamente, sempre que tal se justifique, a Comissão de Vencimentos apreciará a necessidade de propor à Assembleia Geral a revisão da Política de Remunerações, tendo em conta os princípios enunciados.

Com vista à aplicação, monitorização e definição de eventuais propostas de revisão da Política de Remunerações, a Comissão de Vencimentos reúne, pelo menos, uma vez por trimestre, por forma a fazer o acompanhamento da situação da Sociedade, no necessário à determinação, fixação e aferição da adequação da remuneração dos respetivos órgãos sociais.

No exercício das suas funções, a Comissão de Vencimentos solicita, ainda, a informação e os estudos internos e externos (neste caso, assegurando a competência e independência dos prestadores de serviços que os realizarem) que entenda relevantes e, quando tal seja pertinente, procede à audição de quaisquer direções, departamentos ou serviços da Sociedade.

7. Informações finais

Continua a não haver na Sociedade qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou opções de aquisição de ações aos administradores, nem houve qualquer remuneração paga sob a forma de participação nos lucros.

A Sociedade não celebrou com os administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade, nem tem conhecimento de que os mesmos o hajam feito com terceiros.

A ausência de um período de diferimento da remuneração variável torna desnecessária a existência de mecanismos destinados a impedir a celebração por Administradores Executivos de contratos que subvertam a razão de ser dessa componente da remuneração.

De acordo com a Política de Remunerações em vigor, a Sociedade não adotou e não adotará qualquer política ou executará quaisquer contratos ou acordos com administradores, membros da Comissão de Auditoria ou membros de Comissões Internas da Sociedade, relacionados com o desempenho das suas funções, períodos de pré-aviso aplicáveis, cláusulas de cessação e pagamento associados à cessação dos mesmos.

Em conformidade, no exercício de 2024 não houve a assunção pela Sociedade de quaisquer encargos relacionados com a respetiva cessação de funções (que, aliás, como explicitado neste relatório, não ocorreu).

Avaliação do Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado em fevereiro de 2024, relativamente ao exercício de 2023.

Ponderadas todas as circunstâncias em que o Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado desenvolveu as suas atividades durante o exercício de 2023, gerindo o difícil equilíbrio entre inflação e aumento de preços de custo, e os excelentes resultados observados no desempenho da maioria dos negócios superando as metas e as melhores expectativas, no contexto atual, e o progresso contínuo nas medidas quantitativas e qualitativas de sucesso, acordadas e consideradas relevantes para o Grupo no início do ano, a Comissão de Vencimentos decidiu atribuir, a título de remuneração variável, o valor máximo de € 2.800.000, equivalente a 28 (vinte e oito) salários base mensais brutos, considerando no salário base mensal quer a componente paga por Jerónimo Martins, SGPS, SA, quer a paga por qualquer das suas subsidiárias diretas ou indiretas.

A Comissão de Vencimentos destacou que esta decisão considerou não só os excelentes resultados financeiros da Sociedade, como também os contributos para o desempenho sustentável do Grupo, dadas as circunstâncias muito especiais que marcaram o exercício em análise, tendo sido capaz de demonstrar um progresso contínuo nas medidas de sucesso quantitativas e qualitativas, e reforçar uma base sólida para o futuro. A este respeito, os membros da Comissão de Vencimentos apresentaram os seguintes fatores que, adicionalmente ao nível de consecução dos objetivos quantitativos, ajudaram a suportar a decisão:

- O contínuo e forte crescimento de todas as insígnias do Grupo, quer em volume quer em rentabilidade, superando a meta dos 30 mil milhões de euros de vendas e de 2 mil milhões de euros de EBITDA;
- A implementação do plano de remodelação de lojas Pingo Doce, a par do desenvolvimento do conceito “All about food”, reforçando o conhecimento sobre o retalho e a cultura do Grupo, e conduzindo a uma crescente competitividade do novo formato, com um crescimento notável em Like-for-Like (LfL);
- A cuidadosa preparação da entrada na Eslováquia, acrescentando mais uma geografia e fonte de crescimento à Biedronka;
- Atingimento de EBIT positivo na Hebe, com um crescimento de 54% no e-commerce, melhorando a experiência e know-how do Grupo no mercado online e criando condições para fazer a Hebe evoluir para um negócio internacional, bem como apoiar as operações de e-commerce e o q-commerce das marcas Biedronka e Pingo Doce;

- Progresso indiscutível num conjunto amplo de critérios de desenvolvimento sustentável para o negócio, com conquistas notáveis referentes às classificações atribuídas pelo CDP e ISS ESG, que demonstram a posição de liderança do Grupo entre os seus pares, mantendo ou melhorando todos os indicadores financeiros;
- Forte investimento na liderança, com um compromisso claro com a preparação de uma nova geração de líderes no Grupo, e em iniciativas internas de responsabilidade social, preparando o Grupo para enfrentar os desafios e oportunidades do futuro.

70. Informação Sobre o Modo Como a Remuneração É Estruturada de Forma a Permitir o Alinhamento dos Interesses dos Membros do Órgão de Administração com os Interesses de Longo Prazo da Sociedade, bem como Sobre o Modo Como é Baseada na Avaliação do Desempenho e Desincentiva a Assunção Excessiva de Riscos

Como resulta da Política de Remunerações descrita no ponto 69, a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos Membros do Conselho de Administração com os interesses de longo prazo da Sociedade.

A fixação de componentes de remuneração fixa e variável e a dependência da definição da remuneração variável de uma estrutura de dimensões qualitativas e quantitativas relevantes para o negócio e de indicadores chave de desempenho, baseando-se a fixação da componente variável no grau de cumprimento de objetivos quantitativos previstos nos planos de negócio do Grupo aprovados pelo Conselho de Administração, determinam que o desempenho da gestão da Sociedade seja efetuado tendo em atenção os interesses da Sociedade e dos acionistas, não só no curto prazo, mas também no médio e no longo prazo.

Dentro dos princípios da política de remunerações em vigor, e de forma a assegurar alinhamento com as melhores práticas de mercado, a Comissão de Vencimentos considerou adequado voltar a rever o processo de definição de objetivos e avaliação do desempenho de Administradores com funções executivas, em particular do Administrador-Delegado, tendo acompanhado o progresso das metas qualitativas e quantitativas, numa base trimestral. Definiu ainda metas qualitativas claras e mensuráveis, nomeadamente com base em relatórios de analistas ESG (Ambiental, Social e de Governo da Sociedade).

Com base na análise rigorosa e detalhada de múltiplas fontes de evidência internas e também independentes, a Comissão de Vencimentos acompanhou o progresso dos vários indicadores de desempenho, quer quantitativos (crescimento das vendas, resultados líquidos, EVA e gearing), quer qualitativos (visão estratégica e alocação de recursos / investimentos, saúde organizacional e gestão do talento, e relações multi-stakeholders).

Como referido no ponto 69., a Sociedade não celebrou com os Administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade.

71. Referência à Existência de Uma Componente Variável da Remuneração e Informação Sobre Eventual Impacto da Avaliação de Desempenho Nesta Componente

A remuneração de Administradores com funções executivas compreende uma componente variável dependente, para além do mais, de avaliação de desempenho em função do cumprimento efetivo dos objetivos e metas, medido pelo comportamento dos indicadores qualitativos e quantitativos. Ver pontos 69. e 70.

72. Diferimento do Pagamento da Componente Variável da Remuneração, com Menção do Período de Diferimento

Não existe um período de diferimento de pagamento da remuneração variável. Ver ponto 69.

73. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Ações Bem Como Sobre a Manutenção, Pelos Administradores Executivos, Dessas Ações, Sobre Eventual Celebração de Contratos Relativos a Essas Ações, Designadamente Contratos de Cobertura (Hedging) ou de Transferência de Risco, Respetivo Limite, e Sua Relação Face ao Valor da Remuneração Total Anual

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de ações a Administradores.

74. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Opções e Indicação de Período de Diferimento e do Preço de Exercício

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de ações a Administradores.

75. Principais Parâmetros e Fundamentos de Qualquer Sistema de Prémios Anuais e de Quaisquer Outros Benefícios Não Pecuniários

Ver pontos 69. a 71. Os Administradores com funções executivas beneficiam ainda dos *fringe benefits* seguro de vida e de saúde.

76. Principais Características dos Regimes Complementares de Pensões ou de Reforma Antecipada Para os Administradores e Data em Que Foram Aprovados em Assembleia Geral, em Termos Individuais

Em Assembleia Geral Anual de 2005, foi aprovado um Plano de Pensão de Reforma para os Administradores Executivos.

Trata-se de um Plano de Pensões de Contribuição Definida, em que é fixado previamente o valor da contribuição - sendo atualmente a percentagem de desconto mensal para o Fundo de 25% - variando o valor dos benefícios em função dos rendimentos obtidos. Cabe à Comissão de Vencimentos a definição da taxa de contribuição da empresa.

São considerados Participantes do Plano, tal como definidos no respetivo regulamento, os Administradores Executivos da Sociedade, sendo que, no caso específico dos Administradores Executivos que se encontrassem em funções à data da Assembleia Geral de 2005, aqueles que optassem pelo presente Plano de Pensões deixariam de estar em condições de elegibilidade relativamente ao Plano de Complemento de Reforma, ao renunciarem expressa e irrevogavelmente a este.

A data da reforma coincide com o próprio dia ou o dia um do mês seguinte àquele em que o Participante complete a idade normal de reforma, conforme estabelecido no Regime Geral da Segurança Social. Um Participante será considerado em estado de invalidez total e permanente, se for reconhecido como tal pela Segurança Social Portuguesa.

O salário pensionável é o salário base ilíquido mensal pago pela Sociedade e por quaisquer sociedades suas subsidiárias diretas ou indiretas, multiplicado por 14 e dividido por 12. A este valor mensal fixo acresce, no final de cada ano civil, um valor variável constituído por todos os valores auferidos a título de remuneração variável da referida Sociedade e sociedades subsidiárias.

A Comissão de Vencimentos poderá determinar a realização pela Sociedade de contribuições extraordinárias em nome dos Participantes, incluindo através do resgate de seguros de vida, se tal se mostrar adequado à luz das razões que levaram os acionistas a aprovar tal alteração ao Plano de Pensões em 2020. Esta possibilidade está em conformidade com a política de remunerações em vigor, designadamente perante carreiras contributivas curtas ou desalinhas com o *benchmark* ou em caso de desfasamento entre o período de contribuição e a carreira ao serviço da Sociedade.

Sempre que o Participante, apesar de continuar a reunir condições de elegibilidade, passe a exercer função que, ao abrigo da Política de Remunerações que estiver em vigor, não preveja a existência de

remuneração variável, ao valor fixo mencionado, acrescerá, anualmente, o valor correspondente à última remuneração variável auferida, atualizada na mesma proporção em que o tiver sido a remuneração fixa.

Adicionalmente, para Administradores que se encontrassem em exercício de funções à data da referida Assembleia Geral de 2005, aplica-se o regime complementar de pensões ou de reforma, nos termos de cujo Regulamento têm direito a Complemento de Reforma os Administradores que, cumulativamente, tenham: i) mais de 60 anos; ii) exercido funções executivas; e iii) desempenhado cargos de Administrador há mais de 10 anos. Este complemento foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de 1996 e apenas podem beneficiar do mesmo Administradores que não tenham optado pelo Plano de Pensão de Reforma anteriormente referido.

O Plano de Pensão de Reforma revogou e substituiu, a partir da data da sua aprovação, em 30 de março de 2005, o plano de complemento de reforma que existia até então, sem prejuízo de direitos adquiridos.

Subsecção IV - Divulgação das Remunerações

77. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, pelos Membros dos Órgãos de Administração da Sociedade, Proveniente da Sociedade, Incluindo Remuneração Fixa e Variável e, Relativamente a Esta, Menção às Diferentes Componentes que lhe Deram Origem

A remuneração ilíquida auferida pelos membros do órgão de Administração, paga pela Sociedade durante o exercício de 2024, totalizou 3.470.000 euros, correspondendo 1.440.000 euros a remuneração fixa, 980.000 euros a remuneração variável e 1.050.000 euros a contribuições ordinárias para o plano de pensões de reforma.

Na tabela abaixo encontram-se discriminados, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente aos Membros do Conselho de Administração:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)		
	Componente Fixa	Componente Variável *	Plano de Pensões de Reforma
Pedro Soares dos Santos	490.000	980.000	1.050.000
Andrzej Szlęzak	105.000	-	-
António Viana-Baptista	100.000	-	-
Artur Stefan Kirsten	100.000	-	-
Clara Christina Streit	100.000	-	-
Elizabeth Ann Bastoni	100.000	-	-
Francisco Seixas da Costa	100.000	-	-
José Soares dos Santos ¹	-	-	-
María Ángela Holguín Cuéllar	100.000	-	-
Natalia Anna Olynec	105.000	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	140.000	-	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2024, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2023

¹ Renunciou ao recebimento da remuneração no período do mandato.

Nas tabelas seguintes, dá-se cumprimento ao disposto no Art.º 26.º-G CVM, com referência à divulgação da remuneração total auferida pelos Membros do Conselho de Administração, incluindo os valores pagos por sociedades subsidiárias referidas no ponto 78.

Assim, na tabela abaixo encontra-se discriminada, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, a proporção relativa de cada um dos componentes remuneratórios, considerando os valores líquidos totais pagos individualmente aos Membros do Conselho de Administração:

Administrador	Remunerações Pagas (% do total do ano)		
	Componente Fixa (%)	Componente Variável * (%)	Plano de Pensões de Reforma (%)
Pedro Soares dos Santos	26,67	53,33	20,00
Andrzej Szlęzak	100	-	-
António Viana-Baptista	100	-	-
Artur Stefan Kirsten	100	-	-
Clara Christina Streit	100	-	-
Elizabeth Ann Bastoni	100	-	-
Francisco Seixas da Costa	100	-	-
José Soares dos Santos ¹	-	-	-
María Ángela Holguín Cuéllar	100	-	-
Natalia Anna Olynec	100	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	100	-	-

*Remuneração variável anual atribuída e paga em 2024, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2023

¹ Renunciou ao recebimento da remuneração no período do mandato.

Nas tabelas abaixo encontram-se discriminadas, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, as variações anuais dos valores remuneratórios líquidos pagos individualmente pela Sociedade, e pelas sociedades previstas no ponto 78., aos Membros do Conselho de Administração, assim como das remunerações médias pagas aos colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, nos últimos cinco exercícios, e os indicadores de desempenho verificados:

Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado		2019	2020	2021	2022	2023	2024
Pedro Soares dos Santos	Remuneração Fixa (€)	685.000	700.000	910.000	1.160.000	1.400.000	1.400.000
	Remuneração Variável (€) ¹	1.080.000	1.400.000	1.550.000	1.820.000	2.520.000	2.800.000
	Contribuições ordinárias para Plano de Pensões (€)	306.396	476.875	615.000	740.833	980.000	1.050.000
	Remuneração Total incluindo Contribuições Ordinárias para Plano de Pensões (€)	2.071.396	2.576.875	3.075.000	3.720.833	4.900.000	5.250.000
	Variação em %	-	24,4	19,3	21,0	31,7	7,1
	Contribuição Extraordinária para Plano de Pensões ² (€)	-	-	9.300.000	-	-	-
	Remuneração Total incluindo Contribuições Ordinárias e Contribuição Extraordinária para Plano de Pensões (€)	2.071.396	2.576.875	12.375.000	3.720.833	4.900.000	5.250.000
	Variação em %	-	24,4	380,2	-69,9	31,7	7,1

¹ A remuneração variável paga em determinado ano está relacionada com o desempenho do ano anterior.

² Contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões atribuída em 2021 por decisão da Comissão de Vencimentos para correção de desvio identificado.

Administradores Não-executivos		2019	2020	2021	2022	2023	2024
Andrzej Szlęzak	Remuneração Fixa (€)	123.000	133.000	133.000	149.000	165.000	165.000
	Variação em %	-	8,1	0	12	10,7	0
António Viana-Baptista	Remuneração Fixa (€)	80.000	80.000	80.000	100.000	100.000	100.000
	Variação em %	-	0	0	25	0	0
Artur Stefan Kirsten	Remuneração Fixa (€)	80.000	80.000	80.000	100.000	100.000	100.000
	Variação em %	-	0	0	25	0	0
Clara Christina Streit	Remuneração Fixa (€)	80.000	80.000	80.000	100.000	100.000	100.000
	Variação em %	-	0	0	25	0	0
Elizabeth Ann Bastoni	Remuneração Fixa (€)	80.000	80.000	80.000	100.000	100.000	100.000
	Variação em %	-	0	0	25	0	0
Francisco Seixas da Costa	Remuneração Fixa (€)	80.000	80.000	80.000	100.000	100.000	100.000
	Variação em %	-	0	0	25	0	0
José Soares dos Santos	Remuneração Fixa (€)	80.000	-	-	-	-	-
	Variação em %	-	n.a. ¹	-	-	-	-
Maria Ángela Holguin Cuéllar	Remuneração Fixa (€)	100.000	130.000	130.000	144.000	160.000	160.000
	Variação em %	-	30	0	10,8	11,1	0
Natalia Anna Olynec	Remuneração Fixa (€)	-	-	-	105.000	105.000	105.000
	Variação em %	-	-	-	-	0	0
Sérgio Tavares Rebelo	Remuneração Fixa (€)	190.000	220.000	220.000	228.000	260.000	260.000
	Variação em %	-	15,8	0	3,6	14	0

¹ A variação de 2019 para 2020 não se aplica devido à renúncia à remuneração apresentada pelo próprio.

Colaboradores da Sociedade		2019	2020	2021	2022	2023	2024
Remuneração Total ¹	Remuneração média (€) ²	102.787	105.857	106.928	126.211	130.190	110.388
	Variação em % ³	-	6,5	5,6	24,5	16,1	10,1

¹ Engloba as remunerações fixa e variável auferidas, bem como as contribuições anuais para Plano de Pensões.

² Considera-se para a remuneração total média os colaboradores ativos, a tempo inteiro e em desempenho de funções durante todo o ano em análise. No ano de 2024 vários colaboradores entretanto transferidos de outras companhias passaram a desempenhar funções administrativas em centros de serviços partilhados do Grupo criados ao nível da Sociedade, o que justifica a redução do salário médio aqui reportado. O salário médio comparável a reportar em 2024, se se considerasse apenas a população-alvo do reporte de 2023, seria de 146.538 euros.

³ As variações anuais foram calculadas numa base constante de colaboradores entre o ano N e N-1, de modo a expurgar deste indicador o efeito de novas contratações no ano N.

Desempenho do Grupo		2019 (%)	2020 (%)	2021 (%)	2022 (%)	2023 (%)	2024 %
Indicadores de Desempenho	Crescimento das vendas consolidadas (a taxas de câmbio constantes)	8,4	6,7	10,7	23,9	18,1	4,9
	Crescimento do cash flow operacional (EBITDA) ¹ (a taxas de câmbio constantes)	9,3	0,5	17,5	23,7	13,0	-6,4
	Δ Resultado Líquido Ordinário atribuído a JM ¹	8,9	-10,2	30,1	34,2	18,7	-10,3
	Rentabilidade do capital investido (antes de impostos) ¹	30,5	29,7	42,6	57,0	58,0	39,7

¹ Os valores destes indicadores excluem a aplicação da norma contabilística IFRS16 (de forma a serem totalmente comparáveis ao longo do período de 5 anos). O resultado líquido ordinário refere-se ao valor consolidado atribuível a Jerónimo Martins, SGPS, SA.

78. Montantes a Qualquer Título Pagos Por Outras Sociedades em Relação de Domínio ou de Grupo ou Que Se Encontrem Sujeitas a um Domínio Comum

Adicionalmente em relação aos valores referidos no ponto 77., foi pago a Administradores por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, nos termos da al. g) do n.º 1 do art. 2.º do D.L. n.º 158/2009, de 13.07, durante o exercício de 2024 um valor total ilíquido de 2.970.000 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º-G CVM, os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)	
	Componente Fixa	Componente Variável *
Pedro Soares dos Santos ¹	910.000	1.820.000
Andrzej Szlęzak ²	60.000	-
María Ángela Holguín Cuéllar ²	60.000	-
Sérgio Tavares Rebelo ²	120.000	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2024, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2023

¹ Por exercício de funções em órgão de administração

² Por exercício de funções em órgão de fiscalização

79. Remuneração Paga Sob a Forma de Participação nos Lucros e/ou de Pagamento de Prémios e os Motivos Por Que Tais Prémios e/ou Participação nos Lucros Foram Concedidos

A Sociedade não pagou a Administradores quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros ou prémios (para além da remuneração variável referida nos pontos 77. e 78., definida nos termos da Política de Remunerações descrita no ponto 69.).

80. Indemnizações Pagas ou Devidas a Ex-Administradores Executivos Relativamente à Cessação Das Suas Funções Durante o Exercício

Não foi paga durante o exercício, nem existe qualquer obrigação de pagamento de indemnização, em caso de cessação das funções durante o mandato do órgão de Administração.

81. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, Pelos Membros dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade, Para Efeitos do N.º 2 do Art.º 26º-G CVM

A remuneração auferida pelos Membros da Comissão de Auditoria, nessa qualidade, em 2024, de forma agregada foi no montante líquido de 75.000,00 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra, nos termos do n.º 2 do Art.º 26º-G CVM, os valores remuneratórios líquidos pagos individualmente:

Comissão de Auditoria	Remunerações Pagas (euros)			
	Componente Fixa	%	Componente Variável	%
Clara Christina Streit (Presidente)	25.000	100	-	-
Elizabeth Ann Bastoni	25.000	100	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	25.000	100	-	-

Na tabela abaixo encontram-se discriminadas, nos termos do n.º 2 do Art.º 26º-G CVM, as variações anuais dos valores remuneratórios líquidos pagos individualmente pela Sociedade aos Membros da Comissão de Auditoria, nos últimos cinco exercícios:

Comissão de Auditoria		2019	2020	2021	2022	2023	2024
Clara Christina Streit (Presidente)	Remuneração Fixa(€)	20.000	20.000	20.000	25.000	25.000	25.000
	Variação em %	-	0	0	25	0	0
Elizabeth Ann Bastoni	Remuneração Fixa(€)	20.000	20.000	20.000	25.000	25.000	25.000
	Variação em %	-	0	0	25	0	0
Sérgio Tavares Rebelo	Remuneração Fixa(€)	20.000	20.000	20.000	25.000	25.000	25.000
	Variação em %	-	0	0	25	0	0

A informação referente às variações anuais das remunerações médias pagas aos colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, nos últimos cinco exercícios, e os indicadores de desempenho verificados no mesmo período encontram-se referidos no ponto 77.

82. Indicação da Remuneração No Ano de Referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração paga pela Sociedade ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral no ano em referência foi no montante de 10.000 euros.

Subsecção V - Acordos com Implicações Remuneratórias

83. Limitações Contratuais Previstas Para a Compensação a Pagar por Destituição Sem Justa Causa de Administrador e Sua Relação Com a Componente Variável da Remuneração

Não existem limitações contratuais previstas para a compensação a pagar a Administradores em caso de destituição sem justa causa, sendo esta matéria regulada pela legislação aplicável.

De igual forma, a cessação de funções dos membros de comissões da Sociedade reger-se-á pelo disposto na legislação aplicável.

Em todo o caso, reafirma-se, conforme já ficou dito no Ponto 69. que, de acordo com a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral de 2023, a Sociedade não adotou e não adotará qualquer política ou executará quaisquer contratos ou acordos com administradores, membros da Comissão de Auditoria ou membros de Comissões Internas da Sociedade, relacionados com o desempenho das suas

funções, períodos de pré-aviso aplicáveis, cláusulas de cessação e pagamento associados à cessação dos mesmos.

84. Referência à Existência e Descrição, Com Indicação dos Montantes Envolvidos, de Acordos Entre a Sociedade e os Titulares do Órgão de Administração e Dirigentes, na Aceção do n.º 1 do Art.º 29.º-R CVM, que Prevejam Indemnizações em caso de Demissão, Despedimento Sem Justa Causa ou Cessação da Relação de Trabalho na Sequência de Uma Mudança de Controlo da Sociedade (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. k) CVM)

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares dos órgãos de Administração, dirigentes ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho em sequência de mudança de controlo da Sociedade. Ver, também, Pontos 69. e 83.

Subsecção VI - Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (“Stock Options”)

85. Identificação do Plano e dos Respetivos Destinatários

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do Plano (Condições de Atribuição, Cláusulas de Inalienabilidade de Ações, Critérios Relativos ao Preço das Ações e o Preço de Exercício das Opções, Período Durante o Qual as Opções Podem Ser Exercidas, Características das Ações ou Opções a Atribuir, Existência de Incentivos Para a Aquisição de Ações e ou o Exercício de Opções)

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações.

87. Direitos de Opção Atribuídos Para a Aquisição de Ações (“Stock Options”) De Que sejam Beneficiários os Trabalhadores e Colaboradores da Empresa

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de ações.

88. Mecanismos de Controlo Previstos Num Eventual Sistema de Participação dos Trabalhadores no Capital na Medida em que os Direitos de Voto Não Sejam Exercidos Diretamente Por Estes (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. e) CVM)

Na Sociedade não existe qualquer sistema de participação de trabalhadores no capital.

Secção E - Transações com Partes Relacionadas

Subsecção I - Mecanismos e Procedimentos de Controlo

89. Mecanismos Implementados Pela Sociedade Para Efeitos de Controlo de Transações Com Partes Relacionadas

Negócios com Membros do Órgão de Administração; Conflitos de Interesses

Os negócios entre a Sociedade e os seus Administradores, quando existam, ficam sujeitos ao disposto no Art.º 397.º CSC, pelo que só podem ser celebrados mediante deliberação do Conselho de Administração que os autorize, na qual o Administrador interessado não pode votar, e que deverá ser precedida de parecer favorável da Comissão de Auditoria.

Tendo em conta a eleição de Andrzej Szlęzak (sócio da sociedade de advogados Sołtysiński Kawecki & Szlęzak (SK&S), um dos External Legal Counsels do Grupo Jerónimo Martins) para o cargo de Administrador de Jerónimo Martins, para o mandato 2013-2015, o Conselho de Administração autorizou, desde 2013, nos termos do n.º 2 do Art.º 397.º CSC e com o parecer favorável da Comissão de Auditoria, a manutenção de contratos de prestação de serviços jurídicos entre a Sociedade e as suas subsidiárias e a referida sociedade de advogados.

Em caso de conflito de interesses entre um administrador, por conta própria ou de terceiro, e a Sociedade, aplicam-se as previsões da Política Anticorrupção supra referida no ponto 49, sem prejuízo do que é referido abaixo.

Neste tipo de casos, tem igualmente aplicação o disposto no n.º 6 do Art.º 410.º CSC. Assim, não pode esse administrador votar nas deliberações que o Conselho de Administração da Sociedade venha a adotar quanto a algum assunto relativamente ao qual se verifique divergência entre o interesse, direto ou indireto, do administrador, e o interesse da sociedade, devendo tal administrador informar o Presidente do Conselho de Administração quanto a tal situação de conflito.

Negócios com Outras Partes Relacionadas

A fim de permitir que a Comissão de Auditoria avalie se quaisquer transações existentes com partes relacionadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado e também para permitir que a Comissão de Auditoria, sempre que necessário, emita o seu parecer prévio sobre quaisquer transações com partes relacionadas ou transações que possam gerar conflitos de interesse, o Conselho de Administração da Sociedade adotou, com parecer favorável vinculativo da Comissão de Auditoria, o procedimento descrito infra no ponto 91.

90. Indicação das Transações Que Foram Sujeitas a Controlo no Ano de Referência

No ano de 2024, não existiram e, consequentemente, não foram sujeitas a controlo, quaisquer transações que preenchessem os critérios previstos nos pontos 89. e 91..

A Comissão de Auditoria verificou os relatórios semestrais, que detalham todas as transações realizadas com partes relacionadas nos últimos seis meses, as quais foram realizadas no âmbito da atividade corrente dos negócios e em condições de mercado, não tendo por isso sido submetidas a parecer prévio, conforme procedimento descrito no ponto 91.

91. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis à Intervenção do Órgão de Fiscalização para Efeitos da Avaliação prévia dos Negócios a Realizar Entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada ou Entidades Que Com Eles Estejam em Qualquer Relação, nos Termos do Art.º 20.º CVM

Nos termos do procedimento implementado pela Sociedade, a que se faz referência no ponto 89, a fim de permitir que a Comissão de Auditoria avalie se quaisquer transações existentes com partes relacionadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado e também para permitir que a Comissão de Auditoria, sempre que necessário, emita o seu parecer prévio sobre quaisquer transações com partes relacionadas ou transações que possam gerar conflitos de interesse, aplicar-se-ão as regras que se descrevem abaixo.

O Group Controller manterá uma lista atualizada (não exaustiva) de todas as entidades que possam ser consideradas como Partes Relacionadas, devendo o mesmo partilhar anualmente com as competentes áreas funcionais da Sociedade e com os CEOs e CFOs das diferentes subsidiárias da Sociedade a definição atualizada de Partes Relacionadas, de acordo com a IAS 24, e a lista acima mencionada, bem como uma cópia do procedimento aplicável.

As competentes áreas funcionais da Sociedade, bem como os CEOs e CFOs das diversas subsidiárias da Sociedade, reportarão ao Secretário da Sociedade qualquer negociação em curso com um terceiro (ainda que não conste da lista referida acima) que possa dar origem a uma Transação com Parte Relacionada (ou seja, uma transação entre a Sociedade e/ou as suas subsidiárias e uma Parte Relacionada da Sociedade).

O relatório mencionado no parágrafo anterior deverá incluir:

- o objeto, o propósito e a conveniência, do ponto de vista dos negócios desenvolvidos pela Sociedade e/ou pela subsidiária, da potencial transação com a Parte Relacionada;
- a natureza da potencial Transação com a Parte Relacionada, com a demonstração de que os respetivos termos e condições são semelhantes, ou pelo menos mais favoráveis, àqueles que a Sociedade e/ou a subsidiária obteriam em comparação com os geralmente disponíveis no mercado, ou com os oferecidos a ou por um terceiro em circunstâncias equivalentes;
- a descrição das relações existentes com a Parte Relacionada e o interesse da Parte Relacionada e de outras contrapartes na transação;
- o valor financeiro envolvido na operação com a Parte Relacionada, bem como no conjunto de eventuais negócios realizados com aquela Parte Relacionada nos 12 (doze) meses anteriores ou durante o mesmo exercício; e
- quaisquer outras informações que possam ser relevantes dadas as circunstâncias da transação específica.

O Secretário da Sociedade recolherá toda a informação das transações com Partes Relacionadas que estejam em negociação e, se necessário, avaliará em conjunto com o General Counsel e o Group Controller se tais transações podem ser consideradas como realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado.

Qualquer Transação com Parte Relacionada que não possa ser considerada como realizada no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado só poderá ser realizada mediante deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, precedida de parecer da Comissão de Auditoria da Sociedade, providenciando o Secretário da Sociedade pela intervenção dos referidos órgãos sociais, com a brevidade possível.

As transações que possam ser consideradas como realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado seguirão o procedimento normal para a sua aprovação, de acordo com a lei, os estatutos, os regulamentos e as delegações de poderes aplicáveis.

Caso a transação com Parte Relacionada seja aprovada pelo Conselho de Administração e o seu valor (ou valor agregado) seja igual ou superior a 2,5% do ativo consolidado da Sociedade, esta fará a divulgação pública da transação. A divulgação deve incluir:

- A identificação da parte relacionada;

- Informações sobre a natureza do relacionamento com as partes relacionadas;
- A data e o valor da transação;
- A fundamentação quanto ao carácter justo e razoável da transação, do ponto de vista da sociedade e dos acionistas que não sejam partes não relacionadas, incluindo acionistas minoritários;
- O sentido do parecer da Comissão de Auditoria da Sociedade.

As transações (exceto transações de consumo) entre a Sociedade e/ou as suas subsidiárias e:

- membros da família Francisco Manuel dos Santos, quer diretamente quer por intermédio de entidades em que detenham um interesse financeiro ou de que sejam dirigentes (não incluindo entidades pertencentes ao grupo de sociedades e de empreendimentos comuns ("joint ventures") encabeçado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos Holding N.V., às quais, no entanto, se aplicará integralmente o procedimento descrito acima);
- dirigentes da Sociedade, quer diretamente quer por intermédio de entidades nas quais detenham um interesse financeiro ou de que sejam dirigentes,

independentemente de qualificarem como Transações com Partes Relacionadas e/ou apesar de terem sido realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado, serão sempre sujeitas a parecer prévio da Comissão de Auditoria da Sociedade (aplicando-se às transações aqui mencionadas que não se qualifiquem como Transações com Partes Relacionadas, com as necessárias adaptações, os procedimentos acima descritos envolvendo o reporte das situações ao Secretário da Sociedade, a recolha de informação por parte deste, e a respetiva aprovação, exceto no que se refere à necessidade de intervenção do Conselho de Administração da Sociedade, a menos que tal intervenção seja exigida pela lei, estatutos, regulamentos e delegações de poderes aplicáveis).

As disposições deste procedimento não prejudicam o previsto no Art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais no que diz respeito às transações com Administradores, conforme descrito no ponto 89.

Semestralmente, o Secretário da Sociedade fará chegar à Comissão de Auditoria da Sociedade um relatório detalhado identificando as transações com partes relacionadas que tenham ocorrido nos últimos seis meses e que não tenham sido submetidas a parecer prévio de tal Comissão. O referido relatório incluirá as informações relevantes acima descritas.

Nos termos do procedimento aprovado, a Comissão de Auditoria da Sociedade deverá informar de imediato o Conselho de Administração da Sociedade caso verifique algum incumprimento do referido procedimento.

Subsecção II - Elementos Relativos aos Negócios

92. Indicação do Local dos Documentos de Prestação de Contas Onde Está Disponível Informação Sobre os Negócios Com Partes Relacionadas, de Acordo Com a IAS 24

A informação sobre negócios com partes relacionadas encontra-se na nota 24 – Partes Relacionadas, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, do Capítulo 3 do Relatório e Contas.

Parte II – Avaliação do Governo Societário

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adotado

A Sociedade adotou o Código de Governo das Sociedades do IPCG (que se encontra publicado no sítio da internet desta instituição em <https://cgov.pt/codigo-de-governo-das-sociedades/o-codigo/cgs-em-vigor>), por entender que o mesmo assegura um nível adequado de proteção dos interesses dos acionistas e de transparência do Governo Societário.

A Sociedade rege-se ainda pelo seu Código de Conduta, e demais códigos e políticas, nomeadamente, a Política Anticorrupção, cujos conteúdos cotejam com aspetos ligados ao governo da mesma, e que podem ser consultados no seu sítio institucional. Todos os seus órgãos sociais se regem por regulamentos, documentação que igualmente se encontra disponibilizada no sítio institucional da Sociedade em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

2. Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adotado

2.1. Declaração de Cumprimento

A Sociedade cumpre na sua essência as recomendações do IPCG ínsitas no Código de Governo das Sociedades de 2018 (revisto em 2023). Admite-se, porém, que existem algumas recomendações que não foram adotadas na íntegra conforme melhor se refere *infra*, sem prejuízo do *explain* apresentado.

De seguida, apresenta-se a indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018, revisto em 2023), as adotadas, as adotadas parcialmente, as não adotadas e as não aplicáveis, bem como remissão para o texto do Relatório onde se pode aferir o cumprimento ou a justificação para a não adoção ou adoção parcial destas recomendações.

Esclarece-se que, no que se refere às recomendações de conteúdo múltiplo, constantes da atualização da tabela de recomendações múltiplas do CGS IPCG revisto em 2023, quando na tabela abaixo se referir que uma recomendação foi adotada, tal significa que a Sociedade considera que todas as “sub-recomendações” abrangidas nessa recomendação se encontram adotadas, sem prejuízo de, em casos pontuais, a recomendação em causa não ser aplicável *in totum* à Sociedade, o que se encontra identificado na tabela.

Nos casos em que a Sociedade considera ter adotado parcialmente uma determinada recomendação, assim como nos casos em que a Sociedade considera que uma “sub-recomendação” não lhe é aplicável, faz-se a referência na tabela *infra* quanto às “sub-recomendações” que se consideram não serem aplicáveis ou não terem sido adotadas, e apresenta-se a necessária justificação, em relação às “sub-recomendações” não adotadas nas alíneas, abaixo, do presente ponto 2.1., apresentadas após a tabela.

Indica-se ainda, por referência à última monitorização efetuada pela CEAM / IPCG, as recomendações ou “sub-recomendações” cujo *explain* apresentado foi considerado como equivalente a adoção ou “compliant”.

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
Capítulo I. RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM ACIONISTAS, PARTES INTERESSADAS E A COMUNIDADE EM GERAL		
I.1.1. A sociedade explicita em que termos a sua estratégia procura assegurar o cumprimento dos seus objetivos de longo prazo e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
I.2. A sociedade identifica as principais políticas e as principais medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos ambientais e sociais.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21 e 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49, Subsecção III, ponto 53

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
Capítulo II. COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE		
II.1.1. A sociedade institui mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada circulação ou divulgação da informação necessária aos seus órgãos, ao secretário da sociedade, aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros, às demais partes interessadas e ao mercado em geral.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, Secção C, Subsecção IV, pontos 56 e 58
II.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
II.2.1. As sociedades estabelecem, previamente e em abstrato, critérios e requisitos relativos ao perfil de membros dos órgãos da sociedade adequados à função a desempenhar, considerando, designadamente, atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), e requisitos de diversidade (com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres), que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12, Subsecção II, pontos 16 a 19 e 26, Subsecção III, pontos 31 e 33
II.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas dispõem de regulamentos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas das respetivas reuniões.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 22 e 23, 27 e 29, Subsecção III, pontos 34 e 35, Secção C, ponto 61
II.2.3. A composição e o número de reuniões em cada ano dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio da Internet da sociedade.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 23 e 29, Subsecção III, ponto 35, Secção C, Subsecção V, ponto 62
II.2.4. As sociedades adotam uma política de comunicação de irregularidades, (whistleblowing) que explicita as principais regras e procedimentos a serem seguidos perante cada comunicação e um canal de denúncia interno que inclua o acesso também por não trabalhadores, nos termos previstos na lei aplicável.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49
II.2.5. As sociedades dispõem de comissões especializadas em matéria de governo societário, remunerações, nomeações de membros dos órgãos da sociedade e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão, se tal não for proibido por lei, de competência nas referidas matérias.	Parcialmente Adotada (Não Adotada Sub-recomendação II.2.5. (3))	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 24, 25, 27 e 29, e Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Parte II, ponto 2.1.a)

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
II.3. Relação entre órgãos da sociedade		
II.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade estabelecem mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação necessária para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
II.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade assegura, de forma atempada e adequada, o fluxo interorgânico da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21 e 29, Subsecção III, pontos 30 e 35
II.4 Conflitos de interesses		
II.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49, Secção E, Subsecção I, ponto 89
II.4.2. A sociedade adota procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C Subsecção II, ponto 49, Subsecção III, ponto 54, Secção E, Subsecção I, ponto 89
II.5. Transações com partes relacionadas		
II.5.1. O órgão de administração divulga, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.	Adotada	Parte I, Secção E, Subsecção I, pontos 89 e 91

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
Capítulo III. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL		
III.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, e informa no relatório de governo sobre a sua opção sempre que a cada ação não corresponda um voto.	Parcialmente Adotada (Não Aplicável Sub-recomendação III.1.(2))	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
III.2. A sociedade que tenha emitido ações com direito especial ao voto plural identifica, no relatório de governo, as matérias que, por previsão dos estatutos da sociedade, estão excluídas do âmbito do voto plural.	Não aplicável	
III.3. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, pontos 12 e 14
II.4. A sociedade implementa os meios adequados para a participação não presencial dos acionistas na Assembleia Geral, em termos proporcionais à sua dimensão.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
III.5. A sociedade implementa igualmente os meios adequados para o exercício não presencial do direito de voto, incluindo por correspondência e por via eletrónica.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
III.6. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 13
III.7. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Adotada	Parte I, Secção A, Subsecção I, pontos 4 e 5, Secção B, Subsecção I, ponto 12
Capítulo IV. ADMINISTRAÇÃO		
IV.1. Órgão de Administração e Administradores Executivos		
IV.1.1. O órgão de administração assegura que a sociedade atua de forma consentânea com o seu objeto e não delega poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
IV.1.2. O órgão de administração aprova, através de regulamento ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Não Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, e Parte II, ponto 2.1.b)

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
IV.2. Órgão de Administração e Administradores Não Executivos		
IV.2.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes – ou, não existindo estes em número suficiente, os administradores não executivos – designam entre si um coordenador para, nomeadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação VI.1.1.; em alternativa, pode a sociedade fixar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
IV.2.2. O número de membros não executivos do órgão de administração deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18
IV.2.3. O número de administradores não executivos é superior ao de administradores executivos	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18
IV.2.4. O número de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência deve ser plural e não pode ser inferior a um terço do número total de administradores não executivos. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade, sendo este prazo contado independentemente de coincidir, ou não, com o termo do mandato; ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
IV.2.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação anterior não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (cooling-off period)	Não aplicável	

Capítulo V. FISCALIZAÇÃO

V.1. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização toma conhecimento das linhas estratégicas e avalia e pronuncia-se sobre a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 51, 52, 54 e 55
V.2. O número de membros do órgão de fiscalização e da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Adotada (Não aplicável Sub-recomendação V.2.(2))	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 31

Capítulo VI. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES

VI.1 Avaliação Anual de Desempenho

VI.1.1. O órgão de administração— ou comissão com competências na matéria, composta por maioria de membros não executivos —avalia anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho da comissão executiva, dos administradores executivos e das comissões da sociedade, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, assim como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21, 24, 25 e 27, e Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 70

VI.2 Remunerações

VI.2.1. A sociedade constitui uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção I, ponto 66
VI.2.2. A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões da sociedade compete à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção I, ponto 66, Subsecção II, ponto 67, Subsecção III, ponto 69
VI.2.3. A sociedade divulga no relatório de governo, ou no relatório de remunerações, a cessação de funções dos membros de órgãos ou comissões da sociedade, indicando os montantes de todos os encargos da sociedade relacionados com a cessação de funções, a qualquer título, no exercício em causa.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17, 23 e 29, Subsecção III, pontos 35 e 69

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
VI.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
VI.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações pode decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.	Não Aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67 e Subsecção III, ponto 69
VI.2.6. A comissão de remunerações assegura que aqueles serviços são prestados com independência.	Não Aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
VI.2.7. Os prestadores desses serviços não serão contratados, pela própria sociedade ou por outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, para a prestação à sociedade de quaisquer outros serviços relacionados com as competências da comissão de remunerações, sem que haja autorização expressa da comissão.	Não Aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 a 71
VI.2.8. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes tem natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 a 71
VI.2.9. Uma parte significativa da componente variável é parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando- a, em termos definidos na política de remunerações da sociedade, à confirmação da sustentabilidade do desempenho.	Não Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 72, e Parte II, ponto 2.1.c)
VI.2.10. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício é diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não Aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 74
VI.2.11. A remuneração dos administradores não-executivos não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18, Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Subsecção IV, pontos 77 a 79 e 81
VI.3. Nomeações		
VI.3.1. A sociedade promove, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, que as propostas para eleição dos membros dos órgãos da sociedade sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação de cada um dos candidatos à função a desempenhar.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12, Subsecção II, pontos 16 a 19
VI.3.2. A comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de administradores independentes	Não Aplicável	Parte II, ponto 2.1.d)

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
VI.3.3. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes é atribuída a uma comissão de nomeações.	Não Adotada (explain equivalente a compliance)	Parte II, ponto 2.1.e)
VI.3.4. A comissão de nomeações de quadros dirigentes disponibiliza os seus termos de referência e promove, na medida das suas competências, a adoção de processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam propostos para seleção os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres.	Não Aplicável	Parte II, ponto 2.1.f)

Capítulo VII. CONTROLO INTERNO

VII.1. O órgão de administração debate e aprova o plano estratégico e a política de risco da sociedade, a qual inclui a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Adotada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 52, e 54
VII.2. A sociedade dispõe de uma comissão especializada ou de um comité composto por especialistas em matéria de risco que reporta regularmente ao órgão de administração.	Adotada	Parte I, Secção C, Subsecção III, ponto 52
VII.3. O órgão de fiscalização organiza-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 50 e 52
VII.4. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, é estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 52 e 55
VII.5. A sociedade estabelece procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 50, 52 e 55
VII.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade institui uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Adotada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 54
VII.7. A sociedade institui processos para coligir e processar dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, para alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21 e 29, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 50, 52, 53 e 54

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
VII.8. A sociedade informa sobre o modo como as alterações climáticas são consideradas na organização e sobre a forma como pondera, nos processos de decisão, a análise do risco climático.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, Secção C, Subsecção III, ponto 53, Subsecção IV, ponto 56
VII.9. A sociedade informa, no relatório de governo, sobre os termos em que mecanismos de inteligência artificial hajam sido utilizados como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
VII.10. O órgão de fiscalização pronuncia-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, ponto 52
VII.11. O órgão de fiscalização é destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 51, 55, e Secção E, Subsecção I, ponto 91

Capítulo VIII. INFORMAÇÃO E REVISÃO LEGAL DE CONTAS

VIII.1 Informação

VIII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização impõe que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30 e Secção C, Subsecção V, ponto 61

VIII.2 Revisão legal de contas e fiscalização

VIII.2.1. Através de regulamento, o órgão de fiscalização define, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, pontos 30 e 37
VIII.2.2. O órgão de fiscalização é o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, pontos 30 e 37, Subsecção V, pontos 46 e 47
VIII.2.3. O órgão de fiscalização avalia anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propõe ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Subsecção V, ponto 45

À luz do texto recomendatório em causa, as seguintes recomendações, também referenciadas na tabela supra, não foram cumpridas na íntegra. Seguem-se as correspondentes explicações.

a) Com referência à Recomendação II.2.5, a Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações de membros de órgãos sociais, considerando a mesma que uma tal comissão não seria a solução mais adequada, atendendo às suas específicas características. Para além de competir ao colégio de sócios da Sociedade, reunidos em Assembleia Geral, eleger os membros dos órgãos sociais, o que implica que, a existir uma tal comissão, a mesma tivesse necessariamente um papel meramente informativo, consultivo e recomendatório, é de notar que a Sociedade tem uma vincada natureza familiar (corporizada no respetivo acionista de referência), fator que é evidenciado até pelo facto de o seu Administrador-Delegado, ele próprio membro da família controladora ser também atualmente o Presidente do Conselho de Administração do referido acionista maioritário. Essa vincada natureza familiar implica que a ponderação quanto às propostas a apresentar à votação por parte do colégio de sócios se revistam de especial importância e suscitem especial atenção por parte do Administrador-Delegado (até por uma questão de interdependência e coerência com o processo de seleção e nomeação de quadros dirigentes – ver alínea e) infra) e do acionista maioritário.

Adicionalmente, convirá recordar que a própria CMVM, em 2013, reconheceu que a existência de comissões “(...) com competências para identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador” não se coadunava com o regime legalmente previsto – e atualmente em vigor – de designação de administradores. Promoveu, assim, a CMVM a supressão da previsão atrás referida, a qual deixou de constar do Código de Governo das Sociedades da CMVM em 2013.

Certo é que, em virtude do seu processo de internacionalização e de expansão de portefólio, a Sociedade, que atualmente possui operações em seis países, busca, através da profissionalização dos processos eletivos contribuir para que a seleção dos membros dos órgãos sociais seja baseada em critérios objetivos, transparentes e racionais. Para tanto, recorre a empresas especializadas em recrutamento executivo internacional, que possuem a expertise necessária para identificar os melhores candidatos a submeter à apreciação dos acionistas (em primeira fase à apreciação do acionista de referência), de forma a assegurar um processo seletivo com um profundo cunho meritocrático, estribado sempre na adequação individual e coletiva dos órgãos sociais e dos seus titulares, prevenindo o *miscasting*, e assegurando, para além do mais, a diversidade de perfis etários, profissionais, de género e de origem geográfica e cultural.

b) No que respeita à Recomendação IV.1.2., explica-se que a Sociedade apenas a cumpre parcialmente considerando que, embora tenha sido aprovado um Regulamento do Conselho de Administração que define o regime de atuação dos seus membros não regula, contudo, o exercício de funções executivas por parte de administradores executivos em entidades fora do Grupo. Não obstante, a ratio subjacente à Recomendação em causa encontra-se acautelada atendendo ao carácter familiar da Sociedade e das holdings familiares Arica Holding, B.V., Sociedade Francisco Manuel dos Santos Holding N.V. e Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., ao facto do respetivo Administrador-Delegado ser um membro da família que detém o controlo da Sociedade, ao teor do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade em vigor, da Delegação de Poderes a favor do atual Administrador-Delegado, e as obrigações legais a cargo dos administradores, nomeadamente, os deveres de lealdade e, em especial, os deveres de cuidado que impendem sobre os mesmos, nos termos do Art.º 64.º C.S.C..

Ver ponto 21. da Parte I, Secção B, Subsecção II.

c) Com respeito à Recomendação VI.2.9., cumpre referir que a Política de Remuneração da Sociedade não prevê o diferimento do pagamento de toda ou de parte da componente variável da remuneração, acreditando a Comissão de Vencimentos ter encontrado, até ao momento, os mecanismos que permitem o alinhamento entre os interesses de administradores executivos e os interesses de longo prazo da Sociedade e dos acionistas, ao possibilitar o crescimento sustentado dos negócios desta e a correspondente criação de valor para aqueles. Note-se que a administração executiva da Sociedade tem vindo a ser exercida por membros da família que detém o controlo da Sociedade, pelo que o alinhamento de interesses de longo prazo entre a administração executiva e a Sociedade se encontra naturalmente assegurado.

É ainda de referir que, nos termos da Política de Remunerações dos Órgãos da Sociedade, verificando-se a existência de objetivos plurianuais, a Comissão de Vencimentos poderá considerar proceder à retenção de pagamento de parte da remuneração variável a atribuir, associada ao atingimento dos referidos objetivos plurianuais.

Ver ponto 69. da Parte I, Secção D, Subsecção III.

d) No que concerne à Recomendação VI.3.2., ver a explicação constante da alínea a), supra.

e) Com respeito à Recomendação VI.3.3., reforçando o já referido em a), o Grupo Jerónimo Martins tem atravessado um momento de elevado crescimento, com operações plurilocalizadas, empregando já mais de cento e trinta mil colaboradores. A direcção de Recursos Humanos da Sociedade desenvolveu, assim, os estudos necessários, e implementou os mecanismos apropriados para proceder à gestão dos seus colaboradores, a todos os níveis, e disponibilizar as necessárias ferramentas às sociedades do Grupo, tanto no momento da contratação inicial, como na subsequente progressão de carreiras, tudo enquadrado por robustas políticas de *management development*, de planeamento estratégico de sucessão e de mobilidade interna. Acresce que, uma vez mais, atenta a notória dimensão familiar da Sociedade, a Política de Recursos Humanos e, sobremaneira, a sua seleção e recrutamento reveste especial importância e suscita especial atenção por parte do Administrador-Delegado.

Ver ponto 21 da Parte I, Secção B, Subsecção II ("Recursos Humanos"), e a explicação constante da alínea a) supra.

f) Com referência à Recomendação VI.3.4., ver a explicação constante da alínea e) supra.

3. Outras Informações

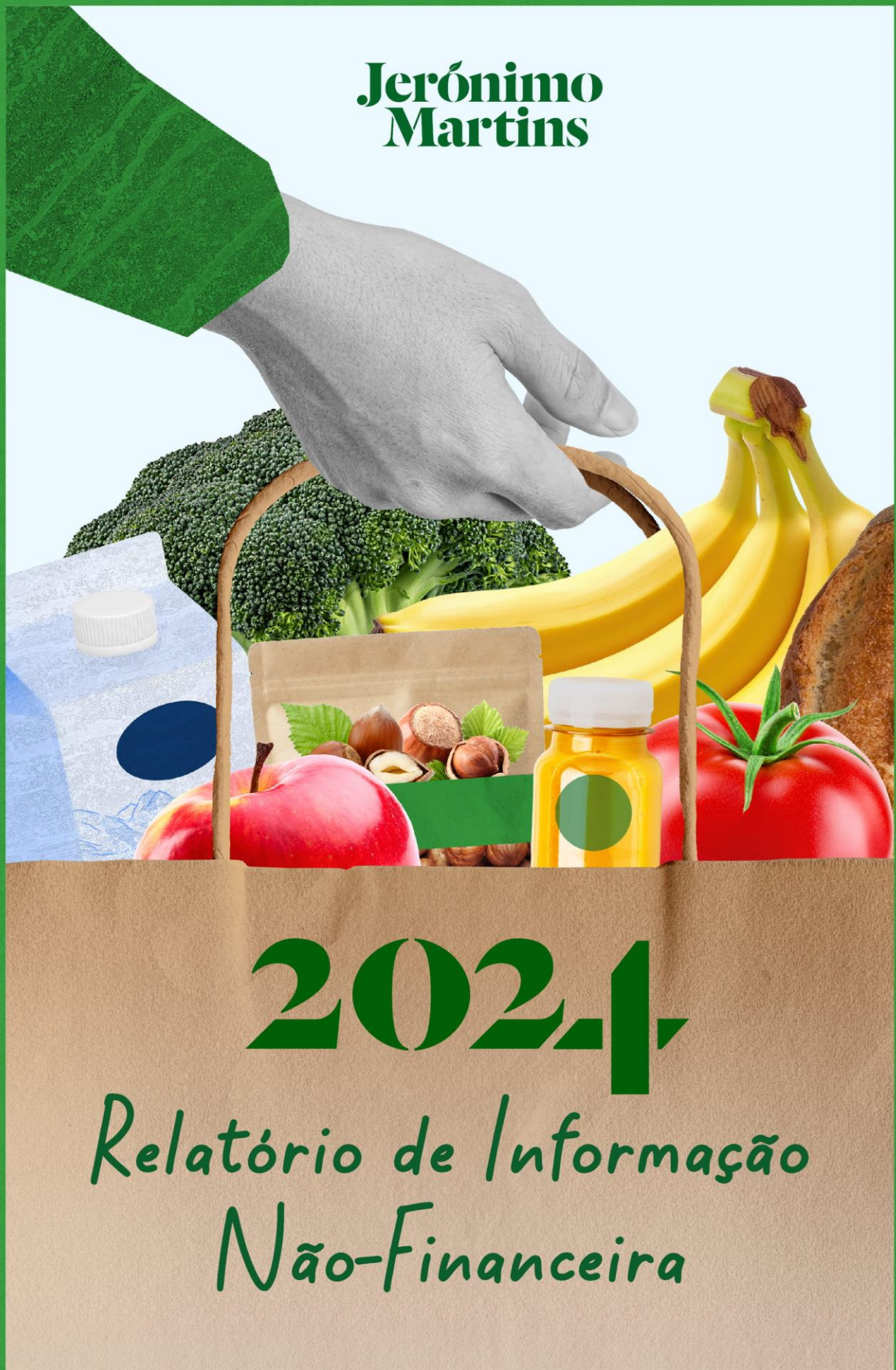
Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotada.

**Jerónimo
Martins**



*Declaração de
Sustentabilidade*

**Jerónimo
Martins**



2024

*Relatório de Informação
Não-Financeira*

Declaração de Sustentabilidade

1. Destaques de 2024.....	256
2. Divulgações Gerais	258
3. Informação Ambiental	274
4. Informação Social.....	347
5. Informações sobre a Governação	422
6. Compromissos de Sustentabilidade.....	432
7. Frameworks de Reporte.....	448

1. Destaques de 2024

A nossa história de mais de dois séculos reflete a forma responsável como desenvolvemos os nossos negócios e a visão de médio e longo prazo subjacente às decisões que tomamos ao longo de toda a cadeia de valor.

Em 2024, e como resultado do trabalho continuado das nossas equipas, estávamos presentes em mais de 140 índices internacionais de sustentabilidade que reconhecem as nossas boas práticas de sustentabilidade.

A distribuição alimentar representa mais de 98% das vendas consolidadas e a nossa missão é responder às necessidades dos milhões de consumidores que visitam diariamente as nossas lojas através de alimentos de qualidade e a preços competitivos.

Os investimentos que fazemos para disponibilizar produtos a preços acessíveis, seguros e de qualidade, traduzem-se, por exemplo, nas auditorias de segurança alimentar a fornecedores e nas análises aos produtos que vendemos. Este reforço contribuiu para a diminuição de 24% face a 2023 do número de produtos que tivemos de retirar das prateleiras por motivos de segurança ou qualidade.

Os alimentos que colocamos nas nossas lojas são mais saudáveis, e as receitas que desenvolvemos evitaram o consumo de 576 toneladas de açúcar, cerca de 170 de gorduras e 60 de sal – sem colocar em causa o sabor e a preferência dos consumidores.

Ao mesmo tempo, mais de 90% dos produtos alimentares vendidos nas nossas lojas foram comprados a fornecedores locais, o que acontece há mais de uma década.

Na Colômbia, avançámos com um investimento social muito relevante: um milhão de euros até 2026 para projetos de combate à carência alimentar e de apoio às comunidades locais, com um impacto em mais de 60 mil pessoas, em especial crianças, jovens e mães. Fomos, por isso, reconhecidos pela revista Portafolio com o prémio Portafolio 30 años, na categoria de sustentabilidade.

Em termos sociais, como resultado do trabalho desenvolvido, a Humpact considerou-nos uma das empresas com melhor desempenho entre as 46 analisadas no setor de bens de consumo, atribuindo-nos a pontuação máxima na forma como contribuímos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Fomos também distinguidos nos Wellbeing Awards, na categoria “People Choice Awards”, refletindo a perceção positiva dos nossos colaboradores.

Fruto do crescimento das nossas operações, somos um empregador cada vez mais diverso e multicultural, com 87 nacionalidades no Grupo e quatro diferentes gerações nos nossos locais de trabalho. 2024 fica marcado pela nossa inclusão no FTSE Diversity & Inclusion Index – Top 100, um índice que junta as 100 empresas cotadas em bolsa com melhor desempenho na promoção de locais de trabalho inclusivos. Somos mesmo a única empresa em Portugal e também da categoria “supermercados e lojas de conveniência” a figurar neste índice, que analisou mais de 15.500 empresas de todo o mundo.

Pelo quarto ano consecutivo, integramos o restrito grupo de empresas a nível mundial reconhecidas com a classificação máxima (A) pelas suas práticas no combate às alterações climáticas. A avaliação anual do CDP coloca-nos com o nível de liderança (A-) tanto na gestão da água enquanto recurso crítico como na gestão das matérias-primas mais associadas ao risco de desflorestação (óleo de palma, papel/madeira, gado bovino e soja). A distinção reconhece não só as ações que desenvolvemos ao longo do ano, como premeia a transparência do reporte da informação.

A nossa pegada carbónica diminuiu 15,8% em 2024, em comparação com 2023, o que compara com um crescimento de 9,3% do volume de negócios. As emissões diretas das nossas operações (âmbito 1) e as dos nossos fornecedores de energia (âmbito 2) têm vindo diminuir devido aos investimentos na produção de energia (fechámos o ano com painéis fotovoltaicos instalados em mais de 2.000 lojas e centros de distribuição), na aquisição de eletricidade de fontes renováveis e na modernização dos equipamentos que utilizam gases refrigerantes. Parte destes investimentos são financiados por instrumentos ligados aos nossos compromissos de sustentabilidade e 2024 foi o ano no qual estes instrumentos de finanças

sustentáveis assumiram expressão relevante, representado cerca de 25% do nosso financiamento consolidado.

Destaques de ambiente

- Reduzimos as nossas emissões de carbono (âmbitos 1 e 2) em 15,8%, face a 2023.
- O nosso consumo de energia (por milhão de euros de vendas) baixou 9,3%.
- Contámos com mais de 2.000 lojas e centros de distribuição com painéis fotovoltaicos.
- Reduzimos em 10,9% os materiais de embalagem utilizados nas nossas Marcas Próprias (por milhão de euros de vendas).

Destaques de social

- Investimos 354 milhões de euros no reconhecimento dos nossos colaboradores (mais 13% do que em 2023), e 17 milhões de euros na sua formação.
- Investimos mais de 48,4 milhões de euros em medidas de responsabilidade social interna (RSI) e 7,8 milhões de euros em iniciativas e programas que promovem o bem-estar.
- Foram aplicados mais de 121 milhões em apoios às comunidades envolventes, nos quais estão considerados os 40 milhões atribuídos à recém-criada Fundação Jerónimo Martins.
- Através de reformulações nutricionais de produtos de Marca Própria e perecíveis, evitámos a entrada no mercado de 576 toneladas de açúcar, 169 de gorduras e 60 de sal.

Destaques de governação

- Mantivemos os nossos esforços de promover a formação dentro da organização em conduta empresarial. Em 2024, 27.455 colaboradores receberam formação relativa ao Código de Conduta do Grupo e 21.953 receberam formação sobre a Política de Anticorrupção do Grupo. Estes valores representam um aumento de 22.204 e 6.316 colaboradores, em comparação com 2023, respetivamente.
- Mais de 90% das compras de produtos alimentares são feitas a fornecedores locais.
- Garantimos que nos nossos processos de seleção de potenciais fornecedores de Marca Própria e perecíveis, são incluídos critérios ambientais e que estes assumem a mesma relevância que as componentes de auditoria de qualidade e segurança alimentar. Em 2024, foram avaliados e aprovados 179 novos fornecedores por cumprirem ambos os critérios.

2. Divulgações Gerais

2.1. Base de elaboração

[ESRS 2 BP-1, ESRS 2 BP-2]

A declaração de sustentabilidade do Grupo Jerónimo Martins foi elaborada de acordo com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS, na sigla inglesa) conforme descrito na CSRD (Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa). No subcapítulo 7. “Frameworks de reporte”, deste capítulo, temos como objetivo relacionar esta declaração a outras normas de sustentabilidade, nomeadamente o GRI (Global Reporting Initiative), o SASB (Sustainability Accounting Standards Board), e o IFRS S (International Financial Reporting Standards Sustainability). Esta abordagem permite uma maior interoperabilidade e comparabilidade da informação, garantindo que a declaração responde às expectativas de vários stakeholders, entre os quais investidores atuais e potenciais. Fornece igualmente informações adicionais sobre sustentabilidade exigidas por outra legislação e metodologias de reporte de informação não financeira específicos.

Como ler este relatório?

As páginas seguintes deste relatório referem-se à cadeia de valor do Grupo, incluindo os impactes, riscos e oportunidades identificados a montante, a jusante e nas suas operações próprias. Em casos específicos, conforme indicado no respetivo indicador, o Grupo pode alegar omissão de informação devido a “propriedade intelectual, o saber-fazer ou os resultados da inovação”, conforme descrito nas ESRS.

Como parte da nossa estratégia de negócio e reporte, alinhada com o princípio do desenvolvimento sustentável, esta declaração de sustentabilidade foi preparada numa base consolidada, considerando o mesmo âmbito das demonstrações financeiras. Este relato diz respeito ao ano de 2024 (de 1 de janeiro a 31 de dezembro) e inclui as Companhias do Grupo, nomeadamente a Holding de Jerónimo Martins e as suas subsidiárias, joint ventures e associadas. O horizonte temporal considerado neste relatório é o mesmo que é utilizado nas demonstrações financeiras. O Grupo Jerónimo Martins avalia os impactes, riscos e oportunidades nos horizontes temporais definidos pelas ESRS 1: curto prazo (um ano), médio prazo (dois a cinco anos) e longo prazo (mais de cinco anos). Quando aplicável, as métricas e estimativas utilizadas para calcular determinados indicadores são mencionados no tópico respetivo, juntamente com as fontes de informação utilizadas. O mesmo se aplica aos casos em que o âmbito das Companhias considerado difere do das demonstrações financeiras.

A divulgação de indicadores e informação de sustentabilidade neste relatório foram significativamente ampliadas para cumprir os novos requisitos da CSRD e dos ESRS, que estão a ser implementados pela primeira vez em 2024, ainda que a transposição da CSRD para a legislação nacional não tenha ocorrido em Portugal, onde se localiza a sede do Grupo. Esta expansão inclui dados e informações mais abrangentes para cumprir com as normas de reporte revistas. Caso se tenham verificado alterações nas práticas ou tenham sido identificados erros em períodos de reporte anteriores, estes são claramente descritos nas secções específicas onde os tópicos são discutidos. Até à publicação final do relatório no website corporativo, a informação fornecida será também revista sempre que for considerado importante e necessário, para garantir a sua exatidão e fiabilidade. Adicionalmente serão feitas atualizações no website dedicado ao Relatório e Contas de 2024, sempre que se verifique a sua importância e necessidade.

Este é também o primeiro ano em que a nossa declaração de sustentabilidade já não está organizada por pilares de ação de Responsabilidade Corporativa. As nossas políticas, estratégia e objetivos estão distribuídos pelas várias dimensões da fórmula ESG, em linha com as recomendações das ESRS. O nosso compromisso com a transparência no reporte corporativo, reforçado pela nossa presença em mais de 140 índices de sustentabilidade, traduz-se nos esforços contínuos para melhorar a qualidade e a granularidade dos dados divulgados ano após ano. Por este motivo, nesta declaração de sustentabilidade encontrará em detalhe informações de natureza obrigatória, relativas aos nossos tópicos materiais, bem como um conjunto de ações e indicadores que, embora não sejam abrangidos pelo requisito de materialidade, consideramos relevantes para a nossa atividade e/ou, para alguma das nossas partes interessadas. A distinção clara entre ambos é assegurada pela utilização de iconografia específica junto aos títulos/subtítulos de cada secção:



MATERIAL



NON-MATERIAL

A declaração de sustentabilidade está sujeita a uma revisão de garantia limitada efetuada pelo auditor externo e independente nomeado pelo Grupo. Este processo de revisão envolve a avaliação da exatidão e fiabilidade das informações apresentadas, proporcionando uma camada adicional de credibilidade e confiança nos dados divulgados.

Para mais informações sobre as bases de apresentação deste relatório, consulte o capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", o capítulo 3 "Demonstrações Financeiras", subcapítulo 3.1. "Demonstrações Financeiras Consolidadas", secção 3.1.2. "Políticas contabilísticas", subsecção 3.1.2.1. "Bases de apresentação" e o capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade".

2.2. Governo e estratégia

[ESRS 2 GOV-1, ESRS 2 GOV-2, ESRS 2 GOV-3, ESRS 2 GOV-4]

[GRI 2-9; GRI 2-12; GRI 2-13; GRI 2-14; GRI 2-15; GRI 2-16; GRI 2-17; GRI 2-18; GRI 2-19; GRI 2-23; GRI 2-24]

Vários mecanismos e funções internas colaboram para assegurar que o nosso modelo de governo de sustentabilidade é acompanhado, apoiado e gerido de forma eficaz. O Conselho de Administração mantém a autoridade sobre as matérias de gestão estratégica do Grupo, em particular as relacionadas com a definição de políticas gerais do Grupo e da estrutura corporativa. O Conselho tem como objetivo assegurar a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental dos objetivos de longo prazo da Companhia, contribuindo também de forma eficaz para a comunidade em geral. O Conselho de Administração é composto por onze membros (quatro mulheres e sete homens) eleitos para o mandato 2022-2024.

A nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração é decidida na Assembleia Geral Anual de Acionistas. A Sociedade incentiva a que as propostas a apresentar pelos acionistas para o novo mandato dos órgãos sociais sejam fundamentadas quanto à adequação dos perfis, conhecimentos e currículos para a/s função/ões a desempenhar por cada candidato. Como tal, as propostas submetidas devem mencionar estes elementos, nomeadamente para fundamentar as nomeações com base na adequação do perfil, nas competências e no currículo, tendo em consideração últimos cinco anos de experiência. Jerónimo Martins apela ainda aos seus acionistas para que, na construção das propostas que venham a apresentar para os novos mandatos dos órgãos sociais, considerem requisitos de diversidade, dando particular atenção à diversidade de género, nos termos da lei, e que contribuam igualmente para a melhoria de desempenho de tais órgãos e para o equilíbrio da sua composição, para além de observarem, nomeadamente, critérios de competência, independência, integridade, disponibilidade, e experiência. O Grupo considera que os seus acionistas mantiveram a salvaguarda da diversidade de género, a diversidade etária, a diversidade de habilitações e a diversidade de antecedentes profissionais.

No que diz respeito à experiência e conhecimentos em matéria de sustentabilidade, o Conselho de Administração assegurou, no período 2022-2024, a inclusão destas competências na sua composição. Uma das administradoras não-executivas do Grupo possui um vasto conhecimento e qualificações neste âmbito, contando com mais de 20 anos de experiência nas áreas da gestão, consultoria e sustentabilidade. Do ponto de vista da gestão, diferentes direções funcionais contribuem para assegurar o alinhamento e incorporação de questões de sustentabilidade nos nossos negócios, das quais destacamos a Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas, que desenvolve a estratégia de sustentabilidade do Grupo, reforçando a sua reputação e alinhando práticas de gestão responsável em todas as Companhias, nas suas operações e ao longo da cadeia de valor, e a Chief Corporate Communications and Responsibility Officer do Grupo, que responde diretamente ao Conselho de Administração.

A Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC) é o órgão de supervisão do Grupo em questões de sustentabilidade e colabora diretamente com o Conselho de Administração. Este órgão é responsável por avaliar e propor linhas de orientação estratégica, acompanhando e

supervisionando de modo permanente as matérias relativas: i) ao governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética; ii) à sustentabilidade dos negócios do Grupo; iii) aos códigos internos de ética e de conduta; e iv) aos sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, nomeadamente no que respeita a relações entre a Sociedade e os seus acionistas ou outros stakeholders. Nas reuniões agendadas, a Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas apresenta uma recapitulação dos resultados e estatísticas conhecidos até à data pela CGSRC, bem como uma visão geral da forma como a direção está a implementar medidas e ações para abordar as tendências e questões emergentes em matéria de sustentabilidade.

Adicionalmente, cada uma das Companhias do Grupo⁶ possui Comitês de Sustentabilidade dedicados, que realizam reuniões regulares com uma frequência de duas a quatro por ano, em função do volume de negócios que representam para o Grupo e do impacto que as suas atividades possam ter na estratégia de sustentabilidade do Grupo. Estas reuniões têm como objetivo definir estratégias de atuação e estabelecer objetivos de desempenho, cujos progressos são divulgados por forma a implementar oportunidades de melhoria contínua. Os Comitês de Sustentabilidade são constituídos por diretores das Direções Funcionais de cada Companhia. No total, foram realizadas 27 reuniões em 2024.

Para saber mais sobre a composição, experiência e papel dos órgãos de administração, gestão e supervisão envolvidos em matéria de sustentabilidade, a forma como estes órgãos são informados sobre questões relacionadas com sustentabilidade e como estas questões são abordadas, consulte o capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna".

A nossa Sociedade está empenhada em integrar o desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos, garantindo que os nossos objetivos ambientais e sociais se refletem nos objetivos e incentivos dos nossos colaboradores e equipas. O processo de avaliação de desempenho do Administrador-Delegado é anual, com acompanhamento trimestral, que é disponibilizado à Comissão de Vencimentos. Estas avaliações são sustentadas por evidências concretas e envolvem uma monitorização regular da execução e cumprimento de objetivos, que incluem metas de sustentabilidade, sendo a inclusão da Sociedade em índices ESG específicos o principal indicador de desempenho. De acordo com a política de remunerações, este indicador de desempenho faz parte de um conjunto de indicadores-chave que têm um peso de 50% na remuneração variável anual do Administrador-Delegado. O cumprimento de objetivos relacionados com o clima e outros objetivos de responsabilidade corporativa fazem parte do regime de incentivos dos colaboradores em funções que influenciam a definição e/ou implementação dos compromissos e metas climáticas do Grupo.

Para mais informações sobre a forma como integramos a performance de sustentabilidade nos regimes de incentivos, consulte o capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".

Para cumprir as recomendações europeias em matéria de dever de diligência, temos vindo a implementar nas Companhias do Grupo um conjunto de medidas que permitem prevenir e mitigar os impactos negativos da nossa atividade no ambiente, bem como nas áreas de direitos humanos, laborais e outros aspetos sociais. Este processo de diligência devida segue as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

⁶ A Ara, a Biedronka, a Hebe, a Hussel, a Jeronymo, a JMA, o Pingo Doce e o Recheio são as Companhias que contam com Comitês de Sustentabilidade dedicados.

Principais procedimentos de diligência devida em vigor

Elementos fundamentais da diligência devida em sustentabilidade	Localização na declaração de sustentabilidade
a) Integração da devida diligência em matéria de sustentabilidade no governo, na estratégia e no modelo de negócio	Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia): Salvaguardas mínimas GOV-1 Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão GOV-2 Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos GOV-3 Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos MDR-P Visão geral de políticas E1-1 Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas E1-2 Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas E5-1 Políticas relacionadas com a utilização de recursos e economia circular E2-1 Políticas relacionadas com a poluição E3-1 – Políticas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos E4-2 – Políticas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas S1-1 Políticas relacionadas com a mão de obra própria S3-1 Políticas relacionadas com as comunidades afetadas S4-1 Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais G1-1 Cultura empresarial e políticas de conduta empresarial
b) Colaborar com os stakeholders afetados em todas as etapas fundamentais da diligência devida	S1-2 Processos para dialogar com os próprios trabalhadores e os representantes dos trabalhadores sobre impactos S3-2 Processos para dialogar com as comunidades afetadas sobre impactos S4-2 Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos G1-2 Gestão das relações com os fornecedores
c) Identificar e avaliar impactos adversos	SBM-3 Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio E1-9 Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima E5-6 Efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular S1-3 Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os próprios trabalhadores expressarem preocupações S4-3 Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressarem preocupações
d) Tomar ações para lidar com estes impactos adversos	E1-3 Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas E2-2 – Ações e recursos relacionados com a poluição E3-2 – Ações e recursos relacionados com os recursos hídricos e marinhos E4-3 – Ações e recursos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas E5-2 Ações e recursos relacionados com a utilização dos recursos e a economia circular S1-4 Tomada de medidas sobre os impactos materiais na mão de obra própria e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades relacionadas com a mão de obra própria, bem como a eficácia dessas medidas S3-3 – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para as comunidades afetadas expressarem preocupações S3-4 – Tomar medidas sobre os impactos materiais nas comunidades afetadas e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades relacionadas com as comunidades afetadas, bem como eficácia dessas ações S4-4 Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações As medidas tomadas em relação aos impactos materiais, as abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais e a eficácia dessas medidas, relacionadas com: - temas ambientais como alterações climáticas, poluição, recursos hídricos e marinhos, biodiversidade e ecossistemas são descritos mais pormenorizadamente no subcapítulo 3. “Informação ambiental”, nas respetivas subsecções da secção 5.3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais” neste capítulo. - mão de obra própria, comunidades afetadas e consumidores e utilizadores finais são descritos mais pormenorizadamente no subcapítulo 4. “Informação social”, nas respetivas subsecções do subcapítulo 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais” neste Capítulo.

Elementos fundamentais da diligência devida em sustentabilidade	Localização na declaração de sustentabilidade
e) Acompanhar a eficácia destes esforços e comunicar	E1-4 Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas E1-5 Consumo energético e combinação de energia E1-6 Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE E1-8 Fixação interna do preço do carbono E5-3 Metas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular E5-5 Saídas de recursos S1-1 Políticas relacionadas com a mão de obra própria S1-5 Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais S1-9 Métricas de diversidade S1-10 Salários adequados S1-11 Proteção social S1-12 Pessoas com deficiência S1-14 Métricas de saúde e segurança S1-15 Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada S1-16 Métricas de compensação (disparidade salarial e compensação total) S3-5 Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais S4-5 Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais

A nossa Política de Gestão de Risco e respetiva metodologia visa alinhar os objetivos e a estratégia do Grupo com uma avaliação estruturada e consistente dos riscos específicos e transversais. Esta abordagem permite-nos também monitorizar os riscos emergentes que podem afetar o Grupo e as suas Companhias.

O processo anual de gestão de risco desenvolvido pela nossa equipa de Risco envolve cerca de 70 *managers* representativos das Companhias do Grupo e dos países em que este opera. O seu principal objetivo é assegurar a identificação, monitorização, avaliação e reporte dos riscos a que Jerónimo Martins e as suas Companhias estão expostos, bem como as medidas de mitigação mais relevantes. A avaliação anual é integrada no processo de planeamento estratégico, fornecendo informação às equipas executivas de gestão de todas as unidades de negócio, bem como à Comissão de Auditoria e ao Conselho de Administração de Jerónimo Martins, que é devidamente considerada no processo de desenvolvimento e aprovação de todos os planos estratégicos. A avaliação de risco é igualmente partilhada com os auditores internos e externos de Jerónimo Martins, constituindo um contributo relevante para os respetivos planos de auditoria. São realizadas revisões trimestrais para abordar questões críticas do negócio e monitorizar ativamente quaisquer riscos emergentes que sejam relevantes para o Grupo. Para informações detalhadas sobre a gestão de risco e os controlos internos relativos ao reporte em matéria de sustentabilidade, consulte o capítulo 4 “Governo da Sociedade,” secção C – Organização Interna, subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos.

2.3. Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação

[ESRS 2 SBM-2]

[GRI 2-16]

As visões e interesses dos nossos principais stakeholders internos e externos são permanentemente abordadas pelas áreas e departamentos relevantes. A nossa Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas comunica com transparência o desempenho ESG do Grupo, incluindo os resultados positivos e as áreas de melhoria. Esta disciplina de divulgação e comunicação promove a reputação de Jerónimo Martins e contribui para o alinhamento de práticas responsáveis em todas as Companhias. Através de um diálogo constante com os vários stakeholders internos e externos – cujas preocupações e expectativas são incorporadas nas nossas prioridades estratégicas e principais linhas de ação – promovemos também um melhor entendimento comum com a visão de negócio. Além disso, a Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativas acompanha e supervisiona as matérias relativas ao governo societário, responsabilidade social, ambiente, ética, sustentabilidade dos negócios, códigos internos de ética e de conduta e sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, nomeadamente no que respeita a relações entre o Grupo e os seus stakeholders.

O Gabinete de Relações com Investidores organiza e participa em eventos que visam proporcionar aos investidores uma visão atualizada e clara das estratégias, desempenho operacional e perspetivas de Jerónimo Martins. Estas ações contribuem para preservar o nível de diálogo que é o benchmark para os stakeholders de Jerónimo Martins. No que diz respeito à estratégia de reporte de Jerónimo Martins, os nossos Relatórios e Contas são elaborados de acordo com as informações comunicadas e com as principais metodologias e pedidos de informação feitos pelos nossos stakeholders.

Com vista a construir parcerias duradouras e privilegiar relações de qualidade com os vários públicos com quem interagimos, definimos canais de comunicação internos e externos específicos de acordo com as necessidades e expectativas dos diferentes públicos, por forma a facilitar o melhor alinhamento possível.

Stakeholders de Jerónimo Martins

Stakeholders	Interlocutores	Canais de comunicação
Acionistas e investidores	Gabinete de Relações com Investidores.	Website corporativo, e-mail, Relatórios e Contas, revista corporativa, comunicados financeiros, reuniões, conferências, roadshows, app Jerónimo Martins IR, Dia do Investidor e assembleias gerais.
Analistas	Gabinete de Relações com Investidores, Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail, Relatórios e Contas, revista corporativa, comunicados financeiros, reuniões, conferências, app Jerónimo Martins IR e Dia do Investidor.
Organismos oficiais, entidades de supervisão e autoridades locais	Conselho de Administração, Comissão de Auditoria, Gabinete de Relações com Investidores, Departamentos Fiscais, Departamentos Jurídicos, Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail e correio físico, revista corporativa e reuniões.
Fornecedores e parceiros de negócio	Departamento Comercial, Marketing, Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria, Segurança Alimentar, Ambiente, Operações Regionais, Técnicas, Expansão, Tecnologias de Informação e Comissão de Ética.	Website da Comissão de Ética, Portal JM Direct, visitas de acompanhamento, auditorias de qualidade e segurança alimentar, auditorias sociais e ambientais, reuniões de negócios, contactos diretos e revista corporativa.
Colaboradores	Direções de Recursos Humanos, Escola de Formação, Comissão de Ética, Núcleos de Ética, Comissão para o Combate ao Mobbing, Discriminação e Assédio Sexual, Comité de Convivência Laboral e Serviços de Atendimento ao Colaborador.	Website da Comissão de Ética, canais de comunicação de Recursos Humanos, apoio telefónico, e-mail, canais de comunicação interna.
Representantes dos colaboradores	Departamento de Relações Laborais, Sindicatos, fóruns de diálogo social, representantes sindicais.	Carta, e-mail, fóruns de diálogo social.
Clientes e Consumidores	Serviço de Apoio ao Cliente, Provedoria do Cliente e Comissão de Ética.	Apoio telefónico, e-mail, website corporativo e correio físico.
Comunidades Locais	Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas, lojas e centros de distribuição.	Visitas de acompanhamento, reuniões, protocolos e parcerias/mecenato, questionários de impacto social.
Jornalistas	Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, comunicados de imprensa, conferências de imprensa, reuniões, Relatório e Contas e revista corporativa.
Organizações e associações não-governamentais	Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail, visitas de acompanhamento, reuniões, parcerias/mecenato e revista corporativa.

Os nossos processos de diligência devida relativos aos impactos materiais são moldados não só pelos contributos intrínsecos das nossas partes interessadas, através dos seus pedidos e necessidades veiculados nos órgãos internos e canais de comunicação, mas também pelos seus contributos para o nosso estudo de dupla materialidade, que ajuda a definir os nossos impactos materiais.

2.3.1. Mecanismos e canais para expor preocupações

[ESRS S1-3; ESRS S1-17; ESRS S2-3; ESRS S3-3; ESRS S4-3; ESRS G1-1]

Por forma a garantir que os nossos stakeholders expõem as suas preocupações e recebem respostas diretas e adequadas, o Grupo Jerónimo Martins disponibiliza diversos canais internos:

- a Comissão de Ética, um órgão especializado que supervisiona, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta e da Política Anticorrupção, por forma a gerir eficazmente os riscos à luz da Política de Comunicação de Irregularidades aprovada pela Sociedade. Este órgão divulga e disponibiliza uma plataforma digital para, de forma confidencial, e anónima se desejado, denunciar infrações;
- os Núcleos de Ética, canais de reporte independentes em Portugal, Polónia e Eslováquia que, em conjunto com a Comissão de Ética, são responsáveis pela receção e seguimento das exposições de quaisquer irregularidades que violem a legislação da União Europeia, a legislação nacional e o Código de Conduta;
- a Comissão para o Combate ao Mobbing, Discriminação e Assédio Sexual, formada sempre que existe uma denúncia sobre estes temas na Polónia;
- o Comité de Convivência Laboral na Colômbia, que investiga queixas relacionadas com as condições de trabalho ou outras questões laborais;
- os Serviços de Atendimento ao Colaborador para comunicar, clarificar e resolver questões laborais, e para receber e encaminhar pedidos sociais. Este canal garante a confidencialidade, independência e imparcialidade, assegurando a proteção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação, discriminação ou diminuição dos seus direitos;
- os Serviços de Apoio ao Cliente das Companhias, que podem ser envolvidos diretamente ao nível das lojas, através dos nossos colaboradores, nomeadamente os nossos gerentes de loja, com quem os consumidores podem interagir e resolver qualquer questão ou preocupação. Os clientes podem igualmente optar por contactar os canais dos Serviços de Apoio ao Cliente (e-mail, website, telefone, aplicações móveis, redes sociais, entre outros), que são estruturas especializadas em cada Companhia que visam assegurar uma resposta eficiente às suas sugestões, elogios, ideias, pedidos de informação e reclamações. Estes meios de contacto, dependendo da Companhia, podem ser, quando aplicável, anunciados nas lojas, nas embalagens dos produtos de Marca Própria, nos talões de pagamento e nos websites das Companhias;
- a [Provedoria do Cliente](#), criada em 2005 com o objetivo de preservar a confiança e satisfação dos consumidores, medeia a relação dos clientes com as Companhias, sendo independente e neutra. Cada processo remetido é analisado e as necessárias diligências executadas, culminado num parecer não vinculativo e em recomendações de atuação às Companhias.

Para obter informações e dados detalhados sobre contactos/procedimentos que ocorreram em 2024, consulte o capítulo 4 “Governo da Sociedade”, secção C – “Organização Interna”, e o subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Ética e conformidade” neste capítulo, bem como o subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.3. “Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)”, subsecção 3.3.5. “Salvaguardas mínimas” neste capítulo.

Estes canais de comunicação são disponibilizados aos nossos stakeholders no nosso [website corporativo](#), disponível ao público, e no website específico da [Comissão de Ética](#). Adicionalmente, estão disponíveis nos websites das nossas quatro Companhias. A eficácia destes mecanismos está patente na elevada percentagem de casos resolvidos. Para obter informações e dados detalhados sobre contactos/procedimentos que ocorreram em 2024, consulte o subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Ética e conformidade”, bem como a subsecção 4.2.3. “Consumidores e utilizadores finais”, ponto “Correção dos impactos e canais para os consumidores manifestarem preocupação” neste capítulo.

2.4. Gestão de riscos do reporte em matéria de sustentabilidade

[ESRS 2 GOV-5]

O Conselho de Administração é o responsável máximo pelas divulgações em matéria de sustentabilidade do Grupo. No entanto, existem níveis anteriores de autoridade para garantir a coerência, integridade e solidez da divulgação de dados ESG. É o caso da Comissão de Auditoria, que é responsável, entre outros, por monitorizar a preparação e a divulgação de informações financeiras e não financeiras⁷. A CGSRC do Grupo, na qualidade de comité especializado para as questões de sustentabilidade, também é informada sobre os processos e ações do Grupo para assegurar o alinhamento com os *frameworks* de reporte de sustentabilidade, como as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), bem como as ações em – previstas e em vigor –, para assegurar a consistência, robustez e integridade do reporte. A Direção Funcional de Comunicação e Responsabilidade Corporativas do Grupo, responsável pelo desenvolvimento, implementação e monitorização da sua estratégia de sustentabilidade, é também responsável pelos processos estabelecidos pela Companhia para a recolha e tratamento de dados relacionados com sustentabilidade ambiental e social. Este departamento é responsável por providenciar atualizações periódicas à CGSRC, à Comissão de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Os nossos sistemas de controlo de reporte em matéria de sustentabilidade seguem uma abordagem semelhante à do sistema de controlo do relato financeiro, embora ainda não atinjam o mesmo nível de maturidade que pode ser verificado pelo nível de garantia do processo de verificação externa: Garantia Limitada de Fiabilidade sobre divulgações em matéria de sustentabilidade e Garantia Razoável de Fiabilidade sobre divulgações financeiras. É nosso objetivo trabalhar progressivamente no sentido de assegurar que o nível de garantia em matéria de sustentabilidade corresponda aos níveis de garantia financeira.

Uma vez que o âmbito dos relatórios de sustentabilidade tem vindo a aumentar significativamente ao longo dos anos – atualmente verificamos mais de 240 indicadores relacionados com ESG de acordo com diferentes *frameworks* de sustentabilidade –, estabelecemos um leque mais vasto de controlos internos para apoiar a identificação e mitigação dos riscos relacionados com a exatidão e integridade dos dados. Um exemplo inclui o reporte interno regular dos principais indicadores e métricas para medir o progresso ao longo do ano e identificar lacunas de informação relevantes, inconsistências ou mesmo necessidades de adaptação da recolha e consolidação de dados a alterações nas metodologias prescritas nos quadros de sustentabilidade que o Grupo utiliza para divulgar dados de sustentabilidade. Isto permite-nos identificar e abordar estas questões numa base periódica. A recolha destes indicadores varia entre uma base trimestral, semestral ou anual e é feita em colaboração com os proprietários de dados internos de cada uma das Companhias do Grupo.

Em 2024, considerámos os processos de garantia ESG dos anos anteriores e as suas recomendações, bem como as observações da Direção de Auditoria Interna do Grupo, e identificámos os principais riscos que poderiam afetar direta ou indiretamente a nossa declaração de sustentabilidade: distorção de informação, erros operacionais e fraude. Para mitigar estes erros, estamos a implementar várias ações, como a aplicação de uma solução digital que ajudará a enfrentar os desafios ESG e financeiros nos relatórios estatutários. Isto permitirá uma maior rastreabilidade dos dados, um mapeamento em tempo real das informações recebidas, uma clara propriedade dos dados, processos concluídos e pendentes, entre outros benefícios.

2.5. Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade

[ESRS 2 SBM-1, ESRS 2 SBM-2, ESRS SBM-3, ESRS 2 IRO-1, ESRS 2 IRO-2]

[GRI 2-25, GRI 3-1, GRI 3-2 e GRI 3-3]

O Grupo Jerónimo Martins opera essencialmente no sector alimentar, promovendo soluções e produtos alimentares seguros, saudáveis e acessíveis através das suas Companhias e Marcas Próprias. O respeito por todos os *stakeholders* e o compromisso com os princípios de desenvolvimento sustentável são parte integrante da sua estratégia de crescimento e criação de valor. Esta abordagem visa contribuir para a prosperidade, coesão e bem-estar das comunidades servidas pelos seus negócios, a curto, médio e longo

⁷ Informações sobre as responsabilidades da Comissão de Auditoria disponíveis no capítulo 4 “Governo da Sociedade”, Parte I – “Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secção B – “Órgãos Sociais e Comissões”, subsecção III – “Fiscalização (Comissão de Auditoria)”, ponto 30. “Identificação do Órgão de Fiscalização (Comissão de Auditoria) Correspondente ao Modelo Adotado”.

prazo. Para informações detalhadas sobre a estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor do Grupo, consulte o capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", capítulo 2 "Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento" e o capítulo 4 "Governo da Sociedade". As informações sobre a discriminação das receitas totais por sector significativo das ESRS são apresentadas na nota 3.2. "Reporte por segmentos de atividade" no capítulo 3 "Demonstrações Financeiras".

Em 2023 levámos a cabo a nossa primeira análise de dupla materialidade, de acordo com a versão preliminar dos requisitos estabelecidos pela Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) da UE e pelas Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS). Este processo começou com uma identificação de uma lista preliminar de tópicos materiais potenciais e dos seus impactos, riscos e oportunidades (IRO). Em seguida, foi realizada uma auscultação de stakeholders para recolher contributos sobre o impacto de Jerónimo Martins em diferentes tópicos de sustentabilidade.

Esta análise recolheu informação de mais de 16.600 stakeholders de nove grupos distintos⁸, na Polónia, Portugal e Colômbia, para avaliar a materialidade de impacto ao longo da nossa cadeia de valor, considerando tanto a severidade (escala, âmbito e irremediabilidade do impacto) como a probabilidade de ocorrência. Para além dos contributos destes stakeholders, a matriz de impacto também teve em conta expertise interna e externa. As questões financeiras materiais foram identificadas utilizando o sistema de gestão de risco do Grupo⁹. A análise considerou riscos e oportunidades ao longo da cadeia de valor, com base na sua magnitude (potencial impacto financeiro nas vendas e custos) e na probabilidade de ocorrência. No final, o exercício foi também validado por quadros superiores e membros da Direção Executiva do Grupo¹⁰. Com base nas conclusões, os tópicos e subtópicos materiais foram identificados e os requisitos obrigatórios de divulgação de sustentabilidade para o Relatório e Contas de 2023 do Grupo foram delineados.

Em 2024, revimos este estudo de acordo com a versão final das ESRS¹¹ e as versões finais das orientações de aplicação publicadas, em maio de 2024, pelo EFRAG (European Financial Reporting Advisory Group). Não foi levada a cabo uma nova auscultação de stakeholders em 2024, mas as conclusões do exercício de 2023 foram tidas em conta. Os IRO foram novamente analisados e complementados com investigação documental e análise de referência. No total, foram identificados 145 IRO nesta revisão, discriminados da seguinte forma:

Impactos, riscos e oportunidades totais considerados

Impactos, riscos e oportunidades	Total	Direção		Ocorrência		Horizonte temporal			Relevância na cadeia de valor*		
		Positiva	Negativa	Real	Potencial	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	A montante	Operações diretas	A jusante
Impactos	62	31	31	38	24	24	20	6	43	61	29
Riscos	47	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	11	26	10	24	47	11
Oportunidades	36	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	11	18	7	17	36	15

* Os mesmos IRO podem ser identificados (total ou parcialmente) para diferentes níveis da nossa cadeia de valor, justificando assim montantes superiores ao total.

A avaliação dos IRO teve em conta diferentes horizontes temporais (curto, médio e longo prazo) e a fase da cadeia de valor em que podem ocorrer. Dos 145 IRO analisados, 21 foram avaliados como materiais. Foram identificados 35 subtópicos ambientais, sociais e de governo (ESG), dos quais 10 foram

⁸ Foram recolhidas respostas de representantes de nove grupos: colaboradores, consumidores, fornecedores e prestadores de serviços, organizações não-governamentais, instituições particulares de solidariedade social, analistas e investidores, media, associações sectoriais, seguradoras e opinion makers. Para mais detalhes sobre as formas como nos relacionamos com os nossos stakeholders, consulte a página "Os Nossos Públicos" no nosso [website](#) corporativo.

⁹ Para mais informações, consulte o capítulo 4 "Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III "Controlo Interno e Gestão de Riscos".

¹⁰ Para mais detalhes sobre o exercício de 2023, consulte o [Relatório e Contas 2023](#).

¹¹ Publicadas a 22 de dezembro de 2023 no Jornal Oficial da União Europeia.

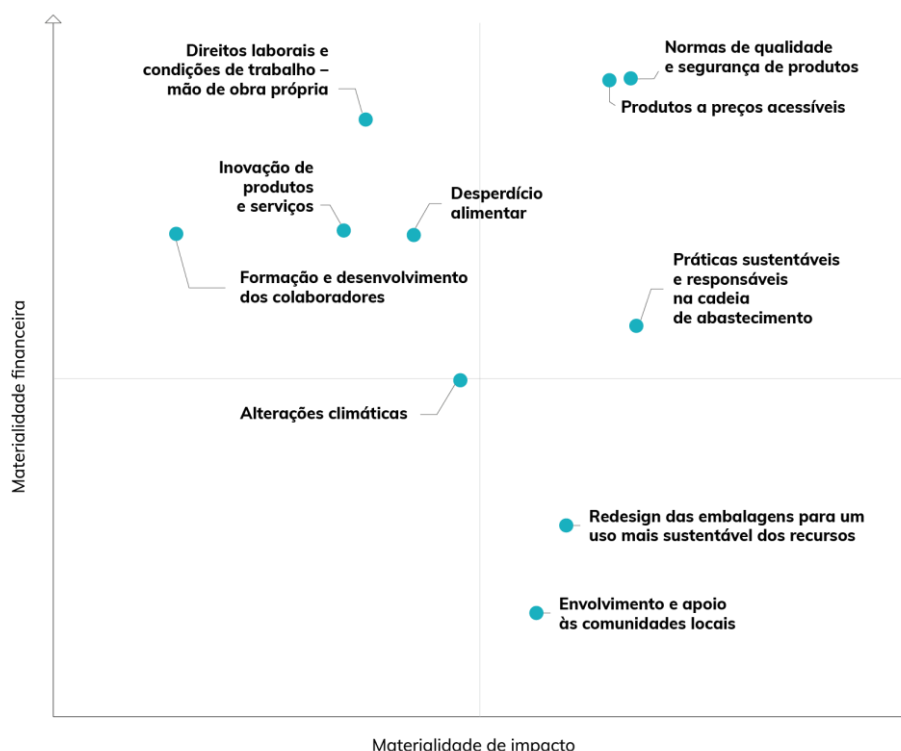
considerados materiais para Jerónimo Martins, de acordo com os nossos *thresholds* internos, nomeadamente os intervalos aplicáveis aos nossos processos de Gestão de Risco corporativo.

Impactos, riscos e oportunidades associados a tópicos materiais para Jerónimo Martins

Tópico	Tópico ESRS	Subtópico material	Impactos		Riscos	Oportunidades	Requisitos materiais
			Positivo	Negativo			
Ambiente	Alterações climáticas	Alterações climáticas	0	1	0	0	E1-1 a E1-9
	Economia circular	Redesign das embalagens para um uso mais sustentável dos recursos	0	1	0	0	E5-1 a E5-3 E5-5
		Desperdício alimentar	0	0	0	1	E5-1 a E5-3 E5-5 e E5-6
Social	Mão de obra própria	Direitos laborais e condições de trabalho	0	0	1	1	S1-1 a S1-11 S1-14 a S1-17
		Formação e desenvolvimento dos colaboradores	0	0	1	2	S1-1, S1-4, S1-5 e S1-13
	Comunidades afetadas	Envolvimento e apoio às comunidades locais	2	1	0	0	S3-1, S3-2, S3-4 e S3-5
	Consumidores e utilizadores finais	Inovação de produtos e serviços	0	0	1	1	S4-1, S4-4 e S4-5
		Produtos a preços acessíveis	0	1	1	1	S4-1 a S4-5
		Normas de qualidade e segurança de produtos	1	0	1	1	S4-1, S4-2, S4-4 e S4-5
Governo	Conduta empresarial	Práticas sustentáveis e responsáveis na cadeia de abastecimento	2	0	0	0	G1-1, G1-2 e G1-6

Como resultado deste exercício, foram identificados os seguintes tópicos materiais:

Matriz de dupla materialidade 2024



Nota: Temas materiais resultantes da aplicação de linha de corte.

Em resultado da análise de dupla materialidade, aqui consolidada, os dez tópicos materiais mais relevantes identificados em 2024 foram os seguintes:

- Normas de qualidade e segurança de produtos
- Produtos a preços acessíveis
- Práticas sustentáveis e responsáveis na cadeia de abastecimento
- Direitos laborais e condições de trabalho - mão de obra própria
- Desperdício alimentar
- Inovação de produtos e serviços
- Alterações climáticas
- Redesign das embalagens para um uso mais sustentável dos recursos
- Formação e desenvolvimento dos colaboradores
- Envolvimento e apoio às comunidades locais

Tal como em 2023, os tópicos "Normas de qualidade e segurança de produtos" e "Produtos a preços acessíveis" foram considerados os mais relevantes, tanto do ponto de vista do impacto como do financeiro (riscos e oportunidades).

Os tópicos identificados diretamente pelos stakeholders auscultados (materialidade de impacto) e que estão incluídos na nossa matriz de dupla materialidade são os seguintes:

- Práticas sustentáveis e responsáveis na cadeia de abastecimento
- Redesign das embalagens para um uso mais sustentável dos recursos
- Formação e desenvolvimento dos colaboradores
- Envolvimento e apoio às comunidades locais

A avaliação de risco destacou os tópicos "Direitos laborais e condições de trabalho – mão de obra própria"¹², "Desperdício alimentar", "Formação e desenvolvimento dos colaboradores" e "Inovação de produtos e serviços" como aqueles com maior potencial para ter um impacto financeiro positivo ou negativo na atividade do Grupo.

¹² O tópico de 2023 "Compensação e benefícios" foi integrado em "Direitos laborais e condições de trabalho - mão de obra própria" de forma a alinhar a nomenclatura com os subtópicos incluídos nas ESRS.

É nossa intenção repetir esta análise a cada três anos. Nos anos intermédios serão conduzidas calibrações para assegurar que a mesma se mantém atual.

2.6. As nossas políticas

[ESRS 2 MDR-P]

Na tabela abaixo, é possível encontrar um conjunto de políticas relacionadas com sustentabilidade. Informações detalhadas podem ser encontradas [aqui](#).

Política	Descrição de conteúdos chave	Stakeholders mais afetados
Código de Conduta	Define o propósito, princípios éticos e valores que pautam as operações do Grupo e as relações com os stakeholders. Destina-se a todos os colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros de negócio e investidores. O Código de Conduta engloba quatro princípios fundamentais: Respeito pela Lei e pelos Direitos Humanos, Honestidade e Integridade, Diversidade e Inclusão, e Responsabilidade Social Corporativa.	Colaboradores Consumidores Fornecedores Parceiros de negócio Investidores Comunidades locais Organizações e associações não-governamentais Jornalistas
Política Ambiental	Dá prioridade ao respeito pelo ambiente no crescimento e desenvolvimento da atividade do Grupo, incluindo o compromisso de promover práticas sustentáveis de produção, distribuição e consumo, melhorando continuamente a eficiência e a eficácia da cadeia de abastecimento. A política integra critérios de desempenho ambiental nas operações e nas decisões de gestão, incentiva a ecoeficiência e aecoinovação e promove ativamente a participação em iniciativas multistakeholder. As principais prioridades incluem a luta contra as alterações climáticas, proteção dos recursos hídricos, preservação da biodiversidade e aceleração da transição para uma economia circular. O Grupo tem como objetivo reduzir o consumo de energia, as emissões de gases com efeito de estufa e os resíduos, melhorando simultaneamente a qualidade e a disponibilidade da água. A política estabelece que todas as iniciativas devem ser regularmente monitorizadas, avaliadas e comunicadas para garantir a melhoria contínua e a conformidade com a legislação aplicável.	Colaboradores Fornecedores Parceiros de negócio Comunidades locais
Política Anticorrupção	Estabelece os princípios e obrigações delineados do Código de Conduta, que devem ser observados no local de trabalho e nas interações com fornecedores, clientes e outras entidades externas, de forma a prevenir a corrupção e evitar potenciais conflitos de interesse. Esta política aplica-se a todas as Companhias do Grupo Jerónimo Martins e aos seus colaboradores, independentemente do seu vínculo contratual, cargo ou país de atividade. Em linha com o Código de Conduta do Grupo, a política detalha os canais de comunicação disponíveis e define que as denúncias de potenciais infrações feitas de boa-fé não darão lugar a retaliações, reprimendas ou quaisquer outras ações adversas ou discriminatórias.	Colaboradores Fornecedores Parceiros de negócio Governos Comunidades locais Organizações e associações não-governamentais Jornalistas
Política de Compras Sustentáveis	Visa estabelecer uma abordagem sustentável através da incorporação de preocupações sociais e ambientais na cadeia de abastecimento com vista a contribuir, de forma gradual e sustentada, para impactos positivos e minorar os impactos negativos reais ou potenciais das suas atividades. Esta política visa garantir a qualidade e a segurança alimentar, oferecer preços justos, promover o consumo responsável, apoiar o bem-estar social e contribuir para a sustentabilidade dos ecossistemas e das comunidades. O Grupo privilegia uma seleção rigorosa dos fornecedores, fomentando relações éticas a longo prazo e incentivando boas práticas ambientais. Comprometida em fazer cumprir a legislação e proteger a biodiversidade, esta política está alinhada com as áreas prioritárias da ONU para assegurar os serviços dos ecossistemas e o bem-estar das populações.	Colaboradores Fornecedores Parceiros de negócio Comunidades locais Consumidores

Política	Descrição de conteúdos chave	Stakeholders mais afetados
Código de Conduta de Fornecedores	Estabelece os padrões e princípios éticos que os fornecedores devem seguir nos seus negócios com o Grupo. Sublinha a importância de promover a eficiência, a satisfação dos clientes, os interesses dos acionistas e o desenvolvimento sustentável. Espera-se que os fornecedores mantenham elevados padrões nas práticas laborais, na proteção ambiental e na qualidade e segurança dos produtos. O Código exige o cumprimento das leis e tratados internacionais, práticas empresariais ambientalmente conscientes e a adesão aos mais elevados padrões de qualidade e segurança dos produtos. Exige também que os fornecedores cumpram as leis laborais, garantido os princípios de não-discriminação, ausência de trabalho forçado ou infantil, ambiente de trabalho seguro e saudável, remuneração justa e cumprimento das horas de trabalho legais, juntamente com o respeito pela liberdade de associação dos trabalhadores. Adicionalmente, os fornecedores não devem oferecer ofertas ou benefícios pessoais aos colaboradores de Jerónimo Martins, com exceção de ofertas simbólicas até um determinado montante pré-definido. A abrangência deste Código assegura o alinhamento dos fornecedores com o compromisso do Grupo: práticas empresariais éticas e sustentáveis.	Colaboradores Fornecedores Parceiros de negócio Comunidades locais Consumidores
Política de Apoio às Comunidades Envolventes	Destaca a importância da responsabilidade alargada e da contribuição ativa para o bem-estar das comunidades envolventes das zonas onde o Grupo desenvolve a sua atividade. O foco desta política está na promoção dos valores da Humanidade, do Mérito, do Empreendedorismo e da Cidadania. Apoiar projetos destinados a combater a subnutrição, a fome, a pobreza e a exclusão social, especialmente juntos dos idosos e crianças e jovens carenciados. O apoio é prestado através de doações de vales de compras de produtos alimentares e de higiene, bem como de iniciativas destinadas a reduzir o abandono escolar precoce e a incentivar o empreendedorismo. A política considera igualmente o apoio à investigação científica relacionada com a saúde através da alimentação e da preservação do património cultural e ambiental. Define que todas as medidas de apoio sejam acompanhadas e avaliadas, a fim de garantir que os recursos sejam atribuídos de forma eficaz para criar o maior impacto possível.	Colaboradores Organizações e associações não-governamentais
Política Nutricional	Procura promover a adoção de estilos de vida saudáveis através da oferta de alimentos seguros, nutritivos e acessíveis, centrando-se na prevenção de doenças relacionadas com a alimentação, como a obesidade e a diabetes. Entre os seus objetivos estratégicos estão a segurança dos produtos, o cumprimento da legislação, a oferta de uma variedade de produtos saudáveis e o fornecimento de informações claras e fiáveis aos consumidores. A política baseia-se em seis pilares: perfil nutricional, ingredientes, rotulagem, tamanho das porções, melhoria contínua e comunicação. O documento também promove a adoção de práticas de marketing responsável, especialmente no que diz respeito às crianças, e a melhoria contínua dos perfis nutricionais dos produtos. A política sublinha que as ações devem ser monitorizadas para avaliar o seu impacto e precisão.	Fornecedores Consumidores
Política de Qualidade e Segurança de Produto	Compromete-se a garantir os mais elevados padrões de qualidade e segurança dos produtos de Marca Própria e perecíveis. A política centra-se no objetivo de preservar os preços competitivos, estabelecendo parcerias de longo prazo com os fornecedores, assegurando sistemas de gestão da qualidade e certificações de segurança relevantes. Os principais objetivos incluem a compreensão e satisfação das exigências dos clientes, monitorização e otimização dos processos internos, promoção da inovação, manutenção do capital reputacional das marcas, controlo da qualidade dos produtos, formação dos recursos humanos, reforço das parcerias com fornecedores, cooperação com as autoridades e a comunidade científica, desenvolvimento de mecanismos de informação aos clientes, cumprimento dos requisitos legais e regulamentares, melhoria contínua do Sistema de Gestão de Qualidade, garantia da segurança dos produtos para a saúde humana e animal e minimização dos impactos ambientais. A política inclui igualmente princípios específicos como a conformidade legal, o envolvimento com os stakeholders, a aplicação de normas rigorosas de qualidade e segurança baseadas em provas científicas e a garantia da segurança dos produtos mediante apoio jurídico e científico. O Grupo compromete-se a adotar práticas como a proibição de testes em animais, exceto em casos específicos como os testes sensoriais para alimentação animal, adotar uma abordagem conservadora em relação aos OGM e a garantia de transparência na rotulagem, evitar a utilização de nanotecnologia nos produtos alimentares e nas embalagens, reformular os produtos para eliminar os microplásticos, respeitar as normas de segurança relativamente a substâncias que suscitam preocupação e a materiais de embalagem, implementar procedimentos e rastreabilidade para garantir a segurança dos produtos e comunicar claramente as informações sobre os produtos aos consumidores.	Fornecedores Consumidores

Política	Descrição de conteúdos chave	Stakeholders mais afetados
Política de Proteção de Dados Pessoais	Assegura a privacidade dos dados pessoais de todas as pessoas que interagem com as Companhias de Jerónimo Martins, incluindo clientes, colaboradores, fornecedores e parceiros. Estabelece as medidas necessárias para proteger os dados pessoais e assegura o cumprimento da legislação de proteção de dados em todas as suas operações, através de uma equipa de Data Privacy dedicada e de Encarregados de Proteção de Dados para desenvolver, implementar e verificar os procedimentos de proteção de dados. A política garante que os dados pessoais são tratados de forma legal, justa e transparente, apenas para fins legítimos claramente comunicados aos titulares dos dados. Desta forma, garante que os dados são tratados para fins específicos e legítimos, e conservados apenas durante o tempo necessário. A política também garante a minimização, exatidão, integridade e confidencialidade dos dados através de medidas de segurança robustas e de uma seleção cuidadosa de parceiros. Além disso, estabelece que os princípios de proteção de dados são integrados em novos projetos desde o início, envolvendo a equipa de Data Privacy para mitigar quaisquer riscos. Contempla igualmente o direito que os titulares têm sobre o controlo dos seus dados pessoais, com direitos de acesso, retificação, oposição, portabilidade, limitação e eliminação de dados, que é facilitado através dos nossos canais dedicados.	Acionistas e investidores Analistas Organismos oficiais, entidades de supervisão e autoridades locais Fornecedores e parceiros de negócio Colaboradores Consumidores Comunidades Locais Jornalistas Organizações e associações não-governamentais
Política de Comunicação de Irregularidades	Define regras para a receção, registo e tratamento de comunicações de irregularidades na Companhia. Assegura a adoção de mecanismos eficazes de deteção e prevenção de irregularidades, promove uma cultura de transparência, integridade e responsabilidade e incentiva o comportamento ético, honesto e profissional dos colaboradores e líderes. Assegura igualmente a conformidade com a legislação da UE, a legislação nacional e o Código de Conduta da Companhia, e apoia uma gestão eficaz dos riscos. A política define quem é considerado um denunciante, quais os temas que são considerados irregularidades e o que pode constituir um motivo para a denúncia. Estabelece princípios de total privacidade, confidencialidade em todo o processo e o princípio de não retaliação. Do ponto de vista processual, descreve as etapas de todo o processo de denúncia, desde a queixa até à comunicação do resultado através de mecanismos de denúncia internos e externos, e explica como os dados são registados e geridos.	Acionistas e investidores Analistas Organismos oficiais, entidades de supervisão e autoridades locais Fornecedores e parceiros de negócio Colaboradores Consumidores Comunidades locais Jornalistas Organizações e associações não-governamentais
Diretrizes Labour Fundamentais	Visam promover os direitos humanos e laborais dos colaboradores, inspirando o Grupo, as estruturas corporativas e as Companhias a criar um ambiente de trabalho saudável, seguro e equilibrado. Estas diretrizes têm os seguintes objetivos: i) clarificar os princípios fundamentais internacionais globais que se aplicam diretamente às Companhias de Jerónimo Martins em matéria de Gestão de Recursos Humanos; ii) estabelecer os comportamentos padrão e as principais linhas de conduta para todas as Companhias de Jerónimo Martins; iii) atuar em conformidade com a legislação e princípios internacionais nas áreas dos direitos humanos, trabalho e gestão de recursos humanos, na adoção de políticas, procedimentos, práticas, iniciativas ou outras ações equivalentes; iv) garantir e promover que todas as Companhias adotam um mecanismo (ex.: canais de comunicação específicos) que permita aos colaboradores enviar e/ou expor qualquer pedido ou reclamação. Através destas diretrizes, reforçamos os seguintes princípios e direitos: • princípio de equidade e não discriminação; • direito ao trabalho; • direito ao descanso; • direito à igualdade retributiva e à remuneração justa; • direito à liberdade de associação, atividade sindical e contratação coletiva; • direito a um local de trabalho seguro; • direito à parentalidade; • direito à privacidade e vida privada; • direito à remediação.	Colaboradores Organismos oficiais, entidades de supervisão e autoridades locais Acionistas e investidores Analistas

Política	Descrição de conteúdos chave	Stakeholders mais afetados
Orientações para a Prevenção e Combate a Assédio e Discriminação	Visa formalizar os princípios de equidade e não discriminação definidos no Código de Conduta do Grupo e o princípio da prevenção do assédio no local de trabalho, que são comportamentos intoleráveis que importa prevenir, combater e, se necessário, sancionar adequadamente, nomeadamente através do estabelecimento de: i) regras de prevenção e resposta a comportamentos que consubstanciem discriminação e/ou assédio, sob qualquer modalidade, no local de trabalho e/ou por razões de índole laboral; ii) canais de contacto entre os colaboradores e as suas Companhias neste âmbito; iii) as linhas orientadoras do processo de análise e investigação das denúncias recebidas.	Colaboradores Organismos oficiais, entidades de supervisão e autoridades locais Acionistas e investidores Analistas
Política de Recrutamento e Seleção	Define regras e diretrizes de recrutamento para atrair e selecionar os candidatos certos, interna e externamente, de acordo com as necessidades de recrutamento do Grupo, e proporcionar uma experiência excecional aos candidatos e colaboradores, reforçando o valor da marca Jerónimo Martins como Empregador de Referência, em todos os países onde estamos e queremos estar presentes. Os processos de recrutamento e seleção estabelecidos nesta política assentam, assim, na promoção e cumprimento de critérios de ética, equidade, não discriminação e igualdade de oportunidades a todos os níveis da nossa organização. As equipas de recrutamento e seleção garantem a imparcialidade na análise dos perfis e devem aplicar, em todas as fases do processo, critérios previamente estabelecidos relativos à experiência e às qualificações, entre outros. Asseguram igualmente o cumprimento da lei, dos regulamentos e das regras de gestão de riscos e da privacidade, respeitando as exigências de cada país, nomeadamente no que diz respeito à idade mínima para trabalhar.	Colaboradores Candidatos e potenciais candidatos Fornecedores e parceiros de negócio
Política Global de Formação	Define regras e orientações para a identificação e implementação de soluções de formação adequadas nos diferentes locais onde Jerónimo Martins e as diferentes Companhias do Grupo estão presentes. Estabelece, entre outros, os seguintes objetivos: i) assegurar um forte alinhamento entre os planos de formação, objetivos das Companhias e estratégia do Grupo JM; ii) alinhar conceitos de formação e definir o macroprocesso de formação que deve ser cumprido por todas as Companhias e pela estrutura corporativa no que diz respeito à gestão das atividades de formação; iii) estabelecer padrões de qualidade das soluções de formação.	Colaboradores Fornecedores e parceiros de negócio
Política de Gestão de Desempenho	Define o processo, as principais regras e orientações relativas à gestão do desempenho dos managers e ao alinhamento com os objetivos de negócio, e visa promover uma cultura meritocrática e orientada para os resultados, baseada no feedback regular e no desenvolvimento das pessoas. Visa assegurar que o desempenho e contributo individual de cada manager estão alinhados com os objetivos de negócio e com os Valores do Grupo e comportamentos esperados.	Colaboradores
Política de Saúde e Segurança no Trabalho	Define os princípios orientadores para o desenvolvimento e implementação de processos e boas práticas, garantindo o cumprimento da legislação e contribuindo para a manutenção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para colaboradores, clientes, prestadores de serviços, fornecedores e comunidades. É possível encontrar mais informações sobre as nossas políticas de Segurança e Saúde no Trabalho, neste capítulo, no subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Segurança e saúde no trabalho".	Colaboradores Clientes Fornecedores e parceiros de negócio Comunidades locais Organismos oficiais, entidades de supervisão e autoridades locais
Política de Envolvimento	Visa promover uma cultura organizacional que fomente elevados níveis de envolvimento e desempenho no Grupo. Através de uma metodologia de envolvimento baseada no conhecimento, Jerónimo Martins mede e monitoriza o envolvimento dos colaboradores. A Política de Envolvimento tem como objetivos: i) construir uma cultura de envolvimento e de compromisso com a Visão, Missão e Valores, Estratégia e Objetivos do Grupo; ii) disponibilizar um canal, disponível a todos os colaboradores, que permita avaliar o envolvimento organizacional; iii) atuar como Corporate and Companies Advisor, através da disponibilização de contributos chave que derivam dos resultados do envolvimento; iv) apoiar a identificação e implementação de iniciativas estratégicas que alavanquem a cultura de envolvimento e elevado desempenho; v) reforçar o valor da marca Jerónimo Martins como um empregador de referência.	Colaboradores

Para todas as políticas e códigos, o nível mais elevado da organização responsável pela sua implementação é o Administrador-Delegado do Grupo. A maioria dos documentos acima mencionados encontra-se divulgada publicamente no nosso [website](#) e [aqui](#). No entanto, algumas políticas e diretrizes são internas e enquadram-se na alegação do Grupo de omissão de informação devido a “propriedade intelectual, o saber-fazer ou os resultados da inovação”, conforme descrito nas ESRS.

2.7. Compromissos

[ESRS 2 MDR-M; ESRS 2 MDR-T]

Os objetivos de sustentabilidade para o Grupo e para as suas Companhias foram definidos tendo em conta a sua estratégia de responsabilidade corporativa, incluindo as políticas que a suportam, e os resultados da sua Análise de Dupla Materialidade, tendo sido estabelecidos objetivos para abordar cada tópico material identificado. A definição dos objetivos foi feita em estreita ligação com os Comités de Sustentabilidade de cada uma das Companhias, através de reuniões específicas realizadas para o efeito. Para informações detalhadas sobre os nossos objetivos e respetivo progresso, consulte o subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade” neste capítulo.

3. Informação Ambiental

3.1. As nossas políticas ambientais

[ESRS 2 MDR-P; E1-2; E2-1; E3-1; E4-2; E5-1]

[GRI 2-16; GRI 2-23; GRI 2-24; GRI 2-25; GRI 2-26]

Como especialistas na venda de produtos frescos, incluindo carne, pescado, fruta e legumes, as nossas atividades diárias dependem e impactam os ecossistemas dos quais provêm muitos desses produtos. Os grandes desafios ambientais, como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a utilização de recursos naturais e a poluição, afetam a capacidade produtiva global e a qualidade de vida das sociedades.

Existem vários acordos e metas internacionais, como o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que introduzem e influenciam mudanças regulatórias com impacto na forma como os países e as empresas conduzem as suas atividades. A redução dos impactos ambientais e a restauração da biodiversidade são apenas dois dos objetivos.

A integração de todas estas variáveis no modelo de negócio pode trazer benefícios económicos e sociais. Além de diminuir o risco de não-conformidade por parte dos nossos negócios, a adoção de práticas sustentáveis, como a gestão eficiente de resíduos, a redução dos consumos de energia e água ou o combate ao desperdício alimentar, pode resultar num aumento da eficiência operacional além de diminuir o risco de não-conformidade por parte dos nossos negócios. Algumas destas ações podem incluir o investimento em projetos de conservação de habitats naturais, a escolha de fornecedores com melhores práticas agrícolas e de produção de alimentos, a promoção de dietas mais saudáveis e sustentáveis na nossa oferta ou a contribuição para uma economia circular.

No Grupo Jerónimo Martins, a gestão dos desafios ambientais é enquadrada pelas seguintes políticas e códigos:

- Política Ambiental
- Política de Compras Sustentáveis
- Política da Qualidade e Segurança dos Produtos
- Código de Conduta
- Código de Conduta dos Fornecedores

Uma descrição detalhada destes documentos pode ser encontrada no subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, seção 2.2. “Governo e estratégia”, deste capítulo. Estes documentos também estão disponíveis para consulta no nosso [website](#).

3.2. Como gerimos os nossos tópicos ambientais

3.2.1. Alterações climáticas



Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas

[ESRS 2 SBM-3]

A avaliação e a gestão de riscos e oportunidades climáticas são peças centrais do nosso [Plano de Transição Climática](#). O plano define as metas de redução de gases com efeito de estufa (GEE) e apresenta a estratégia de descarbonização suportada por um conjunto de iniciativas das nossas Companhias nas operações próprias e, através da colaboração próxima com fornecedores, também nas suas cadeias de abastecimento. Em maio de 2024, a Science Based Targets initiative (SBTi) validou as metas de redução de GEE que nos propusemos assumir, reforçando o nosso compromisso no combate às alterações climáticas.

O desafio crescente que as alterações climáticas colocam à sociedade e às empresas, e a complexidade da avaliação dos riscos e oportunidades financeiros associados, levou à adoção, em 2020, das recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), agora integradas nas normas do International Sustainability Standards Board (ISSB), gerido pela International Financial

Reporting Standards (IFRS). Em 2024, a atualização da avaliação dos nossos riscos e oportunidades associados às alterações climáticas considerou os dados mais recentes divulgados pelo Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, de acordo com os requisitos da Diretiva de Relato de Sustentabilidade das Empresas (CSRD – Corporate Sustainability Reporting Directive).

O processo de avaliação de riscos e oportunidades climáticos de curto, médio e longo prazo faz parte de um processo contínuo que abrange a cadeia de valor das Companhias do Grupo com faturação superior a 100 milhões de euros (representando 99,95% do volume de negócios total) e que envolve os fornecedores de Marca Própria e perecíveis. O objetivo é aumentar a resiliência climática da cadeia de abastecimento, reduzir as emissões de carbono e identificar potenciais oportunidades de negócio na produção primária e na utilização de tecnologias de baixo carbono.

Em 2024, a avaliação e gestão dos riscos e oportunidades teve como objetivos:

- atualizar a modelação de cenários de risco climático utilizados;
- aumentar o conhecimento sobre a pegada de carbono da cadeia de abastecimento através do envolvimento dos principais fornecedores das Companhias, possibilitando a partilha de informação e a identificação de oportunidades de redução das emissões de GEE;
- melhorar a avaliação de riscos específicos para alguns ingredientes, nomeadamente fruta e legumes, e da utilização do recurso água nas explorações agrícolas e agropecuárias da Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA).

Governo

[ESRS 2 GOV-3]

A estratégia de descarbonização e gestão dos riscos e oportunidades climáticos é acompanhada e apoiada pelo Conselho de Administração, garantindo que os temas relacionados com o clima são integrados na estratégia corporativa, nomeadamente na estratégia de sustentabilidade, tanto nas operações próprias como na cadeia de valor. A responsabilidade ao nível do Conselho de Administração recai sobre o Administrador-Delegado do Grupo, que é também presidente do Conselho de Administração e da Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa (CGSRC). Mais informação sobre estes órgãos é detalhada nos pontos 21. e 29. do capítulo 4 “Governo da Sociedade” deste relatório.

Os temas relacionados com riscos e oportunidades climáticos são trabalhados nas reuniões regulares dos Comités de Sustentabilidade de cada uma das Companhias e na CGSRC, que suporta o Conselho de Administração avaliando e submetendo as propostas de orientação estratégica no domínio da responsabilidade corporativa. A mitigação e adaptação às alterações climáticas e as metas de redução das emissões GEE definidas no [Plano de Transição Climática](#) estão incluídas nessas propostas.

O Conselho de Administração também define a política e objetivos da Gestão de Risco do Grupo. Os riscos associados às alterações climáticas, incorporados nos riscos ambientais na nossa nomenclatura de gestão de risco, estão integrados no processo de gestão multidisciplinar do Grupo. Os nossos mecanismos de gestão de risco, incluindo os riscos ambientais, estão detalhados nos pontos 52., 53. e 54. do capítulo 4 “Governo da Sociedade” deste relatório.

A aprovação, em 2023, das metas de emissões líquidas zero e das metas de redução de curto e longo prazos, e a decisão de alocar à sua implementação uma média anual esperada de 10% do CapEx consolidado total, são apenas dois exemplos recentes de integração climática nos mecanismos de governação do Grupo.

As questões relacionadas com o clima são fundamentais para a nossa estratégia de responsabilidade corporativa, fazem parte integrante da estratégia de negócio. A implementação dos nossos compromissos climáticos é sustentada por investimentos contínuos, com ciclos de execução alinhados com o plano de negócios, designadamente:

- a instalação de sistemas fotovoltaicos para autoconsumo de eletricidade renovável na Polónia, em Portugal e na Colômbia;
- o uso de gases de refrigeração naturais nas instalações e equipamentos de refrigeração e congelação;

- a aquisição de eletricidade renovável certificada para alimentar as nossas operações em Portugal e na Polónia (OpEx).

O cumprimento de objetivos relacionados com o clima e outros objetivos de responsabilidade corporativa faz parte do esquema de incentivos aos colaboradores em funções que influenciam a definição e/ou implementação dos compromissos e metas climáticas assumidos pela empresa. As formas como integramos o desempenho relacionado com a sustentabilidade no esquema de incentivos a colaboradores estão detalhadas no subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, na secção 2.2. “Governo e estratégia”, neste capítulo.

A nossa estratégia

[ESRS 2 MDR-A, ESRS E1-3]

Como retalhista alimentar com atividades na área agroalimentar, dependemos de forma substancial de condições climáticas favoráveis em toda a nossa cadeia de valor, particularmente no que diz respeito aos ciclos naturais da produção primária, eles próprios fortemente dependentes dos serviços dos ecossistemas. As condições climáticas podem impactar a nossa cadeia de abastecimento alimentar e não-alimentar, por exemplo, ao nível da disponibilidade de água para a agricultura, dos processos logísticos, da eventual interrupção de vias de transporte devido ao deslizamento de terras, e também ao nível dos nossos estabelecimentos, pelo risco de inundação em lojas e centros de distribuição.

Reconhecemos o impacto das nossas atividades e das desenvolvidas nas nossas cadeias de abastecimento nas emissões GEE, que contribuem para as alterações climáticas. A nossa estratégia de mitigação e adaptação às alterações climáticas tem por objetivo reduzir os riscos físicos e de transição, através da diminuição sustentada de emissões de GEE nas operações próprias ena nossa cadeia de abastecimento, o que fazemos através do envolvimento de fornecedores no nosso roteiro de descarbonização. Esta colaboração próxima tem permitido integrar na nossa avaliação as ações de mitigação e adaptação já implementadas pelos nossos fornecedores para ingredientes com elevado risco climático.

Alinhado com uma trajetória de redução de GEE que limita o aumento da temperatura média a 1,5 °C, o nosso plano apresenta medidas de intervenção nas operações próprias (centros de distribuição, lojas, unidades industriais e unidades agroalimentares), na logística, no *sourcing* com os nossos fornecedores (especialmente de produtos alimentares) e para os nossos consumidores. Também estamos atentos a eventuais disponibilidades de produtos alternativos com menores emissões de carbono associadas.

Iniciativas para redução das emissões de GEE nas nossas operações

Iniciativa	Meta	Ações
Transição para gases refrigerantes naturais e com baixo Potencial de Aquecimento Global (PAG)	Utilizar unicamente gases refrigerantes naturais ou com baixo PAG em todos as lojas e centros de distribuição na Polónia e em Portugal até 2030 e na Colômbia até 2035.	• Substituir ou reequipar os sistemas de refrigeração com gases refrigerantes naturais ou de baixo PAG (ex., R290 [propano], R717 [amoníaco] e R744 [dióxido de carbono]). • Reduzir as fugas nos sistemas de refrigeração.
Transição dos combustíveis fósseis.	Aumentar a eletrificação da frota de veículos ligeiros e a utilização de biocombustíveis.	• Aumentar a percentagem de veículos elétricos e/ou plug-in na nossa frota de veículos ligeiros e aumentar a utilização de biocombustíveis e de hidrogénio. • Diminuir progressivamente a utilização de combustíveis fósseis nas operações através da eletrificação do equipamento e/ou da utilização de biocombustíveis.
Transição para energias renováveis.	Até 2030, 60% da eletricidade consumida ser de fontes renováveis.	• Aumentar o número de estabelecimentos com produção de energia renovável no local para autoconsumo. • Aquisição de produção de energia renovável no local e fora do local através de contratos de aquisição de energia (PPA) ou de contratos de aquisição virtual de energia (VPPA). • Aquisição de Garantias de Origem (GO).

Iniciativa	Meta	Ações
Aumento da eficiência energética dos nossos estabelecimentos.	Reduzir, até 2026, o consumo de energia em 10% face a 2021 (por 1.000€ de vendas).	• Construção e remodelação de estabelecimentos com aumento de eficiência global, nomeadamente em sistemas e equipamentos de refrigeração, iluminação e AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado). • Promover a adoção diária de boas práticas pelos colaboradores.

O progresso destas ações, bem como dos restantes objetivos de redução de GEE, encontra-se no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade” deste capítulo.

A par do compromisso de reduzirmos as emissões de âmbito 1 (operações próprias) e de âmbito 2 (energia que compramos), temos também o compromisso de reduzir as emissões associadas às atividades a montante e a jusante (âmbito 3). Para muitas entidades, entre as quais nos incluímos, a maior fonte de emissões de GEE está associada à produção, à utilização e ao fim de vida dos produtos vendidos em loja. Para um retalhista alimentar, as emissões provenientes de bens adquiridos são influenciadas pelas práticas de produção industrial e pelas práticas agrícolas subjacentes aos alimentos vendidos como produtos finais (ex., hortícolas) ou incorporados como ingredientes nas suas Marcas Próprias (ex., soja em óleos vegetais). É por isso que desenvolvemos diversas iniciativas para reduzir as emissões associadas a estas práticas, nomeadamente as que estão associadas a mudanças no uso do solo, como é o caso da desflorestação relacionada com a conversão de áreas para produção agrícola. Na nossa cadeia de abastecimento destacamos:

- os compromissos públicos de não estarmos associados à desflorestação ou à conversão de ecossistemas de elevado valor de conservação para a produção das principais matérias-primas (óleo de palma, soja, papel/madeira e carne bovina);
- o apoio aos nossos fornecedores de fruta e legumes na adoção de práticas agrícolas sustentáveis;
- a promoção do uso sustentável de energia;
- a otimização das rotas de distribuição e o aumento do investimento em soluções de transporte mais eficientes;
- o combate e redução do desperdício alimentar;
- a promoção do ecodesign de embalagens;
- a luta contra a poluição por plásticos.

Atendendo à inevitabilidade de alguns efeitos das alterações climáticas, trabalhamos para aumentar a resiliência do negócio promovendo medidas de adaptação nas operações próprias e na cadeia de abastecimento. Fazemos isto através da partilha de boas práticas e da identificação de origens ou produtos alternativos.

A avaliação de risco também permite identificar, nas nossas operações, oportunidades para reduzir a pegada de carbono e aumentar a nossa capacidade de produção energética (como é o caso da geração de energia renovável para autoconsumo), ou o desenvolvimento de produtos inovadores de baixo carbono que respondam às expectativas e necessidades dos nossos consumidores.

Gestão de riscos e oportunidades climáticas

[ESRS 2 SBM-3; ESRS 2 IRO-1; ESRS E1-9]

Apesar do elevado grau de incerteza associado à avaliação do impacto dos riscos climáticos, o processo é similar ao implementado na gestão de outros riscos, e assenta no nosso quadro geral de gestão de riscos, que engloba riscos e oportunidades em todas as fases da nossa cadeia de valor:

- a montante (ex., o impacto da alteração dos padrões de precipitação nas cadeias globais de abastecimento alimentar);
- nas operações próprias (ex., o impacto no CapEx da substituição de sistemas de refrigeração);
- a jusante (ex, a oportunidade de aumentar a confiança dos investidores através de uma gestão otimizada dos riscos e oportunidades financeiros relacionados com as alterações climáticas ou da redução das emissões de GEE na nossa cadeia de valor).

A identificação, avaliação e gestão de riscos e oportunidades climáticos faz parte de um processo integrado de gestão de riscos corporativos, alinhado com a ISO 31000, e inclui uma Matriz de Exposição ao Risco com quatro níveis calculados em função de duas dimensões: probabilidade e impacto, dimensão esta para a qual usamos quatro métricas (vendas, EBITDA, segurança e reputação) de acordo com o tipo de risco e oportunidade.

Os riscos e oportunidades são considerados significativos quando excedem uma variação potencial de 5% nas vendas (estabelecido como o limiar de materialidade) considerando o risco inerente¹³, sendo nesse caso identificados, avaliados e geridos ao nível corporativo. Quando se situam abaixo desse limiar de até 5% das vendas, são identificados e avaliados ao nível corporativo e geridos ao nível das Companhias.

A identificação inclui o acompanhamento da regulamentação específica de cada país (ex., impostos sobre o carbono em Portugal, na Polónia e na Colômbia), uma avaliação pormenorizada da vulnerabilidade das instalações a fenómenos meteorológicos extremos (ex., mapeamento do risco de inundação das lojas e dos centros de distribuição nos países onde temos operações) e uma análise das tendências de mercado, nomeadamente as preferências dos consumidores (ex., preferência por produtos locais, escolha de produtos de baixo carbono ou produtos alinhados com uma alimentação flexitariana).

Estes mecanismos estão detalhados nos pontos 52., 53., e 54. do capítulo 4 deste relatório “Governo da Sociedade”.

Os riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas foram avaliados em diferentes horizontes temporais – curto, médio e longo prazos – e selecionados de acordo com a relevância para as nossas atividades, e podem ser de dois tipos:

- físicos (agudos e crónicos);
- de transição (incluem riscos políticos e regulatórios, de mercado, tecnológicos e reputacionais).

Riscos avaliados

Tipo de risco	Categoria de risco	Fase da cadeia de valor	Risco climático
Físicos	Agudo	Produção	• Calor ou frio extremo.
		Processamento	• Calor ou frio extremo.
		Logística	• Ventos fortes.
		Estabelecimentos	• Calor ou frio extremo.
	Crónico	Produção	• Variação da temperatura. • Escassez de água. • Alteração dos padrões de precipitação.
		Logística	• Subida do nível médio das águas do mar. • Resiliência das infraestruturas portuárias.
		Estabelecimentos	• Aumento do nível médio das águas do mar (ex., risco de inundação costeira).
Transição	Mercado	Processamento	• Transição energética.
	Tecnológico	Estabelecimentos	• Transição energética. • Risco de conformidade legal e substituição de gases refrigerantes.
	Reputacional	Consumidor/Comunidade	• Alteração nas preferências dos consumidores. • Aumento da preocupação dos stakeholders com o desempenho climático.

O universo de riscos relacionados com as alterações climáticas, bem como a quantificação e divulgação dos riscos e oportunidades financeiros, encontram-se em atualização para integrar a mais recente informação dos modelos de projeção climática.

¹³ Risco inerente refere-se ao nível de risco sem considerar estratégias de resposta a um determinado risco climático (físico ou de transição).

A identificação de riscos climáticos é baseada em cenários quantitativos usando projeções do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), da Agência Internacional da Energia e de outras bases de dados (ex., a FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). Esta informação serve para avaliarmos a dependência das vendas das nossas Companhias em relação a produtos contendo ingredientes com maior vulnerabilidade aos efeitos das alterações climáticas.

Em 2020, foram consideradas as quatro fases principais da cadeia de valor (produção primária, processamento, logística e os nossos estabelecimentos), e selecionados os 30 grupos de produtos mais relevantes para as Companhias, e os seus principais ingredientes e respetivas origens, num total de 45 ingredientes e 24 origens. Esta seleção correspondeu à análise de mais de 40 artigos permitindo obter uma amostra representativa dos produtos comercializados, respetivos países de origem e localizações onde operamos. Para cada ingrediente e principais origens foram identificados e avaliados os riscos e oportunidades climáticos.

Em 2024, revisitámos os produtos selecionados e aumentámos para 50 o número de artigos sujeitos a avaliação de riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas.

A avaliação das diferentes categorias de riscos físicos e de transição foi atualizada para os horizontes temporais de curto prazo, 2030, médio prazo, 2040, e longo prazo, 2050, alinhados com o nosso plano de transição climática e de acordo com os mais recentes modelos do [6.º Relatório do IPCC](#) que combinam os cenários climáticos (Representative Concentration Pathways) e socioeconómicos (Socio-economic Pathways):

- SSP1 – 1.9 (<1,5 °C), “sustainable pathway”, considera um cenário de crescimento focado na sustentabilidade com reduções rápidas de emissões para limitar o aumento da temperatura média a 1,5 °C, em linha com os objetivos do Acordo de Paris;
- SSP2 – 4.5 (2-3 °C), “middle-of-the-road”, assume a manutenção de padrões socioeconómicos históricos e um aumento da temperatura média abaixo dos 2,0 °C num cenário de mitigação intensivo;
- SSP5 – 8.5 (>4 °C), “fossil fuel-rich development”, projeta um rápido e insustentável crescimento da economia e do uso de energia, e um aumento da temperatura média entre 4,0 °C e 6,1 °C, assumindo que os esforços para limitar o aumento da temperatura média falham.

Desde 2020 que todas as oportunidades e riscos físicos e de transição associados às alterações climáticas consideradas significativas têm sido avaliados anualmente.

Identificação de riscos e oportunidades

[ESRS 2 SBM-3; ESRS 2 IRO-1; ESRS E1-3; ESRS E1-9]

Em 2024, a avaliação de riscos e oportunidades nas nossas operações abrangeu mais de 6.000 estabelecimentos (lojas, centros de distribuição, edifícios-sedes, cozinhas centrais, e unidades industriais) nos seis países onde temos operações (Polónia, Portugal, Colômbia, Marrocos, Chéquia e Eslováquia) e focou-se nos riscos físicos mais frequentes nas nossas operações e em potenciar as oportunidades relacionadas com a transição energética e a utilização de gases refrigerantes naturais ou de baixo PAG.

Riscos e oportunidades considerados na nossa estratégia

Riscos e oportunidades	Horizonte temporal*	Impacte	Fase da cadeia de valor	Descrição
Risco físico: Inundação	Curto e médio prazos	Redução de vendas e aumento de CapEx	Estabelecimentos	Para além de danos materiais nas infraestruturas e encerramento temporário de lojas, inundações costeiras e fluviais podem provocar perdas de inventário e custos associados à reparação de equipamentos nos nossos estabelecimentos.
Risco físico: Subida do nível da água do mar	Longo prazo	Redução de vendas e aumento de custos logísticos	Logística	A perturbação da operação de portos marítimos devido à subida do nível das águas do mar pode resultar na disrupção temporária na entrega de determinados produtos nos nossos estabelecimentos.
Risco físico: Escassez de água	Curto e médio prazos	Redução de vendas e aumento de CapEx	Produção Estabelecimentos	A escassez de água pode levar à redução da produtividade agrícola e agropecuárias, tornando necessário investir no aumento da eficiência hídrica e na construção de sistemas de armazenamento de água.
Risco físico: Calor extremo	Curto prazo	Aumento de CapEX e OpEx	Estabelecimentos	Os períodos prolongados de temperaturas elevadas (ex., ondas de calor) podem pressionar os sistemas de refrigeração e ar condicionado, aumentando o risco de falhas críticas, elevando o consumo de energia e intensificando a necessidade de manutenção ou substituição dos equipamentos.
Risco físico e oportunidade de mercado: Transição energética	Curto prazo	Redução de OpEx e de emissões de GEE e aumento de CapEx	Processamento Estabelecimentos	O investimento em sistemas de produção de energia renovável para autoconsumo (ex., painéis fotovoltaicos nas coberturas dos estabelecimentos) reduz a exposição à variação dos preços de energia e reduz as emissões de GEE. Por outro lado, tecnologias de baixo carbono requerem investimentos elevados. A transição energética terá particular impacto nos custos de investimento para cenários climáticos 1.5 °C (SSP1 – 2.6).
Risco de transição: Regulatório	Curto prazo	Aumento de CapEX	Estabelecimentos	A utilização de gases refrigerantes com elevado PAG é um exemplo associado aos riscos regulatórios. Uma vez que, em caso de fuga, podem causar impactos ambientais significativos, estes gases estão sujeitos a regulamentação para a sua eliminação progressiva em diversos países. Isto pode aumentar o investimento necessário para substituir ou modernizar equipamentos de refrigeração e ar condicionado que funcionem com gases refrigerantes naturais ou de baixo PAG.

* A avaliação das diferentes categorias de riscos físicos e de transição foi atualizada para os horizontes temporais de curto prazo, 2030, médio prazo, 2040, e longo prazo, 2050, alinhados com o nosso plano de transição climática.

Devido à crescente pressão sobre os recursos hídricos, reavaliámos o nível de stress hídrico associado à localização dos estabelecimentos das nossas Companhias, com especial foco nas explorações da JMA. A nossa área de produção agroalimentar tem uma elevada dependência de recursos hídricos, nomeadamente para abeberamento animal e para operações de rega. Utilizámos a versão mais recente (2023) da Aqueduct Water, uma ferramenta do World Resources Institute que integra informação sobre escassez de água atual e projetada para diferentes horizontes temporais, de acordo com cenários

climáticos diversos. Foram considerados como relevantes os locais com risco classificado como “Elevado” e “Extremamente elevado”.

Como resultado desta reavaliação, a JMA elaborou um Plano de Gestão da Água. Este plano dá resposta ao compromisso de definir e implementar nas unidades da Companhia um plano de mitigação e adaptação para melhorar a eficiência na utilização da água e gerir a sua escassez durante períodos de baixa precipitação. O plano também define as principais ações de monitorização e de gestão da eficiência hídrica, bem como as metas de redução do consumo e de controlo da qualidade da água, num esforço de melhoria contínua que inclui a divulgação pública dos progressos obtidos.

Por forma a reduzir o impacto nos recursos hídricos sem colocar em causa a produção, a JMA tem implementadas diversas medidas de mitigação como:

- recolha de água da chuva para arrefecimento, lavagem e irrigação dos espaços exteriores;
- utilização de água das charcas para abeberamento animal;
- sistemas de rega gota a gota;
- rega noturna.

Informação sobre a exposição das nossas operações a estes riscos é detalhada neste subcapítulo, na seção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais” subseção 3.2.4. “Recursos hídricos e marinhos”, ponto “Consumo de água”.

A análise para os períodos 2030 e 2040 identificou que o risco associado à subida do nível das águas do mar ou de inundação em regiões interiores não tem impacto significativo para o negócio. Esta avaliação recorreu aos modelos climáticos do risco de inundação costeira e fluvial da ferramenta WWF Water Risk Filter.

Atendendo às projeções de longo prazo, que indicam uma subida do nível das águas do mar entre 0,5 metros e 1 metro até 2100, o impacto deste risco em zonas costeiras continuará a ser monitorizado periodicamente por forma a identificar zonas de risco elevado para os negócios das nossas Companhias. No que diz respeito ao risco de inundação devido a períodos de precipitação intensa, a sua quantificação é complexa devido à incerteza dos resultados obtidos pelos cenários climáticos. Apesar do aumento da frequência e intensidade dos fenómenos de cheias, o número de lojas afetadas nos últimos anos é muito reduzido. Os nossos estabelecimentos possuem sistemas de drenagem e níveis de adaptação à ocorrência de inundações, principalmente as que resultam de precipitação intensa. Um exemplo de uma medida de mitigação é a construção dos centros de distribuição na Colômbia acima da linha média de subida do nível do mar e com uma inclinação para que as águas das chuvas escorram para tanques. Desta forma, a água pode ser utilizada para atividades secundárias, como lavagem de pavimentos e rega de espaços verdes.

Acompanhamos o impacto da eventual subida do nível da água do mar nos nossos processos logísticos através do estudo do risco associado aos portos marítimos utilizados pelos transportadores de mercadorias a que recorremos nos diferentes países.

Também monitorizamos o estado de implementação dos planos nacionais de ação e adaptação climáticas, em especial na Colômbia, onde existem infraestruturas portuárias em regiões de risco mais elevado, bem como os planos de vários países para portos estratégicos em regiões onde identificamos novos produtos, ou produtos alternativos a outros que estão em risco nas suas regiões de produção.

Ainda que o risco identificado nas nossas infraestruturas não tenha um impacto significativo, acompanhamos de forma próxima a ocorrência e a magnitude de eventos extremos recentes, como as inundações de setembro de 2024 no sul da Polónia e os incêndios florestais de grande dimensão no centro e norte de Portugal, também em setembro de 2024.

No que respeita à transição energética nos países onde operamos, há riscos e oportunidades já identificados:

- Apesar do esforço nos últimos anos para o aumento da produção de eletricidade através de fontes renováveis, a Polónia continua a estar dependente de combustíveis fósseis, em particular do carvão, para a produção de eletricidade e calor.
- Em Portugal, a elevada penetração de energia renovável garante uma pegada de carbono reduzida na produção de eletricidade.

- A Colômbia tem emissões de GEE reduzidas devido ao grande peso da produção hidroelétrica.

O ano de 2024, contudo, foi marcado pelos efeitos do fenómeno climático *El Niño*, e houve períodos de escassez de água que afetaram os caudais dos rios e a disponibilidade para as populações. No caso da Colômbia, a menor produção hidroelétrica levou a um aumento da produção de eletricidade a partir de fontes não renováveis, sendo e o consequente incremento dos custos de energia, sendo por isso expectável um aumento do conteúdo de carbono na rede elétrica do país.

Na Colômbia, devido à falta de serviços de instalação e manutenção, é limitada a disponibilidade de sistemas de refrigeração centralizados com gases refrigerantes de baixo potencial de aquecimento global, o que constitui um risco tecnológico.

A gestão do risco reputacional está diretamente ligada às expectativas dos stakeholders sobre o compromisso de reduzirmos a nossa pegada de carbono, combatermos a desflorestação e apoiarmos projetos de preservação e conservação da biodiversidade. As nossas ações nestes temas são detalhadas ao longo deste subcapítulo. Os progressos dos objetivos que definimos para estes tópicos estão detalhados neste capítulo, no subcapítulo 6. “Compromissos de Sustentabilidade”.

Como reflexo da trajetória que temos vindo a seguir, em 2024 fomos novamente distinguidos pelo CDP com a pontuação máxima possível (A) no programa “Combate às alterações climáticas” e avaliados com o nível de liderança (A-) nos programas “Gestão da água enquanto recurso crítico” e “Combate à desflorestação” na gestão das commodities mais associadas ao risco de desflorestação: óleo de palma, carne bovina, soja e papel/madeira.

Colaboração com os fornecedores

Entre 2021 e 2024, foram envolvidos mais de 230 fornecedores de Marca Própria e pereceíveis da Biedronka, do Pingo Doce, do Recheio e da Ara, resultando na identificação de diferentes medidas de adaptação aos impactes das alterações climáticas e de mitigação associados à redução das emissões de GEE. Através da avaliação da resiliência climática da nossa cadeia de abastecimento, identificámos uma preocupação crescente com riscos específicos como temperaturas extremas ou disponibilidade de água, os quais têm obrigado os fornecedores a adaptações na sua atividade de forma a garantirem a manutenção dos níveis produtivos e a qualidade dos produtos.

Medidas de adaptação identificadas na cadeia de abastecimento

Ingrediente	Companhia	Fase da cadeia de valor	Risco climático	Exemplos de medidas implementadas
Fruta (vários)	Pingo Doce Recheio	Produção	• Variação de temperatura • Reputacional	• Seleção de variedades que possuam uma fenologia ajustada a novas condições climáticas que dificultam a floração em que a floração tende a ser mais difícil. • Utilização de fruta comprada a produtores locais • Gestão florestal e agrícola
		Produção	• Escassez de água • Transição energética	• Abeberamento através de poços e charcas próprias e utilização de técnicas de irrigação eficientes • Garantia de reserva de ração para três meses • Instalação de painéis solares fotovoltaicos
		Produção	• Alterações na precipitação • Temperatura extrema	• Agricultura regenerativa
Cereais	Ara Biedronka Pingo Doce Recheio	Processamento	• Transição energética	• Instalação de painéis solares fotovoltaicos • Utilização de luzes LED • Investimento em equipamentos mais eficientes
		Produção	• Reputacional • Regulatório	• Aumento da eficiência no processamento de matéria-prima • Aposta em embalagens fáceis de reciclar
		Produção		

Ingrediente	Companhia	Fase da cadeia de valor	Risco climático	Exemplos de medidas implementadas
Leite e laticínios	Ara Biedronka Pingo Doce Recheio	Produção	- Alterações na precipitação - Temperatura extrema	Agricultura regenerativa
		Processamento	Transição energética	- Sistemas de poupança de energia - Cogeração de energia - Utilização de biogás - Auditorias a fugas de gases nos equipamentos
Papel	Biedronka Pingo Doce Recheio	Processamento	Transição energética	- Substituição de gás natural por energia renovável nos fornos da cal - Utilização de hidrogénio nas caldeiras
Azeite	Pingo Doce Recheio	Produção	- Reputacional - Regulatório	Uso de fertilizantes orgânicos
		Processamento	Transição energética	Valorização de resíduos
Cerveja	Pingo Doce Recheio	Processamento	Transição energética	Desativação das caldeiras a diesel por sistemas de cogeração de alta eficiência
		Logística	Transição energética	Utilização de veículos elétricos

No sentido de acautelar potenciais riscos climáticos, os nossos fornecedores estão a introduzir mudanças estratégicas como:

- diversificação das origens de alguns ingredientes (ex., banana, cacau e arroz), resultado da migração da produção para regiões com condições climáticas mais favoráveis;
- investimento em variedades das matérias-primas mais resistentes, mantendo a origem;
- desenvolvimento de produtos de valor acrescentado e de mais fácil conservação (ex., compotas ou produtos desidratados).

Para além disso, os impactos de fenómenos extremos, como os ocorridos em Valência em outubro de 2024, são monitorizados pelos departamentos de qualidade e segurança alimentar, avaliando a existência de riscos indiretos como a ocorrência da proliferação de agentes patogénicos (ex., E-coli) em produtos alimentares.

A partilha de conhecimento e a cooperação com os nossos fornecedores de Marca Própria e perecíveis traduzem-se em cadeias de abastecimento mais resilientes e nas quais surgem novas oportunidades de negócio. Um dos exemplos desta colaboração é o nosso projeto de agricultura sustentável, através do qual trabalhamos de forma estreita com fornecedores e produtores, partilhando boas práticas e auxiliando na avaliação do nível de sustentabilidade das suas explorações nas vertentes ambiental, de técnicas agrícolas e económica.

O nosso Manual de Agricultura Sustentável tem permitido avaliar o grau de alinhamento das explorações agrícolas dos nossos fornecedores com os riscos climáticos, e a implementação de medidas de mitigação relacionadas com a escassez de água, o frio extremo e a transição energética. Para mais informações sobre esta iniciativa consulte o subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, subsecção 5.2.2 “Sensibilização e formação de fornecedores”, deste capítulo.

Temos verificado uma maior frequência de fenómenos climáticos e do seu impacto nas explorações dos nossos fornecedores, que têm investido em soluções contra os riscos físicos (ex., períodos de seca) e de transição (ex., investimento em energias renováveis) através de:

- instalação de circuitos fechados de água;
- utilização de fontes de água alternativas, recorrendo por exemplo ao armazenamento de águas pluviais;
- adaptação contra as variações de temperatura através do investimento em estufas ou protetores de plantas;
- investimento em painéis fotovoltaicos, combustíveis alternativos (ex., biodiesel), no aproveitamento de calor residual para as estufas e instalação de iluminação LED.

Na produção agrícola e agropecuária, temos acompanhado os desafios que os períodos de seca e a alteração do período das chuvas colocam à produção no sul da Europa, em particular na Península Ibérica. Apesar da maior frequência e duração destes fenómenos, temos identificado de forma generalizada uma adoção de medidas de gestão eficiente da água por parte dos nossos fornecedores, onde se destaca a produção de espécies mais resistentes a períodos de seca, a utilização de subprodutos alimentares na alimentação animal, e os investimentos em sistemas de armazenamento de água, em sistemas de monitorização e em sistemas de rega eficientes. Acreditamos que a nossa influência na adoção de boas práticas tem de ser refletida nas nossas atividades, e por isso, elaborámos um Plano de Gestão de Água para as atividades agrícolas e industriais da JMA, que, pela natureza das atividades desenvolvidas, apresentam consumos de água significativos quando comparados com as nossas atividades de Distribuição. O Plano de Gestão da Água da JMA define medidas de eficiência hídrica que aumentarão a resiliência das atividades durante períodos de seca severa.

No que diz respeito às oportunidades relacionadas com a transição energética, impulsionada também pela regulamentação ambiental cada vez mais exigente sobre a nossa atividade, temos investido continuamente ao longo da última década nas seguintes ações:

- aquisição de energia de fontes renováveis e certificados de energia renovável em Portugal e na Polónia;
- instalação de sistemas de produção de energia fotovoltaica em lojas e centros de distribuição em todos os países em que operamos;
- utilização de sistemas de recuperação de energia nas unidades industriais e nas lojas que são remodeladas para reduzir os seus consumos energéticos e as emissões associadas às fugas de gases refrigerantes dos equipamentos de frio e refrigeração, incluindo substituição de gases de refrigeração por gases naturais ou de baixo PAG.

As principais medidas de mitigação adotadas nas nossas operações são descritas ao longo deste subcapítulo. Reportamos ainda os riscos e oportunidades climáticos, de forma detalhada e pública, nas nossas respostas ao CDP (Disclosure Insight Action).

Relativamente às oportunidades de negócio na nossa cadeia de abastecimento, continuamos a assistir e a estimular o investimento dos nossos fornecedores na produção de energia renovável para autoconsumo, em particular para processos intensivos de energia (ex., processamento de matérias-primas como a torra do grão de café ou a refinação de açúcar), e na produção de matérias-primas, área na qual destacamos a crescente utilização de combustíveis de baixo carbono em máquinas agrícolas e a valorização de resíduos para a produção desses mesmos combustíveis. Estes investimentos dos nossos fornecedores em tecnologias de baixo carbono são fundamentais para a redução das emissões indiretas associadas às nossas compras de bens e serviços.

Na produção, a aposta em novas variedades, o investimento em colheitas mais resilientes às alterações climáticas e a diversificação dos países de origem são oportunidades identificadas pelos produtores (ver tabela seguinte).

Oportunidades identificadas pelos nossos fornecedores

País	Atividade	Oportunidade de negócio
Portugal Polónia Colômbia	Produção	Produção de variedades mais resilientes às alterações climáticas, com aposta em técnicas naturais de seleção.
Portugal Polónia Colômbia	Produção	Produção em estufas ou recintos cobertos, com a garantia de produção ou de colheitas durante períodos em que as condições climáticas são menos favoráveis.
Portugal	Produção	Incorporação de fontes alternativas de proteína, como algas e insetos, para melhoria da formulação de ração animal, com uma redução nas emissões de GEE associadas ao uso e alteração do solo no cultivo de commodities agrícolas.
Portugal Polónia Colômbia	Produção	Práticas de agricultura regenerativa, que visam melhorar a saúde dos solos de forma a regenerar e manter a fertilidade dos mesmos a longo prazo tornando, simultaneamente, as culturas mais resistentes a pragas.

País	Atividade	Oportunidade de negócio
Polónia	Produção	Desenvolvimento de produtos de baixo carbono baseados em proteína vegetal e de projetos de remoção de carbono através da gestão agroflorestal, do uso do solo e da restauração de pântanos e florestas.
Polónia	Processamento	Investimento em sistemas de cogeração e energia fotovoltaica para o processamento de leite.
Portugal	Logística	Eletrificação e utilização de combustíveis renováveis (ex. bicomcombustível) na frota de pesados e ligeiros.

Como retalhista alimentar, apresentamos um *portfolio* muito variado de produtos e temos uma rede logística madura e eficiente, o que garante a oferta nas nossas lojas de produtos similares ou alternativos em casos de disrupção pontual de abastecimento. O aumento de produção de alguns bens alimentares em regiões onde as alterações climáticas têm possibilitado aumentos de produtividade e o desenvolvimento de produtos inovadores e alternativos são as principais oportunidades que as Companhias têm explorado ao longo dos últimos anos. Um exemplo é o aumento de produção de fruta e legumes na Polónia, onde os invernos têm sido menos rigorosos.

Evolução

Em 2025, temos como objetivo continuar a trabalhar na avaliação dos riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas e reforçar a colaboração com a cadeia de abastecimento para:

- aumentar o conhecimento de alguns riscos climáticos emergentes, como por exemplo o impacto de eventos climáticos extremos nas nossas lojas e operações logísticas;
- considerar uma maior variedade de ingredientes no processo de identificação e avaliação de riscos e oportunidades de forma a abranger mais produtos de Marca Própria e perecíveis das nossas Companhias, nos diferentes países onde temos operações;
- melhorar o cálculo do risco financeiro inerente e residual através da integração das medidas de mitigação e adaptação identificadas na nossa cadeia de abastecimento;
- continuar a avaliar a resiliência climática da nossa cadeia de abastecimento e identificar iniciativas de transição para uma economia de baixo carbono;
- mapear e quantificar oportunidades de negócio associadas ao desenvolvimento de novos produtos e identificar origens alternativas ou potenciais aumentos de produção de algumas culturas em regiões com condições climáticas favoráveis.

O nosso plano de transição climática

[ESRS 2 SBM-3; ESRS E1-1]



A nossa prioridade e esforços centram-se nas iniciativas de descarbonização descritas no [Plano de Transição Climática](#), em particular na redução das emissões de âmbitos 1 e 2, que se traduzem num aumento da eficiência de processos e investimentos em soluções de baixo carbono.

Através do programa de envolvimento com a nossa cadeia de abastecimento para a redução de emissões de GEE do Grupo será possível calcular com maior precisão as emissões de âmbito 3, pela incorporação de mais dados primários de emissões associadas aos produtos, e ainda reforçar a cooperação com os nossos fornecedores e prestadores de serviços na redução da pegada de carbono.

No âmbito deste plano, importa clarificar que as Companhias do Grupo não estão expostas a emissões de gases com efeito de estufa bloqueadas e associadas aos seus principais ativos e produtos, e que, por este motivo, não são incluídas como um risco de transição. As nossas Companhias também estão incluídas nos índices de referência da EU alinhados com o Acordo de Paris como definido no ponto E1-1 16 (g) do Anexo I das ESRS.

O plano detalha as ações previstas e as que estão em curso para atingir as metas a que nos propomos. Neste subcapítulo detalhamos os principais progressos feitos em cada uma destas áreas ao longo de 2024.

Pegada de carbono

[ESRS 2 MDR-M; ESRS E1-3, ESRS E1-6, ESRS E1-7]

[GRI 302-2; GRI 305-1; GRI 305-2; GRI 305-3; GRI 305-4; GRI 305-5]



As nossas emissões de GEE de âmbitos 1 e 2 corresponderam a 783 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂e) em 2024, menos 15,8% do que em 2023 e menos 19% do que em 2021, definido como o ano-base dos nossos compromissos alinhados com a SBTi e com o nosso Plano de Transição Climática. Esta redução justifica-se sobretudo pela diminuição da intensidade carbónica na rede elétrica polaca e pelo investimento na compra e produção de energia renovável, bem como, na aquisição de sistemas de refrigeração com gases refrigerantes naturais ou de baixo PAG.

Emissões de âmbitos 1 e 2 (2024 e 2023)

Pegada de carbono (t CO ₂ e) ¹⁴	2024	2023	Δ 2024/2023
Pegada de carbono global (âmbitos 1 e 2)¹⁵ por GEE	782.610	*929.714	-15,8%
Dióxido de carbono (CO ₂)	671.026	*802.100	-16,3%
Metano (CH ₄)	22.543	*19.354	+16,5%
Hidrofluorocarbonos (HFC)	85.743	104.914	-18,3%
Perfluorocarbonos (PFC)	0	0	-
Óxido nitroso (N ₂ O)	3.298	*3.346	-1,4%
Hexafluoreto de enxofre (SF ₆)	0	0	-
Pegada de carbono global (âmbitos 1 e 2)	782.610	*929.714	-15,8%
Biedronka	609.632	*747.956	-18,5%
Hebe	21.023	*21.217	-0,9%
Pingo Doce ¹⁶	31.348	40.536	-22,7%
Recheio	3.758	3.977	-5,5%
Ara	87.989	91.384	-3,7%
JMA	28.749	*24.499	+17,3%
Hussel/Jeronymo ¹⁷	111	145	-23,4%
Pegada de carbono (âmbito 1 – impactes diretos)	203.619	*240.592	-15,4%
Fugas de gases refrigerantes	85.816	104.976	-18,3%
Utilização de CO ₂	28.796	29.166	-1,3%
Consumo de combustíveis	45.486	65.459	-30,5%
Frota de ligeiros	20.448	21.788	-6,2%
Emissões da agricultura e pecuária	23.073	19.203	+20,2%
Emissões biogénicas de CO ₂ provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa	0	0	-
Pegada de carbono (âmbito 2 – impactes indiretos)¹⁸	578.991	*689.122	-16,0%
Consumo de eletricidade (market-based)	566.423	674.052	-16,0%
Aquecimento (market-based)	12.568	*15.070	-16,6%
Consumo de eletricidade (location-based)	747.918	755.226	-1,0%
Aquecimento (location-based)	19.311	*22.956	-15,9%
Emissões biogénicas de CO ₂ provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa	0	0	-
Receita líquida (milhões de euros)	33.464	30.608	+9,3%

* Valores corrigidos para melhorar o alinhamento com a metodologia do Greenhouse Gas Protocol.

¹⁴ As Companhias do Grupo não adquiriram créditos de carbono para compensar as suas emissões de âmbitos 1, 2 ou 3, nem desenvolveram projetos de remoção ou armazenamento nas suas operações ou na sua cadeia de valor.

¹⁵ As emissões de âmbito 2 baseiam-se em fatores de emissão do tipo location-based (aquecimento) e market-based (eletricidade).

¹⁶ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

¹⁷ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, as emissões da Hussel e da Jeronymo foram estimadas com base nas suas vendas, utilizando uma abordagem de correlação entre atividades comerciais e impactes ambientais baseada na do Pingo Doce.

¹⁸ Informação associada à eletricidade adquirida agrupada com instrumentos como a Garantia de Origem ou os certificados de energias renováveis encontra-se no subcapítulo 7. "Frameworks de Reporte", na secção 7.1. "ESRS- Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade".

Emissões de âmbito 3 (2024 e 2023)

Pegada de carbono (t CO ₂ e) ¹⁴	2024	2023	Δ 2024/2023
Pegada de carbono (âmbito 3 – outros impactes indiretos)	32.763.786	31.228.412	+4,9%
Polónia	22.972.862	21.877.554	+5,0%
Portugal	6.279.674	6.043.101	+3,9%
Colômbia	3.500.778	3.307.757	+5,8%
Marrocos	9.423	-	-
Chéquia e Eslováquia	1.049	-	-
Pegada de carbono (âmbito 3 – outros impactes indiretos)	32.763.786	31.228.412	+4,9%
C1. Produtos e serviços comprados	28.712.141	27.001.355	+6,3%
C2. Bens de capital	452.588	627.556	-27,9%
C3. Atividades relacionadas com combustível e energia	296.397	307.489	-3,6%
C4. Transporte e distribuição a montante	267.219	256.781	+4,1%
C5. Resíduos gerados nas operações	55.254	57.091	-3,2%
C6. Viagens de trabalho	2.551	4.841	-47,3%
C7. Viagens pendulares	21.069	20.813	+1,2%
C8. Ativos alugados a montante	-	-	-
C9. Transporte e distribuição a jusante	-	-	-
C10. Transformação de produtos vendidos	1.425	799	+78,3%
C11. Uso de produtos vendidos	1.624.066	1.539.946	+5,5%
C12. Fim de vida de produtos vendidos	1.320.803	1.402.175	-5,8%
C13. Ativos alugados a jusante	-	-	-
C14. Franchises	-	-	-
C15. Investimentos	10.273	9.566	+7,4%
Emissões biogénicas de CO ₂ provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa	0	0	-
Receita líquida (milhões de euros)	33.464	30.608	+9,3%

* Valores corrigidos para melhorar o alinhamento com a metodologia do Greenhouse Gas Protocol.

Nota 1: O cálculo da pegada de carbono das diferentes atividades segue a metodologia do Greenhouse Gas Protocol do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e do World Resources Institute (WRI), nos seus três níveis: impactes diretos, indiretos e de terceiros. As emissões de âmbitos 1 e 2 correspondem às atividades sob controlo financeiro do Grupo e que representam 99,996% do volume de negócios. Os valores apresentados tiveram em conta o seguinte para os âmbitos 1 e 2: (i) gases refrigerantes – fatores de emissão definidos pelo IPCC; (ii) fertilizantes químicos – fatores de emissão definidos pelo IPCC e pela Agência Portuguesa do Ambiente; (iii) emissões entéricas de bovinos, ovinos e gestão de estrume (emissões de metano) – fatores de emissão definidos pela Agência Portuguesa do Ambiente; (iv) combustíveis e aquecimento – o definido pela Direção-Geral de Energia e Geologia de Portugal, pela Unidad de Planeación Minero Energética (Unidade de Planeamento Mineiro Energético Colombiano) e pelo Krajowy Ośrodek Bilansowania i Zarządzania Emisjami (Centro Polaco para Balanço e Gestão de Emissões); (v) eletricidade – o definido pela Agência Internacional de Energia (eletricidade location-based), pelos fornecedores (eletricidade market-based em Portugal e Polónia), pela Association of Issuing Bodies para lojas franchising ou lojas localizadas em instalações propriedade de terceiros (eletricidade market-based na Polónia) e pela Unidad de Planeación Minero Energética (eletricidade market-based na Colômbia); (vi) combustíveis utilizados na frota de ligeiros – o definido pelo Greenhouse Gas Protocol. Para o cálculo da pegada de carbono de âmbito 1 por GEE foram considerados os fatores de emissão definidos pelo IPCC para a combustão estacionária, gases refrigerantes e emissões entéricas e pelo Greenhouse Gas Protocol para os combustíveis utilizados na frota de ligeiros. No caso da desagregação para as emissões de âmbito 2 foram consideradas as percentagens de cada GEE nos fatores de emissão da Agência Internacional de Energia.

Nota 2: O cálculo das emissões de âmbito 3 tiveram em conta o seguinte: C1 – Não existem dados validados ou fornecidos pelos fornecedores, pelo que utilizamos o peso e/ou o valor dos produtos comprados e os fatores de emissão da Agribalyse e da Environmental Protection Agency (EPA), nomeadamente os fatores Environmentally-Extended Input-Output (EEIO). Para a aquisição de serviços foram considerados os fatores de emissão EEIO da EPA. Foram ainda consideradas as emissões associadas ao consumo de água utilizando os fatores do UK Department for Environment, Food & Rural Affairs (DEFRA); C2 – para o cálculo da pegada de carbono são considerados os fatores de emissão EEIO da EPA para as diferentes tipologias de investimento; C3 – nesta categoria são calculadas as emissões Well-to-Tank" (WTT) associadas à extração, produção e transporte de energia (eletricidade, aquecimento e combustíveis) que não estão incluídas nos âmbitos 1 ou 2, utilizando os fatores de emissão da DEFRA e da Agência Internacional de Energia (AIE); C4 – nesta categoria são calculadas as emissões do consumo, bem como as emissões WTT associadas à extração, produção e transporte de combustíveis no transporte de mercadorias entre unidades operacionais do Grupo e serviços de entrega aos clientes, utilizando os fatores de emissão da DEFRA; C5 – são considerados os fatores de emissão da DEFRA para os diferentes tipos de destino dos resíduos gerados nas operações, os resíduos dos clientes e as águas residuais para diferentes destinos; C6 – para o cálculo das emissões das viagens de trabalho são consideradas as viagens de avião e de comboio e as estadias em hotel, utilizando os fatores de emissão da DEFRA (nas viagens de avião são considerados os efeitos indiretos das emissões de outros GEE para além do CO₂), incluindo emissões WTT; C7 – o cálculo das emissões associadas às viagens pendulares de colaboradores não inclui colaboradores com viatura de serviço (reportado em âmbito 1) e teve em consideração a política de trabalho remoto das Companhias do Grupo. Foi estabelecido um fator de emissão personalizado com base nos fatores de emissão da DEFRA e dados estatísticos sobre a distância média percorrida por modo de transporte; C10 – são calculadas as emissões associadas ao processamento de produtos vendidos pela JMA a empresas externas ao Grupo, utilizando os fatores de emissão da Agribalyse e EEIO da EPA; C11 – nesta categoria são consideradas as emissões diretas de produtos elétricos e eletrónicos e combustíveis vendidos, recorrendo aos fatores de emissão da AIE para o consumo de energia dos produtos elétricos e eletrónicos e da DEFRA para as emissões diretas do consumo dos combustíveis vendidos. São também consideradas as emissões resultantes da utilização de subprodutos agrícolas vendidos a terceiros, nomeadamente o estrume, tendo em conta que este é aplicado como

fertilizante nos solos e terá associadas emissões de N₂O. Neste caso, são considerados dados do Código de Boas Práticas Agrícolas (Diário da República) e fatores de emissão da Agência Portuguesa do Ambiente e do IPCC; C12 – nesta categoria são consideradas as emissões associadas ao fim de vida dos produtos e respetivas embalagens utilizando os fatores de emissão da DEFRA; C15 – nesta categoria são considerados os investimentos das Companhias do Grupo em empresas subsidiárias ou joint ventures e são calculadas as respetivas emissões utilizando os fatores de emissão EEIO da EPA ou as emissões publicadas pelas participadas.

Nota 3: as emissões de GEE de âmbito 1 das atividades das nossas Companhias não são abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão dos sistemas de comércio de licenças de emissão regulamentados.

Nota 4: As emissões das atividades agrícolas e pecuárias da JMA incluem emissões entéricas de bovinos e ovinos, o uso de fertilizantes químicos e a gestão do estrume.

Nota 5: o parâmetro C14, inclui franchising e modelos similares.

Relativamente às emissões de âmbito 3, registou-se um aumento de 4,9%, em linha com o crescimento dos nossos negócios. O aumento das emissões de âmbito 3 está também associado à utilização de estimativas no cálculo destas emissões que, na sua maioria, são indexadas ao volume de vendas das Companhias.

Em 2024, as emissões calculadas com base em dados primários representaram 12,3% do total das emissões de âmbito 3. Para aumentarmos o conhecimento sobre a pegada de carbono da nossa cadeia de abastecimento, lançámos uma plataforma de comunicação com fornecedores.

A interação com alguns dos principais fornecedores da Biedronka, Pingo Doce e Recheio revelou um panorama diversificado em termos de compromisso e ações implementadas para a redução das emissões de GEE. A maioria dos 20 fornecedores contactados demonstra um alinhamento com os padrões internacionais de contabilidade de GEE, com 60% a atualizarem os seus inventários anualmente e 50% a garantirem a verificação por terceiros das suas emissões. Em relação às metas de redução de emissões, 50% dos fornecedores contactados estabelecem metas para as emissões de âmbitos 1 e 2, e 30% incluem também metas para o âmbito 3. Adicionalmente, 30% destes 20 fornecedores têm metas validadas pela Science Based Targets initiative (SBTi) e 20% estão em processo de definição das suas metas, o que revela a adesão da nossa cadeia de abastecimento ao compromisso de mitigar as alterações climáticas. A implementação de estratégias climáticas é outro aspeto positivo, com 50% dos fornecedores contactados a publicarem planos de transição climática ou de descarbonização.

As ações implementadas pelos fornecedores contactados para reduzir o seu consumo de energia e as emissões de GEE são variadas e abrangentes. A realização de auditorias energéticas e a melhoria da eficiência energética dos equipamentos, através de atualizações tecnológicas, são práticas comuns adotadas por 80% do universo de 20 fornecedores em análise. A compra e geração de energia renovável para autoconsumo é adotada por 70% dos fornecedores contactados e a formação de funcionários em práticas de eficiência energética é disponibilizada por metade dos fornecedores. Nos processos logísticos, 50% dos fornecedores contactados investem na redução de emissões de carbono no transporte, medida crucial para a redução das emissões totais associadas à cadeia de abastecimento.

As medidas adicionais especificadas pelos fornecedores, como a compra de matérias-primas de proximidade, a substituição de fertilizantes sintéticos por alternativas naturais, a utilização de biogás e a construção de unidades fotovoltaicas de média e de grande dimensões, demonstram um esforço contínuo para inovar e implementar soluções de baixo carbono. Estas iniciativas contribuem não só para a redução das emissões de GEE como promovem práticas agrícolas globalmente mais sustentáveis.

Com o objetivo de obter dados primários de maior granularidade por parte dos fornecedores, a Biedronka tem vindo a desenvolver calculadoras da pegada de carbono de produto para os principais produtos de Marca Própria e perecíveis, tendo desenvolvido cinco calculadoras e organizado nove workshops para 650 fornecedores. Também a JMA tem vindo a calcular a pegada de carbono dos seus produtos, tendo já obtido, no primeiro semestre de 2024, a certificação da pegada de carbono dos bovinos aberdeen angus da Best Farmer.

À medida que a nossa dependência de estimativas para o cálculo de emissões de âmbito 3 se reduzir, será mais fácil identificar oportunidades adicionais de redução da nossa pegada de carbono junto dos nossos fornecedores e assim convergir com as nossas metas de redução deste âmbito, definidas no nosso Plano de Transição climática e na secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção “Alterações Climáticas”, ponto “Compromissos”, deste capítulo.

No que diz respeito à intensidade das emissões de GEE (âmbitos 1, 2 e 3) com base nas receitas líquidas (cada 1.000 euros de vendas) esta diminuiu de 1,051 para 1,002 toneladas de CO₂e, refletindo o aumento da eficiência nas nossas operações.

Intensidade dos GEE com base nas receitas líquidas

Pegada de carbono (t CO ₂ e)*	2024	2023	Δ 2024/2023
Pegada de carbono global (âmbitos 1, 2 e 3)	33.546.395	**32.158.126	+4,3%
Âmbito 1 – impactes diretos	203.619	**240.592	-15,4%
Âmbito 2 – impactes indiretos	578.992	**689.121	-16,0%
Âmbito 3 – outros impactes indiretos	32.763.786	**31.228.412	+4,9%
Receita líquida (Milhões euros)	33.464	30.608	+9,3%
Intensidade (t CO₂e/000' euro)	1,002	1,051	-4,6%

* As Companhias do Grupo não adquiriram créditos de carbono para compensar as suas emissões de âmbito 1, 2 ou 3, nem desenvolveram projetos de remoção ou armazenamento nas suas operações ou na sua cadeia de valor.

** Valores corrigidos para melhorar o alinhamento com a metodologia do Greenhouse Gas Protocol.

Gestão do consumo de energia



[ESRS 2 MDR-M; ESRS E1-5]

[GRI 302-1; GRI 302-2; GRI 302-3; GRI 302-4; GRI 302-5]

Em 2024, o nosso consumo de energia manteve-se relativamente estável tendo diminuído 0,8% face a 2023, apesar da entrada em funcionamento de mais de 350 lojas durante o ano. O consumo por milhão de euro foi de 65,9 MWh, uma redução de 9,3% face a 2023.

Das atividades do Grupo consideradas com elevado impacto climático¹⁹, o retalho representa 98,4% do consumo de energia, as atividades de agricultura e pescas (Secção A, NACE rev.2) representam 0,4% e a indústria (Secção C, NACE rev 2) representa 1,1%. Foi considerada ainda a Jeronymo (Secção I, NACE rev.2) que representa 0,1% do consumo de energia do Grupo.

Consumo de energia total e por unidade de negócio

Consumo de energia total e por unidade de negócio (MWh)	2024	*2023	Δ 2024/2023
Grupo	2.206.538	2.225.177	-0,8%
Biedronka	1.216.869	1.209.220	+0,6%
Hebe	28.633	27.304	+4,9%
Pingo Doce ²⁰	545.360	557.002	-2,1%
Recheio	58.610	58.406	+0,3%
Ara	320.528	337.719	-5,1%
JMA	34.659	33.591	+3,2%
Hussel/Jeronymo	1.878	1.935	-2,9%
Receitas líquidas provenientes de atividades em setores com elevado impacto climático (em milhões euros)	33.464	30.608	+9,3%
Consumo total (MWh/milhões de euros de receita líquida)	65,9	72,7	-9,3%

*Valores revistos para incluir o consumo de energia da Jeronymo.

Em termos de consumo de energia por unidade de negócio, a Hebe foi a Companhia com o maior incremento, devido ao aumento do número de lojas na sua operação. A JMA registou o segundo maior aumento, em resultado do consumo de combustíveis pelas embarcações das unidades de aquacultura e pelo gerador da nova sala de ordenha de Monte do Trigo, assim como pelo incremento no consumo de eletricidade na fábrica da Terra Alegre, que aumentou em 20% a produção. O consumo da Biedronka aumentou ligeiramente (+0,6% face a 2023), apesar de ter acrescentado mais 161 lojas à sua rede. Esta estabilização justifica-se pela redução no consumo de combustíveis e pela menor necessidade de aquecimento num ano marcado por um inverno mais ameno. Na Ara, mesmo com o aumento do número

¹⁹ Os setores de alto impacto climático considerados no cálculo de intensidade de energia são: Secção A - Agricultura, Florestas e Pescas; Secção C - Indústria; e Secção G - Comércio por Grosso e a Retalho.

²⁰ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

de lojas (cerca de 150), verificou-se uma redução do consumo de energia devido à ligação das lojas à rede elétrica em vez da utilização dos geradores a combustível.

Em 2024, aumentámos o número de lojas com pontos de carregamento de veículos elétricos e híbridos para 234 no Pingo Doce, 7 no Recheio e 499 na Biedronka. No ano, fornecemos mais de 9.734 MWh.

Consumo de energia por fonte energética

Consumo de energia	2024	*2023	Δ 2024/2023
Consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão (MWh)	0	0	-
Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos (MWh)	132.488	194.748	-32,0%
Consumo de combustível proveniente do gás natural (MWh)	129.976	154.279	-15,8%
Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis (MWh)	18.098	16.637	+8,8%
Consumo de eletricidade, calor, provenientes de fontes fósseis (MWh)	744.029	861.113	-13,6%
Consumo total de energia fóssil (MWh)	1.024.591	1.226.777	-16,5%
Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)	46,5%	55,2%	-8,7 p.p.
Consumo proveniente de fontes nucleares (MWh)	534	534	0,0%
Percentagem de consumo proveniente de fontes de energia nuclear no consumo total de energia (%)	0,02%	0,02%	-0,0 p.p.
Consumo de combustível de fontes renováveis, incluindo biomassa incluindo também resíduos industriais e urbanos de origem biológica, biogás, hidrogénio renovável, etc.) (MWh)	**0	**0	-
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento provenientes de fontes renováveis (MWh)	1.099.253	966.227	+13,8%
Consumo de energia renovável não proveniente de combustíveis gerada pelo próprio (MWh)	82.160	31.639	+159,7%
Consumo de energia proveniente de fontes renováveis (MWh)	1.181.413	997.866	+18,4%
Percentagem de fontes renováveis no consumo total de energia (%)	53,5%	44,8%	+8,7 p.p.
Consumo total de energia (MWh)	2.206.538	2.225.177	-0,8%

*Valores revistos para incluir o consumo de energia da Jeronymo.

**Não tendo sido possível determinar a percentagem de combustíveis renováveis devido à ausência de dados públicos, assume-se o pior cenário, ou seja, 0% de combustíveis de origem renovável consumidos. O Grupo não possui centrais de geração de energia não renovável, sendo a única geração de energia não renovável realizada apenas pontualmente nos geradores de emergência.

A percentagem do consumo de energia proveniente de fontes renováveis aumentou 8,7 p.p. face a 2023, sobretudo devido ao investimento em contratos de aquisição de energia, Garantias de Origem e à maior componente renovável no mix energético da Polónia. As fontes de energia renováveis passaram a representar mais de 53% do total da energia consumida pelas nossas operações. Considerando apenas o consumo de energia elétrica, cerca de 62% foi proveniente de fontes renováveis.

As nossas ações de redução de emissões de carbono

[ESRS 2 MDR-A; ESRS E1-3]



No âmbito da execução do nosso Plano de Transição Climática, implementámos um conjunto de ações com o objetivo de reduzir as nossas emissões de carbono, das quais destacamos:

- a transição para gases refrigerantes naturais e com baixo potencial de aquecimento global;
- o investimento em fontes de energias renováveis e o aumento da eficiência energética das nossas lojas;
- a transição dos combustíveis fósseis e o aumento da eficiência logística;
- a promoção da economia circular²¹.

²¹ Informação sobre as nossas ações de promoção da economia circular encontra-se na subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular".

Gestão de gases de refrigeração

No nosso negócio de distribuição alimentar, no qual nos distinguimos pela qualidade da oferta de perecíveis especializados, os sistemas de frio e climatização assumem uma importância central. Estes sistemas são essenciais na garantia da qualidade, segurança e preservação dos alimentos, desempenhando também um papel determinante no combate ao desperdício alimentar.

Contudo, a utilização do frio e climatização implica consumir energia e, devido às fugas decorrentes da sua operacionalização, são também emitidos gases com efeito de estufa. É para reduzir estes efeitos que investimos em equipamentos mais eficientes. No âmbito da gestão das emissões de carbono associadas à utilização de gases refrigerantes nestes sistemas, são também instaladas tecnologias de controlo de fugas e, sempre que possível, e de forma voluntária, optamos por gases de refrigeração naturais nas instalações de frio industrial ou com baixo PAG nas instalações de aquecimento, ventilação e ar condicionado.

Estabelecimentos que utilizam gases de refrigeração naturais

Tipo de estabelecimento	Número		Progresso*	
	2024	2023	2024	2023
Lojas – sistema de frio central	3.439	2.953	57%	52%
Lojas – equipamento autónomo	5.238	4.875	86%	85%
Centros de distribuição e unidades industriais – sistema de frio central	26	24	70%	67%

* Grau de cobertura face ao total de estabelecimentos.

Em 2024, 70% dos nossos centros de distribuição e unidades industriais e cerca de 57% das lojas utilizavam gases refrigerantes naturais ou de baixo PAG nas centrais de frio. É de destacar o investimento em unidades autónomas de frio, como arcas congeladoras, presentes em cerca de 86% do nosso parque de lojas (3.489 na Biedronka, 1.404 na Ara, 305 no Pingo Doce e 40 no Recheio).

Eficiência energética e energias renováveis

Com o objetivo de reduzir as nossas emissões de carbono associadas ao consumo de energia, implementámos um conjunto de boas-práticas. O plano de remodelações e abertura de novas lojas inclui soluções como:

- tecnologias de geração de energia renovável;
- sistemas de controlo e gestão de energia;
- tecnologias de refrigeração e arcas congeladoras eficientes;
- iluminação eficiente.

Energias renováveis

Tecnologia	Número de edifícios		Energia (GJ/ano)		Poupança* (t CO ₂ e/ano)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Painéis fotovoltaicos para autoconsumo	2.101	779	295.776	113.901	35.567	15.772
Pingo Doce ²²	36	26	48.820	29.475	2.287	1.880
Recheio	10	7	11.836	5.174	558	330
Biedronka	**1.804	728	202.420	68.887	31.604	13.050
Ara	249	16	26.307	4.591	818	143
JMA	2	2	6.393	5.774	300	368
Postes de iluminação e sistema de vigilância alimentados por painéis fotovoltaicos e/ou aerogeradores	9	9	584	534	27	35
Pingo Doce ¹⁰	1	1	130	130	6	8
Recheio	5	5	439	258	21	17
Biedronka	1	1	10	10	0,4	2
JMA	2	2	6	136	0,3	8

²² Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

Tecnologia	Número de edifícios		Energia (GJ/ano)		Poupança* (t CO ₂ e/ano)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Coletores solares para aquecimento das águas sanitárias e/ou utilização no sistema de ar condicionado	16	17	3.952	4.020	185	256
Pingo Doce ¹⁰	7	7	3.399	3.399	159	217
Recheio	7	8	489	552	23	35
JMA	2	2	64	69	3	4
Bombas de calor geotérmico (Biedronka)	20	15	4.467	5.884	697	1.115

* Estes valores refletem a atualização dos fatores de emissão da eletricidade (market-based).

** No final de 2024, havia 1.695 edifícios operacionais da Biedronka, 45 aguardavam ligação à rede elétrica e 64 novas unidades de produção de energia fotovoltaica estavam em construção.

Em 2024, investimos de forma significativa na instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo, em particular na Polónia e na Colômbia. Os investimentos garantiram a produção de mais de 305 mil GJ, um aumento de 145% face a 2023. Desde julho de 2018 que investimos em eletricidade proveniente de fontes renováveis para alimentar as operações das nossas insígnias em Portugal, através da aquisição de Garantias de Origem (GO). Em 2024, os investimentos em painéis fotovoltaicos, em GO e outras tecnologias de origem renováveis nas diferentes Companhias evitaram a emissão de 120 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente, enquanto a Biedronka, através de um contrato de aquisição virtual de energia (VPPA), garantiu a produção de 226 mil GJ de energia solar fotovoltaica e evitou a emissão de 35.300 toneladas de dióxido de carbono equivalente.

Também a sensibilização dos colaboradores para a valorização dos resíduos e a utilização eficiente da água e da energia contribuiu para o desempenho ambiental dos nossos estabelecimentos. O projeto “Equipas para Gestão dos Consumos de Água e Energia”, iniciado em 2011 nas lojas Pingo Doce e Recheio, permitiu reduzir os consumos de água em 493 mil m³ e os de energia em 119 mil MWh, o que equivale a uma poupança acumulada de mais de 13,8 milhões de euros²³. No Pingo Doce, as ações destas equipas estão enquadradas pela iniciativa “Todos pelo Ambiente”. A Biedronka continuou o projeto “Dobra energia” (Boa energia) lançado em 2022, que incluiu um manual de boas-práticas para poupança de energia nas lojas, formação interativa para todos os colaboradores de loja, relatórios de acompanhamento de consumos de eletricidade e um chatbot dedicado a facilitar as operações diárias. O projeto “Let's Go Green”, desenvolvido em 2015 com os mesmos objetivos, abrange os edifícios de escritórios em Portugal, Polónia e Colômbia.

O investimento em eficiência energética na produção de energia renovável para autoconsumo e gases refrigerantes de baixo PAG ultrapassou os 690 milhões de euros desde 2017, sendo mais de 300 milhões realizados nos últimos dois anos, traduzindo o nosso foco reforçado na redução do consumo de energia e das emissões de carbono. O nosso período de recuperação tem uma média de três anos e já evitou a emissão de mais de 1,1 milhões de toneladas de CO₂e.

Para os próximos anos, e para atingir os nossos objetivos de curto prazo para os âmbitos 1 e 2, espera-se um investimento médio anual de, pelo menos, 10% do CapEx. Os investimentos relacionados com a produção no local e a aquisição de energia renovável através de Garantias de Origem, Contratos de Aquisição de Energia e Contratos de Aquisição Virtual de Energia, continuarão a crescer e representarão uma percentagem mais elevada nas despesas operacionais. Informação adicional sobre o CapEx associado a estas atividades está detalhada no subcapítulo 3.3. “Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)”.

²³ Valor calculado com base em relatórios regulares de benchmarking interno do qual foram excluídas as lojas remodeladas em 2023 e 2024 pelo facto de os consumos não serem comparáveis.

Combustíveis fósseis e o aumento da eficiência logística

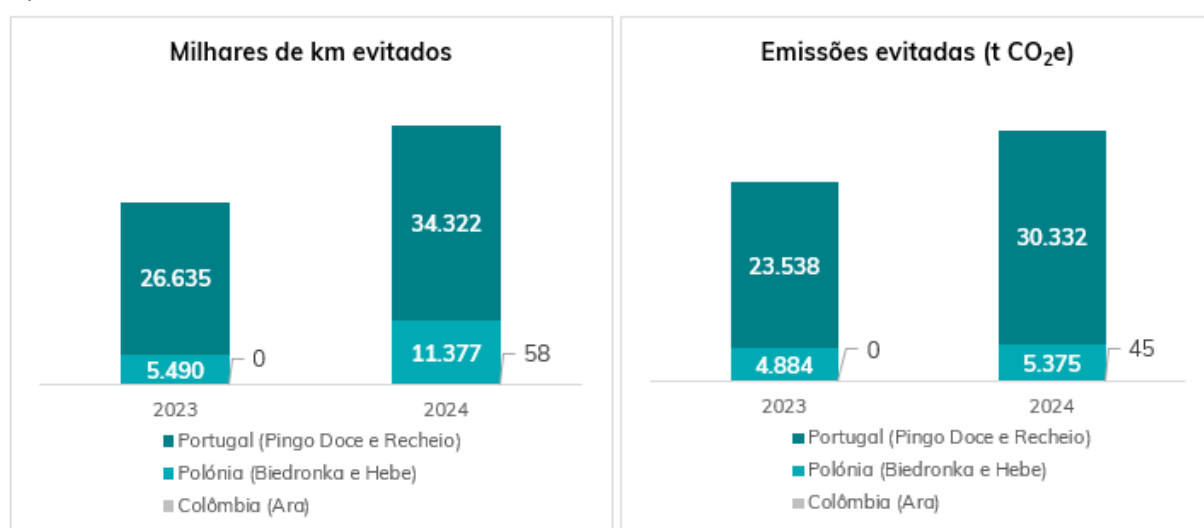
O nosso plano para reduzir as emissões de carbono associadas ao consumo de combustíveis fósseis nas operações e na logística passa por:

- aumentar a incorporação de veículos elétricos e/ou híbridos plug-in na nossa frota e aumentar a utilização de biocombustíveis e hidrogénio;
- diminuir progressivamente a utilização de combustíveis fósseis nas operações através da eletrificação dos equipamentos e/ou da utilização de biocombustíveis;
- melhorar a eficiência dos processos logísticos.

Em 2024, 12% da nossa frota de veículos ligeiros em Portugal e 1% na Polónia eram elétricos ou híbridos, em linha com o que acontecia em 2023 (11% em Portugal e 1,5% na Polónia).

Para melhorar a eficiência dos processos logísticos, estamos a otimizar as rotas de distribuição – por via do *backhauling*²⁴ e *fronthauling*²⁵ – e a aumentar o investimento em camiões mais eficientes.

As operações de backhauling



Em 2024, as operações de *backhauling* evitaram que fossem percorridos 45,8 milhões de quilómetros, mais 40% do que em 2023, com a respetiva redução de emissões associada (35,8 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente). O *backhauling* continua a não ter expressão na Colômbia, devido à reduzida disponibilidade de espaço nos camiões para aumentar a logística inversa. Além disso, os fornecedores não estão próximos das rotas de retorno.

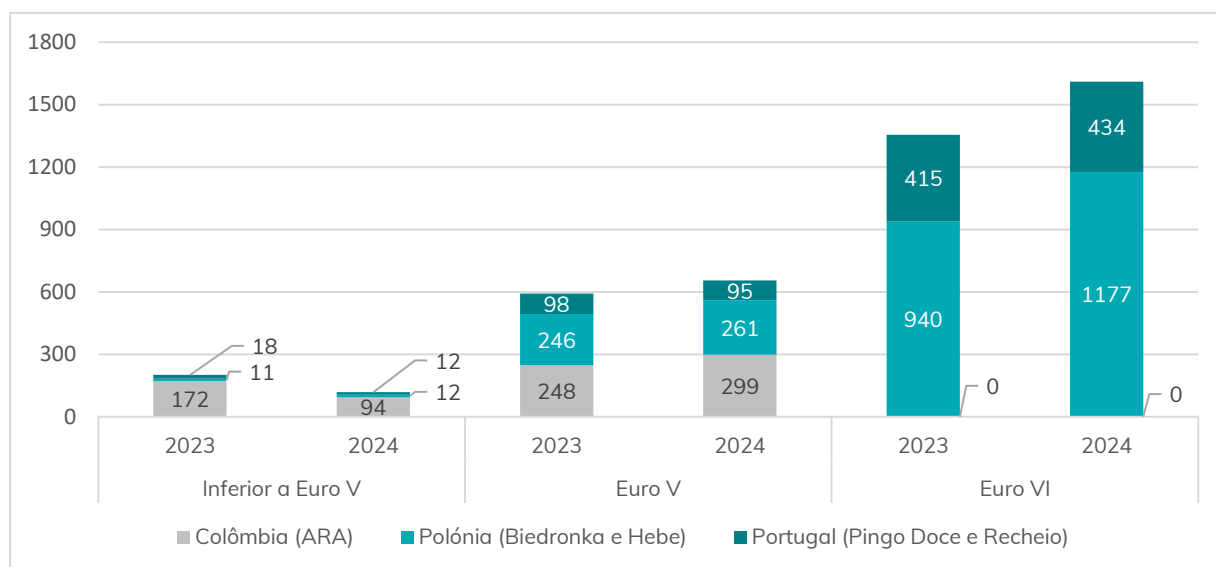
O projeto de *fronthauling* permitiu uma poupança de cerca de 150 mil quilómetros (mais 2,7% do que em 2023) e evitou a emissão de 132 toneladas de dióxido de carbono equivalente no Pingo Doce e no Recheio.

Na Ara, o projeto de transporte de mercadorias não paletizadas para otimizar as cargas entre as instalações dos fornecedores e os centros de distribuição resultou numa poupança de mais de um milhão de quilómetros (mais 73,0% face a 2023), evitando a emissão de 1.734 toneladas de dióxido de carbono equivalente. O projeto *by-truck* (atrelados-extra para o transporte de mercadorias entre os centros de distribuição e as lojas mais distantes) evitou a realização de 2 milhões de quilómetros, menos 1,4% face a 2023, e consequentemente, a emissão de 1.609 toneladas de dióxido de carbono equivalente.

²⁴ Após entrega de produtos nas nossas lojas, a rota de regresso inclui a passagem pelas instalações de fornecedores do Grupo para recolher mercadorias e transportá-las até ao centro de distribuição.

²⁵ Após a entrega de produtos nos nossos centros de distribuição, a rota de regresso dos fornecedores às suas instalações inclui a passagem pelas lojas do Grupo para entregar mercadoria. Este projeto só existe em Portugal.

Distribuição das viaturas de transporte de mercadorias pelas normas Euro



Em 2024, mais de 95% dos veículos de transporte de mercadorias a que recorremos foram Euro V ou VI, um aumento de 5 p.p. face a 2023. Registou-se um aumento dos camiões Euro VI (mais 256 que em 2023). Na Colômbia, verifica-se um aumento dos camiões Euro V e Euro IV (mais 51 camiões).

Em 2024, as emissões de carbono (por mil paletes) associadas ao transporte de mercadorias para as lojas diminuíram 6,1% face a 2021, o ano base considerado. O nosso objetivo é, até ao final de 2026, reduzir em 5% as emissões de dióxido de carbono equivalente, por mil paletes transportadas, face a 2021.

Emissões de carbono associadas ao transporte de paletes

	2021	2023	2024
Transporte de mercadorias para as lojas (km)	249.551.570	265.523.690	263.407.687
Transporte de mercadorias para as lojas (t CO ₂ e)	205.375	220.058	214.794
Emissões de carbono pelo transporte de mercadorias para as lojas por 1.000 paletes transportadas (t CO₂e/1.000 paletes transportadas)	5,57	5,40	5,22

Descarbonização da logística

A Terra Alegre, empresa de produção de laticínios da JMA, foi distinguida, em 2024, com a primeira estrela da iniciativa Lean & Green, no seguimento do plano de descarbonização da sua logística. As emissões de CO₂e nas operações logísticas da Terra Alegre reduziram 23,4% em 2023, face a 2022.

O Pingo Doce, que aderiu à Lean & Green em 2021, é a primeira empresa em Portugal e a quarta a nível europeu a conquistar as quatro estrelas. Esta distinção conseguida em 2024 é resultado da redução em 55% das emissões de dióxido de carbono equivalente (t CO₂e/paleta) nas suas operações logísticas em Portugal Continental, face a 2018.

A Biedronka, que também aderiu à Lean & Green em 2021, já tinha sido distinguida com a atribuição de uma estrela em 2022, como resultado de uma redução de 20% nas emissões das atividades logísticas em oito centros de distribuição no período 2017-2020. Em 2024, a Biedronka foi premiada com a segunda estrela Lean & Green após reduzir em mais 12% as emissões de carbono nas atividades logísticas no período de 2021-23. Para obter a segunda estrela, a Biedronka teve 3 anos para demonstrar a manutenção da redução de 20% de emissões de GEE e atingir uma redução adicional de 10% de CO₂e no espaço de 3 anos, abrangendo 12 centros de distribuição de um total de 17, o equivalente a pelo menos 65% do volume transportado, de acordo com os critérios do programa.

A Lean & Green é uma iniciativa europeia que pretende alcançar a neutralidade carbónica nas atividades logísticas até 2050.

Valoração do carbono

[ESRS 2 MDR-M; ESRS E1-8]



Recorremos à utilização interna de preços sombra de carbono com o objetivo de apoiar a nossa tomada de decisão sobre investimentos associados às medidas a implementar (CapEx) para atingir as nossas metas de redução de GEE. Esta ferramenta de apoio à decisão é utilizada, por exemplo, nas decisões de compra de veículos e equipamentos próprios e nos orçamentos de remodelação das nossas lojas, bem como na avaliação dos riscos de transição dos preços de energia no âmbito da nossa análise de cenários climáticos.

A valoração do carbono está vinculada ao preço das taxas de carbono em Portugal e Colômbia²⁶, correspondendo a uma média de 28,40 €/tCO₂e. Em ambos os casos, o valor é definido por decreto regulamentar. O valor da taxa em Portugal está vinculado ao preço das licenças de CO₂ no âmbito do Esquema de Comércio de Emissões da UE. Na Colômbia, o valor está vinculado ao Imposto Nacional de Carbono, que incide sobre o conteúdo de carbono equivalente (CO₂e) de todos os combustíveis fósseis, incluindo derivados do petróleo, gás fóssil e combustíveis sólidos utilizados para combustão. Mais informação sobre este tema é divulgada no subcapítulo 7. “Frameworks de Reporte”, na secção 7.1. “ESRS - Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade”.

Compromissos

[ESRS 2 MDR-T; ESRS E1-4]



Os compromissos do Grupo relacionados com este tópico podem ser consultados no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, deste capítulo.

3.2.2. Utilização dos recursos e economia circular



A economia circular desempenha um importante papel nos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, ao promover uma maior eficiência na utilização dos recursos e criar as condições para que esses produtos, ou os seus componentes, sejam reintegrados em novas cadeias de valor. Esta otimização da reutilização dos recursos passa, por exemplo, por reduzir o desperdício alimentar, integrar conceitos de ecodesign no desenvolvimento de produtos e embalagens, otimizar a valorização de resíduos e estabelecer relações de cooperação e capacitação com fornecedores, sociedade civil e consumidores.

Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular

[ESRS 2 SBM-3; ESRS 2 IRO-1; ESRS E5-6]



Os principais riscos e oportunidades identificados no âmbito da economia circular, nomeadamente os associados aos dois tópicos com maior materialidade para o Grupo (embalagens e desperdício alimentar), estão relacionados com o tipo de recursos utilizados (renováveis e não renováveis), o desperdício de recursos e a valorização de resíduos. Para a avaliação de riscos e oportunidades nesta temática foi seguida a abordagem LEAP (Locate, Evaluate, Assess and Prepare).

Os riscos e oportunidades são considerados significativos quando excedem uma variação potencial de 5% nas vendas, sendo nesse caso identificados, avaliados e geridos ao nível corporativo. Quando se situam abaixo do limiar de materialidade (variação de até 5% das vendas considerando o risco inerente²⁷), são identificados e avaliados ao nível corporativo e geridos ao nível das Companhias.

A identificação de riscos e oportunidades inclui:

- acompanhamento da regulamentação específica de cada país (ex., responsabilidade alargada do produtor);

²⁶ Não consideramos a taxa de carbono em vigor na Polónia por esta ser considerada significativamente baixa e desalinhada com os valores de referência internacionais (0,09 €/t CO₂), aumentando o risco de resultar num valor excessivamente baixo, o que prejudicaria a utilização da valoração do carbono como uma ferramenta de gestão de riscos e eficiência interna.

²⁷ Risco inerente refere-se ao nível de risco sem considerar estratégias de resposta a um determinado risco de economia circular (físico ou de transição).

- avaliação pormenorizada da reciclabilidade das embalagens de Marca Própria, seguindo a metodologia da Fundação Ellen McArthur, e da quantidade desperdiçada de cada produto alimentar, seguindo as melhores práticas definidas pelo Food Loss and Waste Protocol;
- análise das tendências de mercado, nomeadamente as preferências dos nossos clientes (ex., conveniência nas decisões de compra ou escolha entre embalagens descartáveis e embalagens reutilizáveis).

Estes mecanismos estão detalhados nos pontos 52., 53., e 54. do capítulo 4 “Governo da Sociedade” deste relatório.

Riscos

Os riscos associados à economia circular foram avaliados e selecionados de acordo com a relevância para as nossas atividades, e podem ser:

- de transição (incluem riscos políticos e regulatórios, de mercado, tecnológicos e reputacionais);
- físicos (como o risco de escassez de matérias-primas).

Pelo potencial de perda para a cadeia de valor, o desperdício alimentar representa o risco mais relevante no âmbito da economia circular. Com menor importância surgem os riscos associados à regulamentação, nomeadamente sobre reciclabilidade de embalagens, por dependerem, em alguns casos, de adaptações sectoriais.

Os riscos de mercado, como a disparidade de custos entre materiais reciclados e virgens, podem afetar a competitividade do produto e a reputação das nossas marcas caso não sejam cumpridos os objetivos voluntários a que nos propomos.

Na avaliação dos riscos relacionados com o desperdício alimentar, consideramos a importância quer das cadeias de frio, quer das embalagens. As embalagens desempenham um papel decisivo, equilibrando várias dimensões do nosso negócio, permitindo a preservação dos alimentos que comercializamos, garantindo a defesa da integridade e dos prazos de validade dos alimentos, a eficiência logística por via do formato das embalagens, a seleção de materiais utilizados com implicações diretas na circularidade de materiais, bem como o próprio custo do produto. A forma como lidamos com o risco associado às embalagens está refletida na integração de critérios que promovem uma maior circularidade das embalagens dos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis. Aspectos como integração de materiais reciclados, preferência por embalagens monomateriais ou preferência por cores que sejam facilmente distinguidas pelos leitores óticos dos recicladores são valorizados nas nossas tomadas de decisão. Mais informação sobre este tema é desenvolvida na subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”, ponto “Ações para promover a economia circular, subponto “Ecodesign de embalagens”, neste subcapítulo.

No caso particular dos componentes de embalagens à base de fibras vegetais, como papel e madeira, adotamos medidas que permitem a regeneração dos sistemas naturais e asseguramos que a origem destas matérias-primas não induz desflorestação. Estas ações são detalhadas, na secção 3.2.4. “Biodiversidade e ecossistemas”, no tópico “Combate à desflorestação”, neste subcapítulo.

Oportunidades

As oportunidades avaliadas abrangem:

- a eficiência de recursos, como a otimização do uso de materiais e da gestão de resíduos;
- os mercados, que incluem a sustentabilidade das cadeias de abastecimento e a economia de partilha (ex., embalagens de transporte partilhadas);
- o financiamento, como é o caso dos fundos de investimento para projetos de economia circular;
- a reputação, melhorando continuamente a comunicação e a interação com os diferentes stakeholders, em resposta às suas expectativas e preocupações.

O consumo dos diferentes materiais que compõem as nossas embalagens é contabilizado e monitorizado em permanência. Participamos também em projetos de economia circular para identificar oportunidades de otimização no uso de materiais, aumentar a reciclabilidade, reforçar a incorporação de material reciclado e testar soluções reutilizáveis.

Em relação aos resíduos, promovemos a sua valorização nas nossas operações e também através da sensibilização e o envolvimento dos parceiros de negócio e dos clientes das nossas Companhias.

As medidas de combate ao desperdício alimentar que implementamos estão explicadas em detalhe na subsecção 3.2.2 “Utilização dos recursos e economia circular”, ponto “Ações para promover a economia circular”, subponto “Combate ao desperdício alimentar”, deste subcapítulo.

Relativamente à avaliação financeira destes riscos e oportunidades, iremos integrar as devidas diligências relacionados com este tópico dentro do período de introdução progressiva estipulado pelas normas de relato de sustentabilidade.

Materiais consumidos e saídas de recursos

[ESRS 2 MDR-M; ESRS E5-5]

[GRI 301-1; GRI 301-2]



Principais materiais consumidos

Consumo de materiais (toneladas/milhão de euros de vendas)	2024	2023	Δ 2024/2023
Valor específico	15,13	16,99	-10,9%
Consumo total de materiais (toneladas)	2024	2023	Δ 2024/2023
Consumo por unidade de negócio	506.183	*520.129	-2,7%
Biedronka	382.343	395.563	-3,3%
Hebe	1.321	1.023	+29,1%
Pingo Doce ²⁸	66.025	64.272	+2,7%
Recheio	13.409	*13.326	+0,6%
Ara	43.085	45.945	-6,2%
Embalagens de produtos de Marca Própria (por tipo)	476.803	490.953	-2,9%
Papel e cartão	199.538	201.520	-1,0%
Cartão para líquidos**	15.176	15.529	-2,3%
Plástico	148.634	162.837	-8,7%
Vidro	86.740	83.685	+3,7%
Aço	20.349	21.470	-5,2%
Outros materiais***	6.366	5.912	+7,7%
Embalagens de serviço (por tipo)	15.716	13.430	+17,0%
Plástico	10.360	8.736	+18,6%
Papel e cartão	4.811	4.217	+14,1%
Outros materiais***	545	477	+14,3%
Outros consumos	13.666	15.745	-13,2%
Papel de escritório	953	992	-3,9%
Folhetos promocionais	11.464	*12.708	-9,8%
Publicações	1.249	2.045	-38,9%

* Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos.

** Embalagens compósitas utilizadas no acondicionamento de produtos como sumos, leites e natas, entre outros.

*** Inclui alumínio, madeira e outros materiais.

Materiais reciclados incorporados (toneladas)	2024	2023	Δ 2024/2023
Por unidade de negócio*	212.647	220.310	-3,5%
Biedronka	169.885	180.230	-5,7%
Hebe	70	84	-16,1%
Pingo Doce ¹⁶ ²⁸	23.219	23.241	-0,1%
Recheio	5.453	4.544	+20,0%
Ara	14.020	12.211	+14,8%
Por tipo*			
Papel e cartão	168.741	178.492	-5,5%
Plástico	12.142	11.545	+5,2%
Vidro	31.764	30.273	+4,9%

* Inclui embalagens de produtos de Marca Própria e de serviço.

²⁸ Os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

O consumo total de materiais diminuiu 2,7% em 2024, devido sobretudo a uma redução das quantidades de embalagens de plástico e papel de artigos de Marca Própria. O valor específico, que avalia o consumo total de materiais por cada milhão de euros de vendas, reduziu-se em 10,9%, depois de já ter diminuído 11,2% em 2023.

Em 2024, as embalagens de serviço e de produtos de Marca Própria incorporaram 43,2% de materiais reciclados, menos 0,5 p.p. face a 2023. Papel e cartão, plástico e vidro são os materiais mais representativos. Nas embalagens de papel e cartão, cerca de 80% dos materiais utilizados eram reciclados. No total, foram utilizadas cerca de 200 mil toneladas de materiais reciclados, menos 3,5% do que no ano anterior.

Plásticos de utilização única (PUU)

Assumimos voluntariamente diversos compromissos que resultam da nossa subscrição do New Plastics Economy Global Commitment (lançado pela Fundação Ellen MacArthur e pelo UNEP – Programa das Nações Unidas para o Ambiente) e da nossa participação no Pacto Português para os Plásticos, no Pacto Polaco para os Plásticos (através da Biedronka), no Pacto Colombiano para os Plásticos (através da Ara) e no Plastic Waste Coalition of Action do The Consumer Goods Forum. Estes compromissos foram definidos com o objetivo de reduzir a entrada e saída de recursos utilizados, garantindo a promoção da circularidade, segundo uma lógica de hierarquia de gestão de resíduos: redução, reutilização e reciclagem. Os nossos compromissos até final de 2025 são:

- garantir que todas as embalagens de plástico dos produtos de Marca Própria são reutilizáveis ou recicláveis;
- incorporar pelo menos 25% de conteúdo reciclado nas embalagens de plástico dos produtos de Marca Própria;
- reduzir em 10%, face a 2018, o consumo específico de plástico medido em toneladas de embalagens de plástico por cada milhão de euros de vendas;
- reduzir o plástico virgem utilizado nas embalagens dos produtos de Marca Própria em 15%, face a 2018.

Consumo total de PUU (toneladas/milhão de euros de vendas)	2024	2023	Δ 2024/2023
Valor específico	5,59	6,47	-13,6%

Consumo total (toneladas)	2024	2023	Δ 2024/2023
Consumo de PUU por unidade de negócio	187.066	198.158	-5,6%
Biedronka	128.195	136.331	-6,0%
Hebe	188	210	-10,5%
Pingo Doce	28.332	26.500	+6,9%
Recheio	6.004	5.767	+4,1%
Ara	24.347	29.350	-17,0%
Consumo de PUU por categoria			
Embalagens de Marca Própria	148.634	162.837	-8,7%
Embalagens de serviço	10.360	8.736	+18,6%
Sacos de caixa	9.322	10.163	-8,3%
Filme de paletização	3.328	3.234	+2,9%
Sacos do lixo	15.331	13.083	+17,2%
Outros PUU*	91	105	-13,3%

* Inclui talheres e agitadores de bebidas, pratos e taças, copos, palhinhas e cotonetes (os PUU incluem Marca Própria, marcas exclusivas e consumo próprio).

Incorporação de plástico reciclado em PUU (toneladas)	2024	2023	Δ 2024/2023
Por unidade de negócio	29.354	26.940	+9,0%
Biedronka	20.762	18.612	+11,6%
Hebe	46	42	+9,5%
Pingo Doce	5.719	5.676	+0,8%
Recheio	1.618	1.626	-0,5%
Ara	1.209	984	+22,9%
Por categoria			
Embalagens*	12.142	11.545	+5,2%
Sacos de caixa e filme de paletização	7.725	8.168	-5,4%
Sacos do lixo e outros PUU**	9.487	7.227	+31,3%

* Inclui embalagens de produtos de Marca Própria e embalagens de serviço.

** Inclui talheres e agitadores de bebidas, pratos e taças, copos, palhinhas e cotonetes (os PUU incluem Marca Própria, marcas exclusivas e consumo próprio).

Uso de plástico virgem em PUU (toneladas)	2024	2023	Δ 2024/2023
Por unidade de negócio	157.713	171.217	-7,9%
Biedronka	107.435	117.719	-8,7%
Hebe	142	169	-16,0%
Pingo Doce	22.612	20.823	+8,6%
Recheio	4.386	4.140	+5,9%
Ara	23.138	28.366	-18,4%
Por categoria			
Embalagens*	146.852	160.028	-8,2%
Sacos de caixa e filme de paletização	4.925	5.229	-5,8%
Sacos do lixo e outros PUU**	5.936	5.961	-0,4%

* Inclui embalagens de produtos de Marca Própria e embalagens de serviço.

** Inclui talheres e agitadores de bebidas, pratos e taças, copos, palhinhas e cotonetes (os PUU incluem Marca Própria, marcas exclusivas e consumo próprio).

Nos plásticos de utilização única (PUU), verificou-se uma redução do consumo de 5,6%, face a 2023. Os PUU foram responsáveis por 34% (-1,7 p.p. face a 2023) dos materiais usados nas embalagens de produtos de Marca Própria e de serviço, nos sacos de caixa e no filme de paletização. Do total de PUU nestas categorias, 19.867 toneladas foram de plástico reciclado, correspondendo a 11,6%.

O uso de plástico virgem em 2024 diminui 7,9% face ao ano anterior, sendo 4,2% inferior ao do ano de referência, 2018. Ao longo dos últimos anos, as condições de mercado para a recolha de resíduos de embalagem e a quantidade de plástico reciclado disponível para reincorporação em novas embalagens (em especial para contacto alimentar) pouco evoluíram nos países onde temos operações. Por este motivo, antevemos dificuldades em atingir, até 2025, dois dos nossos compromissos relacionados com o plástico:

- assegurar pelo menos 25% de plástico reciclado nas embalagens deste material;
- reduzir em 15% a utilização de plástico virgem face a 2018.

Em relação ao objetivo de reduzirmos em 10%, face a 2018, o consumo específico de plástico medido em toneladas de embalagens de plástico por cada milhão de euros de vendas, o valor que alcançámos em 2024 foi de 42%, superando – em 2024 – o objetivo definido.

Através da aplicação da metodologia Recyclability Assessment Tool, da Fundação Ellen MacArthur, 57,1% das embalagens de plástico dos nossos produtos de Marca Própria são recicláveis (mais 15,1 p.p. do que em 2023). A percentagem indicada tem em conta os diferentes polímeros e formatos de embalagens de plástico, e a existência e eficácia dos sistemas de triagem e reciclagem nos países onde temos operações.

Embora as nossas Companhias tenham concretizado inúmeros projetos de embalagem monomaterial, e mesmo havendo indústria de reciclagem instalada, continuam a não existir soluções de triagem para alguns fluxos (ex., plásticos flexíveis multicamadas em polipropileno e embalagens rígidas em poliestireno). Este facto determina que alguns formatos de embalagem de plástico se mantenham classificados como “não recicláveis” de acordo com a metodologia indicada, mesmo quando existem

localmente circuitos para a triagem e reciclagem downcycling²⁹, como é o caso da Polónia e de Portugal. Para aumentar a reciclabilidade das embalagens de plástico das nossas Marcas Próprias, temos vindo a eliminar componentes problemáticos (ex., polímeros PVC e EPS) que comprometem a reciclagem ou que diminuem a qualidade e o valor do material reciclado. Em linha com o nosso compromisso, 91,8% das nossas embalagens não continham esses componentes em 2024, o mesmo valor que em 2023.

Gestão de resíduos

[ESRS E5-5]

[GRI 306-3; GRI 306-4; GRI 306-5]

As nossas atividades produziram mais de 634 mil toneladas de resíduos, mais 7% do que em 2023, o que resulta do crescimento das operações das Companhias, bem como à nossa crescente oferta de perecíveis especializados, nomeadamente a Biedronka. Quando consideradas as toneladas de resíduos produzidos por cada milhão de euros de vendas registamos uma redução de 2,2% face a 2023.

Resíduos produzidos (toneladas/milhão de euros de vendas)	2024	2023	Δ 2024/2023
Valor específico	18,96	19,38	-2,2%

Resíduos produzidos (toneladas)	2024	2023	Δ 2024/2023
Por tipo de resíduo	634.337	593.064	+7,0%
Cartão e papel	372.044	357.693	+4,0%
Plástico	17.087	16.069	+6,3%
Madeira	2.634	2.178	+20,9%
Orgânicos	124.942	111.636	+11,9%
Indiferenciados	100.312	87.301	+14,9%
Óleos e gorduras alimentares	231	167	+38,3%
Resíduos de tratamento de efluentes	11.929	12.751	-6,4%
Resíduos perigosos	433	387	+11,9%
Outros resíduos	4.725	4.882	-3,2%
Por unidade de negócio			
Biedronka	475.577	445.082	+6,9%
Hebe	1.296	1.156	+12,1%
Pingo Doce	102.020	93.994	+8,5%
Recheio	7.640	7.222	+5,8%
Ara	44.062	42.020	+4,9%
JMA	3.742	3.590	+4,2%

Ações para promover a economia circular

[ESRS 2 MDR-A; ESRS E5-2]



Ecodesign de embalagens

Com mais de uma década, o projeto de ecodesign de embalagens visa otimizar as embalagens dos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis, mantendo a integridade do produto, com base nos seguintes objetivos:

- reduzir a quantidade de material utilizado;
- promover a circularidade das embalagens através da integração de materiais reciclados na sua composição e a sua reciclabilidade;

²⁹ Processo de reciclagem do qual resultam materiais de qualidade inferior aos que lhes deram origem, não permitindo fabricar os mesmos produtos com a mesma qualidade, mas apenas outros que necessitam de material com menor qualidade.

- trabalhar dimensão, peso e formato das embalagens, o que torna possível transportar mais quantidades de produto em cada viagem.

Desde o lançamento do projeto, em 2011, evitámos a utilização de 50.351 toneladas de materiais através das mais de 2.300 alterações introduzidas, entre as quais cerca de mil embalagens com certificação FSC® ou equiparadas. Calculamos que a maior eficiência no transporte resultante do projeto de ecodesign de embalagens tenha evitado a emissão de 6.882 toneladas de carbono equivalente.

Closed Loop na Biedronka

Este projeto envolve a recolha de caixas de papel usadas nas lojas da Biedronka, que são depois recicladas e transformadas novamente em matéria-prima para o fabrico de novas caixas de cartão que servem de expositor para produtos de Marca Própria nas lojas da Companhia. O Closed Loop arrancou em 2022, tendo as caixas passado a ser marcadas com um símbolo próprio em 2023. Em 2024, foram recolhidas 8.322 toneladas de cartão, que foram transformadas em mais de 31,6 milhões de caixas novas.



No ano 2024, implementámos 454 projetos de ecodesign de embalagens (262 na Biedronka, 85 na Hebe, 72 no Pingo Doce, 21 na Ara e 14 no Recheio), alcançando 25,7% de artigos de Marca Própria alterados desde 2011.

Relativamente à capacidade de reutilização das embalagens de plástico, determinámos, em 2024, que 1,1% destas são reutilizáveis (-0,2 p.p. que em 2023), de acordo com a metodologia proposta pela Fundação Ellen MacArthur para o reporte deste indicador ao Global Commitment.

Ecodesign de embalagens – destaques em 2024

Biedronka – As embalagens de carne de porco Kraina Mięs a vácuo passaram a ter um absorvente feito inteiramente de celulose com certificação FSC®. Estes absorventes vieram substituir os de plástico e cumprem com os prazos de validade exigidos. A redução resultante é de 55 toneladas de plástico por ano.

Pingo Doce – A embalagem das Mini Bolachas Salgadas 350 g, composta por um frasco e uma tampa, passou a incorporar 30% de PET reciclado no frasco, o que evita o consumo de mais de 4 toneladas de plástico virgem por ano.

Recheio – Lançados cinco artigos Amanhecer com embalagem em cartão com certificação FSC®.

Ara – A dimensão das etiquetas em plástico de 13 artigos de carne fresca foi reduzida, o que se traduz numa poupança de 2,7 toneladas de plástico por ano.

Hebe – O papel das embalagens de 85 referências de Marca Própria passou a ter certificação FSC®.

Embalagens reutilizáveis

O recurso a embalagens reutilizáveis nas nossas operações é uma prática que permite evitar as descartáveis. Em 2024, as caixas reutilizáveis nas áreas de perecíveis evitaram o recurso a mais de 42 mil toneladas de embalagens descartáveis, mais 5% do que no ano de 2023.

O Pingo Doce e o Recheio recorrem a uma pool de caixas para acondicionar e transportar perecíveis entre as cozinhas centrais, os centros de distribuição e as lojas. Este sistema permitiu reutilizar estas caixas 44 milhões de vezes. Na Biedronka esse valor foi de 21,2 milhões para produtos de padaria, enquanto a Ara registou mais de 19 milhões de utilizações de caixas reutilizáveis no transporte de água engarrafada, leite, carne e fruta e legumes.

A solução de enchimento de garrafas de plástico reutilizáveis ECO, disponível no Pingo Doce, é mais um exemplo. A solução foi alargada para 310 lojas, mais 26 do que em 2023, evitando o consumo de 101 toneladas de plásticos de utilização única em 2024, menos 3% do que no ano anterior, resultado de uma redução dos enchimentos dos formatos de maior volume (6 L e 3 L).

Soluções reutilizáveis para transporte de compras de clientes

Material consumido por tipo de solução	2024	2023	Δ 2024/2023
Sacos de caixa de papel reutilizáveis (toneladas)	1.439	1.024	+40,5%
Biedronka	1.221	906	+34,8%
Hebe	16	15	+6,7%
Pingo Doce	95	101	-5,9%
Recheio	0	0	-
Ara	107	2	+5.250,0%
Sacos de caixa de plástico reutilizáveis* (toneladas)	9.064	9.548	-5,1%
Biedronka	6.468	7.069	-8,5%
Hebe	43	44	-2,3%
Pingo Doce	2.342	2.199	+6,5%
Recheio	7	8	-12,5%
Ara	204	228	-10,5%
Trolleys (unidades)	30.736	32.955	-6,7%
Biedronka	0	0	-
Hebe	0	0	-
Pingo Doce	30.722	32.950	-6,8%
Recheio	14	2	+600,0%
Ara	0	3	-100,0%

* Inclui sacos resistentes de diferentes formatos e materiais que permitem várias utilizações.

O consumo de sacos de papel aumentou de forma acentuada devido, principalmente, à Biedronka e à Ara. No caso da Biedronka, os sacos de papel foram uma escolha dos consumidores face a uma menor disponibilidade de sacos de caixa de plástico. Na Ara, a entrada em vigor, em julho de 2024, de legislação que regulamentou a utilização de sacos de plástico na Colômbia impulsionou a alternativa em papel.

Desde 2017 que as nossas Companhias não disponibilizam gratuitamente sacos de plástico nas caixas de pagamento. Em 2024, a compra destes sacos reutilizáveis pelos nossos clientes diminui 5,1%. Estes sacos incorporam na sua composição plástico reciclado pós-consumo em quantidade que pode variar entre 50 e 85% (correspondendo a um total de cerca de 7.400 toneladas em 2024). Os sacos de plástico reutilizáveis em polietileno disponíveis na Biedronka e no Pingo Doce também possuem certificação Blue Angel.

No caso dos sacos de papel, o teor mínimo de materiais reciclados é de 70% na Biedronka e no Pingo Doce (1.028 toneladas em 2024).

Promoção de vendas a granel

Para além da comercialização de fruta e legumes ao peso, que disponibilizamos na maioria das nossas lojas de distribuição alimentar, também disponibilizamos esta opção a outras categorias.

As lojas Biedronka e Pingo Doce vendem doces e frutos secos a granel. Em 2024, a Biedronka vendeu 33,4 toneladas de produtos a granel (o serviço está em 100% das lojas) e o Pingo Doce vendeu 158 toneladas (serviço disponível em 40% das lojas).

A Ara vende arroz, açúcar, feijão e lentilhas a granel em 300 lojas (21% da rede). Em 2024, foram vendidas 5,3 toneladas destes produtos, menos 61% face a 2023, devido a restrições impostas pelas autoridades colombianas.

Combate ao desperdício alimentar

Temos o compromisso de, no período de 2024 a 2026, limitar o desperdício alimentar anual a 2,5% do volume de vendas (em toneladas) de géneros alimentares. Esta meta é um passo intermédio para o nosso objetivo de contribuir para a meta 12.3 do objetivo 12 – Consumo e Produção Responsável, definido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

O nosso compromisso com a transparência é visível no facto de termos sido o primeiro retalhista em Portugal a calcular e a divulgar publicamente a pegada de desperdício alimentar, em linha com a metodologia do Food Loss and Waste Protocol do World Resources Institute (WRI), permitindo-nos assegurar a contabilização e a monitorização destes objetivos.

Ao longo de 2024, mantivemos as nossas ações de combate ao desperdício alimentar. Contudo, a nossa especialização crescente em frescos (produtos que apresentam um baixo nível de processamento) desafia-nos a trabalhar com prazos de validade curtos, o que apresenta limitações à eficácia dessas ações. Cerca de 70% do desperdício alimentar gerado nas nossas operações situa-se nas categorias de perecíveis.

Desperdício alimentar*	2024	2023	Δ 2024/2023
Valores específicos			
Alimentos desperdiçados por alimentos vendidos e desperdiçados (%)	1,8%	1,7%	+0,1 p.p.
Alimentos desperdiçados por alimentos vendidos (em kg/t)	19,9	18,5	+7,6%
Destino (kg de alimentos desperdiçados/tonelada de alimentos vendidos)			
Alimentação animal e processamento biológico	1,4	1,0	+40,0%
Digestão anaeróbia, compostagem e combustão controlada	11,7	11,2	+3,6%
Deposição em aterro, incineração e sistemas de tratamento de águas residuais	6,8	6,2	+9,7%
Por unidade de negócio			
(kg de alimentos desperdiçados/tonelada de alimentos vendidos)			
Biedronka	21,6	19,6	+10,2%
Pingo Doce**	20,0	22,1	-9,5%
Recheio	5,4	4,0	+35,0%
Ara	15,3	14,5	+5,5%

* De acordo com o protocolo Food Loss and Waste, é considerado desperdício alimentar qualquer alimento não encaminhado para consumo humano.

** O desperdício alimentar gerado nos centros de distribuição foi contabilizado no Pingo Doce, embora sejam estruturas partilhadas com o Recheio.

Nota: Os pressupostos de cálculo estão disponíveis em <https://www.jeronimomartins.com/politicas-cr/>.

Em 2024, o desperdício alimentar foi de 19,9 kg por tonelada de alimentos vendidos, um aumento de 7,6% face a 2023. O desperdício alimentar anual em relação ao volume de vendas de géneros alimentares agravou-se em 0,1 p.p., para 1,8%, estando, no entanto, dentro do nosso objetivo para 2024-2026 (2,5%).

Na Biedronka, o aumento está associado à crescente oferta de produtos perecíveis. No Pingo Doce, verificamos uma redução onde destacamos o lançamento do projeto “Alimenta o Bairro”, que tem como objetivo doar mais alimentos das lojas Pingo Doce às organizações locais, previamente selecionadas de acordo com rigorosos standards, combatendo a fome e a malnutrição na comunidade local e o desperdício alimentar das lojas. Para mais informação sobre esta iniciativa, ver neste capítulo, subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.2 “Comunidades afetadas”, ponto “Apoios diretos às Comunidades afetadas”.

As iniciativas que desenvolvemos a montante e jusante da nossa cadeia de valor e nas nossas operações com o objetivo de combater o desperdício alimentar³⁰, permitiram recuperar 83,3 mil toneladas de alimentos (70,7 mil em 2023), o que corresponde a cerca de 55 mil toneladas de dióxido de carbono evitadas (46,3 mil toneladas de CO₂e em 2023).

A incorporação de alimentos não calibrados (ou legumes “feios”, que têm um perfil nutricional igual ao dos produtos calibrados) nas sopas que produzimos em Portugal e Polónia, e em produtos de 4.ª gama (vegetais cortados e lavados, prontos a utilizar) vendidos no Pingo Doce e no Recheio, evitou o desperdício de cerca de 137 mil toneladas de alimentos entre 2015 e 2024.

Desde 2019 que temos o markdown implementado no Pingo Doce e, desde 2020, na Biedronka. Este projeto consiste na comercialização a preços reduzidos de produtos que se encontram próximo do prazo de validade, tendo, em 2024, vigorado em 935 lojas. Desde 2019 evitámos, com base nesta medida, o desperdício de 38 mil toneladas de alimentos.

O Pingo Doce também aproveita sobras de frango e leitão assado para incorporar em vários produtos disponíveis no takeaway, como pizzas, saladas e sandes (evitou-se por esta via o desperdício de 276 toneladas em 2024).

A parceria que a Biedronka tem com a Too Good To Go desde 2023 foi alargada a 776 lojas, mais 276 do que em 2023. Em 2024, foram entregues 1,5 milhões de sacos, estimando-se que se tenha evitado o desperdício de 2.280 toneladas de alimentos (mais 42% face a 2023).

³⁰ Mais informação disponível no nosso [website](#).

O Pingo Doce vende, a preços reduzidos, cabeças de salmão nas suas peixarias, o que evitou o desperdício de 181 toneladas em 2024. Foram também comercializados alimentos que se encontravam fora das especificações, como maçã golden, pera-rocha, diospiro, feijão-verde ou cenoura em palitos. No seu conjunto, estas iniciativas permitiram evitar o desperdício de cerca de 1.600 toneladas de alimentos. O Pingo Doce também corta em metades a fruta de maiores dimensões (melões, melancias, meloas, papaias e abacaxis), para que o cliente possa comprar a quantidade que considera mais adequada e se evite o desperdício em loja e em casa dos consumidores.

A doação de alimentos a instituições de solidariedade é também uma das ações que as nossas Companhias desenvolvem de forma regular. Em 2024, estas doações que fazemos através das lojas e dos centros de distribuição totalizaram 18,6 mil toneladas, menos 3% do que em 2023. Para mais informações sobre estas doações, consultar o subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", ponto " Apoios diretos às comunidades afetadas", neste capítulo. Para garantir a identificação, seleção e separação dos alimentos seguros para serem doados, damos formação específica aos colaboradores.

A par destas medidas, as Companhias também promovem, nas suas redes sociais, folhetos e comunicação em loja ações de sensibilização junto dos consumidores assegurando ainda a publicação de livros de receitas para o aproveitamento de sobras alimentares. Mais informação sobre estas ações estão disponíveis no nosso [website](#).

Destaque para o Recheio que foi, em 2024, a primeira empresa grossista em Portugal a receber o selo "Produção Sustentável, Consumo Responsável" da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA), juntando-se assim ao Pingo Doce. Este selo é atribuído a entidades públicas e privadas que desenvolvem ações para prevenir, reduzir ou monitorizar o desperdício alimentar.

A JMA também contribui para o combate ao desperdício alimentar, uma vez que adiciona subprodutos da indústria alimentar e legumes não calibrados à alimentação do gado da Best Farmer. Entre 2018 e 2024, a JMA aproveitou 83 mil toneladas deste tipo de alimentos.

Valorização de resíduos das operações

[ESRS 2 MDR-M; ESRS E5-5]

[GRI 306-4; GRI 306-5]

Como solução de fim de linha, procuramos maximizar o encaminhamento de resíduos para valorização, em linha com os princípios da economia circular. Em 2024, a taxa de valorização de resíduos foi de 84,8%, sendo encaminhados para aterro 14,7% dos resíduos gerados.

Valorização e destino de resíduos nas operações

Taxa de valorização de resíduos	2024	2023	Δ 2024/2023
Valor global	84,8%	85,4%	-0,6 p.p.
Biedronka	90,0%	91,5%	-1,5 p.p.
Hebe	78,4%	79,7%	-1,3 p.p.
Pingo Doce	65,2%	64,3%	+0,9 p.p.
Recheio	70,3%	72,4%	-2,1 p.p.
Ara	75,7%	70,7%	+5,0 p.p.
JMA	92,4%	88,6%	+3,8 p.p.
Métodos de gestão dos resíduos	2024	2023	Δ 2024/2023
Valorização*	84,8%	85,4%	-0,6 p.p.
Aterro	14,7%	13,5%	+1,2 p.p.
Incineração (sem valorização energética)	0,0%	0,1%	-0,1 p.p.
Outros destinos sem valorização	0,4%	1,0%	-0,6 p.p.

*Inclui encaminhamento para reciclagem, valorização orgânica e incineração com valorização energética.

Valorização de resíduos de clientes

[ESRS 2 MDR-M]

[GRI 301-3; GRI 306-2; GRI 306-3; GRI 306-4]

Para além da segregação de resíduos para valorização nas nossas operações, disponibilizamos soluções (como ecopontos e outros sistemas de recolha de resíduos) para facilitar a vida aos nossos clientes, como³¹:

- recolha, em 98% da rede do Pingo Doce, de pequenos eletrodomésticos, óleo de cozinha usado e lâmpadas;
- recolha de pilhas usadas em todas as lojas Recheio e Pingo Doce;
- recolha de pequenos eletrodomésticos e pilhas usadas em 93% das lojas da Biedronka;
- recolha de pilhas usadas em 71% das lojas da Ara;
- recolha e valorização de cápsulas de café nas lojas do Pingo Doce (este projeto permitiu entregar 2.230 euros a instituições de solidariedade).

O Recheio, em parceria com a Novo Verde (uma empresa gestora de resíduos), promove a separação de resíduos de embalagens de plástico e de metal pelos clientes do canal HoReCa. Entre maio de 2023 e dezembro de 2024, a loja onde o projeto foi implementado registou mais de 21 mil utilizações pelos clientes e recolheu mais de 108 toneladas de resíduos.

O Pingo Doce é parceiro de um projeto que incentiva os consumidores a devolverem embalagens de bebidas. Desde o início desta iniciativa, em 2019, foram recolhidas 136 toneladas de materiais como PET, vidro e alumínio.

Resíduos recolhidos nas lojas (toneladas)	2024	2023	Δ 2024/2023
Pingo Doce	626,08	648,44	-3,4%
Pilhas	19,05	18,74	+1,7%
REEE*	46,21	69,33	-33,3%
Óleos alimentares usados	64,63	72,59	-11,0%
Cápsulas de café	496,19	487,8	+1,7%
Recheio	2,15	0,20	+973,8%
Pilhas	0,76	0,20	+271,3%
Cápsulas de café	1,39	0,00	-
Biedronka	349,24	300,33	+16,3%
Pilhas	318,70	273,67	+16,5%
REEE*	30,54	26,65	+14,6%
Hebe	0,05	1,20	-95,8%
Pilhas	0,05	1,20	-95,8%
Ara	28,52	16,33	+74,6%
Pilhas	0,16	0,16	0,0%
Óleos alimentares usados	0,07	0,02	+250,00%
REEE*	28,28	16,15	+75,1%

* REEE - Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos

Em 2024, mantivemos disponível a nossa rede de ecopontos de recolha de resíduos de clientes nas nossas lojas contribuindo para a introdução de matérias-primas secundárias na cadeia de valor e promovendo uma economia mais circular. A recolha de resíduos de clientes na Biedronka registou um aumento em resultado das campanhas de sensibilização e dos investimentos que têm sido feitos. A evolução na recolha

³¹ Para informação mais detalhada sobre o número e tipo de ecopontos disponibilizados a clientes, consulte a área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

de REEE (Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos) no caso da Ara, está relacionada com uma nova parceria estabelecida em 2024 com um operador que tem uma maior capacidade para gerir e encaminhar corretamente esses resíduos.

Compromissos

[ESRS 2 MDR-T; ESRS E5-3]



Os compromissos do Grupo relacionados com este tópico podem ser consultados no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, deste capítulo.

3.2.3. Recursos hídricos e marinhos

[ESRS 2 MDR-A; ESRS E3-2]



Para contrariar o aumento do consumo de água inerente à expansão dos nossos negócios, implementamos boas-práticas nas nossas operações no sentido de reduzir o impacto da nossa atividade na utilização de recursos hídricos, tal como fazemos no âmbito do consumo de energia. Essas medidas permitem-nos também mitigar o risco de escassez de água nos locais onde temos atividades, especialmente nos que apresentam maior stress hídrico. É por este motivo que o nosso plano de remodelações e abertura de novas lojas e outras infraestruturas, como cozinhas centrais, centros de distribuição ou unidades de produção, inclui medidas como:

- instalação de redutores de caudal;
- utilização de torneiras com temporizadores;
- recolha de águas pluviais para utilização em rega ou lavagem de equipamentos;
- tratamento das águas residuais para prevenir a deterioração da qualidade da água;
- investimento em tecnologias de deteção de necessidades de rega com base na meteorologia e humidade do solo nas unidades agropecuárias;
- rega noturna ou gota-a-gota para minimizar perdas por evaporação;
- incorporação de alimentação húmida, de produtos fora de calibre e de subprodutos da indústria alimentar na dieta dos animais uma vez que, por conterem altos teores de humidade, reduzem a necessidade de água.

Estas tecnologias são complementadas com ações de sensibilização junto dos nossos colaboradores como as “Equipas para Gestão dos Consumos de Água e Energia” no Pingo Doce e Recheio, “Todos pelo Ambiente” no Pingo Doce, “Dobra energia” (Boa energia) na Biedronka e “Let’s Go Green” nos edifícios de escritórios em Portugal, na Polónia e na Colômbia. Estes projetos encontram-se descritos na secção 3.2. “Como gerimos os tópicos materiais”, subsecção 3.2.4. “Biodiversidade e ecossistemas”, ponto “Apoio a projetos de proteção da biodiversidade e regeneração de ecossistemas”, neste capítulo.

Também implementamos medidas de otimização do consumo de água e de melhoria da qualidade da água nas nossas cadeias de abastecimento. O projeto de agricultura sustentável, que promovemos junto dos nossos fornecedores de fruta e legumes, ou as auditorias ambientais, nas quais avaliamos, quer o consumo de água quer a forma como os nossos fornecedores e prestadores de serviços reduzem eventuais impactos de poluição da água, são dois exemplos. Estas iniciativas são detalhadas no subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, subsecção 5.2.2 “Sensibilização e formação a fornecedores”. Relativamente às nossas ações associadas aos recursos hídricos e marinhos, nomeadamente pescado, estas estão detalhadas neste subcapítulo, na subsecção 3.2.4. “Biodiversidade e ecossistemas”, ponto “Estratégia de Pescado Sustentável”.

Consumo de água

[ESRS 2 MDR-M; ESRS E3-3: E3-4]



Captação e reciclagem de água [GRI 303-1; GRI 303-3]

Captação total (m³/milhar de euros de vendas)	2024	2023	Δ 2024/2023
Valor específico global	0,189	0,212	-11,1%
Valor específico (Distribuição)	0,102	0,106	-4,7%
Valor específico (Agroalimentar)	20,386	28,711	-29,0%

Captação total (m³)	2024	2023	Δ 2024/2023
Captação de água por fonte*	6.315.041	6.500.463	-2,9%
Rede municipal e privada	6.002.472	6.165.917	-2,7%
Água subterrânea	294.000	316.375	-7,1%
Água superficial (inclui água da chuva)	18.569	18.171	+2,2%
Captação de água por unidade de negócio			
Pingo Doce	1.761.136	1.726.157	+2,0%
Recheio	84.192	88.612	-5,0%
Biedronka	974.441	940.997	+3,6%
Hebe	23.728	21.739	+9,2%
Ara	561.144	472.856	+18,7%
JMA	2.910.400	3.250.122	-10,5%

Água reciclada (m³)	2024	2023	Δ 2024/2023
Água reciclada total**	2.828	2.386	+18,5%

*A totalidade do volume captado corresponde a água doce.

** Apenas na Ara.

O nosso objetivo é, até ao final de 2026, reduzir o volume de água captada na Distribuição em 10% por cada milhar de euros de vendas face a 2021. Em 2024, e em comparação com 2021, a redução foi de 59% por cada milhar de euros de vendas.

A diminuição da captação de água em 2,9% em termos absolutos justifica-se principalmente pelo ano de maior precipitação em Portugal, em comparação com 2023. A JMA diminui substancialmente as captações próprias (-16,0%) e o consumo da rede privada (-10,9%), utilizadas, respetivamente, para abeberamento animal e rega.

A captação de água das chuvas e superficiais para ser usada em sistemas de refrigeração, rega e lavagens exteriores de camiões aumentou 2,2% face a 2023, devido ao reaproveitamento operado nas lojas do Recheio e num dos centros de distribuição em Portugal. Na Colômbia, e devido ao ano de seca meteorológica, o consumo de água privada aumentou 32,3%.

Mais de 95% da água captada para as nossas atividades veio de redes municipais ou de fornecedores privados. Os restantes 5% tiveram origem em captações subterrâneas e superficiais, para as quais detemos as licenças necessárias, sendo utilizadas em operações menos exigentes, como rega e sistemas de refrigeração.

Focando apenas no negócio da Distribuição, a captação de água aumentou 4,7% em termos absolutos face a 2023, o que se justifica pelo aumento, em mais de 350, do número de lojas do Grupo. No entanto, em 2024 manteve-se a tendência de redução do consumo específico, que baixou 4,7% (0,106 para 0,102 m³ por cada milhar de euros de vendas).

Rejeição de águas [GRI 303-2; GRI 303-4]

Total de águas residuais (m³)	2024	2023	Δ 2024/2023
Águas residuais por tipo de destino*	2.927.136	2.809.033	+4,2%
Saneamento municipal	2.874.175	2.757.262	+4,2%
Meio natural	52.961	51.771	+2,3%
Águas residuais por unidade de negócio			
Pingo Doce	1.408.909	1.380.926	+2,0%
Recheio	67.353	70.890	-5,0%
Biedronka	779.553	752.782	+3,6%

Total de águas residuais (m³)	2024	2023	Δ 2024/2023
Hebe	18.983	17.391	+9,2%
Ara	448.915	378.285	+18,7%
JMA	203.423	208.760	-2,6%

* Estima-se que a água potável represente menos de 0,5% do volume rejeitado.

As descargas diretas de águas residuais no meio natural são previamente tratadas nos locais onde são geradas, ao abrigo das licenças que nos são atribuídas e de acordo com a legislação local. Representam 1,8% do volume total de águas residuais gerado pelo Grupo, um valor praticamente idêntico ao do ano anterior (-0,03 p.p. face a 2023), apesar do aumento das nossas operações.

Na área da distribuição, o Pingo Doce regista um maior consumo de água pelo facto de o seu negócio ter um grande foco em perecíveis especializados – como peixaria e talho –, o que conduz a um maior consumo de água na lavagem e higienização destas secções.

Consumo de água* [GRI 303-1; GRI 303-5]

Total de água consumida (m³)	2024	2023	Δ 2024/2023
Consumo de água por unidade de negócio	3.387.905	3.691.430	-8,2%
Pingo Doce	352.227	345.231	+2,0%
Recheio	16.839	17.722	-5,0%
Biedronka	194.888	188.195	+3,6%
Hebe	4.745	4.348	+9,1%
Ara	112.229	94.571	+18,7%
JMA	2.706.977	3.041.362	-11,0%

* O consumo de água foi calculado de acordo com as diretrizes da metodologia Global Reporting Initiative (GRI), que define o consumo de água como a diferença entre o volume de água extraído e o volume de descargas de água.

Stress hídrico [GRI 303-1; GRI 303-2]

Todos os anos avaliamos o stress hídrico associado às captações de água das nossas operações. Esta análise permite avaliar a nossa exposição ao risco de escassez de água potável. Para tal, recorremos ao mapeamento das localizações físicas dos estabelecimentos das Companhias e ao modelo Aqueduct: Baseline Water Stress Class do World Resources Institute (WRI).

Classe de stress hídrico	Água captada (m³)		Água rejeitada (m³)	
	Rede municipal e privada	Água subterrânea e superficial	Saneamento municipal	Meio natural
Total	6.002.472	315.397	2.874.175	52.961
Baixo	883.037	38.322	715.604	19.221
Baixo a médio	691.769	104.293	238.942	28.056
Médio a elevado	2.807.582	71.151	521.547	0
Elevado	307.647	40.196	277.431	9
Extremamente elevado	1.312.437	61.434	1.120.651	5.675
Árido	0	0	0	0
Sem informação	0	0	0	0

Em 2024, 27% do total da água captada (1.721.714 m³) apresentou um nível de stress hídrico considerado como “Extremamente elevado” ou “Elevado”. Este valor corresponde a um decréscimo de 1.661 m³, face ao captado em 2023. Os valores, quer do total de água captada com stress hídrico “Extremamente elevado” ou “Elevado”, quer de redução, são semelhantes aos verificados em 2023.

Em termos de água rejeitada, o volume para as mesmas classes de risco é de 1.403.766 m³, representando 48% do total. O volume de água rejeitada em áreas com nível de stress hídrico “Elevado” e “Extremamente elevado” aumentou 0,04%, ligeiramente face a 2023.

Para dar resposta ao desafio que as alterações climáticas colocam sobre a disponibilidade de água, a JMA elaborou, em 2024, um Plano de Gestão da Água que visa promover a aplicação de medidas de mitigação e adaptação para melhorar a eficiência na utilização da água e gerir a sua escassez durante os períodos de baixa precipitação. São definidas no Plano medidas para:

- avaliar a disponibilidade e a qualidade hídrica nas explorações existentes e novas aquisições, de forma a garantir um conjunto adequado de soluções para melhorar a eficiência na utilização de água captada;
- adequar as origens da água em função do seu uso, garantindo o cumprimento legal da utilização dos recursos hídricos próprios;
- minimizar as perdas de água e garantir o seu uso eficiente, tendo como prioridade a melhoria da eficiência dos sistemas de abastecimento de água antes de novos investimentos;
- garantir a monitorização e controlo dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, para que seja garantida a gestão atual e futura deste recurso;
- gerir a gestão da água na cadeia de valor, através de iniciativas de proteção ambiental.

Compromissos

[ESRS 2 MDR-T; ESRS E2-3]



Os compromissos do Grupo relacionados com este tópico podem ser consultados no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, deste capítulo.

3.2.4. Biodiversidade

[ESRS 2 IRO-1]

[GRI 304-1; GRI 304-2; GRI 304-3; GRI 304-4]



Como especialistas na comercialização de perecíveis, como carne, pescado, fruta e legumes, sabemos a forma como impactamos e dependemos da biodiversidade, nomeadamente da variedade de espécies que compõe a nossa oferta, bem como dos serviços prestados pelos ecossistemas, como a polinização ou o ciclo do carbono. Promover a preservação e restauração da biodiversidade contribui para assegurar a resiliência e a sustentabilidade da produção e distribuição dos alimentos que temos no nosso sortido. São também estes os objetivos do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal, estabelecidos durante a COP 15 das Nações Unidas.

É por este motivo que avaliamos os riscos relacionados com os serviços dos ecossistemas com base na metodologia Ecosystem Services Review, proposta pelo World Research Institute, e definimos 11 eixos prioritários de atuação (ex., culturas agrícolas, polinização, produção animal, pescado capturado e aquacultura), considerando as dependências e impactes das atividades das nossas Companhias e das suas cadeias de valor nos ecossistemas. Até 2026, e como forma de robustecer este exercício, é nosso objetivo trabalhar na identificação e quantificação dos efeitos financeiros dos impactes, riscos e oportunidades que estão associados à biodiversidade e aos ecossistemas.

Com base na avaliação realizada estabelecemos um conjunto de ações que abrange a cadeia de valor dos nossos perecíveis e produtos de Marca Própria:

- a montante, por via da colaboração com os nossos fornecedores;
- nas nossas operações e a jusante das mesmas, através do apoio a projetos de conservação e restauro de ecossistemas e da sensibilização de colaboradores e consumidores para estes temas.

O combate à desflorestação, a Estratégia de Pescado Sustentável, as práticas de bem-estar animal e o apoio a projetos de proteção da biodiversidade e regeneração de ecossistemas são algumas das iniciativas que destacamos.

Estes compromissos com a biodiversidade, estão também vertidos nas nossas metas para o triénio 2024-2026. Para mais informações consultar, neste capítulo, o subcapítulo 6. “Compromissos de Sustentabilidade”.

Combate à desflorestação

[ESRS 2 MDR-A; ESRS 2 MDR-M; ESRS E1-4; E3-3; ESRS E4-3; ESRS E4-4]
[GRI 304-2]



A desflorestação e a conversão do uso dos solos são práticas que resultam na perda significativa de florestas e de biodiversidade. A complexa relação entre a produção agrícola e a desflorestação realça a necessidade de práticas mais sustentáveis que equilibrem a produção de alimentos, a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconómico. Cerca de 90% da perda de florestas tropicais, em particular nas regiões da América do Sul e de África, deve-se à expansão das atividades agrícolas.

Enquanto retalhistas alimentares, reconhecemos a importância das *commodities* agrícolas para as nossas cadeias de abastecimento e a relevância das florestas e ecossistemas terrestres com Alto Valor de Conservação (AVC) no combate às alterações climáticas tanto pela sua capacidade de sequestro de carbono da atmosfera como pela biodiversidade que sustentam. Foi por esta razão que aderimos, em 2019, à Forest Positive Coalition of Action (FPCoA) do The Consumer Goods Forum, e assumimos compromissos para a gestão das principais matérias-primas associadas à desflorestação nos produtos e embalagens das nossas Marcas Próprias e perecíveis que contenham na sua composição óleo de palma, papel/madeira, soja e carne bovina. Esta coligação incentiva os seus membros a adotarem ações coletivas e individuais para eliminar a desflorestação e a conversão das florestas diretamente associadas às cadeias de abastecimento destas quatro *commodities* e a apoiarem a gestão sustentável, a conservação e o restauro das florestas, assegurando o respeito pelos direitos humanos.

Compromisso com o combate à desflorestação distinguido em 2024

Fomos, uma vez mais, reconhecidos pelo CDP Forests com o nível de liderança (A-) na gestão das *commodities* associadas à desflorestação avaliadas pelo CDP (Disclosure Insight Action): óleo de palma, soja, carne bovina e papel/madeira.

Este é um reconhecimento que obtivemos em 2019, 2020, 2022, 2023 e 2024, o que atesta a robustez e a consistência dos nossos compromissos e ações nesta matéria.

O nosso compromisso é garantir que, até ao final de 2025, o óleo de palma, a soja, o papel e madeira, e a carne bovina nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis não estão associados à desflorestação nem à conversão de ecossistemas (DCF - Deforestation and Conversion Free, na sigla inglesa), principalmente no que diz respeito às *commodities* utilizadas como um ingrediente direto nas nossas cadeias.

Reconhecemos que a presença destas *commodities* em cadeias complexas, como são os casos da soja utilizada na ração animal ou dos derivados de óleo de palma, coloca problemas adicionais, pelo que o sector da distribuição alimentar promove o envolvimento dos diferentes agentes económicos ao longo da cadeia de abastecimento para, de forma colaborativa, fazer face a esses desafios. Para monitorizar o nosso progresso e identificar oportunidades de melhoria, mapeamos a presença de ingredientes associados à desflorestação nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis, recolhendo informação junto dos fornecedores quanto à origem e certificação de sustentabilidade, bem como sobre as suas respetivas políticas de combate à desflorestação.

Principais commodities agrícolas com risco de desflorestação na Marca Própria e perecíveis

Commodity	Quantidade total (toneladas)		
	2024	2023	Δ 2024/2023
Óleo de palma	77.667	67.270	15%
Soja	513.486	499.206	3%
Soja (direta)	21.061	23.318	-10%
Soja (indireta)*	492.425	475.888	3%
Papel e madeira	212.152	200.052	6%
Papel e madeira (produtos)**	170.751	163.622	4%
Papel e madeira (embalagens)**	41.401	36.431	14%
Carne bovina	40.337	41.094	-2%

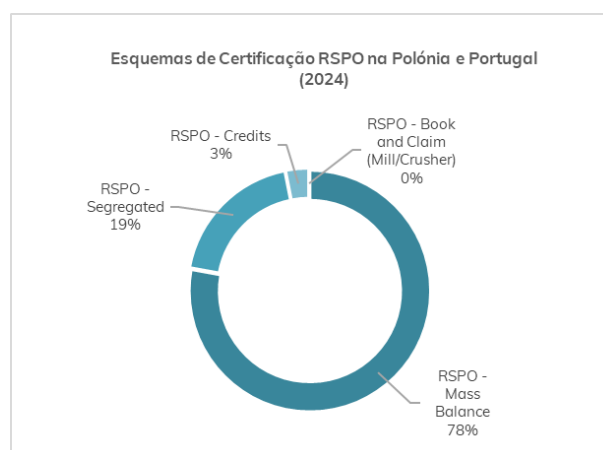
* Soja em ração utilizada para produção de proteína animal contida nos produtos.

** Apenas fibra virgem; exclui utilização de fibra reciclada.

Óleo de palma

À semelhança do que aconteceu em anos anteriores, registámos uma tendência crescente de utilização de óleo de palma nos nossos produtos de Marca Própria, particularmente na Ara, na qual cerca de 90% deste ingrediente é utilizado em óleos vegetais para cozinhar, um produto muito relevante para o consumidor colombiano.

Em 2024, 100% do óleo de palma utilizado nas Marcas Próprias e nos perecíveis na Polónia e em Portugal detinha certificação RSPO (Roundtable on Sustainable Palm Oil), sendo a grande maioria certificada de acordo com o modelo “Mass Balance” e “Segregated”³². Na Polónia, a redução do uso de óleo de palma em Marca Própria deve-se à reformulação da composição de alguns produtos.



Apesar de a Colômbia figurar entre os cinco maiores produtores mundiais de óleo de palma, a taxa de certificação RSPO no país é baixa. Esta realidade, combinada com a nossa estratégia de incentivar as compras locais nos países onde operamos, torna desafiante o objetivo de aumentar a certificação RSPO do óleo de palma produzido na Colômbia. Desde 2021 que a Ara faz parte do “Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Aceite de Palma en Colombia” (Acordo de Vontades para a Desflorestação Zero na Cadeia de Óleo de Palma na Colômbia), com o objetivo de garantir que o óleo de palma utilizado nas nossas Marcas Próprias e perecíveis não contribui para a desflorestação. Este acordo, promovido pelo governo colombiano, é apoiado por várias organizações da sociedade civil, incluindo a RSPO, a Proforest, a Tropical Forest Alliance e a WWF. A iniciativa foca-se em ações que vão desde a rastreabilidade do óleo de palma (até ao nível da quinta de produção), garantindo que este ingrediente não está associado a desflorestação, e visa também assegurar que o óleo de palma importado possui certificação de sustentabilidade, como a RSPO.

Em 2024, 75% (menos 18 p.p. do que em 2023) do óleo de palma utilizado nos produtos de Marca Própria e perecíveis da Ara teve origem na Colômbia, do qual cerca de 66% tinha certificação RSPO (mais 54 p.p. do que em 2023). A redução do óleo de palma proveniente da Colômbia deveu-se à maior materialidade (20%), no sortido da Ara, da origem Equador para este ingrediente.

³² Informação sobre estes sistemas de certificação está disponível no [website da RSPO](#).

Em 2024, conseguimos rastrear a origem de 95% (mais 4 p.p. do que em 2023) do óleo de palma da Colômbia utilizado em produtos de Marca Própria e perecíveis até à zona da exploração agrícola onde foi produzido. Com base nesta informação, confirmámos que o óleo de palma provinha dos Departamentos de Norte de Santander, Cesar, Magdalena, Meta e Casanare, localizados em três das quatro áreas produtoras do país (Zona Central, Zona Oriental e Zona Norte) e de 25 (de 70) fábricas de processamento a operar na Colômbia. No entanto, apenas 0,75%³³ da desflorestação identificada pelas entidades públicas em 2021 estava associada ao óleo de palma. A combinação dos níveis de rastreabilidade, a crescente certificação RSPO e do baixo índice de desflorestação associado ao óleo de palma na Colômbia valida a nossa estratégia DCF para esta commodity neste país.

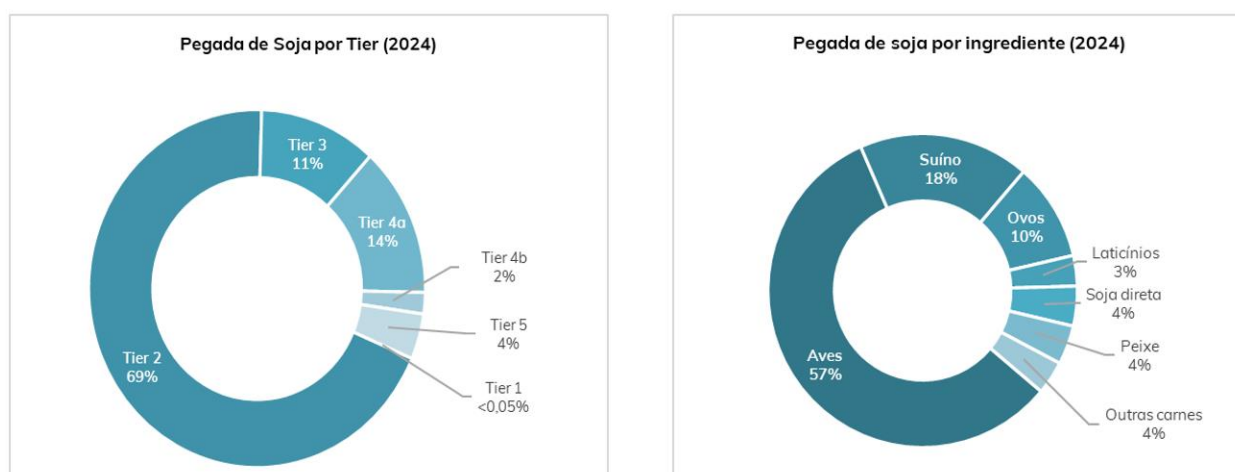
Dos cerca de 25% do óleo de palma utilizado nos produtos de Marca Própria e perecíveis da Ara que não teve origem na Colômbia, 59% era certificado pela RSPO (menos 39 p.p. do que em 2023). Devido ao aumento já referido do consumo de óleo de palma do Equador, os principais fornecedores da Ara não conseguiram assegurar certificação RSPO para esta origem. Em 2025 iremos trabalhar em conjunto com os fornecedores para aumentar os níveis de certificação RSPO do óleo de palma importado, com o compromisso de assegurar que não está associado a desflorestação ou à conversão de ecossistemas de AVC.

Soja

Em 2024, apenas 4% do consumo total correspondeu a soja utilizada como ingrediente (soja direta), nomeadamente em óleos ou bebidas vegetais. A diminuição em 10% do consumo de soja direta resultou de reformulações na composição dos óleos alimentares vegetais contendo soja nos produtos de Marca Própria na Ara.

No que concerne à soja indireta, utilizada em rações para alimentação animal, representa mais de 95% do consumo total de soja associada aos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis (tiers 2 a 4b³⁴). A grande maioria da soja presente na nossa cadeia de abastecimento (80%) está associada aos perecíveis especializados nas categorias de carne e pescado de aquacultura (tier 2) e a perecíveis não-especializados, como os ovos ou os laticínios (tier 3). Os restantes 16% estão associados a alimentos processados que contêm como ingrediente produtos de origem animal (alimentados com soja), como refeições prontas e salsichas.

Cerca de 57% da soja estava associada à alimentação de aves (menos 4 p.p. que em 2023), 18% à alimentação de suínos (mais 4 p.p. face a 2023) e 10% à produção de ovos (menos 1 p.p. que em 2023).



Mantivemos os nossos esforços de rastreabilidade e conseguimos aferir a origem, pelo menos até ao país de produção, de 95% do total de soja presente nas nossas cadeias de abastecimento (mais 2 p.p. face a

³³ Dados revelados na análise do nível de desflorestação associada à produção de óleo de palma, realizada pelo IDEAM (2023)– Instituto de Hidrologia Meteorología y Estudios Ambientales e pelo Ministério do Ambiente Colombiano.

³⁴ São contabilizados os cinco tiers de quantificação de soja na cadeia de valor, de acordo com a metodologia "Calculation guidelines for the measurement of embedded soy usage in consumer goods businesses" do CGF, disponível [aqui](#).

2023). Não conseguimos determinar a origem de 5% da soja. O progresso nos níveis de rastreabilidade da soja reflete o compromisso e o esforço conjunto dos nossos fornecedores em aumentar a rastreabilidade das suas próprias cadeias de abastecimento. Este trabalho com os nossos fornecedores será continuado em 2025, com foco especial na carne de aves, de porco e nos ovos, devido à sua relevância na nossa cadeia de abastecimento.

Cerca de 64% (menos 6 p.p. do que em 2023) da soja utilizada nos produtos de Marca Própria e perecíveis, principalmente no que diz respeito à soja indireta, foi proveniente de países com risco de desflorestação³⁵, dos quais 17% (mais 7 p.p. do que em 2023) tinha certificação de sustentabilidade³⁶, como RTRS e ProTerra.

Papel e madeira

Em 2024, a crescente procura por fibras de papel e madeira recicladas criou restrições no acesso às mesmas, levando a um aumento de 6% na nossa utilização de fibras virgens de papel e madeira em produtos de Marca Própria e perecíveis.

Cerca de 90% das fibras virgens utilizadas nos nossos produtos e embalagens de Marca Própria detinham certificação de sustentabilidade (FSC®, PEFC ou SFI), em linha com o nosso objetivo de assegurar 100% de certificação para produtos e embalagens de Marca Própria até 2030.

Foi possível rastrear a origem, pelo menos até ao nível do país, de cerca de 90% das fibras virgens utilizadas. Este exercício permitiu verificar que cerca de 16% (mais 10 p.p. do que em 2023) do total de fibras virgens de papel e madeira presentes em produtos e embalagens têm origem em países com risco de desflorestação não negligenciável ou desconhecida. Procurámos mitigar este risco através da incorporação de matéria-prima com certificação FSC®, PEFC ou SFI, que representou 85% do total das fibras virgens utilizadas que tiveram origem em países com risco de desflorestação não negligenciável ou desconhecida.

Produtos de papel e madeira

No caso das fibras virgens de papel e madeira presentes em produtos de Marca Própria, verificou-se um aumento do consumo face ao registado em 2023, devido ao lançamento de novos produtos e ao crescimento das vendas, em particular, na Biedronka.

Em 2024, conseguimos rastrear a totalidade das fibras virgens até ao nível do país de origem e identificámos que 6% provêm de países com risco de desflorestação não negligenciável³⁷, das quais 79% provêm de florestas geridas de forma sustentável, uma vez que apresentam certificação FSC®, PEFC ou SFI.

Embalagens de papel e madeira

No caso do papel e madeira utilizados em embalagens, cerca de 80% das fibras são recicladas. Nos restantes 20%, que correspondem a fibras virgens, identificámos que cerca de 58% são provenientes de países com risco de desflorestação não negligenciável ou desconhecida. Destas, 88% têm certificação FSC®, PEFC ou SFI.

Enquanto retalhista alimentar, esta é para nós uma cadeia de abastecimento complexa, uma vez que não adquirimos embalagens diretamente, o que torna a rastreabilidade das fibras virgens utilizadas nas embalagens muito difícil. No entanto, vamos continuar a trabalhar com os nossos fornecedores no sentido de aumentar a rastreabilidade das fibras virgens de papel e madeira que utilizamos.

³⁵ Em 2024, a FPCoA reviu a lista de países considerados como tendo risco não negligenciável de desflorestação associado à produção agrícola de soja. São eles: Argentina, Brasil e Paraguai, tendo Bolívia e Uruguai saído da lista.

³⁶ Em 2024, a FPCoA atualizou a sua lista de recomendação de esquemas de certificação DCF e Padrões de Sustentabilidade Voluntária (VSS). Informações detalhada está disponível aqui: [Soy DCF Methodology](#)

³⁷ Os países considerados como tendo risco de desflorestação não negligenciável associado à produção agrícola de papel e madeira correspondem aos definidos nas [guidelines do CGF](#) (Argentina, Indonésia, Malásia, Estados Unidos da América e Vietname).

Carne bovina

Em 2024, conseguimos mapear e rastrear toda a carne bovina utilizada nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis pelo menos até ao país de origem, tal como tinha acontecido no ano anterior. Com base neste trabalho, foi possível aferir que cerca de 0,4% do total da carne tinha origem no Brasil, um país com risco associado à produção de gado bovino³⁸. Apesar da reduzida exposição que temos a este ingrediente, mantemos a nossa participação no grupo de trabalho de carne bovina no âmbito da FPCoA do CGF. Estamos comprometidos em integrar, em conjunto com os nossos fornecedores, práticas de produção mais sustentáveis de modo a criar sinergias e aumentar a partilha de informação entre os nossos fornecedores diretos e os meatpackers provenientes de países de risco não negligenciável.

Em 2024, demos continuidade aos nossos investimentos em iniciativas *multi-stakeholder*, com o objetivo de apoiar a preservação e a regeneração de ecossistemas, alinhados com os dez princípios estabelecidos pela FPCoA³⁹.

Paisagens sustentáveis no Mato Grosso (Brasil)

Alinhados com os objetivos da FPCoA do CGF, em 2024 mantivemos o nosso apoio financeiro ao projeto no Mato Grosso, o estado brasileiro com maior produção agrícola, em colaboração com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a Nestlé e a Sainsbury's. Esta iniciativa segue os dez princípios estabelecidos pela Coligação e permitiu, em 2024, o desenvolvimento de um modelo de governação local em mais dois municípios, Diamantino e Alto do Paraguai, e a consolidação do mesmo nos municípios de Campos de Júlio, Campo Novo de Parecis, Sapezal e Tangará da Serra.

O projeto registou progressos significativos em vários domínios, tendo-se iniciado a construção de um viveiro de sementes para promover a restauração de áreas degradadas. Esta ação está a ser realizada com o objetivo de promover sistemas agroflorestais que otimizam o uso do solo, através do equilíbrio entre a conservação do ecossistema e a produção agrícola.

Foi possível assegurar a certificação RTRS para a produção de soja de algumas propriedades e foram implementadas técnicas de agricultura regenerativa, promovendo o sequestro de carbono, a melhoria da fertilidade do solo e a redução da necessidade de utilização de produtos químicos.

No domínio das salvaguardas sociais, destacamos o desenvolvimento de um guia sobre os direitos humanos dos povos indígenas e comunidades locais, com o objetivo de promover o respeito pelas especificidades culturais e sociais nos processos de restauração de áreas degradadas e produção de soja.

Por fim, destacamos a revisão da legislação municipal de Tangará da Serra relativa aos pagamentos por serviços de ecossistemas, permitindo ampliar as opções de pagamento e dando prioridade aos esforços efetuados pelos agricultores na manutenção das bacias hidrográficas mais críticas.

O progresso alcançado até ao momento realça o sucesso das estratégias colaborativas de governação participativa, inovação técnica e envolvimento da comunidade.

Estratégia de Pescado Sustentável

[ESRS 2 MDR-A; ESRS 2 MDR-M; ESRS E3-2; E3-3; ESRS E4-3]

[GRI 304-2; GRI 304-4]

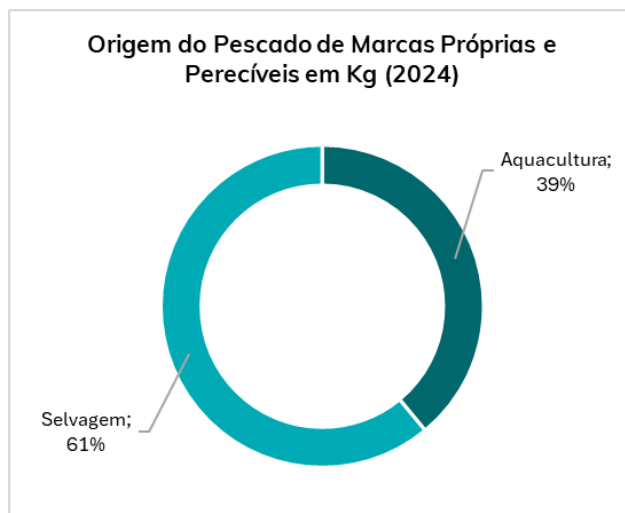


A preservação dos ecossistemas marinhos é essencial para garantir a sustentabilidade da atividade pesqueira. Como tal, garantimos que as Marcas Próprias e os perecíveis de pescado que comercializamos não contribuem para a sobre-exploração, depleção ou extinção de espécies aquáticas.

³⁸ A FPCoA encontra-se a rever a lista de países considerados como tendo risco de desflorestação não negligenciável associado à produção de gado bovino. De acordo com a versão preliminar, estas origens representariam cerca de 3% do total da carne bovina das nossas Marcas Próprias e perecíveis.

³⁹ Para informação detalhada, consulte o nosso [website](#).

Em 2024, identificámos mais de 200 espécies de pescado no nosso sortido, mantendo a aposta na diversificação da oferta como forma de reduzir a pressão sobre as espécies de pescado mais consumidas. A parcela do pescado de origem selvagem diminuiu face ao ano anterior (-7 p.p.), representando 61% do consumo total, enquanto o pescado com origem em produção de aquacultura correspondeu a 39% (+7 p.p. face a 2023). O aumento da parcela do pescado produzido em aquacultura resulta da consolidação dos investimentos que temos realizado neste sistema, que pode contribuir para reduzir a pressão sobre os stocks de pescado selvagem, particularmente em espécies muito apreciadas pelos consumidores, como o salmão, a dourada, o robalo, o camarão e a truta.



Avaliação de impactos e ações de mitigação

Em 2024, e de acordo com o compromisso de monitorizar anualmente o estado de conservação das espécies de pescado selvagem comercializadas nas nossas lojas, voltámos a realizar essa avaliação recorrendo aos dados da IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais⁴⁰. A IUCN categoriza os diferentes níveis de ameaça da seguinte forma: Vulnerável (menor nível de risco), Em Perigo (risco intermédio) e Criticamente em Perigo (risco máximo)⁴¹. Os níveis de classificação Não-Avaliada, Dados Insuficientes, Menor Preocupação ou Quase Ameaçada não são, assim, relativos a categorias ameaçadas.

Como no ano anterior, cerca de 35% do pescado de origem selvagem nas nossas Marcas Próprias e perecíveis foi classificado dentro da categoria Vulnerável (que representa o menor nível de risco) e mais de metade (51%) das nossas compras de pescado selvagem não apresenta risco de conservação (categorias Quase Ameaçada e Menor Preocupação). Verificou-se ainda um aumento das compras de pescado classificado dentro da categoria Não-Avaliada pela IUCN (+6 p.p. face a 2023), devido à comercialização da espécie de pescada *Merluccius hubbsi*, para a qual não se verificaram compras em 2023. Não foram verificadas compras para as categorias de risco Criticamente em Perigo ou Em Perigo.



Para cada um dos três níveis de risco de conservação (alto, médio e baixo), definimos ações concretas para mitigar os impactos negativos da nossa atividade sobre os ecossistemas marinhos:

- Proibimos a compra e venda das espécies classificadas com o nível de risco alto (Criticamente em Perigo) e para as quais não existam licenças extraordinárias que o permitam, ou para as quais não é assegurada aquacultura para todo o ciclo de vida.

⁴⁰ Para esta avaliação são utilizados os dados de 2024 da Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN provenientes da [Ferramenta Integrada de Avaliação da Biodiversidade](#) (IBAT). Esta é fornecida pela BirdLife International, Conservation International, IUCN e UNEP-WCMC.

⁴¹ Para efeitos desta análise não é considerado o nível Extinto no Estado Selvagem, uma vez que o universo analisado é pescado no estado selvagem.

- Para as espécies com o nível de risco médio (Em Perigo), proibimos a sua comercialização sempre que não sejam 100% provenientes de aquacultura e/ou de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade (ex.: MSC ou ASC).
- Quanto às espécies com o nível de risco baixo (Vulnerável), limitamos as ações promocionais sempre que não sejam provenientes de aquacultura e/ou de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade (ex.: MSC ou ASC).

A tabela seguinte mostra o grau de cumprimento dos compromissos em cada um dos três níveis de risco de conservação da escala⁴².

Classificação de risco IUCN	Compromisso	Cumprimento em 2024
Criticamente em Perigo	Apenas a enguia-europeia (<i>Anguilla anguilla</i>) ⁴³ tinha este nível de risco. Não é comercializada nas nossas lojas desde 2016. Na revisão efetuada em 2022 foram identificadas duas outras espécies comerciais com este nível de risco: esturjão (<i>Acipenser baerii</i>) e perna de moça (<i>Galeorhinus galeus</i>). Em 2024, apenas a espécie <i>Acipenser baerii</i> foi comercializada, tendo sido garantida a origem de aquacultura para todo o ciclo de vida.	100%
Em Perigo	Identificámos sete espécies, às quais aplicamos a linha de ação definida: tubarão-anequim (<i>Isurus oxyrinchus</i>); peixe-panga (<i>Pangasianodon hypophthalmus</i>) ⁴⁴ ; cação-liso (<i>Mustelus mustelus</i>); pescada-negra (<i>Merluccius senegalensis</i>); raia-curva (<i>Raja undulata</i>), raia-de-são-pedro (<i>Raja circularis</i>) e solha-americana (<i>Hippoglossoides platessoides</i>).	100%
Vulnerável	Identificámos 15 espécies às quais aplicámos esta linha de ação.	100%

Rastreabilidade e preservação da biodiversidade

O nosso compromisso com a preservação dos ecossistemas marinhos é evidente na diversidade de áreas FAO das quais obtemos mais de 80% do pescado selvagem que comercializamos. Em 2024, aproximadamente 60% do nosso sortido proveio da região FAO 27-Atlântico Nordeste⁴⁵. Outras zonas de captura importantes incluem a FAO 34-Atlântico Centro-Oriental (7%), a FAO 87-Pacífico Sudeste (7%), a FAO 41-Atlântico Sudoeste (5%) e a FAO 61- Pacífico Noroeste (4%). A análise de rastreabilidade até ao nível das zonas de captura permitiu confirmar que mais de metade do pescado selvagem vendido nas nossas lojas com origem nestas regiões não possui risco de conservação (50% classificado com o nível de Menor Preocupação e 1% como Quase Ameaçada) e 33% está classificado com o nível de risco de conservação mais baixo (Vulnerável). Cerca de 17% do pescado selvagem não se encontrava avaliado ou possuía dados insuficientes sobre o seu estado de conservação.

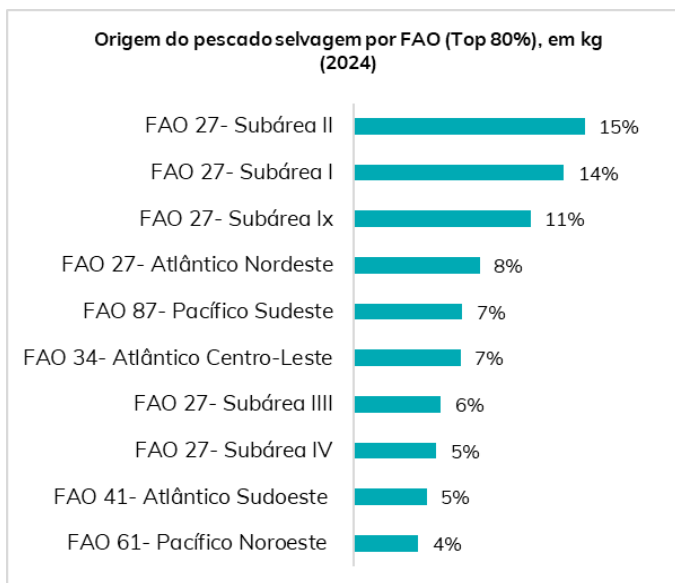
⁴² Mais informação em www.iucn.org.

⁴³ Apesar de a enguia-europeia ser proveniente de aquacultura, estes sistemas de produção dependem da recolha de "juvenis" (enguias-de-vidro) dos meios naturais, continuando a exercer pressão sobre as populações selvagens.

⁴⁴ 100% proveniente de aquacultura.

⁴⁵ Inclui o Mar de Barents (FAO 27.1), Mar da Noruega, Spitzbergen e Ilha do Urso (FAO 27.2), os mares interconectados de Skagerrak, Kattegat, Sound, Belt e Báltico (FAO 27.3), Mar do Norte (FAO 27.4), Águas Portuguesas (FAO 27.9) e outras subáreas.

Em relação ao estado de sustentabilidade dos stocks, verificou-se que nas duas subáreas mais representativas [Mar da Noruega, Spitzbergen e ilha do Urso (FAO 27.2), e o mar de Barents (FAO 27.1)], o pescado selvagem com nível de risco Vulnerável representou 48% e 93%, respetivamente. Em ambas as regiões, esta avaliação reflete a preponderância do bacalhau-do-atlântico (*Gadus morhua*), classificado com o mesmo nível de risco de conservação no nosso sortido de pescado. Esta espécie tem sido objeto de monitorização e gestão rigorosas para assegurar a sustentabilidade da pesca. As populações de bacalhau nestas áreas têm apresentado variações significativas, com períodos de abundância seguidos de declínio dos níveis de biomassa⁴⁶.



Quanto à captura em águas portuguesas (FAO 27.9) e na restante zona do Atlântico Nordeste (FAO 27), os stocks de carapau (*Trachurus trachurus*) e do atum-patudo (*Thunnus obesus*) são os mais representativos entre as espécies classificadas com nível de risco Vulnerável (29% e 7%, respetivamente). Os níveis de biomassa de todas as unidades populacionais de carapau nestas regiões estão acima do ponto de referência limite, e possuem plena capacidade de reprodução⁴⁷. Quanto ao atum-patudo do Atlântico, o stock está atualmente em sobre-exploração, mas não em sobrepesca⁴⁸.

Relativamente às espécies que comercializamos com origem no Atlântico Centro-Oriental (FAO 34) e no Pacífico Sudeste (FAO 87), uma pequena porção (22% e 11%, respetivamente) apresentava o nível de risco Vulnerável. Em ambos os casos, o atum-patudo (*Thunnus obesus*) foi a espécie mais representativa. O stock desta espécie no Atlântico Centro-Oriental está atualmente em sobre-exploração, mas não em sobrepesca⁴⁹, enquanto no stock do Pacífico Sudeste, os níveis de biomassa das unidades populacionais têm vindo a aumentar devido às medidas de conservação da espécie, pelo que não se encontra em sobre-exploração ou sobrepesca⁴⁹.

Relativamente às áreas FAO 27.3 (Skagerrak, Kattegat, Sound, mar de Belt e mar Báltico) e FAO 27.4 (mar do Norte), quase toda a quantidade de pescado comercializado possui o nível de Menor Preocupação (100% e 98%, respetivamente). No caso das regiões do Atlântico Sudoeste (FAO 41), 17% das espécies possuem a categoria de Vulnerável, com destaque para o atum-patudo (*Thunnus obesus*), a espécie mais representada, cujo stock se encontra em sobre-exploração, mas não em sobrepesca⁴⁹.

É de salientar ainda a área do Pacífico Noroeste (FAO 61), predominantemente composta por espécies não avaliadas (94%) pela IUCN, como a amêijoia-asiática (*Meretrix lyrata*).

O atum, em particular o atum-patudo do Atlântico, é uma das espécies mais relevantes em termos de risco de conservação, principalmente devido à sobrepesca e à pressão verificada sobre os stocks de onde realizamos o nosso sourcing. Em 2024, conseguimos rastrear 42% do nosso consumo de atum de Marca Própria e perecíveis até ao nível da embarcação (o nosso compromisso é garantir, até 2026, a rastreabilidade total). Este compromisso com a rastreabilidade é fundamental para a monitorização das práticas pesqueiras associadas a esta espécie, permitindo-nos, se necessário, definir critérios adicionais, de modo a contribuir para a redução da probabilidade de sobrepesca.

⁴⁶ ICES. 2024. Cod (*Gadus morhua*) in subareas 1 and 2 north of 67°N (Norwegian Sea and Barents Sea), northern Norwegian coastal cod. In Report of the ICES Advisory Committee, 2024. ICES Advice 2024, cod.27.1-2coastN.

⁴⁷ ICES. 2024. Horse mackerel (*Trachurus trachurus*) in Division 9.a (Atlantic Iberian waters). In Report of the ICES Advisory Committee, 2024. ICES Advice 2024, hom.27.9a. Available at: [ICES Report](#).

⁴⁸ ICCAT. 2024. Executive Summary of the 2024 Bigeye Tuna Stock Assessment. International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas. Available at: [ICCAT Report](#).

⁴⁹ IATTC. 2024. Stock Assessment Report for Bigeye Tuna (*Thunnus obesus*) in the Eastern Pacific Ocean. Inter-American Tropical Tuna Commission. Available at: [IATTC Report](#).

Bem-estar animal



[ESRS 2 MDR-A; ESRS 2 MDR-M]

Reconhecemos os animais como seres sencientes e, como tal, em colaboração com os nossos fornecedores de Marca Própria e perecíveis, e nas nossas unidades de produção, promovemos práticas que respeitem as cinco liberdades do bem-estar animal: i) livre de fome e sede; ii) livre de desconforto; iii) livre de dor, sofrimento e doença; iv) livre para manifestar o seu comportamento normal; e (v) livre de medo e angústia.

Com base nestes princípios, definimos diretrizes operacionais para as nossas unidades de produção e para todas as espécies de animais que comercializamos e que possam igualmente estar presentes nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis, nos países onde operamos. As principais diretrizes incluem:

- a proibição de substâncias promotoras do crescimento (hormonas e substâncias beta-agonistas);
- a restrição da utilização de antibióticos apenas a fins terapêuticos, nunca preventivos ou para promover o crescimento;
- o atordoamento obrigatório de todos os animais antes do abate, com exceção dos rituais religiosos certificados, como *halal* ou *kosher* (representam menos de 5% do total de vendas);
- a proibição da realização de testes em animais no processo de desenvolvimento dos nossos produtos, com exceção dos produtos de alimentação animal (são realizados testes sensoriais para avaliar o grau de satisfação da população-alvo) e dos produtos para controlar ou eliminar espécies parasitárias e/ou superpopulações que possam ser fontes de contaminação ou doença (ex.: insetos).
- a não utilização de ingredientes ou aditivos transgénicos ou geneticamente modificados, incluindo o recurso a técnicas de clonagem, de origem vegetal ou animal.

A nossa Política de Organismos Geneticamente Modificados⁵⁰ (OGM) determina que as Companhias devem:

- colaborar com os fornecedores para compreenderem os processos de produção e avaliarem os padrões de segurança e de qualidade por eles implementados;
- realizar análises laboratoriais regulares, recorrendo a entidades independentes e acreditadas;
- garantir junto dos fornecedores a identificação e rastreabilidade de OGM nos casos em que não seja possível a sua substituição;
- assegurar o direito dos consumidores à informação sobre a presença de OGM através da rotulagem dos produtos⁵¹.

Para garantir a conformidade com estes princípios, realizamos testes laboratoriais regulares e auditorias de qualidade e segurança alimentar, com a inclusão de critérios de bem-estar animal, aos fornecedores e matadouros utilizados pelas nossas Companhias de distribuição alimentar em Portugal, na Polónia e na Colômbia. Estas ações são complementadas por iniciativas de formação e sensibilização junto dos nossos fornecedores. Em 2024 o Grupo realizou mais de 2.060 análises a OGM no seu laboratório de Biologia Molecular. Para mais informações sobre estas auditorias consulte o subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subseção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Análises de produto", neste capítulo.

Estes temas são ainda abordados nas reuniões de Comités de Sustentabilidade de cada Companhia, onde se discute estratégias de atuação e são definidos objetivos de desempenho. Os resultados são divulgados publicamente para permitir o acompanhamento do progresso da implementação de oportunidades de melhoria contínua. Apesar de não ter sido identificado como um tópico material na nossa matriz de dupla materialidade, para o período de 2024-2026, assumimos objetivos específicos com vista a continuar a melhorar as nossas práticas de bem-estar animal. As nossas metas de bem-estar animal estão detalhadas neste capítulo, no subcapítulo 6 "Compromissos de Sustentabilidade". Em 2024, destacamos o facto de, na Polónia e em Portugal, pela primeira vez, termos realizado auditorias de bem-estar animal ao peixe fresco de aquacultura, de acordo com a norma de "Fish Welfare" desenvolvida por Jerónimo Martins. Cumprimos ainda o objetivo de, até ao final de 2024, inspecionar 100% das explorações de ovos frescos que fornecem a Marca Própria da Biedronka.

⁵⁰ Enquadrada na nossa Política da Qualidade e Segurança de Produto, disponível no nosso [website](#).

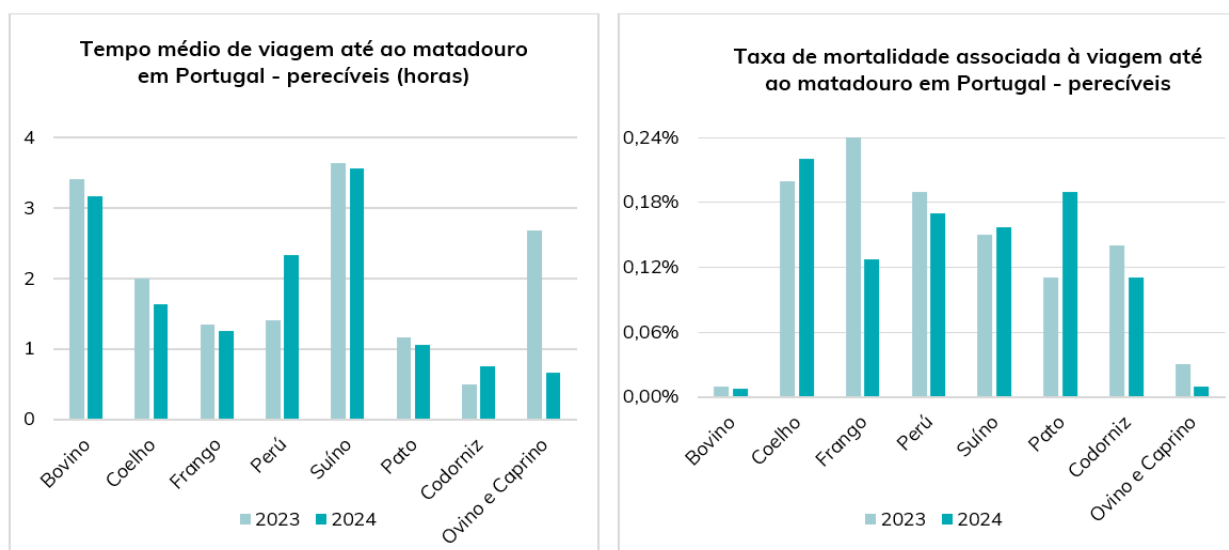
⁵¹ Asseguramos a sua divulgação no estrito cumprimento do limite aplicado pelo Grupo de, no máximo, 0,1% (limite de quantificação do método). O limite permitido na legislação europeia é de 0,9%.

Para mais informações sobre estas auditorias, as ações que desenvolvemos junto dos nossos fornecedores e os resultados alcançados, consulte o subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial” subsecção 5.2.1 “Seleção e acompanhamento a fornecedores” neste capítulo.

Práticas adotadas no transporte e abate de animais

Nos países onde operamos, implementamos um sistema de monitorização dos fornecedores de perecíveis, focado em indicadores que nos permitem avaliar o bem-estar animal. Por exemplo, de modo a caracterizar as condições de transporte de animais, analisamos a duração média de transporte e a taxa de mortalidade durante este processo.

Portugal

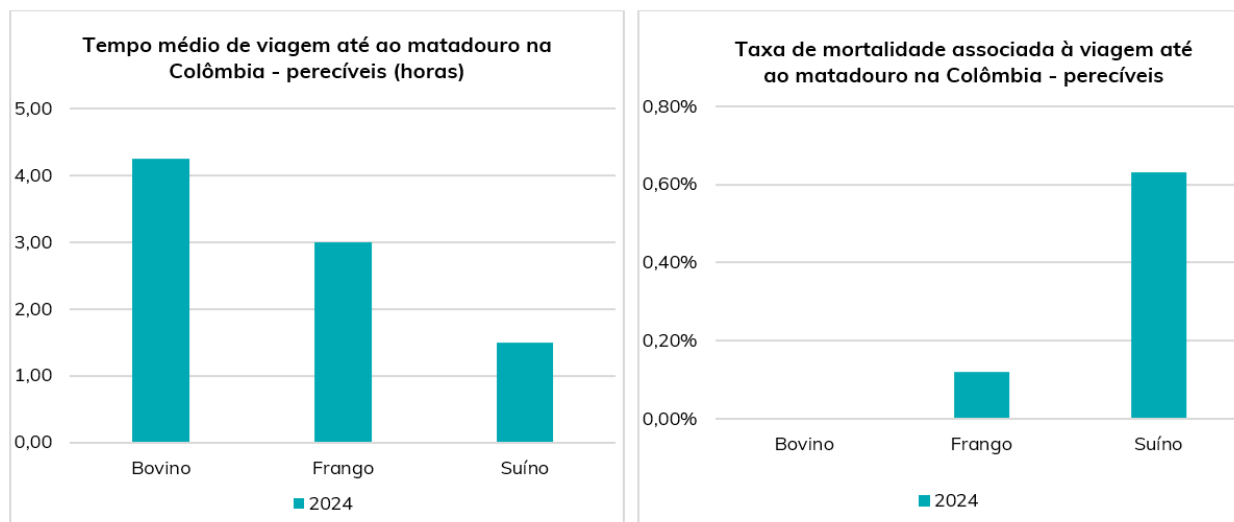


Tendo em consideração o limite máximo recomendado para o tempo médio de transporte de 8 horas, em Portugal desde 2021 que nos conseguimos manter abaixo deste valor e sempre abaixo das 4 horas.

A taxa de mortalidade tem-se mantido abaixo de 0,25% em todas as espécies animais, sugerindo não haver níveis excessivos de desconforto, dor ou sofrimento.

Relativamente às práticas utilizadas pelos fornecedores de perecíveis nos matadouros em Portugal, 100% dos animais foram abatidos com atordoamento e aproximadamente 99% dos atordoamentos foram eficazes na primeira tentativa (+0,2 p.p. face a 2023).

Colômbia



Em 2024 iniciámos os nossos esforços de controlo e monitorização dos indicadores-chave em matéria de bem-estar animal na Colômbia. Para as três espécies que comercializamos (bovino, frango e suíno), o tempo médio de transporte ficou muito abaixo das 8 horas recomendadas (<4,5 horas).

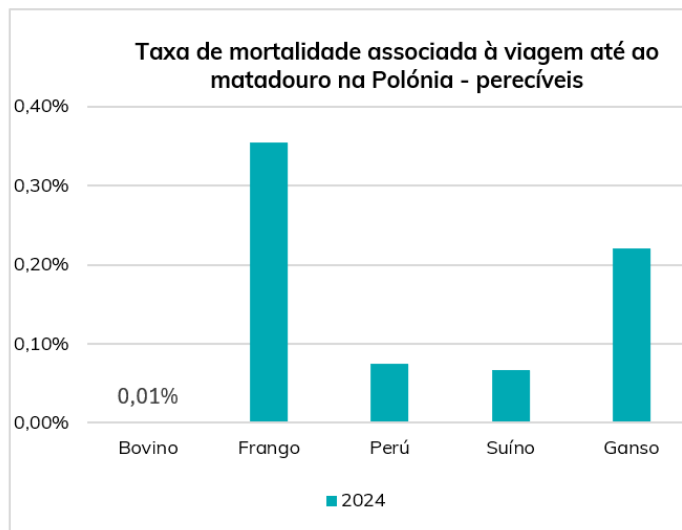
A taxa de mortalidade associada ao transporte, é de cerca de 0,6% para suínos e menor que 0,15% para frangos, não existindo mortalidade nos bovinos. Estes resultados sugerem que os animais não foram sujeitos a níveis excessivos de desconforto, dor ou sofrimento durante o transporte.

Polónia

Na Polónia, conduzimos também em 2024 o primeiro exercício de avaliação destes indicadores junto dos nossos fornecedores mais representativos. Em relação ao tempo médio de transporte, identificámos inconsistências na recolha desta informação pelo que não foi possível reportar esta informação.

Ao longo de 2025 iremos melhorar os nossos sistemas de monitorização de modo a conseguirmos reportar esta informação no próximo ano.

Relativamente à taxa de mortalidade, a mesma ficou abaixo dos 0,4% em todas as espécies.



Práticas adotadas na produção de carne, laticínios e ovos frescos

No nosso sortido de Marca Própria e perecíveis, integramos produtos e ingredientes de origem animal que seguem práticas alinhadas com a produção responsável, pautada por princípios éticos de bem-estar animal. Acreditamos na importância da informação e sensibilização, e comunicamos com os nossos clientes através dos rótulos nos produtos, da comunicação em loja, dos folhetos comerciais, dos websites das Companhias e das redes sociais.

Carne bovina

Em 2024, o Pingo Doce manteve a comercialização de angus de Marca Própria com dupla certificação de produção livre de antibióticos e de bem-estar animal (obtida de acordo com o referencial internacional Welfare Quality e ostentando o selo Welfair™), bem como a carne de produção biológica. Neste último caso, é ainda assegurado o cumprimento dos critérios da certificação, como o acesso do animal ao exterior, a alimentação sem OGM e o regime de pastoreio. Em conjunto, a carne angus e a carne bovina de produção biológica representaram cerca de 5% das vendas, em peso, na categoria de perecíveis de bovino.

Frango

A Biedronka manteve no seu sortido frangos do campo (Hubbard Redbro) de produção 100% nacional, criados sem antibióticos e alimentados com rações sem OGM. A idade mínima de abate é de 70 dias (mais 14 que a média do mercado), os animais têm acesso ao exterior e a densidade é inferior a 27,5 kg/m², até dez vezes mais área disponível do que para o frango convencional. A Biedronka também manteve no seu sortido carne de frango convencional livre de antibióticos e de produção 100% nacional.

No Pingo Doce e no Recheio, os frangos do campo são de produção 100% nacional, a idade mínima de abate é 81 dias e são criados ao ar livre com uma densidade máxima de até 33 kg/m². Ambas as Companhias mantiveram no sortido o Frango da Quinta Best Farmer (Hubbard Redbro), produzido maioritariamente ao ar livre e com uma idade média de abate de 85 dias. A produção é certificada como sendo livre de antibióticos pela AENOR e em bem-estar animal, de acordo com o selo Welfair™ (baseado no referencial internacional Welfare Quality), não sendo praticado o desbaste durante a produção. Tanto o frango do campo como o Frango da Quinta são criados com acesso ao ar livre e a luz natural.

A comercialização de frango do campo, frango certificado em bem-estar animal e frango livre de antibióticos na Biedronka, Pingo Doce e Recheio representa 8% das vendas, em peso, desta categoria.

Laticínios

A gama de leite fresco Pingo Doce manteve a certificação em bem-estar animal segundo o protocolo Welfare Quality com o selo Welfair®, certificado pela AENOR. O protocolo segue quatro princípios essenciais: boa alimentação, bom alojamento, boa saúde e comportamento apropriado dos animais. Esta certificação assegura também que as vacas leiteiras estão livres de amarras e cortes de cauda.

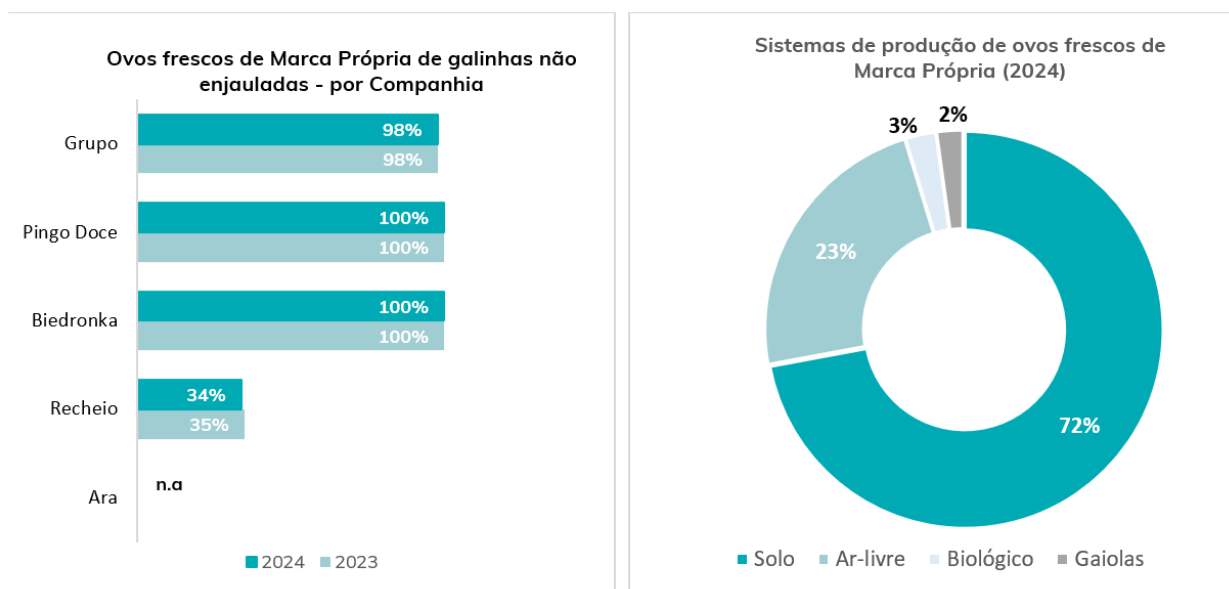
Mais de 95% dos produtores que abastecem a fábrica de laticínios da Terra Alegre mantiveram esta certificação.

Ovos de galinhas não enjauladas

Mantemos o compromisso de assegurar que, até 2025, todos os ovos frescos de Marca Própria são provenientes de galinhas não enjauladas. Para facilitar a transição para o fim das jaulas, as Companhias têm trabalhado de perto com os seus fornecedores incluindo na procura por novos locais de produção e garantindo visitas por parte das nossas equipas de qualidade e segurança alimentar, de forma a garantir a conformidade com os critérios exigidos.

Em 2024, mantivemos os 98% de ovos frescos de Marca Própria provenientes de galinhas não enjauladas. O Pingo Doce atingiu a meta dos 100% em agosto de 2019. A Biedronka fê-lo no final de 2022, tendo também estendido o compromisso às marcas de fornecedor. A Ara não tem no seu sortido ovos frescos de Marca Própria. Adicionalmente, a Ara, o Pingo Doce e o Recheio disponibilizam estas opções no seu sortido através da marca de fornecedor.

São aceites três sistemas de produção de galinhas poedeiras não enjauladas: criadas no solo, criadas ao ar livre e criadas ao ar livre em modo de produção biológico. Estes sistemas definem critérios em bem-estar animal que refletem uma melhor qualidade de vida para estes animais, com mais liberdade de movimento e uma maior possibilidade de expressar os seus comportamentos naturais face às galinhas enjauladas. O sistema de produção de ovos frescos mais adotado é o de galinhas criadas no solo.



Assumimos o compromisso de, até 2026, em Portugal e na Polónia, pelo menos 90% dos ovos utilizados como ingrediente nos produtos de Marca Própria serem provenientes de galinhas não enjauladas. Na Biedronka, desde 2022 que são utilizados ovos de galinhas não enjauladas em 100% do sortido de Marca Própria que contém ovo como ingrediente. O Pingo Doce e o Recheio continuaram a fazer progressos e terminaram 2024 com 73% (+12 p.p. face a 2023) e 41% (+2 p.p. face a 2023), respetivamente.

Na Ara foi possível monitorizar, pela primeira vez, os produtos de Marca Própria que utilizam como ingrediente ovos provenientes de galinhas não enjauladas, tendo sido apurado que 68% do sortido recorria a ovos cage-free.

Práticas adotadas na Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

A JMA, especializada em produção alimentar também abastece as nossas operações de distribuição e conta com as seguintes quatro áreas de negócio: laticínios, agropecuária, aquacultura, fruta e vegetais.

Para mais informação sobre a JMA, consultar o capítulo 2 “Desempenho das áreas de negócios”, subcapítulo 2.2.1. “Agroalimentar”, deste relatório.

A produção de carne bovina de raça aberdeen angus segue padrões que garantem o bem-estar animal. Há uma área de pelo menos 6,5 m² por animal, o piso de cimento rasgado ou de borracha reduz o risco de escorregões e lesões, e é ainda garantida a reposição diária de palha fresca nas camas dos animais, o que promove o conforto e bem-estar.

A JMA adota ainda outras práticas de bem-estar animal nos bovinos angus:

- pelo menos uma cama por animal;
- 60 cm de espaço de comedouro por animal;
- acesso a escovas automáticas de massagem e a música ambiente (para reduzir o stress);
- acesso a áreas de pastagem para todos os animais;
- sistema de arrefecimento automático, que aciona ventoinhas e chuveiros para refrescar os animais, que têm um colar individual de monitorização para, através de alterações de comportamento, ser possível diagnosticar patologias precocemente, o que contribui para a redução da utilização de fármacos.

As unidades de vacaria e de produção angus garantem:

- a vacinação e desparasitação de 100% dos animais;
- 100% dos animais livres de mutilações (como corte de caudas e remoção de chifres) e liberdade de movimentos (livres de amarras);
- sistema de arrefecimento automático com ventoinhas que promovem a circulação de ar e reduzem a concentração de amoníaco;
- formação obrigatória em bem-estar animal a todos os colaboradores em contacto com os animais;
- a proibição da utilização de choques elétricos, paus ou qualquer sistema que possa ferir os animais na sua condução e manejo.

Na produção de ovinos é garantida uma área mínima de 0,6 m² por animal, acima da recomendação de boas práticas de 0,5 m², e uma alimentação à base de forragem (fonte de fibra) e concentrado. Nenhum dos animais é castrado nem apresenta dificuldades de locomoção.

Em 2024, a JMA manteve a certificação para a utilização responsável de antibióticos na produção de carne bovina e na vacaria, garantindo que o uso continua restrito a fins terapêuticos. As várias unidades renovaram a certificação em Bem-Estar Animal Welfair™, seguindo o referencial europeu Welfare Quality. Também a produção de ovinos tem certificação em bem-estar animal Welfair™ com base no referencial AWIN®.

Continuamos a assegurar a vacinação de 100% dos peixes (robalo e dourada) nas nossas operações de aquacultura. A produção em zonas de mar aberto com correntes constantes, garante boa circulação e qualidade da água 100% dos animais estão livres de mutilações (ex.: corte de barbatanas) e, no processo de abate, utilizamos água gelada para o rápido arrefecimento da temperatura corporal, assegurando a sua insensibilidade no processo do abate.

Apoio a projetos de proteção da biodiversidade e regeneração de ecossistemas

[ESRS 2 MDR-A]



Apoiamos projetos locais de preservação da biodiversidade em Portugal, na Polónia e na Colômbia, os três países onde temos as maiores operações. No desenvolvimento e seleção dos projetos, privilegiamos os que demonstram um maior alinhamento com o Protocolo Kunming-Montreal. Promovemos também a colaboração com associações e organizações não-governamentais locais especializadas nestas áreas de atuação. Desta forma, asseguramos o nível adequado de conhecimento ao mesmo tempo que estamos mais próximos das comunidades locais. Investimos também em campanhas de educação e sensibilização com o objetivo de aumentar a consciencialização para a importância de ecossistemas saudáveis e também de incentivar a adoção de práticas mais sustentáveis.

Em 2024, investimos mais de 327 mil euros no apoio a 11 projetos (7 em Portugal, 2 na Polónia e 2 na Colômbia) de recuperação de habitats naturais, de proteção da diversidade biológica e de sensibilização ambiental. Para as ações que destacamos na tabela que se segue, recorreremos também à ferramenta da IBAT Alliance para avaliar a proximidade a áreas protegidas, áreas-chave de biodiversidade e o risco de conservação das espécies (avaliado de acordo com a IUCN) que possam estar na sua envolvente. Esta avaliação complementa a monitorização que fazemos do progresso destes projetos.

Instituição	Projeto	Descrição
Associação Floresta Serra do Açor	Reflorestação da serra do Açor	Projeto lançado em 2020 pelo Grupo Jerónimo Martins, em parceria com a Câmara Municipal de Arganil, a Escola Superior Agrária de Coimbra e as associações de proprietários de terrenos baldios, para preservar e valorizar a paisagem devastada pelos incêndios florestais de 2017. Abrange a reflorestação de uma área de 2.500 hectares ao longo de 40 anos. Este projeto está integrado na área de paisagem protegida da serra do Açor e está na proximidade da serra da Lousã, uma área protegida da rede Natura 2000. Este projeto assegurou, desde o início, a plantação de quase um milhão de árvores.
ANP - WWF	Green Heart of Cork	Projeto iniciado em 2011, desenvolvido e coordenado pela ANP WWF e apoiado pelo Grupo, promove a conservação do montado português e o pagamento pelos serviços ambientais por ele prestados. Esta iniciativa estabelece uma plataforma que liga as empresas à conservação do montado e dos serviços que este ecossistema presta. Em 2024, o Grupo Jerónimo Martins contribuiu para a conservação de 803,47 hectares de florestas de Alto Valor de Conservação, promovendo a certificação da gestão florestal responsável e a conservação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas. Os proprietários envolvidos no projeto aplicam boas práticas de gestão florestal em cerca de 45 mil hectares de áreas com certificação FSC®, 30 mil hectares dos quais conseguiram a certificação após o início do nosso apoio.
Salamandra – Sociedade Polaca para a Conservação da Natureza	Apoio a polinizadores selvagens	Projeto de apoio aos polinizadores selvagens, resultante de uma parceria iniciada em 2021 entre a Biedronka e a Salamandra (Sociedade Polaca para a Conservação da Natureza). De 2024, destacam-se as iniciativas (i) concurso de atribuição de bolsas “Biedronka com Salamandra para polinizadores selvagens em jardins naturais”; (ii) educação e promoção dos polinizadores selvagens e sua proteção através da publicação de uma edição da revista Salamandra Nature Magazine e de ações de comunicação nas redes sociais; e (iii) início de trabalhos para a criação da Lista Vermelha Polaca de espécies.
Associação Polónia Limpa (Stowarzyszenie Czysta Polska)	Limpar as montanhas Tatra	Projeto apoiado desde 2019 pela Biedronka para a limpeza das montanhas Tatra e desenvolvido pela ONG Associação Polónia Limpa. A edição de 2024 foi conduzida sob o lema “Heads up!”, durante a qual uma cidade ecológica funcionou durante dois dias em Zakopane, onde se realizaram ações educativas, algumas delas protagonizadas pela Biedronka. A campanha contou com a participação de 2.075 voluntários e foram recolhidos 248 kg de resíduos dos trilhos da montanha. Realizou-se, ainda, a primeira “Clean 5 run”, com a plantação de 200 árvores, uma por cada corredor, em Zakopane.
Fundabejaz	Proteção das abelhas	Projeto iniciado em 2021, com o apoio da Ara, para a proteção e conservação das abelhas e a sensibilização para a sua importância nos

Instituição	Projeto	Descrição
		ecossistemas. Durante 2024, a Fundação Fundabejaz conseguiu: (i) resgatar 50 colmeias; (ii) entregar 24 colmeias recuperadas a apicultores e agricultores; (iii) realizar 91 campanhas de sensibilização que envolveram 6.420 participantes. A Ara tem ainda doado açúcar como fonte de alimento para enxames resgatados.
Fundação Loros	Proteção das araras	Projeto iniciado na Colômbia em 2024, para proteger as araras. O projeto prevê a reabilitação e posterior libertação de aves apreendidas ou entregues voluntariamente pelas autoridades ambientais à Fundação Loros.

Compromissos

[ESRS 2 MDR-T; ESRS E4-4]



Os compromissos do Grupo relacionados com este tópico podem ser consultados no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, deste capítulo.

3.2.5. Poluição

[ESRS 2 MDR-A; ESRS 2 MDR-M]



Os impactes da nossa cadeia de valor ao nível da poluição estão maioritariamente associados às emissões de gases com efeito de estufa, à utilização de materiais nas nossas operações, como as embalagens, e ao desperdício alimentar que se pode gerar no decorrer das nossas atividades. As nossas ações neste âmbito são detalhadas nas subseções 3.2.1 “Alterações climáticas” e 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular” deste subcapítulo.

Reconhecemos que há outros impactes que podem ocorrer ao nível dos recursos hídricos e da biodiversidade, tanto ao nível das nossas operações, como da nossa cadeia de abastecimento. Não obstante estes tópicos terem sido identificados como não materiais, detalhamos as nossas ações para mitigar estes impactes nas subseções 3.2.3. “Recursos hídricos e marinhos” e 3.2.4. “Biodiversidade e ecossistemas” deste subcapítulo.

Como forma de reduzir os impactes ambientais associados às nossas operações, definimos normas internas de gestão ambiental, cujo cumprimento monitorizamos através de auditorias internas às nossas lojas, armazéns, centros de distribuição e unidades operacionais. Em 2024, realizámos mais de 9 mil auditorias ambientais, mais 7% do que em 2023. A pontuação média foi de 92%, um decréscimo de 1 p.p. face a 2023. São definidas ações corretivas para todos os casos em que a pontuação não atinge os 100%.

Auditorias ambientais internas	2024	2023
Total (em número)	9.016	8.364
Biedronka	7.259	6.860
Hebe	1	1
Pingo Doce	374	352
Recheio	43	41
Ara	1.339	1.110
JMA	21	10
Desempenho médio (0-100%)	92%	93%
Biedronka	96%	96%
Hebe	96%	94%
Pingo Doce	82%	78%
Recheio	74%	73%
Ara	77%	81%
JMA	84%	80%

Estamos progressivamente a aumentar o número de locais com certificação ambiental externa como a ISO 14001, tendo definido o objetivo de assegurar que o número de locais com certificação ambiental é de pelo menos 70% do total de centros de distribuição e unidades industriais/similares.

Certificações ambientais (ISO 14001)	2024		2023	
	Sites certificados	Total de sites	Sites certificados	Total de sites
Centros de distribuição (em número)	25	35	23	34
Biedronka	17	17	17	17
Hebe	0	1	0	1
Pingo Doce	6	8	6	8
Recheio	0	0	0	0
Ara	2	9	0	8
JMA	0	0	0	0
Unidades industriais (em número)*	5	6	5	6
Biedronka	1	1	1	1
Hebe	0	0	0	0
Pingo Doce	3	4	3	4
Recheio	0	0	0	0
Ara	0	0	0	0
JMA	1	1	1	1
Locais certificados (%)	73%		70%	

* Fábrica de massas frescas, cozinhas centrais, fábrica de sopas, fábrica de laticínios Terra Alegre e unidades de embalamento.

Também as auditorias ambientais que conduzimos junto dos nossos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria no momento da seleção e no seu acompanhamento contribuem para reduzir os potenciais impactos poluentes associados às suas atividades. O mesmo sucede com o projeto de agricultura sustentável que promovemos junto dos nossos fornecedores de fruta e legumes, através do qual são avaliados aspetos como a gestão da fertilidade do solo, os planos de fertilização implementados ou a aplicação de fitofármacos. Estas ações são descritas no subcapítulo 5. “Informações sobre a governação” secção 5.2. “Conduta empresarial”, subsecção 5.2.1 “Seleção e acompanhamento de fornecedores” e secção 5.2.2 “Sensibilização e formação a fornecedores”.

Identificamos oportunidades de melhoria da eficiência das nossas atividades com um impacto positivo na redução de outras fontes de poluição, de que são exemplos as emissões atmosféricas associadas à nossa frota de veículos ligeiros, o uso de combustível no local para operação de equipamentos e o recurso a geradores de emergência e aquecimento. Divulgamos o progresso relacionado com estas fontes de poluição no subcapítulo 7. “Frameworks de reporte”, seção 7.2 “GRI – Global Reporting Initiative”.

Compromissos

[ESRS 2 MDR-T; ESRS E3-3]



NON-MATERIAL

Os compromissos do Grupo relacionados com este tópico podem ser consultados no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, deste capítulo.

3.3. Divulgações nos termos do artigo 8.o do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)

3.3.1. Enquadramento

A [Taxonomia da União Europeia](#) (UE) é um dos instrumentos de suporte ao [Pacto Ecológico Europeu](#). Tem como objetivo promover a alocação de investimentos públicos e privados a atividades de natureza sustentável e assim contribuir para as metas de neutralidade carbónica até 2050 da Comissão Europeia. A Taxonomia reconhece como ambientalmente sustentáveis as atividades económicas que:

- contribuem substancialmente para pelo menos um dos seis objetivos ambientais: i) mitigação das alterações climáticas; ii) adaptação às alterações climáticas; iii) uso sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; iv) transição para uma economia circular; v) prevenção e controlo da poluição; e vi) proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas;
- não prejudicam significativamente nenhum dos outros objetivos ambientais;
- garantem o cumprimento de salvaguardas sociais mínimas.

Dos seis objetivos ambientais definidos, os relativos à mitigação e à adaptação às alterações climáticas estão regulados pelo Ato Delegado do Clima e Complementar (este último referente a certas atividades no setor do gás e nuclear). Em 2023, foram incluídas novas atividades económicas no âmbito destes dois objetivos. Os restantes objetivos encontram-se contemplados no Ato Delegado Ambiental, publicado também em 2023. Nestes documentos são estabelecidas as listas de atividades económicas elegíveis e os critérios técnicos que permitem avaliar se determinadas atividades económicas apresentam “uma contribuição substancial” e, simultaneamente, “não causam danos significativos” relativamente aos demais objetivos ambientais. As atividades que cumprem estes critérios e os relacionados com as salvaguardas mínimas são consideradas como estando alinhadas com a Taxonomia. Esta análise – de atividades elegíveis e alinhadas – deve ser realizada para três parâmetros: Volume de negócios, CapEx e OpEx.

Desde a entrada em vigor da Taxonomia Europeia que a nossa atividade principal, a Distribuição Alimentar, não está incluída na lista de atividades da Taxonomia, motivo pelo qual não temos atividades elegíveis – nem alinhadas – no parâmetro volume de negócios. Por este motivo, apenas aparecem discriminadas como elegíveis as atividades de apoio às nossas operações e não necessariamente as atividades principais por nós desenvolvidas que são as que mais poderiam contribuir para as metas de neutralidade carbónica da UE.

3.3.2. O nosso contributo

O combate às alterações climáticas é uma das prioridades definidas na nossa [Política Ambiental](#). Os compromissos e as ações assumidos e implementados por nós neste âmbito são divulgados no nosso [Plano de Transição Climática](#), disponível no nosso website, e no subcapítulo 6. “Compromissos de Sustentabilidade”, neste capítulo.

Em 2024, as nossas metas de redução de gases com efeito de estufa (GEE) para o curto e longo prazos foram validadas pela Science Based Targets Initiative (SBTi), tornando-nos na primeira empresa de retalho alimentar com sede em Portugal a ver as suas metas de curto prazo e de neutralidade carbónica distinguidas por aquela iniciativa. Os nossos objetivos são os seguintes:

Curto prazo

- Reduzir em 55% as emissões de âmbitos 1 e 2 (Energia e Indústria) até 2033, face a 2021.
- Reduzir em 33% as emissões de âmbito 3 (Energia e Indústria) até 2033, face a 2021.
- Reduzir em 39% as emissões de Agricultura, Florestas e Solo (FLAG) até 2033, face a 2021.

Neutralidade carbónica

- Reduzir em 90% as emissões de âmbitos 1 e 2 (Energia e Indústria) até 2045, face a 2021.
- Reduzir em 90% as emissões de âmbito 3 (Energia e Indústria) até 2050, face a 2021.
- Reduzir em 72% as emissões de Agricultura, Florestas e Solo (FLAG) até 2050, face a 2021.
- Neutralizar as emissões residuais de GEE até 2050, através de projetos que cumpram critérios rigorosos de elegibilidade, em conformidade com as melhores práticas internacionais.

Estas metas de redução permitem assegurar o nosso alinhamento com os objetivos da UE de redução de emissões para 2030 e com as trajetórias que a ciência climática preconiza serem necessárias para assegurar o cumprimento do Acordo de Paris.

Como metas intermédias, definimos, até ao final de 2026, as seguintes ações:

- reduzir as emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 do Grupo, em termos absolutos, em pelo menos 10%, face a 2021;
- reduzir em 5% as emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO₂e por palete transportada), face a 2021.

No final de 2024, tínhamos reduzido em 19%, face a 2021, as emissões de GEE (âmbitos 1 e 2), cumprindo e superando a meta. No que respeita às emissões de carbono associadas ao transporte de mercadorias, em 2024, obtivemos uma redução de 6,1% face a 2021, superior à meta de 5% definida.

A prossecução dos nossos compromissos é suportada por um investimento contínuo, com ciclos de execução alinhados com o plano de negócios, por meio do qual promovemos a adoção de tecnologias de redução de carbono que permitirão a transição das nossas atividades para uma economia de baixo carbono. A maior parte desta despesa destina-se à aquisição de bens e serviços de atividades económicas relacionadas com a eficiência energética e as tecnologias de energias renováveis. Esta informação encontra-se detalhada neste capítulo, no subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.1. “Alterações climáticas”, no ponto “As nossas ações de redução de emissões de carbono”.

Apesar de a Taxonomia ainda não as incluir como atividades elegíveis – e por este motivo não haver critérios técnicos definidos para a avaliação destas tecnologias – a diminuição das fugas de gases de refrigeração, principalmente os de elevado potencial de aquecimento global (PAG), dos nossos equipamentos de aquecimento, ventilação, ar condicionado e frio industrial também assume um papel relevante na redução da nossa pegada de carbono. Em 2024, as emissões provenientes deste tipo de equipamentos representaram cerca de 15% das nossas emissões de âmbitos 1 e 2. Desde 2015 que estabelecemos um plano global para a substituição de gases de refrigeração com elevado PAG por gases de refrigeração naturais (ex., dióxido de carbono, amónia ou propano) ou com baixo PAG (ex.: R1234ze), como detalhado neste capítulo, no subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.1. “Alterações climáticas”, no ponto “As nossas ações de redução de emissões de carbono”.

A par da gestão dos gases de refrigeração nestes equipamentos, implementámos outras medidas de eficiência energética que não são ainda consideradas no Ato Delegado do Clima, e que também constituem um importante contributo para o atingimento das metas da Comissão Europeia, nomeadamente:

- a instalação de equipamentos com um melhor desempenho energético (ex., móveis refrigerados e arcas congeladoras com portas e tampas que evitam o desperdício de energia);
- a comercialização de produtos e embalagens com certificações de sustentabilidade, que asseguram a implementação de boas-práticas agrícolas, de produção e/ou que não estão associadas à desflorestação ou à conversão de ecossistemas de Alto Valor de Conservação;
- os trabalhos que temos desenvolvido com os nossos fornecedores para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e de erradicação da desflorestação nas nossas cadeias de abastecimento⁵².

3.3.3. Análise de elegibilidade

Examinámos as atividades económicas elegíveis identificadas no Ato Delegado do Clima, no Ato Delegado Complementar e no Ato Delegado Ambiental, e identificámos seis atividades elegíveis relacionadas com a aquisição de bens ou serviços que fornecem suporte à nossa atividade principal:

⁵² De acordo com o regulamento da [UE relativo às cadeias de abastecimento de produtos não associados à desflorestação](#), estima-se que a desflorestação seja responsável por cerca de 11% do total de emissões mundiais de carbono e que cerca de metade destas estão ligadas à produção agrícola.

Atividade	Código*	Descrição
Transporte em motocicletas, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros.	MAC 6.5 AAC 6.5	Nesta atividade estão incluídas as viaturas de serviço, em regime de leasing automóvel.
Renovação de edifícios existentes.	MAC 7.2 AAC 7.2 EC 3.2	Realizámos investimentos significativos na renovação das nossas lojas (Portugal, Polónia e Colômbia). Nesta atividade são consideradas apenas as grandes obras de renovação (conforme estabelecido na regulamentação nacional e regional de transposição da Diretiva de execução 2010/31/UE para as «grandes renovações»).
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética.	MAC 7.3 AAC 7.3	Esta atividade inclui medidas como obras de isolamento de envolvente e coberturas, substituição de janelas, portas, fontes de luz e sistemas AVAC (Aquecimento, ventilação e Ar Condicionado) com tecnologias mais eficientes. Existem outros equipamentos que contribuem para a melhoria da eficiência energética das nossas lojas e operações que não estão incluídos na Taxonomia, mas que permitem reduzir a nossa pegada carbónica e aumentar a nossa eficiência energética, nomeadamente centrais de frio e equipamentos autónomos de refrigeração.
Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	MAC 7.5 AAC 7.5	Realizámos investimentos na instalação de sistemas de gestão da energia.
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis.	MAC 7.6 AAC 7.6	Realizámos investimentos na instalação de equipamentos de energia solar fotovoltaica.
Aquisição e propriedade de edifícios.	MAC 7.7 AAC 7.7	Nesta atividade estão incluídas a aquisição de edifícios, novas locações/arrendamentos de edifícios (direitos de uso) e remodelações ou outras renovações de edifícios existentes não incluídas noutras atividades. As remodelações são contratadas a terceiros no setor da construção civil que executam os trabalhos de construção/remodelação. Jerónimo Martins adquire apenas o resultado desses serviços e não executa qualquer atividade de construção propriamente dita. Assim sendo, e atendendo i) à similitude com as situações em que adquirimos um edifício já construído por terceiros e ii) à ausência, nesta fase, de outra atividade na Taxonomia que permita uma qualificação mais apropriada, considerámos adequado qualificar estas situações como o exercício do direito de propriedade sobre os edifícios remodelados.

* MAC (Mitigação das Alterações Climáticas); AAC (Adaptação às Alterações Climáticas); EC (Economia Circular).

O Ato Delegado do Clima determina a elegibilidade e o alinhamento com os objetivos da mitigação e da adaptação às alterações climáticas. As atividades acima descritas estão igualmente presentes no Anexo II do Ato Delegado do Clima referente ao objetivo de adaptação às alterações climáticas. Assim, optámos por efetuar a análise de alinhamento para o objetivo da mitigação, por este ter uma maior importância quando comparado com o objetivo de adaptação às alterações climáticas.

Algumas atividades adicionais foram identificadas como potencialmente enquadráveis em termos de despesas de capital (CapEx) elegíveis. No entanto, uma vez que são realizadas no âmbito de construções e remodelações das nossas infraestruturas, são consideradas nas atividades 7.7 “Aquisição e propriedade de edifícios” e 7.2. “Renovação de edifícios existentes”, respetivamente. Estas atividades são:

- 5.1. Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água;
- 5.2. Renovação de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água;
- 5.3. Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais;
- 5.4. Renovação de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais.

Relativamente às atividades 5.5. “Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem” e 6.6. “Serviço de transporte rodoviário de mercadorias”, sendo contratadas a terceiros prestadores de serviços que não representam ativos nossos, foram excluídas do cálculo dos indicadores.

No entanto, considerando a sua relevância para as nossas operações, são parte integrante da nossa estratégia de redução de GEE, descrita na secção 3.2.1 “Alterações Climáticas”, neste capítulo.

No que respeita à atividade 7.4 “Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)”, também é contratada a terceiros prestadores de serviços, pelo que foi excluída do cálculo dos indicadores.

Examinámos também o Regulamento Delegado (UE) 2022/1214, que adiciona ao Ato Delegado do Clima um conjunto de atividades económicas em determinados setores energéticos (energia nuclear e gás fóssil). Não realizamos, financiamos ou temos exposição a construção, renovação ou exploração destas atividades.

3.3.4. Análise de alinhamento

Contribuição Substancial (CS) e Não Prejudicar Significativamente (NPS)

Depois de identificarmos as atividades elegíveis, foram analisados os critérios técnicos definidos nos Atos Delegados para avaliar se as atividades:

- contribuem substancialmente para cada um dos seis objetivos ambientais definidos na Taxonomia;
- não prejudicam significativamente nenhum dos outros objetivos ambientais.

Esta análise foi feita para os países onde temos operações. Importa destacar que para a maioria dos nossos investimentos na Colômbia e em Marrocos, não é possível verificar alinhamento uma vez que os critérios definidos nos atos delegados são aplicáveis apenas a jurisdições europeias, não existindo guidance da Comissão Europeia para aplicação dos referidos critérios para países não-europeus. Verificámos também que os critérios técnicos definidos para algumas atividades (ex., 7.7. “Aquisição e propriedade de edifícios”) poderão nem ser aplicáveis às condições climáticas de algumas regiões daqueles países. A combinação destes dois fatores impede a avaliação de um potencial alinhamento de cerca de 15% do CapEx do Grupo.

De seguida destacamos alguns dos critérios analisados para as seis atividades identificadas como elegíveis.

Atividade 6.5. Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Os veículos da categoria M1 e N1 cumprem os seguintes requisitos: • Até 31/12/2025, emissões específicas de CO₂ inferiores a 50 g CO₂/km (veículos comerciais ligeiros com nível nulo ou baixo de emissões) • A partir de 01/01/2026 zero emissões específicas de CO₂.	Em 2024 contratámos leasing de viaturas de serviço em Portugal, na Polónia e na Colômbia. Para as viaturas sobre as quais foi possível recolher toda a informação técnica necessária, avaliamos e validamos o seu alinhamento com os critérios técnicos. Para os casos em que não foi possível obter toda a informação relativa às suas características, optámos por considerar esses investimentos como não alinhados.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: • Apêndice A.	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.
NPS	Transição para a economia circular: • Veículos das categorias M1 e N1 cumprem ambas as condições seguintes: a) são reutilizáveis ou recicláveis até um mínimo de 85% em massa; b) são reutilizáveis ou valorizáveis até um mínimo de 95% em massa. • São aplicadas medidas de gestão de resíduos, tanto na fase de utilização (manutenção) como no fim da vida útil da frota, nomeadamente, através da reutilização e da reciclagem de baterias e de componentes, de acordo com a hierarquia dos resíduos.	Não obstante os compromissos que assumimos no âmbito da promoção de uma economia circular e da gestão de resíduos, não nos foi possível recolher as evidências necessárias para garantir que 85% (em massa) dos veículos são reutilizáveis ou recicláveis e 95% (em massa) são reutilizáveis ou valorizáveis. Assim, optámos pela adoção de uma abordagem conservadora e assumimos não ter alinhamento face a estes critérios NPS.

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
NPS	Prevenção e controlo da poluição: - Os veículos cumprem os requisitos para a homologação de veículos ligeiros no respeitante a emissões (norma Euro VI); - Os veículos cumprem os limiares de emissões estabelecidos para veículos ligeiros não poluentes; - No caso dos veículos rodoviários das categorias M e N, os pneus cumprem os requisitos relativos a ruído exterior de rolamento da classe mais alta e o coeficiente de resistência ao rolamento das duas classes de eficiência energética mais alta em que esteja disponível um número significativo de produtos.	Os dados recolhidos para verificar o cumprimento dos requisitos associados são ainda insuficientes para assegurar o seu alinhamento.

Atividade 7.2. Renovação de edifícios existentes

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Cumprir os requisitos aplicáveis às grandes obras de renovação ou conduzir a uma redução da PED (procura de energia primária) – a quantidade calculada de energia necessária para satisfazer a procura energética associada aos consumos típicos de um edifício (em kWh/m²) – em pelo menos 30%.	Em 2024, realizámos grandes obras de renovação em algumas das nossas lojas em Portugal, na Polónia e na Colômbia e que cumprem os critérios de classificação de grandes obras de renovação nestes países.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: Apêndice A.	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.
NPS	Uso sustentável e proteção da água e recursos marinhos: Apêndice E.	Os dados recolhidos para verificar o cumprimento dos requisitos associados ao apêndice E são ainda insuficientes para assegurar o seu alinhamento.

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
NPS	Transição para a economia circular: - Pelo menos 70% (em massa) dos resíduos não perigosos da construção e demolição produzidos nos estaleiros são preparados para reutilização, reciclagem ou outra forma de valorização de materiais; - Os projetos de edifícios e as técnicas de construção apoiam a circularidade (ISO 20887).	Não obstante os compromissos que assumimos no âmbito da promoção de uma economia circular e da gestão de resíduos, não nos foi possível recolher as evidências necessárias para garantir que 70% dos resíduos não-perigosos da construção e demolição produzidos nos estaleiros são preparados para reutilização, reciclagem ou outra forma de valorização de materiais. Assim, optámos pela adoção de uma abordagem conservadora e assumimos não ter alinhamento face a estes critérios NPS.
NPS	Prevenção e controlo da poluição: - Apêndice C. - Os componentes e os materiais de construção (tintas e vernizes, placas para tetos, revestimentos de solo, incluindo adesivos e vedantes associados, isolamento interno e tratamentos de superfícies interiores, nomeadamente para tratamento de humidades e bolores) que possam entrar em contacto com ocupantes emitem menos de 0,06 mg de formaldeído por m³ de materiais ou componentes.	Realizamos regularmente avaliações da qualidade do ar interior, nomeadamente, para grandes edifícios de comércio e serviços. Adicionalmente, durante as obras de construção ou de manutenção, adotamos as medidas adequadas para reduzir o ruído, as poeiras e as emissões de poluentes. No entanto, a avaliação efetuada não permite validar todos os requisitos previstos nestes critérios, nomeadamente os indicados no apêndice C. Desta forma, optámos por considerar que não existe alinhamento.

Atividade 7.3. Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Cumprir os requisitos mínimos para componentes e sistemas específicos estabelecidos nas medidas nacionais e, quando aplicável, pertencem às duas classes de eficiência energética mais elevadas em que esteja disponível um número significativo de produtos.	Não foi possível obter toda a informação relativa às características técnicas, pelo que optámos por considerar esses investimentos como não alinhados.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: Apêndice A.	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
NPS	Prevenção e controlo da poluição: • Apêndice C. • Em caso de isolamento térmico da envolvente de um edifício existente, é realizada uma vistoria, em conformidade com a legislação nacional.	Em 2024, não se realizaram investimentos relacionados com isolamentos térmicos.

Atividade 7.5. Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Consiste na instalação, manutenção e reparação de sistemas de gestão da energia (SGE)	Em 2024, realizámos investimos na instalação de sistemas de gestão da energia nos nossos edifícios.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: • Apêndice A.	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.

Atividade 7.6. Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Consiste na instalação, manutenção e reparação de sistemas solares fotovoltaicos quando estes são executados localmente enquanto sistemas técnicos de edifícios.	Em 2024, realizámos investimentos na instalação de equipamentos de energia solar fotovoltaica nos nossos edifícios.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: • Apêndice A.	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.

Atividade 7.7. Aquisição e propriedade de edifícios

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Em construções posteriores a 31/12/2020, os edifícios satisfazem os CS da atividade 7.1. A procura de energia primária (PED) é, no mínimo, 10% inferior ao limiar fixado nos requisitos para os nZEB (nearly Zero Energy Building), conceito de edifício padrão utilizado pelos países da União Europeia como valor para os requisitos mínimos de construção. Em construções anteriores a 31/12/2020, os edifícios têm, pelo menos, um CDE (Certificado de Desempenho Energético ou equivalente) de classe A ou situam-se nos primeiros 15% de edifícios do parque imobiliário nacional ou regional expressos em percentagem da PED operacional, comparando o desempenho do ativo relevante com o desempenho do parque imobiliário nacional ou regional construído até 31/12/2020.	Para construções posteriores a 31/12/2020: - Em Portugal, no nosso exercício de direito de propriedade, realizámos investimentos em 2024 que cumprem os requisitos CS (validado pela existência de certificados energéticos do tipo A+, A e B); - Na Polónia, os critérios são atestados por uma metodologia equivalente à certificação energética com base no desempenho energético das lojas; - Na Eslováquia, realizámos investimentos em 2024 que cumprem os requisitos de CS (validado pela existência de certificados energéticos do tipo A). - Na Colômbia, não foi possível validar alinhamento devido a ausência de <i>guidance</i> para transposição dos critérios técnicos requeridos pelas Diretivas e Regulamentos europeus aplicáveis. Para construções anteriores a 31/12/2020: - Em Portugal, de acordo com as bases de dados oficiais, os primeiros 15% de edifícios do parque imobiliário nacional construído até 31/12/2020 apresentam um CDE igual ou superior a B, pelo que considerámos que os investimentos em edifícios construídos até 2020 com CDE de, pelo menos, B cumprem o critério de contribuição substancial; - Na Polónia, de acordo com o Registo Central do Desempenho Energético polaco, o valor da PED dos primeiros 15% de edifícios não residenciais corresponde a 109,84 kWh (m²/ano), pelo que consideramos que os investimentos em edifícios construídos até 2020 com CDE inferiores a este valor cumprem o critério de contribuição substancial; - Na Colômbia, não foi possível validar alinhamento devido a ausência de <i>guidance</i> para a transposição dos critérios técnicos requeridos pelas Diretivas e Regulamentos europeus aplicáveis.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: Apêndice A.	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.

Aplicação do apêndice A “Adaptação às alterações climáticas”

O desafio crescente que as alterações climáticas colocam à sociedade e às empresas, e a complexidade da avaliação dos riscos e oportunidades financeiros associados, levou à adoção, em 2020, das recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), agora integradas nos Sustainability do Financial Reporting Standards (IFRS). Em 2024, iniciámos a atualização da avaliação dos nossos riscos e oportunidades associados às alterações climáticas. Os objetivos são aumentar a resiliência climática da cadeia de abastecimento, reduzir as emissões de carbono e identificar potenciais oportunidades de negócio na produção primária e na utilização de tecnologias de baixo carbono.

No âmbito deste apêndice em particular, incluímos na nossa análise mais de 6.000 estabelecimentos (lojas, centros de distribuição, edifícios-sedes, cozinhas centrais, unidades industriais) nos seis países onde temos operações (Polónia, Portugal, Colômbia, Marrocos, Chéquia e Eslováquia) e focámo-nos nos riscos físicos mais frequentes nas nossas operações e em potenciar as oportunidades relacionadas com a transição energética e a utilização de gases refrigerantes naturais ou de baixo PAG.

Os pressupostos utilizados nesta análise – nomeadamente os riscos avaliados, cenários climáticos utilizados e horizontes temporais considerados – bem como as principais conclusões e medidas a adotar estão descritos no neste capítulo, no subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os

tópicos ambientais”, subsecção 3.2.1. “Alterações climáticas”, no ponto “Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas”.

3.3.5. Salvaguardas mínimas

A [Taxonomia europeia](#) define as Salvaguardas Mínimas como o “alinhamento com as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD na sigla em inglês)⁵³ para as Empresas Multinacionais, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGP), incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos”.

Para ajudar as empresas a avaliar o cumprimento destes requisitos, a Plataforma de Finanças Sustentáveis da Comissão Europeia publicou, em outubro de 2022, o [Relatório Final sobre Salvaguardas Mínimas](#), que identifica quatro áreas que as empresas devem considerar: direitos humanos, corrupção, tributação e concorrência justa. As atividades desenvolvidas por Jerónimo Martins na prossecução do seu cumprimento são descritas de seguida.

Para cumprir as recomendações europeias em matéria de dever de diligência, temos vindo a implementar nas Companhias do Grupo um conjunto de medidas que permita prevenir e mitigar os impactos negativos da nossa atividade no ambiente, bem como nas áreas de direitos humanos, laborais, e aspetos de governance. Este processo segue as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos:

Incorporar a conduta empresarial responsável nas políticas e sistemas de gestão (Passo 1 OCDE Guidelines | UNGP 16)

Direitos humanos nas operações próprias

O Grupo Jerónimo Martins respeita os direitos humanos e dos trabalhadores, seguindo as diretrizes das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, no quadro da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho e demais convénios aplicáveis, além da legislação local dos países onde desenvolve a sua atividade.

A nossa atuação é pautada por princípios como o respeito pela lei e pelos direitos humanos, a honestidade, a integridade, a transparência, a diversidade e a inclusão, a responsabilidade social corporativa e a independência em relação a partidos políticos. Prevenimos a discriminação em todas as suas formas, sendo a evolução e o reconhecimento profissionais baseados no mérito e na justiça, nas qualificações e na igualdade de oportunidades. Promovemos um ambiente de trabalho seguro e saudável, não tolerando qualquer forma de assédio. Promovemos o respeito pela vida privada do colaborador, pelo horário de trabalho e o direito ao descanso, valorizando uma organização equilibrada do tempo, e procuramos garantir as melhores práticas de saúde e segurança no trabalho, em prol dos nossos cerca de 140 mil colaboradores. Asseguramos ainda a liberdade de associação e contratação coletiva⁵⁴. Para mais informação sobre este ponto, ver neste capítulo, subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1 “Mão de obra própria”, ponto “Ética e conformidade”, subponto “Liberdade de associação e contratação coletiva”.

Procuramos prevenir os riscos de trabalho forçado e de trabalho infantil, nomeadamente através de mecanismos que impedem a contratação de pessoas abaixo da idade legalmente permitida, e implementamos medidas para assegurar o respeito pelos direitos dos povos indígenas.

Os temas de direitos humanos acima mencionados estão integrados no nosso [Código de Conduta](#), que aborda os princípios que orientam a relação com todas as partes interessadas, e concretizados em todas as políticas que regem a gestão de recursos humanos no Grupo, das quais destacamos as Diretrizes de

⁵³ As OECD Guidelines for Multinational Enterprises, desenvolvidas em 1976, têm sido continuamente atualizadas face aos desafios sociais e ao contexto em evolução dos negócios internacionais.

⁵⁴ Apenas em Portugal uma vez que na Polónia e na Colômbia não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às sociedades do Grupo, correspondendo, assim, a 24,9% do total de colaboradores do Grupo.

Labour Fundamentals, cuja descrição pode ser consultada neste capítulo, subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.1. “As nossas políticas sociais”.

Direitos humanos e laborais na cadeia de abastecimento

Em relação à cadeia de abastecimento, para além do disposto no Código de Conduta de Jerónimo Martins, destacam-se três documentos orientadores: o Código de Conduta de Fornecedores, a Política de Compras Sustentáveis e a Política Anticorrupção, todos disponíveis no [website Jerónimo Martins](#). A seleção de fornecedores é realizada com base em critérios de qualidade, inovação, preço, capacidade de abastecimento, desempenho, confiança, continuidade e sustentabilidade ao longo do tempo.

Ao nível da Política de Compras Sustentáveis, o Grupo reserva-se o direito de cessar de imediato, e de forma unilateral, relações comerciais com fornecedores sempre que tome conhecimento de que estes e/ou os seus fornecedores desenvolvem práticas de abuso dos direitos humanos, da criança e/ou dos trabalhadores e/ou não incorporem preocupações éticas e ambientais na sua atuação.

Nos processos de sourcing globais (aquisição de produtos que servem Companhias localizadas em mais de um país), são aplicados critérios de seleção que incluem a aceitação da Política de Compras Sustentáveis, do Código de Conduta de Fornecedores e da Política Anticorrupção, assim como a declaração de inexistência de trabalho forçado e infantil nas suas operações, a garantia da prática de um horário de trabalho alinhado com a lei e a concessão dos dias de descanso previstos na mesma. Entre outros critérios estão incluídos a prática de salários justos, a promoção de um ambiente de trabalho seguro, providenciando, por exemplo, equipamentos de combate a incêndios e de proteção individual, saídas de emergência, seguro de acidentes profissionais e assistência médica para todos os colaboradores, e a disponibilidade para, em caso de seleção, serem alvo de auditoria social e de formação neste âmbito.

Prevenção e combate à corrupção

Estamos empenhados em combater todas as formas de corrupção, designadamente as associadas direta ou indiretamente aos elos que compõem a cadeia de valor, exigindo transparência e integridade nas relações entre os diferentes intervenientes e executando um Procedimento de Dever de Diligência de Integridade que visa identificar riscos de corrupção associados aos terceiros que integram a cadeia de valor. Na nossa Política Anticorrupção, que faz parte do Código de Conduta, instituímos o princípio da tolerância zero relativamente a qualquer prática de atos de corrupção, tráfico de influências, recebimento ou oferta de vantagem indevida ou pagamento ou recebimento de quaisquer benefícios que violem as disposições legais em vigor em cada país e o Código de Conduta de Jerónimo Martins.

Jerónimo Martins é membro do United Nations Global Compact que, entre os seus dez princípios, defende os direitos humanos e do trabalhador, e define, no seu [Princípio 10](#) que “as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno”. Em 2024, a Jeronimo Martins Polska juntou-se à rede polaca do [Global Compact](#), o que representa mais um passo neste compromisso. Reportamos anualmente o nosso progresso quanto a estes princípios.

Adicionalmente, o combate à corrupção e suborno integra um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ([ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes](#)), sendo igualmente um dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre [Empresas e Direitos Humanos](#) e uma das diretrizes da OCDE para as [Empresas Multinacionais](#).

O Grupo dispõe de um [Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas](#) (PPRC), na sequência da aprovação em Portugal do Regime Geral de Prevenção de Corrupção, consagrado no Decreto-Lei No. 109-E/2021 que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa nesta matéria, considerando a probabilidade de ocorrência de incidentes e o seu previsível impacto. Este plano lista, igualmente, as medidas de prevenção e mitigação deste tipo de riscos. Em 2024, foi publicado o relatório anual de execução do PPRC, que pode ser consultado no [website Jerónimo Martins](#).

Tributação e concorrência justa

Em matéria tributária, a Direção de Fiscalidade da Holding, que trabalha em conjunto com os Departamentos Fiscais da Jerónimo Martins Polska e da Jerónimo Martins Colombia, presta assessoria a todas as sociedades do Grupo, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e a otimização, do ponto de vista fiscal, das ações de gestão das unidades de negócio. Procede, igualmente, à gestão do contencioso fiscal e do relacionamento do Grupo com consultores e advogados externos, bem como com as autoridades fiscais.

Identificar e avaliar os impactos adversos

(Passo 2 OCDE Guidelines | UNGP 17 e 18)

Destacamos a Política de Gestão do Risco e a Metodologia de Gestão do Risco, que visam alinhar os objetivos e a estratégia do Grupo com a avaliação estruturada e consistente dos riscos específicos de cada Companhia e dos riscos transversais ao Grupo. Permitem ainda acompanhar os riscos emergentes que podem vir a afetar o Grupo e/ou as suas Companhias.

A descrição do processo anual de avaliação de risco, um exercício que envolve cerca de 70 managers representantes das Companhias e dos países onde o Grupo opera, e que tem como principal finalidade assegurar a identificação, acompanhamento, classificação e reporte dos riscos a que Jerónimo Martins e as suas Companhias estão expostos, bem como as mais relevantes medidas de mitigação dos mesmos, pode ser consultado em detalhe nos números 52. a 55. do capítulo 4. "Governo da Sociedade" deste relatório.

São ainda realizadas revisões trimestrais com o objetivo de acompanhar os temas mais críticos para o negócio e uma monitorização ativa de quaisquer riscos emergentes que possam ser relevantes para o Grupo.

Na sequência desta avaliação, são planeadas e executadas auditorias internas e são preparados os planos estratégicos de cada Companhia. Os temas considerados ao longo das avaliações de risco têm em conta vários aspetos que estão relacionados com os riscos de corrupção, reputação, comunidades afetadas, e direitos humanos.

Cessar, prevenir ou mitigar impactos negativos, e acompanhar a implementação e os resultados das medidas tomadas

(Passo 3 OCDE Guidelines | UNGPs 13, 17 e 19 e Passo 4 | UNGPs 17 e 20)

Direitos Humanos

Os fornecedores de produtos de Marca Própria e de perecíveis são auditados tanto no processo de seleção como regularmente, com o objetivo de acompanhar a gestão e controlo dos processos produtivos, nomeadamente quanto aos sistemas de qualidade e de segurança alimentar implementados. As auditorias são levadas a cabo por equipas internas e contam com o auxílio de entidades externas independentes. Compreendem áreas como a qualidade e segurança alimentar, a gestão de aspetos ambientais e laborais, entre outros.

As auditorias sociais, realizadas por uma entidade externa e independente, visam, por sua vez, monitorizar e assegurar o cumprimento da legislação nacional e internacional, assim como promover a aplicação das boas práticas partilhadas pela Sustainable Supply Chain Initiative do The Consumer Goods Forum. Procuram igualmente assegurar o cumprimento da Resolução e dos Princípios Prioritários⁵⁵, em vigor desde 2015, da Human Rights – Working to End Forced Labour Coalition, também do CGF.

Estas auditorias sociais englobam mais de 120 critérios de avaliação, sendo alguns de carácter “tolerância

⁵⁵ Os Princípios Prioritários do CGF, disponíveis em [aqui](#), consistem na defesa de temas considerados críticos em matéria de proteção dos direitos laborais nas cadeias de abastecimento globais: a liberdade de movimento (a capacidade dos trabalhadores circularem livremente, não devendo ser restringida pelo seu empregador através de abusos, ameaças e práticas como a retenção de documentos de identificação, e de bens pessoais); o carácter voluntário de um emprego (nenhum trabalhador deverá pagar por um emprego, devendo estar consciente dos termos e condições antecipadamente, e ser remunerado regularmente como acordado, estando proibidas relações contratuais baseadas em dívida ou em servidão); e o carácter de liberdade contratual (nenhum trabalhador deve encontrar-se numa situação de endividamento ou de coação através de taxas ou custos associados ao recrutamento e ao emprego, devendo ser pagos pelo empregador e não colocando nenhum encargo financeiro sobre um trabalhador).

zero” nos âmbitos da erradicação do trabalho forçado e infantil, da preparação para emergências, saúde e segurança, e, do combate à corrupção, entre outros.

As auditorias são precedidas de formação e culminam com uma classificação, após verificação *in loco* das infraestruturas e realização de entrevistas a trabalhadores. Se necessário, é desenvolvido um plano de ações corretivas com um prazo limite de implementação estipulado conforme a gravidade. Estas auditorias aplicam-se a três tipos de atividades para o sector agroalimentar: produção primária, operações no mar e indústria de transformação.

Para mais informação sobre as auditorias que conduzimos junto dos nossos fornecedores, ver neste capítulo, subcapítulo 5. “Informações sobre governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, subsecção 5.2.1 “Seleção e acompanhamento de fornecedores”.

Como complemento às iniciativas desenvolvidas com os nossos fornecedores, incentivamos a adoção de certificações de sustentabilidade. Estes sistemas seguem referenciais que consideram requisitos ambientais e/ou sociais verificados por entidades externas e podem ser aplicados a um ou mais ingredientes, ao produto em si e/ou à sua embalagem. A sua adoção assegura a implementação de boas práticas ambientais na cadeia de valor – podendo de garantir que não houve, no fabrico de produtos, desflorestação ou conversão de ecossistemas de Alto Valor de Conservação, que os processos de produção para a mitigação da poluição são *best in class*, e/ou que os princípios de direitos humanos são respeitados (inexistência de trabalho infantil ou trabalho forçado, o pagamento justo ao produtor, entre outros exemplos). A presença de simbologia própria em produtos e noutros meios de comunicação facilita ainda a divulgação destes atributos aos consumidores, sensibilizando-os para escolhas mais conscientes. A informação sobre produtos com certificação de sustentabilidade, pode ser consultada, no subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.1. “As nossas políticas sociais”, subsecção 4.1.3. “Consumidores e utilizadores finais”, deste capítulo.

Internamente, como forma de prevenir e mitigar riscos de violação de direitos laborais em Portugal, asseguramos a realização frequente de auditorias operacionais de recursos humanos aos horários de trabalho, aos períodos de descanso e férias, aos exames médicos, às condições dos locais de trabalho, entre outros critérios, cuja conformidade e controlo visam a promoção da dignidade dos postos de trabalho e o bem-estar dos colaboradores. No caso de serem identificadas não-conformidades, é definido um plano de correção, cujas ações são acompanhadas de forma próxima pela equipa de recursos humanos, e é antecipada a auditoria seguinte para confirmar a implementação do plano. As equipas da Ara monitorizam ainda um mapa de criticidade que permite controlar indicadores prioritários de direitos laborais e acionar auditorias às lojas com risco identificado.

Prevenção e combate à corrupção

Aquando da admissão de colaboradores e por forma a informar sobre os valores e princípios éticos do Grupo, é dada formação presencial sobre o Código de Conduta e partilhamos e formalizamos a tomada de conhecimento do Código de Conduta e da Política Anticorrupção, garantindo comunicações regulares sobre estes temas.

Além disso, desenvolvemos um programa de formação em Política Anticorrupção em dois formatos de participação (*e-learning* e formação avançada para funções críticas), cujos conteúdos são periodicamente revistos para assegurar a sua atualidade. Em 2024, foram dadas 24.937 horas de formação sobre este tema (47,1% mais do que em 2023) e chegámos a 42.477 colaboradores através de campanhas de comunicação. Para além de formação geral sobre a política, em diferentes níveis de profundidade, foram lecionadas formações para públicos-alvo específicos, como as equipas de Recursos Humanos e de Qualidade e Segurança Alimentar, e em matérias específicas relacionadas com a prevenção de corrupção, como por exemplo Procedimentos de Dever de Diligência de Integridade. Na Colômbia, 6.151 colaboradores tiveram formação sobre o sistema de autocontrolo e gestão de risco na lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, e foram ministradas formações sobre o Programa de Transparência e Ética Empresarial (PTEE), um normativo legal colombiano.

As entidades terceiras que se relacionam com as empresas do Grupo são alvo de ações de comunicação. Neste contexto, destaca-se a divulgação da Política Anticorrupção junto dos fornecedores, do Código de

Conduta de Fornecedores e da Política de Compras Sustentáveis, publicados no site do Grupo e/ou incluídos nos contratos.

Além disso, verificamos periodicamente a eficácia e a correta implementação das nossas políticas, procedimentos e controlos internos através, por exemplo, de auditorias que incluem a análise da gestão dos riscos (entre os quais, riscos operacionais que podem estar associados a eventos de fraude e/ou corrupção), de forma a identificar eventuais não-conformidades e pontos de melhoria. Esta informação encontra-se detalhada no capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte 1. – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos".

Tributação e concorrência justa

O Grupo adota uma postura colaborativa com as autoridades fiscais dos países onde opera, tendo vindo a participar, por exemplo, em diversas iniciativas da Autoridade Tributária portuguesa em matéria de transparência fiscal e relação cooperativa.

Os riscos associados aos assuntos fiscais e legais, assim como às disputas com as Autoridades Fiscais e da Concorrência, são monitorizados de forma constante pela Equipa de Gestão e pela Comissão de Auditoria.

Relativamente à concorrência justa, o Grupo Jerónimo Martins apoia todas as ações que tendam a proibir a existência de atividades restritivas do livre comércio, práticas injustas ou abuso de posição negocial e acredita na concorrência forte e leal, cumprindo de forma escrupulosa as leis da concorrência dos mercados onde opera.

Sistemas de controlo interno e de gestão do risco

O sistema de controlo interno do Grupo é assegurado por um conjunto de áreas dedicadas à monitorização de processos críticos a nível central e operacional, envolvendo, nomeadamente, as seguintes entidades:

- Conselho de Administração;
- Comissão de Auditoria;
- Administrador-Delegado, coadjuvado pela Direção Executiva;
- Comité de Risco;
- Departamento de Auditoria Interna, que reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e funcionalmente à Comissão de Auditoria;
- Direção de Estratégia e de Gestão de Risco;
- Gestor de Risco da Unidade de Negócio;
- Todos os colaboradores que tenham a seu cargo a execução e/ou controlo de um determinado processo ou atividade, dentro de uma unidade de negócio ou da estrutura corporativa, sendo responsáveis pela gestão dos riscos envolvidos nessas atividades.

O Departamento de Auditoria Interna avalia a qualidade e a eficácia dos sistemas de controlo interno no âmbito da gestão de riscos (operacionais e não operacionais) estabelecidos pelo Conselho de Administração, assegurando a sua conformidade com os procedimentos e políticas do Grupo e das suas unidades de negócio. Esta área tem também como missão promover o cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis às operações. Os processos de controlo interno são formalizados em políticas e procedimentos, conforme descrito no capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte 1. "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna", subsecção III "Controlo Interno e Gestão de Riscos", ponto 50. "Pessoas, Órgãos ou Comissões Responsáveis pela Auditoria Interna e/ou Pela Implementação de Sistemas de Controlo Interno" ponto 55. "Principais Elementos dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco Implementados na Sociedade Relativamente ao Processo de Divulgação de Informação Financeira".

Comunicar como os impactos estão a ser endereçados

(Passo 5 OCDE Guidelines | UNGP 17 e 21)

A informação exposta acima sobre a abordagem de defesa dos direitos humanos, prevenção da discriminação, proteção do direito de negociação coletiva, prevenção do trabalho forçado e infantil, prevenção da corrupção, assim como sobre a gestão e mitigação dos riscos associadas a essas matérias, encontra-se integrada nas políticas e códigos do Grupo Jerónimo Martins, disponíveis neste capítulo, subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.6. “As nossas políticas” e no subcapítulo 7. “Frameworks de reporte” nas secções dedicadas às Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) e à Global Reporting Initiative (GRI), ambos no presente relatório:

- Abordagem de Gestão: ESRS 1, ESRS 2, GRI 2-1 ao 2-30, 3-1/2/3;
- Aspectos Materiais: ESRS 2 BP-2, GRI 103-1/2/3;
- Anticorrupção: ESRS G1, ESRS G1-3, ESRS G1-4, GRI 205-1/2;
- Práticas Anti concorrenciais: ESRS 1, GRI 206-1;
- Emprego: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, S1-17; ESRS S2-1, S2-2, S2-4, GRI 401-1/2/3;
- Trabalho e Relação com a Gestão: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, S1-17; ESRS S2-1, S2-2, S2-4, GRI 402-1;
- Segurança e Saúde dos Colaboradores ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, ESRS S2-1, S2-2, S2-4, GRI 403-1/2/3/4/5/6/7/8/9/10;
- Formação e Educação: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, S1-17, GRI 404-1/2/3;
- Diversidade e Igualdade de Oportunidades: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, ESRS S2-1, S2-2, S2-4, S2-5; GRI 405 - 1/2;
- Não-Discriminação: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, ESRS S2-1, S2-2, S2-4, S2-5, ESRS S4-1, S4-2, S4-4, S4-5; GRI 406-1;
- Liberdade de Associação e Negociação Coletiva ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, S1-17, ESRS S2-1, S2-2, S2-4, S2-5; GRI 407-1;
- Trabalho Infantil: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, S1-17, ESRS S2-1, S2-2, S2-4, S2-5, GRI 408-1;
- Trabalho Forçado: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, S1-17, ESRS S2-1, S2-2, S2-4, S2-5, GRI 409-1;
- Segurança: ESRS S3-1, S3-2, S3-4, S3-5, GRI 410-1;
- Comunidades Locais: ESRS S3-1, S3-2, S3-4, S3-5, GRI 413-1;
- Avaliação Social de Fornecedores: ESRS G1-2, GRI 414-1/2;
- Políticas Públicas: GRI 415-1;
- Saúde e Segurança dos Consumidores: ESRS S4-1, S4-2, S4-4, S4-5; GRI 416-1/2.

Remediação ou cooperação para remediar os impactos quando necessário

(Passo 6 OCDE Guidelines | UNGPs 22, 29, 30 e 31)

A Comissão de Ética é o órgão especializado que tem como missão acompanhar, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta e da Política Anticorrupção em todas as sociedades que integram o Grupo.

À luz da Política de Comunicação de Irregularidades aprovada pela Sociedade, a Comissão de Ética disponibiliza uma plataforma digital (disponível em www.jeronimomartins.com e em comissaoedeutica.jeronimomartins.com) para a denúncia de infrações, de forma confidencial e anónima, se desejado. Para mais informação sobre o tratamento de denúncias e taxa de resolução das mesmas, ver neste capítulo, o subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.3. “Consumidores e utilizadores finais”, subponto “Serviços de apoio ao cliente”.

Adicionalmente, contamos com quatro Núcleos de Ética em Portugal, dois na Polónia e um na Eslováquia. Estes são canais de denúncia autónomos que, a par da Comissão de Ética, têm a responsabilidade de assegurar a receção e o seguimento das denúncias de quaisquer irregularidades respeitantes às Companhias, apresentadas por qualquer uma das partes interessadas. A Comissão de Ética e os Núcleos de Ética atuam de acordo com os princípios de independência, isenção, integridade, confidencialidade e ausência de conflitos de interesse.

Existem ainda outros órgãos que recebem e fazem o seguimento de queixas sobre temas específicos: a Comissão para o Combate ao Mobbing, Discriminação e Assédio Sexual, formada sempre que existe uma denúncia sobre este tema na Polónia, e o Comité de Convivência Laboral na Colômbia, que investiga e se ocupa de queixas relacionadas com as condições de trabalho ou outros problemas laborais.

Os colaboradores têm ainda à sua disposição o Serviço de Atendimento ao Colaborador (SAC) para a denúncia, esclarecimento e resolução de questões laborais, e para a receção e encaminhamento de pedidos sociais. Este canal garante a confidencialidade, independência e imparcialidade, assegurando a proteção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação, discriminação e/ou diminuição dos seus direitos.

Encontramo-nos atualmente a robustecer o nosso processo de *due diligence* de direitos humanos em linha com as recomendações da OCDE e com a legislação da União Europeia respeitante à Diretiva sobre o dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade, assim como em matéria de prevenção e combate à corrupção, em observância do enquadramento legal aplicável.

3.3.6. Divulgação de KPI (Key Performance Indicator)

Em 2024, registámos os seguintes resultados de elegibilidade e alinhamento:

- KPI volume de negócios (Turnover): 100% não elegível, uma vez que a nossa atividade principal (Distribuição Alimentar) não se encontra atualmente regulada no Ato Delegado do Clima nem no Ato Delegado Ambiental;
- KPI despesas de capital (CapEx): 5% elegível e alinhado; 56% elegível e não alinhado; 39% não elegível;
- KPI despesas operacionais (OpEx): 100% não elegível (montantes potencialmente enquadrados no numerador do indicador considerados não materiais).

De acordo com o Ato Delegado do Artigo 8.º, as empresas devem apresentar três tabelas, uma para cada um dos três KPI: volume de negócios, despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx). Essa informação é apresentada de seguida:

Volume de negócios

Exercício 2024	2024			Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)						Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do Volume de negócios alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2022 (18)	Categoria — atividade capacitante (19)	Categoria — atividade de transição (20)
Atividades económicas (1)	Código (a) (2)	Volume de negócios (3)	Proporção do Volume de negócios, ano N (4)	Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)				
		€ Milhões	%	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	C	T
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
Volume de negócios das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%								0%		
Das quais, capacitantes		0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%								0%	C	
Das quais, de transição		0	0%	0%													0%		T
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (g)																			
Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%								0%		
A. Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)		0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%								0%		
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
Volume de negócios das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		33.464	100%																
Total (A + B)		33.464	100%																

O denominador deste KPI é baseado no volume de negócios consolidado (vendas e prestação de serviços), conforme apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas constantes no capítulo 3.

"Demonstrações Financeiras Consolidadas". Relativamente ao numerador, não identificámos atividades elegíveis, uma vez que, como já referido, a Distribuição Alimentar não está, à data, incluída na lista de atividades da Taxonomia.

Despesas de capital (CapEx)

Exercício 2024	2024			Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)									
Atividades económicas (1)	Código (a) (2)	CapEx (3)	Proporção do Capex, ano N (4)	Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Polição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (12)	Adaptação às alterações climáticas (13)	Água (14)	Polição (15)	Economia circular (16)	Biodiversidade (17)	Salvaguardas mínimas (18)	Proporção do CapEx alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para a transição (A.2) (19)	Categoria - atividade capacitante (20)	Categoria - atividade de transição (21)
		€ Milhões	%	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S / N	S / N	S / N	S / N	S / N	S / N	S / N	%	C	T
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3	0	0%	S	N	N/E L	N/E L	N/E L	N/E L	S	S	S	S	S	S	S	0%	C	
Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	MAC 7.5	2	0%	S	N	N/E L	N/E L	N/EL	N/E L	S	S	S	S	S	S	S	0%	C	
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	MAC 7.6	32	2%	S	N	N/E L	N/E L	N/E L	N/E L	S	S	S	S	S	S	S	2%	C	
Aquisição e propriedade de edifícios	MAC 7.7	34	3%	S	N	N/E L	N/E L	N/E L	N/E L	S	S	S	S	S	S	S	0%*		
CapEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		67	5%	5%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	2%*		
Das quais, capacitantes		33	3%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	2%	C	
Das quais, de transição		0	0%	0%						S	S	S	S	S	S	S	0%		T
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (g)																			
Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	MAC 6.5 / AAC 6.5	17	1%	EL	EL	N/E L	N/E L	N/E L	N/E L								1%		
Renovação de edifícios existentes	MAC 7.2 / AAC 7.2 / EC 3.2	96	7%	EL	EL	N/E L	N/E L	EL	N/E L								10 %**		
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3 / AAC 7.3	93	7%	EL	EL	N/E L	N/E L	N/E L	N/E L								5%* *		
Aquisição e propriedade de edifícios	MAC 7.7 / AAC 7.7	522	40%	EL	EL	N/E L	N/E L	N/E L	N/E L								40 %		
CapEx das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		729	56%	56%	0%	0%	0%	0%	0%								56 %		
A. CapEx das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)		796	61%	60%	0%	0%	0%	0%	0%								58 %		
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
CapEx das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		503	39%																
Total (A + B)		1.299	100%																

*Os valores de 2023 da atividade 7.7 nas companhias a operar na Polónia foram reexpressos para refletir uma classificação mais exigente para alinhamento, de acordo com a utilizada em 2024.

** Os valores de 2023 relativos às obras de renovação nas companhias a operar em Portugal, foram reclassificados para a atividade 7.3.

Nos termos do Ato Delegado do Artigo 8.º, o indicador de CapEx é definido como o CapEx elegível (numerador) dividido pelo CapEx total (denominador). O CapEx total foi calculado de acordo com as regras e princípios aplicáveis à preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido considerados os aumentos do valor bruto de ativos fixos tangíveis, de ativos intangíveis, de propriedades de investimento (quando aplicável), de ativos biológicos (quando aplicável) e direitos de uso, conforme é apresentado nas notas 8, 9 e 10 anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas (subcapítulo 3.1. “Demonstrações Financeiras Consolidadas”). O valor do denominador corresponde à soma das rubricas de “Aumentos” apresentadas nas notas indicadas.

Milhões de euros

	2024	2023
Aumentos de Ativos fixos tangíveis (Nota 8.1)	933	1.111
Aumentos de Ativos intangíveis (Nota 9.1)	16	22
Aumentos de Direitos de uso (Nota 10.1)	350	291
Total do CapEx 2024 para efeitos da Taxonomia UE	1.299	1.424

Relativamente aos direitos de uso, entendemos que o Ato Delegado é omissivo quanto ao tratamento de aumentos ao valor bruto desses ativos que resultem de modificações contratuais ou de outros ajustamentos às responsabilidades com locações, nomeadamente de extensões do prazo da locação.

Assim, não foram incluídas no denominador novas mensurações de ativos de direitos de uso resultantes de modificações contratuais ou de outros ajustamentos aos passivos, conforme apresentados na rubrica “Atualizações contratos de direitos de uso” na respetiva nota de detalhe (10.1).

Relativamente à identificação de CapEx elegível, a nossa abordagem à classificação das atividades económicas foi como se segue:

- não foi incluído CapEx relacionado com ativos ou processos associados com atividades elegíveis tendo em conta que a nossa atividade principal não é abrangida pela Taxonomia e que não identificámos investimentos em atividades internas que qualifiquem como tal;
- não foi incluído CapEx relativo a planos de CapEx, tal como atualmente definidos na Taxonomia para expandir atividades alinhadas ou permitir que as atividades elegíveis se tornem alinhadas pela Taxonomia;
- foi incluído CapEx relacionado com a aquisição de bens e serviços de atividades económicas elegíveis de suporte à nossa atividade principal.

Em resultado desta abordagem, foram classificadas como elegíveis as atividades indicadas na subsecção 3.3.3 “Análise de Elegibilidade” deste subcapítulo. Em relação a estas atividades, analisámos os investimentos para os quais os fornecedores nos disponibilizaram a informação necessária para identificar se a respetiva atividade económica está alinhada com a Taxonomia, incluindo o cumprimento dos critérios de NPS e salvaguardas mínimas, bem como no que foi possível avaliar diretamente.

Despesas operacionais

Exercício 2024	2024			Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)										
Atividades económicas (1)	Código (a) (2)	OpEx (3)	Proporção do OpEx, ano N (4)	Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do OpEx alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2022 (18)	Categoria - atividade capacitante (19)	Categoria - atividade de transição (20)	
		€ Milhões	%	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S/N	S/N	S/N	S / N	S / N	S/N	S/N	%	C	T	
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																				
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																				
OpEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%								0%			
Das quais, capacitantes	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%								0%	C		
Das quais, de transição	0	0%	0%	0%													0%		T	
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (g)																				
OpEx das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							0%				
A. OpEx das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%							0%				
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																				
OpEx das atividades não elegíveis para taxonomia (B)	122	100%																		
Total (A + B)	122	100%																		

Nos termos do Ato Delegado do artigo 8.º, o indicador de OpEx é definido como o OpEx elegível e alinhado (numerador) dividido pelo OpEx total (denominador). O OpEx total para este efeito consiste nos custos diretos não capitalizados relacionados com a investigação e desenvolvimento, as medidas de renovação de edifícios, a locação a curto prazo, a manutenção e a reparação, bem como quaisquer outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária dos ativos fixos tangíveis, pela empresa ou por terceiros a quem sejam subcontratadas atividades, que sejam necessárias para assegurar o funcionamento continuado e efetivo desses ativos. Não são incluídos custos operacionais decorrentes de locações de ativos de valor reduzido ou de contratos de locação com rendas variáveis.

Ainda de acordo com o Ato Delegado e considerando as orientações entretanto emitidas pela Comissão Europeia, uma entidade está isenta de calcular o numerador do indicador de OpEx quando o valor do denominador seja considerado não material ao modelo de negócio.

Entendemos que o total de OpEx calculado, conforme apresentado na tabela acima, não é material à nossa atividade, uma vez que representa apenas 0,4% do total das despesas operacionais em 2024, uma atendendo a que não incorreremos em despesas operacionais significativas de pesquisa e desenvolvimento no âmbito da IAS 38, nem são expressivos os montantes incorridos com atividades de manutenção e

reparação de ativos, e locações de curto prazo. Nesse sentido, optámos por aplicar a isenção referida, e não calcular o numerador para o indicador de OpEx.

3.3.7. Atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil

No que diz respeito às atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil, o Grupo declara que não desenvolveu estas atividades em 2024 conforme tabela abaixo (Ato Delegado Complementar: Modelo 1 – Atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil):

Linha	Atividades relacionadas com a energia nuclear	
1.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	Não
2.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção e o funcionamento seguro de novas instalações nucleares destinadas a produzir eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio, bem como para a melhoria da sua segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	Não
3.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante o funcionamento seguro de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio a partir de energia nuclear, bem como a melhoria da sua segurança.	Não
	Atividades relacionadas com o gás fóssil	
4.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos.	Não
5.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade que utilizam combustíveis fósseis gasosos.	Não
6.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio a partir de combustíveis fósseis gasosos.	Não

3.3.8. Conclusão e antevisão do reporte de 2025

Em 2025, iremos continuar a monitorizar a publicação de novos atos delegados com a eventual inclusão de novas atividades económicas, bem como de novos *guidelines* de aplicação da Taxonomia que nos permitam assegurar o cumprimento do reporte nos termos definidos na Taxonomia europeia.

Em complemento, continuaremos a procurar robustecer o processo de análise dos critérios técnicos (CS e NPS) para as atividades identificadas como elegíveis sempre que os valores (ex., de CapEx) e a complexidade da recolha desta informação assim o justifiquem. Este trabalho também passa pelo envolvimento dos nossos fornecedores de quem muita desta informação está dependente e, em alguns casos, o nível de detalhe da informação necessária para alegar alinhamento nem sempre está disponível, p.e. nas fichas técnicas dos produtos, o que dificulta a sua recolha, análise e substanciação por meio de evidências. Por outro lado, vários dos nossos fornecedores – dada a sua menor dimensão – também apresentam dificuldades na recolha e sistematização desta informação de uma forma que possa ser considerada como alinhada com as normas de Taxonomia. Procuraremos também manter o trabalho de revisão da forma como classificamos e organizamos a informação nos sistemas informáticos utilizados pelas nossas Companhias.

3.4. Finanças Sustentáveis



3.4.1. Framework de finanças sustentáveis

Como forma de acelerar a implementação das nossas ações de sustentabilidade com o objetivo de atingir as metas a que nos propomos, recorremos a instrumentos de finanças sustentáveis. As finanças sustentáveis passam por garantir que, para além dos indicadores meramente financeiros, as boas práticas ambientais, sociais e de governo são devidamente consideradas nas nossas decisões de investimento.

Sabemos que os nossos clientes, fornecedores, colaboradores e investidores olham com muita atenção para aquilo que fazemos à luz de todos estes critérios, e acreditamos que o recurso a instrumentos de finanças sustentáveis tem um importante papel na transformação da economia e da sociedade. Assim, durante 2024, publicámos o nosso “Sustainable Finance Framework”, um documento que serve de enquadramento para os instrumentos de Financiamento Sustentável do Grupo. Este documento está alinhado com:

- os Green Loan Principles (Princípios dos Empréstimos Verdes) e os Sustainability-linked Loan Principles (Princípios dos Empréstimos Vinculados à Sustentabilidade) publicados pela LMA - Loan Market Association (associação líder no mercado dos empréstimos sindicados);
- os Green Bond Principles (Princípios das Obrigações Verdes) e os Sustainability-linked Bond Principles (Princípios das Obrigações Vinculadas à Sustentabilidade) publicados pela ICMA - International Capital Market Association (associação de referência no mercado de capitais internacional).

Pretendeu-se, com este documento, abranger um leque alargado de instrumentos financeiros:

- Empréstimos ou Obrigações verdes, os quais visam financiar projetos concretos de investimento de melhoria climática ou ambiental.
- Empréstimos ou Obrigações Vinculadas à Sustentabilidade, os quais visam financiar a atividade própria da empresa na sua trajetória de sustentabilidade, e ao abrigo dos quais se monitorizam os indicadores de performance escolhidos de entre os cinco previstos no documento.
- Instrumentos de financiamento da cadeia de abastecimento, neste caso, indexados à sustentabilidade dos fornecedores alvo de financiamento.

Foram escolhidos para integrar o Sustainable Finance Framework cinco indicadores das áreas de Responsabilidade Corporativa trabalhadas no Grupo, representativos dos tópicos identificados na nossa matriz de dupla materialidade e que representam compromissos ambiciosos no âmbito da nossa estratégia de sustentabilidade. O Framework foi alvo de certificação por parte de entidade terceira independente e acreditada para a realização deste tipo certificações, a EQA.

3.4.2. Instrumentos em curso

A Jerónimo Martins Polska (Biedronka) celebrou, em 2023, um Empréstimo Verde com o Banco Europeu de Investimento (BEI) com vista ao financiamento da conversão energética em toda a rede de lojas Biedronka, aumentando a sua eficiência energética e reduzindo as emissões de carbono e a poluição atmosférica. Este financiamento, com um montante total de 1.500 milhões de złoty (cerca de 348 milhões de euros), começou a ser utilizado em 2024. Nos anos 2023 e 2024, a Biedronka finalizou mais de 500 remodelações de lojas com vista à melhoria da sua eficiência energética através da implementação de sistemas fechados de refrigeração baseados em gases naturais, isolamento térmico dos edifícios e sistema de gestão de edifícios, em linha com a Diretiva de Edifícios Eficientes (EPBD – European Performance Buildings Directive).

A Jerónimo Martins Colombia (Ara) celebrou, em 2024, um Empréstimo Verde, com a International Finance Corporation (IFC), no montante de 120 milhões de dólares (cerca de 115 milhões de euros), com vista ao financiamento da construção de dois centros de distribuição que serão certificados com a certificação EDGE. Os dois centros de distribuição, que em 2024 se encontravam ainda em construção, terão uma poupança de 25% de energia e de 60% no consumo de água. Quanto à redução das emissões de GEE, espera-se que esta seja de 40% face ao benchmark. O alinhamento dos dois edifícios com a metodologia EDGE inclui a fase de construção e, mais tarde, a fase operacional dos edifícios.

Com o enquadramento do Framework, uma linha para emissão de garantias contratada pela Jerónimo Martins, SGPS, S.A foi requalificada como vinculada à sustentabilidade. Esta linha – de 350 milhões de euros – terá condições financeiras mais benéficas indexadas ao cumprimento de dois indicadores escolhidos, de entre os cinco previstos no Framework, pela entidade financeira.

Ainda durante 2024, foi feita a conversão de algumas das linhas de financiamento da cadeia de abastecimento, mais conhecidas como linhas de “Confirming”, requalificando-se como “Confirming ESG”. Ao abrigo destas linhas, o fornecedor pode antecipar junto do banco o valor das suas faturas emitidas sobre as empresas do Grupo Jerónimo Martins. O custo que o fornecedor suporta para efetuar a antecipação do reconhecimento dos montantes das suas faturas dependerá da sua classificação ESG obtida através de uma avaliação efetuada pela Ecovadis, ou do resultado das auditorias ESG levadas a cabo pelo Grupo junto desse fornecedor. Ou seja, o custo para o fornecedor será tanto menor quanto melhor for a classificação por si obtida.

Terminámos 2024 com três categorias destes instrumentos em curso: Empréstimos Verdes, Acordos de Financiamento da Cadeia de Abastecimento e Linhas de Crédito para emissão de Garantias. Os perto de 1.115 milhões de euros angariados representam cerca de 25% do total de instrumentos financeiros do Grupo. É nosso objetivo aumentar progressivamente os instrumentos financeiros ao abrigo do nosso Framework de finanças sustentáveis.

4. Informação Social

4.1. As nossas políticas sociais⁵⁶

4.1.1. Mão de obra própria

[ESRS S1-1; ESRS S1-4]



O Grupo mantém o compromisso de assegurar elevados padrões de integridade e ética, procurando promover a dignidade, o respeito e proteção de todos os que trabalham connosco. Para o efeito, respeitamos os direitos humanos, a legislação em vigor nos países onde operamos e a regulamentação e diretrizes internacionais aplicáveis, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Convenções da Organização Internacional do Trabalho e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e as Diretrizes para Empresas Multinacionais, entre outros.

Para estabelecer os padrões de atuação de todas as nossas estruturas, funcionando simultaneamente como barómetro ético e deontológico pelo qual se devem reger todos os colaboradores ao longo do seu ciclo de vida profissional no Grupo, independentemente do nível hierárquico em que se encontram, da função que desempenham ou do país em que trabalham, destacamos as seguintes políticas:

- Código de Conduta
- Política Anticorrupção

Para concretizar estes princípios nas regras e processos de gestão de recursos humanos, contamos com políticas globais e locais, das quais destacamos as seguintes:

- Diretrizes de *Labour Fundamentals*
- Diretrizes para a Prevenção e Combate a Assédio e Discriminação
- Política de Recrutamento e Seleção
- Política Global de Formação
- Política de Gestão de Desempenho
- Política de Segurança e Saúde no Trabalho
- Política de Engagement

As ações tomadas sobre impactos materiais, abordagens para gerir riscos materiais e perseguir oportunidades materiais e a eficácia dessas ações, relacionadas com as nossas pessoas, são descritas ao longo das subsecções da secção “Como gerimos os tópicos sociais”, incluindo os recursos afetos à gestão dos tópicos materiais.

4.1.2. Comunidades afetadas

[ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 S3-1]

[GRI 3-3, GRI 2-23]



O Grupo Jerónimo Martins está consciente de que a sustentabilidade de um negócio no longo prazo é indissociável do sentido de responsabilidade alargada com que é conduzido, no qual a contribuição ativa para o bem-estar das comunidades envolventes é fundamental. As linhas-mestras que orientam a atuação do Grupo no que respeita à forma como gerimos a nossa relação com as comunidades afetadas pela nossa atividade, nomeadamente no que diz respeito aos impactos diretos e indiretos das nossas operações, estão refletidas nas políticas e códigos:

- Política de Apoio às Comunidades Envolventes
- Código de Conduta
- Política de Compras Sustentáveis
- Código de Conduta para Fornecedores
- Política de Comunicação de Irregularidades

No que se refere à Política de Apoio às Comunidades Envolventes, embora a aplicação desta política constitua uma linha orientadora, algumas Companhias adaptam-na de acordo com as especificidades do seu negócio e dos países onde operam.

⁵⁶ Uma descrição destas políticas pode ser encontrada no subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.6. “As nossas políticas”. Estes documentos também estão disponíveis no nosso [website](#).

Relativamente a procedimentos e instruções de serviço para a concretização do apoio à comunidade, as doações em géneros alimentares cumprem procedimentos próprios com o objetivo de prevenir o desperdício alimentar, incluindo a nomeação de responsáveis pelo tratamento dos produtos e a entrega às instituições. Tanto a Biedronka como o Pingo Doce dispõem de processos direcionados às instituições apoiadas para a recolha de géneros alimentares em loja. A Biedronka conta ainda com um procedimento de atribuição de donativos que inclui informação sobre os tipos de donativos elegíveis, documentação necessária, responsáveis pela organização do processo de doação, relatórios de dados e avaliação de impacto social.

O Pingo Doce define como eixos prioritários da sua atuação junto das comunidades das quais faz parte o apoio a situações de emergência social, carência alimentar, isolamento e solidão dos idosos, e à promoção da literatura infantil.

Na Colômbia, a Ara definiu a colaboração contra a insegurança alimentar, sobretudo entre as crianças, como absoluta prioridade, trabalhando com múltiplas instituições e entidades sociais no combate à malnutrição, na promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis, no cuidado das crianças e apoio às mães, famílias e comunidades. A Companhia desenvolveu também procedimentos específicos de doação para reduzir o desperdício alimentar, não só através da doação direta a organizações sem fins lucrativos, mas também com o apoio da implementação de uma plataforma digital que conecta empresas que querem doar excedentes a bancos de alimentos e instituições de apoio à comunidade.

A Hebe, especializada em produtos e serviços de saúde e beleza, focou as suas iniciativas junto das suas comunidades envolvidas em públicos específicos dos grupos vulneráveis, como jovens que terminam a sua passagem por orfanatos e entram na vida adulta, mulheres que desejam construir o seu próprio negócio online ou jovens com deficiência que sonham em cantar profissionalmente.

O Código de Conduta assume o apoio às comunidades envolvidas como um dos pilares de atuação das Companhias do Grupo, concretizando-o em conformidade com orientações que, nos planos nacional e internacional, são reconhecidas como de boa governação, incluindo a qualidade, a transparência e os padrões éticos da nossa atuação.

Por sua vez, a Política de Compras Sustentáveis refere a importância de estimular o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde temos operações e contribuir de forma positiva para a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações dos quais dependemos direta ou indiretamente. Mediante estes objetivos, são delineados diversos princípios de ação para identificar, avaliar, gerir e/ou remediar os impactos nas comunidades afetadas.

Já o Código de Conduta para Fornecedores estabelece os valores éticos e comportamentos que os fornecedores devem partilhar connosco e que possam ter impacto também nas comunidades envolvidas à sua área de atuação. O nosso propósito é identificar, avaliar, gerir e/ou remediar os impactos indiretos que as Companhias têm sobre as comunidades envolvidas, mediante a extensão aos nossos fornecedores de algumas expectativas de conduta neste âmbito⁵⁷.

4.1.3. Consumidores e utilizadores finais

[ESRS 2 MDR-P, ESRS S4-1]

[GRI 3-3, GRI 2-23]



Para o Grupo Jerónimo Martins, investir no crescimento responsável dos nossos negócios significa colocar os consumidores no centro de tudo o que fazemos, ao mesmo tempo que desenvolvemos uma relação com os fornecedores e produtores locais. É por isso que as principais políticas do Grupo integram as preocupações, necessidades e expectativas dos consumidores, em linha com o nosso objetivo de disponibilizar a todos produtos de elevada qualidade, seguros e inovadores, a preços acessíveis. Também reconhecemos a responsabilidade de promover comportamentos com impacto positivo para a sociedade,

⁵⁷ Estas expectativas podem ser encontradas no subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", no subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecções 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais" e 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", e no subcapítulo 5. "Informações sobre a governação" neste capítulo.

face à evolução das tendências de consumo aceleradas, a forte concorrência no sector do retalho e os desafios socioeconómicos das famílias.

Respeitar os direitos dos consumidores e os direitos humanos em cada um dos países onde operamos é fundamental para executarmos a nossa estratégia, respeitando a legislação e obter uma licença social para operar. As seguintes políticas são particularmente relevantes para os nossos consumidores:

- Código de Conduta
- Código de Conduta para Fornecedores
- Política de Qualidade e Segurança do Produto
- Política Nutricional
- Política de Compras Sustentáveis

Para além das nossas políticas, contamos com diretrizes estratégicas internas que servem de guia orientador de implementação para as nossas marcas e Companhias. As Linhas de Orientação para o Desenvolvimento de Produtos de Marca Própria e Perecíveis asseguram a aplicação das normas (e a sua contínua adaptação aos avanços do conhecimento) tanto para as nossas equipas como para as dos nossos parceiros de negócio.

Estas diretrizes especificam requisitos de qualidade e segurança alimentar nas lojas e centros de distribuição, restrições à utilização de corantes alimentares, conservantes e outros aditivos artificiais, definindo as quantidades recomendadas de ingredientes como sal, açúcar e gorduras, incluindo outros princípios de rotulagem nutricional.

4.1.4. Trabalhadores na cadeia de valor

[ESRS 2 MDR-P; ESRS 2 S2-1]



Promovemos o respeito e a defesa dos direitos humanos e laborais ao longo de toda a cadeia de valor e, em conjunto com os nossos fornecedores, procuramos mitigar potenciais riscos e fomentar a partilha de boas-práticas sociais.

No caso dos trabalhadores na nossa cadeia de valor, guiamo-nos por um conjunto de políticas e requisitos que enquadram a gestão dos riscos e impactos materiais relacionados com o bem-estar das pessoas, nomeadamente:

- Política de Compras Sustentáveis
- Código de Conduta para Fornecedores

Apesar de não ser um tópico material, detalhamos no capítulo seguinte a forma como gerimos os riscos e as oportunidades relacionados com os trabalhadores na cadeia de valor.

4.2. Como gerimos os tópicos sociais

4.2.1. Mão de obra própria

[ESRS 2 SBM-3]

O ano 2024 apresentou desafios significativos para a estratégia de recursos humanos do Grupo, sendo o primeiro a continuação de um contexto geopolítico instável e o panorama macroeconómico marcado por deflação no setor alimentar. Outro dos principais desafios à gestão sustentável de pessoas no Grupo continua a ser a competição por talento num mercado de trabalho escasso (especialmente ao nível das lojas), considerando sobretudo o baixo nível de desemprego e a baixa atratividade e dificuldade de retenção que advêm da exigência do nosso negócio. Para dar resposta a este desafio e manter a nossa competitividade no mercado de trabalho, continuámos a aumentar os salários das equipas operacionais, o que se refletiu num aumento de custos laborais.

A urgência em ir ao encontro de novas formas de trabalhar e das expectativas de candidatos e colaboradores em permanente mudança, a par da crescente necessidade de novas competências, perfis e funções que assegurem a competitividade da organização e que deem resposta a oportunidades de

negócio e de produtividade das equipas (geradas, por exemplo, pela emergência de novas tecnologias), constituem outros dos principais desafios identificados.

Estes e outros desafios da gestão local de recursos humanos são avaliados anualmente e monitorizados trimestralmente pelo Comité de Risco, para que sejam antecipados os potenciais impactos adversos do contexto vivido, dando resposta às cinco questões que têm estado na base da estratégia de gestão das nossas pessoas:

- Como mitigar a escassez de talento num setor de baixa atratividade?
- Como garantir a sustentabilidade da liderança do futuro, assegurando os perfis adequados para responder aos desafios de cada momento?
- Como ter a configuração da força de trabalho adequada e desenvolver as capacidades necessárias à evolução do negócio?
- Como garantir o compromisso da força de trabalho?
- Como antecipar os desafios organizacionais do futuro, ao nível de obrigações externas e de novas formas de trabalhar?

A forma como respondemos a estas preocupações materializa-se nos compromissos que assumimos a cada triénio e que monitorizamos trimestralmente a nível global e em cada Companhia, para cada uma das prioridades de uma gestão sustentável de pessoas, descritos no subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", deste capítulo.

Identificamos ainda oportunidades para continuar a gerar um impacto positivo e duradouro nas vidas dos nossos colaboradores e das suas famílias, nomeadamente através do nosso investimento em responsabilidade social interna, bem-estar e desenvolvimento, entre outras áreas de atuação.

Como resultado do trabalho desenvolvido, em 2024 a Humpact⁵⁸ considerou-nos uma das empresas com melhor desempenho social entre as 46 analisadas no sector de bens de consumo, atribuindo-nos a pontuação máxima na forma como contribuimos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Fomos também distinguidos nos Wellbeing Awards⁵⁹, na categoria "People Choice Awards", refletindo a perceção positiva dos nossos colaboradores, e pelo Dream Employer Hub⁶⁰, que concedeu o prémio Dream Employer 2024 à Biedronka.

Os nossos colaboradores

[ESRS 2 SBM-1; ESRS S1-6]



Número de colaboradores no total e por país

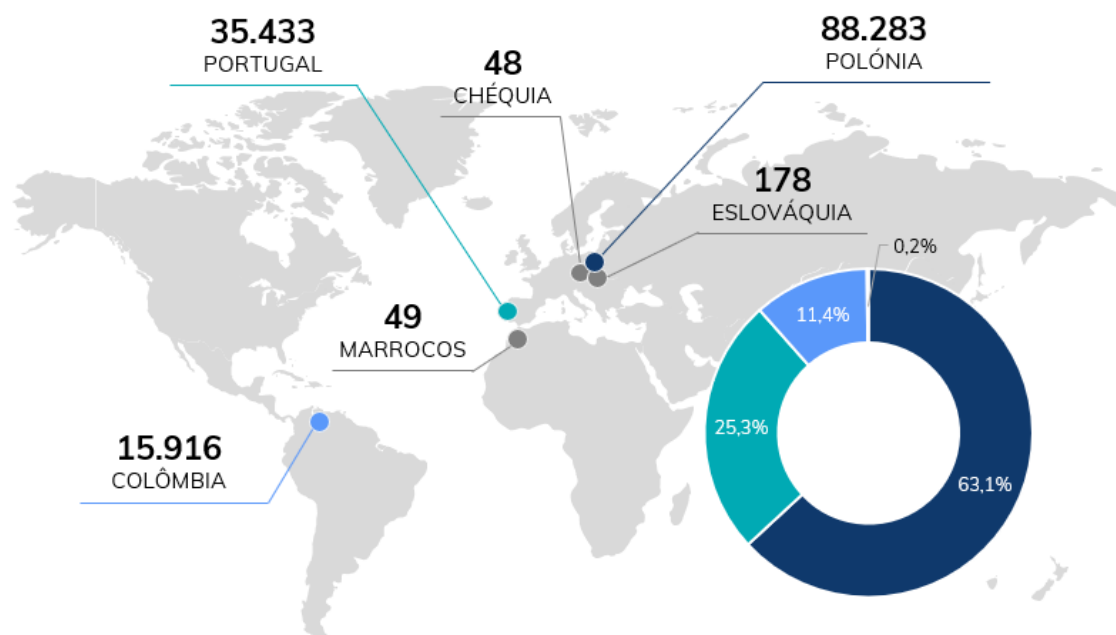
No final de 2024, contávamos com 139.858⁶¹ colaboradores na nossa força de trabalho em Portugal, Polónia, Colômbia, Eslováquia e Chéquia. A informação sobre o número de colaboradores do Grupo pode também ser consultada no capítulo 1. "O Grupo Jerónimo Martins", subcapítulo 1.2. "Indicadores financeiros e operacionais".

⁵⁸ Analista de sustentabilidade focado na dimensão social.

⁵⁹ Organizados pela [Workwell](#) e pela AGIS, os Wellbeing Awards reconhecem as empresas que se destacaram na promoção do bem-estar, da saúde e da felicidade no local de trabalho.

⁶⁰ DreamEmployer é um concurso promovido pelo [Dream Employer Hub](#) que reconhece empresas que implementam práticas inovadoras e eficazes na gestão de pessoas e cultura organizacional.

⁶¹ Inclui os colaboradores de todas as sociedades controladas por Jerónimo Martins, existindo sociedades que têm colaboradores distribuídos por mais de um país. Para efeitos de reporte dos indicadores incluídos nesta secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", excluíram-se os 49 colaboradores da operação em Marrocos, por se considerar que esta não tem materialidade para ser reportada do ponto de vista de gestão dos tópicos materiais. Considerando também os colaboradores da operação de Marrocos, o headcount total do Grupo a 31/12/2024 era de 139.907. Para efeitos de comparação com o período homólogo, neste e nos demais indicadores do presente capítulo, foi considerado o âmbito reportado no Relatório e Contas 2023, isto é, colaboradores das operações de Portugal, Polónia e Colômbia.



Colaboradores por género e país

[GRI 405-1]

Grupo	Género		Total
	Mulheres	Homens	
	106.326	33.532	139.858
Portugal	22.729	12.704	35.433
Polónia	75.235	13.048	88.283
Colômbia	8.211	7.705	15.916
Eslováquia	104	74	178
Chéquia	47	1	48

GLOBAL

76% MULHERES | HOMENS **24%**



87 NACIONALIDADES

As nacionalidades estrangeiras mais comuns nos três países mais representativos são:

- brasileira em Portugal
- ucraniana na Polónia
- venezuelana na Colômbia

Tipologias de contrato e carga horária

[GRI 2-7]

	Tipologia de contratos*					
	Permanentes (efetivos)			Temporários (a termo**)		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Grupo	77.789	26.456	104.245	28.537	7.076	35.613
Portugal	19.303	10.060	29.363	3.426	2.644	6.070
Polónia	50.678	8.794	59.472	24.557	4.254	28.811
Colômbia	7.712	7.529	15.241	499	176	675
Eslováquia	85	73	128	19	1	20
Chéquia	11	0	11	36	1	37

* Não existem no Grupo colaboradores sem garantia de carga horária. No cálculo deste indicador foi contabilizado o número total de colaboradores no final do período.

** Os estágios SENA (Servicio Nacional de Aprendizaje) na Colômbia foram considerados na tipologia de contrato "a termo", correspondendo a 675 contratos.

	Tipologia de carga horária					
	Full-time			Part-time		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Grupo	88.671	30.756	119.427	17.655	2.776	20.431
Portugal	19.051	11.148	30.199	3.678	1.556	5.234
Polónia	61.363	11.894	73.257	13.872	1.154	15.026
Colômbia	8.106	7.639	15.745	105	66	171
Eslováquia	104	74	178	0	0	0
Chéquia	47	1	48	0	0	0

Os contratos permanentes representam 74,5% dos contratos do Grupo, tendo aumentado 1,6 p.p. face ao ano anterior, o que evidencia o nosso esforço contínuo em promover relações de trabalho estáveis. Em relação à carga horária, os contratos a tempo inteiro representam 85,4% do total, mantendo-se a prevalência deste tipo de contratos.

Rotatividade, admissões, retenção e antiguidade

[GRI 401-1]

28,7% Rotatividade *	32,7% Taxa de admissões **	81,4% Retenção a 12 meses ***	6 anos Antiguidade média

* Rácio entre o número de cessações durante 2024 e o número total de colaboradores no final do período.

** Rácio entre o número de contratações de colaboradores durante 2024 e o número total de colaboradores no final do período.

*** Percentagem de colaboradores que se manteve no Grupo em dezembro de 2024, tendo por base dezembro de 2023.

Ao longo de 2024 contratámos 45.667 pessoas, tendo sido criados 5.558 novos postos de trabalho. Damos cada vez mais oportunidades de trabalho a jovens, sendo o escalão etário abaixo dos 30 anos o que tem maior representatividade nas contratações (53,0%).

Houve 40.136 cessações de contrato e a taxa de rotatividade foi de 28,7%, uma redução de 1,6 p.p. face à taxa de 30,3% registada em 2023. Em linha com o observado no setor de retalho a nível global, a maior rotatividade concentra-se nas funções de operadores de loja e de centros de distribuição, sendo mais evidente nos escalões etários mais jovens. No que diz respeito ao tipo de cessações, 58,6% foram voluntárias (aquelas que acontecem por iniciativa do colaborador) e 41,4% foram não voluntárias (as que acontecem por iniciativa das Companhias e que resultam maioritariamente da sazonalidade a que o negócio está sujeito, forçando um ajuste da força de trabalho em momentos como o Natal, a Páscoa ou o verão).

Os trabalhadores não colaboradores

[ESRS S1-7]

[GRI 2-8]



No final de 2024, o número de trabalhadores não colaboradores registados nos nossos sistemas internos era de 21.661, representando 13,4% da força total de trabalho do Grupo. Na maioria dos casos, estes trabalhadores são contratados através de agências de trabalho temporário para exercerem funções como operadores de loja e de logística.

Trabalhadores não colaboradores*	
Grupo	21.661
Portugal	336
Polónia	17.320
Colômbia	4.005

*O número de trabalhadores não colaboradores das funções de escritório a nível global e das operações em Portugal corresponde ao headcount registado em sistema de gestão de recursos humanos a 31/12/2024. Na Polónia, o número de trabalhadores não colaboradores nas lojas da Biedronka corresponde ao headcount registado num sistema de gestão local a 31/12/2024. Nos centros de distribuição e nas lojas Hebe a contabilização de trabalhadores não colaboradores corresponde ao número de FTEs a 31/12/2024, estimado a partir do relatório de horas trabalhadas fornecido pelo prestador de serviços. Na Colômbia, o número de trabalhadores não colaboradores nas operações da Ara corresponde ao headcount registado em sistemas manuais internos a 31/12/2024.

Diversidade e inclusão

[ESRS S1-1; ESRS S1-9]

[GRI 405-1]



Enquanto Grupo internacional, com operações em diferentes países e uma multiplicidade de negócios e funções, a diversidade é parte essencial do que somos. Valorizamos as características e capacidades únicas de cada colaborador, pois acreditamos que a soma das diferenças individuais fortalece as equipas, aumenta a capacidade de inovar e contribui para sermos um empregador representativo das comunidades em que nos integramos.

	Grupo etário			Género				Total
	<30	30-50	>50	Mulheres		Homens		
				#	%	#	%	
Grupo	36.569	86.283	17.006	106.326	76,0%	33.532	24,0%	139.858
Portugal	9.551	19.185	6.697	22.729	64,1%	12.704	35,9%	35.433
Polónia	19.311	58.720	10.252	75.235	85,2%	13.048	14,8%	88.283
Colômbia	7.636	8.236	44	8.211	51,6%	7.705	48,4%	15.916
Eslováquia	46	123	9	104	58,4%	74	41,6%	178
Chéquia	25	19	4	47	97,9%	1	2,1%	48
Níveis funcionais								
Strategic	2	116	83	62	30,8%	139	69,2%	201
Managerial	251	2.884	420	1.879	52,9%	1.676	47,1%	3.555
Operational	36.316	83.283	16.503	104.385	76,7%	31.717	23,3%	136.102

Em 2024 contávamos com 139.858 colaboradores, dos quais 7,5% (mais 1,3 p.p. do que em 2023) eram de nacionalidade estrangeira relativamente aos cinco principais países de operação. Temos colaboradores de 87 nacionalidades e de quatro gerações distintas, o que faz de nós um empregador diverso, multicultural e multigeracional.

Porque ambicionamos preservar estas qualidades, as nossas políticas de gestão de recursos humanos guiam comportamentos conscientes e alinhados com o Código de Conduta, garantindo a prática e a promoção de padrões éticos baseados na justiça, na não-discriminação e na igualdade de oportunidades, independentemente da origem, género, orientação sexual, religião, idade, estado civil, situação familiar, nacionalidade, etnia, deficiência, convicções políticas ou ideológicas, filiação sindical ou qualquer outro critério, em todos os níveis da organização e para todos os colaboradores. Temos ainda rotinas de

monitorização estabelecidas que permitem validar e garantir o cumprimento e a consistência destas políticas.

Um exemplo disto é um projeto desenvolvido pela Biedronka em 2024 que incluiu um diagnóstico às práticas de recursos humanos e à formação dada às equipas responsáveis por esses processos, com o objetivo de as consciencializar para a temática de diversidade e inclusão e para tópicos como o enviesamento inconsciente. Ainda em 2024, a Companhia assinou, na Polónia, a [Carta da Diversidade](#), coordenada pelo Forum Odpowiedzialnego Biznesu ([Fórum dos Negócios Responsáveis](#)), reforçando o seu compromisso com a não-discriminação e com políticas que continuem a promover a diversidade e a inclusão.

Fruto do trabalho que desenvolvemos nesta matéria, o *Financial Times* e a plataforma online Statista reconheceram o Grupo Jerónimo Martins, pelo segundo ano consecutivo, como Líder em Diversidade.

Fomos também distinguidos como uma das 100 empresas a nível mundial com as melhores práticas de diversidade e inclusão pelo [FTSE Diversity & Inclusion Index](#), organizado pela FTSE Russel. De entre as mais de 15.500 empresas analisadas a nível mundial, ocupamos o 46.º lugar e somos a única empresa com sede em Portugal e também a única do setor “supermercados e lojas de conveniência” com presença no índice.

Igualdade de género

O nosso compromisso com a igualdade de género concretiza-se em políticas e iniciativas para garantir ambientes de trabalho equilibrados e equitativos, nos quais as oportunidades dadas a homens e mulheres têm por base, acima de tudo, o mérito.

Procuramos assegurar o equilíbrio entre géneros em todos os níveis da organização e em todos os processos de gestão de pessoas, e a igualdade salarial que alcançámos nos principais países em que operamos demonstra a importância que damos a estas matérias.

A nossa força de trabalho é maioritariamente constituída por mulheres (76,0%), à semelhança do que se observa no setor de distribuição alimentar, o que se verifica também nas posições de gestão e de liderança. Em 2024, 69,1% dos cargos de gestão e 51,7% dos cargos de liderança (níveis funcionais *strategic* e *managerial*) eram ocupados por mulheres. Na Direção Executiva do Grupo, 40% dos membros eram mulheres.

Representatividade e ciclo de vida do colaborador	2024	2023	2022
Cargos de gestão ocupados por mulheres *	69,1%	67,4%	66,9%
Posições de entrada ocupadas por mulheres **	76,7%	77,0%	78,8%
Funções geradoras de receita ocupadas por mulheres ***	75,4%	73,1%	72,6%
Contratações atribuídas a mulheres	69,2%	68,1%	66,9%
Promoções obtidas por mulheres	68,2%	73,6%	78,2%
Cessações atribuídas a mulheres	68,0%	67,6%	67,0%

* Considerando as mulheres que fazem parte dos níveis funcionais *strategic* e *managerial*, bem como as mulheres do nível funcional *operational* que gerem equipas (n=7.789).

** Funções que não requerem experiência anterior no ramo ou na profissão e que são ocupadas por mulheres.

*** Funções responsáveis pelos objetivos centrais de negócio, lucros ou perdas e que são ocupadas por mulheres.

[ESRS S1-16]
[GRI 405-2]

Rácio salarial entre géneros por país e Companhia mais representativa em cada país*	2024	2023	2022
Grupo	98,5%	98,5%	97,8%
Portugal	99,5%	100,2%	100,1%
Pingo Doce	99,9%		
Polónia	98,1%	97,9%	96,5%
Biedronka	98,1%		
Colômbia	98,7%	98,0%	99,7%
Ara	98,7%		

* Diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores do Grupo Jerónimo Martins, tendo por base realidades comparáveis. Expressa-se considerando o salário médio das mulheres como uma percentagem do salário médio dos homens, sendo 100% o rácio salarial que representa a total equidade entre géneros. O cálculo deste indicador está alinhado com a metodologia ESRS e é feito o reporte dos rácios parciais por Companhia e país, considerando a heterogeneidade entre eles. A metodologia foi alterada em 2024, considerando-se a nova estrutura de níveis funcionais implementada em pleno nos diferentes países em que operamos. Na Eslováquia e na Chéquia, países onde começámos a operar recentemente, não temos uma amostra suficientemente robusta para que a possamos incluir no cálculo do indicador e apresentar os respetivos resultados. Adicionalmente, são reportados os rácios da Companhia mais representativa de cada um dos países. Considerando que 97,3% dos colaboradores pertencem ao nível funcional operacional, os resultados do rácio salarial entre géneros são maioritariamente ilustrativos deste segmento, pelo que não consideramos relevante o reporte parcial com base nesta variável.

A nossa estratégia está definida no [Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens](#), cujo progresso é reportado e revisto anualmente, sendo suportado num conjunto de instrumentos de diagnóstico interno e externo. Descrevendo um plano de ação em sete dimensões e 14 medidas alinhadas com as orientações da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), uma entidade portuguesa sob a superintendência e tutela dos Ministérios dos Assuntos Parlamentares e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Plano visa guiar-nos na concretização de quatro pilares de atuação:

- **Formalização da igualdade entre mulheres e homens em políticas e procedimentos** através de linhas orientadoras que consagram o nosso compromisso com os direitos humanos e com a prevenção de discriminação baseada em qualquer fator de diversidade, incluindo o género.
- **Monitorização de indicadores de género**, analisando trimestralmente práticas e indicadores internos sobre todo o ciclo de vida do colaborador, de modo a compreender os principais desafios e atuar sobre eles, bem como acompanhando os investidores, analistas e principais índices de sustentabilidade que avaliam o nosso desempenho nesta matéria.
- **Facilitação da integração da vida profissional, pessoal e familiar** com medidas de apoio à parentalidade, ao bem-estar das famílias, a situações de vulnerabilidade e/ou emergência social, bem como de apoio às comunidades.
- **Capacitação e consciencialização para a igualdade entre mulheres e homens dentro e fora do Grupo**, partilhando informação e formação acerca do Código de Conduta e de direitos fundamentais, como o da igualdade de oportunidades e proibição da discriminação, estabelecendo parcerias externas e participando em grupos de trabalho.

Para promover a disseminação interna e externa de boas práticas em igualdade de género, mantemos relações institucionais de cooperação com entidades externas especializadas na matéria. A nossa afiliação à [LEAD Network](#), cujo propósito é potenciar a diversidade na liderança, nomeadamente feminina, permitiu-nos participar em diversos fóruns de consciencialização e partilha de boas práticas, num programa de mentoria com vista ao desenvolvimento pessoal e profissional de mentorados de diferentes empresas, e num programa de liderança inclusiva, cujo objetivo é fornecer ferramentas para a promoção de um ambiente de trabalho inclusivo. Em 2024 demos início ao segundo ciclo de afiliação, com a representação da Holding e da Biedronka nos diversos programas.

Continuámos também a participar no grupo de trabalho “ODS 5 Igualdade de Género” dinamizado pelo GRACE – Empresas Responsáveis (entidade da qual fazem parte mais de 30 organizações que, em Portugal, trabalham juntas para dar resposta a estes desafios), e no iGen – Fórum de Organizações para a Igualdade, dinamizado pela CITE e que procura assumir-se como embaixador de igualdade e como um centro especializado de competências nesta matéria.

Força de trabalho multigeracional

A diversidade geracional da nossa força de trabalho constitui um fator crítico de sucesso para assegurar as competências e experiências necessárias à sustentabilidade dos nossos negócios e das nossas lideranças. Promovemos a contratação e criação de oportunidades de desenvolvimento para pessoas de todos os escalões etários e encorajamos a cooperação entre as diferentes gerações. Em 2024, contratámos 24.208 pessoas com menos de 30 anos e 1.847 pessoas acima dos 50 anos.

Na Ara, o programa SENA (Serviço Nacional de Aprendizagem) é um dos principais mecanismos para a integração de talento jovem, tendo sido contratadas 675 pessoas em 2024.

Nas férias de Natal, o Pingo Doce convida os filhos de colaboradores com idades entre os 16 e 25 anos a terem uma breve experiência profissional nas lojas, e no verão conta com uma academia para jovens aos quais é dada oportunidade de conhecer o negócio e desenvolver as suas competências de comunicação e interpessoais. Estas iniciativas contaram com 352 e 131 participantes em 2024, respetivamente.

A Biedronka e a Hebe têm em vigor programas de formação que visam aproximar as diferentes gerações que compõem as equipas, focando na comunicação intergeracional, cooperação, feedback e cultura de apreciação. Em 2024 foram formadas 56 pessoas nestas temáticas.

Para captar o melhor que cada geração tem para oferecer às restantes, implementámos as JM Talks, sessões de inspiração e partilha de conhecimento de negócio entre líderes experientes e juniores do Grupo, nas quais participaram 547 pessoas. A Biedronka implementou um modelo de mentoria inversa, através do qual jovens apoiaram 12 colaboradores mais experientes no desenvolvimento de competências tecnológicas e de gestão intergeracional.



NON-MATERIAL

Inclusão de minorias

[ESRS S1-12]

Adotamos uma abordagem inclusiva em relação às comunidades a que pertencemos, criando oportunidades de emprego, formação e desenvolvimento também para aqueles que enfrentam desvantagens no acesso ao mercado de trabalho. Fazemo-lo através de programas, metodologias e infraestruturas inovadoras, trabalhando ativamente para aumentar oportunidades de recrutamento e facilitar a sua integração.

	Colaboradores com deficiência e/ou incapacidade					
	Mulheres		Homens		Total	
	#	% do total de mulheres	#	% do total de homens	#	% da força de trabalho
Grupo	1.597	1,5%	685	2,0%	2.282	1,6%
Portugal	495	2,2%	365	2,9%	860	2,4%
Polónia	1.051	1,4%	276	2,1%	1.327	1,5%
Colômbia	51	0,6%	44	0,3%	95	0,6%

O Programa Incluir, lançado em 2015 em Portugal, tem o objetivo de criar oportunidades de formação e contratação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, migrantes, refugiados e pessoas em situação social de risco. O programa segue uma metodologia que é customizada a cada pessoa e adaptada às funções disponíveis em cada área de negócio, englobando a formação em competências psicossociais e a formação prática em contexto de trabalho, assim como a adaptação do posto de trabalho (física ou da função).

Alicerçado numa rede de 124 instituições parceiras que nos apoiam na identificação de potenciais candidatos, o processo inicia-se com a candidatura, seguindo-se o recrutamento e seleção, realizados por uma equipa técnica interna especializada em reabilitação e inserção social e que consiste numa análise do perfil de competências e motivações de cada candidato. É construído um plano individual, que pode passar por formação, e é atribuído a cada candidato um gestor de caso que o acompanha ao longo de todo o processo.

A etapa inicial da formação dura duas semanas e decorre nos Centros Incluir em Lisboa e Porto. A primeira semana é dedicada à aprendizagem de competências interpessoais. A segunda semana é passada nas lojas-escola, um espaço que permite aos candidatos simularem as principais tarefas operacionais que irão desempenhar em loja no futuro (como reposição, caixa e serviço ao balcão), num ambiente confortável e seguro. Cada Centro Incluir foi construído tendo em consideração todos os tipos de diagnóstico, deficiência ou incapacidade. Os Centros contam com plataformas elevatórias, sinalética e fontes de letra que facilitam a leitura por parte de pessoas cegas ou com baixa visão, planta tátil dos espaços e transcrição de texto para braille, códigos de cor (para daltónicos), utilização de cores suaves e luzes reguláveis (para maior conforto das pessoas com autismo e asperger), entre outras adaptações. Desempenhando também um papel comunitário na inclusão, os Centros Incluir são espaços abertos à comunidade e contam com exposições de obras de arte feitas por pessoas com deficiência de diferentes instituições.

A segunda etapa da formação dura dez semanas e decorre em contexto real de trabalho, com o suporte de tutores e da equipa técnica do Programa Incluir. Em 2024 contamos com 80 tutores, que recebem uma formação inicial, de modo a estarem preparados para acolher, integrar, acompanhar e maximizar o potencial do formando que irão receber. Os tutores também recebem a formação de “Liderança para a Diferença”, que foi criada especificamente para sensibilizar os líderes e dar-lhes ferramentas para gerirem a diferença, acolhendo, acompanhando e desenvolvendo cada pessoa, sem enviesamentos inconscientes. Até 2024, esta formação chegou a 4.546 líderes.

Desde o seu lançamento, em 2015, o Programa Incluir abrangeu 2.059 pessoas. Só em 2024, foram impactadas 350 pessoas, 92 das quais foram contratadas.

Como resultado do trabalho desenvolvido em Portugal, desde 2021 que o Recheio e a Holding são “Marca Entidade Empregadora Inclusiva”, uma distinção atribuída pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional⁶², tendo a Holding do Grupo ascendido ao nível de “Excelência” em 2023. O Pingo Doce é “Marca Entidade Empregadora Inclusiva” desde 2023 e, em 2024, foi reconhecido como Master Diversidade, Equidade e Inclusão pela revista *Distribuição Hoje*.

A Biedronka reforçou em 2024 a estratégia de integração de pessoas com deficiência e/ou incapacidade com a criação de uma função de apoio ao self-checkout, cujo objetivo é apoiar os consumidores na utilização das caixas automáticas e promover um serviço de qualidade ao cliente. No final do ano, a Companhia contava com 1.310 assistentes de self-checkout distribuídos por 427 lojas (11,4% da rede Biedronka).

Para assegurar o acolhimento e integração destes colaboradores, os gestores de loja e os senior operations managers recebem formação sobre tópicos de diversidade e inclusão, entre os quais a minimização de enviesamentos inconscientes. Em 2024 a Biedronka conduziu ainda um diagnóstico à intranet Dla Nas e ao chatbot que dela faz parte, para avaliar o grau de acessibilidade e introduzir as melhorias necessárias. Ambas as ferramentas alcançaram o nível AA de conformidade, o segundo mais elevado.

As Companhias na Polónia mantiveram a aposta na integração de colaboradores ucranianos. Em 2024, contávamos com 4.208 pessoas de nacionalidade ucraniana no Grupo, 98,8% das quais na Polónia. A Biedronka e a Hebe têm em vigor os seguintes mecanismos:

- uma equipa responsável pelo recrutamento e integração de migrantes;
- conteúdos e canais de recrutamento adaptados para a população ucraniana;
- materiais de boas-vindas, de comunicação, de segurança e saúde no trabalho e processos da operação, como o checkout da loja, em ucraniano;
- canais internos com informação útil em ucraniano, incluindo um chatbot de apoio aos colaboradores;
- apoio ao processo de imigração;
- formação linguística de polaco para colaboradores ucranianos e de ucraniano para coordenadores polacos.

⁶² Critérios: i) recrutamento, desenvolvimento e progressão profissional; ii) manutenção e retoma do emprego; iii) acessibilidades (colaboradores); iv) serviços e relações com o exterior (comunidades e clientes).

A JMA tem uma elevada necessidade de contratação de colaboradores de nacionalidade não-portuguesa, pelo que a aposta na integração de colaboradores imigrantes é um compromisso constante. A Companhia criou uma equipa dedicada ao recrutamento e integração destes colaboradores e desenvolveu uma abordagem integrada que, entre outros aspetos, inclui formação em português, soluções de mobilidade e habitação, e apoio legal e fiscal. Para os trabalhadores não colaboradores estrangeiros que suportam as campanhas sazonais de agricultura foi criado um guia prático de acolhimento em dez línguas (incluindo tailandês, hindi e nepali) com informação essencial sobre saúde e segurança no trabalho e bases para uma boa comunicação.

A criação de oportunidades para pessoas que se encontram em desvantagem no acesso ao mercado de trabalho por viverem em situação social de risco é outro eixo da forma como incluímos minorias.

A Biedronka e a Hebe oferecem estágios de dois meses nas suas lojas a jovens adultos que vivem ou viveram em orfanatos. As iniciativas “Dobry start z Biedronką” (Bom começo com a Biedronka) e “Odkryj Siebie Z Hebe” (Descobre-te com a Hebe) oferecem aos jovens uma primeira experiência profissional, formação em competências essenciais para vingarem no mercado de trabalho e o acompanhamento individual por mentores. Trata-se de uma parceria com a One Day Foundation e, desde a primeira edição, já houve 68 participantes.

Formação e desenvolvimento de competências



Formação

[ESRS S1-13]

[GRI 404-1]

Acreditamos que apostar na aprendizagem contínua e no desenvolvimento pessoal e profissional dos nossos colaboradores é um dos investimentos mais relevantes que podemos fazer enquanto empregador, contribuindo também para a sustentabilidade do caminho que temos construído. Procuramos formar os nossos colaboradores para se superarem no desempenho das suas funções e também para que tenham as ferramentas necessárias para prosperarem num ambiente cada vez mais exigente nos múltiplos contextos das suas vidas.

Em 2024, o investimento em formação ultrapassou os 17 milhões de euros, tendo resultado em mais de 8,9 milhões de horas de formação, equivalente a uma média de 64 horas por colaborador. Com mais de 515 mil ações de formação, chegámos a 94,4% dos nossos colaboradores, mais 0,6 p.p. do que em 2023.

Principais indicadores de formação

	Horas médias de formação por colaborador *								
	2024			2023			2022		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Grupo	63	68	64	54	59	55	55	59	56
Portugal	53	63	56	44	59	49	37	51	42
Polónia	61	52	60	54	43	52	57	43	55
Colômbia	102	101	101	81	87	84	96	107	102
Eslováquia	180	337	246	-	-	-	-	-	-
Chéquia	31	0	31	-	-	-	-	-	-

* Horas de formação por colaborador – quociente do volume de formação pelo total de colaboradores.

	Volume de formação *			Total de ações de formação		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Grupo	8.943.221	7.367.472	7.325.452	515.355	220.788	211.438
Portugal	1.991.698	1.761.827	1.450.067	66.292	57.417	48.869
Polónia	5.292.027	4.449.299	4.605.471	445.658	160.859	160.320
Colômbia	1.614.310	1.156.347	1.269.915	3.217	2.512	2.249
Eslováquia	43.718	-	-	102	-	-
Chéquia	1.468	-	-	86	-	-

* Volume de formação - número de horas realizadas multiplicado pelo número de participantes em formação.

[GRI 404-2]

A plataforma digital EducAção é o resultado da nossa aposta na democratização do acesso a materiais educativos. Através desta plataforma, todos os nossos colaboradores podem aceder, em qualquer momento e em qualquer lugar, a conteúdos formativos de diferentes formatos como e-learning, vídeo e documentos de suporte à formação presencial. Em 2024 foram disponibilizados 7.017 conteúdos de formação obrigatória e opcional, e a plataforma foi utilizada por mais de 145 mil⁶³ colaboradores do Grupo (mais 9,6% que em 2023), numa média de 58.453 utilizadores ativos por mês.

Paralelamente, disponibilizamos acesso à plataforma Knowledge Share, uma biblioteca digital que centraliza mais de 3.500 conteúdos (437 dos quais adicionados em 2024), como notícias, artigos, podcasts e webinars, que permitem inspirar e promover o autodesenvolvimento dos nossos quadros.

Com vista a uma maior eficiência e inovação na formação dos nossos colaboradores, temos testado a adoção de realidade virtual em programas maioritariamente relacionados com o seu acolhimento nas operações de loja e com ações de segurança e saúde no trabalho. Em 2024 demos formação com recurso a realidade virtual a 5.910 colaboradores em Portugal e na Polónia.

Para além do investimento em ferramentas e conteúdos formativos, acreditamos que devemos alavancar a formação dos colaboradores na transferência e retenção do conhecimento que existe dentro Grupo. Em 2024, o Pingo Doce lançou uma Academia de Formadores, destinada a preparar colaboradores para futuras funções de supervisão e formação, na qual participaram 34 formadores internos.

A nível global existe o programa Exponential Leadership, que prepara formadores internos em áreas de liderança. Até ao final de 2024, 851 colaboradores do Grupo tinham já sido formados por formadores internos preparados através deste programa.

Formação de negócio

A especialização na área de frescos é uma das nossas grandes apostas em termos de negócio. A particularidade e a exigência de uma oferta de produtos perecíveis implicam um investimento contínuo na formação das equipas operacionais que desempenham funções críticas para garantir a melhor experiência aos nossos clientes.

Em Portugal, a Escola de Frescos (focada em formação nas categorias de talho, padaria e pastelaria, comida fresca e peixaria) conta com novos módulos de formação e passou a abranger gestores adjuntos. O programa de formação em fruta e vegetais evoluiu, entretanto, para uma escola de formação destinada a gestores de loja e *district managers*. O Recheio lançou uma Academia de Talho para, além de garantir a formação nesta área de especialização, dar estrutura ao recrutamento e à preparação para a sucessão de colaboradores da secção do talho. Em 2024, participaram nos vários programas de formação em perecíveis 23.492 pessoas no Pingo Doce e no Recheio.

Na Polónia, os módulos base e avançado do programa “Zostań Świeżoznawcą” (Torne-se um Especialista em Frescos) da Biedronka contaram com a participação de 16.868 colaboradores. Na Colômbia, 23.181

⁶³ Inclui todos os colaboradores que utilizaram a plataforma ao longo do ano, mesmo que a 31/12/2024 já não estivessem ativos no Grupo.

colaboradores da Ara foram formados em perecíveis. No total do Grupo, em 2024 foram formados mais 25,4% colaboradores nesta área crítica do que em 2023, traduzindo o reforço do investimento do Grupo.

A Academia de Logística é um programa destinado aos colaboradores dos nossos centros de distribuição de Portugal e da Polónia focado em promover uma cultura de melhoria contínua nos processos logísticos. No caso da Polónia, esta Academia já existia para a Biedronka e, em 2024, a Hebe lançou uma Academia com o mesmo propósito. No total, ao longo do ano, 432 colaboradores participaram em cursos desta área operacional.

Nas nossas Companhias, o serviço ao cliente é uma valência essencial. Ao longo do ano foram formados mais de 45 mil colaboradores nesta competência. Destaca-se o Pingo Doce, que estendeu o modelo SVAL (Sorrir, Vender, Agradecer, Limpar) a mais lojas, tendo capacitado 26.260 colaboradores ao longo do ano. O Recheio lançou o projeto-piloto Número 1, um modelo de atendimento para a venda focado no acompanhamento do cliente ao longo da sua jornada em loja, incentivando uma abordagem proativa de aconselhamento e apresentação de produto, com a ambição de ter o melhor serviço ao cliente do mercado.

No que diz respeito às competências comerciais, ao longo de 2024 foram impactados 134 colaboradores num total de 3.424 horas de formação. Para este âmbito contribuíram:

- o programa Biedronkova Akademia Kupca (Academia de Compras da Biedronka), especializado no desenvolvimento de competências de gestão de categoria e destinado a colaboradores das áreas comercial, marketing e logística;
- a Academia Comercial, um programa transversal às várias Companhias do Grupo, focado no desenvolvimento de competências avançadas de gestão de categoria;
- a Escola Comercial da Ara, lançada em 2024, com o objetivo de desenvolver competências de venda, serviço ao cliente e de lançamento de novos produtos para colaboradores de loja.

A licenciatura 100% online em Gestão Comercial e de Retalho, que resulta de uma parceria entre Jerónimo Martins e a Universidade Católica Portuguesa, impactou 58 colaboradores em 2023 e 2024. A iniciativa é cofinanciada pelo Grupo, para benefício dos colaboradores, e procura dar resposta à necessidade de preparar futuros profissionais para o setor da distribuição, com foco especial na distribuição alimentar.

Formação em gestão e liderança

O crescimento das nossas pessoas dentro do Grupo é fruto do compromisso com o autodesenvolvimento, mas também das ferramentas colocadas à disposição dos colaboradores, incluindo a formação em liderança.

Neste contexto, destaca-se o programa Be a Leader, criado em 2018 em parceria com o Centre for Creative Leadership (CCL), que se diferencia por ser totalmente customizado às necessidades dos nossos negócios e por ter uma proposta de valor alavancada em etapas formativas adaptadas a cada fase do percurso de liderança (Leading Self, Leading Others e Leading Teams). Estes percursos incluem formação em sala, coaching individual e participação em grupos de aprendizagem colaborativa focados na partilha de experiências e no desenvolvimento interpessoal. Desde o lançamento do Be a Leader, e até ao final de 2024, foram formados 1.437 colaboradores dos níveis *strategic* e *managerial*. Em 2024, ano em que revimos os conteúdos formativos para assegurar total alinhamento com os nossos Valores, formámos 265 pessoas neste programa, tendo investido mais de 1,2 milhões de euros.

Criado em 2023, o programa de mentoria teve em 2024 um terceiro projeto-piloto, focado em acelerar o desenvolvimento dos trainees em Portugal e promover a liderança pelo exemplo. No total dos três projetos-piloto foram impactados 81 pares de mentores e mentorados do programa de trainees e da Direção de Tecnologias de Informação. No âmbito de uma parceria com a LEAD Network, colaboradores das equipas de recursos humanos participaram, enquanto mentores e mentorados, num programa de transferência de conhecimento entre pessoas de diferentes empresas do setor do retalho e bens de consumo a nível global.

Em 2024, mantivemos a formação de executivos através do Strategic Management Programme, uma parceria com a Católica Lisbon School of Business & Economics e a Kellogg School of Management. Este programa, customizado à realidade Jerónimo Martins, consiste numa experiência de aprendizagem com

acesso a conteúdos de gestão e professores de excelência e significou em 2024 um investimento de 542 mil euros, no desenvolvimento de líderes com elevado potencial das nossas Companhias em Portugal, Polónia, Eslováquia e Colômbia.

O Recheio reforçou o Programa de Especialização de Gestão de Loja, permitindo aos gestores de perecíveis, além de participar no programa de formação, atualizar os conhecimentos adquiridos ao longo do ano. O Pingo Doce continuou a apostar no Programa Geral de Gestão de Loja, que visa o desenvolvimento de competências de gestão e de negócio. Em conjunto, e desde que foram criados, os dois programas formaram 1.377 líderes das operações.

O Pingo Doce tem o programa Chef Estrela Michelin, dedicado ao desenvolvimento de chefs e sous-chefs das cozinhas centrais das Meal Solutions, nas áreas de comunicação, gestão e controlo emocional, gestão de conflitos e motivação das equipas. Em 2024, este programa impactou 51 colaboradores.

Na Biedronka, a Akademia Zarządzania Biuro (Academia de Liderança) e o Programa Geral de Gestão, que abrange também colaboradores da Hebe, permitiram que 35 colaboradores desenvolvessem competências nessas áreas. Nas operações, além dos programas Akademia Zarządzania dla SOM (Academia de Gestão para Gestores Operacionais Seniores) e Biedronkowa Akademia Zarządzania 2.0 (Academia de Gestão da Biedronka 2.0), que contaram em 2024 com um total de 869 participantes, foi criada a Biedronkowa Akademia Zarządzania – Zaawansowana (Academia Avançada de Gestão de Loja), para atualizar conhecimentos de gestores de loja experientes.

A Ara estruturou uma nova Academia de Liderança que contou com 5.253 participantes em 2024.

Desenvolvimento de liderança



O desenvolvimento dos nossos atuais e futuros líderes depende em igual medida do seu autoconhecimento e compromisso com o desenvolvimento, e das ferramentas e oportunidades que disponibilizamos para que alcancem o seu máximo potencial. Dispomos de processos como autoavaliação, avaliação de desempenho, feedback contínuo, identificação de potencial e planos de desenvolvimento personalizados, para além de oportunidades de mobilidade interna e progressão de carreira.

Avaliação de desempenho

[ESRS S1-13]

[GRI 404-3]

O ciclo anual de gestão de desempenho é alicerçado no princípio de meritocracia, igualdade de oportunidades e não-discriminação. O processo global inclui a definição, monitorização e avaliação de objetivos e comportamentos. Em momentos-chave ao longo do ano, as chefias partilham feedback, contribuindo para o desenvolvimento individual dos colaboradores, e discutem com os avaliados as suas oportunidades de carreira e planos de desenvolvimento pessoal.

Nível funcional	% de colaboradores elegíveis que participaram na avaliação de desempenho		
	Homens	Mulheres	Total
Strategic	100%	100%	100%
Managerial	100%	100%	100%
Operational	100%	100%	100%

Avaliação de potencial e desenvolvimento

A avaliação de potencial é uma ferramenta estratégica para monitorizar o talento na organização, contribuindo para o desenvolvimento dos colaboradores e das suas carreiras, enquanto proporciona às Companhias informação de suporte à tomada de decisão sobre os recursos humanos e ao pipeline de sucessão. Em 2024, foram abrangidos 8.278 colaboradores dos níveis funcionais strategic, managerial e do nível operational em funções críticas. No caso das Meal Solutions do Pingo Doce, implementou-se pela

primeira vez um processo de mapeamento de talento, que permitiu recolher feedback a 360° da maioria dos colaboradores da unidade de negócio (incluindo 396 pessoas do nível operacional).

Em 2024, foram acompanhados 4.403 planos de desenvolvimento pessoal dos colaboradores dos níveis strategic e managerial, e do nível operacional identificados como tendo potencial de progressão ou necessidades urgentes de desenvolvimento. Estes planos de desenvolvimento pessoal identificam ações concretas para mitigar necessidades de desenvolvimento identificadas na avaliação de desempenho e para desenvolver novas competências.

A Biedronka, através do programa de talento Sukces(i)ja (Tu és o sucesso), focado no desenvolvimento da competência “agilidade de aprendizagem”, contou com a participação voluntária de 115 colaboradores identificados como tendo potencial de progressão. A Companhia testou também em 2024 um modelo que recorre a inteligência artificial generativa para criar os planos de desenvolvimento personalizados de 1.238 colaboradores. Esta plataforma agrega informação dos sistemas de avaliação de desempenho, avaliação de potencial e outros questionários, e alimenta a identificação de necessidades de formação.

O programa HebePro, desenhado com o objetivo de desenvolver gestores de loja com potencial para uma futura sucessão, foi alargado a gestores de área. O HebePro para gestores de área é um programa de seis meses com sessões de formação online, sessões práticas acompanhadas por colaboradores experientes na função e um módulo de mentoring. Em 2024 participaram 82 colaboradores dos dois públicos-alvo neste programa.

Acreditamos que o autoconhecimento desempenha um papel-chave no desenvolvimento dos nossos líderes e na forma como contribuem para o desenvolvimento das suas equipas. Em 2024 lançámos um programa de desenvolvimento que incluiu uma avaliação a 360°, recorrendo a metodologias reconhecidas do CCL, uma avaliação individual suportada pela metodologia Hogan (que recorre a testes de personalidade e cognitivos para desenvolver lideranças) e uma jornada de coaching executivo. Num primeiro ano, este programa foi destinado à Direção Executiva do Grupo, às Direções Executivas das Companhias em Portugal e a um grupo piloto de managers identificados como tendo elevado potencial. Foram impactados 79 colaboradores, num investimento de 354 mil euros. O objetivo deste programa é reforçar as lideranças atuais e robustecer as áreas de melhoria identificadas nos líderes do futuro, nomeadamente ao nível dos comportamentos e Valores do Grupo.

Mobilidade interna

Acreditamos que a mobilidade interna – pelo desafio inerente à realização de novas funções noutras áreas, Companhias ou países e pela aquisição de conhecimento transversal a diferentes negócios – é uma peça crítica no crescimento profissional e pessoal dos nossos colaboradores, desempenhando simultaneamente um papel importante na resposta interna às necessidades das Companhias.

42.819	7.075
Pessoas que mudaram de função, local de trabalho ou Companhia (30,6% do total de colaboradores)	Pessoas que foram promovidas a funções de maior responsabilidade (5,1% do total de colaboradores)

Através do canal Hello JM, uma plataforma interna de recursos humanos, os nossos colaboradores têm acesso às vagas às quais se podem candidatar em qualquer momento. Oferecemos assim a possibilidade de cada pessoa poder decidir sobre o seu percurso dentro da organização.

Em paralelo, o processo de avaliação de desempenho inclui momentos específicos para o colaborador manifestar as suas preferências, ambições e identificar os novos desafios que gostava de abraçar. Em Portugal, os colaboradores do Pingo Doce podem submeter pedidos de transferência entre lojas através da aplicação Sou Pingo Doce. Em 2024 foram efetivadas 195 transferências com origem nesta aplicação.

Como reflexo da visão do Grupo sobre o potencial de desenvolvimento existente nas mobilidades internas, o Recheio lançou o programa PUSH, focado em desenhar um plano de mobilidades para colaboradores com menos de 35 anos identificados como tendo elevado potencial. O objetivo é que estas pessoas desempenhem funções noutras Companhias por determinados períodos, para desenvolver competências de liderança. Ainda em 2024, o Recheio e o Pingo Doce avançaram com projetos para identificar

colaboradores das operações com competências-chave ou habilitações literárias para uma futura mobilidade interna e/ou progressão.

De forma a dar resposta à identificação de necessidades de recrutamento e antecipação de futuras movimentações de colaboradores (tais como mobilidades, reformas, expatriações), estamos a testar uma ferramenta de planeamento da força de trabalho. Com foco principal nas equipas de estrutura central, a ambição é mapear anualmente as necessidades para o triénio seguinte, assim como as competências necessárias para as funções a recrutar interna ou externamente. Em 2024, a ferramenta foi testada nos três países mais relevantes, tendo o exercício coberto 4.552 colaboradores.

Talento jovem

Para alimentar o nosso pipeline de liderança, temos vários programas de desenvolvimento de talento jovem, que são melhorados regularmente como forma de os manter atrativos e adequados às expectativas dos participantes e às necessidades do negócio. Todos estes programas são remunerados de acordo com as nossas políticas de compensação.

Um dos programas com investimento mais significativo nesta área é o [Trainee Programme](#), revisto em 2024 para assegurar alinhamento a nível global. O programa tem duração de dois anos, desafiando os participantes a robustecerem as suas competências para poderem vir a tornar-se futuros líderes do Grupo Jerónimo Martins. Durante o primeiro ano, projetado para promover o autoconhecimento dos participantes e avaliar o ajuste cultural entre estes e o Grupo, os trainees desenvolvem dois projetos com o acompanhamento de tutores em áreas funcionais distintas, de acordo com as suas preferências individuais e as necessidades das Companhias. O segundo ano confere aos participantes uma experiência imersiva no negócio do retalho e acesso a um mentor. O programa proporciona a todos os participantes vários momentos de encontro com a gestão de topo do Grupo, permitindo-lhes partilharem as suas expectativas de carreira e influenciarem, desde logo, o seu caminho na organização. Em 2024, o Trainee Programme teve 85 participantes, 37 dos quais iniciaram o programa ao longo do ano.

O [Summer Internship Programme](#) é um programa de dois meses, nas férias de verão, em que estudantes universitários passam por uma das nossas Companhias. Os jovens são acompanhados por um tutor e durante o programa são desafiados a desenvolver projetos nas áreas funcionais que integram. Em 2024, contámos com 73 estudantes do ensino superior em Portugal e na Polónia. Na Colômbia, contámos com 31 estagiários ao longo do ano.

O [programa de estágios profissionais](#) é destinado a universitários ou recém-graduados que pretendam iniciar uma experiência profissional intensiva em Portugal e tem uma duração de seis meses a um ano. Durante o estágio, os participantes têm a oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos académicos, integrando uma das equipas de negócio. Cada estagiário desenvolve um projeto específico e recebe acompanhamento de um tutor, o que garante um ambiente de aprendizagem e um suporte ao seu desenvolvimento profissional. Em 2024 tivemos 20 estagiários ao abrigo deste programa.

O [Ambassador Programme](#) permitiu que 19 participantes representassem o Grupo Jerónimo Martins nas suas universidades em Portugal, dando-lhes também a oportunidade de conhecer os nossos negócios e ter um primeiro contacto com o setor do retalho.

Cada uma das Companhias tem também programas de talento jovem adaptados ao seu contexto de negócio. É o caso do Recheio, que recebeu 24 participantes no Campus Recheio 2024, uma iniciativa para reforçar a marca empregadora que incluiu estágios curriculares, profissionais e sazonais, programas de embaixadores, trabalho académico e visitas ao negócio. O programa Futuro JMA, na área agroalimentar, incluiu estágios operacionais curriculares, profissionais e de verão, customizados às especificidades deste negócio, em que participaram 19 pessoas.

Fortalecimento do caminho individual

Acreditamos que o caminho de cada colaborador é fortalecido pela oportunidade de participar em iniciativas com impacto significativo para o Grupo e para as comunidades.

Participação ativa

[ESRS S1-2]

Incentivamos o envolvimento ativo dos colaboradores em momentos de partilha, assegurando que todos se sentem num ambiente seguro para se expressar dentro da Organização. Ao longo do ano, com o objetivo de consultar os colaboradores e medir de forma regular e ágil a sua satisfação com aspetos chave que os impactam ou podem impactar, foram lançados diversos questionários que incluíram temáticas como segurança e saúde no trabalho, serviço de atendimento ao colaborador, e foi ainda disponibilizado um questionário de satisfação sobre as funcionalidades disponíveis no Hello JM (a nossa ferramenta tecnológica global de gestão de recursos humanos). Além disso, a política de engagement do Grupo prevê que, de dois em dois anos, seja conduzido um questionário global de satisfação para recolher a visão dos colaboradores acerca de dimensões críticas da gestão de recursos humanos e, posteriormente, desenhar planos de ação aos níveis das equipas, das Companhias e do Grupo, para dar resposta às preocupações identificadas. Uma vez que a auscultação dos colaboradores constitui uma prioridade estratégia do Grupo, a função Chief People Officer global tem responsabilidade máxima sobre este processo junto dos vários países, garantindo que todos os resultados têm planos de ação implementados.

Com o objetivo de aproximar colaboradores e direções executivas, e melhorar os fluxos de comunicação nas Companhias, são realizadas reuniões regulares no formato de transmissão ao vivo. Na Biedronka decorreram três edições com tradução simultânea para diversas línguas e, na Ara, o formato “Juntos para Vencer em Vivo”, lançado em 2024, contou com três sessões focadas na partilha de objetivos estratégicos e resultados da Companhia. No total, foram registadas mais de 15.000 visualizações destas sessões.

A Biedronka e a Hebe lançaram novas edições dos seus concursos internos de geração de ideias, nos quais cada colaborador tem a oportunidade de contribuir para o futuro da Organização, submetendo ideias e sugestões para a melhoria contínua dos processos e do ambiente de trabalho. No caso da Hebe, o concurso de 2024 focou-se essencialmente na geração de ideias de bem-estar. Entre as duas Companhias, em 2024 participaram 1.637 colaboradores nesta iniciativa, tendo sido partilhadas mais de 2.850 ideias.

Os colaboradores da Biedronka e da Hebe podem também referenciar candidatos para integrarem os processos de recrutamento. A nível global, foi concluído um piloto de referenciação para profissionais de Tecnologias de Informação. Em 2024, no âmbito destes programas, foram contratadas 1.058 pessoas como resultado de recomendações internas.

Adicionalmente, para auscultar os colaboradores e os seus representantes sobre os impactos reais e potenciais na força de trabalho, temos diversos mecanismos de diálogo social em vigor, que podem ser consultados no subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Ética e conformidade”, subponto “Liberdade de associação e contratação coletiva”, neste capítulo.

Trabalhar com propósito e significado

Para que os colaboradores reforcem o sentido de propósito do seu trabalho, ao mesmo tempo que geramos um impacto positivo nas comunidades em que nos inserimos, promovemos o sentido de responsabilidade individual e criamos condições para iniciativas de voluntariado e participação ativa na sociedade.

A Hebe oferece um dia de trabalho por ano para cada colaborador dedicar a voluntariado numa instituição selecionada por si. Em 2024, 17 colaboradores usufruíram desta medida. Os colaboradores da Companhia contribuíram ainda com recolha de roupa para oferecer a jovens carenciados e com a resposta a pedidos de Natal feitos por crianças que são doentes oncológicos.

A Biedronka deu aos colaboradores a possibilidade de dedicarem duas horas de trabalho à preparação de cabazes de Natal para famílias necessitadas, tendo participado 867 colaboradores. A Companhia organizou ainda mais uma edição de recolha de sangue nos seus escritórios.

Compensação e benefícios

[ESRS S1-10]



A estratégia retributiva das diferentes Companhias segue três princípios que acreditamos serem fundamentais para dar resposta à nossa responsabilidade enquanto empregador de referência nos países em que operamos:

- Criar um impacto positivo nas nossas pessoas, permitindo um padrão de vida equilibrado e digno para os colaboradores e suas famílias.
- Garantir que os pacotes retributivos são competitivos e ajustados a diferentes conteúdos e níveis funcionais, assegurando que as nossas políticas e processos seguem princípios de justiça e equidade.
- Reconhecer o esforço e compromisso das nossas equipas, a conquista de resultados e a superação de metas, destacando e reforçando desempenhos e comportamentos exemplares.

Rendimento mínimo mensal

Asseguramos um salário-base adequado a um padrão de vida digno e ajustado ao contexto socioeconómico em cada país em que operamos. Procuramos seguir critérios de justiça, equidade interna e meritocracia na definição e revisão da retribuição fixa de cada um dos nossos colaboradores, considerando, entre outros fatores, o tipo de função e responsabilidades que assegura e os diferentes níveis de senioridade. Estabelecemos salários de entrada competitivos face aos salários mínimos nacionais e asseguramos aumentos salariais com base na experiência e nos níveis de desempenho.

A tendência de subida do salário mínimo nacional é comum aos três países onde temos as nossas principais operações. Na Polónia vigora um modelo de atualização bianual do salário mínimo nacional (em janeiro e em julho). Em 2024, o salário mínimo polaco aumentou mais de 19% face a 2023, reforçando a tendência de crescimento significativo dos últimos cinco anos (+65% desde 2020). Para se manter competitiva, a Biedronka aumentou o salário mínimo de entrada em 19%. Em Portugal, todas as Companhias asseguraram um aumento de até 8% dos seus salários mínimos de entrada, acompanhando a evolução do salário mínimo nacional.

Os esforços das Companhias permitiram que o rendimento mínimo mensal dos nossos colaboradores se fixasse acima do mínimo nacional de cada país em que operamos. Continuámos, assim, a garantir que todos os colaboradores do Grupo Jerónimo Martins receberam salários adequados, em conformidade com os parâmetros de referência aplicáveis⁶⁴.

Portugal	Polónia	Colômbia
Rendimento mínimo mensal entre 17% e 60% acima do salário mínimo nacional.	Rendimento mínimo mensal entre 9% e 17% acima do salário mínimo nacional.	Rendimento mínimo mensal 12% acima do salário mínimo nacional.

Procuramos garantir uma compensação justa tendo em conta a exigência, o nível funcional e de responsabilidade, a senioridade e o desempenho de cada colaborador. O salário da maioria dos nossos colaboradores é revisto logo após o primeiro ano de trabalho, como forma de recompensar o seu compromisso e promover a diferenciação com base na experiência e autonomia. Contamos ainda com processos de revisão salarial por mérito em todas as Companhias.

Em 2024, comparando os salários médios das diferentes Companhias do Grupo com os respetivos salários mínimos nacionais, verificou-se uma diferenciação mínima de 23%, que pode chegar a representar o dobro dessa referência, como ocorre na Ara (Colômbia).

⁶⁴ Comparando o rendimento mínimo mensal mais baixo da categoria de remuneração mais baixa, equivalente a horários de full-time, excluindo estagiários e aprendizes, com o salário mínimo nacional aplicável por legislação em cada país e/ou por negociação coletiva, quando aplicável. O rendimento mínimo mensal calcula-se com base no salário mais baixo, acrescido de quaisquer pagamentos adicionais fixos que sejam garantidos a todos os trabalhadores assalariados. Em Portugal, inclui o salário-base de entrada e subsídio de refeição; na Polónia inclui o salário-base de entrada e subsídio de presença; na Colômbia inclui o salário-base de entrada, subsídio de refeição e subsídio de transporte. Consideramos que a Eslováquia e a Chéquia, correspondendo a 0,2% da nossa força de trabalho total, não têm ainda representatividade para o cálculo deste indicador.

Reconhecimento

Em todas as Companhias definimos mecanismos de reconhecimento do esforço e compromisso das nossas equipas, por forma a destacar desempenhos e comportamentos exemplares. Investimos 354 milhões de euros em medidas de reconhecimento (prémios e outras) dos colaboradores em 2024, mais 13% do que em 2023. Destacamos as seguintes medidas, aplicáveis a todos os colaboradores independentemente da sua carga horária:

- 143,2 milhões de euros em prémios resultantes essencialmente do desempenho das Companhias e do Grupo, e no prémio extraordinário pago a diversos colaboradores (cerca de 91 mil colaboradores abrangidos);
- 175,9 milhões de euros em prémios e bónus relacionados com desempenho de vendas, presença e outros;
- 7,9 milhões de euros em prémios de antiguidade, como forma de reconhecimento pela lealdade e compromisso dos colaboradores.

A aposta local no reconhecimento dos colaboradores foi reforçada em 2024, destacando-se as seguintes medidas:

- o Pingo Doce reforçou a sua proposta de incentivos para as equipas operacionais;
- o Recheio ofereceu mensalmente pelo menos um prémio de reconhecimento de desempenho, incluindo prémio mensal de loja, incentivos de vendas, prémio de produtividade e prémio de abertura de lojas Amanhecer;
- a Ara introduziu, em todas as lojas e centros de distribuição, incentivos baseados no desempenho das equipas, aumentando substancialmente o rendimento total dos colaboradores colombianos;
- As Companhias na Polónia mantiveram a sua estratégia de reconhecimento como forma de alavancar os resultados de negócio e, por conseguinte, o rendimento disponibilizado aos colaboradores.

Tendo em conta o trabalho árduo de todas as equipas operacionais, que lutaram por aumentar os volumes de vendas numa base comparável (*like-for-like*), limitando o impacto da deflação nas vendas e na rentabilidade durante o ano, o Conselho de Administração decidiu atribuir uma recompensa excecional, na época de Natal, para os colaboradores do nível funcional operacional da Polónia e de Portugal, no valor total de 26,7 milhões de euros distribuídos em 18,1 milhões na Polónia e 8,6 milhões de euros em Portugal, entregue a mais de 100 mil colaboradores.

Benefícios

[GRI 401-2]

Os benefícios extrassalariais são uma componente chave para uma proposta de valor mais robusta, que vá ao encontro das necessidades dos colaboradores. Em função do seu nível de responsabilidade, os colaboradores têm acesso a um pacote de benefícios que pode incluir seguro de vida, seguro de saúde, seguro de acidentes pessoais em viagem e plano de pensões. Estes benefícios são complementados por um pacote de instrumentos de trabalho que visam facilitar o exercício das funções, para além de uma vasta oferta de apoios no âmbito familiar e do bem-estar do colaborador.

Mantemo-nos atentos às necessidades, expectativas e preferências dos nossos colaboradores, nos diversos países, pelo que oferecemos planos flexíveis de benefícios. É o caso da Bolsa Flex, mecanismo através do qual 5.265 colaboradores do Pingo Doce, Recheio, JMA e da Holding puderam decidir, de entre as diversas opções existentes, como utilizar o valor disponível. Com um propósito similar, os colaboradores da Hebe podem alocar uma verba proveniente do Fundo Social (mecanismo legalmente exigido na Polónia) a 2.647 opções disponíveis, dando total flexibilidade aos colaboradores sobre como utilizar o seu dinheiro.

Segurança e saúde no trabalho

[ESRS S1-1; S1-14]

[GRI 403-1]



A implementação de um sistema de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) é fundamental para consagrar o nosso compromisso de assegurar a proteção dos colaboradores, especialmente nas

operações de loja e logística, locais onde existe maior risco de acidentes de trabalho e de desenvolvimento de doenças profissionais. Em 2024, 100% dos colaboradores do Grupo estavam cobertos por um sistema de gestão de SST.

Contamos, assim, com políticas, processos e procedimentos formais que orientam a atuação das nossas equipas na avaliação e gestão de riscos, na gestão de acidentes e doenças profissionais, auditorias e simulacros, bem como as ações de formação e sensibilização para a adoção de comportamentos seguros.

Principais indicadores de sinistralidade

[GRI 403-9; 403-10]

Acidentes de trabalho	
Colaboradores	
Número de fatalidades	1
Número de acidentes de consequência grave	49
Número de acidentes de comunicação obrigatória	4.300
Horas trabalhadas	219.831.048
Índice de acidentes de consequência grave*	0,22
Índice de acidentes de comunicação obrigatória**	19,56
Número de dias perdidos devido a lesões	2.609
Trabalhadores não colaboradores	
Número de fatalidades	2
Número de acidentes de consequência grave	0
Número de acidentes de comunicação obrigatória	219

* Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos) = (Número de acidentes de trabalho com consequência grave exceto óbitos/Total de Horas Trabalhadas) x 10⁶. São considerados acidentes com consequência grave os que resultem num período de ausência do colaborador superior a 180 dias.

** Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória = (Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória/Total de Horas Trabalhadas) x 10⁶. Na sequência da adoção dos standards de reporting (ESRS) introduzidos pela CSRD, e de forma a dar resposta ao data requirement S1-14, os acidentes considerados para o cálculo deste indicador passaram a ser os que resultem em morte, dias de ausência do trabalho, trabalho limitado ou transferência para outro posto de trabalho, tratamento médico para além dos primeiros socorros ou perda de consciência.

Em 2024 registaram-se 4.300 acidentes de comunicação obrigatória, menos 12,7% do que no período homólogo, dos quais 49 foram de consequência grave, o que resulta num índice de acidentes de comunicação obrigatória de 19,56 (16,0% abaixo do índice verificado em 2023, de 23,29) e num índice de acidentes de consequência grave de 0,22 (38,7% acima do ano anterior, que se estabelecia em 0,16). No caso dos trabalhadores não colaboradores, registaram-se 219 acidentes de comunicação obrigatória. Adicionalmente, registou-se uma fatalidade de um colaborador do Pingo Doce e duas fatalidades de trabalhadores não colaboradores.

Doenças profissionais	
Colaboradores	
Número de fatalidades	0
Número de casos de doenças profissionais	117
Trabalhadores não colaboradores*	
Número de fatalidades	0
Número de casos de doenças profissionais	7

* Na Polónia e na Colômbia o número de doenças profissionais de trabalhadores não colaboradores não é para já monitorizado. Continuamos a melhorar os nossos sistemas de informação para garantir que reportamos a totalidade da informação solicitada pelo indicador.

Em 2024 foram registados 117 casos de doenças profissionais, o que corresponde a um aumento de 11,4% face ao período homólogo.

Identificação e análise de riscos

[ESRS 2 SBM-3]

[GRI 403-2]

Com o objetivo de eliminar ou minimizar os riscos existentes nos locais de trabalho, a identificação e análise de riscos é assegurada pelas equipas locais de segurança e saúde no trabalho. A análise é feita utilizando um método que permite quantificar a magnitude dos riscos existentes e, dessa forma, priorizá-los com base numa matriz de risco. Esta matriz contempla todas as áreas e processos avaliados, recolhendo informação sobre a situação, a causa, o efeito, os níveis de exposição, a severidade e o risco, e também sobre qual a resolução/recomendação mais indicada. Uma nova metodologia de identificação e análise de riscos está a ser implementada por forma a garantir alinhamento com a norma ISO 45001:2024.

Os riscos identificados podem ser categorizados em sete tipos:

- ambiental (físico, químico e biológico);
- mecânico;
- elétrico;
- de fogo e/ou explosão;
- ergonómico;
- psicossocial;
- organizacional.

Considerando que a distribuição alimentar representa mais de 98% das nossas vendas, existem atividades que poderão constituir riscos para os colaboradores que, nos armazéns, cozinhas industriais e lojas, lidam com a carga/descarga e armazenamento de produtos e a sua transformação (ex.: corte de peixe e carne, fabrico de pão e preparação de refeições). Os colaboradores da Jerónimo Martins Agro-Alimentar trabalham nos setores primário e secundário e estão também expostos a fatores de risco específicos, como é o caso de ambientes térmicos desfavoráveis, com possíveis lesões vasculares, esforço físico, com possíveis lesões musculoesqueléticas, e contacto com máquinas, com possíveis traumatismos, feridas e eletrocussões.

O processo de análise dos riscos e os respetivos resultados são fundamentais para a identificação e seleção de equipamentos e instrumentos de trabalho, preparação de procedimentos e instruções de trabalho, planeamento dos conteúdos formativos e medidas de proteção individual, assim como para a definição de iniciativas que promovam a contínua melhoria do sistema de gestão de SST.

Medidas de controlo de riscos

[ESRS 2 SBM-3]

[GRI 403-3; 403-4; 403-5]

Equipamentos de trabalho e de proteção individual

Os riscos associados às diversas atividades desempenhadas exigem a seleção de equipamentos de trabalho e de proteção individual adequados. Sempre que é identificada a necessidade de adotar um novo equipamento de trabalho, os requisitos de segurança são definidos previamente e verificados após a sua instalação. São criadas e disponibilizadas instruções de trabalho que incluem ações de segurança, manuseamento, manutenção e limpeza. O fabricante/representante dos equipamentos dá ainda formação às equipas. A necessidade de adoção de equipamentos de proteção individual (EPI) também resulta da análise de riscos e a sua seleção é feita com base em testes de utilizadores e uma avaliação técnica.

As Companhias analisam de forma contínua a necessidade de substituir equipamentos e testam-nos regularmente, com o objetivo de prevenir acidentes e o desenvolvimento de doenças profissionais. A título de exemplo, em 2024, com o objetivo de melhorar a segurança, a produtividade e o bem-estar dos colaboradores, o Pingo Doce alterou o balcão de peixaria de 64 lojas, num investimento que superou os 920 mil euros. A JMA continuou a investir na renovação de equipamentos de segurança, destacando-se, em 2024, a aquisição de detetores de gás em espaços confinados, armários antifogo, computadores individuais de mergulho e dispositivos de flutuação, num investimento de 67 mil euros.

Medidas de autoproteção

As Companhias disponibilizam e colocam periodicamente em prática – com o objetivo de testar a sua eficácia – medidas de autoproteção que incluem registos de segurança, planos de emergência e planos e procedimentos de prevenção.

Em Portugal, os programas Segurança Assim Sabe Tão Bem (substitui o anterior programa Segurança Máxima), do Pingo Doce, e Segurança em Ação, do Recheio, envolvem as equipas de loja na adoção contínua de comportamentos seguros no dia a dia das operações. Estes programas têm um caráter preventivo, com monitorização próxima e, quando observados comportamentos que potencialmente possam resultar em acidentes de trabalho, há uma intervenção imediata junto dos colaboradores.

O programa Mi CEDI Seguro (O Meu Centro de Distribuição Seguro) da Ara abrange ações preventivas como inspeções diárias em equipamentos e estantes, observações mensais de segurança, exercícios de aquecimento antes de cada turno e formação para novos colaboradores, com o apoio de brigadas de emergência (colaboradores certificados para conduzir simulacros, apoiar iniciativas de segurança e prestar socorro em situações de emergência). Também são realizadas avaliações das competências de SST, com planos de formação elaborados a partir dos resultados. Com base nas métricas de segurança avaliadas, e para motivar os colaboradores a adotarem comportamentos seguros, os centros de distribuição com melhor desempenho em matéria de SST são reconhecidos com medidas de lazer e bem-estar. A Ara conta com 380 líderes de SST capacitados para observar e promover comportamentos seguros.

Formação e sensibilização

Acreditamos que é igualmente essencial investir na consciencialização dos colaboradores para os riscos inerentes às funções que desempenham e a importância da adoção de boas práticas, por via de formação. O plano geral e os conteúdos formativos são revistos anualmente e a formação é dada em diferentes momentos da carreira do colaborador, como a admissão, mudanças de função, introdução de novos equipamentos ou modificação dos existentes. De acordo com cada função e os riscos a ela associados, os colaboradores acedem ainda a percursos formativos predefinidos.

O Programa Impacto, criado em 2023 para todas as Companhias em Portugal, tem duas componentes, que, no total, contaram com 676 participantes, num total de 4.732 horas de formação:

- Laboratórios de Segurança, que consistem em sessões de formação promovidas por técnicos de segurança das Companhias para que os delegados de segurança aprendam a motivar as equipas com que trabalham a adotar comportamentos seguros e a cultivar uma abordagem de cuidado;
- Lideranças com Impacto, uma iniciativa lançada em 2024 dedicada aos gestores de operações (lojas, logística e cozinhas centrais), dada a sua responsabilidade na transformação de comportamentos das equipas, demonstrando que uma liderança humanizada consegue mais facilmente influenciar os colaboradores para a adoção de comportamentos seguros, evitando acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Na Biedronka, destaca-se a Biedronkowa Akademia Zdrowia (Academia de Saúde da Biedronka), focada na prevenção de doenças profissionais, através de sessões de formação em saúde e segurança dadas por fisioterapeutas, que ensinam os colaboradores a prevenir problemas musculoesqueléticos, e através de consultas de fisioterapia e prática de exercícios de aquecimento diários. Em 2024, foram formados 3.322 colaboradores e realizadas 30.243 consultas.

	Colaboradores formados em SST			Volume de formação em SST*		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Grupo	74.267	63.221	76.875	430.181	388.831	444.494
Portugal	25.779	23.109	25.192	72.723	72.062	74.902
Polónia	35.871	30.807	40.133	311.650	274.655	335.216
Colômbia	12.486	9.305	11.550	44.176	42.114	34.376
Eslováquia	131	-	-	1.632	-	-

*Volume de formação – número de horas realizadas multiplicado pelo número de participantes em formação.

Saúde

Contamos com médicos de saúde ocupacional que asseguram visitas a diferentes locais de trabalho para avaliar impactos na saúde das nossas pessoas e prescrever ações corretivas, bem como avaliações de aptidão médica.

Realizamos exames médicos de admissão periódicos e ocasionais para acompanhar a saúde dos colaboradores durante a vida profissional e avaliar a sua aptidão física e mental. Em 2024, foram realizados 137.064 exames médicos ocupacionais.

Em Portugal, e para aumentar a frequência da realização de exames médicos, garantindo a aptidão dos colaboradores para trabalhar, tratar e prevenir doenças e lesões associadas a cada função, contamos com duas unidades móveis de saúde. Estas unidades são viaturas convertidas em consultórios médicos totalmente equipados que complementam os consultórios fixos existentes em alguns locais de trabalho. Estas unidades móveis deslocam-se pelo país e assistiram 4.366 colaboradores em 2024.

Melhoria contínua do sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho

[ESRS S1-14]

[GRI 403-1; 403-2; 403-4; 403-8]

Procuramos garantir a evolução e melhoria dos nossos sistemas de gestão de SST, assegurando auditorias e simulacros, investigação de acidentes/incidentes e a consulta e envolvimento dos nossos colaboradores no processo de decisão.

Auditorias – Avaliação e análise dos fatores que podem levar a acidentes/incidentes, monitorização dos mecanismos de resolução, comunicação às partes interessadas dos resultados e desenvolvimento e acompanhamento de planos de ação até à sua conclusão.

Simulacros – Testes controlados e periódicos dos procedimentos de autoproteção, de modo a identificar potenciais desvios e reduzir os riscos de erros na resposta a emergência, através da estruturação e acompanhamento de planos de ação corretiva.

	Auditorias			Simulacros		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Grupo	9.765	11.002	9.661	5.244	4.797	4.129
Portugal	599	601	570	270	262	277
Polónia	7.789	9.121	8.127	3.645	3.252	2.908
Colômbia	1.377	1.280	964	1.329	1.283	944

Investigação de acidentes – Análises e investigações efetuadas após comunicado um evento, para se apurarem factos, circunstâncias e possíveis causas, e desenharem, acompanharem e reportarem planos de ação corretiva, de modo a prevenir a sua reincidência.

Consulta e envolvimento dos colaboradores – Em Portugal, os colaboradores são convidados a dar a sua opinião em dois questionários por ano. Na Polónia, tanto na Biedronka como na Hebe, existe uma comissão de SST composta por representantes de colaboradores e representantes das respetivas equipas de Segurança e Saúde no Trabalho, que reúne periodicamente. A Biedronka conta ainda com 17 equipas regionais responsáveis pela implementação e manutenção do sistema de SST. Na Colômbia, o comité de SST assegura o conhecimento sobre situações que possam prejudicar a segurança e saúde dos colaboradores.

Certificação dos sistemas de gestão de SST – A certificação dos sistemas de SST promove o princípio de melhoria contínua nas práticas de segurança e saúde no trabalho, garantindo alinhamento com as melhores práticas internacionais. Na Biedronka, o sistema é certificado pela ISO 45001:2018, cobrindo a totalidade dos 3.778 locais de trabalho (lojas, centros de distribuição, fábrica de sopas e escritórios) e foram implementadas 1.447 novas instruções de trabalho para melhoria da proteção das equipas. Em Portugal, a fábrica de laticínios da Terra Alegre tem o seu sistema de gestão de SST certificado pela ISO 45001:2019, e as duas cozinhas centrais das Meal Solutions do Pingo Doce estão certificadas pela ISO

45001:2023. Nos vários casos, as certificações são válidas para colaboradores e trabalhadores não-colaboradores.

	Certificação dos sistemas de gestão de SST na Biedronka, Terra Alegre e Cozinhas Meal Solutions (Pingo Doce)	
	Total	%
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores abrangidos pelo sistema SST	102.051	100
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores abrangidos pelo sistema SST que foi auditado internamente	102.051	100
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores abrangidos pelo sistema SST que foi auditado por uma entidade externa	24.839	24,3

Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada

[ESRS S1-15]

[GRI 401-3]



Dada a exigência da operação das nossas Companhias, procuramos desenvolver e implementar soluções que proporcionem aos colaboradores maior flexibilidade e equilíbrio na conciliação entre as suas vidas profissional e pessoal, nomeadamente por via da estabilidade e previsibilidade de horários de trabalho. Assim, todos os colaboradores do Grupo têm direito a licenças para assistência à família e a fazer uso das mesmas.

As Companhias têm investido no desenvolvimento de ferramentas que permitam planear e gerir os horários de forma eficiente, equitativa e em alinhamento com as preferências dos colaboradores e com as necessidades do negócio. O Pingo Doce tem em vigor o regime de banco de horas, utilizado por 22.433 colaboradores em 2024, que permite o usufruto de tempo adicional de descanso nos momentos em que preferirem como contrapartida pelo trabalho extraordinário realizado. A Companhia conta com uma solução de planeamento de horários que considera todas as regras legais, mas também princípios internos de equidade na distribuição de turnos e de estabilidade na vida dos colaboradores. Este mecanismo chegou a 26.887 colaboradores em 2024, ano em que o Pingo Doce testou uma nova solução para que este planeamento seja alimentado com base em dados de negócio, como vendas e tráfego de clientes em loja, trazendo uma maior previsibilidade das necessidades a cada momento. Este piloto chegou a 542 colaboradores das lojas em teste.

A Biedronka implementou a solução Tikrow, que permite responder a necessidades de trabalho temporário nas lojas. Esta plataforma permite a qualquer candidato visualizar vagas de emprego de curta duração na Biedronka e inscrever-se para trabalhar em loja por um tempo determinado. A utilização desta ferramenta permitiu colmatar 43.273 necessidades imediatas ao longo do ano, minimizando o impacto negativo de absentismo imprevisto.

Em Portugal, para facilitar a gestão familiar dos colaboradores, as três creches⁶⁵ situadas na loja Recheio de Braga e nos centros de distribuição de Azambuja e Alfena receberam 225 filhos de colaboradores desses locais de trabalho e de lojas limítrofes. Nestas creches foram realizadas 1.877 consultas de pediatria, nutrição pediátrica e terapia da fala.

Nos nossos escritórios, e para funções que assim o permitam, continua a vigorar a Política de Trabalho Flexível, que inclui a flexibilidade no horário de entrada e saída e a possibilidade de trabalho remoto, abrangendo 6.617 colaboradores em todas as Companhias a nível global.

⁶⁵ De modo a exponenciar o seu alcance e impacto social, o programa transitou para a Fundação Jerónimo Martins de 2024.

Bem-estar físico, mental e social

O nosso compromisso com o bem-estar dos colaboradores e com o equilíbrio entre a sua vida pessoal e profissional reflete-se em várias iniciativas e programas que promovem o seu bem-estar físico, mental e social. Em 2024, o Grupo investiu mais de 7,8 milhões de euros⁶⁶ neste tipo de medidas.

Em Portugal, os colaboradores das estruturas centrais e dos centros de distribuição têm acesso a diferentes serviços de saúde e bem-estar. Na Clínica Jerónimo Martins é possível ter consultas de medicina geral, do sono, de smart-ageing, de psicologia, de nutrição, serviços de enfermagem, terapêuticas alternativas, fisioterapia, dermatologia, cardiologia e aconselhamento geral de saúde. Em 2024, a clínica foi utilizada por 1.477 colaboradores. O Wellness Centre (Centro de Bem-estar) inclui um ginásio e serviços como dermoestética, tendo sido utilizado por 1.569 colaboradores em 2024.

Os colaboradores da logística têm acesso aos centros de prevenção e reabilitação física, localizados nos centros de distribuição da Azambuja e de Alfena. Através destes centros, atuamos na prevenção, avaliação e tratamento de doenças físicas e lesões musculoesqueléticas, através de serviços de fisioterapia, ginásio e nutrição, disponibilizando ainda consultas de medicina geral, podologia – introduzida em 2024 – e serviços de enfermagem. No total, 1.165 colaboradores da logística utilizaram os dois centros no período em análise.

Todos os colaboradores e filhos têm acesso a um serviço gratuito de teleconsulta⁶⁵, disponível das 08h00 às 24h00, sete dias por semana. A linha conta com profissionais de enfermagem que, após triagem, encaminham o atendimento para a especialidade mais adequada. Ao longo do ano, 1.264 colaboradores recorreram a este serviço.

Os colaboradores têm também disponível o programa de nutrição clínica⁶⁷, com o objetivo de promover hábitos de alimentação saudáveis e garantir o acompanhamento nutricional de colaboradores com problemas de saúde, tais como excesso de peso, diabetes, hipertensão arterial e dislipidemia (concentração excessiva de lípidos no sangue). Ao abrigo deste programa, que consiste em consultas de nutrição, ações de literacia e modulação de ambientes (introdução de opções de alimentação saudável nos espaços de trabalho), foram realizadas 2.331 consultas em 2024 e apoiados 902 colaboradores.

O programa Razem zadbajmy o zdrowie (Vamos Cuidar da Saúde Juntos) da Biedronka oferece aos colaboradores a possibilidade de realizarem uma bateria de exames médicos com valor de mercado superior a 600 złoty (140 euros), que incluem análises de vitaminas, hormonais, à diabetes, e oncológicas (permitindo o exame de marcadores tumorais), entre muitas outras análises relevantes para a prevenção da saúde das nossas pessoas e específicas para mulheres e para homens. O programa inclui ainda a análise dos resultados dos exames acompanhada por um especialista e a realização de ecografias para os colaboradores dos escritórios e centros de distribuição. Além de ter incrementado o tipo de análises incluídas, em 2024 passou a incluir o acesso a descontos em pacotes de exames complementares para familiares. Em 2024 beneficiaram deste programa 37.518 colaboradores (mais 15,1% do que em 2023) e 17.203 familiares, num investimento que superou os 1,3 milhões de euros.

A Biedronka e a Hebe continuam a apostar na saúde física dos colaboradores, incentivando a prática de exercício físico. As duas Companhias disponibilizam a todos os colaboradores um cartão de desporto que dá acesso a mais de 5.000 instalações por todo o país. Em 2024, 13.066 colaboradores beneficiaram deste apoio, o que representou um investimento de 205 mil euros. A Biedronka financia ainda a participação, individual ou em grupo, de colaboradores que queiram participar em modalidades organizadas, e proporciona desafios de corrida e ciclismo nos quais os colaboradores podem participar individualmente ou em equipa e ganhar prémios.

A proteção da saúde mental dos nossos colaboradores e das suas famílias é uma prioridade no Grupo Jerónimo Martins e, nesse sentido, privilegiamos iniciativas de prevenção e promoção da saúde, enquanto oferecemos respostas de intervenção psicológica e psiquiátrica em casos diagnosticados.

No eixo da prevenção, temos apostado em promover a literacia dos nossos colaboradores, para os sensibilizar para a importância da saúde mental, contribuir para a diminuição do estigma associado e partilhar mecanismos adaptativos para lidar com o sofrimento associado a momentos de maior fragilidade. Ao longo de 2024, continuámos a acompanhar colaboradores que, pela natureza das suas

⁶⁶ De modo a exponenciar o seu alcance e impacto social, alguns dos programas de bem-estar transitaram para a Fundação Jerónimo Martins ao longo do ano. Os valores reportados referem-se apenas ao investimento assegurado pelo Grupo Jerónimo Martins até à respetiva transição.

⁶⁷ De modo a exponenciar o seu alcance e impacto social, o programa transitou ao longo de 2024 para a Fundação Jerónimo Martins.

funções, tenham contacto com um número alargado de outros colaboradores, preparando-os para lidar e apoiar os colegas em situações difíceis ou sensíveis. Neste âmbito está incluído o programa Cuidar do Cuidador, este ano dedicado aos gestores de recursos humanos operacionais do Pingo Doce, em que os “cuidadores” participam num modelo integrado de formação, supervisão e coaching individual.

No âmbito da intervenção, o Programa de Saúde Mental⁶⁷ em Portugal oferece consultas gratuitas de psicologia e psiquiatria para colaboradores e filhos menores de idade, garantindo o acesso precoce a cuidados de modo a minimizar o agravamento de doença, sobretudo num contexto de escassez de recursos de apoio à saúde mental na comunidade. Este apoio é assegurado por uma equipa de psicólogos internos e uma rede de parceiros externos e, em 2024, chegou a 1.142 beneficiários de intervenção psicológica e psiquiátrica (767 colaboradores e 375 crianças). No total, o Programa de Saúde Mental representou um investimento de 209 mil euros.

Na Polónia, a plataforma online Mindgram, inicialmente lançada pela Hebe em 2023, foi alargada à Biedronka e, nas duas Companhias, registaram-se 5.534 utilizadores ativos no ano em análise. Trata-se de uma plataforma gratuita para todos os colaboradores e extensível ao agregado familiar, na qual se podem encontrar três tipos de apoio:

- educacional, através de artigos, webinars e podcasts sobre temas de saúde mental, desenvolvimento de carreira e finanças pessoais;
- consultas, nas quais é dado apoio psicológico em sessões online ilimitadas;
- um chat, onde os colaboradores e familiares podem obter apoio por escrito de profissionais nas áreas de psicologia, jurídica e financeira, entre outras.

Também o programa Razem zadbajmy o zdrowie (Vamos Cuidar da Saúde Juntos) inclui acesso a consultas de psiquiatria. O programa Spokojna Głowa (Mente Pacífica) na Biedronka disponibiliza conteúdos digitais focados em temas como motivação, estilo de vida saudável, meditação, gestão de stress, entre outros. Ao longo do ano estes conteúdos, juntamente com os webinars sobre saúde mental disponibilizados no Mindgram, reuniram 4.711 visualizações. Adicionalmente, a Ara e a Biedronka disponibilizam linhas telefónicas de apoio à saúde mental.

Acreditamos no impacto positivo que iniciativas que fomentem a proximidade e o espírito de equipa podem ter no ambiente de trabalho e nos nossos colaboradores. Em 2024 demos continuidade às seguintes iniciativas:

- Quatro comunidades de interesse em Portugal (Loucos por Corrida, também existente na Colômbia, Loucos por Padel, Loucos por Criar e Loucos por Cozinha, com 5.261 participações.
- Uma nova edição do Momentos em Cheio, um mês dedicado ao bem-estar e ao sentimento de pertença dos colaboradores do Recheio, no qual participaram 1.148 colaboradores.
- Viagens a bordo do navio Santa Maria Manuela (propriedade do Grupo), em que participaram 163 colaboradores da Biedronka e do Pingo Doce.
- Organização de encontros entre equipas das operações da Biedronka, financiados pela Companhia, onde participaram 73.911 colaboradores.
- Wellbeing Weeks (Semanas de Bem-estar), eventos organizados pela Ara, Hebe, Meal Solutions e pelos centros logísticos em Portugal, nos quais cerca de 7.000 colaboradores participaram em várias atividades relacionadas com a promoção da saúde física e psicológica.

Apoio aos colaboradores e suas famílias

[ESRS S1-11]



Nos principais países onde operamos (Portugal, Polónia, Colômbia, Eslováquia e Chéquia) todos os colaboradores estão abrangidos por proteção social através de regimes públicos obrigatórios contra perdas de rendimento, e em que se incluem eventualidades como doença, desemprego, acidentes de trabalho, reforma (invalidez/velhice), e parentalidade.

Enquanto Grupo, temos o compromisso permanente de fazer a diferença nas vidas dos nossos colaboradores e das suas famílias, e apoiá-los em situações de vulnerabilidade e/ou de emergência social, bem como em áreas de apoio prioritárias como a saúde e educação, através de programas de responsabilidade social interna (RSI) que ambicionam complementar as respostas comunitárias existentes. Em 2024, o investimento neste tipo de iniciativas foi superior a 48,4 milhões de euros (33,5% acima do ano

anterior, maioritariamente devido ao reforço dos cartões pré-pagos que são atribuídos nas Companhias da Polónia).

	Investimento em RSI por eixo de atuação (em milhões de euros)		
	2024*	2023	2022
Grupo	48,4	36,3	35,4
Saúde	0,6	0,8	2,1
Educação	2,0	1,9	3,2
Apoio Familiar	**45,8	33,7	30,1

* De modo a exponenciar o seu alcance e impacto social, alguns dos programas de RSI transitaram para a Fundação Jerónimo Martins ao longo do ano. Os valores reportados referem-se apenas ao investimento assegurado pelo Grupo Jerónimo Martins até à respetiva transição.

** Estão incluídos 6.044.378€ concedidos em empréstimos aos colaboradores da Biedronka, pelo que esse valor é restituído à Companhia.

Saúde

Em Portugal, o Programa Mais Vida⁶⁸ (destinado a apoiar doentes oncológicos e as suas famílias) oferece consultas de segunda opinião e acompanhamento multidisciplinar, incluindo transporte, serviços de apoio ao domicílio e apoio psicológico. Na Polónia, a Biedronka apoia colaboradores em situação de doença grave, risco de vida e com algum tipo de deficiência, através do financiamento de tratamentos e reabilitação. No conjunto dos dois programas, em 2024, 237 colaboradores receberam este apoio, representando um investimento de 180 mil euros.

Em 2024 a Biedronka criou o Programa Z troskq o partnera (Cuidar do Parceiro), através do qual oferece apoio financeiro para cobrir despesas urgentes relacionadas com tratamentos médicos dos cônjuges dos colaboradores. A Hebe lançou o programa Wracaj do zdrowia z Hebe (Regresso à Saúde com a Hebe), que permite compartilhar tratamentos de colaboradores e familiares próximos que tenham sofrido acidentes com consequências para a saúde ou sido afetados por uma doença. Neste ano de lançamento, 131 pessoas beneficiaram dos dois programas (71 familiares e 60 colaboradores).

Com os programas Famílias Especiais⁶⁸, em Portugal, e Mali Bohaterowie (Pequenos Heróis), na Polónia, apoiamos as famílias com filhos que sofram de doenças raras ou tenham necessidades especiais. O investimento de 378 mil euros nestes programas permitiu o acesso de 494 filhos de colaboradores a tratamentos e equipamentos médicos, entre outras formas de suporte.

O programa SOS Dentista, em Portugal, oferece tratamentos dentários aos colaboradores que não conseguem fazer face a estas despesas, tendo em 2024 permitido a continuação de 321 tratamentos de saúde oral, num investimento de 91 mil euros.

Educação

Em Portugal, o programa Apoio ao Estudo Online⁶⁸ continua a promover a melhoria do desempenho escolar dos filhos de colaboradores entre o 1.º e o 9.º ano de escolaridade. Trata-se de um programa gratuito, de estudo acompanhado, em sessões de grupo ou individuais, dependendo do grau de necessidade. O programa inclui apoio nas disciplinas nucleares como português, matemática e inglês, e também em qualquer valência em que se registem dificuldades de aprendizagem. Em 2024, além de apoiar a preparação dos estudantes para os exames nacionais de 9.º ano, lançámos um piloto de apoio à preparação para os exames do 12.º ano de escolaridade, com o objetivo de apoiar os colaboradores e filhos de colaboradores a ingressar no ensino superior. No total, o programa chegou a 1.789 alunos ao longo do ano, num investimento de 196 mil euros.

O programa Aprender e Evoluir, uma parceria com os Centros Qualifica (rede de centros especializados em qualificação de adultos que procuram uma certificação escolar ou profissional) permite aos nossos colaboradores a conclusão da escolaridade obrigatória, em horário laboral. Em 2024, 323 pessoas participaram no programa. Em paralelo, continuámos a suportar financeiramente os custos de acesso ao ensino superior (licenciatura ou mestrado) dos nossos colaboradores e dos seus filhos, através do programa de bolsas de estudo, que inclui o financiamento das propinas e apoio à deslocação. Em 2024,

⁶⁸De modo a exponenciar o seu alcance e impacto social, o programa transitou para a Fundação Jerónimo Martins de 2024.

161 pessoas receberam bolsas (30 colaboradores e 131 filhos de colaboradores), num investimento de 177 mil euros.

O início do ano letivo representa um desafio na gestão do orçamento de muitas famílias. Neste sentido, em 2024 continuámos a apoiar os filhos dos nossos colaboradores, em Portugal e na Polónia, nomeadamente na aquisição de material escolar. Em Portugal, a iniciativa Regresso às Aulas manteve as três modalidades: a oferta de um voucher para a compra de material escolar no início do ano letivo, o apoio na encomenda de manuais e o apoio especial à compra de manuais escolares para famílias numerosas. Na Polónia foram entregues kits escolares aos filhos de colaboradores que iniciaram o 1.º ano de escolaridade. No âmbito das duas iniciativas foram entregues 23.416 vouchers e kits nos dois países, num apoio que ultrapassou os 405 mil euros.

Em 2024, investimos mais de 1,2 milhões de euros na organização de campos de férias para os filhos dos colaboradores, com atividades educativas e de lazer. Em Portugal, os campos de férias contaram com a participação de 2.151 crianças e adolescentes, e na Polónia os campos de férias organizados pela Biedronka receberam mil filhos de colaboradores entre os oito e os 13 anos. A Ara, à semelhança de anos anteriores, dinamizou momentos recreativos que juntaram 266 colaboradores e 465 filhos durante as férias letivas, com o objetivo de promover competências artísticas, de comunicação, sociais e cognitivas das crianças, cultivando ainda a relação entre pais e filhos através de atividades pedagógicas⁶⁹.

Apoio familiar

O Fundo de Emergência Social (FES)⁷⁰ em Portugal é uma iniciativa destinada a apoiar os colaboradores e famílias em momentos de maior vulnerabilidade, garantindo uma resposta em situações urgentes de carência alimentar, violência doméstica, necessidade de apoio jurídico, saúde e organização financeira, entre outras, complementando a resposta social dada pelos mecanismos específicos de apoio do Estado. Contamos com uma equipa interna de assistentes sociais que realizam um diagnóstico individual a cada caso de emergência e, nesse seguimento, desenham planos de resposta customizados às necessidades de cada colaborador e da sua família, visando a sua capacitação e autonomia. Em 2024 o FES permitiu apoiar 1.457 colaboradores.

A Biedronka tem em vigor um programa que permite alocar fundos à resposta a pedidos de carácter social de colaboradores em situações de vida difíceis, avaliados por um comité responsável pela gestão do Fundo Social, obrigatório pela legislação polaca. Através deste programa foram atribuídos 4.044 subsídios sociais em 2024. A Companhia concedeu ainda 6.633 empréstimos com condições especiais a colaboradores com necessidades relacionadas com a habitação (os dois mecanismos do Fundo Social, em conjunto, vêm substituir o *Możesz Liczyć - Podes Contar com a Biedronka*).

Em 2024, os dois programas representaram um investimento de 7,9 milhões de euros⁷¹ no apoio a colaboradores em situações de vulnerabilidade e emergência social.

Adicionalmente, para apoiar os seus colaboradores em vários momentos ao longo do ano (Páscoa, férias, regresso às aulas e Natal), a Biedronka distribuiu 25,7 milhões de euros em cartões eletrónicos que os colaboradores podem utilizar nas lojas (mais 50,1% que no período homólogo).

Na Colômbia, a Ara conta com três programas de apoio social, o Fiado, o Payflow e o Fondo de Empleados: A Tulado (Fundo de Colaboradores: A Teu lado). O Fiado permite a aquisição a crédito de produtos nas lojas Ara, sendo o valor descontado do salário do colaborador no final do mês. O Payflow permite aos colaboradores receberem adiantamentos de parte do salário, em função dos dias do mês já trabalhados, para fazerem face às suas despesas de forma faseada. Em 2024, 546 colaboradores utilizaram este mecanismo. O Fondo de Empleados: A Tulado é um mecanismo existente nas grandes empresas na Colômbia, que permite aos colaboradores ter acesso a créditos com taxas de juro inferiores às praticadas pela banca e nos mercados informais. Em 2024, o Fundo financiou créditos concedidos a 3.880 colaboradores, apoiando maioritariamente a aquisição de motociclos, necessidades de educação e

⁶⁹ O investimento nesta iniciativa é suportado pela Caja de Compensacion Familiar.

⁷⁰ De modo a exponenciar o seu alcance e impacto social, o programa transitou para a Fundação Jerónimo Martins de 2024. Inclui 66.907€ reportados no âmbito do programa Mais Vida.

⁷¹ Inclui 6.044.378€ concedidos em empréstimos aos colaboradores que são restituídos à Biedronka.

consolidação financeira. O acesso a este apoio implica que os colaboradores sejam associados do Fundo e que realizem uma formação que lhes confere os conhecimentos necessários para recorrer a crédito de forma sustentável. A Ara continuou ainda a assegurar apoios pontuais a colaboradores em situações de emergência, sempre que necessário.

Existem datas especiais nas quais queremos estar presentes, como é o caso do nascimento de um filho. Para isso, investimos na oferta de kits para recém-nascidos na Polónia e em Portugal, como forma de apoiar 4.019 colaboradores nesse momento especial. Este investimento superou os 407 mil euros. Na Polónia, o kit inclui artigos críticos para os primeiros dias de vida e, em Portugal, consiste num cartão-presente digital no valor de 175 euros válido nas lojas Pingo Doce. Em Portugal oferecemos ainda um curso de preparação para a parentalidade aos colaboradores e/ou aos seus cônjuges durante a gravidez, nos quais participaram 81 pessoas, num total de 32 sessões.

No Dia da Criança, tanto na Polónia como em Portugal, oferecemos um presente a todos os filhos de colaboradores com menos de 12 anos, tendo em 2024 chegado a 59.975 crianças, num investimento de 436 mil euros.

No Natal, a Biedronka voltou a oferecer presentes a todos os colaboradores e filhos até aos 18 anos, customizados para cada idade, com produtos alimentares e não-alimentares. Foram distribuídos 165.330 presentes, representando um investimento de 8,8 milhões de euros (25,4% acima do ano anterior). Em Portugal foram entregues vales a 13.718 filhos de colaboradores para utilizar nas lojas Pingo Doce, e espumante e bolo-rei a todos os colaboradores, num investimento total que superou os 498 mil euros.

Para promover a autonomia na gestão financeira e familiar dos nossos colaboradores, continuamos a incentivar a literacia financeira através do Contas Certas, um programa com conteúdos digitais, formação presencial nos locais de trabalho e recurso a consultoria financeira. Em 2024, lançámos um piloto, frequentado por 699 pessoas, para ajudar os colaboradores no preenchimento e entrega da declaração anual de IRS.

Ética e conformidade



Auditorias laborais

[ESRS S1-1]

[GRI 408-1; 409-1; 411-1]

Como forma de prevenir e mitigar riscos de violação de direitos laborais, asseguramos a realização frequente de auditorias operacionais de recursos humanos aos horários de trabalho, aos períodos de descanso e férias, aos exames médicos, às condições dos locais de trabalho, entre outros critérios cuja conformidade e controlo visam a promoção da dignidade dos postos de trabalho e o bem-estar dos colaboradores. No caso de serem identificadas não-conformidades, é definido um plano de recuperação, acompanhado de forma próxima pela equipa de recursos humanos, e é antecipada a auditoria seguinte, para confirmar a implementação do plano. Em 2024 foram realizadas 544 auditorias no Pingo Doce, Recheio, Jerónimo Martins Agro-alimentar (JMA), JMRS e Hussel. Considerando a flexibilidade necessária no setor agropecuário, recorremos cada vez mais a trabalho temporário e, neste sentido, além das auditorias, a JMA tem em vigor um processo de verificação de critérios de proteção de direitos humanos e laborais que aplica aos seus parceiros (nomeadamente, existência de seguro de acidentes de trabalho, prova das comunicações à Segurança Social, contratos de trabalho, fichas de aptidão médica, recibos de vencimento, mapas de férias e horários de trabalho).

As equipas da Ara monitorizam ainda um mapa de criticidade que permite controlar indicadores prioritários de direitos laborais (as dimensões de indicadores monitorizadas incluem tempos de trabalho, tempos de descanso, custos laborais, FTEs (*full-time equivalent* ou equivalente a tempo inteiro), rotação, absentismo e processos disciplinares e a avaliação destas dimensões resulta num nível de criticidade de 1 a 5, aplicável ao nível de loja, zona, responsável, entre outros). Como resultado desta análise, são acionadas auditorias às lojas com risco identificado, tendo sido executadas 916 auditorias em 2024.

Erradicação de trabalho forçado e trabalho infantil

No âmbito do combate ao trabalho forçado e enquanto membro do The Consumer Goods Forum, continuamos a fazer parte da Human Rights Coalition (HRC), que se assume como um espaço de diálogo que junta empresas e especialistas na promoção da diligência devida na temática de direitos humanos. Para tal, em 2024 participámos num processo de assessment voluntário para compreender o nível de maturidade do nosso processo de diligência devida de direitos humanos que aferiu compromissos e políticas, a estrutura de governo, avaliação de riscos, planeamento de ações, envolvimento com os stakeholders, mecanismos e canais de denúncia em diferentes dimensões, tais como trabalho forçado e segurança e saúde no trabalho. A HRC desenvolveu, ainda, com a AIM-Progress e a Proforest, duas entidades reconhecidas internacionalmente nas áreas sociais e ambientais, uma ferramenta de acesso público tendo em vista a convergência entre os deveres de vigilância social e ambiental.

A nível global, asseguramos a prevenção e a erradicação de trabalho infantil através da definição de políticas e a implementação de procedimentos de recrutamento e seleção que proíbem a contratação de pessoas abaixo da idade legalmente permitida. Em 2024, o Global Child Forum, que avalia as políticas desenvolvidas e implementadas pelas organizações para limitar o impacto nos direitos infantis, posicionou-nos como Líder, em primeiro lugar entre as empresas portuguesas e em terceiro lugar a nível mundial entre as empresas do setor de retalho alimentar, com uma pontuação de 8,5 pontos em 10 pontos possíveis (4,2 pontos acima da média das 1.802 empresas analisadas).

Liberdade de associação e contratação coletiva

[ESRS S1-8]

[GRI 2-30; 407-1]

Um dos aspetos considerados para assegurar a defesa dos direitos dos colaboradores é a liberdade de associação e contratação coletiva, sendo que, nos termos da legislação aplicável, todos os colaboradores são livres de estabelecer e aderir a organizações sem necessidade de autorização prévia e podem fazer-se representar pelas mesmas na negociação de acordos com o empregador. A contratação coletiva, por agora aplicável apenas a Portugal, abrange 98,2% dos colaboradores neste país⁷², onde contamos com 13 contratos coletivos ativos.

No âmbito do diálogo social, marcamos presença em diversos fóruns de negociação com estruturas representativas de trabalhadores. Em Portugal, participamos ativamente através de associações de empregadores setoriais, como a APED (Associação de Empresas de Distribuição de Portugal), e transversais a diversas indústrias, como a CIP (Confederação Empresarial de Portugal). Além do mais, contribuímos para o diálogo social setorial a nível europeu promovido pela Comissão Europeia, onde o Grupo está representado pela sua participação na associação EuroCommerce. Assim, o Grupo conta com 85,9% de colaboradores em Companhias que integram representantes de Colaboradores em Portugal e 95,4% na Polónia, garantindo o pontual cumprimento, nos termos da lei de cada país, de quaisquer normas relacionadas com direito de informação e/ou consulta em vigor.

Comunicação e formação

[ESRS S1-1; G1-1]

[GRI 205-2]

Como forma de garantir que os nossos colaboradores conhecem os seus direitos e responsabilidades no cumprimento dos padrões de ética que estabelecemos, garantimos campanhas de comunicação e ações de formação regulares. No que respeita à comunicação, asseguramos que, no momento de admissão, os colaboradores tomam conhecimento tanto do Código de Conduta como da Política Anticorrupção. Ao longo do ano assegurámos o lançamento de campanhas de reforço que chegaram a 42.477 colaboradores. Relativamente à formação, lançámos em 2024 uma formação online (e-learning) sobre o Código de Conduta nos três principais países onde operamos, sendo obrigatória para todos os colaboradores e em processos futuros de integração no Grupo. A formação sobre a Política Anticorrupção está igualmente disponível para todos os colaboradores.

⁷² Apenas em Portugal uma vez que na Polónia e na Colômbia não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às sociedades do Grupo, correspondendo, assim, a 24,9% do total de colaboradores do Grupo.

Adicionalmente, promovemos regularmente sessões presenciais e em formato de e-learning sobre legislação laboral, no âmbito das quais em 2024 formámos 11.507 colaboradores.

Grupo	Código de Conduta		Política Anticorrupção		Legislação laboral	
	Volume de formação*	Colaboradores formados	Volume de formação*	Colaboradores formados	Volume de formação*	Colaboradores formados
	29.628	27.455	24.937	21.953	19.233	11.507
Portugal	1.943	3.650	3.247	2.765	3.218	1.161
Polónia	3.236	6.019	2.134	2.932	7.486	1.833
Colômbia	24.449	17.786	19.556	16.256	8.529	8.513

* Volume de formação - número de horas realizadas multiplicado pelo número de participantes em formação.

Mecanismos de resolução

[ESRS S1-3]

Garantimos a existência de canais de denúncia independentes e que os mesmos estão acessíveis e são do conhecimento de todos os colaboradores. Através dos mecanismos existentes para reportar e remediar quaisquer situações irregulares, todas as denúncias recebidas são devidamente investigadas e são elaborados, acionados e monitorizados planos de ação, assegurando a confidencialidade e a proteção dos denunciantes.

O Serviço de Atendimento ao Colaborador é um canal de atendimento exclusivo para Colaboradores que serve para denunciar, esclarecer e resolver questões laborais. Em Portugal este canal é utilizado também para receção e encaminhamento de pedidos sociais. O canal garante a confidencialidade, a independência, a imparcialidade e a proteção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação, discriminação ou diminuição dos seus direitos.

Grupo	Contactos/procedimentos iniciados			Contactos/procedimentos concluídos (%)		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022
	112.653	90.809	87.325	99%	100%	98%
Portugal	43.707	22.972	37.926	100%	100%	100%
Polónia *	18.432	19.537	22.280	97%	100%	97%
Colômbia	50.514	48.300	28.776	99%	99%	97%

* Não inclui contactos relativos a processamento salarial/questões administrativas ou pedidos de apoio ao Fundo Social.

Em 2024, o serviço de atendimento ao colaborador na Polónia (BOP) foi amplamente divulgado através de campanhas de comunicação direcionadas a todos os colaboradores, de forma a reforçar o seu conhecimento sobre a existência e funcionamento do canal, bem como sobre o papel que este desempenha na defesa dos direitos humanos e laborais dos colaboradores. Estas campanhas alcançaram mais de 6.000 visualizações por colaboradores da Biedronka e Hebe.

A Comissão de Ética é um órgão independente que tem a missão de acompanhar a divulgação e o cumprimento das normas e princípios do Código de Conduta e da Política Anticorrupção. Disponibiliza um [website](#) próprio que permite aos colaboradores, assim como a qualquer parte interessada com a qual as Companhias trabalhem ou interajam, incluindo trabalhadores não colaboradores, denunciarem de forma confidencial qualquer incumprimento ou violação da lei, de política interna ou de princípio, designadamente relacionados com agressão, assédio, conflito de interesses, corrupção, discriminação, fraude, práticas negociais abusivas ou utilização indevida de informação, entre outros.

Para além dos quatro Núcleos de Ética em Portugal, foram lançados em 2024 dois Núcleos na Polónia e um na Eslováquia. Estes são canais de denúncia autónomos que, a par da Comissão de Ética, têm a responsabilidade de assegurar a receção e o seguimento das denúncias de quaisquer irregularidades respeitantes às Companhias, consistentes com a violação do direito da União Europeia, do direito nacional e do Código de Conduta. Tanto a Comissão de Ética como os Núcleos de Ética atuam de acordo com os

princípios de independência, isenção, integridade, confidencialidade e ausência de conflitos de interesse e suportam-se numa plataforma de gestão de denúncias, de acordo com a legislação aplicável.

Na Polónia, é formada uma Comissão para o Combate ao Mobbing, Discriminação e Assédio Sexual sempre que é reportada uma queixa sobre estes temas, sendo esta comissão responsável pelo respetivo seguimento e formulação de um plano de ação. Na Colômbia, o Comité de Convivência Laboral trata queixas relacionadas com as condições de trabalho ou outros problemas laborais identificados.

Todas as situações reportadas através de qualquer um destes canais são analisadas e investigadas, sendo criados planos de ação para a sua resolução sempre que necessário. Em 2024 recebemos 3.580 denúncias laborais, das quais 100% foram seguidas, 85,4% foram encerradas e 51,9% necessitaram de ações de remediação.

<u>Denúncias laborais</u>	Número total	% de denúncias recebidas
Denúncias recebidas*	3.580	-
Denúncias analisadas **	3.580	100,0%
Denúncias com necessidade de ações de remediação ***	1.826	51,9%
Denúncias encerradas (conclusão do seguimento sem necessidade de atuação ou conclusão do seguimento com implementação das ações necessárias) ****	3.059	85,4%

* Número de denúncias efetuadas por colaboradores através da Comissão de Ética, Núcleos de Ética e Serviço de Atendimento ao Colaborador.

** Número de denúncias analisadas pelos mecanismos de resolução do total de denúncias recebidas.

*** Número de denúncias cuja conclusão no âmbito do seguimento resultou na necessidade de implementação de ações de remediação do total de denúncias recebidas.

**** Número de denúncias que foram consideradas como encerradas a 31/12/2024 após o devido seguimento do total de denúncias recebidas.

[ESRS S1-1; S1-17]

[GRI 406-1]

Das denúncias laborais recebidas em 2024, foram reportadas e demos resposta através dos nossos mecanismos de resolução, a 136 denúncias por discriminação, incluindo assédio. Não foram identificados quaisquer incidentes em matéria de trabalho forçado, tráfico de seres humanos e trabalho infantil.

<u>Denúncias por discriminação*</u>	Número total	% de denúncias recebidas
Denúncias por discriminação recebidas	136	-
Denúncias por discriminação seguidas **	136	100,0%
Denúncias por discriminação com necessidade de ações de remediação ***	73	53,7%
Denúncias por discriminação encerradas (conclusão do seguimento sem necessidade de atuação ou conclusão do seguimento com implementação das ações necessárias) ****	126	92,6%

* No plano do potencial total das multas, sanções pecuniárias e indemnizações por danos em resultado dos casos acima referidos, a arquitetura necessária a este reporte está em desenvolvimento. O Grupo tomará as diligências devidas para reportar os potenciais referidos indicadores. Informação sobre os passivos contingentes associados a processos considerados materiais que se encontram a decorrer é descrita na nota 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" do capítulo 3 "Demonstrações Financeiras".

** Número de denúncias por discriminação e assédio analisadas pelos mecanismos de resolução do total de denúncias por discriminação e assédio recebidas.

*** Número de denúncias por discriminação e assédio cuja conclusão no âmbito do seguimento resultou na necessidade de implementação de ações de remediação do total de denúncias por discriminação e assédio recebidas.

**** Número de denúncias por discriminação e assédio que foram consideradas como encerradas a 31/12/2024 após o devido seguimento do total de denúncias por discriminação e assédio recebidas.

Mais informação sobre os nossos canais de comunicação com stakeholders internos e externos é disponibilizada na seção 2.3. "2.3. Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" do subcapítulo 2. "Divulgações gerais" neste capítulo.

Tecnologias inovadoras



A adoção de novas tecnologias e a transformação digital representa um caminho de desafios, mas sobretudo de oportunidades e, neste sentido, reconhecemos que o investimento em soluções inovadoras não só impulsiona a eficiência dos nossos processos de gestão de recursos humanos, como também fortalece as interações e a comunicação com os nossos colaboradores.

As Companhias têm-se focado na preparação das nossas pessoas para uma realidade cada vez mais digital, nomeadamente através de formação. Exemplo disso é o programa global DEEP (Digital Executive Education Programme), desenhado em parceria com a Nova SBE para preparar os nossos líderes para levarem a cabo a transformação digital dos nossos negócios, através do desenvolvimento de competências-chave. Desde o lançamento do programa, em 2017, 190 colaboradores já participaram no DEEP.

Em 2024 iniciámos o Blow your Mind, um piloto de formação em inteligência artificial. Este programa, que começou por ser frequentado por 60 colaboradores, tem como objetivo expandir a utilização de IA no Grupo, na medida em que poderá alavancar soluções criativas, inovadoras e eficientes para os desafios diários das Companhias.

Soluções de gestão de pessoas

O projeto Hello JM, focado na implementação a nível global de uma solução tecnológica de última geração, tem o objetivo de centralizar e simplificar os processos internos de recursos humanos. Em 2024 atingimos um marco relevante, com o lançamento da primeira fase (módulos Employee Central, e Recrutamento e Onboarding) em Portugal e na Eslováquia. Esta solução interna de recursos humanos pode ser acedida em qualquer lugar e a qualquer momento, permitindo maior autonomia e uma experiência de utilização mais rica a todos os que a ela acedam. No final de 2024 havia 62.747 utilizadores ativos (colaboradores que fizeram pelo menos um login em dezembro de 2024).

Canais de comunicação

Dispomos de canais de comunicação interna que conectam os nossos mais de 139 mil colaboradores a nível global (Our JM) e local (como, por exemplo, Por Nós, em Portugal, Dla Nas, na Polónia, e Hablando Naranja, na Colômbia). Em 2024, as quatro plataformas registaram 54,4 milhões de visitas. O Hello JM funciona também como canal de comunicação interna para os colaboradores de Portugal, Polónia, Colômbia e Eslováquia.

A plataforma Dla Nas inclui um chatbot e voicebot, com o objetivo de assegurar agilidade e eficiência na resposta a pedidos e esclarecimentos nos processos de recursos humanos, incluindo pedidos de carácter social. Em 2024 foram lançadas novas funcionalidades na intranet e nestas ferramentas de IA, tais como a possibilidade de os colaboradores fazerem reclamações e sugestões, ou acederem a uma página de descontos e protocolos. O chatbot e o voicebot permitiram responder a 326.057 pedidos sem interação humana.

A Rádio Pingo Doce e a rádio Hablando Naranja da Ara são uma fonte relevante de partilha de informação sobre o negócio nas lojas, tendo sido realizadas 39 transmissões em 2024.

Compromissos

[ESRS 2 MDR-T; ESRS S1-5]



Os compromissos do Grupo relacionados com este tópico podem ser consultados no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, deste capítulo.

4.2.2. Comunidades afetadas

[ESRS 2 SBM-3]



O diálogo e apoio às comunidades envolvidas às nossas operações (lojas, centros de distribuição e outras instalações em que operamos) são materiais para a nossa atuação enquanto organização responsável, uma vez que já concretizamos a diligência devida na nossa cadeia de abastecimento através dos princípios referidos na nossa Política de Compras Responsáveis e no Código de Conduta de Fornecedores e de outras práticas de promoção da sustentabilidade, como o combate à desflorestação, as auditorias sociais e ambientais a fornecedores ou a venda de produtos com certificação de sustentabilidade, cujas ações detalhamos ao longo deste capítulo.

Procuramos não só compreender as necessidades das comunidades envolvidas que apoiamos através de mecanismos de diálogo, mas também medir o impacto do nosso apoio direto e indireto nas instituições e seus beneficiários de forma a potenciar e ampliar benefícios positivos para a sociedade. Estabelecemos ainda metas e objetivos que têm em vista uma melhor e mais ampla medição de impacto social.

A estratégia de aproximação às comunidades locais, bem como o apoio aos grupos populacionais mais vulneráveis e expostos a riscos socioeconómicos, são feitos através de associações e misericórdias, entre outras instituições de solidariedade social. Em linha com o princípio da afirmação do primado do local sobre o global, apoiamos projetos e iniciativas com impacto positivo na qualidade de vida das comunidades, assim como de preservação e divulgação do património cultural identitário dos países onde operamos.

Como dialogamos com as nossas comunidades afetadas

[ESRS S3-2, ESRS 2 MDR-M]

[GRI 3-3, GRI 2-12, GRI 2-29, GRI 413-1]



O nosso envolvimento constante no apoio às comunidades envolvidas dá-nos uma visão real e de proximidade da evolução dos problemas sociais das comunidades e das necessidades dos beneficiários, maioritariamente pertencentes a grupos em risco de exclusão social e de marginalização. Este diálogo, em que essencialmente auscultamos as perspetivas de quem lida diariamente com a comunidade, molda a nossa estratégia de apoio de forma a potenciar ao máximo o impacto nas comunidades através dos nossos produtos e atividades.

O diálogo com representantes legítimos das comunidades nas quais operamos decorre de formas diferentes. No caso das instituições com protocolos estabelecidos com a Holding, são realizadas visitas anuais às suas instalações para avaliar *in loco* a qualidade das infraestruturas e do serviço prestado às pessoas apoiadas. Este diálogo é agendado anualmente e também sempre que se considere necessário, por email ou telefone.

Em Portugal, o Pingo Doce desenvolveu um questionário dirigido às instituições apoiadas para compreender que necessidades apresentam e convidá-las a participar numa campanha em loja para recrutar voluntários, a decorrer oportunamente. Em 2024, e no âmbito do projeto “Alimenta o Bairro”, o Pingo Doce preparou um conjunto de workshops com vista a apurar a visão das instituições sobre os procedimentos de apoio estabelecidos pela Companhia, os géneros alimentares mais valorizados e mais necessários, a capacidade das instituições para levantar os produtos em loja e quais as formas de colmatar os pontos de melhoria identificados.

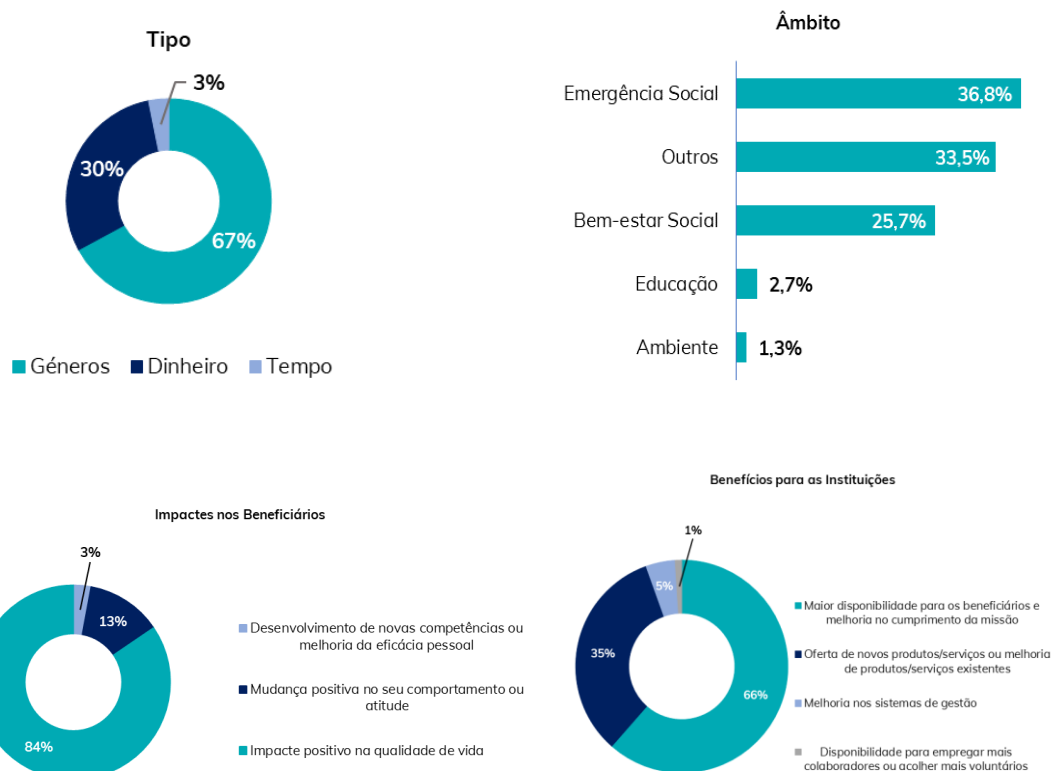
Na Colômbia, a Ara analisa os indicadores sociais mais relevantes no país, como a pobreza monetária, a pobreza multidimensional, a insegurança alimentar e a má-nutrição, para canalizar os seus esforços para os desafios identificados. Antes de estabelecer projetos concretos, a Ara seleciona e colabora com partes interessadas, líderes de opinião e organizações não-governamentais (ONG) reconhecidas por atuarem nos domínios identificados (ex., UNICEF, Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar, secretarias de integração social e associações de bancos alimentares), reconhecendo que essas parcerias são cruciais para alavancar conhecimento e recursos e, assim, desenhar soluções impactantes. A Ara também consulta frequentemente as comunidades envolvidas das lojas da Companhia, com o objetivo de identificar e planear as suas intervenções locais, incorporando, sempre que possível, as expectativas destas partes interessadas nos seus processos de tomada de decisão. Este processo é a base da criação do projeto “1 Millón de Razones”.

Dada a nossa presença internacional e a diversidade das nossas atividades, existem diversos responsáveis pelo envolvimento no diálogo com as entidades sociais apoiadas⁷³. Destacamos a Environmental Protection and Sustainable Development Director, na Biedronka, a Corporate Events and Social Investment Senior Manager, na Holding do Grupo, o Diretor de Comunicação Externa e Responsabilidade Social na Ara, e a Diretora de Desenvolvimento Sustentável e Impacto Local do Pingo Doce, que detém a gestão da área de Impacto e Desenvolvimento Local. Nas restantes Companhias, o diálogo e envolvimento com as entidades apoiadas é feito por intermédio dos gestores desses projetos nas Companhias, razão pela qual não são enunciados.

A metodologia Business for Societal Impact (B4SI), que usamos para medir o impacto social, envolve a auscultação anual das entidades apoiadas mediante um questionário, que visa, entre outras coisas, conhecer as formas de alocação do apoio prestado e os diferentes tipos de impacto nos beneficiários e nas instituições da comunidade. O questionário dispõe de um campo de resposta aberta que as instituições podem utilizar para transmitir mensagens ou pedidos ao Grupo ou às suas Companhias.

Os critérios da metodologia B4SI são aplicados a cada uma das instituições que apoiamos anualmente com um valor superior a seis mil euros. Também avaliamos através desta metodologia os nossos programas de capacitação dirigidos a pessoas em situação de vulnerabilidade social (pessoas com deficiência ou em situação de desemprego, por exemplo), de modo a reforçar a sua capacidade de integração no mercado laboral.

Em 2024, estimamos que os cerca de 79,6 milhões de euros⁷⁴ atribuídos a 515 organizações tenham impactado positivamente mais de 2,3 milhões de pessoas. A maior parte dos apoios foi constituída por doações em géneros e direcionada à resposta a situações de emergência social.



⁷³ Para informação mais detalhada sobre os responsáveis do envolvimento com as partes interessadas, consultar o subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.2. "Governo e estratégia".

⁷⁴ Este valor corresponde a atividades/projetos medidos junto das instituições e seus beneficiários apoiados pelas diferentes Companhias do Grupo, havendo um limite mínimo a partir do qual se considera poderem ser obtidos dados significativos de impactos sociais. Assim, não corresponde ao montante total de apoios concedido por Jerónimo Martins. Este valor também considera o apoio a entidades que desenvolvem projetos junto de populações vulneráveis cujo valor corresponde a uma quotização e não donativo.

Tal como em anos anteriores, a maioria (84%) dos beneficiários inquiridos pelas instituições que todos os dias apoiam pessoas em situação de vulnerabilidade reportou impactos positivos na sua qualidade de vida. Também as instituições relatam que o apoio que concedemos lhes permitiu uma maior disponibilidade para os seus beneficiários e uma melhoria no cumprimento da missão da sua organização.

Um outro indicador que consideramos para a avaliação do nosso impacto social é o apoio que os nossos colaboradores dão a beneficiários de instituições que apoiam pessoas em situação de vulnerabilidade (desemprego ou deficiência, por exemplo). Ao longo de 2024, 271 colaboradores em Portugal e na Polónia participaram como tutores em programas de capacitação profissional em contexto real de trabalho, correspondendo a mais de 65 mil horas de tutoria que equivalem a um investimento no valor de mais de 2,5 milhões de euros⁷⁵.

No envolvimento com as comunidades, dispomos de canais de comunicação de forma a possibilitar o diálogo e conhecer melhor os desafios que as comunidades locais enfrentam. Destacam-se os mecanismos de proximidade e relação interpessoal, como reuniões e conferências presenciais com as entidades, até aos instrumentos de comunicação à distância, como uma ferramenta para que os pedidos de apoio enviados por e-mail sejam redirecionados para as áreas de sustentabilidade das Companhias e da Holding. Há também contactos disponíveis em centros regionais, centros de distribuição e lojas.

De acordo com a nossa Política de Comunicação de Irregularidades, toda e qualquer pessoa que proceda a uma comunicação mediante os canais de comunicação disponíveis pelo Grupo, encontra-se ao abrigo do princípio da confidencialidade, e não retaliação. Para informação mais detalhada relativamente aos canais de comunicação disponíveis no Grupo consultar o subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" deste capítulo.

Apoios diretos às comunidades envolventes

[ESRS S3-4, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M]

[GRI 3-3, GRI 203-1, GRI 413-1]



A primeira e mais expressiva via pela qual concretizamos o nosso apoio às comunidades envolventes é feita através da atribuição de donativos monetários e em géneros alimentares. Em 2024 foram atribuídos mais de 81 milhões de euros em apoios diretos a mais de 2.100 entidades. A redução em cerca de 7% é essencialmente resultado do crescimento dos programas de vendas de produtos em fim de validade com elevados descontos e da maior eficiência do nosso negócio no que se refere à gestão da quebra alimentar. Este valor não inclui a dotação inicial de 40 milhões de euros atribuída à Fundação Jerónimo Martins. Os estatutos de Jerónimo Martins preveem que as dotações futuras resultem da sua aplicação de resultados, a aprovar em Assembleia Geral de Acionistas. As atividades e reporte financeiro da Fundação Jerónimo Martins são independentes da Jerónimo Martins SGPS S.A. e das Companhias que compõem o Grupo Jerónimo Martins.

⁷⁵ Para mais detalhes sobre mentoria e capacitação profissional, consultar o subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Diversidade e inclusão", subponto "Inclusão de minorias".

Apoios diretos (euros)

Companhias	2024	2023	Δ 2024/2023
Biedronka*	55.598.187	63.972.697	-13,1%
Hebe	78.212	**30.265	+158,4%
Holding (JMH)	3.386.594	2.904.975	+16,6%
Pingo Doce	18.302.480	17.193.702	+6,4%
Lidosol	1.021.082	937.331	+8,9%
Recheio Cash & Carry	720.504	825.042	-12,7%
Recheio Masterchef	303.613	299.485	+1,4%
João Gomes Camacho	32.867	8.198	+300,9%
Jeronymo e Hussel	11.354	13.282	-14,5%
Jerónimo Martins Agro-Alimentar	20.826	23.125	-9,9%
Ara***	1.612.541	863.773	+86,7%
Total	81.088.260	87.071.874	-6,9%

* Inclui a contribuição monetária para a Fundação Biedronka, no valor de mais de 20 milhões de euros, que deriva da aplicação de resultados do fundador, Jerónimo Martins Polska (Biedronka), mediante aprovação em Assembleia Geral. As atividades e o reporte financeiro da Fundação Biedronka são independentes da Biedronka.

** Valor corrigido face a 2023, como resultado de melhoria no processo de apuramento dos dados.

***Inclui Ara e Bodega del Canasto.

Os excedentes alimentares que já não podem ser vendidos ainda que estejam conformes com os padrões de segurança são doados a instituições de apoio social que os fazem chegar a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica. Esta prática, com relevância em toda a nossa cadeia de valor, é transversal às Companhias e permite que os produtos cumpram a sua missão principal e prioritária: alimentar pessoas.

Em 2024, doámos cerca de 18.600 toneladas de alimentos, menos 3,4% do que em 2023. Este decréscimo é explicado pelo crescimento do programa de vendas com elevados descontos de produtos em fim de validade na Biedronka e pelas alterações nos procedimentos de gestão da quebra de alimentos, em particular na Ara.

Doações em géneros alimentares (toneladas)*

Companhias	2024	2023	Δ 2024/2023
Biedronka	10.776	13.004	-17,1%
Pingo Doce	7.162	**5.299	+35,2%
Recheio	351	332	+5,7%
Ara	317	625	-49,3%
Total	18.606	19.260	-3,4%

*Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistentes do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

** Valor corrigido face a 2023, como resultado de melhoria no processo de apuramento dos dados.

Área corporativa

A Holding do Grupo apoiou mais de 70 entidades, num montante de cerca de 3,4 milhões de euros ao qual acresce a dotação inicial da Fundação Jerónimo Martins, no valor de 40 milhões de euros. A maior parte destas entidades (60%) intervém no campo social. Com 20 das referidas instituições mantemos um apoio regular que, na maioria dos casos, dura há mais de uma década.

Destacam-se os seguintes apoios:

- Somos um dos principais patronos da construção da Clínica do Gil, o mais recente projeto da Fundação do Gil, que irá permitir que crianças e jovens de contextos socioeconómicos desfavorecidos tenham acesso a cuidados médicos e a apoio individualizado de terapêutas

especializados em integração escolar e social. Temos o compromisso de continuar a apoiar esta iniciativa através da atribuição de bolsas sociais;

- Como parte do seu exercício de cidadania e no âmbito dos apoios que são concedidos para a conservação do património cultural dos países onde opera, contribuimos para a construção do futuro Museu da Independência, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, e para a instalação de uma estátua de Marie Skłodowska-Curie em Portugal, por ocasião do 90.º aniversário da sua morte.

Fundação Jerónimo Martins

Constituída em março de 2024 e reconhecida por despacho da presidência do Conselho de Ministros em setembro do mesmo ano, a Fundação Jerónimo Martins nasceu como passo natural do legado de forte cariz humanista do Grupo Jerónimo Martins, ambicionando multiplicar exponencialmente o seu impacto social.

A Fundação possui uma dotação inicial de 40 milhões de euros a alocar nas suas três áreas de atuação:

- Emergência social, com o intuito de dar resposta efetiva e adequada a situações de emergência, e acompanhamento às famílias, antecipando e capacitando-as para gerirem os desafios futuros.
- Saúde, pela facilitação do acesso a cuidados de saúde diversos, capacitação para hábitos de vida mais saudáveis e prevenção e diagnóstico de doenças futuras.
- Educação, através da ajuda no acesso a serviços educativos de qualidade em todas as etapas de aprendizagem e apoio aos pais na gestão familiar, capacitando-os e ligando-os à rede de suporte necessária para poderem cuidar dos filhos.

As suas áreas de atuação destinam-se a colaboradores do Grupo e respetivas famílias e, complementarmente, à comunidade em geral.

Biedronka

A Biedronka canalizou 55,6 milhões de euros para apoiar campanhas e projetos sociais⁷⁶, uma redução de 13% face a 2023. Através das doações em géneros e dos apoios monetários concedidos, foram beneficiadas mais de 650 instituições.

As doações de excedentes alimentares ultrapassaram as 10.700 toneladas, menos 17% do que em 2023, devido ao sucesso do programa de incentivo à compra pelos consumidores de produtos em fim de validade e à colaboração com a plataforma Too Good To Go.

Estiveram envolvidas 2.345 lojas (63% do total) nas doações. Entre as 152 instituições beneficiadas pelas doações de excedentes alimentares, a Federação dos Bancos Alimentares Polacos foi a mais relevante.

Em setembro de 2024, e na sequência das cheias que afetaram o centro e o leste da Europa, a Companhia de imediato mobilizou esforços para apoiar os desalojados e outras vítimas com água, alimentos e outros bens de primeira necessidade.

As lojas realizaram campanhas de angariação de fundos para apoiar a Cruz Vermelha Polaca e a Associação Wiosna, duas instituições com as quais a Biedronka colabora regularmente e que estiveram na linha da frente do apoio às vítimas. Foram angariados mais de 585 mil euros junto dos clientes, verba que serviu para comprar eletrodomésticos, materiais de construção, desumidificadores e aquecedores, e para organizar o trabalho dos voluntários que prestaram apoio às famílias afetadas, incluindo refeições quentes.

Em setembro, e durante dois fins de semana, algumas lojas recolheram produtos de primeira necessidade para ajudar as pessoas das zonas afetadas pelas cheias. No fim de semana de 20 e 21 de setembro, e em colaboração com a Cruz Vermelha Polaca, foram recolhidas mais de 70 paletes de bens essenciais em 737 lojas das regiões mais afetadas pelas cheias. No fim de semana seguinte, 27 e 28 de setembro, e em colaboração com a Caritas, foram recolhidas 85 toneladas de alimentos não-perecíveis e produtos de limpeza doméstica em 477 lojas.

⁷⁶ Os relatórios anuais de responsabilidade da Biedronka estão disponíveis em csr.biedronka.pl.

A Biedronka atribuiu ainda um apoio extraordinário de cerca de 350 euros aos mais de 500 colaboradores afetados pelas inundações.

Hebe

A estratégia de responsabilidade da Hebe assenta fundamentalmente no apoio a mulheres através da promoção do empreendedorismo feminino e do apoio a residentes em orfanatos no momento da sua transição para uma vida mais independente.

A Companhia deu apoio direto a nove entidades em 2024, no equivalente a mais de 78 mil euros, mais do que duplicando o valor de 2023. Este reforço reafirma a Hebe como parceira das instituições que promovem a integração de jovens de meios desfavoráveis na sociedade e no mercado de trabalho.

Pingo Doce

Em 2024, a Companhia respondeu ao apelo de cerca de 1.350 instituições de cariz social⁷⁷ que cumprem a sua missão nas zonas de influência das lojas. Os apoios em géneros alimentares e em valor monetário (que incluem apoios fixos, cartões-presente e apoio a projetos de conservação ambiental) ultrapassaram os 19,3 milhões de euros⁷⁸, mais 6,6% do que em 2023.

Os donativos em géneros alimentares provenientes dos excedentes das lojas foram de 7.162 toneladas, mais 35% do que em 2023, o que se justifica pela implementação do projeto “Alimenta o Bairro”.

Pingo Doce “Alimenta o Bairro”

É um projeto que reforça o papel ativo de todos no combate à fome nos bairros em que o Pingo Doce está presente e, ao mesmo tempo, reduz o desperdício alimentar nas lojas. O “Alimenta o Bairro” pretende continuar a aumentar a base de artigos que podem ser doados ao abrigo do programa de donativo de excedentes alimentares da Companhia, através da integração de outras categorias de produtos para além das que já eram doadas (em 2024 introduziram-se as categorias de carne embalada, charcutaria, takeaway ao balcão e produtos dos restaurantes e cafetarias).

O “Alimenta o Bairro” teve início com a auscultação de 34 instituições para compreender que tipo de artigos eram mais valorizados e qual a sua capacidade para levantamento dos excedentes em loja, tendo também sido solicitada opinião sobre os procedimentos do processo de recolha dos excedentes, com o objetivo de facilitar e alinhar a estratégia da Companhia neste domínio.

Os procedimentos associados a este processo foram então alterados através:

- de uma nova ferramenta de comunicação e gestão dos donativos e das recolhas das instituições, para que as equipas de loja possam planear, gerir e medir melhor o impacto dos donativos que atribuem;
- da desmaterialização das guias de transporte, passando as mesmas a assumir o formato digital;
- da definição de um modelo standard de recolha de excedentes com horários de recolha pré-definidos para cada loja.

O Pingo Doce implementou também um programa de formação e capacitação das instituições sobre segurança alimentar e gestão organizacional, com dicas práticas para gestão de recursos humanos e de voluntários, gestão de stocks, gestão de orçamento e otimização de donativos.

O programa começou com um piloto em 4 lojas e terminou 2024 com a implementação em cerca de 200 lojas.

O **Bairro Feliz** é um programa que apoia financeiramente causas propostas por entidades e por moradores dos bairros onde se inserem as lojas Pingo Doce, atribuindo um donativo de até mil euros para a concretização das ideias mais votadas pelos clientes.

Na edição de 2024, a quarta de âmbito nacional, e que marca o quinto ano da iniciativa, houve 2.700 inscrições, sendo a esmagadora maioria proveniente de organizações sociais (9% foram propostas por grupos de vizinhos). Depois da fase de votação pública, o Pingo Doce atribuiu mais de 429 mil euros a um total de 459 causas votadas pelos clientes em cada loja, com 31% das causas a serem destinadas a

⁷⁷ A Política de Responsabilidade do Pingo Doce está disponível em www.pingodoce.pt/responsabilidade.

⁷⁸ Inclui a Lidosol.

projetos com escolas e relacionados com educação. Estima-se que o número de beneficiários impactados pelos projetos vencedores do Bairro Feliz de 2024 ascenda a mais de 11 mil idosos e 19 mil crianças. Desde 2019, o programa já apoiou cerca de 1.950 causas com 1,86 milhões de euros, registou 92,5 milhões de votos de clientes, e somou 11.000 inscrições.

Em vigor desde dezembro de 2022, o Pingo Doce tem um protocolo de cooperação com a Guarda Nacional Republicana (GNR) com o objetivo de desenvolver ações e iniciativas conjuntas de proximidade e apoio aos idosos, às crianças e aos jovens carenciados. No âmbito da parceria, em 2024 foram entregues mais de 9.600 cabazes com alimentos, produtos de higiene e mantas a 1.800 idosos. Adicionalmente, foram organizados 5 almoços de Natal nos 5 distritos mais assolados pela solidão de idosos, com a participação de mais de 500 idosos e o envolvimento dos Comandos Territoriais locais da GNR e das equipas operacionais do Pingo Doce.

Recheio

A Companhia doou mais de um milhão de euros⁷⁹ em géneros alimentares e apoios monetários, cerca de 7% menos do que em 2023. O Recheio apoiou 212 organizações, mais 31 do que no ano anterior, em resultado de um trabalho mais focado na atribuição de donativos alinhados com as prioridades da Companhia.

Os donativos em géneros alimentares provenientes de excedentes aumentaram quase 6%, para 351 toneladas, o que se justifica pelo alargamento do âmbito de produtos que podem ser doados e por um reforço na comunicação com as entidades que recolhem géneros nas lojas. Este é um trabalho a ser desenvolvido e melhorado em 2025, incluindo a incorporação dos princípios e aprendizagens do Pingo Doce com o projeto “Alimenta o Bairro”.

Jerónimo Martins Agro-alimentar

As várias empresas da JMA atribuíram mais de 20.800 euros em apoios a dez instituições de vocação social localizadas em zonas envolventes às unidades de produção, com destaque para a região de Portalegre (Alto Alentejo, perto da fronteira com Espanha), onde está a fábrica de laticínios da Terra Alegre.

Ara

As nossas Companhias na Colômbia apoiaram a ação social de 23 entidades com cerca de 1,6 milhões de euros, mais 87% do que em 2023. Este aumento, que se insere nos objetivos assumidos para o triénio 2024-2026, é o reflexo do compromisso da Ara em ser o principal aliado das comunidades envolventes às suas lojas, considerando que uma em cada três pessoas na Colômbia vive em situação de pobreza (são 17 milhões de pessoas que vivem com um rendimento mensal inferior a 100 euros).

O principal eixo desta atuação estabelece-se através do projeto “1 Millón de Razones”, um investimento social único no país que apoia com 1 milhão de euros mais de 60 mil pessoas em 90 municípios, em especial crianças, jovens e mães.

Os donativos em géneros alimentares diminuíram para 317 toneladas devido a mudanças nos processos de controlo dos produtos prontos a doar e a uma redução no número de instituições que tradicionalmente recolhem géneros alimentares nas lojas. Estes são aspetos em que a Companhia está a trabalhar para melhorar. Instituições como a Caritas Colombia ou a [Fundación Alimentar Colombia](#), que trabalha para eliminar a malnutrição infantil no país, receberam a maior parte dos excedentes doados por 273 lojas (19% do total).

⁷⁹ Inclui Recheio Masterchef e João Gomes Camacho.

1 Milhão de Razões

Na Ara, o investimento social do Grupo destina-se a apoiar uma série de projetos para atender as necessidades mais urgentes nas regiões mais carentes da Colômbia. As iniciativas incluem programas para reduzir a desnutrição e a má nutrição infantil, melhorar as condições de vida das populações vulneráveis e melhorar a educação como uma ferramenta chave para a mudança social, em estreito alinhamento com a estratégia de apoio às comunidades envolvidas da Ara.

Alguns dos projetos deste programa incluem:

- a construção do primeiro banco de alimentos na zona do Pacífico, em Buenaventura, uma das zonas com os níveis mais elevados de pobreza e insegurança alimentar no país;
- o desenvolvimento dos "Desayunos Saludables" (Pequenos-Almoços Saudáveis), em parceria com a [Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia \(ABACO\)](#) (que reúne 24 bancos alimentares e que a Ara apoia desde o início da sua operação no país, em 2013), para suportar 20% das necessidades nutricionais diárias recomendadas de mais de 4.250 crianças através de packs para pequeno-almoço. Em 2024 foram doadas 19,5 toneladas de alimentos no âmbito deste programa;
- a parceria com a UNICEF para o projeto "Niños del Futuro" (Crianças do Futuro), em San Andrés, que pretende contrariar a tendência verificada em 2023, em que metade das crianças em idade escolar não se matricularam; o apoio foi aplicado na melhoria das instalações das escolas e espaços comuns na comunidade;
- a parceria com o Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF), no âmbito do projeto "Madres Comunitarias", para apoiar com cartões-presente que podem ser trocados por alimentos cerca de 3 mil mães e pais comunitários em 46 municípios colombianos, onde é necessário atuar na promoção de uma alimentação saudável e na oferta de segurança alimentar; foram também distribuídos kits a 1.500 mães comunitárias para acompanhar o trabalho educativo sobre dieta saudável e nutrição, e uma fita para medir a circunferência do braço, permitindo a identificação precoce de casos de desnutrição infantil.

O programa foi premiado pelo jornal Portafolio na categoria de responsabilidade social.

Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas

[ESRS S3-4, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M]

[GRI 3-3, GRI 203-1, GRI 413-1]



Desenvolvemos parcerias com várias instituições para identificarmos e respondermos a desafios de coesão social em áreas como a alimentação saudável, a promoção de hábitos de leitura, a inclusão social e a sensibilização ambiental. Para além de projetos concretos, também participamos em iniciativas de voluntariado corporativo.

Alimentação e estilos de vida saudáveis

Desde 2016 que, em Portugal, somos patrocinadores do programa [Alimentação Saudável e Sustentável](#) das Eco-Escolas, promovido pela ABAAE – Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação. Em 2024, o nosso apoio a este programa, que sensibiliza os alunos para temas como a alimentação, a nutrição e a sustentabilidade da produção agroalimentar, cifrou-se em cerca de 32 mil euros. Na edição de 2023/2024 foram submetidos 359 trabalhos de 357 escolas de todo o país inscritas neste programa. Os trabalhos apresentados responderam a desafios que procuravam:

- alertar para a importância de escolhas alimentares mais sustentáveis, privilegiando o consumo de frutícolas e hortícolas locais, da época e, se possível, de produção biológica;
- envolver as famílias e encarregados de educação na procura de receitas tradicionais portuguesas, procurando sensibilizar para o facto de as receitas ancestrais, de raízes mediterrânicas, ricas em ingredientes locais, e que juntam a família à mesa serem das mais sustentáveis;
- monitorizar e registar comportamentos nas cantinas escolares, assim como promover a adoção de bons hábitos de alimentação, de higiene e saúde, incentivando à redução do desperdício alimentar e do ruído nas cantinas e refeitórios;
- incentivar os alunos a pesquisar e investigar os efeitos prejudiciais dos aditivos alimentares e do açúcar em alimentos que as crianças e jovens consomem com regularidade;
- dar a conhecer a dieta mediterrânica através de expressão plástica e digital;
- desenhar e confeccionar ementas completas, com ingredientes locais e sazonais, inspiradas na dieta mediterrânica e que possam ser implementadas nas cantinas escolares.

A Biedronka voltou a ser o principal patrocinador da Olimpiada Zdrowia PCK z Biedronką (Olimpíada da Saúde da Cruz Vermelha Polaca e Biedronka), um concurso que promove hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis entre jovens em idade escolar através da resposta a um teste sobre as áreas da nutrição, saúde e ecologia. Após terminarem o ensino secundário, os vencedores poderão estudar nas faculdades de nutrição da Universidade de Medicina de Lodz ou da Universidade de Opole, ambas patrocinadoras honorárias da iniciativa.

O apoio da Biedronka tem duas componentes: o apoio financeiro aos vencedores, incluindo os prémios específicos atribuídos aos melhores trabalhos sobre hábitos alimentares saudáveis e vida saudável na comunidade local, e o apoio de consultoria dos especialistas da Companhia em qualidade e Marca Própria, ambiente e sustentabilidade. Estes quadros da Biedronka estão envolvidos na construção das questões do concurso e fazem parte do júri. Em 2024, a Companhia alocou mais de 51 mil euros a este projeto.

A 31.ª edição reuniu mais de 16 mil estudantes a concurso e a final, em maio de 2024, contou com a participação de 32 alunos. A Biedronka entregou oito prémios especiais nas duas categorias etárias do concurso na forma de cartões-presente com um valor de mais de 900 euros. Em novembro foi lançada a 32.ª edição do concurso, tendo participado 21.980 estudantes de 1.295 escolas polacas, que se dedicaram às questões relacionadas com dietas alternativas e ao papel do desporto no desenvolvimento de hábitos saudáveis.

Também a Hebe foca a sua atuação no apoio a causas relacionadas com saúde, nomeadamente doenças de prevalência em mulheres. Os apoios em géneros e monetários, no total de mais de 110 mil euros, serviram para (i) apoiar a organização e os kits de participação da corrida “Bieg Kobiet Zawsze Pier(w)si” que pretendeu sensibilizar para a prevenção dos câncros da mama e do colo do útero, (ii) garantir os prémios das vencedoras do campeonato da Liga “Stowarzyszenie Sportowe Ich Własna” de futebol, e (iii) assegurar as ofertas aos participantes do festival organizado pela Clínica de Cirurgia Oncológica da Universidade Médica de Lublin, cujo objetivo era providenciar exames médicos, consultas médicas, e workshops centrados na prevenção do cancro da mama.

A Ara associou-se a três instituições (Fundación Leicy Santos, Fundación Manuela Vanegas e Fundación La Quinta.com) que promovem a prática desportiva, nomeadamente o futebol, como um hábito saudável em regiões vulneráveis, envolvendo 260 crianças das regiões de Quibdó, Copacabana e Lorica. Um total de 15,5 toneladas de alimentos foram oferecidos.

Literatura e hábitos de leitura

A promoção de hábitos de leitura em família desde cedo é uma forma de desenvolver a literacia infantojuvenil e de contribuir para sociedades mais informadas e preparadas. Com este propósito, e para além da comercialização de livros a preços muito acessíveis, o Pingo Doce e a Biedronka dinamizam concursos de literatura infantil. Os vencedores das duas fases do concurso – escrita e ilustração – têm garantida a publicação do seu trabalho em livro com venda exclusiva nas lojas de cada uma das insígnias. Quer em Portugal, quer na Polónia, cada vencedor de cada fase recebe um prémio monetário de 25 mil euros.

Em 2024, a 11.ª edição do [Prémio de Literatura Infantil Pingo Doce](#), a primeira que passou a promover apenas autores já publicados, recebeu 1.416 candidaturas à fase de texto e 186 à fase de ilustração. Eu e o segredo do Faraó, de Catarina Fonseca (texto) e Mané Peixoto (ilustração), vendeu 1.400 cópias durante 2024. O Prémio de Literatura Infantil Pingo Doce é o maior prémio de literatura infantil nacional, tendo já revelado 22 novos talentos e reconhecido 2 autores com obra anteriormente publicada.

O [Piórko](#) (Prémio de Literatura Infantil Biedronka) é, desde a primeira edição, apadrinhado pelo Provedor da Criança na Polónia. A 10.ª edição registou mais de 2.130 candidaturas de texto, com Moje Czarne Szczęście (A Minha Felicidade Negra), de Agnieszka Piwoń, a vencer o concurso e a servir de inspiração aos mais de 760 ilustradores candidatos à segunda etapa do prémio, ganha por Dorota Zak. Desde o lançamento desta iniciativa, em 2015, foram vendidos mais de 580 mil exemplares dos dez livros vencedores – o livro vencedor da edição de 2024 vendeu mais de 16 mil unidades durante o ano.

Em Portugal, o Pingo Doce esteve presente em seis feiras do livro em Portugal e lançou 37 novos títulos exclusivos (alinhados com o Plano Nacional de Leitura), que colocou à venda nas suas lojas a preços

acessíveis. As presenças nas feiras do livro estão direcionadas ao público em geral e às crianças e, para além da venda de livros infantis exclusivos, dinamizam-se sessões de leitura e de autógrafos com os vencedores dos Prémios de Literatura Infantil Pingo Doce.

Para se afirmar no ecossistema da promoção da leitura e da literatura infantil, o Pingo Doce ofereceu bibliotecas com livros infantis a hospitais pediátricos e alas pediátricas com internamento de todo o país. Cada biblioteca está equipada com 30 livros infantis exclusivos Pingo Doce, direcionados para crianças com idades compreendidas entre os 2 e os 12 anos. Cada ala pediátrica recebeu várias casinhas-biblioteca, consoante a dimensão dos serviços de internamento de pediatria, recriando assim autênticos “Bairros de Leitura”. Em 2024, foram entregues a 26 hospitais 72 casinhas-biblioteca e oferecidos mais de 2.600 livros.

Inclusão social e empreendedorismo

Entre os apoios continuados, destaque para o investimento de cerca de 75 mil euros na atribuição de bolsas sociais a alunos de escolas portuguesas oriundos de contextos socioeconómicos desfavorecidos e que são acompanhados pela Associação EPIS – Empresários pela Inclusão Social, entidade que apoiamos desde a sua fundação, em 2006.

Bolsas de estudo para transformar vidas

Muitos alunos em situação de vulnerabilidade não conseguem concluir os estudos e é para promover o sucesso escolar e a integração destes jovens na sociedade que a EPIS – Empresários Pela Inclusão Social desenvolve vários programas de apoio. Esta associação nasceu em 2006 com o objetivo de combater o insucesso e o abandono escolares. A sua atuação abrange crianças e jovens dos 3 aos 18 anos, promovendo o desenvolvimento de competências, o progresso académico e a inserção no mercado de trabalho.

Para concretizar os seus objetivos de inclusão social em Portugal, a EPIS conta com o apoio de investidores sociais e doadores individuais. O Grupo Jerónimo Martins, membro fundador da EPIS e um dos principais investidores sociais na associação, apoia a categoria “Sustentabilidade e Cidadania Ativa” que, desde 2020, distingue projetos escolares de sensibilização e transformação de comportamentos sobre alimentação saudável, ambiente e apoio à comunidade.

Em 2024, foram atribuídas cinco bolsas a alunos e respetivas escolas do 3.º ciclo do ensino básico, reconhecendo o mérito e a viabilidade de projetos de envolvimento, mobilização e transformação de comportamentos e práticas, na escola e/ou nas comunidades educativas, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e com os eixos estratégicos de Sustentabilidade do Grupo Jerónimo Martins. No total já atribuímos 26 bolsas de apoio a projetos escolares.

Desde 2023 que passámos também a atribuir bolsas de mérito académico na categoria especial “Bolsas Jerónimo Martins”, que visa apoiar alunos que tenham obtido bons resultados nos graus de ensino secundário, licenciatura e mestrado, e pretendam prosseguir os estudos. Depois dos 14 alunos apoiados em 2023, na edição de 2024 atribuímos mais 14 bolsas.

Desde 2018 que a Biedronka é o principal patrocinador da Associação Nadzieja Na Mundial (Esperança para o Mundial). Esta associação apoia o desenvolvimento de crianças institucionalizadas através da socialização pelo desporto e promove torneios de futebol com outras crianças e jovens da Polónia, e também de outros países europeus e do resto do mundo.

Em 2024, realizou-se a 15.ª edição do campeonato polaco, no qual participaram 400 meninos e meninas vindos de todo o território polaco para jogar em Varsóvia. Os melhores jogadores foram chamados a jogar pela seleção polaca na 9.ª edição do campeonato mundial, que juntou equipas de 27 países, incluindo Portugal. O investimento feito pela Biedronka nas duas iniciativas foi de mais de 174 mil euros.

Para celebrar a natalidade na Polónia, a Biedronka oferece, desde 2021, packs de produtos às crianças nascidas no país e registadas no [website](#) do clube Dada (Marca Própria de produtos de higiene e cuidado infantil, líder de mercado em fraldas). Em 2024 esse número superou os 38 mil, perfazendo cerca de 275 mil kits já oferecidos, que incluem fraldas, boiões de comida, toalhetes e cotonetes.

Na ajuda e apoio à integração de pessoas com deficiência, em 2024, a Biedronka doou mais de 116 mil euros à Fundação Podaj Dalej, organização que tem como missão ajudar pessoas com deficiência a alcançar a independência e a viver de forma ativa e realizada. Graças ao apoio obtido pela cooperação com a Biedronka, a Fundação organizou diversas iniciativas:

- Campos artísticos e desportivos para cerca de 20 crianças com deficiência, de várias zonas da Polónia.
- Uma Academia da Juventude, que dinamizou diversos workshops para jovens com deficiência, focados na autoaceitação, descoberta de relacionamentos, talentos, e refeições básicas, que contou com a participação de cinco jovens na faixa dos 17-21 anos.
- Workshops para 22 pais e mães de filhos com deficiência sobre mecanismos de fortalecimento, empoderamento, relaxamento e hábitos alimentares adaptados aos seus filhos.
- Apresentação de uma série de aventuras sobre a Raposa Ibisek, que se torna amiga da Joanhina (símbolo da Biedronka), como forma de representar a igualdade e amizade para além das diferenças de cada um.

Em 2021, a Biedronka foi o primeiro retalhista na Polónia a lançar um programa dedicado ao combate à pobreza menstrual⁸⁰, o “Juntos Vamos Começar um Período de Mudança”, em parceria com a Fundação Kulczyk. Terminado o protocolo de colaboração, em 2023, a Companhia continuou envolvida nesta causa, através da campanha “Ação Menstruação na Tua Escola”, mantendo a colaboração com a Akcja Menstruacja. Durante o calendário escolar de 2024/2025, a Biedronka apoiou cerca de 590 escolas oferecendo mais de 53 mil embalagens de tampões e pensos higiénicos, num investimento de 50 mil euros, que impactou um total de 112 mil alunos.

A Hebe manteve a sua colaboração com a iniciativa Odkryj Siebie Z Hebe (Descobre-te com a Hebe), em parceria com a One Day Foundation, para a inclusão social e profissional de jovens adultos que vivem ou viveram em orfanatos. Na terceira edição do programa, as 33 participantes trabalharam em 32 lojas Hebe durante dois meses⁸¹. A Hebe doou ainda mais de 23 mil euros para apoiar esta Fundação na prossecução dos seus objetivos de apoio social. Em 2024, a Biedronka implementou um programa em tudo semelhante com a mesma instituição parceira, a iniciativa Dobry start z Biedronką (Bom começo com a Biedronka).

A Hebe doou também cerca de 8 mil euros à quarta edição do programa [TOP Women in e-business](#), criado pela [Fundacja Kobiety E-Biznesu](#) (Fundação das Mulheres em E-Business), cujo objetivo principal é apoiar o estabelecimento de negócios online geridos por mulheres.

A Ara manteve o programa de apoio a mães com baixos rendimentos através da distribuição de kits de boas-vindas a recém-nascidos nos hospitais que registam o maior número de partos. Foram entregues mais de 30 mil kits com fraldas, champôs, sabonetes e outros produtos essenciais da marca própria Bubu, especializada em cuidados do bebé, e ainda água micelar e absorventes higiénicos para as mães. O objetivo inicial deste projeto, em 2023, era apoiar 1.500 famílias, um número largamente ultrapassado em 2024.

Para celebrar o Dia Internacional dos Avós (26 de julho), a Hussel associou-se à instituição “A Avó veio trabalhar”, convidando as avós a passarem uma manhã numa loja da Companhia.

Educação ambiental

Conscientes de que a educação e sensibilização ambientais têm um papel crucial na indução de mudanças comportamentais positivas, incentivando práticas mais sustentáveis e a conservação de recursos, desenvolvemos um conjunto de ações que visam sensibilizar as várias partes interessadas das comunidades envolventes (consumidores, estudantes, crianças) para a importância da proteção e preservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

Na vertente de sensibilização para a proteção dos ecossistemas, e tal como temos vindo a fazer desde 2019, voltámos a juntar-nos ao Portugal Chama, uma campanha da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Florestais (AGIF) que pretende alertar a população, principalmente em zonas consideradas de risco de incêndio, para a importância da prevenção, sobretudo nos meses mais críticos do ano. O Pingo Doce, o Recheio e o Amanhecer utilizaram os seus websites, redes sociais e som de loja para veicular as mensagens de prevenção e boas práticas contra incêndios assinadas pela AGIF, contribuindo para aumentar o seu alcance.

⁸⁰ Segundo o [estudo](#) desenvolvido em 2020 pela Fundação Kulczyk, uma em cada cinco mulheres na Polónia tem dificuldade na aquisição de produtos de higiene adequados e 40% das mulheres com dificuldades económicas tiveram de renunciar à compra de produtos de higiene.

⁸¹ Para mais informação sobre este projeto, consultar o subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1 “Mão de obra própria”, neste capítulo.

No âmbito do programa “Mar Vivo”, e à semelhança de anos anteriores, o Pingo Doce uniu-se à parceria de sustentabilidade de Jerónimo Martins com a Liga MEO Surf para promover 6 ações de sensibilização com crianças dos locais onde decorreram as provas, incluindo limpeza de praias. A Companhia promoveu ainda mais uma edição da Brigada Mar Vivo, a maior ação de limpeza de praia com escolas do país. Mais de 64 mil alunos de 14 distritos do país recolheram 5,8 toneladas de lixo de praias portuguesas.

Destaque para um outro programa desenvolvido em 2024 pelo Pingo Doce, focado na proteção dos ecossistemas marinhos e com o objetivo de sensibilizar as gerações mais novas para a importância da preservação dos oceanos. O programa “Leva a tua turma ao Oceanário”, em parceria com a ABAAE, levou alunos do ensino básico ao Oceanário de Lisboa e desafiou-os a estudar uma espécie ameaçada da Lista Vermelha da IUCN como forma de despertar o interesse para a importância da biodiversidade marinha.

No âmbito da consciencialização para a proteção e a preservação dos polinizadores, a Ara desenvolve, desde 2021, o projeto “Proteção das Abelhas”, em parceria com a Fundabejaz. Em 2024, o apoio da Companhia ajudou a:

- resgatar um milhão de abelhas, enviadas em colmeias para várias reservas naturais para se recuperarem e estabilizarem;
- entregar 1,4 milhões de abelhas recuperadas a apicultores e agricultores;
- realizar 91 campanhas de sensibilização envolvendo 6.420 participantes.

Em Portugal, desenvolvemos a campanha “SOS Polinizadores”, em parceria com a Quercus, que, desde 2014, realiza ações de comunicação pedagógica junto do público escolar sobre a importância da conservação dos polinizadores e da biodiversidade, prestando ainda formação a várias entidades (entidades locais, agricultores, apicultores e técnicos). O “SOS Polinizadores” realizou a primeira edição das “Escolas Amigas dos Polinizadores” (chegou a 18 escolas de quatro municípios e envolveu 1.021 alunos) e a terceira edição do passatempo “Constrói um Hotel para Insetos Polinizadores” (participaram 28 escolas). No âmbito desta parceria, participámos ainda, através da apresentação de diversas iniciativas pela JMA, num evento realizado em Portalegre, na biblioteca da Escola Básica José Régio, que visou sublinhar o papel que empresas, associações e comunidades escolares devem desempenhar na preservação da biodiversidade.

Na Polónia, a Biedronka tem vindo a apoiar a Salamandra (Sociedade Polaca para a Conservação da Natureza) desde 2021. Em 2024, a parceria materializou-se através do projeto “Apoio aos insetos polinizadores selvagens”. O projeto consistiu em três atividades principais: Concurso de atribuição de bolsas “Biedronka com a Salamandra para insetos polinizadores selvagens em jardins naturais”, comunicação publicada na revista SALAMANDRA Nature Magazine (sobre a importância do respeito e da proteção dos polinizadores selvagens) e patrocínio da construção da Lista Vermelha de espécies ameaçadas de extinção, com especial atenção aos polinizadores. Pelo empenho e contribuição para a conservação da biodiversidade, a Biedronka foi galardoada com o título “Mecenas da Conservação da Natureza 2024” pela Salamandra.

Acolhemos e promovemos ainda diversos eventos externos que visam consciencializar as populações locais para dilemas ambientais. Em Portugal, no nosso centro de distribuição da Azambuja, nos arredores de Lisboa, recebemos a ação de sensibilização “A Graça Gracinha”, desenvolvida pela Câmara Municipal da Azambuja, que dinamizou três atividades para crianças da comunidade local sobre proteção da biodiversidade, preservação ambiental e respeito pela natureza.

Um outro mecanismo de disseminação de conhecimento e consciencialização ambiental é realizado através das nossas redes sociais com campanhas educativas. Em 2024, destacamos a campanha da Ara no Instagram a propósito do Dia Internacional da Floresta, com perguntas sobre as florestas e a biodiversidade na Colômbia, e uma publicação nas suas redes sociais a propósito do Dia da Terra, com informação sobre ações realizadas pela empresa para proteger os ecossistemas e mitigar o impacto das suas atividades no Ambiente, na qual desafiou os clientes a adotarem boas práticas ambientais.

Voluntariado

Em 2024, mais de mil colaboradores participaram em ações de voluntariado, num total de mais de 3.600 horas laborais e mais de 9 mil fora do horário de trabalho. Destacam-se as seguintes iniciativas:

- “Voluntários Clientes 70+”, um programa criado em 2020 durante os confinamentos associados à Covid-19 para apoiar clientes idosos na realização das suas compras e na entrega em suas casas. Desde o início do projeto, 233 voluntários fizeram as compras para mais de 370 clientes, num total de mais de 4.500 entregas efetuadas (mais de 115 mil produtos).
- O Pingo Doce, no âmbito do protocolo de apoio à GNR, desenvolveu uma ação de voluntariado com os seus colaboradores do Campo Grande para a oferta de cabazes alimentares a cerca de 1.800 idosos em situação de extrema vulnerabilidade.
- “JAP in a day”, um programa da Junior Achievement Portugal que juntou cerca de 50 colaboradores para, num único dia, em 25 escolas, se implementarem os vários programas que a organização disponibiliza, focados em empreendedorismo e cidadania, literacia financeira e competências para a empregabilidade.
- Recebemos quatro estagiárias da Associação Girl Move, uma iniciativa que apoiamos desde 2016 e que pretende capacitar jovens moçambicanas para se tornarem agentes de desenvolvimento das suas comunidades. A formação decorreu durante três semanas, uma dedicada a visitas a diversas instalações do Grupo para ficarem a conhecer a nossa cadeia de valor, seguida de duas semanas de estágio com oito tutores. Além dos tutores, contribuíram mais 20 colaboradores.
- Na Hebe, os colaboradores têm disponível um dia para voluntariado por ano. A empresa disponibiliza uma lista de associações/organizações sociais e o colaborador escolhe livremente a qual dedica o dia de voluntariado. Em 2024, 17 colaboradores participaram nesta iniciativa.
- O [Szlachetna Paczka](#) (Presente Nobre) é um programa social na Polónia cujo objetivo é apoiar pessoas em situação de carência e isolamento social (idosos, famílias numerosas, pessoas feridas em acidentes, doentes e pessoas com deficiência). Os colaboradores da Biedronka são desafiados a preparar cabazes que serão entregues aos beneficiários identificados. Em 2024, 867 colaboradores participaram nesta iniciativa.
- 72 colaboradores da Ara participaram numa ação de voluntariado promovida em parceria com a Fundação TECHO (uma ONG latino-americana que atua em 19 países na construção de casas para pessoas que vivem em habitações precárias e sem condições mínimas de higiene e conforto) para a construção de três casas de emergência para famílias vulneráveis em Cali, Medellín e Barranquilla (24 colaboradores em cada cidade).
- Em diversas ações de voluntariado ambiental, foram plantadas 556 árvores por mais de 150 colaboradores da Ara: i) em parceria com a Fundação Immensamente, 21 colaboradores plantaram 100 árvores na zona de Ganchancipa; ii) em colaboração com a Fundação Fundabejaz, na zona de Pereira, 100 colaboradores plantaram 206 árvores; e iii) em conjunto com a Fundação Efecto Mariposa, 32 colaboradores plantaram 250 árvores na Reserva de Bogotá;
- 28 colaboradores da Ara participaram numa ação de limpeza de praia da Fundação Chambacú (recolhidas 1,2 toneladas de lixo).

Apoios indiretos às comunidades afetadas

[ESRS S3-4, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M]

[GRI 3-3, GRI 203-2, GRI 413-1]



Disponibilizamos regularmente as nossas lojas para que as instituições sociais locais possam realizar campanhas de recolha de alimentos e outros artigos, e participamos em iniciativas de angariação de fundos para apoiar instituições de solidariedade social.

Portugal

O Pingo Doce promoveu 19 ações de venda de vales convertíveis em alimentos e outros produtos (mais de 30 toneladas no caso dos vales convertíveis em produtos das nossas Marcas Próprias) para beneficiar instituições que atuam em diversos campos da emergência social. Instituições como o Banco Alimentar Contra a Fome ou a Cruz Vermelha Portuguesa tiveram oportunidade de realizar peditórios em loja, tendo conseguido recolher mais de um milhão de artigos. No total, os clientes do Pingo Doce contribuíram com o equivalente a mais de 546 mil euros (uma redução de 8% face a 2023).

Durante a campanha de Natal, a Hussel e a Jeronymo uniram-se para apoiar as Aldeias de Crianças SOS, convidando os clientes de ambas as marcas a oferecerem, através da compra de vales, um produto com gomas. A ação resultou na oferta de 224 produtos no total.

Para ajudar à sustentabilidade financeira de instituições do terceiro setor e fomentar o empreendedorismo social, o Pingo Doce comercializa produtos desenvolvidos por entidades que se dedicam ao combate à exclusão social. Desde 2011 que apoiamos o CEERDL – Centro de Educação Especial Rainha Dona Leonor, que serve mais de 500 pessoas com algum tipo de deficiência ou doença mental. Em 2024, o Pingo Doce comprou a este Centro mais de 35 mil bouquets de lírios, o que representa cerca de 25% da faturação anual da área de floricultura do CEERDL. O sucesso desta parceria traduziu-se no aumento da produção, o que permitiu viabilizar atividades de reabilitação nas áreas de serviços sociais e a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. No final do ano, o CEERDL empregava 15 colaboradores com deficiência.

Polónia

A Biedronka realizou diversas ações junto dos seus clientes para a angariação de alimentos destinados a pessoas em situação de carência. Foram recolhidas mais de 540 toneladas de produtos, 11% acima do que aconteceu em 2023.

A Caritas Polska esteve em quase mil lojas da Biedronka na recolha de bens alimentares com a campanha “Sim, Eu Ajudo” e angariou mais de 147 toneladas de alimentos, que serviram para oferecer refeições de Páscoa às famílias com maiores dificuldades. No Natal, uma campanha semelhante decorreu em mais de 1.050 lojas, tendo sido recolhidas 152 toneladas de alimentos junto dos clientes da Companhia.

Também pela Páscoa e pelo Natal, a Federação dos Bancos Alimentares Polacos levou a cabo ações de recolha de alimentos. Em março, sob o tema “Páscoa com Dignidade, Não com Fome”, mais de 490 lojas reuniram ofertas dos seus clientes correspondentes a mais de 70 toneladas de alimentos; em novembro, no âmbito da campanha “Não pode ajudar-nos?”, mais de 700 lojas recolheram 120 toneladas de bens.

À semelhança do ano anterior, também em 2024 a Stowarzyszenie Wiosna (Associação Primavera) lançou o [Szlachetna Paczka](#) (Presente Nobre), destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade. Os cabazes com alimentos, produtos de higiene pessoal, pequenos eletrodomésticos, roupas, sapatos e brinquedos, avaliados em mais de 28 mil euros, foram preparados, como atrás referido, por mais de 860 colaboradores voluntários da Biedronka, de equipas de lojas, centros de distribuição e escritórios. Os cabazes chegaram a 30 famílias.

No Natal, decorreu a habitual campanha “Magnetic przyciąga dobro” (Magnetic Atrai a Bondade), com as receitas da venda dos chocolates de Marca Própria Magnetic a serem destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade económica. O apoio dos clientes da Biedronka permitiu doar mais de 81 mil euros à Associação.

A Biedronka voltou a ser o principal patrocinador da 32.ª final da Wielka Orkiestra Świątecznej Pomocy – WOŚP (Grande Orquestra Solidária de Natal), o maior evento de solidariedade na Polónia, realizado em janeiro de 2024. Através da venda de merchandising oficial e da recolha pelo país inteiro de donativos dos clientes, angariaram-se mais de 1,5 milhões de euros – um montante destinado à compra e doação a hospitais pediátricos de equipamento para diagnóstico, monitorização, e reabilitação de doenças pulmonares em crianças e adultos. Em dezembro de 2024, foi lançada a 33.ª edição do evento, desta vez com o propósito de apoiar as áreas da oncologia e hematologia infantil.

A Hebe conseguiu mobilizar mais de 191 mil euros em apoios indiretos, em parceria com fornecedores de produtos de maquilhagem e cosmética, que foram entregues a mulheres, jovens adolescentes e órfãos em instituições de apoio.

Colômbia

Na Ara, o programa “Dona tu vuelto”, que possibilita aos consumidores escolherem arredondar para cima o valor das suas compras, reuniu mais de 668 mil euros.

O apoio às Aldeas Infantis SOS Colombia foi distribuído entre os programas Acogimiento Familiar, para famílias em risco de separação, e Fortalecimiento de Familias de Origen, dirigido a crianças e jovens retirados das suas famílias. A Aldeas Infantis SOS intervêm também junto de famílias em contexto de violência e em situação de emergência. Em 2024, o valor angariado permitiu que mais de 5.200 crianças e

jovens tivessem acesso a programas de acolhimento familiar, acolhimento temporário de famílias, fortalecimento das famílias de origem e apoio em situações de emergência.

Os clientes da Ara foram também convidados a contribuir para alguns dos projetos apoiados no âmbito do programa “1 Millón de Razones”, nomeadamente o projeto de construção do banco alimentar do Pacífico e o projeto “Niños del Futuro” (Crianças do Futuro) da UNICEF.

Compromissos

[ESRS S3-5, ESRS 2 MDR-T]
[GRI 3-3]



Os compromissos do Grupo relacionados com este tópico podem ser consultados no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, deste capítulo.

4.2.3. Consumidores e utilizadores finais

[ESRS 2 SBM-3]



As Companhias de Jerónimo Martins estão comprometidas com a visão de democratizar o acesso a produtos de qualidade que sejam seguros, inovadores e acessíveis, contribuindo para melhorar a saúde pública.

Ao longo dos nossos mais de 230 anos de história, o foco da nossa atividade tem sido sempre os consumidores. Em 2024, contávamos com mais de 6.000 lojas e respetivos serviços de e-commerce, que ligam milhares de fornecedores (desde micro, pequenas e médias a grandes empresas que trabalham para cumprir os nossos critérios de produção), e milhares de colaboradores do Grupo, para chegar a milhões de consumidores de diferentes grupos - desde crianças a idosos - em Portugal, Polónia, Eslováquia, República Checa e Colômbia.

A relação com as várias partes interessadas permite-nos identificar e valorizar as diferentes expectativas dos consumidores, parceiros, fornecedores e funcionários para:

- fornecer os melhores produtos, serviços e experiência aos nossos consumidores;
- melhorar a reputação das nossas marcas e a confiança dos nossos stakeholders;
- garantir o acesso à informação a todas as partes interessadas;
- manter a nossa relevância atual e o nosso desempenho financeiro.

Entre os tópicos materiais do Grupo que incidem sobre ou impactam diretamente os nossos consumidores estão a adoção de normas de qualidade e segurança de produtos, a garantia de produtos a preços acessíveis e a inovação de produtos e serviços⁸².

Para corresponder às expectativas dos nossos stakeholders, os objetivos estratégicos, políticas e diretrizes para o envolvimento dos consumidores, desenvolvimento de produtos, atividades de remediação e metas estão disseminados pelas Companhias, a fim de assegurar uma abordagem coerente na gestão destes temas materiais. As políticas são atualizadas sempre que necessário.

Relação com os consumidores

[ESRS S4-2]
[GRI 3-3, GRI 2-12, GRI 2-29, GRI 413-1]



Quer ao nível da loja ou através de vários canais digitais, as nossas Companhias interagem ativamente com os consumidores para compreender as suas necessidades e preferências, o que nos permite adaptar e melhorar a nossa oferta. Esta abordagem suporta a nossa missão de fornecer produtos acessíveis, seguros e de alta qualidade, promovendo simultaneamente o desenvolvimento local da economia. Temos

⁸² Informações pormenorizadas sobre a forma como determinámos estes tópicos estão disponíveis no subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.5. “Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade”.

três formas principais de interagir com os consumidores, de acordo com a nossa estratégia de negócio e os compromissos estabelecidos no nosso Código de Conduta:

- Research sobre clientes e hábitos de consumo, que são fundamentais para orientar as nossas decisões comerciais.
- Fornecer aos consumidores informações relevantes e fiáveis sobre preço, qualidade, segurança e inovação dos produtos.
- Serviços de apoio ao cliente.

Conhecer os clientes

Em todos os países onde operamos, as nossas equipas analisam as tendências do mercado e outras áreas-chave para apoiar o planeamento comercial e operacional. Esta abordagem contribui para orientar as decisões que afetam o preço dos produtos para os consumidores finais. As ações são tomadas com base no conhecimento construído.

Para compreender melhor os nossos consumidores, realizamos regularmente entrevistas telefónicas, grupos de discussão, estudos de observação, estudos de tendências globais e, em alguns casos, utilizamos técnicas baseadas em dados que podem incluir diálogos em tempo real para conhecer as suas experiências em loja e as suas perceções sobre a qualidade dos produtos, inovação e preços que mais valorizam. Este feedback ajuda-nos a identificar o que os consumidores querem e onde podemos melhorar.

Interagimos igualmente com os clientes através das redes sociais, incluindo Facebook, Instagram, WhatsApp, LinkedIn e TikTok. Respondemos às perguntas dos clientes e participamos em grupos de discussão para receber comentários positivos e negativos, garantindo que respondemos de forma expedita a quaisquer preocupações.

Também levamos a cabo campanhas de ativação de marcas e produtos, dando aos clientes a oportunidade de testar os nossos produtos mais recentes e partilhar as suas experiências.

Fornecer informações aos consumidores

Disponibilizamos informações para ajudar os nossos clientes a fazer escolhas informadas através dos websites e redes sociais das Companhias, campanhas informativas e nos produtos e embalagens. Para ajudar os consumidores a escolher o que melhor se adapta às suas necessidades, ajustamos o sortido e reforçamos a comunicação do produto face à realidade e especificidade de cada mercado.

Informação de produto

[GRI 417-1]

Para além da informação técnica e legal incluída na embalagem dos alimentos, como a composição e as tabelas nutricionais completas com valores por 100 gramas e por dose, ou guias para artigos não-alimentares, como produtos de higiene pessoal ou eletrodomésticos, divulgamos voluntariamente informação adicional.

Símbolos e informações voluntárias disponibilizadas pela Biedronka:

- Sem OGM nos produtos à base de plantas de Marca Própria⁸³ e constituídos maioritariamente por milho e/ou soja (presença acima de 50% do peso líquido do produto);
- Indicação de fibra na tabela nutricional;
- Simbologia específica, com base em critérios próprios e outros exigidos pela legislação polaca, nos produtos para consumidores veganos e para vegetarianos (17 novos produtos, perfazendo um total de 154 no final do ano);

⁸³ Estes produtos à base de plantas são constituídos maioritariamente por milho ou soja (acima de 50% do peso líquido); a rotulagem aplica-se em duas dimensões, em cumprimento da legislação polaca: (i) "Sem OGM" (para alimentos de origem vegetal e alimentos compostos por mais de um ingrediente, excluindo produtos de origem animal e ração, isentos de organismos geneticamente modificados) e (ii) "Produzido Sem o Uso de OGM" (para produtos de origem animal e alimentos compostos por mais de um ingrediente, isentos de organismos geneticamente modificados).

- Iconografia nos produtos que são fonte de ómega-3, sem lactose e sem glúten (neste último caso, mantivemos a parceria com a Associação Polaca de Celíacos e da Dieta Sem Glúten, garantindo a ausência de contaminação cruzada. Em 2024 obtivemos a certificação de 15 novos produtos, totalizando 131 no final do ano);
- O rótulo “Sem Adição de Açúcar” em 28 produtos;
- Simbologia nas bebidas alcoólicas (índice calórico, aviso dirigido às mulheres grávidas e apelo à condução responsável).
- Ícone “Wybiegaj To!”, que quantifica o esforço físico necessário para queimar as calorias provenientes de uma dose do produto;
- Ícone “1 dos Seus 5 por Dia” (consumo diário recomendado de fruta e vegetais). Três novos produtos apresentaram esta rotulagem;
- O rótulo “Coma peixe duas vezes por semana” foi lançado pela primeira vez num produto de pescado, como forma de sensibilizar para importância do consumo de peixe. Na Polónia, o aumento do consumo de peixe não foi significativo nos últimos 25 anos, sendo pouco superior a 14 quilos por pessoa, por ano, o que acarreta problemas para os consumidores no acesso a alimentos que são uma fonte de micronutrientes, minerais e vitaminas necessários para o funcionamento saudável do seu corpo;
- “Garść Orzechów” (Uma Mão Cheia de Frutos Secos). De acordo com os especialistas, os frutos secos são um produto alimentar valioso que fornece muitos nutrientes essenciais e o seu consumo regular pode ser uma parte importante de uma dieta que apoia a saúde cardiovascular. Foram incluídos cinco produtos. Desenvolveu-se também uma nova iconografia para incluir a língua eslovaca e adaptá-la a este mercado;
- “Vegan Friendly”, no caso de produtos não-alimentares, aplicado a 17 novos produtos.

Símbolos e informações voluntárias disponibilizadas pela Companhias portuguesas:

- “Sem OGM”, em produtos constituídos por milho e/ou soja (presente em 71% dos produtos com mais de 50% de milho e/ou soja no seu peso líquido, no final do ano⁸⁴ – no ano anterior era 30%).
- Simbologia específica nas bebidas alcoólicas (índice calórico e aviso para mulheres grávidas em 100% das referências, apelo à condução responsável em 74% do universo de produtos elegíveis).
- Iconografia para produtos que são fonte de ómega-3, sem açúcares adicionados, sem gordura, sem lactose e sem glúten.
- Identificação de produtos de charcutaria Pingo Doce que tenham menor teor de gordura e sal, de acordo com os requisitos do programa “Escolha Saudável”, desenvolvido em colaboração com a Fundação Portuguesa de Cardiologia.

Em 2024, a Biedronka estendeu o Nutri-Score a mais 138 produtos, aumentando para 543 o total de artigos (mais 34% face a 2023) e aumentou para 41 o número de marcas selecionadas para categorização (incluindo seis para o mercado eslovaco). O Nutri-Score estava presente em 872 artigos Pingo Doce (mais 48% do que em 2023) e em 197 artigos Recheio (mais 38%)⁸⁵.

Na Colômbia, e conforme requisitado pela legislação, garantimos a informação nutricional por porção (por 100 g ou 100 ml) na parte de trás da embalagem e, na parte da frente das embalagens, utilizamos ícones relativos a níveis de sódio, gorduras saturadas e açúcar acima dos recomendados pelas autoridades de saúde. Todos os produtos alimentares abrangidos por esta normativa apresentam esta simbologia, quer nas Marcas Próprias da Ara (204 produtos), quer em produtos perecíveis especializados como a padaria embalada (28 produtos). Os vinhos Pingo Doce comercializados pela Ara também apresentam a simbologia de condução responsável e de aviso dirigido às mulheres grávidas.

Informação noutros meios

O Pingo Doce imprime conselhos de confeção e sugestões nas embalagens dos produtos, promovendo sempre o acompanhamento com vegetais ou fruta. A Companhia também usa o seu website, as redes sociais e a revista Sabe Bem para promover a dieta mediterrânica. Esta revista foi a publicação mais lida em Portugal em 2024, alcançando 627 mil leitores em cada uma das suas edições bimestrais. A publicação inclui geralmente artigos assinados pela Direção-Geral da Saúde. O Pingo Doce disponibiliza ainda uma vasta coleção de receitas que incentivam o reaproveitamento de restos de comida no seu

⁸⁴ Considerando 23, mais 2 face a 2023, artigos Pingo Doce (Pingo Doce, Go Bio e Pura Vida) e 28 artigos Recheio (Masterchef e Amanhecer), mais cinco do que em 2023, à venda em 2024. Selo “Sem OGM”: 11 artigos Pingo Doce e 25 artigos Recheio. De um total de 51 artigos elegíveis, 36 obtiveram o selo “Sem OGM”.

⁸⁵ Mais informações [aqui](#) e [aqui](#).

website, no qual uma lista com produtos de Marca Própria sem lactose e sem glúten é atualizada mensalmente pela equipa de Nutrição.

O Pingo Doce e a CUF (grupo empresarial especializado em cuidados de saúde) desenvolvem desde 2021 o programa “A Saúde Alimenta-se”, que sensibiliza para o papel que uma alimentação diversificada e equilibrada pode desempenhar na saúde, incentivando os consumidores a selecionarem os alimentos que mais se adequam às suas necessidades e estilo de vida⁸⁶.

A Biedronka publicou quatro revistas digitais Czas Na... (Tempo Para...) focadas em sazonalidade e estilos de vida mais sustentáveis. A revista Dada, Marca Própria da Biedronka especializada em produtos para bebés, crianças e mães, é produzida em colaboração com o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança) e o Departamento de Qualidade da Biedronka. Foram desenvolvidos dois e-books em 2024 como resultado desta parceria.

A Companhia também utiliza amplamente formatos de comunicação social, como folhetos, jornais e publicações nas redes sociais, para divulgar conhecimentos sobre hábitos alimentares saudáveis em 27 publicações.

Mesmo antes do início do ano letivo 2023-2024, a Biedronka lançou a campanha educacional e de fidelização [Gang Mocniaków](#), que visa alertar as gerações mais novas para os “superpoderes” dos alimentos, dando ênfase a produtos frescos e às marcas exclusivas da insígnia. Para o ano letivo 2024-2025, foi desenvolvida uma nova campanha [Gang Produkcików](#) (O Bando dos Produtos) com 17 heróis, dedicada ao desenvolvimento de produtos. Para aumentar o alcance da sua comunicação, a Biedronka passou também a fazer parte da plataforma de jogos Roblox, com uma loja virtual e minijogos sobre a temática Gang Produkcików, que permite aos jogadores assumir o papel de colaboradores e clientes das lojas Biedronka. Na loja virtual, os jogadores podem fazer compras, limpar as lojas, ajudar os clientes, ler os códigos de barras dos produtos na caixa de pagamento, repor as prateleiras, tratar das entregas e até fazer pão. O jogo foi promovido nas redes sociais da Biedronka, em colaboração com influencers, no website da Companhia e na plataforma Roblox.

Serviços de apoio ao cliente

Serviço de Apoio ao Cliente

A comunicação das Companhias de Jerónimo Martins com os seus clientes é também assegurada através do contacto direto ao nível da loja através dos nossos colaboradores, nomeadamente gerentes de loja, com os quais os consumidores podem interagir e abordar quaisquer questões ou preocupações que possam ter. Os clientes podem ainda contactar os Serviços de Apoio ao Cliente (SAC), estruturas especializadas em cada Companhia que visam assegurar uma resposta eficiente e eficaz às suas sugestões, elogios, ideias, pedidos de informação e reclamações. Estes serviços estão também vocacionados para a resolução de situações relacionadas, entre outros aspetos, com o funcionamento diário das lojas, das nossas lojas de e-commerce, dos serviços e produtos oferecidos e das campanhas promocionais.

Os SAC das Companhias podem ser contactados por e-mail, website, telefone, apps móveis, redes sociais e outros meios. Dependendo da Companhia, estes meios de contacto podem ser anunciados nas lojas, nas embalagens dos produtos de Marca Própria, nos talões de pagamento e, quando aplicável, no website da Companhia. Todas as Companhias têm as suas políticas de privacidade de dados publicadas nos seus websites.

Os clientes podem igualmente contactar a Provedoria do Cliente do Grupo ou a Provedoria do Cliente local na Polónia. Todos estes contactos estão disponíveis na [Provedoria do Cliente do Grupo](#).

⁸⁶ Para saber mais, consulte o website do [Pingo Doce](#) e da [CUF](#).

Provedoria do Cliente

A [Provedoria do Cliente Jerónimo Martins](#) é o último recurso para a resolução de questões complexas e estruturais que ultrapassem o âmbito de ação dos SAC ou que os clientes considerem que não foram totalmente resolvidas por esses canais.

A Provedoria do Cliente é um órgão independente das Companhias e dos seus Serviços de Apoio ao Cliente, cuja missão é representar os clientes do Grupo Jerónimo Martins, a quem estes podem recorrer para proteção e promoção dos seus direitos e legítimos interesses. Orientada pelos valores da independência, imparcialidade, isenção e confidencialidade, a Provedoria do Cliente é apoiada por uma equipa dedicada. A Provedoria pode emitir pareceres e recomendações para assegurar a qualidade do serviço prestado aos clientes, propondo também iniciativas para a sua melhoria.

Os clientes podem contactar a Provedoria do Cliente por e-mail, telefone e pelo seu website, que é publicitado a nível corporativo e da Companhia, nas lojas e no seu website. A [política de privacidade de dados](#) da Provedoria do Cliente encontra-se divulgada no respetivo website.

Tanto o SAC como a Provedoria do Cliente monitorizam os principais indicadores de desempenho do diálogo quotidiano com os clientes a fim de identificar áreas de melhoria, que podem incluir a revisão dos procedimentos internos e a avaliação da qualidade dos produtos e serviços, bem como das características das campanhas promocionais.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética do Grupo assegura e monitoriza o cumprimento do nosso Código de Conduta por todos os colaboradores, tendo em conta que o seu âmbito abrange várias dimensões do negócio e regula o envolvimento dos colaboradores com muitos stakeholders, incluindo consumidores.

No que diz respeito aos impactos materiais para os consumidores, o Código de Conduta compromete o Grupo a adotar políticas comerciais que visem assegurar a proteção dos direitos dos consumidores em vigor nos sistemas legais dos países onde operamos, nomeadamente no que diz respeito a padrões de qualidade e segurança dos produtos, incluindo ingredientes e rotulagem, serviços e instalações.

À disposição de todos os stakeholders, a [Comissão de Ética](#) fornece um contacto direto para receber comunicações de irregularidades potenciais ou reais decorrentes da aplicação do Código de Conduta e da Política Anticorrupção.

Através de um website específico, está em vigor um mecanismo de comunicação de irregularidades, para promover uma cultura ética integrada no processo de criação de valor das nossas Companhias. O website inclui, entre outras informações, uma descrição das etapas do processo de denúncia e perguntas frequentes. Este mecanismo complementa os nossos procedimentos de gestão de riscos para prevenir impactos nos nossos stakeholders e na nossa atividade, e é regido pela [Política de Comunicação de Irregularidades](#) e pela [Política de Privacidade de Dados](#). De acordo com os enquadramentos jurídicos, esta política define Jerónimo Martins como responsável pelo tratamento de dados no âmbito da gestão das comunicações de irregularidades (denúncias) apresentadas no canal dedicado da Comissão de Ética de Jerónimo Martins, bem como um conjunto de regras:

- Estabelecimento de um encarregado da proteção de dados e de um e-mail dedicado.
- Períodos de conservação, objetivos e dados recolhidos.
- Direitos dos denunciantes e formas de exercício de direitos.
- Medidas de segurança.
- Comunicação de dados pessoais.
- A utilização do Google Analytics em termos de dados para relatórios e análises, a anonimização dos endereços IP para servidores dos Estados-Membros da União Europeia e os seus termos de serviço e política de privacidade, bem como a opção de desativar este serviço.
- O direito de alterar e atualizar a política.

A Política de Comunicação de Irregularidades estabelece as regras sobre o próprio processo de denúncia e identifica claramente como a Comissão de Ética e os Núcleos de Ética garantem, entre outros aspetos:

- a confidencialidade da identidade dos denunciantes e de toda a informação que, direta ou indiretamente, permita a identificação do denunciante;

- a limitação do acesso interno sobre denunciante e as situações comunicadas a uma equipa dedicada e a retenção dos dados por um período legal predefinido e/ou, se aplicável, até à conclusão das obrigações legais, sendo eliminados os dados pessoais irrelevantes para o caso;
- o direito a aceder, alterar e eliminar dados que tenham sido comunicados por denunciante através da plataforma de comunicação de irregularidades a qualquer momento;
- a proibição de retaliação (ameaças, tentativas ou quaisquer atos ou omissões concretos que ocorram em resultado de uma denúncia interna ou externa ou de uma divulgação pública que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar ao denunciante qualquer dano material ou moral injustificado) e procedimentos, caso ocorram, para resolver esta violação do Código de Conduta (que podem resultar em medidas disciplinares, para além da responsabilidade civil e/ou criminal).

Para mais informações sobre a missão, responsabilidades e composição da Comissão de Ética, consulte o Capítulo 4 “Governo da Sociedade”, Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade, secção B – Órgãos Sociais e Comissões, Subsecção II – Administração e Supervisão (Conselho de Administração), C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado, 29. Indicação das Competências de Cada Uma das Comissões Criadas e Síntese das Atividades Desenvolvidas no Exercício Dessas Competências. Os estatutos da Comissão de Ética, a política de comunicação de irregularidades e os contactos estão disponíveis no [website](#) de Jerónimo Martins.

Correção dos impactos e canais para os consumidores manifestarem preocupação

[ESRS S4-3]



Processos de correção

O Serviço de Apoio ao Cliente (SAC) das Companhias e a Provedoria do Cliente de Jerónimo Martins e os seus departamentos locais estão empenhados em responder às reclamações e preocupações dos consumidores de forma atempada e eficaz, em particular as relacionadas com os tópicos materiais identificados anteriormente neste subcapítulo (qualidade e segurança dos produtos, inovação de produtos e serviços, e produtos a preços acessíveis). Os processos internos de diligência devida para corrigir qualquer impacto negativo real ou potencial dos produtos ou serviços das nossas marcas são descritos abaixo.

Serviços de Apoio ao Cliente

Através de um processo estruturado, estes serviços têm como objetivo aumentar a satisfação dos clientes, reforçando assim a confiança nas Companhias e marcas Jerónimo Martins, e recolher contributos valiosos que possam servir para um melhor alinhamento dos produtos e serviços com as expectativas dos consumidores:

- Receção de reclamações: os clientes podem apresentar qualquer reclamação através de vários meios, como referido anteriormente, e o SAC recebe-a e reconhece-a imediatamente.
- Avaliação e investigação: o SAC avalia o problema recolhendo informações relevantes, identificando as causas potenciais e determinando se a reclamação é válida.
- Proposta de solução: se a reclamação for considerada válida, o SAC tenta apresentar uma solução para o problema. Pode ser, entre outros, um esclarecimento sobre a situação comunicada, um pedido de desculpas personalizado, uma oferta de desconto através de voucher, um reembolso, uma substituição ou uma reparação de produtos, com base na natureza da reclamação e de acordo com as conclusões retiradas do processo de diligência implementado junto das áreas funcionais relevantes.
- Implementação: uma vez acordada uma solução, o SAC atua rapidamente e mantém os clientes informados sobre o progresso da implementação.
- Melhoria: o SAC partilha informações com as áreas funcionais que podem espolpear a identificação de oportunidades de melhoria tendo em conta a experiência e o feedback do cliente, visando a melhoria contínua dos produtos, serviços e operações globais das Companhias.

Os indicadores de gestão do SAC destinam-se apenas a uso interno. Incluem o número de contactos tratados, o tipo de contactos recebidos (pedidos de informação, queixas e reclamações, elogios e sugestões), os temas abordados (geralmente qualidade dos produtos, serviços de pagamento, apoio ao cliente, condições da loja e campanhas promocionais), os métodos de contacto mais utilizados, a duração média da resolução, o índice de satisfação do cliente, o net promoter score e a taxa de resolução.

Provedoria do Cliente

A Provedoria do Cliente de Jerónimo Martins e as Provedorias Locais promovem a mediação da relação dos clientes com as Companhias, sendo independentes e neutras. Cada processo é analisado e são tomadas as medidas necessárias, garantido que a cada um é atribuído um gestor que manterá uma linha de comunicação aberta até ao esclarecimento final dos clientes. A Provedoria do Cliente de Jerónimo Martins promove a mediação e responde com base nos factos apurados, envolvendo os interlocutores e departamentos internos relevantes para a resolução da situação. São recomendadas oportunidades de melhoria às Companhias e partilhados indicadores de desempenho, para monitorizar os compromissos assumidos e promover a discussão interna sobre os direitos e expectativas dos clientes.

Os principais indicadores de desempenho do Provedor do Cliente incluem⁸⁷:

- o número de novas ocorrências durante o ano e as que transitaram do ano anterior;
- o tipo de ocorrências, categorizadas como reclamações, pedidos de informação, elogios e sugestões;
- os principais temas abordados;
- as Companhias mais afetadas;
- os canais de contacto preferidos pelos consumidores;
- o tempo médio de resposta;
- a taxa de resolução.

Ocorrências

Ocorrências	2024	2023	Δ 2024/2023
Novas	2.528	2.125	+19,0%
Transitaram de anos anteriores	23	16	+43,8%
Tratadas	2.551	2.141	+19,1%
Encerradas	2.517	2.118	+18,8%
Taxa de resolução*	98,7%	98,9%	-0,2 p.p.

* Taxa de resolução = Processos encerrados / Processos tratados.

Em 2024, a Provedoria do Cliente geriu 589 novas ocorrências, mais 8% do que em 2023, devido ao aumento de contactos em todas as Companhias. Foram encaminhadas para os SAC 1.147 ocorrências, por estarem relacionadas com questões mais operacionais e exigirem uma primeira resposta daqueles serviços (mais 9% do que em 2023). 792 ocorrências não se enquadravam no âmbito da Provedoria do Cliente e foram encaminhadas para os serviços competentes.

Assim, no total, foram recebidas 2.528 novas ocorrências na Provedoria do Cliente durante o ano, um aumento de 19% em relação a 2023. Do ano anterior transitaram 23 casos, e o número total de casos tratados foi 2.551. A taxa de resolução, que mede o nível de serviço prestado, foi semelhante à de 2023: 98,7% dos casos tratados em 2024 foram encerrados no ano.

Os canais de contacto mais utilizados pelos clientes para comunicar com a Provedoria do Cliente foram o e-mail (65%), o telefone (20%) e o website (13%). Os contactos recebidos foram classificados como Reclamações (87%), Pedidos de informação (8%), Elogios (3%) e Sugestões (2%). O Pingo Doce e a Biedronka foram responsáveis por 99% das ocorrências. Os principais temas geridos pela Provedoria do Cliente foram preços e promoções, atitudes dos colaboradores, poluição sonora e ambiental, e insatisfação geral.

Em 2024, 97% dos 2.302 casos foram encerrados com resposta em menos de 30 dias.

⁸⁷ Os indicadores-chave de desempenho da Provedoria do Cliente são devidamente divulgados no [website corporativo](#) de Jerónimo Martins.

Canais da Comissão de Ética

Como mencionado anteriormente, os consumidores podem igualmente contactar a Comissão de Ética do Grupo para comunicar quaisquer preocupações éticas ou o incumprimento da lei e do Código de Conduta. A Comissão de Ética tem os seus próprios canais de contacto disponíveis para todos os stakeholders, tal como descrito mais detalhadamente acima em “Serviços de apoio ao cliente” neste ponto⁸⁸.

O processo de comunicação segue os seguintes passos, de acordo com a lei e a [Política de Comunicação de Irregularidades](#):

- Após a receção de uma denúncia pela Comissão, o denunciante recebe um aviso de receção no prazo máximo de sete dias.
- São tomadas as medidas internas adequadas para avaliar o caso.
- O acompanhamento de uma denúncia por parte da Comissão de Ética pode incluir, por exemplo, o seu encaminhamento para outros canais de comunicação do Grupo Jerónimo Martins (com o consentimento prévio do denunciante), o seu arquivamento por falta de provas, a abertura de uma investigação interna ou o seu encaminhamento para uma autoridade competente.
- A informação sobre o acompanhamento de comunicações internas é partilhada com os denunciantes, na medida em que tal seja legalmente permitido.
- Durante a investigação, poderão ser pedidas informações adicionais aos denunciantes.
- No final da investigação, será elaborado um relatório final com as conclusões.
- É enviada uma resposta ao denunciante no prazo máximo de três meses após o aviso de receção, ou até seis meses, consoante a complexidade do caso.
- No entanto, os denunciantes podem solicitar, em qualquer altura, que lhes seja comunicado o resultado da avaliação efetuada, no prazo de 15 dias após a sua conclusão.

Eficácia dos mecanismos de resolução e medidas propostas

Os canais descritos anteriormente são guiados pelos princípios de acessibilidade, responsabilidade e transparência, através de:

- respeito pela lei e pelos direitos dos consumidores, incluindo o respeito pelos direitos humanos em termos de acesso a um tratamento justo, não retaliação, não discriminação e liberdade de expressão;
- implementação de procedimentos internos claros para o tratamento de reclamações, com equipas e profissionais designados;
- análise de potenciais padrões sistémicos, de modo a atualizar e melhorar as políticas, processos, formação dos colaboradores e produtos ou serviços, a fim de evitar reclamações semelhantes no futuro e de alcançar uma melhoria contínua do processo de correção;
- manter um canal de comunicação aberto e bidirecional com os clientes relativamente ao processo de reclamação.

As nossas Companhias valorizam o diálogo com os clientes, sendo cada caso tratado individualmente, procurando compreender a perspetiva do cliente e chegar a uma resolução mutuamente acordada sempre que possível e de acordo com a lei. A base das nossas práticas de correção é oferecer uma resolução justa e transparente, que pode assumir a forma de um esclarecimento sobre a situação comunicada, um pedido de desculpas personalizado, uma oferta de desconto através de um voucher, um reembolso, substituição ou reparação de produtos, dependendo da natureza da reclamação e de acordo com as conclusões retiradas do processo de diligência devida efetuado junto das áreas funcionais relevantes e das políticas das Companhias sobre estas matérias.

Acreditamos que estas interações são benéficas tanto para os consumidores como para as nossas Companhias, na medida em que reforçam a confiança no nosso compromisso de tratamento justo e contribuem para uma melhoria contínua no nosso dia a dia.

⁸⁸ Ver também subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.3. “Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação”, subsecção 1.3.1. “Mecanismos e canais para expor preocupações”, do presente capítulo.

Ações orientadas para os nossos consumidores

[ESRS 2 MDR-A; ESRS S4-4]



Reconhecendo o contributo que um Grupo como o nosso pode dar para a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis, esforçamo-nos para minimizar a utilização de ingredientes artificiais e métodos de transformação nos alimentos que produzimos e comercializamos. Concentramo-nos igualmente em diversificar as opções para os consumidores com necessidades ou preferências específicas, como intolerâncias e alergias alimentares.

Também acreditamos que, em mercados abertos e livres como aqueles em que operamos, a confiança dos clientes é o ativo mais valioso que uma atividade pode ter - e isso traduz-se na fidelização do cliente. Como tal, estamos empenhados em fazer um esforço constante para oferecer aos consumidores uma variedade de soluções a preços competitivos e acessíveis, procurando o mais elevados padrões de segurança e relação qualidade-preço nos nossos produtos e serviços.

Qualidade e segurança dos produtos



O investimento permanente na certificação e monitorização dos nossos processos, instalações e equipamentos, bem como o acompanhamento das atividades de produção a montante da nossa cadeia de abastecimento, estão na base do capital de reputação das nossas insígnias e negócios. Para o preservar, reconhecemos a nossa responsabilidade na prevenção e mitigação de impactos negativos, ao mesmo tempo que promovemos uma experiência segura aos clientes nas nossas lojas e através dos nossos produtos. Assim, definimos um conjunto de ações, que incluem:

- avaliação dos riscos e certificação das Companhias;
- auditorias internas a lojas e centros de distribuição;
- análises a instalações;
- análises a produtos;
- recolha de produtos alimentares;
- formação em higiene e segurança alimentar.

A nossa cooperação com milhares de fornecedores que produzem os nossos produtos perecíveis e de Marca Própria inclui avaliações rigorosas (como a monitorização de correções aos seus procedimentos, se necessário) para garantir que os produtos são seguros para consumo. Para mais informação sobre as auditorias à cadeia de abastecimento, consulte o subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, subsecção 5.2.1. “Seleção e acompanhamento de fornecedores”.

Acreditamos que ao promover a qualidade como conceito integral, as nossas Companhias não só contribuem para a competitividade e desenvolvimento sustentável do nosso negócio e dos nossos fornecedores, como também conquistam a confiança do consumidor e melhoram a qualidade de vida dos milhões de clientes que visitam as nossas lojas todos os dias.

Em 2024, realizámos 18.219 auditorias internas às nossas infraestruturas (mais 8% do que em 2023), 252.851 análises a superfícies de trabalho e, entre outros, a manipuladores de produto (menos 3%), e 89.832 a produtos alimentares (mais 10%).

Avaliações de risco e certificações

[GRI 416-1]

As avaliações de risco dos nossos produtos perecíveis e de Marca Própria são realizadas pelas nossas equipas de qualidade e desenvolvimento de produtos, e consideram fatores como:

- a legislação em vigor e as especificações técnicas das autoridades oficiais;
- as recomendações da União Europeia e/ou outros órgãos oficiais;
- os avisos de emergência RASFF – Rapid Alert System for Food and Feed e os incidentes de fraude alimentar conhecidos;
- as características físicas dos produtos (como a perecibilidade) e as organoléticas (como cor, textura, sabor ou cheiro);

- o país de origem de produção e/ou de fornecimento dos produtos e o histórico dos parceiros comerciais;
- a expansão de mercado (lojas e centros de distribuição);
- as condições envolventes (saneamento ou condições climatéricas relacionadas com humidade e temperaturas médias);
- a opção por esquemas de certificação de infraestruturas;
- os resultados de avaliações de anos transatos.

A certificação desempenha um papel importante no estabelecimento de elevados padrões de qualidade e segurança nas instalações das nossas Companhias, na medida em que promove uma abordagem de gestão mais integrada de uma atividade que engloba milhões de produtos que circulam por milhares de lojas, contribuindo continuamente para a melhoria dos nossos procedimentos.

Durante 2024, as seguintes certificações foram renovadas ou alargadas a novas infraestruturas:

- ISO 22000:2018 em 17 centros de distribuição da Biedronka relativamente ao processo de armazenagem e distribuição de produtos alimentares, e na sede da Biedronka relativo ao desenvolvimento de produtos alimentares de Marca Própria;
- FSSC 22000 v.6.0 (que inclui a ISO 22000:2018) na fábrica de sopas na Polónia, relativo ao pronto-a-comer após aquecimento e embalamento individualizado;
- ISO 9001 no desenvolvimento de Marcas Próprias em Portugal e acompanhamento do produto/fornecedor após lançamento;
- HACCP⁸⁹ segundo o Codex Alimentarius⁹⁰ nas duas cozinhas centrais do Pingo Doce (na vertente de segurança alimentar), em 11 lojas Recheio (menos duas do que em 2023, justificado pela transição destas e da plataforma de food service do Recheio MasterChef em Lisboa para o processo de certificação ISO22000 indicado de seguida) e nos 7 centros de distribuição em Portugal (na vertente de segurança alimentar);
- Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, de acordo com a norma portuguesa EN ISO 22000:2018, em 28 lojas Recheio (mais duas do que em 2023) e em três plataformas food service do Recheio MasterChef (mais uma do que em 2023).
- Certificação na manipulação de produtos biológicos, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 848/2018 do Conselho Europeu, renovada na Polónia para os 18 centros de distribuição. Os nossos quatro centros de distribuição em Portugal que manipulam produtos biológicos possuem todos esta certificação.
- Certificação de 486 lojas Biedronka para o correto armazenamento e preparação de produtos biológicos.

Também trabalhamos com auditores externos (laboratórios independentes e acreditados) e temos o nosso próprio laboratório de biologia molecular, contribuindo todos para uma ainda maior qualidade e segurança alimentar dos nossos consumidores. O laboratório Jerónimo Martins, localizado em Portugal, complementa a verificação feita durante o desenvolvimento de produtos e processos de abastecimento, e foca-se na autenticidade dos ingredientes nos nossos produtos, de todas as Companhias. É certificado de acordo com a norma portuguesa NP EN ISO/IEC 17025:2018 (o Instituto Português de Acreditação e Certificação – IPAC – é a entidade certificadora), um quadro de certificação que estabelece os requisitos gerais de competência de testes e calibração. Em 2024, foram efetuados mais de 6.900 testes de sequenciação de ADN de nova geração (NGS) a moluscos, crustáceos, carne, peixe e rastreio de OGM.

Auditorias internas a lojas e centros de distribuição

[GRI 416-1]

Com equipas internas e, quando aplicável, externas especializadas em qualidade e segurança de produtos, e em conformidade com a unidade de negócio e a infraestrutura a avaliar, as auditorias são realizadas internamente e consideram critérios organizados em dimensões, como as condições básicas de higiene, a limpeza e desinfeção, a manutenção de infraestruturas e equipamentos, as boas-práticas de produção, o manuseamento de produto, a disponibilização de água potável, a metrologia, o controlo de pragas, a gestão de resíduos, os registos, rastreabilidade e atualização de procedimentos.

⁸⁹ O sistema de Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos (HACCP) visa evitar, por via da eliminação ou redução de perigos, potenciais riscos que podem causar danos aos consumidores, garantindo assim que os alimentos são seguros para consumo.

⁹⁰ Conjunto de normas internacionais que visa promover a segurança sanitária dos alimentos e a proteção dos consumidores. O Codex Alimentarius está disponível [aqui](#).

Estas auditorias determinam uma classificação com escalas específicas conforme as unidades de negócio (de acordo com o país e com as infraestruturas e que podem variar entre Inaceitável, Básico, Satisfatório, Bom, Muito Bom e Excelente), sendo as potenciais ações corretivas a adotar definidas conforme a gravidade das não-conformidades encontradas. Os períodos concedidos para a mitigação e a resolução das questões identificadas podem variar entre o imediato e o tempo até à auditoria subsequente.

Polónia

As lojas e os centros de distribuição da Biedronka foram auditados por equipas internas e por auditores externos para verificação de instalações, equipamentos e procedimentos.

Biedronka	Lojas			Centros de distribuição		
	2024	2023	Δ 2024/2023	2024	2023	Δ 2024/2023
Auditorias internas	9.657	8.687	+11,2%	36	38	-5,3%
Auditorias de acompanhamento	172	248	-30,6%	-	-	-
Auditorias externas	38	34	+11,8%	23	9	+155,6%
Desempenho HACCP*	87%	84%	+3 p.p.	91%	88%	+3 p.p.

*A implementação HACCP na Biedronka é avaliada com base em referenciais próprios que se baseiam no Codex Alimentarius e no quadro regulatório da União Europeia (Regulamento CE N.º 852/2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios). Nos centros de distribuição, a taxa de conformidade resulta das auditorias internas no âmbito da certificação da norma ISO 22000 – Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, que se baseia nos princípios do HACCP do Codex Alimentarius.

Foram feitas mais auditorias internas às lojas devido à expansão da Biedronka (mais 161 lojas face a 2023), ao aumento do número de balcões de venda de carne (mais 23% face a 2023)⁹¹, e ao crescimento do número de micro-fulfillment centres da operação Biek⁹². A diminuição nas auditorias de acompanhamento deve-se à classificação das lojas no ano anterior que, devido aos bons resultados, levou a uma redução da frequência de acompanhamento.

Embora a Biedronka tenha ajustado o número de lojas com sortido de pão biológico sujeitas a auditoria externa, havendo menos três lojas do que no ano anterior (-0,6%)⁹³, o número de controlos externos impostos pelas entidades competentes levou a um aumento global.

Nos centros de distribuição, o número de auditorias internas diminuiu ligeiramente como resultado da avaliação de riscos - as auditorias anteriores foram levadas a cabo em 2023, não sendo por isso necessário realizar o mesmo número de auditorias em 2024. Os bons resultados de auditorias registados ano após ano permitiram reduzir o número de auditorias de acompanhamento, que foram assim substituídas pelo nosso procedimento *standard* de auditoria interna: um mínimo de duas auditorias por ano, por localização. O aumento das auditorias externas explica-se pelo nosso cumprimento com a certificação ISO 22000. Em 2024, todas as auditorias foram realizadas no início do ano, enquanto em 2023 as auditorias foram realizadas mais cedo, em finais de 2022⁹⁴.

⁹¹ Em 2024, existiam 1.323 balcões, mais 244 do que em 2023. Na Polónia, as auditorias internas, incluindo as de acompanhamento às lojas, são adjudicadas a entidades independentes, como a Diversey, a Det Norske Veritas (DNV-GL) ou a Lloyd's Register.

⁹² Implementada em 2021, esta operação consiste em micro-centros de distribuição (MFC – Micro-Fulfillment Centres) operados por colaboradores para dar resposta às encomendas feitas pelos consumidores por via da aplicação da Glovo, parceira de distribuição rápida. Existiam 23 localizações no fim de 2024 (18 localizações em 2023) nas cidades de Varsóvia, Łódź, Cracóvia, Gdańsk, Poznań, Wrocław, Lublin, Bydgoszcz e Olsztyn. Mais informações no capítulo 2 "Relatório de Gestão", subcapítulo 2.2. "Foco no crescimento rentável" deste relatório.

⁹³ Em 2024, eram 486 as lojas com sortido de pão biológico (489 em 2023). Os controlos externos relativos à certificação biológica foram exercidos pela BioCert, uma entidade independente e autorizada pelas entidades oficiais para este efeito.

⁹⁴ Nos centros de distribuição, as auditorias internas são feitas pelos técnicos da qualidade e segurança alimentar, sendo as auditorias externas, no âmbito da certificação pela ISO 22000, feitas pela Lloyd's Register.

Portugal

	Lojas Pingo Doce			Lojas Recheio			Centros de distribuição**		
	2024	2023	Δ '24/'23	2024	2023	Δ '24/'23	2024	2023	Δ '24/'23
Auditorias internas	486	485	+0,2%	86	99	-13,1%	38	31	+22,6%
Auditorias de acompanhamento	3.006	2.886	+4,2%	365	246	+48,4%	235	196	+19,9%
Auditorias externas	91	74	+23,0%	18	21	-14,3%	9	7	+28,6%
Desempenho HACCP*	88%	87%	+1 p.p.	87%	84%	+3 p.p.	77%	84%	-7 p.p.

* No Pingo Doce e no Recheio, a implementação HACCP é avaliada em referenciais próprios, baseados no Codex Alimentarius e adaptados às realidades em que as Companhias operam.

** Incluem também as cozinhas centrais e as cantinas internas.

No Pingo Doce, apesar da abertura de mais dez lojas em 2024 (aumentando a rede para um total de 489 localizações), o número de auditorias aumentou ligeiramente, tendo sido dada prioridade às auditorias de acompanhamento às lojas a necessitar de melhorias identificadas em 2023. Pelo segundo ano, este método levou a uma melhoria no desempenho HACCP, acrescentando mais 5 p.p. ao desempenho registado em 2023 face ao de 2022.

Em 2024, o número de lojas do Recheio manteve-se inalterado em 43. Não obstante, o decréscimo no número de auditorias internas deve-se à matriz de risco e à prioridade de monitorização da correção das não-conformidades identificadas no ano anterior dada pelas equipas operacionais de segurança alimentar. A Companhia tem vindo a melhorar o seu desempenho HACCP.

Nos centros de distribuição, onde as auditorias também abrangem as cozinhas centrais e as cantinas internas, o aumento das auditorias internas e de acompanhamento, registadas desde 2023, deve-se a uma maior amostragem, com mais três centros de distribuição abrangidos pelos requisitos da certificação HACCP, e a monitorização contínua por uma equipa própria. Tal facto levou a uma diminuição do desempenho associado, já que foram identificadas mais oportunidades de melhoria.

No Pingo Doce, no Recheio e nos centros de distribuição, as auditorias externas são realizadas pelas autoridades locais, seguindo o seu próprio planeamento.

Colômbia

As auditorias às lojas Ara foram levadas a cabo por uma entidade independente (Diversey), ao passo que as auditorias aos centros de distribuição foram realizadas pelas equipas internas da área da Qualidade.

Ara	Lojas			Centros de distribuição		
	2024	2023	Δ 2024/2023	2024	2023	Δ 2024/2023
Auditorias internas	2.715	2.422	+12,1%	12	10	+20,0%
Auditorias de acompanhamento	1.402	1.513	-7,3%	9	8	+12,5%
Boas práticas de higiene e qualidade*	81%	80%	+1 p.p.	92%	94%	-2 p.p.

* A taxa de conformidade apresentada refere-se à pontuação obtida face às boas práticas vigentes, em linha com critérios que visam garantir a qualidade e segurança dos produtos de acordo com a lei, avaliando a própria operação e o sistema de controlo e procedimentos. Os critérios incluem, entre outros, aspetos de higiene e de controlo de qualidade das condições das instalações para o manuseamento do produto e aspetos relacionados com a temperatura do produto, o tipo de embalagens e os procedimentos de gestão de resíduos orgânicos.

Houve um aumento de 12% nas auditorias internas nas lojas, em linha com o aumento de 10% da rede de lojas durante o ano (de 1.290 lojas em 2023 para 1.438). As auditorias de acompanhamento são executadas por equipas internas e por entidades externas, conforme os resultados prévios e segundo as matrizes de risco e frequência de incidentes – as medidas corretivas consideradas prioritárias são, por isso, posteriormente avaliadas. A diminuição reflete os resultados mais positivos obtidos nas auditorias iniciais, e, por conseguinte, menos pontos de controlo a reavaliar.

Nos centros de distribuição, o número de auditorias justifica-se pelos resultados obtidos em avaliações anteriores. O nível de desempenho do ano anterior diminuiu ligeiramente devido às alterações da

metodologia. Os requisitos são mais restritos no que diz respeito ao controlo de temperaturas em todo o processo de armazenamento, expedição de produtos e entrega nas lojas, bem como nos sistemas de rastreabilidade.

Análises a instalações

[GRI 416-1]

Polónia

Foram feitas menos 14,3% de análises do que em 2023, refletindo a redução de análises de superfícies (incluindo superfícies de trabalho e utensílios) e manipuladores. Esta redução é explicada pela reavaliação da análise de risco dos balcões de venda de carne, que resultou numa menor frequência de análises ao longo do ano, e pelo facto de existirem menos lojas com máquinas de sumo (11 lojas em 2024, em comparação com 16 em 2023) e frango assado (28 lojas em 2024, versus 38 em 2023), que contribuíram para a categoria de produtos acabados. O aumento das análises da água justifica-se pela expansão da rede Biedronka.

Número de análises/amostras recolhidas na Polónia	2024	2023	Δ 2024/2023
Superfícies de trabalho	103.596	121.919	-15,0%
Manipuladores	8.290	9.480	-12,6%
Matérias-primas/produto acabado	205	334	-38,6%
Água	2.445	1.885	+29,7%
Total	114.536	133.618	-14,3%

Portugal

Foram efetuadas 124.906 análises de qualidade e segurança alimentar nas lojas do Pingo Doce e do Recheio, nos centros de distribuição e outras estruturas (como a fábrica de massas frescas, as cozinhas e as cantinas), correspondendo a um aumento de 9,6% face a 2023. Relativamente às superfícies de trabalho e manipuladores, o aumento relaciona-se sobretudo com o planeamento anual habitual e com a abertura de novas lojas Pingo Doce com base no seu novo conceito de loja "All About Food 2.0", que incorpora a visão de longo prazo da Companhia para o negócio, com base nas vantagens competitivas da insígnia e nos principais fatores de diferenciação: Perecíveis, Marca Própria e Meal Solutions.

Número de análises/amostras recolhidas em Portugal	2024	2023	Δ 2024/2023
Superfícies de trabalho	61.003	51.461	+18,5%
Manipuladores	19.928	19.867	+0,3%
Matérias-primas/produto acabado	37.367	36.271	+3,0%
Água	6.608	6.407	+3,1%
Total	124.906	114.006	+9,6%

Colômbia

Em 2024, o número de análises efetuadas aumentou 14% face a 2023, devido à expansão da rede Ara.

Número de análises/amostras recolhidas na Colômbia	2024	2023	Δ 2024/2023
Superfícies de trabalho	2.793	2.284	+22,3%
Manipuladores	2.589	2.285	+13,3%
Matérias-primas/produto acabado	2.549	2.285	+11,6%
Água	5.478	4.883	+12,2%
Total	13.409	11.737	+14,2%

Análises de produto

[GRI 416-1]

Os produtos que comercializamos são analisados quanto à sua qualidade e segurança em laboratórios externos acreditados. No total, foram realizadas 58.298 análises a produtos alimentares de Marca Própria (mais 0,7% do que em 2023) e 20.879 a perecíveis (mais 21,3%).

Polónia

Número de análises/amostras recolhidas na Polónia	2024	2023	Δ 2024/2023
Marca Própria	23.077	20.833	+10,8%
Marca Própria – Alimentar	21.750	19.606	+10,9%
Marca Própria – Não-alimentar	1.327	1.227	+8,1%
Perecíveis	8.611	6.402	+34,5%
Fruta e vegetais	4.182	4.018	+4,1%
Carne e pescado	2.991	1.698	+76,1%
Padaria	976	218	+347,7%
Ovos	462	468	-1,3%
Total	28.540	27.235	+4,8%

Para o aumento das análises aos produtos alimentares e não-alimentares contribuíram a expansão da Biedronka, o estabelecimento de mais parcerias com fornecedores e o alargamento do portefólio do sortido regular e sazonal, que impactou o volume de produtos a analisar.

Na categoria de carne e pescado, o aumento deve-se à expansão do número de lojas com balcões de carne e, consequentemente, à inclusão de um maior número de artigos no plano anual de análises regulares. Adicionalmente, foram feitas mais análises para a prevenção de salmonella e fraude alimentar nestas categorias do que em 2023. No caso da padaria, o aumento no número de análises deve-se às alterações na metodologia nas análises laboratoriais. Também se verificou a entrada de novos fornecedores de fruta e vegetais e um alargamento do sortido ao longo do ano. No caso dos ovos, embora tenha havido uma ligeira diminuição, o número de análises efetuadas manteve-se em linha com o plano de auditoria e avaliação de riscos.

Portugal

Número de análises/amostras recolhidas em Portugal	2024	2023	Δ 2024/2023
Marca Própria	22.486	22.639	-0,7%
Marca Própria – Alimentar*	18.494	17.795	+3,9%
Marca Própria – Não-alimentar	3.992	4.844	-17,6%
Perecíveis	11.909	10.546	+12,9%
Fruta e vegetais	1.857	2.335	-20,5%
Carne	689	1.224	-43,7%
Pescado	1.233	1.188	+3,8%
Padaria	498	598	-16,7%
Meal Solutions	7.632	5.201	+46,7%
Total	34.395	33.185	+3,6%

*Incluindo análises de rotina à presença de glúten, organismos geneticamente modificados, lactose, denominação de espécies, análises de controlo e análises extra.

A expansão da rede Pingo Doce com o seu conceito “All About Food 2.0” foi responsável pelo aumento do número de análises. No caso dos produtos não-alimentares, foram feitas alterações à metodologia ao longo do ano, o que explica os resultados obtidos:

- a transição das referências de alimentação para animais para a categoria alimentar;

- a redução das amostras recolhidas quando o mesmo produto é comercializado por duas Marcas Próprias diferentes.

Em relação a perecíveis, o aumento mais significativo verificou-se na categoria de Meal Solutions, que está a avaliar formas de aumentar o tempo de vida útil de produtos novos/atuais. No caso da fruta e vegetais, da carne e da padaria, a avaliação de risco e o histórico de conformidade em anos anteriores, bem como o acompanhamento rigoroso da produção a montante, levou a uma menor necessidade de análises.

Colômbia

Número de análises/amostras recolhidas na Colômbia	2024	2023	Δ 2024/2023
Marca Própria	26.538	26.250	+1,1%
Marca Própria – Alimentar	21.202	20.516	+3,3%
Marca Própria – Não-alimentar	5.336	5.734	-6,9%
Perecíveis	363	260	+39,6%
Fruta e vegetais	152	100	+52,0%
Carne	123	142	-13,4%
Pescado	35	8	+337,5%
Padaria	53	10	+430,0%
Total	26.901	26.510	+1,5%

O aumento da análise a produtos de Marca Própria acompanha o alargamento do sortido regular (mais 195 artigos do que em 2023), a expansão da rede de lojas e a habitual análise de risco. Na categoria não-alimentar, a frequência no plano de amostragem foi ajustada.

No caso dos perecíveis, o aumento do número de amostras recolhidas é explicado pelas alterações na avaliação de risco dos fornecedores e dos produtos, incluindo as análises de autenticidade alimentar. É também explicado pela inclusão de artigos da categoria de perecíveis. Em relação à categoria de padaria, foram efetuadas análises de prazo de validade para prolongar o tempo de exposição de produtos quentes, como, por exemplo, as empadas de galinha. As análises aos novos produtos lançados também contribuíram para este aumento.

Recolha de produtos alimentares

[GRI 416-2]

Para defender a saúde pública e preservar a reputação e a credibilidade das nossas Companhias e marcas, não hesitamos em remover do mercado produtos que possam representar perigo para os consumidores e para a sociedade. A monitorização contínua, a comunicação às entidades oficiais de saúde e a rastreabilidade de produtos e fornecedores permitem uma resposta célere e eficaz na prevenção e/ou reação a qualquer incidente.

Existem dois tipos de recolha de produtos alimentares, que abordam riscos distintos face à saúde e segurança dos consumidores:

- recall⁹⁵ (retirada de venda de produtos com potencial risco para a saúde);
- withdrawal⁹⁶ (retirada de venda de produtos sem risco para a saúde).

⁹⁵ Recall: uma ação obrigatória tomada pelas Companhias do Grupo como resposta a inspeções realizadas por autoridades locais, aos resultados de análises laboratoriais ou de auditorias internas, ou a queixas/denúncias (de produtores, retalhistas, agências governamentais ou consumidores). A comunicação para a devolução ou destruição por parte dos consumidores é publicada através dos meios próprios.

⁹⁶ Withdrawal: uma ação voluntária ou obrigatória que pode ser tomada em dois tipos de ocasiões, conforme a análise de risco efetuada pelas Companhias ou a inspeção por autoridade local: a) quando são detetados defeitos de qualidade (ex., cor ou textura), de peso ou irregularidades na rotulagem (que não represente risco potencial para a saúde ou segurança dos consumidores); ou b) por precaução enquanto se aguardam investigações a um potencial risco para a saúde e segurança das pessoas. Caso se determine um risco credível, o produto é retirado de venda, passando a ser categorizado como recall.

Em ambos os casos, são ativados mecanismos de investigação interna e, se necessário, junto de fornecedores, para identificação das causas e implementação das devidas ações corretivas, com vista à prevenção.

A severidade dos riscos para a saúde e segurança dos consumidores classifica-se como:

- **Nível I – Críticos (recall):** aspetos que podem afetar a segurança alimentar e a saúde pública;
- **Nível II – Qualidade e Segurança Alimentar (withdrawal):** aspetos que podem afetar a experiência do consumidor e a segurança alimentar do produto;
- **Nível III – Rotulagem (withdrawal):** aspetos de obrigatoriedade legal na rotulagem.

Recalls/withdrawals de produtos alimentares		Nível I (Recall)		Nível II (Withdrawal)		Nível III (Withdrawal)		Incidentes totais	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Grupo		4	6	163	221	54	63	221	290
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	Marcas Próprias	0	0	75	63	22	16	97	79
	Perecíveis	1	0	37	57	13	30	51	87
Polónia (Biedronka)	Marcas Próprias	2	5	32	56	17	10	51	71
	Perecíveis	1	0	1	1	0	0	2	1
Colômbia (Ara)	Marcas Próprias	0	0	9	36	2	7	11	43
	Perecíveis	0	1	9	8	0	0	9	9

Em 2024, foram registados 221 incidentes que levaram à retirada de produtos, menos 23,8% do que em 2023. A larga maioria destes incidentes (98,2%) foram de Nível II e de Nível III, isto é, withdrawals, sendo que apenas 1,8% foram recalls (críticos, de Nível I). Neste último caso, há uma diminuição de 33,3% face a 2023, ano no qual já tinha havido uma diminuição de 53,8% face a 2022. Estes números mostram uma tendência descendente neste indicador.

Nenhum dos recalls de Nível I tinha causas imputáveis a Jerónimo Martins, ocorrendo principalmente na sequência de pedidos das autoridades e de fornecedores. Para prevenir não-conformidades, e a necessidade de retirada de venda, monitorizamos e acompanhamos os fornecedores e produtos, incluindo o desenvolvimento de planos de ação, manutenção e alteração de embalagens. As ações corretivas são monitorizadas para minimizar o risco para a saúde dos consumidores e para que a comercialização de produtos possa ser retomada.

Formação interna em qualidade e segurança alimentar

[ESRS S4-4]

A oferta de produtos alimentares seguros e de elevada qualidade significa não só dar apoio e monitorizar a nossa cadeia de abastecimento, como também assegurar o investimento permanente em equipas profissionais com as competências necessárias para prestar um serviço especializado aos nossos consumidores.

Este investimento acompanha a expansão das nossas atividades em todos os países, que tem agora colaboradores mais preparados para desempenhar o seu trabalho diário. Como tal, os números aumentaram nas nossas operações a nível global: o número de pessoas formadas em higiene e segurança alimentar aumentou 14,8% face ao ano anterior, tal como o número de ações formativas (17,4%). Assim, o volume de formação cresceu 2,6%.

Formação em higiene e segurança alimentar	Volume de formação*		Ações formativas		Colaboradores formados	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Grupo	249.346	242.940	9.727	8.285	57.130	49.772
Portugal**	60.328	37.548	3.592	3.426	11.120	9.597
Polónia (Biedronka)	27.731	25.454	6.048	4.786	25.135	21.926
Colômbia (Ara)	161.287	179.938	87	73	20.875	18.249

* Volume de formação = número de pessoas formadas x número de horas de conteúdos de Higiene e Segurança Alimentar ministradas.

** Inclui o Pingo Doce, Recheio, Jerónimo Martins Agro-Alimentar, Hussel e Jerónimo Martins Restauração e Serviços.

A formação na Polónia abrangeu 25.135 colaboradores, mais 14,6% do que em 2023, dada a expansão da rede e um aumento das ações formativas, o que levou a um crescimento de 9% no volume de formação. Alguns dos temas abordados na Biedronka foram: sistemas de gestão de segurança alimentar (por exemplo, normas internacionais HACCP), a separação de resíduos para reciclagem, atividades de lavagem e limpeza (para garantir boas práticas de produção alimentar) e práticas de higiene. O volume de horas de formação em Portugal aumentou 60,7% face a 2023, o aumento mais significativo nos três países. Tal deve-se principalmente à renovação da acreditação necessária para operar os manipuladores de carne, que é exigida de três em três anos. Outros temas abrangeram requisitos associados ao sistema de gestão de segurança alimentar, no âmbito da norma internacional de controlo de riscos HACCP e de boas práticas de defesa alimentar.

Na Colômbia, embora tenha havido mais iniciativas e pessoas formadas, registou-se uma diminuição do volume de formação devido à redução da duração de alguns cursos de formação. O exemplo mais significativo é relativo aos conteúdos do “Tiendas Siempre Limpias” (Lojas Sempre Limpas), cuja duração foi reduzida em metade. A formação abordou temas como o plano de higiene em loja, controlo de água e a manipulação de resíduos, auditorias de qualidade e visitas de controlo, a rede de frio e pontos críticos de controlo.

Parcerias e apoios

Continuámos a manter conversações regulares com instituições públicas e privadas de referência nos países onde desenvolvemos a nossa atividade, para aprender e partilhar conhecimentos sobre alimentação, nutrição e saúde⁹⁷.

Há vários anos que somos membros do The Consumer Goods Forum e da sua Global Food Safety Initiative⁹⁸, uma coligação de ação que reúne retalhistas e fabricantes de todo o mundo. Também estamos presentes na Global G.A.P. (Good Agricultural Practices), uma organização que estabelece normas para uma agricultura segura e responsável no que diz respeito à produção de culturas, bem-estar animal, bem-estar dos trabalhadores, rastreabilidade, entre outros. Somos o único retalhista com sede em Portugal que faz parte do International Fruit and Vegetables Committee⁹⁹.

O Pingo Doce é um membro ativo da APED (Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição) e participa em comissões técnicas, incluindo as dedicadas à qualidade alimentar. O Pingo Doce tem várias parcerias de longa data com organizações que visam contribuir para uma alimentação saudável como pilar da saúde pública, como a Direção-Geral da Saúde (no âmbito do Programa Nacional de Promoção da Alimentação Saudável), a Associação Portuguesa de Celíacos e a Associação Portuguesa de Nutrição (o Pingo Doce patrocinou o XXIII Congresso de Alimentação e Nutrição em 2024).

O Pingo Doce colabora ainda com o meio académico, nomeadamente com o Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (Escola de Engenharia e Tecnologia) e o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge.

⁹⁷ Para mais informações sobre as parcerias, consulte o nosso [website](#).

⁹⁸ Saiba mais [aqui](#).

⁹⁹ Para mais informações, visite a página [Fruit and Vegetables Technical Committee](#).

Em 2024, e pela segunda vez, a Biedronka foi o principal parceiro e patrocinador das Olimpíadas da Saúde, desenvolvidas em parceria com a Cruz Vermelha Polaca. A competição destina-se a alunos de escolas primárias e secundárias. Em cada fase do concurso, os participantes realizam um teste de conhecimento sobre questões relacionadas com a promoção da saúde, estilo de vida saudável, nutrição, promoção da atividade física, ecologia e combate ao desperdício alimentar. O concurso registou 16.348 participantes de 1.150 escolas primárias e secundárias.

A Ara manteve a sua participação nos grupos do comité técnico do ICONTEC (o organismo nacional de certificação da Colômbia), dedicados a frutas e legumes frescos, pesca e aquacultura em 2024. A Companhia também participou nos grupos de trabalho da Colombia Productiva¹⁰⁰, juntamente com os seus parceiros estratégicos, centrados na qualidade e segurança dos produtos de padaria finalizados em lojas e na carne.

Inovação de produtos

[ESRS S4-4]



O nosso objetivo é garantir a melhor proposta de valor em cada um dos mercados onde operamos, para corresponder às necessidades e preferências dos consumidores que confiam diariamente nas nossas lojas, promovendo a inovação de produtos e fomentando padrões de consumo mais saudáveis e responsáveis. É possível encontrar informações adicionais sobre a nossa abordagem ao negócio no capítulo 1 “O Grupo Jerónimo Martins” deste relatório.

Lançamentos

As nossas prioridades de desenvolvimento de produtos visam posicionar as nossas Marcas Próprias como as mais relevantes para os consumidores. Estes são alguns dos princípios-chave que seguimos quando lançamos um novo produto:

- Lançar apenas produtos que tenham um perfil nutricional superior ao benchmark, o que inclui ingredientes cuidadosamente selecionados e receitas mais saudáveis, e que recebem um feedback muito positivo de painéis sensoriais.
- Dar especial atenção às necessidades e preferências das crianças e de outros grupos com necessidades específicas, como consumidores com restrições alimentares.
- Rever regularmente os planos de viabilidade dos produtos no mercado, baseando as decisões comerciais em estudos de mercado e as decisões relativas à qualidade, nutrição e segurança dos produtos em dados internos e externos mais atualizados.

Referências lançadas

	Polónia*	Portugal**	Colômbia***	Total
Sem glúten****	15	77	11	103
Sem lactose	0	7	1	8
Vegano e vegetariano	17	8	1	26
Biológicos	2	11	1	14

* Marcas Próprias e perecíveis da Biedronka.

** Marcas Próprias e perecíveis do Pingo Doce e do Recheio.

*** Marcas Próprias da Ara.

**** Referências que ostentam um símbolo que garante uma composição livre de glúten (na Polónia).

¹⁰⁰ Esta [organização](#) foi criada pelo Ministério do Comércio, Indústria e Turismo em 2008, com o objetivo de promover a competitividade na indústria e apoiar as empresas colombianas a melhorar os indicadores dos processos de produção, como a qualidade, o capital humano e a produtividade.

Referências totais

* Marcas Próprias e perecíveis da Biedronka.

	Polónia*		Portugal**		Colômbia***		Total		
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	Δ 2024/2023
Sem glúten****	131	109	1.318	1.411	12	1	1.461	1.520	-3,9%
Sem lactose	28	26	47	49	13	12	88	87	+1,1%
Vegano e vegetariano	154	156	33	39	1	-	187	195	-4,1%
Biológicos	51	52	91	99	1	-	143	151	-6,0%

** Marcas Próprias e perecíveis do Pingo Doce e do Recheio.

*** Marcas Próprias da Ara.

**** Referências que ostentam um símbolo que garante uma composição livre de glúten (na Polónia).

Polónia

A Biedronka lançou 71 novos produtos de Marca Própria que promovem uma alimentação mais saudável. Destes, 25 são da Go Active, uma marca direcionada para consumidores com um estilo de vida ativo. A Companhia introduziu igualmente 14 novas referências nas categorias de produtos para veganos e vegetarianos, na sua maioria da gama Go Vege, que são produzidos sem OGM e respeitando os critérios legalmente exigidos em matéria de alimentação vegana¹⁰¹.

Os novos lançamentos incluíram também o primeiro produto de Marca Própria de cozedura lenta para crianças e consumidores mais jovens, sob a marca Głodniaki. Esta gama de produtos pré-confeccionados foi concebida para ajudar a manter as propriedades nutricionais, evitar o uso de conservantes e prolongar o tempo de vida do produto em prateleira.

Portugal

O Pingo Doce e o Recheio lançaram 50 referências inovadoras de Marca Própria, nomeadamente:

- 16 artigos Go Active para consumidores que preferem dietas ricas em proteína.
- 3 referências Pura Vida destinadas a consumidores com necessidades específicas como produtos enriquecidos com ómega-3, sem lactose e sem glúten.
- Novas salsichas veganas do Pingo Doce e novas almôndegas e croquetes veganos da marca Amanhecer.

Colômbia

Em 2024, a Ara lançou o seu primeiro produto vegano, um vinagre balsâmico sob a marca Arrivare. A Companhia expandiu a gama da marca De Mi Casa com quatro novas arepas pré-cozinhadas sem glúten (um pão achatado tradicional feito de massa de milho recheada), sem corantes artificiais nem adição de sal na sua receita.

A marca BEM (anteriormente Bien Vida) lançou um pão torrado de quinoa e arroz sem glúten. A marca oferece produtos com os mais elevados padrões nutricionais, permitindo à Ara reduzir a obrigação legal de utilizar símbolos de aviso em produtos com teores excessivos de sódio, açúcar, adoçantes ou gordura.

Reformulações

[ESRS S4-4]

[GRI 416-1]

A estratégia de reformulação nutricional que seguimos dá prioridade aos alimentos que:

- sejam sobretudo consumidos pelo público infantil;

¹⁰¹ As alegações quanto à aptidão para consumo vegano devem responder a determinados critérios, designadamente: cumprir o Regulamento da Agricultura e Desenvolvimento Rural quanto à rotulagem de alimentos, podendo ser apresentados como "alimento para veganos" ou "adequado a veganos" os produtos que não utilizam no seu processo de produção ingredientes de origem animal; ter boas práticas de produção, por forma a minimizar o potencial de contaminação cruzada de ingredientes não-vegetais; e não conter OGM.

- contenham quantidades elevadas de sal, açúcar, gordura, gordura saturada e/ou aditivos considerados supérfluos;
- sejam muito consumidos e, como tal, a sua reformulação possa ter um impacto materialmente positivo sobre a saúde pública;
- embora possam ser genericamente percecionados como saudáveis pelos consumidores, tenham um perfil nutricional que necessita de ser ajustado;
- contenham pouca quantidade de fibras, vitaminas e minerais;
- contenham ingredientes que possam causar alergias.

Em 2024, foram revistas as receitas de 58 produtos alimentares (incluindo perecíveis). Estas reformulações evitaram o consumo de 576 toneladas de açúcar, 169 de gorduras (45 de gordura e 125 de gordura saturada) e 60 de sal.

Adicionámos teor de fibra a seis produtos (um na Polónia e cinco em Portugal), num valor superior a 13 toneladas.

Reformulações nutricionais*	Biedronka	Pingo Doce	Recheio	Ara	Total
Número de produtos reformulados**	24	13	3	18	58
Sal (referências)	15	0	0	20	35
Açúcar (referências)	7	7	3	15	32
Gordura (referências)	5	6	0	0	11
Gordura saturada (referências)	1	6	0	9	16

Reformulações nutricionais*	Biedronka	Pingo Doce	Recheio	Ara	Total
Quantidades evitadas (toneladas)***					
Sal	46,9	0	0	13,2	60,1
Açúcar	453,8	25,0	3,7	93,1	575,6
Gordura	32,5	12,1	0	0	44,6
Gordura saturada	24,5	8,0	0	92,1	124,6

* Inclui perecíveis.

** Um produto pode ter a sua receita revista relativamente a mais do que um ingrediente: o método de contagem única, e não de referências, é feito com o propósito de fornecer transparência sobre o número de intervenções.

*** A quantidade de toneladas removidas é obtida através do seguinte método de cálculo: quantidades dos ingredientes presentes nas receitas das referências abrangidas multiplicadas pelo número de unidades das referências em questão vendidas no ano.

Polónia

O foco na redução do sal foi direcionado para as refeições pré-confeccionadas, nomeadamente a lasanha Danie Express, e as saladas e fatias veganas Salato e Go Vege, respetivamente. Nestes casos, a Biedronka evitou a utilização de mais de 25 toneladas de sal. O teor de açúcar de duas referências de ketchup Madero foi reduzido em média 25% (quase 371 toneladas de açúcar evitadas) e a gordura saturada das mini-bolachas da marca Bonitki, consumidas maioritariamente por crianças, foi reduzida em mais de 80% (quase 25 toneladas de gordura evitadas).

O compromisso da Biedronka de *clean labelling* foi reforçado pela remoção contínua de espessantes supérfluos, como goma guar, goma xantana e farinha de sementes de alfarroba (da alfarrobeira), aroma de fumo e edulcorantes, nomeadamente aspartame e acessulfame K.

Portugal

O Pingo Doce substituiu o sal marinho comum por sal iodado em todas as suas sopas. A Direção-Geral da Saúde portuguesa recomendou a utilização de sal iodado como medida preventiva da carência de iodo, especialmente em grupos vulneráveis como as grávidas e as crianças até aos dois anos de idade. As receitas dos cereais de pequeno-almoço Pingo Doce e Amanhecer e dos iogurtes Pingo Doce, produtos consumidos principalmente por crianças, foram revistas e o teor de açúcar foi reduzido entre 12% e 49% (quase 25 toneladas de açúcar evitadas). A gordura e a gordura saturada foram retiradas de 12 iogurtes Pingo Doce (mais de 20 toneladas de gorduras evitadas).

O conservante sorbato de potássio foi retirado do queijo fresco light Masterchef e todos os ingredientes de origem animal foram retirados da margarina culinária Amanhecer, assegurando que é agora um produto de origem vegetal.

O progresso dos compromissos assumidos pelo Pingo Doce no contexto da Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS) do governo português pode ser consultado no website corporativo.

Cereais integrais como principal ingrediente dos cereais de pequeno-almoço

As nossas Companhias portuguesas alcançaram o objetivo de ter 100% dos cereais de pequeno-almoço contendo cereais integrais como principal ingrediente, dois anos antes do nosso próprio prazo. Na Polónia, o progresso da Biedronka atingiu 92% dos produtos elegíveis (44 referências de 48, o que inclui produtos que, na prática, contêm cereais integrais como principal ingrediente, mas não estão rotulados como tal na lista de ingredientes).

Este foi um processo de trabalho com os nossos fornecedores para rever receitas, especificamente para utilizar cereais integrais (trigo, aveia, cevada, centeio e arroz) como principal ingrediente. Os cereais à base de milho foram excluídos deste processo.

A escolha destes produtos tem benefícios nutricionais para os consumidores. Os cereais integrais podem conter mais nutrientes do que os refinados, incluindo mais fibras.

Colômbia

Seis produtos BEM foram reformulados para reduzir os corantes artificiais e a margarina Sonelo registou uma diminuição de 33% das gorduras hidrogenadas (quase 62 toneladas de gordura evitadas). Relativamente aos produtos para crianças, a Ara reviu as receitas dos seus doces de fruta Bubu. Estes produtos são feitos com 100% de fruta, sem açúcar adicionado e isentos de conservantes e corantes (15 toneladas de açúcar evitadas). Nos cosméticos de Marca Própria da Ara, vários componentes que poderiam potencialmente prejudicar os consumidores foram eliminados de seis produtos.

Ingredientes, produtos e embalagens certificados

[ESRS S4-4]

[GRI 417-1]

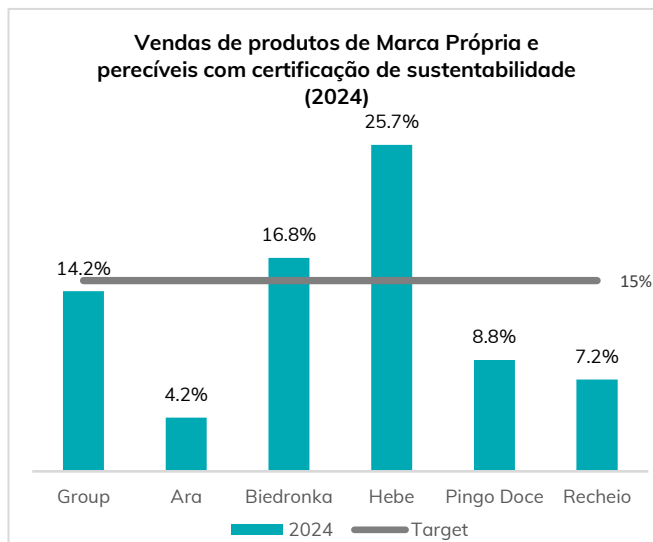
Trabalhamos com os nossos fornecedores para promover uma maior sustentabilidade em toda a cadeia de valor. Uma das ações que promovemos é a adoção da certificação de sustentabilidade para os produtos de Marca Própria e perecíveis que comercializamos. Estes sistemas de certificação, geridos por entidades externas e independentes, garantem o cumprimento de requisitos ambientais e/ou sociais e podem ser aplicados a um ou mais ingredientes, ao próprio produto e à sua embalagem.

Estas certificações asseguram a implementação de boas práticas ambientais na cadeia de valor (por exemplo, garantem que não houve desflorestação ou conversão de ecossistemas de Alto Valor de Conservação, ou que os processos de produção para a mitigação da poluição são *best in class*) e confirmam o respeito pelos direitos humanos (por exemplo, a inexistência de trabalho infantil ou trabalho forçado, ou ainda que é efetuado um pagamento justo ao produtor).

Reconhecemos igualmente a importância de ter uma simbologia específica de cada certificado no ponto de venda para sensibilizar os consumidores para as características de sustentabilidade que diferenciam estes produtos de outros aparentemente semelhantes.

Tendo ultrapassado o nosso objetivo para 2023 de garantir que pelo menos 7% das vendas de produtos e/ou embalagens de Marca Própria e de perecíveis detenham certificação de sustentabilidade, estabelecemos uma nova meta de 15% para o período 2024-2026.

Em 2024, 14,2% das vendas nestas categorias eram provenientes de produtos e/ou embalagens com certificação de sustentabilidade, mais 0,8 p.p. do que em 2023. Em 2024, atingimos as 1.831 referências com sistemas de certificação, um aumento de 23% face a 2023. Informação detalhada sobre o tipo de certificação e Companhia está disponível no nosso website corporativo.



A maior incidência de certificação reside em:

- fibras de papel e madeira provenientes de florestas geridas de forma sustentável, sendo a FSC® e PEFC as mais comuns,
- OEKO-TEX Made in Green para produtos têxteis que garante a implementação das melhores práticas sociais e ambientais,
- Certificação biológica de produtos alimentares,
- Welfair™ para o bem-estar animal.

Para alcançar o objetivo de 15%, as nossas equipas irão continuar a trabalhar para promover a adoção de práticas de sustentabilidade junto dos fornecedores existentes e para identificar novos fornecedores que já as tenham adotado, enquanto asseguram que a maioria dos nossos consumidores têm acesso a produtos com estas características, garantindo assim a sua democratização. Em 2024, lançámos 556 produtos com certificação de sustentabilidade, graças aos nossos esforços para identificar fornecedores que cumprem estes requisitos de certificação e para trabalhar com eles.

Estamos também empenhados em promover a circularidade e a extensão do ciclo de vida dos nossos produtos. Como parte dos nossos compromissos de sustentabilidade para a Biedronka, durante o período 2024-2026, assegurámos o prolongamento da garantia dos produtos para três anos em oito categorias de produtos elétricos e não elétricos não alimentares. Dos 405 produtos abrangidos, 395 têm agora uma garantia alargada, cobrindo 98% do âmbito do compromisso.

Esta iniciativa aumenta a confiança dos consumidores, e está alinhada com os nossos esforços para reduzir o impacto ambiental, mantendo os produtos em utilização durante períodos mais longos. Para além das extensões de garantia, continuamos a explorar iniciativas que apoiam a circularidade dos produtos, incluindo parcerias de reciclagem responsável e campanhas de sensibilização dos consumidores para a utilização sustentável dos produtos. Em conjunto, estas ações reforçam o nosso compromisso para com uma economia circular e um modelo de retalho mais responsável. Mais informações sobre estas iniciativas são descritas no subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular".

Produtos a preços acessíveis



O ano de 2024 foi caracterizado por um contexto global e económico desafiante, impulsionado por tensões geopolíticas, pelos efeitos sociais da inflação de preços extraordinária sentida nos últimos anos e pela atual deflação alimentar, pelo aumento dos custos de produção e pela crescente dinâmica concorrencial¹⁰². Temos, por isso, centrado a nossa estratégia na disponibilização de produtos acessíveis a todos os consumidores, de forma a democratizar o acesso a alimentos seguros e de elevada qualidade, com a ambição constante de conseguir os melhores preços em todos os países onde operamos. Todas as

¹⁰² Para informações mais detalhadas sobre o contexto global e o respetivo impacto nas Companhias, bem como sobre as ações específicas tomadas para salvaguardar as marcas com preços justos e acessíveis, consulte o capítulo 2 "Relatório de Gestão", subcapítulo 2.1. "Enquadramento de 2024".

Companhias têm como objetivo garantir a preferência dos seus clientes, com foco na oferta dos preços mais baixos em cada mercado.

Para garantir a solidez da nossa oferta e, em última análise, para prevenir e atenuar o impacto no poder de compra dos consumidores e o seu acesso a produtos de qualidade, implementámos uma série de medidas em todas as nossas insígnias. Uma explicação detalhada da estratégia de cada Companhia está disponível no capítulo 2. “Relatório de Gestão”, subcapítulo 2.3. “Desempenho das áreas de negócio” deste relatório.

Algumas das ações mais relevantes por Companhia são apresentadas abaixo.

Pesquisa

- Os estudos de mercado e de clientes, centrados na situação social e económica das nossas geografias, na satisfação dos clientes, nas táticas da concorrência e nas análises de vendas, fornecem-nos informações valiosas que nos permitem posicionar continuamente as nossas marcas como simultaneamente atraentes, acessíveis em termos de preço, de elevada qualidade e seguras.

Relação com fornecedores e gestão de categorias

- Procedimentos de gestão de fornecedores, cujo objetivo é assegurar a diferenciação dos nossos produtos e serviços através do preço, qualidade e normas de segurança em vigor.
- Procedimentos de gestão de categorias, que se centram na melhoria contínua do nosso portefólio de produtos.

Iniciativas de marketing

Biedronka

- Campanha “Ninguém se preocupa tanto com a carteira dos seus clientes como a Biedronka”, que reduziu os preços de mais de 400 produtos.
- Manutenção de mais de 4.000 preços habituais, apesar do regresso do IVA aos produtos alimentares básicos em abril.
- Balcões de serviço de produtos de carne e charcutaria, em mais de 1.300 lojas.
- A app Moja Biedronka (A Minha Biedronka) atingiu os 13 milhões de utilizadores.
- 60 campanhas promocionais ao longo do ano.

Pingo Doce

- A aplicação “O Meu Pingo Doce” foi uma importante ferramenta de poupança, oferecendo vantagens exclusivas e personalizadas aos seus utilizadores, através de iniciativas como o Poupa Shaker, o Clube do Bebê e o Clube do Vinho, e outras ações de fidelização e poupança levadas a cabo com parceiros de vários sectores (por exemplo, combustíveis, material escolar e viagens).
- Abertura de mais 40 restaurantes Comida Fresca, num total de 237, oferecendo uma gama variada e completa de refeições prontas para todas as famílias, a preços acessíveis.
- Concursos de fidelização ajustados ao contexto económico, oferecendo prémios diários superiores a 1.500€.
- 54 campanhas promocionais ao longo do ano.

Ara

- Promoções semanais e preços baixos todos os dias;
- Maratonas de descontos diários **“Super Hits”**;
- Lançamento dos cartões de raspar “Aguinaldo”, que oferecem **vouchers para gastar em produtos em lojas Ara**;
- Campanha com o mote “En Ara Sí te alcanza para TODO”, que permite uma poupança extra em vários produtos, reforçando a perceção global de preço;
- 30 campanhas promocionais ao longo do ano.

Recheio

- 54 campanhas promocionais ao longo do ano.

Hebe

- 86 campanhas promocionais ao longo do ano.
- Disponibilização de até 150 dos produtos mais vendidos a preços baixos durante o ano.
- Terceira edição do Hebe Quiz, uma atividade destinada aos nossos clientes com mais de 17.000 prémios disponíveis através da app. A campanha atingiu cerca de 1,08 milhões de utilizadores que visitaram a página do Quiz na aplicação.
- Segunda edição dos Hebe Mobile App Days na Eslováquia e na República Checa, oferecendo aos clientes a oportunidade, mediante condições de compras mínimas, de adquirir um produto por 1 Kc ou por 1 cêntimo.

Avaliamos a eficácia das nossas ações através de estudos internos que comparam os nossos preços e o nosso sortido com os dos nossos concorrentes e através das nossas reuniões de gestão periódicas que incluem todas as áreas de especialização relevantes para atingir os nossos objetivos comerciais, fornecendo simultaneamente os nossos produtos de elevada qualidade a preços acessíveis. Além disso, medimos indiretamente o fator preço da nossa proposta de valor através da análise do desempenho de vendas.

Os principais objetivos do Grupo para promover preços acessíveis, mantendo a nossa visão a longo prazo de democratizar o acesso a produtos de qualidade e seguros para os consumidores, estão intrinsecamente ligados à nossa estratégia de negócio de criação de valor e acompanham as nossas atividades diárias:

- Continuar a seguir uma estratégia que privilegia a lógica de economia de escala, com vista a criar valor tanto para a nossa atividade como para os consumidores.
- Garantir a qualidade, segurança e sabor dos produtos ao melhor preço.
- Criar uma experiência de venda impactante e um sentimento de pertença junto dos consumidores.
- Garantir que a publicidade chega aos nossos consumidores e é relevante para as suas prioridades e expectativas.
- Angariar novos clientes, reter os atuais e recuperar clientes perdidos.
- Melhorar continuamente os nossos produtos e serviços, com vista a manter/conquistar a liderança de mercado.

Compromissos

[ESRS 2 MDR-T, ESRS S4-5]



Os compromissos e objetivos do Grupo relacionados com os consumidores e utilizadores finais podem ser encontrados no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”.

4.2.4. Trabalhadores na cadeia de valor



Gestão laboral responsável na cadeia de valor

[ESRS 2 S2-2; ESRS 2 S2-3; ESRS 2 S2-4]

[GRI 414-1; GRI 414-2]

Auditorias sociais

Através do nosso programa de auditorias sociais avaliamos os nossos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria quanto à prevenção e mitigação de potenciais riscos de violação de direitos humanos e laborais, estabelecendo, desta forma, contacto direto com os trabalhadores na cadeia de valor.

Os fornecedores têm, assim, acesso a acompanhamento especializado nas temáticas sociais e laborais, ficando mais bem preparados para os deveres de diligência (*due diligence*) nas suas operações e junto dos seus próprios fornecedores, alavancando a sua capacidade de expansão para países com requisitos laborais mais exigentes.

Os critérios subjacentes à seleção dos fornecedores objeto de auditoria social são o volume anual de compras (superior a um milhão de euros) e uma matriz de avaliação que cruza produtos e geografias de risco¹⁰³. As auditorias avaliam os fornecedores face a mais de 125 requisitos de entre 12 dimensões em que se incluem: prevenção do trabalho infantil e forçado, prevenção da discriminação, salvaguarda do direito de associação, termos contratuais, horas de trabalho, salários e benefícios, saúde e segurança no trabalho, preparação para emergência, entre outros, existindo critérios que consideramos como de “tolerância zero”¹⁰⁴.

Definimos três esquemas de auditoria que incorporam aspetos adaptados aos sectores de alto risco social: produção primária, operações no mar e indústria transformadora. O custo destas auditorias é suportado pelo Grupo desde o início do programa.

Para além da verificação de documentos disponibilizados pela gestão e da vistoria ao local, são realizadas entrevistas aos trabalhadores da cadeia de valor por forma a triangular informação e descartar dúvidas ou suspeitas verificadas durante a visita ao local.

Existem duas modalidades de entrevista aos trabalhadores: individual e em grupo. A seleção de entrevistas prioriza:

- grupos considerados potencialmente vulneráveis (i.e.: faixas etárias jovens e mais velhas, trabalhadores migrantes, trabalhadores com contratos temporários, grávidas e pessoas de regresso de baixa médica);
- trabalhadores observados durante a visita em possíveis situações de risco;
- trabalhadores pertencentes às médias gerais de idade e género da empresa como forma de representação da maior parte da mão-de-obra empregue pelo fornecedor.
- Nesta entrevista ao trabalhador, são frequentemente abordados temas relacionados com a existência ou utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI), a compreensão das cláusulas constantes no respetivo contrato de trabalho, ou o pagamento de horas extraordinárias. A entrevista decorre sempre observando os princípios da confidencialidade e da não-retaliação.

Durante as 19 auditorias executadas em 2024, cujos resultados se encontram detalhados no subcapítulo 5. “Governo”, secção 5.2. “Gestão de cadeias de abastecimento mais sustentáveis”, subsecção 5.2.1 “Seleção e monitorização de fornecedores”, foram entrevistados mais de 420 trabalhadores dos nossos parceiros.

Ao mesmo tempo, disponibilizamos a estes trabalhadores canais de comunicação, como a Comissão de Ética e os previstos na nossa Política de Comunicação de Irregularidades. Uma descrição pormenorizada destes canais pode ser encontrada no subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.3. “Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação”, deste capítulo.

No âmbito das auditorias sociais foram promovidas quatro formações em 2024, que compreenderam:

- um enquadramento sobre os direitos humanos e os dos trabalhadores;
- uma análise do contexto político e regulatório no mundo, em particular na Europa, com destaque para as questões de índole social que irão impactar o Grupo e a sua cadeia de valor;
- as nossas políticas e códigos que fixam requisitos sociais aos nossos fornecedores;
- os mecanismos de reporte de irregularidades que temos disponíveis para os fornecedores e os trabalhadores na cadeia de valor;
- os critérios e os procedimentos das auditorias sociais.

¹⁰³ Para esta matriz de risco consideramos os resultados de auditorias anteriores, sempre que se aplique, e recorremos a uma fonte de dados internacional (List of Goods Produced by Child Labor or Forced Labor, produzida pelo Bureau of International Labor Affairs, do Departamento do Trabalho do Governo dos Estados Unidos da América). Esta última tem como fontes inquéritos realizados por governos estrangeiros em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho, visitas aos locais e dados coletados pela equipa do Bureau of International Labor Affairs (ILAB), e estudos quantitativos e qualitativos realizados por diversas entidades governamentais e não governamentais, incluindo instituições académicas. Para saber mais, consulte o [website ILAB](#).

¹⁰⁴ Existem até 26 critérios críticos dependendo do esquema que se utilizar – produção primária, operações no mar e indústria transformadora – que incidem sobre a proibição de trabalho infantil e devido controlo de idades; proibição de trabalho forçado e existência de contrato de trabalho com claras expectativas de funções e remuneração; garantia da liberdade de movimentos proibindo-se a retenção de documentos dos trabalhadores; cumprimento do número máximo de horas de trabalho e obrigatoriedade de concessão de dias de descanso, remuneração e registo auditável da mesma; proibição de atos de discriminação; existência de seguros de trabalho, de equipamentos e de mecanismos de assistência em emergência (médica ou de combate a incêndios), entre outros. Nos casos das auditorias para produção primária ou para operações no mar, devido às especificidades dos contextos migratórios e sazonalidade, estes critérios incluem o assegurar da devida repatriação nos casos de resolução contratual.

Acreditamos que, desta forma, estamos a contribuir para o compromisso de erradicar o trabalho forçado nas cadeias de abastecimento e de promover condições de trabalho dignas, em linha com a Organização Internacional do Trabalho e com os princípios definidos pelo The Consumer Goods Forum, segundo os quais “todos os trabalhadores devem ter liberdade de movimento, nenhum trabalhador deve ter de pagar para trabalhar, e nenhum trabalhador deve endividar-se para trabalhar ou ser coagido a tal”.

Auditorias de qualidade e segurança a fornecedores

Para além das auditorias sociais, promovemos auditorias de qualidade e segurança de produto, nas quais também são avaliados aspetos de natureza laboral, como condições de higiene e segurança no trabalho, formação, utilização de vestuário adequado, equipamentos de lavagem de mãos e regras de conduta e de higiene pessoal.

A nossa Política de Compras Sustentáveis e o nosso Código de Conduta preveem a possibilidade de cessarmos de forma imediata as relações comerciais com fornecedores sempre que tomemos conhecimento de que estes, ou os seus fornecedores, desenvolvem práticas de violação dos direitos humanos, da criança e/ou dos trabalhadores ou não incorporam preocupações éticas na sua atuação.

Estes processos de auditoria estão descritos com maior detalhe no subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, subsecção 5.2.1 “Seleção e acompanhamento de fornecedores”.

Certificações de sustentabilidade



Como complemento às iniciativas desenvolvidas junto dos nossos fornecedores, incentivamos a obtenção de certificações de sustentabilidade que seguem referenciais baseados em requisitos ambientais e/ou sociais verificados por entidades externas.

Contando com auditores especializados, a adoção de um esquema de certificação assegura que foram implementadas boas práticas sociais ao longo das cadeias de valor dos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis. Entre outros aspetos, as certificações de sustentabilidade garantem que houve respeito pelos direitos humanos (confirmando a inexistência de trabalho infantil ou trabalho forçado) e pagamento justo ao produtor, tornando-se assim mecanismos de prevenção de impactos materiais negativos nos trabalhadores da cadeia de valor.

Destacamos, entre outros, a componente social e laboral que está implícita na certificação de produtos de Marca Própria e perecíveis pela RSPO (Roundtable on Sustainable Palm Oil) e pela RTRS (Round Table on Responsible Soy Association).

A certificação RSPO estabelece critérios sociais a observar na produção de óleo de palma, tais como¹⁰⁵:

- Respeito pelos direitos humanos e pelos defensores de direitos humanos;
- Existência de um sistema mutuamente acordado entre Jerónimo Martins e o fornecedor para receber queixas das partes interessadas;
- Proibição de trabalho forçado, trabalho infantil, qualquer forma de discriminação, assédio ou abuso no local de trabalho;
- Respeito pelo direito à liberdade de associação e à negociação coletiva;
- Condições contratuais de acordo com, pelo menos, o mínimo legal e remuneração suficiente para proporcionar um salário capaz de assegurar uma subsistência digna.

Na verificação de critérios sociais na produção de soja, a certificação RTRS prevê¹⁰⁶:

- Proibição de trabalho forçado, tráfico humano, trabalho infantil, discriminação, assédio ou abuso no local de trabalho;
- Remuneração justa e igualdade de oportunidades;
- Existência de um canal efetivo para reportar queixas/abusos;

¹⁰⁵ Para saber mais sobre os critérios RSPO consulte o site da organização www.rspo.org.

¹⁰⁶ Para saber mais sobre os critérios RTRS consulte o site da organização responsiblesoy.org.

- Respeito pelas leis do trabalho: acordos sindicais e contratos diretos de trabalho que especificam os pagamentos e condições de emprego (salários e benefícios, número de horas trabalhadas) disponíveis nas línguas compreendidas pelos trabalhadores;
- Existência de procedimentos, instrumentos, e formação a colaboradores relativos a saúde e segurança no trabalho;
- Respeito pelo direito à liberdade de associação e à negociação coletiva.

A presença de simbologia específica nas embalagens facilita a comunicação destes atributos aos consumidores, sensibilizando-os para a escolha de produtos certificados. Também promovemos a certificação destas matérias-primas ao longo da nossa cadeia de abastecimento. É o exemplo do óleo de palma utilizado como ingrediente nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis em Portugal e na Polónia, que é 100% certificado de acordo com os critérios RSPO. Também o fazemos para a certificação RTRS ou Proterra para a matéria-prima soja, presente, na sua maior parte, na alimentação dada aos animais, e que, pela sua presença indireta, não é comunicada no ponto de venda.

Mais informação sobre certificações de sustentabilidade pode ser encontrada no subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.3. “Consumidores e utilizadores finais”, deste capítulo. Informação sobre a certificação RSPO e RTRS na nossa cadeia de abastecimento é detalhada no subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.4. “Biodiversidade e ecossistemas”, ponto “Combate à desflorestação” deste capítulo.

5. Informações sobre a Governação

5.1. As nossas políticas sobre conduta empresarial

[ESRS 2 MDR-P; ESRS G1-1]

[GRI 2-16; GRI 2-23; GRI 2-24; GRI 2-25; GRI 2-26]

Para nós, é fundamental cultivar relações fortes com os fornecedores, por forma a garantir o cumprimento da nossa missão diária: garantir que os nossos clientes têm acesso a produtos de qualidade a preços acessíveis. Ao fomentar estas relações, estamos numa melhor posição para continuar o nosso trabalho de promoção de hábitos alimentares saudáveis, com base num modelo de desenvolvimento sustentável. Estes valores constituem a base da nossa estratégia e práticas de compras.

A nossa conduta empresarial enfatiza a forma como trabalhamos, com honestidade, rigor e integridade, e é apoiada pelas seguintes políticas e procedimentos, disponíveis [aqui](#):

- Código de Conduta
- Política Anticorrupção
- Política de Comunicação de Irregularidades
- Política de Compras Sustentáveis
- Código de Conduta de Fornecedores

Temos tolerância zero para práticas de corrupção ou fraude e somos intransigentes quando se trata de qualquer violação do nosso Código de Conduta, da nossa Política Anticorrupção e das regras estabelecidas nas leis da União Europeia e dos países onde operamos. É possível encontrar uma descrição detalhada sobre estas políticas no subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.6. “As nossas políticas”, deste capítulo.

O quadro seguinte estabelece uma correspondência entre os requisitos específicos de divulgação de Governance, enumerados nas normas europeias de relato de sustentabilidade (ESRS), e as secções do presente relatório nas quais se encontra informação mais detalhada.

Requisito de divulgação	Secção do Relatório
Descrição das nossas políticas de conduta empresarial.	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.6. “As nossas políticas”.
Mecanismos e procedimentos de controlo aplicáveis à comunicação de irregularidades e às transações com partes relacionadas.	Capítulo 4 “Governo da Sociedade”, secção C “Organização Interna”, subsecção II “Comunicação de Irregularidades” e secção E “Transações com Partes Relacionadas”.
Mecanismos implementados para facilitar a comunicação pelas partes interessadas internas e externas, e a resolução de potenciais impactos negativos decorrentes das nossas atividades.	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.3. “Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação”.
Política, ações e metas do bem-estar animal.	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.4. “Biodiversidade e ecossistemas”, ponto “Bem-estar animal”.
Exposição de reclamações apresentadas pelos colaboradores através da Comissão de Ética, dos Núcleos de Ética, das Comissões Locais e do Serviço de Apoio ao Colaborador na gestão de questões laborais.	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, no subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.3. “Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação”, no subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Ética e conformidade”, e subsecção 4.2.4. “Trabalhadores na cadeia de valor”.
Diligência devida em matéria de prevenção e eventual correção de riscos relacionados com os direitos humanos e laborais.	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.3. “Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)”, subsecção 3.3.5. “Salvaguardas mínimas”.

Requisito de divulgação	Secção do Relatório
Responsabilidades e operação das áreas funcionais responsáveis pela gestão da conduta empresarial e outros aspetos relevantes para a continuidade do negócio, como a identificação de riscos.	Capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade" e no canal "Investidor" do website corporativo do Grupo.
Formação dentro da organização em conduta empresarial.	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade".

5.2. Conduta empresarial

[GRI 2-6; GRI 3-3; GRI 308-1; GRI 308-2; GRI 407-1; GRI 408-1; GRI 409-1; GRI 412-3; GRI 414-1; GRI 414-2; GRI 416-1]

A construção de parcerias fortes com os nossos fornecedores contribui para uma melhor gestão da cadeia de valor, ao mesmo tempo que atenua os riscos associados a potenciais disrupções. Damos prioridade ao estabelecimento de relações comerciais com os fornecedores assentes em princípios éticos, sociais e ambientais¹⁰⁷, mitigando assim os riscos de redução da qualidade dos produtos ou oferta disponível, falta de liquidez financeira nos vários elos da cadeia de abastecimento e práticas de negociação tensas e/ou inapropriadas. Ao estabelecer parcerias com fornecedores alinhados com os nossos valores, estamos a trabalhar em conjunto para ajudar a cumprir a Agenda 2030 das Nações Unidas.

5.2.1. Seleção e acompanhamento de fornecedores

[ESRS 2 MDR-A; ESRS 2 MDR-M; ESRS G1-2]



No sentido de assegurar o cumprimento dos princípios definidos nas nossas políticas de Responsabilidade Corporativa¹⁰⁸, realizamos auditorias de seleção e auditorias regulares a potenciais e atuais fornecedores de perecíveis e de Marca Própria. As auditorias de seleção visam garantir que os potenciais fornecedores estão alinhados com os nossos princípios. Já as auditorias regulares permitem às nossas Companhias acompanhar a gestão e correta implementação dos processos vigentes, assegurando igualmente a monitorização das fórmulas dos produtos.

As auditorias de seleção estabelecem requisitos mínimos que os possíveis fornecedores devem cumprir para poder estabelecer uma relação comercial com as nossas Companhias. Os fornecedores que não cumpram estes critérios são excluídos e recebem informações sobre as áreas de melhoria que devem considerar para assegurar uma possível relação comercial no futuro.

No caso de fornecedores que já trabalham com as nossas Companhias, e sempre que não consigam cumprir os critérios das auditorias regulares, é acordada a implementação de um plano de ação corretiva e melhoria contínua, cujo progresso é monitorizado em conjunto com os fornecedores. Em caso de incumprimento e/ou quando não se verifica a disponibilidade por parte dos fornecedores para implementação do plano de ação corretiva, estão previstas a adoção de medidas que podem passar pela suspensão da parceria até haver confirmação de que as não-conformidades detetadas estão corrigidas ou mesmo a cessação das relações comerciais entre as partes.

Realizamos três tipos de auditorias: de qualidade e segurança alimentar, ambientais (que incluem igualmente os nossos prestadores de serviço) e sociais.

¹⁰⁷ Estes princípios constam da Política de Compras Sustentáveis do Grupo Jerónimo Martins, do Código de Conduta de Fornecedores, do Código de Conduta e da Política Anticorrupção disponíveis para consulta no nosso [website](#).

¹⁰⁸ As políticas de Responsabilidade Corporativa do Grupo, nomeadamente a Política Nutricional, a Política de Qualidade e Segurança de Produto, a Política Ambiental, a Política de Compras Sustentáveis e o Código de Conduta de Fornecedores, estão disponíveis para consulta no nosso [website](#).

Auditorias de qualidade e segurança alimentar

As auditorias de qualidade e segurança alimentar são realizadas durante os processos de seleção de novos fornecedores de perecíveis e Marca Própria¹⁰⁹, bem como para monitorizar os atuais fornecedores nas fases de desenvolvimento e produção. Estas auditorias avaliam várias componentes, como as condições de higiene e segurança alimentar, a rastreabilidade e aspetos laborais¹¹⁰. A sua frequência é definida com base em critérios que determinam o desempenho do fornecedor, considerando:

- o nível de perecibilidade do produto e/ou o historial de avaliações do risco por fornecedor;
- os resultados dos controlos analíticos, rejeições e reclamações;
- os resultados das auditorias anteriores;
- a existência de sistemas de certificação de segurança alimentar, segundo os standards aprovados pela Global Food Safety Initiative.

O resultado desta avaliação determina que os fornecedores avaliados com a classificação “Básico” serão auditados/visitados com uma periodicidade máxima de 6 meses. Os que obtêm uma avaliação de nível “Alto” serão auditados/visitados, no mínimo, de 12 em 12 meses e, no caso de uma avaliação de nível “Excelente”, é permitido um intervalo maior, que pode chegar aos 36 meses.

Auditorias de qualidade e segurança alimentar a fornecedores de perecíveis e de Marca Própria*

Colômbia	2024	2023	Δ 2024/2023
Perecíveis	209	233	-10,3%
Marca Própria – alimentar e não-alimentar	245	226	+8,4%
Polónia			
Perecíveis**	1.231	1.401	-12,1%
Marca Própria – alimentar e não-alimentar	467	432	+8,1%
Portugal			
Perecíveis	924	1.008	-8,3%
Marca Própria – alimentar e não-alimentar	188	250	-24,8%

*As auditorias incluem os seguintes tipos: seleção, controlo e acompanhamento.

** Inclui auditorias ad-hoc e inspeções.

Em 2024, o número total de auditorias diminuiu 8% face a 2023. A diminuição das auditorias na área de perecíveis na Polónia e na Colômbia e nas áreas de perecíveis e Marca Própria em Portugal deve-se aos bons resultados obtidos, que determinaram uma menor frequência das auditorias de acompanhamento em 2024. O aumento das auditorias de Marca Própria na Colômbia e na Polónia resulta do aumento de potenciais fornecedores, o que levou à realização de mais auditorias de seleção.

Estas auditorias incluem ainda critérios de bem-estar animal aplicados a matadouros (com as quais as nossas Companhias e os seus fornecedores trabalham) dos fornecedores de perecíveis de carne que detenham explorações primárias. Os critérios avaliados têm por base o referencial da Global G.A.P. (Global Good Agricultural Practices) e a legislação em vigor. São avaliados aspetos gerais adaptados às diferentes categorias de carne (com condições específicas para carne bovina, de aves, de suínos, de coelhos e de borrego), nomeadamente condições da exploração, alimentação, transporte e atordoamento. Na Polónia, as explorações de ovos que fornecem a Biedronka são inspecionadas com base num modelo desenvolvido internamente e que avalia aspetos de bem-estar animal, como é o caso das condições de alojamento, alimentação, liberdade de movimentos e acesso a água fresca, entre outros.

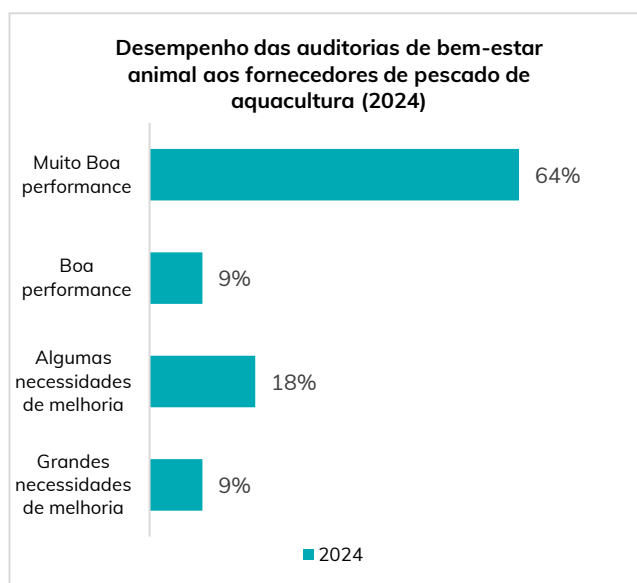
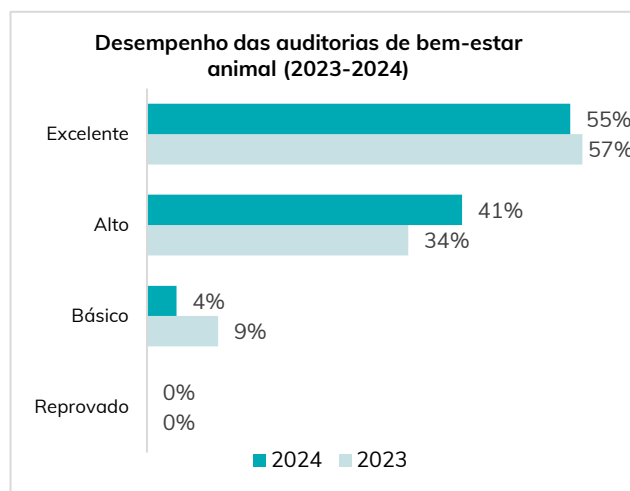
¹⁰⁹ No caso de novos fornecedores com sistemas de certificação de segurança alimentar aprovados pela Global Food Safety Initiative, não é necessária uma auditoria de seleção, com exceção dos fornecedores de Marca Própria com avaliação de risco superior a “Baixo”. A Global Food Safety Initiative é uma coligação do The Consumer Goods Forum que avalia os sistemas de gestão de segurança alimentar nas cadeias de abastecimento com o objetivo de garantir um fornecimento de produtos alimentares seguros e de confiança para os consumidores. São reconhecidos por esta iniciativa um conjunto de esquemas como o British Retail Consortium (BRC), Global Good Agricultural Practices (Global G.A.P.), HACCP/Codex Alimentarius, International Featured Standards (IFS), Food Safety System Certification (FSSC) 22000 ou ISO 22000.

¹¹⁰ Os aspetos laborais correspondem a 10% do total da avaliação e estão relacionados com a qualidade e segurança dos produtos, sendo avaliados itens como condições de higiene e segurança no trabalho, formação, utilização de vestuário adequado, equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias adequados para colaboradores.

Em 2024, estas auditorias foram realizadas na Colômbia e em Portugal (produção primária e matadouros), e na Polónia (produção primária). No total, foram realizadas 78 auditorias, menos 20% do que em 2023¹¹¹. Como referido anteriormente, esta redução está relacionada com as boas avaliações dos anos anteriores, que determinam uma menor frequência de novas auditorias de acompanhamento.

Na Polónia, foram realizadas mais de 200 inspeções a explorações de ovos desde 2018, alcançando o objetivo de auditar 100% das explorações que fornecem a Biedronka.

Adicionalmente, a Biedronka iniciou a auditoria aos fornecedores diretos de peixe fresco de aquacultura de acordo com a norma “Fish Welfare” do Grupo, que se baseia no referencial da norma de aquacultura da Global G.A.P. (Global Good Agricultural Practices) e na legislação em vigor. No total, todos os fornecedores avaliados obtiveram uma classificação de “Muita Boa performance”, representando 42% dos fornecedores diretos da Biedronka nesta categoria. Em Portugal, 100% do pescado fresco de aquacultura foi avaliado de acordo com estes critérios, uma vez que cerca de 70% dos fornecedores de pescado fresco de aquacultura em Portugal têm certificação Global G.A.P. e os restantes 30% foram incluídos nas auditorias de bem-estar animal coordenadas pelas nossas Companhias. Destes, apenas um fornecedor foi identificado como necessitando de melhorias relevantes. Foi partilhado um plano de correção e será realizada uma auditoria de acompanhamento.



Em 2024, trabalhamos também com fornecedores de carne de frango e peru em Portugal para promover a sua certificação de acordo com o selo Welfair™. Esta certificação baseia-se nos referenciais europeus Welfare Quality e AWIN®, e avalia e monitoriza a qualidade do bem-estar animal nas explorações, nas zonas de criação e nos matadouros. Em resultado do esforço conjunto de colaboração, terminámos o ano com 100% dos nossos fornecedores de frango e peru (carne) nas categorias de perecíveis e Marca Própria com certificação Welfair™, atribuída por entidades externas.

Auditorias ambientais

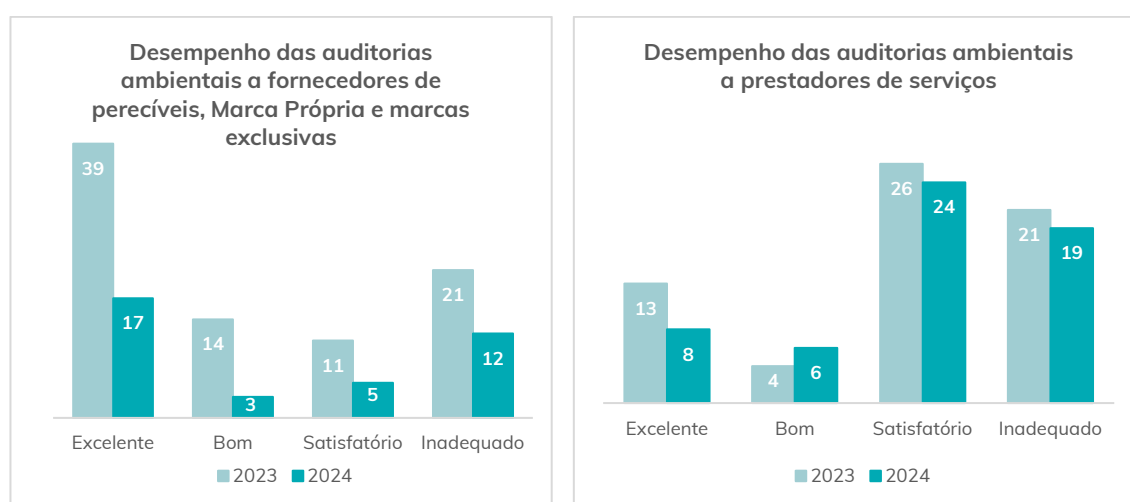
Nas nossas auditorias ambientais, avaliamos requisitos relacionados com certificação e gestão de aspetos ambientais relacionados com os temas da água, embalagens, efluentes, resíduos, emissões para a atmosfera e substâncias perigosas, entre outros. Avaliamos o desempenho ambiental dos nossos fornecedores de perecíveis e Marca Própria e dos nossos prestadores de serviços, tanto no momento da sua seleção, como durante a relação comercial. No caso de auditorias de seleção, os critérios ambientais assumem a mesma ponderação que as componentes de auditoria de qualidade e segurança alimentar, sendo, por isso, igualmente relevantes no momento de aprovação do fornecedor. Em 2024, foram avaliados e aprovados 179 novos fornecedores por cumprirem ambos os critérios.

¹¹¹ Esta variação foi recalculada para incluir inspeções em explorações de ovos levadas a cabo em 2023 e 2024.

As auditorias ambientais de acompanhamento aos nossos fornecedores de perecíveis e Marca Própria são asseguradas por uma entidade externa. Para os prestadores de serviços, as auditorias são promovidas por equipas internas. Em 2024, e pela primeira vez, os fornecedores de perecíveis e Marca Própria foram avaliados de acordo com uma escala de risco que tem em conta o histórico dos resultados das auditorias ambientais dos fornecedores e o risco ambiental do país de fornecimento. No caso dos prestadores de serviço, a prioridade é dada aos prestadores cujas atividades possam ter maior impacto ambiental¹¹².

São avaliados cerca de 100 requisitos e o desempenho¹¹³ dos fornecedores é classificado num de quatro níveis: Excelente, Bom, Satisfatório e Inadequado. Entre os critérios de seleção dos fornecedores e prestadores de serviços a submeter a estas auditorias estão o volume de compras efetuado pelas Companhias (mais de um milhão de euros por ano) e a relevância dos impactos ambientais resultantes das suas atividades.

Em 2024 foram auditados 37 fornecedores de perecíveis e de Marca Própria, incluindo reauditorias¹¹⁴. Dos fornecedores auditados, 11 detinham a certificação ISO 14001, equivalente a um nível “Excelente”. Também auditámos 57 prestadores de serviços (20 em Portugal, 25 na Polónia e 12 na Colômbia).



A redução no número de auditorias realizadas em 2024 está relacionada com o processo de seleção de uma entidade terceira para realizar as auditorias externas. Mais auditorias estão agendadas para 2025 e 2026, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos do triénio do Grupo. Para mais informações sobre estes objetivos, consulte neste capítulo, o subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, secção 6.1. “Compromissos 2024-2026”.

Aos fornecedores e prestadores de serviços com avaliação de nível “Inadequado” é apresentado um plano corretivo que exige uma resposta no prazo máximo de seis meses. O grau de execução será aferido numa segunda auditoria, realizada no ano seguinte. Se o plano corretivo não for cumprido, reservamo-nos o direito de suspender a colaboração. Nos casos em que se verificam não conformidades ou conformidades parciais, são apresentados planos de melhoria.

¹¹² Produção e fornecimento de equipamentos, transportes, refrigeração e AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado), operadores de gestão de resíduos, instalação e manutenção de sistemas de tratamento e gráficas.

¹¹³ Os níveis de avaliação são determinados da seguinte forma: (i) Excelente: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento superior a 94% dos requisitos de nível “Satisfatório”, acrescidos do cumprimento entre 71% e 85% dos requisitos de nível “Bom” e de pelo menos 70% dos requisitos de nível “Excelente”, ou cumprimento de 100% dos requisitos críticos e ter um sistema de gestão ambiental certificado; (ii) Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 85% e 94% dos requisitos de nível “Satisfatório”, acrescidos do cumprimento de 70% dos requisitos de nível “Bom”; (iii) Satisfatório: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 70% e 84% dos requisitos de nível “Satisfatório” e; (iv) Inadequado: incumprimento de um ou mais requisitos críticos e/ou cumprimento inferior a 70% dos requisitos de nível “Satisfatório”.

¹¹⁴ As reauditorias são novas auditorias realizadas a fornecedores que obtiveram o nível “Inadequado” na primeira auditoria. Servem o propósito de avaliar o grau de cumprimento do plano de melhoria.

Auditorias sociais

Tal como descrito acima, e durante o processo de seleção de fornecedores, incluímos critérios relacionados com aspetos laborais¹¹⁵ nas nossas auditorias de qualidade e segurança alimentar. Estes aspetos sociais são ainda complementados pelas nossas auditorias regulares aos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria a quem compramos mais de um milhão de euros por ano.

O nosso programa de auditorias sociais permite às Companhias efetuar as devidas diligências para avaliar os procedimentos dos fornecedores, prevenindo e mitigando os potenciais riscos em matéria de direitos humanos e laborais, em conformidade com os princípios da nossa Política de Compras Sustentáveis. O programa também permite aos nossos parceiros uma melhor compreensão das questões sociais, minimizando os seus riscos e aumentando a sua capacidade de expansão para outros países com requisitos laborais mais exigentes.

Estas auditorias, realizadas por uma entidade externa e independente, são precedidas por uma sessão de esclarecimento com os nossos parceiros, analisam o cumprimento das leis nacionais e internacionais e têm em conta as boas práticas partilhadas pela Sustainable Supply Chain Initiative do The Consumer Goods Forum. Existem três sistemas de auditoria adequados aos sectores com risco elevado: produção primária, operações no mar e indústria de transformação.

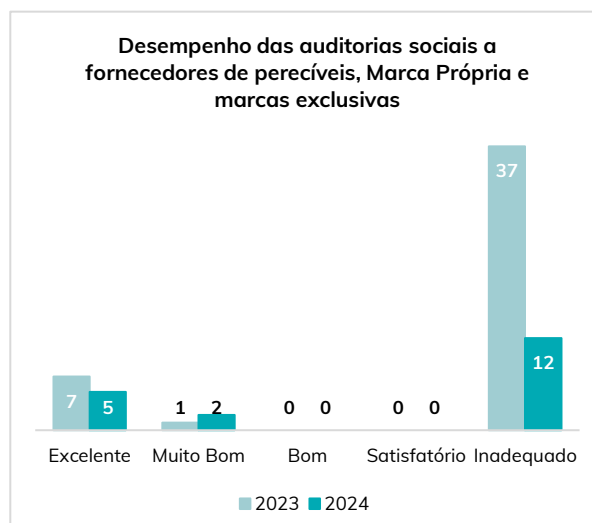
As auditorias sociais avaliam mais de 125 requisitos de entre 12 dimensões: prevenção do trabalho infantil; prevenção do trabalho forçado; prevenção da discriminação; salvaguarda do direito de associação; termos contratuais; horas de trabalho; vencimento e benefícios; saúde e segurança no trabalho; preparação para emergência; monitorização do cumprimento; ética nos negócios; proteção dos direitos humanos, incluindo critérios que consideramos como de “tolerância zero”.

Para além da análise dos documentos fornecidos pela gestão e das inspeções ao local, são realizadas entrevistas aos colaboradores da cadeia de valor para triangular a informação. Em todas as auditorias é entrevistada uma amostra de colaboradores representativa da média global da força de trabalho da empresa auditada, juntamente com colaboradores provenientes de grupos vulneráveis (como migrantes e pessoas sob contrato temporário), para além de colaboradores que, durante a visita, sejam identificados como estando numa situação de risco social.

As entrevistas são efetuadas tendo em conta as circunstâncias específicas do trabalhador e as observações feitas durante a visita. A entrevista respeita sempre os princípios da confidencialidade e da não retaliação. Para mais informações sobre estes processos, consultar o subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.4. “Trabalhadores na cadeia de valor” neste capítulo.

Com base na pontuação geral, definimos cinco níveis de conformidade¹¹⁶: Excelente, Muito Bom, Bom, Satisfatório e Inadequado.

Em 2024 executámos auditorias presenciais a 19 fornecedores diretos. Para as auditorias foram ainda considerados aspetos relacionados com o risco social, tal como disposto na Lista de Bens



¹¹⁵ Os aspetos laborais, que representam 10% da avaliação, estão relacionados com a qualidade e segurança dos produtos. Estas auditorias avaliam itens como condições de higiene e segurança no trabalho, formação, utilização de vestuário adequado, equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias adequados para colaboradores.

¹¹⁶ Os resultados de cada fornecedor são aferidos pelo cumprimento total, parcial ou de não-conformidade dos requisitos críticos, dos requisitos de nível geral e, quando aplicáveis, dos requisitos de boas-práticas. São cinco os níveis de conformidade: i) Excelente: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento de pelo menos 95% dos requisitos gerais e boas-práticas; ii) Muito Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento entre 85% e 94% dos requisitos gerais e boas-práticas; iii) Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento entre 75% e 84% dos requisitos gerais e boas-práticas; iv) Satisfatório: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento entre 65% e 74% dos requisitos gerais e boas-práticas; v) Inadequado: incumprimento, ainda que parcial, de pelo menos um requisito crítico e/ou cumprimento inferior a 65% dos requisitos gerais e boas-práticas.

Produzidos por Trabalho Infantil ou Trabalho Forçado, por país, desenvolvida pelo Bureau of International Labor Affairs (ILAB). Foram auditados fornecedores locais em Portugal, na Polónia e na Colômbia. Oito fornecedores classificados no nível “Inadequado” em ciclos transatos foram auditados de novo e quatro foram reavaliados como “Excelente”. Os restantes quatro, mantiveram-se no nível “Inadequado”.

A todos os fornecedores, independentemente de uma avaliação final sem não-conformidades críticas, foi apresentado e discutido um plano de ações corretivas personalizado, com resposta obrigatória no prazo máximo de 12 meses, variável conforme a gravidade. Durante este período de 12 meses, novos contactos são feitos junto do fornecedor para analisar o progresso na implementação do plano.

Para os casos de fornecedores com avaliação de nível “Inadequado” são feitos contactos regulares para aferir a implementação do plano de ação corretiva. Uma avaliação *in loco* ou feita de forma remota é realizada no ano seguinte para nova verificação. Na ausência de evidências de progresso, reservamo-nos o direito de suspender a colaboração comercial, tal como definido na nossa Política de Compras Sustentáveis.

5.2.2. Sensibilização e formação a fornecedores

[ESRS 2 MDR-A; ESRS G1-2]



Para além das visitas e auditorias, também disponibilizamos ações de sensibilização e formação aos nossos fornecedores, com vista a promover a melhoria contínua. Estas são ferramentas de intercâmbio de conhecimento, essenciais para a partilha e definição de boas práticas, objetivos comuns e identificação de oportunidades de melhoria de produtos e processos. Quanto melhor for o desempenho dos nossos fornecedores, melhor as nossas Companhias poderão responder aos seus desafios de sustentabilidade, em especial no que respeita aos objetivos relacionados com a cadeia de abastecimento, como as metas de redução das emissões de âmbito 3.

Em 2024 foram realizadas várias sessões de formação, numa multiplicidade de temas relacionados com sustentabilidade. Estão incluídos os tópicos da segurança alimentar e food defense, bem-estar animal (incluindo pescado de aquacultura), temas sociais e ambientais na cadeia de abastecimento, auditorias ambientais e sociais, pegada de carbono ao longo da cadeia de valor (emissões de âmbito 3), princípios de ecodesign de embalagens, utilização responsável de pesticidas, combate à desflorestação e regulamentação europeia conexa, gestão da água e agricultura sustentável e regenerativa.

Mais de 2.000 representantes de fornecedores de perecíveis e Marca Própria participaram nestas iniciativas em Portugal, Polónia e Colômbia.

Promoção de práticas agrícolas sustentáveis junto dos fornecedores

A produção agrícola sustentável contribui para reduzir os impactos em domínios como a poluição dos solos e para preservar os serviços dos ecossistemas, como os prestados pelos polinizadores. Paralelamente, estas práticas aumentam a resiliência dos sistemas produtivos, assegurando a sua viabilidade económica e respetivo desenvolvimento social.

Por este motivo, desenvolvemos o Manual de Agricultura Sustentável para os nossos fornecedores de fruta, legumes e flores em Portugal. O manual enumera oportunidades de melhoria em áreas estratégicas, como o uso do solo, a preservação da biodiversidade, a eficiência nos consumos de água e energia, e a utilização adequada de fertilizantes e fitofármacos. Foi igualmente concebido para ajudar os produtores a calcular o índice de sustentabilidade das suas explorações. Disponibilizamos também formação às explorações integradas no projeto, alinhando a metodologia utilizada no manual com os objetivos da estratégia europeia “Do Prado ao Prato”.

Em 2024, aplicámos os princípios do manual em 15 novas explorações localizadas em Portugal e reavaliámos 13 que já eram participantes no projeto, totalizando 28 explorações avaliadas durante o ano. O índice de sustentabilidade médio destas novas explorações foi de 3,65 (numa escala de 1 a 5, em que 5 equivale à pontuação máxima). Durante o período de 2024-2026, temos como objetivo avaliar pelo menos 60 explorações em Portugal.

As reavaliações são normalmente realizadas de dois em dois anos e, de um modo geral, os indicadores com melhor pontuação (superior a 4) são os relacionados com a gestão de resíduos, as práticas agrícolas e o uso dos solos. Os indicadores que apresentam maiores oportunidades de melhoria são os relacionados com o consumo de energia.

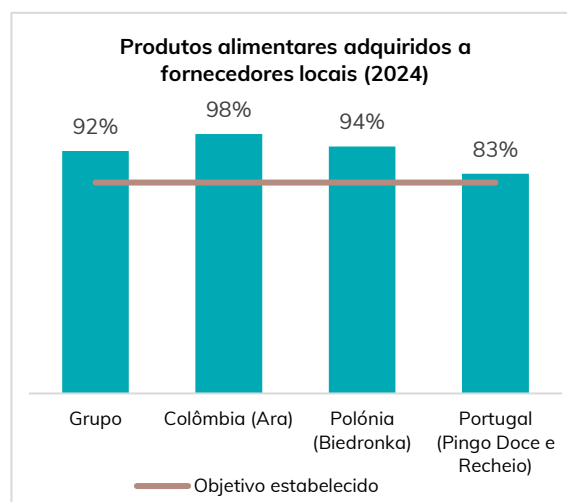
Desde o início da aplicação do projeto em 2016, foram integradas mais de 200 explorações de 100 fornecedores. Os fornecedores que participam no projeto com pelo menos uma exploração agrícola representam 67% do volume de frutas, legumes e flores adquiridos pelas nossas Companhias em Portugal.

5.2.3. Relação com fornecedores locais

[ESRS 2 MDR-A; ESRS 2 MDR-M; ESRS G1-2]
[GRI 2-6; GRI 204-1]



A relação com fornecedores locais é fundamental para promover a economia local, uma vez que impulsiona os negócios regionais e cria oportunidades de trabalho. Além disso, os fornecedores locais ajudam a simplificar a complexidade da cadeia de abastecimento, conduzindo assim a processos mais eficientes. Ao colaborar com fornecedores mais próximos, garantimos tempos de entrega mais curtos, o que significa que os nossos produtos são mais frescos e têm uma vida útil mais longa, beneficiando, em última análise, tanto os nossos clientes como as nossas operações em geral. Distâncias mais curtas entre os fornecedores e as nossas operações resultam também na redução de emissões de carbono associadas ao transporte, nomeadamente aéreo e marítimo.



Com base nestas vantagens, não é surpreendente que, na última década, nos tenhamos mantido firmes no nosso compromisso de assegurar que pelo menos 80% dos produtos alimentares que comercializamos em cada dos países onde temos operações consolidadas de distribuição alimentar provenham de fornecedores locais¹¹⁷.

¹¹⁷ Mais informação sobre as compras a fornecedores locais de perecíveis e de Marca Própria, como talho, pescado, fruta e vegetais, padaria/pastelaria e flores está disponível no nosso [website](#).

Compras a produtores agrícolas locais

Na Polónia, a Biedronka manteve-se firme no seu compromisso de trabalhar com pequenas explorações agrícolas de produção familiar. Este programa, lançado em 2021, foca-se em comprar diretamente a pequenos produtores locais. Em 2024, a Biedronka assinou mais de 70 novos contratos, elevando o número total de produtores locais ativos para cerca de 230. O valor destas compras aumentou 45% em relação a 2023, atingindo mais de 126 milhões de alimentos entregues nas lojas da Companhia.

Em Portugal, o Pingo Doce adquiriu mais de 14 mil toneladas de cereja, maçã e quivi de produção nacional, quantidade semelhante a 2023, e reforçou o sortido de perecíveis especializados com produtos nacionais nas categorias de vegetais, carne e pescado de aquacultura.

A Ara também investiu na relação com produtores locais de fruta e legumes. Em 2024, cerca de 95% das suas compras nesta categoria tiveram origem na produção nacional.

Mais informação disponível no [website](#) corporativo do Grupo.

Mantivemos também, junto dos consumidores, iniciativas de comunicação relativas a produtos locais e sazonais disponíveis nas nossas insígnias, recorrendo a vários formatos como a comunicação em loja, folhetos, campanhas televisivas e canais digitais. Adicionalmente, utilizamos selos nos produtos de Marca Própria que nos ajudam a destacar:

- a incorporação de matérias-primas e/ou produção 100% portuguesa no Recheio;
- a origem, com os selos 100% Nacional no Pingo Doce, Polski Produkt (Produto Polaco) na Biedronka, e Hecho en Colombia (Feito na Colômbia) na Ara.

5.2.4. Iniciativas e práticas de pagamento a fornecedores

[ESRS 2 MDR-M; ESRS 2 MDR-T; ESRS G1-2; ESRS G1-6]

[GRI 2-6]



Relativamente ao pagamento aos fornecedores, todas as Companhias estabelecem termos em linha com a prática do setor e que consideram a sustentabilidade financeira das suas respetivas cadeias. Adicionalmente, existem programas específicos dirigidos a fornecedores de menor dimensão, conforme detalhamos em seguida.

Nos três países das nossas operações de distribuição alimentar (Portugal, Polónia e Colômbia), que representam mais de 99% do volume de vendas do Grupo, dispomos de ferramentas específicas para assegurar um processamento eficiente das faturas. Estas ferramentas gerem e asseguram o cumprimento das condições de pagamento acordadas com cada fornecedor, nomeadamente: i) comunicação eletrónica (EDI) para receção das faturas e respetivos documentos dos fornecedores; ii) um portal web onde os fornecedores têm acesso à informação, incluindo a lista de faturas a pagar, com notificações nos casos em que são necessários esclarecimentos ou ações para que as correções e/ou ajustes possam ser feitos rapidamente para facilitar o processo de pagamento.

Para melhorar a liquidez dos nossos fornecedores de distribuição alimentar, reforçámos os nossos acordos de financiamento dos fornecedores. Estes permitem aos fornecedores receberem o pagamento antecipado das faturas a taxas mais favoráveis e sem afetar o rating da sua dívida. No final de 2024, estes programas estavam implementados em Portugal, Polónia e Colômbia, chegando a mais de 200 fornecedores em cada país.

As nossas insígnias de distribuição alimentar têm também programas específicos que promovem prazos de pagamento mais curtos para fornecedores de menor dimensão.

Na Polónia, desde a pandemia em 2020 que na Biedronka reduzimos para um máximo de 21 dias o período de pagamento aos produtores com uma faturação inferior a 100 milhões de złoty (cerca de 24 milhões de euros). Em 2024, cerca de 260 fornecedores beneficiaram desta iniciativa, mais 60 do que em 2023.

Em Portugal, existem dois programas implementados. O primeiro visa apoiar os pequenos e médios produtores de perecíveis que são membros da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Esta medida, única no retalho em Portugal, consiste na antecipação do prazo de pagamento para uma média

de 10 dias, em vez dos 30 dias previstos na lei para estas categorias, sem quaisquer custos financeiros para o produtor. Desde 2012 cerca de 375 fornecedores já beneficiaram desta iniciativa. O segundo programa estabelece um prazo máximo de pagamento de 30 dias sem qualquer desconto para todas as pequenas e médias empresas portuguesas certificadas pelo IAPMEI, a Agência para a Competitividade e Inovação. Em 2024, todos os fornecedores identificados como PME portuguesas certificadas beneficiaram desta iniciativa.

Na Colômbia, a Ara tem em vigor o programa “Plazos Justos” (Prazos Justos) para reduzir os prazos de pagamento dos fornecedores de menor dimensão. Esta iniciativa destina-se a micro, pequenas e médias empresas e garante o pagamento em menos de 45 dias, com o objetivo de aumentar o seu fluxo de caixa e a produtividade do negócio. Em 2024, participaram neste programa cerca de 1.170 fornecedores.

Tal como referido anteriormente, para além dos nossos programas de pagamento específicos para PME, as nossas condições de pagamento são acordadas com todos os fornecedores comerciais e fixadas com base no Acordo Geral de Fornecimento. Estas condições podem variar consoante o tipo e a dimensão do fornecedor e/ou a categoria dos produtos fornecidos. A título de exemplo, os fornecedores de produtos frescos têm prazos de pagamento mais curtos do que os fornecedores de produtos não-alimentares de baixa rotação.

As condições de pagamento são classificadas em três categorias: i) menos de 30 dias, entre 30 e 60 dias e iii) mais de 60 dias. Em todos os países onde operamos, a maioria dos fornecedores comerciais – mais de dois terços – são pagos entre 30 e 60 dias (equivalente a 72% das responsabilidades). A informação relativa à proporção de fornecedores pagos de acordo com o número médio de dias está incluída na nota 28.2.2. “Risco de liquidez”, subcapítulo 3.1. “Demonstrações Financeiras Consolidadas” no capítulo 3 “Demonstrações Financeiras”.

Os pagamentos fora deste intervalo podem aplicar-se a acordos específicos com fornecedores (por exemplo, como mencionado anteriormente) ou em casos em que pode ser necessária informação adicional antes de o pagamento poder ser efetuado (por exemplo, obter confirmação das novas contas bancárias do fornecedor).

Durante 2024, as nossas Companhias não estiveram envolvidas em processos judiciais relacionados com atrasos de pagamento a fornecedores comerciais.

6. Compromissos de Sustentabilidade

[ESRS 2 MDR-T]

6.1. Compromissos 2024-2026

6.1.1. Ambiente

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Alterações Climáticas [ESRS E1-4]	 MATERIAL	Reduzir as emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 do Grupo, em termos absolutos, em pelo menos 10% até 2026, face a 2021. Este compromisso está alinhado com o objetivo baseado na ciência para o curto-prazo submetido por Jerónimo Martins à Science Based Targets initiative.	Em progresso. Em 2024, a redução das emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 do Grupo, em termos absolutos, foi de 19%, face a 2021.
Alterações Climáticas [ESRS E1-4]	 MATERIAL	Reduzir em 5% as emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO ₂ e por palete transportada) até 2026, face a 2021.	Em progresso. Em 2024, a redução das emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO ₂ e por palete transportada), foi de 6,1%, face a 2021
Alterações Climáticas [ESRS E1-4]	 MATERIAL	Envolver, no período 2024-2026, pelo menos 5 fornecedores entre os principais 100 fornecedores em termos de produtos comprados por cada Companhia para colaborar na definição de estratégias para a redução das emissões de âmbito 3.	Em progresso. Em 2024, foram contactados 20 dos principais fornecedores da Biedronka, Pingo Doce e Recheio no âmbito do nosso plano de redução das emissões de âmbito 3. Até 2026, iremos envolver também os principais fornecedores da Ara, Hebe e JMA.
Alterações Climáticas [ESRS E1-4]	 MATERIAL	Reduzir o consumo de energia em 10% (por 1.000€ de vendas) até 2026, face a 2021.	Em progresso. Em 2024, a redução do consumo de energia, por mil euros de vendas, foi de 30%, face a 2021.
Poluição [ESRS E2-3]	 NON-MATERIAL	Garantir que o número de localizações com certificação ambiental é de pelo menos 70% do total de centros de distribuição e unidades industriais/semelhantes*. * Incluindo a fábrica de massas frescas, cozinhas centrais, fábrica de sopas, fábrica de laticínios Terra Alegre e unidades de embalagem.	Em progresso. Em 2024, 73% dos centros de distribuição e unidades industriais tinham certificação ambiental ISO 14001. Na Polónia, foi renovada a certificação segundo a norma internacional ISO 14001 para 17 centros de distribuição (CD) e a Fábrica de Sopas da Biedronka. Em Portugal, a Fábrica de Massas Frescas e a Terra Alegre mantiveram a certificação ISO 14001, assim como os CD (Azambuja, Algoz, Vila do Conde e Alfena, Vila Nova da Rainha e Alcochete) e as cozinhas centrais do Pingo Doce (Odiveiras e Aveiro). Na Colômbia, a Ara concluiu o processo de certificação ISO 14001 dos centros de distribuição de Gachanchipá e de Pereira.
Recursos hídricos e marinhos [ESRS E3-4]	 NON-MATERIAL	Reduzir o volume de água captada nas atividades de Distribuição em 10% (por 1.000€ de vendas), até 2026, face a 2021.	Em progresso. Em 2024, a redução do volume de água captada nas atividades de Distribuição, por 1.000€ de vendas, foi de 59%, face a 2021.
Recursos hídricos e marinhos [ESRS E3-4]	 NON-MATERIAL	Definir e implementar um plano de mitigação e adaptação para melhorar a eficiência na utilização da água e gerir a sua escassez durante os períodos de baixa precipitação nas unidades da JMA, divulgando publicamente os progressos realizados.	Em progresso. Em 2024, foi desenvolvido o Plano de Gestão da Água da JMA, que define metas e um conjunto de ações até 2030 para o negócio agroalimentar, que visam priorizar a monitorização e limitar os consumos específicos de água nas diferentes atividades de JMA.
Biodiversidade e ecossistemas [ESRS E4-4]	 NON-MATERIAL	Na Colômbia, Polónia e Portugal apoiar e/ou implementar, no período 2024-2026, pelo menos dois projetos de conservação da natureza e de proteção da biodiversidade, alinhado com o Protocolo Kunming-Montreal Global Diversity e divulgar anualmente os seus resultados.	Em progresso. No total, o Grupo apoiou, em 2024, 11 projetos de conservação da natureza (7 em Portugal, 2 na Colômbia e 2 na Polónia).
Biodiversidade e ecossistemas [ESRS E4-4]	 NON-MATERIAL	Contribuir para os objetivos do Forest Positive Coalition of Action do The Consumer Goods Forum. No âmbito dos nossos produtos de	Em progresso. Em 2024 o Grupo teve o seguinte desempenho nas suas Marcas Próprias e perecíveis:

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
		Marca Própria e pereceíveis foram definidos os seguintes objetivos: • DCF: Até 2025, garantir que o óleo de palma, a soja, o papel e a madeira e a carne bovina nos nossos produtos de Marca Própria e pereceíveis não estão associados nem à desflorestação nem à conversão de ecossistemas (DCF - Deforestation and Conversion Free). • Óleo de palma: - o continuar a assegurar que em Portugal e na Polónia 100% do óleo de palma possui certificação RSPO e estender este compromisso, progressivamente, aos derivados de óleo de palma. - o na Colômbia garantir o cumprimento do "Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Palma en Colombia" (Acordo Voluntário para a Desflorestação Zero na Cadeia de Óleo de Palma da Colômbia) do governo colombiano, garantindo, até 2026, que o óleo de palma de origem colombiana utilizado nas Marcas Próprias e nos produtos pereceíveis é rastreável até à exploração agrícola onde foi produzido e não está associado a desflorestação, e que 100% do óleo de palma de origem não colombiana utilizado nas Marcas Próprias e nos produtos pereceíveis é certificado pela RSPO. • Soja: até 2025, assegurar que 100% da soja direta e indireta é rastreável pelo menos até ao país de origem e que sempre que sejam provenientes de locais onde o risco não é negligenciável, a soja é rastreada até ao município de origem e/ou que tem certificação de sustentabilidade (ex.: RTRS ou Proterra). • Papel e madeira: trabalhar com os fornecedores de produtos de Marca Própria e pereceíveis para assegurar a certificação (FSC® ou PEFC) em 95% das fibras virgens utilizadas nos produtos e em 80% das fibras virgens utilizadas nas nossas embalagens até 2026. • Carne bovina: assegurar que 100% da carne bovina de Marca Própria ou pereceíveis é rastreada até pelo menos ao país de origem e que sempre que seja proveniente de locais onde o risco não é negligenciável é assegurada a rastreabilidade até ao nível da quinta de produção.	• DCF - Deforestation and Conversion Free: o cálculo DCF para o óleo de palma, soja, papel e madeira e carne bovina nos nossos produtos de Marca Própria e pereceíveis está a ser finalizado. Iremos reportar o nosso progresso neste indicador no segundo semestre de 2025, no 5º Relatório de Progresso "Contribuir para um futuro positivo para as florestas". • Óleo de palma: as Companhias em Portugal e Polónia mantiveram a certificação RSPO em 100% do óleo de palma utilizado. Na Colômbia, a Ara rastreou a origem de 95% do óleo de palma até à exploração agrícola onde foi produzido. O óleo de palma presente nos nossos produtos é proveniente de três das quatro zonas de produção no país e de 25 (entre 70) unidades de transformação em funcionamento na Colômbia. Apenas 0,75% de desflorestação detetada pelos organismos públicos em 2021 estava associada ao óleo de palma. Na Ara, mais de 75% do óleo de palma utilizado na Marca Própria e pereceíveis foi produzido na Colômbia e 66% detinha certificado RSPO. Em 2024, 59% do óleo de palma nas Marcas Próprias e pereceíveis da Ara que não era proveniente da Colômbia tinha certificação RSPO. • Soja: Conseguimos aferir a origem, pelo menos até ao país de produção, de 95% do total de soja presente nas nossas cadeias de abastecimento (mais 2 p.p. face a 2023). Cerca de 64% do total de soja de origem conhecida é proveniente de países com risco de desflorestação (-6 p.p. face a 2023) e, desta, 17% apresentava certificação de sustentabilidade (ex., RTRS). • Carne bovina: foi assegurada a rastreabilidade de toda a carne bovina utilizada nos produtos de Marca Própria e pereceíveis até, pelo menos, ao país de origem. Apenas 0,4% do total tinha origem no Brasil. Apesar da reduzida exposição que temos a este ingrediente, mantemos a nossa participação no grupo de trabalho de carne bovina, no âmbito do Forest Positive Coalition of Action do CGF. • Papel e madeira: 90% das fibras virgens utilizadas nos nossos produtos e nas embalagens de Marca Própria e pereceíveis detinham certificação de sustentabilidade (FSC® ou PEFC).
Biodiversidade e ecossistemas [ESRS E4-4]	 NON-MATERIAL	Até 2026, analisar o estado de sustentabilidade de pelo menos 80% das vendas de pescado (em kg) de Marca Própria e pereceíveis, divulgando publicamente o progresso.	Em progresso. Em 2024, analisámos mais de 80% das vendas de pescado (em kg) de Marca Própria e pereceíveis na Ara, Biedronka, Pingo Doce e Recheio. Este trabalho permitiu identificar as dez zonas de captura mais representativas deste universo e concluir que: 51% do pescado selvagem proveniente destas origens não possui risco de conservação (50% classificado com o nível de Menor Preocupação e 1% como Quase Ameaçada) e que 33% está classificado com o nível de risco de conservação mais baixo (Vulnerável). Cerca de 17% do pescado selvagem não se encontrava avaliado ou possuía dados insuficientes sobre o seu estado de conservação.
Biodiversidade e ecossistemas [ESRS E4-4]	 NON-MATERIAL	Até 2026, garantir que 100% do atum capturado na natureza nos nossos produtos de Marca Própria e pereceíveis é rastreável até à embarcação.	Em progresso. Em 2024, conseguimos rastrear 42% do nosso consumo de atum de Marca Própria e pereceíveis até ao nível da embarcação. Iremos manter os nossos esforços para assegurar o cumprimento deste objetivo.
Biodiversidade e ecossistemas [ESRS E4-4]	 NON-MATERIAL	Eliminar, até 2025, a venda de ovos frescos de Marca Própria provenientes de galinhas enjauladas.	Em progresso. Em 2024, no Grupo, 98% dos ovos frescos de Marca Própria vendidos são provenientes de galinhas não enjauladas. A Biedronka, que

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Biodiversidade e ecossistemas [ESRS E4-4]	 NON-MATERIAL	Em Portugal e na Polónia, assegurar, até 2026, que pelo menos 90% dos ovos utilizados como ingrediente nos produtos de Marca Própria são provenientes de galinhas não-enjauladas.	alargou o objetivo também às marcas de fornecedores, atingiu a meta dos 100% no final de 2022, tal como o Pingo Doce já o tinha feito em agosto de 2019. A Ara não tem no seu sortido ovos frescos de Marca Própria. Em progresso. Na Biedronka, desde 2022 que são utilizados ovos de galinhas não enjauladas em 100% do sortido de Marca Própria que contém ovo como ingrediente. O Pingo Doce e o Recheio continuaram a fazer progressos, e terminaram 2024 com 73% (+12 p.p. face a 2023) e 41% (+3 p.p. face a 2023), respetivamente. Adicionalmente, na Ara foi possível monitorizar, pela primeira vez, os produtos de Marca Própria que utilizam como ingrediente ovos provenientes de galinhas não enjauladas, tendo sido apurado que 68% do sortido recorria a ovos cage-free.
Utilização dos recursos e economia circular [ESRS E5-3]	 MATERIAL	Garantir que pelo menos 25% das embalagens dos produtos de Marca Própria são incluídas no projeto de Ecodesign até 2026, considerando o sortido de 2023.	Cumprido. Em 2024 foram finalizados 454 projetos de ecodesign de embalagens de produtos de Marca Própria. O valor acumulado, desde 2011, corresponde a 2.347 embalagens desenvolvidas de acordo com estratégias de ecodesign, o que corresponde a 25,7% do sortido de 2023.
Utilização dos recursos e economia circular [ESRS E5-3]	 MATERIAL	Reduzir em 10%, até 2025, o consumo específico de plástico, medido em toneladas de embalagens de plástico por milhão de euros de vendas, face a 2018.	Em progresso. Em 2024, a redução do consumo específico de plástico (t/milhão de euros de vendas) foi de 42%, face a 2018.
Utilização dos recursos e economia circular [ESRS E5-3]	 MATERIAL	Aumentar o teor de plástico reciclado nas embalagens plásticas sob nossa responsabilidade (Marca Própria, embalagens de serviço, sacos para transporte de compras e filme de paletização) para 25% até 2025.	Em progresso. Em 2024, o conteúdo de plástico reciclado foi de 11,6% nas embalagens plásticas, 13,4 p.p. a baixo do objetivo para 2025.
Utilização dos recursos e economia circular [ESRS E5-3]	 MATERIAL	Até ao final de 2026, assegurar uma taxa anual de valorização de resíduos de pelo menos 85% face ao volume total de resíduos produzidos.	Em progresso. Em 2024, a taxa de valorização de resíduos fixou-se em 84,8%, ou seja, 0,2 p.p. abaixo da meta definida para o triénio 2024-2026.
Utilização dos recursos e economia circular [ESRS E5-3]	 MATERIAL	Limitar o desperdício alimentar anual a 2,5% do total do volume de vendas (em toneladas) de géneros alimentícios, no período de 2024 a 2026.	Em progresso. Em 2024, o desperdício alimentar do Grupo fixou-se nos 1,8% do total do volume de vendas (em toneladas) de géneros alimentícios.
Utilização dos recursos e economia circular [ESRS E5-3]	 MATERIAL	Aumentar em 10% a quantidade de alimentos recuperados nas operações próprias e na cadeia de abastecimento, nomeadamente através de doações de alimentos, vendas com desconto de produtos alimentares que se aproximam do prazo de validade, recuperação de alimentos não calibrados dos agricultores e sobras das operações próprias e recuperação de alimentos desperdiçados para alimentação animal e processamento biológico, até 2026, em comparação com 2023.	Em progresso. Em 2024 a quantidade de alimentos recuperados nas operações próprias e na cadeia de abastecimento aumentou para 21%, mais 11 p.p. face à meta definida para o triénio 2024-2026.

6.1.2. Social

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	 MATERIAL	Promover o respeito pelos direitos humanos e laborais: i. assegurando um módulo de formação sobre Código de Conduta disponível para 100% dos colaboradores; ii. assegurando um programa global de formação em direitos humanos e laborais disponível para 100% dos managers; iii. implementando uma política global interna e um processo de prevenção e cumprimento dos direitos laborais, refletindo as diretrizes Labour Fundamentals em vigor.	Em progresso. i. Foi lançado para a Polónia, Portugal e Colômbia um módulo de formação em e-learning sobre o Código de Conduta do Grupo, cuja realização é obrigatória para todos os colaboradores. Encontra-se em desenvolvimento a versão que será lançada na Eslováquia. ii. Foi desenvolvido um módulo de formação em e-learning sobre direitos humanos e laborais e conduzido um piloto para testar os conteúdos do curso. O lançamento para todos os managers de Portugal está planeado para 2025. iii. Em Portugal foram identificados e aprovados os tópicos críticos a incluir no futuro processo de prevenção e cumprimento de direitos laborais e ir-se-á iniciar um diagnóstico sobre os mesmos, transversal em todas as Direções de Recursos Humanos do país. Em paralelo, foi conduzido um diagnóstico preliminar por uma entidade parceira externa aos níveis de conformidade do Grupo com os requisitos de um processo formal de diligência devida de direitos humanos.
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	 MATERIAL	Reforçar a promoção da igualdade de género em todo o Grupo: i. implementando um diagnóstico global às práticas de recursos humanos para identificar eventuais desigualdades de género e trabalhar nas oportunidades de melhoria identificadas; ii. assegurando uma variação máxima do rácio salarial entre homens e mulheres* de +/- 3% em comparação com o rácio que representa a paridade (100%), a nível global e por país; iii. assegurando um programa de formação global sobre enviesamentos inconscientes disponível para 100% dos managers. * Diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores do Grupo Jerónimo Martins, tendo por base realidades comparáveis. Expressa-se considerando o salário médio das mulheres como uma percentagem do salário médio dos homens, sendo 100% o rácio salarial que representa a total equidade entre géneros (paridade).	Em progresso. i. Foi realizado um diagnóstico global com foco em indicadores de representatividade de género e às práticas de recursos humanos, focado na identificação de eventuais desigualdades nas oportunidades oferecidas às mulheres e aos homens ao longo das diversas etapas do ciclo de vida do colaborador. Para 2025 está planeada a definição de próximos passos de atuação. ii. O rácio salarial entre géneros a nível global manteve-se estável em 98,5%, encontrando-se assim no intervalo de variação definido. Foi também, pela primeira vez este ano, reportado o rácio para as três Companhias mais representativas do Grupo, cujo resultado está também em linha com o compromisso: Biedronka: 98,1% Pingo Doce: 99,9% Ara: 98,7%. iii. Foi desenvolvido um módulo de formação em e-learning sobre discriminação e assédio no local de trabalho, que inclui conteúdos sobre enviesamentos inconscientes e como os identificar e mitigar, e foi conduzido um piloto para testar os conteúdos do curso. Está planeado para 2025 o lançamento para todos os managers de Portugal. Adicionalmente, estão a ser avaliados outros mecanismos de introdução destes conteúdos em ferramentas e programas globais de formação.

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	 MATERIAL	Reforçar as competências de liderança nas gerações futuras e promover a transferência de conhecimento: i. organizando um mínimo de quatro sessões globais anuais com especialistas seniores disponíveis para toda a população de talento jovem; ii. promovendo uma experiência transversal ao Grupo Jerónimo Martins para a população de talento jovem, com a definição de uma nova política global de trainees; iii. assegurando que 90% dos managers participam em pelo menos uma iniciativa de desenvolvimento de liderança até o final de 2026; iv. incorporando os Valores do Grupo e os comportamentos associados nos processos de gestão de pessoas com pelo menos dois processos globais revistos e 100% dos colaboradores elegíveis impactados; v. implementando um mecanismo que meça o impacto da liderança no Grupo.	Em progresso. i. Em 2024 desenvolvemos o conceito das JM Talks, sessões de inspiração e partilha de conhecimento de negócio entre líderes experientes e juniores do Grupo. No ano de lançamento desta iniciativa ocorreram duas sessões a nível global, onde participaram 547 jovens líderes. ii. Em 2024 foi definida a nova política global de talento jovem, que pretende estabelecer as linhas orientadoras para uma experiência comum dos principais programas como o Trainee Programme nos diferentes países do Grupo. Prevê-se a divulgação interna desta política em 2025. iii. Em 2024, 52,5% dos managers do Grupo participaram em pelo menos uma iniciativa de desenvolvimento de liderança que inclui formação de gestão e liderança, programas de assessment, coaching, mentoring, entre outras. iv. O processo de gestão de desempenho de managers foi revisto, passando a englobar os Valores do Grupo e avaliação de comportamentos. Esta revisão irá refletir-se no ciclo de performance de 2024, que culmina no primeiro trimestre de 2025, com a etapa de autoavaliação e avaliação pelas chefias. No âmbito do processo de onboarding, foi incluído um e-learning obrigatório para todos os colaboradores admitidos em funções de estruturas em Portugal. Continuamos a trabalhar para alargar a incorporação dos Valores a outros processos globais. v. Em 2025 será lançado um novo Questionário Global de Satisfação aos Colaboradores, que inclui, entre outros aspetos, questões relacionadas com a liderança.
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	 MATERIAL	Robustecer os nossos mecanismos de reconhecimento e promover maior transparência sobre remuneração: i. assegurando pelo menos um mecanismo de reconhecimento que valorize os comportamentos em todas as Companhias (fazendo evoluir os existentes ou implementando novos mecanismos de reconhecimento), abrangendo 100% dos colaboradores até 2026; ii. disponibilizando a declaração de pacote de remuneração total (remuneração fixa, variável e benefícios) a 100% dos colaboradores até 2026.	Em progresso. i. Todas as Companhias do Grupo continuam a trabalhar para garantir o cumprimento deste compromisso. O ciclo de performance de 2024, onde os Valores e avaliação de comportamentos passaram a estar incluídos, será a base para o apuramento dos prémios anuais de desempenho de todos os colaboradores elegíveis. ii. O Grupo está a avaliar, à luz das prioridades de implementação das soluções tecnológicas existentes, a viabilidade do calendário definido para este compromisso.

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	 NON-MATERIAL	Aumentar o número de colaboradores em situação de desvantagem no acesso ao mercado de trabalho no total da força de trabalho (pessoas com deficiência e/ou incapacidade, refugiados e migrantes ou pessoas em situação social de risco) e contribuir positivamente para aumentar a consciência de inclusão social dentro e fora do Grupo, promovendo pelo menos quatro fóruns anuais de partilha de boas práticas neste âmbito.	Em progresso. O número de colaboradores em situação de desvantagem no acesso a mercado de trabalho*, correspondia, no final de 2024, a 4,7% da população do Grupo. O resultado obtido no primeiro ano de medição deste compromisso servirá como base de comparação para os ciclos de reporte seguintes, por forma a apurar o aumento do número de colaboradores em situação de desvantagem no acesso ao mercado de trabalho. Para o ano 2024, no que diz respeito à contribuição para o aumento da consciência de inclusão social dentro e fora do Grupo, o compromisso foi atingido, dado que assegurámos 54 ações de partilha de boas práticas, a maioria das quais focada na apresentação do Programa Incluir a empresas, escolas, fundações e outros tipos de instituições nacionais e internacionais. * Os critérios considerados em cada país foram: i) Portugal - colaboradores com atestado de incapacidade ou identificados no Programa Incluir nos seguintes pilares: deficiência, migrantes e refugiados e pessoas em situação de risco. ii) Polónia – colaboradores com atestado de incapacidade e refugiados de nacionalidade ucraniana; iii) Colômbia: colaboradores com atestado de incapacidade, refugiados de nacionalidade venezuelana e colaboradores identificados no âmbito do programa "Mamas Cabezas de Hogar" (o programa não esteve ativo em 2024 e o seu relançamento está planeado para 2025).
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	 MATERIAL	Reforçar as oportunidades internas de desenvolvimento e mobilidade, aumentando a sua atratividade e eficácia: i. assegurando planos de desenvolvimento para pelo menos 95% dos managers elegíveis; ii. evoluindo o processo de definição do plano de desenvolvimento pessoal, alinhando-o às necessidades individuais e de negócio e garantindo um acompanhamento próximo (do superior e dos RH) aos managers que façam parte do pool de talento; iii. assegurando a divulgação de 100% das vagas internas elegíveis e aumentando o número médio de candidaturas por vaga; iv. implementando um programa de referênciação global.	Em progresso. i. Relativamente ao ciclo de performance de 2024, 95,3% dos managers elegíveis definiram planos de desenvolvimento pessoal. ii. O processo de definição dos planos de desenvolvimento pessoal (PDP) passou a incluir uma fase de reflexão e acompanhamento do grau de execução mesmo, durante as sessões Get Feedback (reuniões entre o avaliado e a sua chefia a meio do ciclo de performance focadas na monitorização de objetivos e em discutir feedback intercalar) e durante o processo de autoavaliação e avaliação. iii. Em 2024 assegurámos a divulgação interna de 74,6% das vagas elegíveis que foram publicadas externamente tendo sido registada uma média de 2,6 candidaturas internas por vaga. O resultado obtido no primeiro ano de medição deste compromisso servirá como base de comparação para os ciclos de reporte seguintes, de forma a apurar o aumento do número médio de candidaturas por vaga. iv. Encontra-se definida uma política global de referênciação interna para funções da área de Tecnologias de Informação, que foi também alargada a outras funções em Portugal.

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	 MATERIAL	Promover condições de trabalho seguras: i. investindo na certificação de pelo menos três novos locais de trabalho/Companhias, seguindo a norma ISO 45001; ii. diminuindo o índice de frequência* e o índice de severidade** atuais para, respetivamente, 12,00 e 0,29. * Número de acidentes com perda de dias de trabalho / horas totais trabalhadas ** Número de dias perdidos / horas totais trabalhadas Para assegurar comparabilidade dos resultados com o target definido e entre períodos de reporting, dentro do ciclo de compromissos 2024-2026, e considerando que o índice de frequência e de severidade não são indicadores exigidos ao abrigo das ESRS, manteve-se a mesma metodologia de apuramento de dias perdidos, que considera apenas dias previstos de trabalho.	Em progresso. i. Em 2024, o sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho implementado nas duas cozinhas centrais das Meal Solutions do Pingo Doce foi certificado pela ISO 45001:2023. A certificação da logística em Portugal e do Recheio encontra-se em fase de preparação. ii. O Grupo atingiu em 2024 um índice de frequência de 11,87 o que corresponde a uma diminuição de 1,19 em comparação com 2023. Tanto em Portugal como na Polónia registou-se uma redução de acidentes com dias perdidos (de 3,2% e 15,0%, respetivamente). O índice de severidade teve um resultado de 0,29 uma redução de 0,03 em comparação com 2023.
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	 MATERIAL	Promover um ambiente de trabalho flexível e saudável em todo o Grupo: i. pilotando pelo menos uma medida no âmbito de novas formas de trabalhar e/ou contratar; ii. disponibilizando formação em bem-estar a 100% dos managers, dando-lhes ferramentas para identificar e gerir as suas próprias situações e ajudar as suas equipas; iii. assegurando que 100% dos colaboradores têm acesso a um programa estruturado de bem-estar; iv. apoiando colaboradores em situações de vulnerabilidade devido a emergências sociais e/ou familiares em todo o Grupo, assegurando pelo menos o mesmo nível de investimento nos programas Fundo de Emergência Social, em Portugal, e Możesz Liczyć (Podes Contar com a Biedronka), na Polónia.* *O programa Możesz Liczyć (Podes Contar com a Biedronka), foi descontinuado, pelo que o investimento monitorizado no âmbito do compromisso estabelecido de manter o apoio aos colaboradores da Biedronka em situações de vulnerabilidade será o equivalente ao dos subsídios de carácter social e empréstimos concedidos aos colaboradores com condições especiais, relacionados com habitação (componentes que faziam parte do programa Podes Contar com a Biedronka até 2023).	Em progresso. i. Em 2024 a Biedronka e o Pingo Doce testaram novas medidas no âmbito da promoção da flexibilidade no trabalho e na contratação. A Biedronka implementou a solução Tikrow, uma plataforma que permite à Companhia responder a necessidades de trabalho temporário e imediato nas operações. O Pingo Doce está a fazer evoluir a sua ferramenta de planeamento de horários para uma nova solução que, sendo alimentada por dados de negócio como vendas e tráfego de clientes em loja, permite uma maior previsibilidade das necessidades a cada momento. ii. Serão incorporados conteúdos sobre bem-estar numa ferramenta global de formação em desenvolvimento (Be a Leader for all), destinada a todos os colaboradores do Grupo. iii. Em Portugal e na Polónia, 100% dos colaboradores têm acesso a um programa de bem-estar. Na Colômbia existem várias iniciativas direcionadas para determinados público-alvo. iv. Em 2024 mantivemos o apoio dado a colaboradores em situação de vulnerabilidade com um investimento superior a 48,4 milhões de euros em medidas de responsabilidade social interna. O investimento nos programas de subsídios de carácter social e empréstimos concedidos a colaboradores com condições especiais na Biedronka e no Fundo de Emergência Social em Portugal foi de 7,9 milhões de euros, 7,5% acima do segurado em 2023.
Comunidades afetadas [ESRS S3-5]	 MATERIAL	Monitorização e divulgação de pelo menos 70% (em valor) dos impactos sociais resultantes do apoio anual oferecido pelas Companhias do Grupo, de acordo com o modelo Business For Societal Impact (B4SI) e com critérios de materialidade financeira dos apoios.	Cumprido. Em 2024 foi possível monitorizar 99% dos apoios diretos do Grupo (elegíveis segundo a metodologia interna que se baseia nos critérios B4SI). A monitorização e divulgação dos impactos resultantes dos apoios oferecidos pelo Grupo, de acordo com este modelo, encontram-se descritos no subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", ponto "Como dialogamos com as nossas comunidades afetadas".

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Comunidades afetadas [ESRS S3-5]	 MATERIAL	Reforçar o envolvimento em projetos sociais em todas as geografias, dirigidos a crianças, jovens e idosos de ambientes vulneráveis, com o objetivo de ter um impacto direto em 1 milhão de pessoas por ano, até 2026.	Cumprido. Com base na metodologia B4SI, estima-se que as Companhias do Grupo tenham apoiado mais de 1,2 milhões de pessoas, provenientes de contextos vulneráveis, incluindo projetos que se focaram em temas como a saúde e alimentação saudável. Pelo menos uma Companhia em cada geografia (Polónia, Portugal e Colômbia) implementou ou apoiou um ou mais projetos dirigidos a estes públicos vulneráveis.
Comunidades afetadas [ESRS S3-5]	 MATERIAL	Na Colômbia, promover a saúde através da alimentação a pelo menos 3.000 crianças vulneráveis, por ano, apoiando-as com doações em géneros alimentares nas regiões com os mais elevados indicadores de subnutrição e insegurança alimentar.	Cumprido. Em aliança com a Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia (ABACO), Jerónimo Martins Colômbia tornou-se o parceiro mais relevante do projeto "Desayunos Saludables" (Pequenos-Almoços Saudáveis) em 2024. Ao longo do ano, a Companhia garantiu a entrega de fruta e pão no pequeno-almoço proporcionado por 24 bancos alimentares de diferentes regiões da Colômbia, o que permitiu apoiar 4.294 crianças.
Comunidades afetadas [ESRS S3-5]	 MATERIAL	Na Colômbia, garantir que, até 2026, 50% das lojas doam produtos alimentares e não-alimentares a organizações não-governamentais, visando apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade.	Em Progresso. Em 2024, contavam-se 273 lojas Ara com procedimentos de doações a instituições locais. Este número representa 19% das lojas desta Companhia.
Comunidades afetadas [ESRS S3-5]	 MATERIAL	Na Colômbia, apoiar, anualmente, e até 2025, mais de 1.200 casas de amas comunitárias através de assistência alimentar e de equipamento, acompanhando simultaneamente os indicadores nutricionais, tais como medidas antropométricas das crianças ao seu cuidado.	Cumprido. Foi assinado em 2024 um memorando de entendimento com o Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF), a vigorar por um período de três anos, tendo em vista o apoio a casas de amas comunitárias. Durante o ano, foram apoiadas 2.963 casas através de cartões-presente para converter nas lojas Ara por cabazes alimentares saudáveis. Simultaneamente, foi desenvolvido em parceria com o ICBF e a UNICEF um programa de assistência técnica para preparar mães comunitárias na identificação precoce de sinais de má-nutrição e desnutrição crónica, e na implementação de hábitos saudáveis.
Comunidades afetadas [ESRS S3-5]	 MATERIAL	Na Colômbia, e até 2026, assegurar a participação de pelo menos 200 voluntários até 2026 em projetos de proteção ambiental e de melhoria dos meios de subsistência a pessoas vulneráveis.	Em Progresso. No ano de 2024, assegurámos a participação de 150 voluntários em diversas iniciativas nas temáticas da proteção ambiental, e melhoria dos meios de subsistência de pessoas vulneráveis. Para mais informação acerca das iniciativas de voluntariado conduzidas neste âmbito, por favor consultar o subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", ponto "Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas".
Comunidades afetadas [ESRS S3-5]	 MATERIAL	Na Colômbia, apoiar, até 2026, mais de 60 mil pessoas em situação de vulnerabilidade através de programas humanitários e de subsistência, nomeadamente com géneros alimentares, dando prioridade a crianças e regiões com taxa de pobreza e indicadores de insegurança alimentar mais elevados. Neste âmbito, assegurar pelo menos duas parcerias com ONG e/ou com outras entidades do sector.	Cumprido. Em 2024, foi possível apoiar mais de 63 mil pessoas, mediante o programa "Um Milhão de Razões", o qual pressupõe o investimento de 1 milhão de euros até 2026.

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Na Biedronka, assegurar a extensão da garantia de 2 para 3 anos de todos os produtos elétricos e de outros produtos não elétricos não alimentares quando aplicável.	Em progresso. Em 2024, assegurámos a extensão da garantia de produtos em oito categorias de produtos eléctricos e não eléctricos não alimentares de 2 para 3 anos. Dos 405 produtos abrangidos, 395 têm agora garantia alargada, cobrindo 98% do âmbito do compromisso.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Em todos os países, reforçar a oferta de alternativas alimentares, como vegan, à base de plantas, com baixo teor de carboidratos, gordura e sal, com baixo teor/sem açúcar, sem lactose, sem glúten e/ou para consumidores com mais de 50 anos.	Cumprido. Redefinimos o nosso compromisso para maior clareza: "Em todos os países, temos de reforçar a oferta de alternativas alimentares como vegan, vegetariano e à base de plantas, sem lactose, sem glúten ou orgânico". Em 2024, os progressos foram os seguintes: - Polónia: 364 referências com estas características, das quais 34 eram novas. - Portugal: um total de 1.489 referências estavam à venda, das quais 103 eram novas. - Colômbia: um total de 27 referências estavam à venda, das quais 14 eram novas.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Em todos os países, assegurar que os produtos destinados a crianças têm um perfil nutricional mais elevado, ou pelo menos igual, ao da referência de mercado (ou melhor na sua categoria), de acordo com o país de atividade.	Em progresso. No momento do lançamento do produto, os produtos podem ter um perfil nutricional considerado melhor do que a referência (ou o melhor da classe), enquanto, por razões de dinâmica competitiva, as fórmulas podem ser progressivamente (no mesmo ano ou nos anos seguintes) melhoradas pelos concorrentes. Em 2024 (comparativamente a 2023): • Marca Própria Polónia: 41% (-11 p.p.) dos produtos tinham um perfil superior ao do mercado, 48% (+ 2p.p.) tinham o mesmo perfil e 11% (+10 p.p.) tinham um perfil pior. • Marca Própria Portugal: dos 44 produtos à venda no Pingo Doce e Amanhecer, maioritariamente consumidos por crianças, 73% (- 5 p.p.) apresentavam perfis semelhantes ao benchmark, e 23% (+1 p.p.) apresentavam um perfil melhor, e 6% apresentavam um perfil pior (não existiam produtos nesta categoria em 2023) que serão alvo de nova análise para melhoria. • Marca Própria Colômbia: as únicas referências nesta categoria foram as compotas Bubu em três variantes. 67% destas tinham uma referência de comparação e apresentavam um perfil nutricional superior.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Em Portugal, garantir a utilização da rotulagem voluntária "Sem OGM" em pelo menos 75% das referências alimentares de Marca Própria que contenham maioritariamente (>50%/peso líquido) ingredientes potencialmente modificados (soja e milho), ajudando os consumidores no processo de decisão.	Em progresso. No final de 2024, este símbolo estava presente em 71% dos produtos que continham mais de 50% de milho e/ou soja no seu peso líquido, o que representa um aumento de 41 p.p. face a 2023.

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Em Portugal, facilitar o consumo responsável através da rotulagem voluntária de bebidas alcoólicas (incluindo vinhos) para 100% das referências de Marca Própria, nas seguintes áreas: - Índice calórico; - Desaconselhamento do consumo por mulheres grávidas; - Promoção de uma condução responsável.	Em progresso. Foram aplicados símbolos específicos sobre bebidas alcoólicas: contagem de calorias e avisos de gravidez em 100% das referências, e condução responsável em 74% das referências elegíveis. A contagem de calorias é de aplicação obrigatória, de acordo com os requisitos legais.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Na Hebe, reforçar a importância das alternativas de Marca Própria sem ingredientes de origem animal nomeadamente lançando pelo menos 10 novas referências por ano.	Cumprido. A Hebe lançou 62 novos produtos cosméticos vegan, o que elevou para 151 a gama completa de produtos veganos.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Na Hebe, reforçar a relevância da gama de produtos "Hebe Naturals" que tenham pelo menos 92% de ingredientes naturais na sua composição (de acordo com a norma ISO 16128).	Cumprido. A Hebe lançou 16 produtos Hebe Naturals que contêm pelo menos 92% de ingredientes naturais em peso líquido, aumentando para 29 o portefólio de produtos com estas características.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Em Portugal, Polónia e Colômbia realizar pelo menos um programa anual de promoção dos princípios da dieta mediterrânica ou de hábitos alimentares saudáveis em geografias com outros hábitos alimentares (com base nas recomendações de peritos locais).	Em progresso. O Pingo Doce imprime dicas e sugestões culinárias nas embalagens dos alimentos, promovendo sempre a utilização de frutas e legumes como acompanhamentos. A Empresa utiliza ainda o seu website, as suas redes sociais e a sua revista Sabe Bem para promover a dieta mediterrânica. Esta revista foi a publicação mais lida em Portugal em 2024, atingindo 627 mil leitores em cada uma das suas edições bi-mensais. A publicação inclui habitualmente artigos escritos pela Direção-Geral da Saúde português. O Pingo Doce tem também no seu site uma vasta coleção de receitas para incentivar o reaproveitamento de sobras de comida. No seu website, encontra-se também uma lista de produtos de Marca Própria sem lactose e sem glúten, actualizada mensalmente. A Biedronka publicou quatro revistas Czas Na... (Tempo para...) em 2024, todas elas digitais, centradas na sazonalidade e em estilos de vida mais sustentáveis. Dada, a Marca Própria da Biedronka especializada em nutrição para bebés, crianças e mães, dá nome a uma revista produzida em colaboração entre o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança) e o Departamento de Qualidade da Biedronka. Como resultado desta parceria, foram desenvolvidos dois livros digitais em 2024. A Companhia faz também uso extensivo de formatos de media como folhetos, jornais e publicações nas redes sociais para difundir conhecimentos sobre hábitos alimentares saudáveis.

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Em todos os países, promover a literacia para a rotulagem dos produtos.	Em progresso. A informação de produto disponibilizada de forma voluntária pelas Companhias pode ser consultada no subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.3. “Consumidores e utilizadores finais”, ponto “Relação com os consumidores”, subponto “Fornecer informações aos consumidores” deste capítulo. Adicionalmente, na Colômbia foram criadas diretrizes para os operadores das nossas lojas e centros de distribuição, explicando a mais recente lei de rotulagem na Colômbia e como esta afeta os nossos produtos de Marca Própria. Este guia explica que, na Colômbia, a partir de 14 de junho de 2024, os nossos produtos serão obrigados a ostentar um rótulo octogonal de aviso indicando se contêm níveis elevados de açúcar, gorduras saturadas, gordura trans, sal e edulcorantes.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Em Portugal, garantir que a rotulagem Nutri-Score é aplicada a 100% dos lançamentos de produtos alimentares de Marca Própria.	Em progresso. O Nutri-Score esteve presente em 872 produtos Pingo Doce (mais 48% do que em 2023) e em 197 produtos Recheio (mais 38%), tendo todos os lançamentos este rótulo.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Na Polónia, garantir que a rotulagem Nutri-Score é aplicada a 100% dos lançamentos de produtos alimentares de Marca Própria em categorias selecionadas.	Em progresso. Em 2024, a Biedronka aplicou o rótulo Nutri-Score a mais 138 produtos, aumentando o número total para 543 (mais 34% do que em 2023) e aumentou o número de marcas selecionadas para categorização para 41 (incluindo seis para o mercado eslovaco).
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Na Colômbia, garantir que 100% dos produtos de Marca Própria não contêm, nos seus ingredientes diretos, corantes artificiais nem intensificadores de sabor até 2026.	Em progresso. Relativamente aos corantes artificiais: • nos perecíveis especializados, atingimos 100% de produtos isentos de corantes artificiais (+4 p.p. vs. 2023); • nas Marcas Próprias, o rácio situou-se em 97% (+2 p.p.). Relativamente aos intensificadores de sabor: • nos perecíveis especializados, atingimos 100% de produtos isentos de corantes artificiais já em 2023; • nas Marcas Próprias, o rácio situou-se em 97% (+1 p.p.).
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Na Polónia, garantir a ausência de xarope de glucose-frutose em, pelo menos, 90% dos produtos de Marca Própria até ao final de 2026.	Em progresso. Na Polónia, 168 produtos foram considerados elegíveis. Destes, 146 foram incluídos na remoção do xarope de glucose-frutose, correspondendo a 87% dos produtos de Marca Própria (+3 p.p. vs. 2023).
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Na Polónia, eliminar a lecitina de soja em, pelo menos, 50% dos produtos de Marca Própria com este ingrediente até ao final de 2026.	Em progresso. Foram considerados 157 produtos. Destes, a lecitina de soja foi retirada de 43 correspondendo a um total de 27% de Marcas Próprias sem este ingrediente (+5p.p. vs. 2023).

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Na Polónia e em Portugal, sempre que possível, garantir que os cereais integrais são o principal ingrediente dos cereais de pequeno-almoço (com exceção dos cereais à base de milho) até ao final de 2026.	Em progresso. As nossas Companhias portuguesas atingiram o objetivo de ter 100% dos cereais de pequeno-almoço contendo cereais integrais como ingrediente principal, dois anos antes do nosso próprio prazo. Na Polónia, o progresso da Biedronka atingiu 92% dos produtos elegíveis (44 referências em 48, o que inclui produtos que, na prática, contêm cereais integrais como ingrediente principal, mas não estão rotulados como tal na lista de ingredientes).
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Em Portugal, garantir o enriquecimento de minerais e vitaminas essenciais nos produtos de Marca Própria mais vendidos e que visam complementar as principais fontes de alimentação, até ao final de 2026.	Cumprido. Para determinar o âmbito deste objetivo, foram consideradas duas gamas de produtos de Marca Própria: complementos para o leite (em que é necessário reforçar os micronutrientes naturalmente presentes no leite, como o cálcio e a vitamina D) e para a carne (em que é importante o enriquecimento proteico de fontes vegetais). Em 2024, atingimos este objetivo: - Alternativas ao leite: 100% (o mesmo que em 2023) das bebidas de soja, aveia, avelã, amêndoa e arroz, foram enriquecidas com micronutrientes como cálcio, selénio, magnésio, zinco, ómega 3 e fibra, e vitaminas como riboflavina (B2), B12 e D. - Alternativas à carne: 100% dos produtos foram enriquecidos com proteínas vegetais.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Assegurar que, até ao final de 2026, 100% do portfólio alimentar de Marcas Próprias não contém acessulfame e desenvolver alternativas, juntamente com os fornecedores, para substituir o aspartame por adoçantes naturais.	Em progresso. Redefinimos o nosso compromisso para o tornar mais claro: Garantir que, até 2026, 100% do portefólio de alimentos de Marca Própria não contenha acessulfame nem aspartame. Os progressos foram, portanto, os seguintes: - Polónia: relativamente ao aspartame, das 20 referências elegíveis, este ingrediente foi retirado de 4. Continuaremos os esforços para retirar o aspartame e o acessulfame da nossa Marca Própria. - Portugal: terminámos o ano com 20 produtos contendo aspartame (-7 do que em 2023), e 24 contendo acessulfame (-6 do que em 2023). - Colômbia: Ara terminou 2024 com 13 produtos contendo acessulfame e nenhum produto atualmente contém aspartame.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Em Portugal e na Polónia, reforçar a relevância da oferta de produtos cosméticos de Marca Própria, sem ingredientes de origem animal, destinados a consumidores com preferências específicas.	Em progresso. Em Portugal, o Pingo Doce e o Amanhecer terminaram o ano com 29 novos produtos cosméticos de Marca Própria no mercado, totalizando 158. A Biedronka lançou 27 referências, totalizando 257 sem ingredientes de origem animal no seu sortido de produtos cosméticos de Marca Própria.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Na Biedronka, assegurar que pelo menos 95% do sortido dos produtos de higiene pessoal de Marca Própria não contém microplásticos.	Cumprido. No final de 2024, a Biedronka tinha 101 referências de produtos de higiene pessoal de Marca Própria sem microplásticos, o que perfaz 98% do sortido.

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Em Portugal e na Polónia, reforçar a relevância da oferta de produtos cosméticos de Marca Própria que contenham, pelo menos, 90% de ingredientes naturais (em linha com a ISO 16128).	Em progresso. Durante 2024, reforçámos a nossa oferta nestes produtos: - Em Portugal, o Pingo Doce e o Amanhecer terminaram o ano com 135 produtos, 38 dos quais foram lançados durante o ano. - A Biedronka terminou o ano com 192 referências com pelo menos 90% de ingredientes naturais, das quais 48 foram lançadas em 2024.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Na Biedronka, desenvolver detergentes de Marca Própria que tenham simultaneamente fragrâncias naturais nos seus ingredientes, que sejam isentos de conservantes e que tenham certificação Ecolabel.	Em progresso. Em 2024 não foram desenvolvidos detergentes de Marca Própria com todas as características referidas.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Na Biedronka, introduzir a rotulagem "Coma peixe duas vezes por semana" para 100% das referências de peixe fresco em marcas próprias e produtos perecíveis especializados até 2026.	Em progresso. Foi lançado o primeiro produto com rótulo 'Coma Peixe Duas Vezes por Semana', para aumentar a consciencialização para o consumo de peixe.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Procurar assegurar, anualmente, que o número de recolha de produtos alimentares com potencial risco para a saúde pública (severidade de nível I), cuja causa seja atribuível às Companhias de Jerónimo Martins, é zero. Na possibilidade de ocorrência de casos de severidade de nível I, e em linha com a Política da Qualidade e Segurança de Produto de Jerónimo Martins, assegurar por todos os meios disponíveis, que a recolha de produtos alimentares em lojas e Centros de Distribuição tem uma eficácia de 100%.	Cumprido. O Grupo teve 4 recolhas de nível I, nenhuma das quais atribuível a Jerónimo Martins como causa. Este número representou uma diminuição de 33,3% em comparação com 2023, um ano em que já tinha havido uma diminuição de 53,8% em comparação com 2022, provando uma tendência decrescente neste indicador. A eficácia na recolha dos produtos foi totalmente cumprida.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	 MATERIAL	Na Polónia, manter o número de localizações com certificação ISO 22000 (16 centros de distribuição em 2023) e assegurar a certificação dos novos Centros de Distribuição, a abrir no período 2024-2026, no prazo de dois anos após o início da operação.	Cumprido. A certificação ISO 22000:2018 foi mantida em 16 centros de distribuição e alargada para mais um, totalizando 17 centros da Biedronka para o armazenamento e distribuição de produtos alimentares, e na sede da Biedronka para o desenvolvimento de produtos alimentares de Marca Própria.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-4]	 MATERIAL	Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de marcas próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 15% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2026.	Em progresso. Em 2024, as vendas de produtos e/ou embalagens das Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade representaram 14,2% (+ 8 p.p., face a 2023).

6.1.3. Conduta Empresarial / Governo

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Conduta empresarial [ESRS G1-2]	 MATERIAL	Garantir que pelo menos 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais.	Cumprido: Em 2024, mais de 90% dos produtos alimentares foram adquiridos a fornecedores locais.
Conduta empresarial [ESRS G1-2]	 MATERIAL	Realizar auditorias ambientais a pelo menos 20% dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis selecionados, com base numa avaliação de risco e com um volume de compras superior a um milhão de euros, no período 2024-2026.	Em progresso. Em 2024, foram auditados 37 fornecedores de produtos perecíveis e de Marca Própria, incluindo re-auditorias. Destas 37 auditorias a fornecedores, 11 correspondem a fornecedores com certificação ISO 14001. Prevê-se que pelo menos 232 fornecedores sejam auditados em 2024-2026, mais 20% do que em 2021-2023.
Conduta empresarial [ESRS G1-2]	 MATERIAL	Na Polónia, realizar inspeções a 100% das explorações de ovos, a partir das quais são produzidos ovos frescos de Marca Própria para a Biedronka, até ao final de 2024.	Cumprido. Foram inspecionadas 100% das unidades de produção de ovos frescos de Marca Própria da Biedronka, cumprindo, assim, o objetivo. Desde 2018, foram realizadas mais de 200 auditorias.
Conduta empresarial [ESRS G1-2]	 MATERIAL	Em Portugal e na Polónia, garantir, até 2026, que aspetos relacionados com bem-estar animal são incluídos no âmbito de auditorias a fornecedores de perecíveis que produzam produtos que contenham pelo menos 80% de proteína animal e divulgar publicamente os resultados.	Cumprido. Em 2024, garantimos que, em Portugal e na Polónia, aspetos relacionados com bem-estar animal foram incluídos no âmbito das auditorias a fornecedores de perecíveis que produzam produtos que contenham pelo menos 80% de proteína animal. Na Polónia, foram realizadas auditorias em bem-estar animal nos âmbitos da produção primária de carne e em produções de peixe fresco de aquacultura. Em Portugal, foram realizadas auditorias em bem-estar animal nos âmbitos da produção primária de carne e matadouros e produções de peixe fresco de aquacultura (no caso de fornecedores não certificados pelo Global GAP). Os resultados destas auditorias são reportados no capítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores".
Conduta empresarial [ESRS G1-2]	 MATERIAL	Na Polónia, a partir de 2024, realizar 100% das auditorias ao peixe fresco de aquacultura de acordo com a norma "Fish welfare".	Em progresso. Em 2024, iniciaram-se as auditorias aos fornecedores diretos de peixe fresco de aquacultura de acordo com a norma "Fish Welfare" desenvolvida pelo Grupo, representando 42% dos fornecedores diretos na categoria de perecíveis. Adicionalmente, em Portugal, também se realizou, pela primeira vez, estas mesmas auditorias.

6.2. Compromissos de longo prazo

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Alterações Climáticas [ESRS E1-4]	 MATERIAL	Reduzir o consumo de energia em 15% até 2030, face a 2021.	Em progresso. Em 2024, registou-se um aumento do consumo de 11,8%, face a 2021.
Alterações Climáticas [ESRS E1-4]	 MATERIAL	Reduzir as emissões absolutas de GEE dos âmbitos 1 e 2 de Energia e Indústria em 55% até 2033, face a 2021.	Em progresso. Em 2024, a redução das emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 do Grupo, em termos absolutos, foi de 19%, face a 2021.
Alterações Climáticas [ESRS E1-4]	 MATERIAL	Reduzir as emissões absolutas de GEE de âmbito 3 de Energia e Indústria em 33% até 2033, face a 2021.	Em progresso. Em 2024, registou-se um aumento de 16,6% das emissões absolutas de GEE de âmbito 3 face a 2021.
Alterações Climáticas [ESRS E1-4]	 MATERIAL	Reduzir as emissões absolutas dos âmbitos 1 e 3 de floresta, solos e agricultura (FLAG) em 39,4% até 2033, face a 2021.	Em progresso. Em 2024, registou-se um aumento de 16,5% das emissões absolutas dos âmbitos 1 e 3 de floresta, solos e agricultura (FLAG), face a 2021.
Alterações Climáticas [ESRS E1-4]	 MATERIAL	Atingir 60% de consumo de eletricidade proveniente de fontes renováveis até 2030.	Em progresso. Em 2024, o consumo de eletricidade proveniente de fontes renováveis fixou-se nos 62,2%.
Alterações Climáticas [ESRS E1-4]	 MATERIAL	Utilização de gases refrigerantes 100% naturais ou com baixo potencial de aquecimento global (GWP) na Polónia e em Portugal até 2030 e na Colômbia até 2035.	Em progresso. Em 2024, 57% das lojas tinham centrais de frio e 86% equipamentos autónomos com gases de refrigeração naturais ou de baixo potencial de aquecimento global. Em 2024, 70% dos centros de distribuição e unidades industriais tinham sistemas de frio central com gases de refrigeração naturais ou de baixo potencial de aquecimento global.
Alterações Climáticas [ESRS E1-4]	 MATERIAL	Reduzir as emissões absolutas de GEE dos âmbitos 1 e 2 de Energia e Indústria em 90% até 2045, face a 2021.	Em progresso. Em 2024, a redução das emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 do Grupo, em termos absolutos, foi de 18,8%, face a 2021.
Alterações Climáticas [ESRS E1-4]	 MATERIAL	Reduzir as emissões absolutas de GEE de âmbito 3 de Energia e Indústria em 90% até 2050, face a 2021.	Em progresso. Em 2024, registou-se um aumento de 16,6% das emissões absolutas de GEE de âmbito 3 face a 2021.
Alterações Climáticas [ESRS E1-4]	 MATERIAL	Reduzir as emissões absolutas dos âmbitos 1 e 3 de floresta, solos e agricultura (FLAG) em 72% até 2050, a partir do ano de referência, face a 2021.	Em progresso. Em 2024, registou-se um aumento de 16,5% das emissões absolutas dos âmbitos 1 e 3 de floresta, solos e agricultura (FLAG), face a 2021.
Alterações Climáticas [ESRS E1-4]	 MATERIAL	Neutralizar as emissões residuais de GEE através de projetos que cumpram critérios de elegibilidade rigorosos, em conformidade com as melhores práticas internacionais, até 2050.	Em progresso. Em 2024, no âmbito do Plano de Transição Climática, continuámos a identificar soluções de neutralização de emissões alinhadas com os critérios e melhores práticas internacionais (e.g., práticas agrícolas de sequestro de carbono).
Biodiversidade e ecossistemas [ESRS E4-4] Consumidores e utilizadores finais [S4-5]	 NON-MATERIAL	Assegurar que, até 2030, 100% das fibras virgens usadas nos nossos produtos e embalagens de Marca Própria e perecíveis são certificadas por entidades externas e independentes, como a FSC® ou a PEFC.	Em progresso. Em 2024, 90% das fibras virgens utilizadas nos nossos produtos e nas embalagens de Marca Própria detinham certificação de sustentabilidade (FSC® ou PEFC).
Utilização dos recursos e economia circular	 MATERIAL	Até 2030, reduzir para metade o desperdício alimentar gerado pela atividade das nossas companhias (face a 2016), em linha com a meta 12.3 definida nos Objetivos de	Em progresso. O valor de 2024 foi de 19,9 kg de alimentos desperdiçados/tonelada de alimentos vendido, 3,0 vezes superior ao

Tópico / Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
[ESRS E5-3]		Desenvolvimento Sustentável relativa a padrões de consumo e de produção responsáveis.	objetivo, assumindo o valor específico de 2016 (13,2 kg de alimentos desperdiçados/tonelada de alimentos vendidos).

7. Frameworks de Reporte

Este relatório foi elaborado de acordo com as normas europeias de relato de sustentabilidade (ESRS), no âmbito da Diretiva CSRD. Nesta secção são incluídas cinco tabelas que procuram cruzar a informação reportada com as principais metodologias e pedidos de informação efetuados pelos nossos stakeholders: indicadores segundo o European Sustainability Reporting Standards, GRI Standards, Sustainability Accounting Standards Board, uma aproximação ao reporte de indicadores segundo as Normas Internacionais de Reporte Financeiro de Sustentabilidade (IFRS-S) e os indicadores de desempenho Jerónimo Martins. Sempre que possível é também realizado um cruzamento entre estes indicadores, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os Princípios do Global Compact das Nações Unidas.

7.1. ESRS – Norma Europeias de Relato de Sustentabilidade

[ESRS 2 IRO-2, Apêndice B]

Correspondência entre os tópicos ESRS e os tópicos materiais resultantes da matriz de dupla materialidade

	Tópico ESRS	Requisitos de divulgação	Tópico material
Ambiente	E1 - Alterações Climáticas	GOV-3 SBM-3 IRO-1 E1-1 a E1-9	Alterações climáticas
	E5 – Utilização dos Recursos e economia circular	IRO-1 E5-1 a E5-6	- Desperdício alimentar - Redesign das embalagens para um uso mais sustentável dos recursos
Social	S1 – Mão de obra própria	SBM-2 e SBM-3 S1-1 a S1-11 S1-13 a S1-17	- Direitos laborais e condições de trabalho - Formação e desenvolvimento dos colaboradores
	S3 - Comunidades afetadas	SBM-2 e SBM-3 S3-1, S3-2, S3-4 e S3-5	Envolvimento e apoio às comunidades locais
	S4 - Consumidores e utilizadores finais	SBM-2 e SBM-3 S4-1 a S4-5	- Produtos a preços acessíveis - Normas de qualidade e segurança de produtos - Inovação de produtos e serviços
Governança	G1 - Conduta empresarial	GOV-1 IRO-1 G1-1 a G1-2 G1-6	Práticas sustentáveis e responsáveis na cadeia de abastecimento

Indicadores ESRS

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros standards	
ESRS 2 - Divulgações gerais	Base de elaboração	ESRS 2 BP-1 - Base geral para a elaboração das declarações de sustentabilidade		Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade". Ver também subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.1. "Base de elaboração" deste capítulo.	GRI 2-2 GRI 3-1
		ESRS 2 BP-2 - Divulgações em relação a circunstâncias específicas		Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.1. "Base de elaboração", deste capítulo. Para informação sobre alterações aos dados de sustentabilidade apresentados em períodos anteriores ver GRI 2-4 na secção 7.2. GRI – Global Reporting Initiative neste subcapítulo. Para informação sobre sustentabilidade exigida noutra legislação ou baseada em normas e quadro de sustentabilidade ver secção 7.2. a 7.4. neste subcapítulo. Ver também subcapítulo 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", deste capítulo.	GRI 2-4 GRI 2-22 GRI 3-2 GRI 3-3
ESRS 2 - Divulgações gerais	Governança	ESRS 2 GOV-1 - Papel dos órgãos de administração, de direcção e de supervisão		Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Ver também subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.2. "Governo e estratégia", deste capítulo. Ver também canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com .	GRI 2-9 GRI 2-12 GRI 2-13 GRI 2-14 GRI 2-17 GRI 405-1
		ESRS 2 GOV-2 - Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas		Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.2. "Governo e estratégia", deste capítulo. Ver também canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de	GRI 2-12 GRI 2-13 GRI 2-16 GRI 2-24

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros standards
		pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa	Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com .	
		ESRS 2 GOV-3 - Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações". Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.2. "Governo e estratégia", deste capítulo.	GRI 2-19 GRI 2-20
		ESRS 2 GOV-4 - Declaração sobre o dever de diligência	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.2. "Governo e estratégia" e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas", deste capítulo. Recorremos também a um processo de verificação externa independente de fiabilidade limitada que assegura quer o reporte em linha com as metodologias referidas quer os valores reportados, sendo estes identificados com o seguinte símbolo: ✓	
		ESRS 2 GOV-5 - Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.4. "Gestão de riscos do reporte em matéria de sustentabilidade", deste capítulo.	GRI 2-14
	Estratégia	ESRS 2 SBM-1 – Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", deste capítulo. Informações sobre a estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor do Grupo, estão disponíveis no Capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", Capítulo 2 "Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento" e o Capítulo 4 "Governo da Sociedade".	GRI 2-6 GRI 2-7 GRI 2-22 GRI 3-3 GRI 201-1
		ESRS 2 SBM-2 – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" e secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", deste capítulo. Ver também canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com .	GRI 2-12 GRI 2-29
	Governança	ESRS 2 GOV ^m – Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos regimes de incentivo	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "Governo", deste capítulo.	GRI 2-19
ESRS E1 - Alterações climáticas	Estratégia	E1-1 ^m – Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "O nosso plano de transição climática", deste capítulo. Ver também o nosso Plano de Transição Climática .	
		ESRS 2 SBM-3 ^m - Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subpontos "Gestão de riscos e oportunidades climáticas" e "Identificação de riscos e oportunidades", e o ponto "O nosso plano de transição climática" do presente capítulo. Ver também o nosso Plano de Transição Climática .	
	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1 ^m - Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com o clima	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "Identificação de riscos e oportunidades", deste capítulo. Ver também o nosso Plano de Transição Climática .	
		E1-2 ^m - Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.1. "As nossas políticas ambientais" e secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "A nossa estratégia", deste capítulo. Ver também o nosso Plano de Transição Climática .	GRI 3-3
		E1-3 ^m - Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subpontos "A nossa estratégia" e "Identificação de riscos e oportunidades", e pontos "Pegada de carbono" e "As nossas ações de redução de	GRI 3-3 GRI 305-5

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros standards
ESRS E1- Alterações climáticas	Métricas e metas	E1-4 ^m - Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	 emissões de carbono" do presente capítulo. Ver também o nosso Plano de Transição Climática. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026" e secção 6.2. "Compromissos de longo prazo", deste capítulo.	GRI 3-3 GRI 305-1 GRI 305-2 GRI 305-3 GRI 305-5
		E1-5 ^m - Consumo energético e combinação de energia	 Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia" deste capítulo.	GRI 302-1 GRI 302-3
		E1-6 ^m - Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	 Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", deste capítulo.	GRI 201-1 GRI 305-1 GRI 305-2 GRI 305-3 GRI 305-4
		E1-7 ^m - Projetos de remoção de GEE e de atenuação dos GEE financiados através de créditos de carbono	 Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "A nossa estratégia", e ponto "Pegada de carbono", deste capítulo. Nota: As Companhias do Grupo não adquiriram créditos de carbono para compensar as suas emissões de âmbito 1, 2 ou 3, nem desenvolveram projetos de remoção ou armazenamento nas suas operações ou na sua cadeia de valor.	GRI 305
		E1-8 ^m - Fixação interna do preço do carbono	 A utilização de um preço interno de carbono tem como objetivo promover a redução das emissões relacionadas com o consumo de combustível, tanto nas operações próprias (emissões de âmbito 1) como na cadeia de abastecimento (emissões de âmbito 3), através da eficiência energética e de outras medidas de baixo carbono. Exemplos incluem: i) investimento em veículos de passageiros com baixo consumo de combustível para a frota própria; ii) integração da eficiência de combustível dos veículos de carga como critério para a seleção do transporte terceirizado de mercadorias entre os nossos centros de distribuição e mais de 6.000 lojas em Portugal, Polónia e Colômbia; iii) substituição de combustível por gás natural. Além da avaliação dos impactos nos custos de combustível e na redução de emissões, o uso do preço interno do carbono permite antecipar o impacto da legislação tributária sobre o carbono no Grupo, tanto nas operações diretas quanto nas atividades terceirizadas, em que os preços dos combustíveis têm um impacto indireto nos custos das Companhias. Aplicamos um preço-sombra como preço interno de carbono que é atualizado anualmente de acordo com as atualizações das taxas de carbono em Portugal e na Colômbia. Este é calculado com base numa média ponderada do preço dos impostos sobre o carbono em Portugal (62,45 €/t CO2) e na Colômbia (5,86 €/t CO2) no ano de reporte. Como a taxa de carbono em vigor na Polónia continua muito baixa (0,09 €/t CO2), esta não é considerada no nosso preço interno de carbono. O valor do preço interno de carbono em 2024 foi de 28,40 €/t CO2. Foram abrangidos pelo preço interno de carbono as emissões de GEE de âmbito 1 associadas ao consumo de combustível, 86.895 t CO2e (42,7% das emissões de GEE de âmbito 1) e as emissões de âmbito 3 associadas às atividades relativas a combustíveis e energia (16.178 t CO2e) e ao transporte e distribuição a montante (260.575 t CO2e), correspondendo a 1% do total das emissões de âmbito 3. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Valoração do carbono" do presente capítulo.	-
ESRS E2 - Poluição	Gestão dos impactos, riscos e	E1-9 ^m - Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima	 Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subpontos "Gestão de riscos e oportunidades climáticas" e "Identificação de riscos e oportunidades" deste capítulo.	GRI 201-2
		ESRS 2 IRO-1 Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades	Este tópico não foi identificado como sendo material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. "Poluição", deste capítulo.	

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros standards
	oportunidades	materiais relacionados com a poluição		
		E2-1 – Políticas relacionadas com a poluição	Este tópico não foi identificado como sendo material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. "Poluição", deste capítulo. Ver a página " Publicações de Responsabilidade Corporativa " no nosso website para consultar a Política Ambiental e a Política de Compras Sustentáveis.	
		E2-2 – Ações e recursos relacionados com a poluição	Este tópico não foi identificado como sendo material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. "Poluição", deste capítulo.	
	Métricas e metas	E2-3 – Metas relacionadas com a poluição	✓ Este tópico não foi identificado como sendo material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. "Poluição", deste capítulo.	GRI 303-2
		E2-4 – Poluição do ar, da água e do solo	✓ Este tópico não foi identificado como sendo material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. "Poluição", deste capítulo.	GRI 2-27 GRI 305-7
		E2-5 – Substâncias que suscitam preocupação e substâncias que suscitam elevada preocupação	✓ Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. "Poluição", deste capítulo.	
		E2-6 – Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com a poluição	✓ Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", deste capítulo.	
ESRS E3 – Recursos hídricos e marinhos	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO 1 – Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com os recursos hídricos e marinhos	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3. "Recursos hídricos e marinhos" deste capítulo.	GRI 303-1
		E3-1 – Políticas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.1. "As nossas políticas ambientais" deste capítulo.	
		E3-2 – Ações e recursos relacionados com os recursos hídricos e marinhos	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3. "Recursos hídricos e marinhos" deste capítulo.	GRI 303-1
	Métricas e metas	E3-3 – Metas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos	✓ Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3. "Recursos hídricos e marinhos", ponto "Consumo de água", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	GRI 303-1
		E3-4 – Consumo de água	✓ Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3. "Recursos hídricos e marinhos", ponto "Consumo de água", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	GRI 303-3 GRI 303-4 GRI 303-5
		E3-5 – Efeitos financeiros previstos de impactos, riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos	✓ Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2 "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações Climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas" e subsecção 3.2.3. "Recursos hídricos e marinhos" deste capítulo.	
ESRS E4 – Biodiversidade e ecossistemas	Estratégia	E4-1 – Plano de transição e consideração da biodiversidade e dos ecossistemas na estratégia e no modelo empresarial	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas" deste capítulo.	
		ESRS 2 SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas" deste capítulo.	GRI 304-1
	Gestão dos impactos,	ESRS 2 IRO-1- Descrição dos processos para identificar e avaliar	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais",	GRI 304-1

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros standards
	riscos e oportunidades	impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas		subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", deste capítulo.	
		E4-2 – Políticas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas		Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.1. "As nossas políticas ambientais", deste capítulo.	
		E4-3 – Ações e recursos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas		Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", pontos "Combate à desflorestação" e "Estratégia de Pescado Sustentável" deste capítulo.	GRI 304-3
	Métricas e metas	E4-4 – Metas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas		Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Combate à desflorestação" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" deste capítulo.	
		E4-5 – Métricas de impacto relacionadas com a alteração da biodiversidade e dos ecossistemas		Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas" deste capítulo.	GRI 304-1 GRI 304-2 GRI 304-4
		E4-6 – Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas		Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas" este capítulo.	
ESRS E5 - Utilização dos recursos e economia circular	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1 ^m – Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular", deste capítulo.	GRI 3-3 GRI 306-1
		E5-1 ^m - Políticas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.1 "As nossas políticas ambientais", deste capítulo.	
		E5-2 ^m - Ações e recursos relacionados com a utilização dos recursos e a economia circular	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", pontos "Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular" e "Ações para promover a economia circular", deste capítulo.	GRI 3-3 GRI 306-2
ESRS E5 - Utilização dos Recursos e economia circular	Métricas e metas	E5-3 ^m - Metas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", deste capítulo.	GRI 3-3
		E5-4 ^m - Entradas de recursos	✓	Este indicador foi considerado não material de acordo com a matriz de dupla materialidade atualizada para o reporte de 2024. Para o Grupo Jerónimo Martins o tema material está relacionado com embalagem do produto.	GRI 301-1 GRI 301-2 GRI 306-1
		E5-5 ^m - Saídas de recursos	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos", subponto "Gestão de resíduos", e ponto "Ações para promover a economia circular", subponto "Valorização de resíduos das operações", deste capítulo. Ver tabela abaixo para a desagregação da quantidade de resíduos perigosos e não perigosos por destino, relativa a 2024. Resíduos não reciclados: 96.438 toneladas (15,2% do total de resíduos). O Grupo Jerónimo Martins não produz resíduos radioativos.	GRI 306-2 GRI 306-3 GRI 306-4 GRI 306-5

Quantidade total de resíduos perigosos e não perigosos por tipo de destino (2024)	Perigosos (toneladas)	Não perigosos (toneladas)	Total (toneladas)
Preparação para reutilização	0	0	0
Reciclagem	13	47.398	47.411
Outras recuperações	297	490.192	490.489
Incineração	8	300	308
Aterro	1	93.353	93.354
Outras eliminações	360	2.415	2.775
Total	679	633.658	634.337

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros standards
ESRS E5 - Utilização dos recursos e economia circular	Métricas e metas	E5-6 ^m - Efeitos financeiros previstos dos riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", pontos "Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular" e "Materiais consumidos e saídas de recursos", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", deste capítulo. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador dentro do período de introdução progressivo estipulado.	
	Estratégia	ESRS 2 SBM-2 ^m – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação", deste capítulo.	
ESRS S1 - Mão de obra própria		ESRS 2 SBM-3 ^m – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade" e o subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1 "Mão de obra própria", deste capítulo.	GRI 3-3 GRI 408-1 GRI 409-1
	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S1-1 ^m – Políticas relacionadas com a mão de obra própria	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", subsecção 4.1.1. "Mão de obra própria", deste capítulo.	GRI 2-23 GRI 2-25 GRI 2-29 GRI 3-3
ESRS S1 - Mão de obra própria		S1-2 ^m – Processos para dialogar com os próprios trabalhadores e os representantes dos trabalhadores sobre impactos	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Fortalecimento do caminho individual", deste capítulo.	GRI 2-12 GRI 2-29 GRI 2-30 GRI 3-3
		S1-3 ^m – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os próprios trabalhadores expressarem preocupações	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", deste capítulo.	GRI 2-25 GRI 3-3
ESRS S1 - Mão de obra própria		S1-4 ^m – Tomada de medidas sobre os impactos materiais na mão de obra própria e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a mão de obra própria, bem como a eficácia dessas medidas	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", deste capítulo.	GRI 2-24 GRI 3-3 GRI 203-2
	Métricas e metas	S1-5 ^m – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	✓ Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	GRI 3-3
ESRS S1 - Mão de obra própria	Métricas e metas	S1-6 ^m – Características dos trabalhadores assalariados da empresa	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores", deste capítulo.	GRI 2-7 GRI 401-1
		S1-7 ^m – Características dos trabalhadores não	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra	GRI 2-8

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros standards
ESRS S1 - Mão de obra própria		assalariados na mão de obra própria da empresa		
		S1-8 ^m – Cobertura de negociação coletiva e diálogo social	 Em Portugal apenas um número residual de colaboradores não está coberto por contrato coletivo de trabalho. Na Polónia e na Colômbia, onde não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às nossas sociedades, as condições de trabalho e o modo como o contrato de trabalho é executado são regulados pelos respetivos ordenamentos jurídicos (que regulam internamente todos estes temas) e pelas políticas internas, locais e globais vigentes no nosso Grupo. As nossas políticas internas estão totalmente alinhadas com as melhores práticas laborais internacionais, em particular no que diz respeito às convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho. Em Portugal, participamos ativamente através de associações de empregadores setoriais, como a APED (Associação de Empresas de Distribuição de Portugal), e transversais a diversas indústrias, como a CIP (Confederação Empresarial de Portugal). Contribuímos também para o diálogo social setorial a nível europeu promovido pela Comissão Europeia através da nossa participação na associação EuroCommerce. Ver subcapítulo 4. “Informação Social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Ética e conformidade”, deste capítulo.	GRI 2-30

	Cobertura de negociação coletiva		Diálogo Social
	Trabalhadores assalariados – EEE*	Trabalhadores assalariados – fora do EEE*	Representação no local de trabalho (apenas EEE*)
0% – 19%	Polónia**	Colômbia**	-
20% – 39%	-	-	-
40% – 59%	-	-	-
60% – 79%	-	-	-
80% – 100%	Portugal	-	Portugal e Polónia

* EEE – Espaço Económico Europeu.

** Na Polónia e na Colômbia não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às sociedades do Grupo.

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S1 - Mão de obra própria	Métricas e metas	S1-9 ^m – Métricas de diversidade	 Ver subcapítulo 4. “Informação Social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Diversidade e inclusão”, deste capítulo.	GRI 405-1
		S1-10 ^m – Salários adequados	 Ver subcapítulo 4. “Informação Social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Compensação e benefícios”, deste capítulo.	GRI 202-1
		S1-11 ^m – Proteção social	 Ver subcapítulo 4. “Informação Social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Apoio aos colaboradores e suas famílias”, deste capítulo.	GRI 401-2
		S1-12 – Pessoas com deficiência	 Este requisito de divulgação não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. “Informação Social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Diversidade e inclusão”, deste capítulo.	
		S1-13 ^m – Métricas de formação e desenvolvimento de competências	 Ver subcapítulo 4. “Informação Social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Formação e desenvolvimento de competências”, subponto “Formação”, deste capítulo.	GRI 404-1 GRI 404-3

	Horas médias de formação por colaborador *		
	Mulheres	Homens	Total
Grupo	63	68	64
Strategic	33	14	20
Managerial	34	35	35
Operational	63	70	65

* Horas de formação por colaborador – quociente do volume de formação pelo total de colaboradores.

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S1 - Mão de obra própria		S1-14 ^m – Métricas de saúde e segurança	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Segurança e saúde no trabalho", deste capítulo. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, nomeadamente no que diz respeito aos trabalhadores da cadeia de valor.	GRI 403-8 GRI 403-9 GRI 403-10
		S1-15 ^m – Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	✓ Ver tabela abaixo e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada", deste capítulo.	GRI 401-3 GRI 403-6

Licença parental	Género		Total
	Mulheres	Homens	
Colaboradores com direito a licença parental	106.326	33.532	139.858
Colaboradores que gozaram de licença parental	3.829	1.142	4.971
Colaboradores que regressaram de licença parental	1.985	1.040	3.025
Colaboradores que regressaram de licença parental e que continuaram no Grupo 12 meses após o regresso	2.391	778	3.169
Taxa de regresso ao trabalho *	51,8%	91,1%	60,9%
Taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar licença parental **	33,6%	8,0%	27,7%
Taxa de retenção ***	83,5%	74,4%	81,0%

* A taxa de regresso ao trabalho corresponde à percentagem de colaboradores que regressaram de licença parental tendo por base os colaboradores que gozaram de licença parental no período.

** A taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar licença parental corresponde à percentagem de colaboradores que ainda não voltaram da licença tendo por base os colaboradores que gozaram de licença parental no período.

*** A taxa de retenção corresponde à percentagem de colaboradores que regressaram de licença parental em 2023 e que permanecem a trabalhar no Grupo 12 meses depois.

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S1 - Mão de obra própria	Métricas e metas	S1-16 ^m – Métricas de compensação (disparidade salarial e compensação total)	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Diversidade e inclusão", deste capítulo. No que diz respeito ao rácio entre a remuneração individual mais elevada e a remuneração mediana dos colaboradores, devido à complexidade na uniformização da informação salarial originada pela dispersão geográfica do Grupo que aumentou em 2024, pela incomparabilidade imediata de funções nos diferentes países, bem como pela dissemelhança de conceitos retributivos nas diversas Companhias do Grupo, é fundamental encontrar uma base de cálculo para este indicador que não seja errônea. O Grupo está a efetuar todas as diligências para poder cumprir com o reporte deste rácio, assegurando a qualidade que se exige também para esta informação.	GRI 2-21 GRI 405-2
		S1-17 ^m – Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos	✓ Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", deste capítulo.	GRI 2-25 GRI 406-1
ESRS S2 - Trabalhadores na cadeia de valor	Estratégia	ESRS 2 SBM 2 – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	✓ Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", deste capítulo.	GRI 408-1
		ESRS 2 SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	✓ Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", deste capítulo.	
	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S2-1 – Políticas relacionadas com os trabalhadores na cadeia de valor	✓ Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", subsecção 4.1.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", do presente capítulo.	GRI 2-23 GRI 2-24 GRI 2-25 GRI 2-29

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
		S2-2 – Processos para dialogar com os trabalhadores na cadeia de valor sobre impactos	✓ Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", pontos "Gestão laboral responsável na cadeia de valor" e ponto "Certificações de sustentabilidade", deste capítulo.	GRI 2-12 GRI 2-29
		S2-3 – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os trabalhadores na cadeia de valor expressarem preocupações	✓ Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas", deste capítulo.	GRI 2-25 GRI 2-29
		S2-4 – Tomar medidas sobre impactos materiais nos trabalhadores da cadeia de valor e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os trabalhadores na cadeia de valor, e eficácia dessas ações	✓ Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", pontos "Gestão laboral responsável na cadeia de valor" e "Certificações de sustentabilidade", deste capítulo.	GRI 2-24 GRI 2-25 GRI 203-2 GRI 204-1
		S2-5 - Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	✓ Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", deste capítulo.	
ESRS S3 - Comunidades afetadas	Estratégia	ESRS 2 SBM-2 ^m – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação", deste capítulo.	
		ESRS 2 SBM-3 ^m – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção "Salvaguardas Mínimas", deste capítulo. Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade".	GRI 3-3 GRI 413-2
ESRS S3 - Comunidades afetadas	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S3-1 ^m – Políticas relacionadas com as comunidades afetadas	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", subsecção 4.1.2. "Comunidades afetadas", deste capítulo.	GRI 2-23 GRI 2-29 GRI 3-3
		S3-2 ^m – Processos para dialogar com as comunidades afetadas sobre impactos	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", ponto "Como dialogamos com as nossas comunidades afetadas", deste capítulo.	GRI 2-12 GRI 2-29 GRI 3-3
		S3-3 – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para as comunidades afetadas expressarem preocupações	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas", deste capítulo.	GRI 2-25
		S3-4 ^m – Tomar medidas sobre os impactos materiais nas comunidades afetadas e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com as comunidades afetadas, bem como eficácia dessas ações	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", pontos "Apoios diretos às comunidades envolvidas", "Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas" e "Apoios indiretos às comunidades envolvidas", e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas", deste capítulo.	GRI 2-24 GRI 3-3 GRI 203-2 GRI 413-1

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
			Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade".	
ESRS S3 - Comunidades afetadas	Métricas e metas	S3-5 ^m – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	✓ Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	GRI 3-3
ESRS S4 - Consumidores e utilizadores finais	Estratégia	ESRS 2 SBM-2 ^m – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação", do presente capítulo.	
		ESRS 2 SBM-3 ^m – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", deste capítulo e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5 "Salvaguardas Mínimas", deste capítulo. Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade".	GRI 3-3
	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S4-1 ^m – Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", subsecção 4.1.3. "Consumidores e utilizadores finais", deste capítulo.	GRI 2-23 GRI 2-25 GRI 2-29
		S4-2 ^m – Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", deste capítulo.	GRI 2-12 GRI 2-29 GRI 3-3
		S4-3 ^m – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação", e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas Mínimas", e subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Correção dos impactos e canais para os consumidores manifestarem preocupação", deste capítulo.	GRI 2-25 GRI 3-3
		S4-4 ^m – Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5 "Salvaguardas mínimas", e subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2 "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", deste capítulo. Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade".	GRI 2-24 GRI 2-25 GRI 3-3 GRI 203-2
	Métricas e metas	S4-5 ^m – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	✓ Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	GRI 3-3

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards	
ESRS G1 - Conduta empresarial	Governança	ESRS 2 GOV-1 ^m – O papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção	 Ver subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.2. “Governo e estratégia”, deste capítulo. Ver capítulo 4 “Governo da Sociedade”, Parte I – “Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secções A “Estrutura Acionista”, B “Órgãos Sociais e Comissões” e C “Organização Interna”.	GRI 2-9 GRI 2-12	
ESRS G1 - Conduta empresarial	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1 ^m – Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais	 Ver subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, da secção 2.5. “Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade”, do presente capítulo. Ver subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, deste capítulo.	GRI 2-23 GRI 2-24 GRI 2-25 GRI 2-26	
		G1-1 ^m – Cultura empresarial e políticas de conduta empresarial	 Ver subcapítulo 5 “Informações sobre a governação”, secção 5.1 “As nossas políticas sobre cultura empresarial”, deste capítulo.	GRI 2-16 GRI 2-23 GRI 2-24 GRI 2-26 GRI 3-3 GRI 205-1 GRI 205-2	
		G1-2 ^m – Gestão das relações com os fornecedores	 Ver subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, deste capítulo.	GRI 3-3 GRI 204-1 GRI 308-1 GRI 414-1	
ESRS G1 - Conduta empresarial	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	G1-3 – Prevenção e deteção de corrupção e suborno	 Este requisito de divulgação não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, da secção 2.2. “Governo e estratégia” e subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.3. “Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)”, subsecção 3.3.5. “Salvaguardas mínimas”, deste capítulo. Ver também capítulo 4 “Governo da Sociedade”, Parte I – “Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secções A “Estrutura Acionista”, B “Órgãos Sociais e Comissões”, C “Organização Interna” e, E “Transações com Partes Relacionadas”.	GRI 2-13 GRI 2-26 GRI 205-1 GRI 205-2	
		Métricas e metas	G1-4 – Incidentes confirmados de corrupção ou suborno	 Este requisito de divulgação não foi identificado como material. Em todo o caso, é reportada informação sobre estas matérias nos reportes aos indicadores GRI 2-27 e GRI 206-1. Ver a Política Anticorrupção, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em cumprimento do seu programa de cumprimento normativo), publicado em 2022, e o Relatório Anual de Execução deste plano, publicado em 2024, disponíveis para consulta no nosso website . Encontramo-nos a melhorar os processos de reporte por forma a responder a indicadores de conformidade socioeconómica.	GRI 2-27 GRI 206-1
			G1-5 – Influência política e atividades de representação de grupos de interesse	 Este requisito de divulgação não foi identificado como material como material. Em todo o caso, as empresas do Grupo Jerónimo Martins não apoiam partidos políticos ou os seus representantes, nem contribuem financeiramente para grupos que possam apoiar interesses partidários. Consultar o Código de Conduta disponível no nosso website .	GRI 2-9 GRI 415-1
		G1-6 ^m – Práticas de pagamento	 Ver subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, subsecção 5.2.4. “Iniciativas e práticas de pagamento a fornecedores”, deste capítulo.		

^m - Requisito material.

7.2. GRI – Global Reporting Initiative

SUMÁRIO DO CONTEÚDO GRI: Declaração de utilização: Jerónimo Martins reporta de acordo com as GRI Standards para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024; **GRI 1 utilizado:** GRI 1: Fundamentos 2021; **Norma(s) Setorial(s) da GRI aplicada(s):** não foram utilizadas Normas Setoriais da GRI.

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
CONTEÚDOS GERAIS			
2-1	Detalhes da organização.	✓ Jerónimo Martins, SGPS, S.A. Rua Actor António Silva n.º 7, 1649-033 Lisboa, Portugal. Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins".	---
2-2	Entidades incluídas no relatório de sustentabilidade da organização.	✓ Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade".	ESRS 2 BP-1
2-3	Período de reporte, frequência e ponto de contacto.	✓ O presente Relatório do Grupo Jerónimo Martins abrange o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024. A declaração de sustentabilidade (incluída no Relatório e Contas) é anual. Ponto de contacto: comunicacao@jeronimo-martins.com	---
2-4	Alterações à informação reportada em relatórios anteriores e os motivos para estas alterações.	✓ - Onde se lê "30.249" no Relatório e Contas de 2023 (capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.3. "Apoios Diretos", no que respeita aos apoios atribuídos pela Hebe, deverá ler-se "30.265". Este valor encontra-se corrigido e devidamente assinalado na presente Declaração de Sustentabilidade. - Onde se lê "5.301" no Relatório e Contas de 2023 (capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.3. "Apoios Diretos", no que respeita ao peso das doações em géneros alimentares do Pingo Doce, deverá ler-se "5.299". Este valor encontra-se corrigido e devidamente assinalado na presente Declaração de Sustentabilidade. - No Relatório e Contas de 2024 houve a necessidade de rever alguns valores referentes à pegada de carbono com o objetivo de melhorar o alinhamento com a metodologia do Greenhouse Gas Protocol. Assim, relativamente ao valor específico (âmbitos 1 e 2), onde se lê "0,0303" no Relatório e Contas de 2023 (capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de valor", subcapítulo 3. "Respeitar o ambiente", secção 3.1. "Combate às alterações climáticas", subsecção 3.1.2. Pegada de carbono), deverá ler-se "0,0304". Em relação à pegada de carbono global (âmbitos 1 e 2) por GEE, onde se lê "928.904" deverá ler-se "929.714"; relativamente à pegada de carbono (âmbito 1 – impactes diretos), onde se lê "240.466" deve-se ler "240.592"; já no que à pegada de carbono (âmbito 2 – impactes indiretos) diz respeito, onde se lê "688.438" deve-se ler "689.122" e, por último, na pegada de carbono (âmbito 3 – outros impactes indiretos) onde se lê "32.593.713" deve-se ler "31.228.412". Consequentemente, várias categorias dentro destes indicadores foram afetadas. Todos os números, corrigidos, de 2023 encontram-se devidamente assinalados no atual relatório. - No Relatório e Contas de 2023, no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de valor", subcapítulo 3. "Respeitar o ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma economia circular", subsecção 3.4.2. "Materiais consumidos e iniciativas de redução", o valor do Recheio referente ao consumo total de materiais foi revisto em função de uma atualização dos cálculos. Assim, relativamente ao valor total do Recheio "13.292" deverá ler-se "13.326". Assim, o valor total para o Grupo Jerónimo Martins passa de "520.095" a "520.129". Todos os números, corrigidos, de 2023 encontram-se devidamente assinalados no atual relatório.	ESRS 2 BP-2
2-5	Verificação externa.	✓ A informação contida e assinalada nesta tabela com "✓" foi submetida a verificação por uma entidade externa: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. O relatório do processo de verificação pode ser consultado no final do capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade".	
2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações comerciais.	✓ Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", capítulo 3 "Demonstrações Financeiras", e subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2 "Conduta empresarial" do presente capítulo, e página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade" no nosso website www.jeronimomartins.com .	ESRS 2 SBM-1
2-7	Colaboradores.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 8 e 10 ESRS 2 SBM-1 ESRS S1-6
2-8	Trabalhadores que não são colaboradores.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os trabalhadores não colaboradores", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 8 ESRS S1-7
2-9	Estrutura de governance e composição.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade".	SDG 5 e 16 ESRS 2 GOV-1 ESRS G1-5
2-10	Nomeação e seleção do mais alto órgão de governance.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade". Secções A "Estrutura Acionista" e B "Órgãos Sociais e Comissões".	SDG 5 e 16

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
2-11	Presidente do mais alto órgão de governance.	✓	SDG 5 e 16
2-12	Papel do mais alto órgão de governance na supervisão da gestão de impactos.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", deste capítulo. Ver também página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com .	SDG 16 ESRS 2 GOV-1 ESRS 2 GOV-2 ESRS 2 SBM-2 ESRS S1-2 ESRS S2-2 ESRS 3-2 ESRS 4-2
2-13	Delegação de responsabilidade para gestão de impactos.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna".	ESRS 2 GOV-1 ESRS 2 GOV-2 ESRS G1-3
2-14	Órgão máximo de governance responsável pela aprovação do Relatório de Sustentabilidade	✓ A responsabilidade pela aprovação da Declaração de sustentabilidade, incluída no Relatório e Contas, é da Assembleia Geral de Acionistas.	ESRS 2 GOV-1 ESRS 2 GOV-5
2-15	Conflitos de interesse.	✓ Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta Jerónimo Martins e o Código de Conduta de Fornecedores no website www.jeronimomartins.com . Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website www.jeronimomartins.com . Consulte, ainda, a Política Anticorrupção, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em cumprimento do seu programa de cumprimento normativo) publicado em 2022, e o Relatório Anual de Execução deste plano, publicado em 2024, documentos disponíveis para consulta no canal "Sobre Nós" em www.jeronimomartins.com .	SDG 16
2-16	Comunicação de situações críticas.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade".	ESRS 2 GOV-2 ESRS G1-1
2-17	Conhecimento global dos órgãos de gestão.	✓ O Grupo realiza atividades (ex.: ações de formação internas e externas, Conferência de Sustentabilidade do Grupo, newsletters internas e relatórios de progresso) que permitem aos seus órgãos de gestão um maior conhecimento sobre as dimensões do Desenvolvimento Sustentável. Adicionalmente, em 2019 foram criados Comitês de Sustentabilidade para todas as Companhias de Retalho Alimentar, Retalho Especializado e Agroalimentar, tendo-se realizado 19 reuniões em 2024. Ver capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II. "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)".	ESRS 2 GOV-1
2-18	Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governance.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".	
2-19	Políticas de remuneração.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".	ESRS 2 GOV-3
2-20	Processo de atribuição de remuneração.	✓	SDG 16 ESRS 2 GOV-3
2-21	Rácio de remuneração total anual.	Devido à complexidade na uniformização da informação salarial originada pela dispersão geográfica, pela incomparabilidade imediata de funções nos diferentes países, bem como pela dissemelhança de conceitos retributivos nas diversas Companhias do Grupo, é fundamental que seja assegurada a qualidade da informação para que seja viável o reporte deste indicador. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.	ESRS S1-16
2-22	Mensagem do Presidente.	✓ Consultar a "Mensagem do Presidente".	ESRS 2 BP-2 ESRS 2 SBM-1
2-23	Políticas de atuação e compromissos.	✓	UNGC 1-10 SDG 16 ESRS 2 GOV-2 ESRS 2 IRO-1
2-24	Incorporação de políticas para a conduta responsável nas atividades da empresa.	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secções 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação", 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade" e 2.6 "As nossas políticas", deste capítulo. Ver também subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", deste capítulo.	ESRS S1-1 ESRS S1-3 ESRS S1-4 ESRS S1-17 ESRS S2-1 ESRS S2-3 ESRS S2-4 ESRS S3-1 ESRS S3-3
2-25	Processos de remediação de	✓	

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
	impactes negativos.		ESRS S3-4 ESRS S4-1 ESRS S4-4 ESRS G1-1 ESRS G1-3
2-26	Mecanismos adotados para procurar aconselhamento e levantar preocupações.	✓	
2-27	Conformidade com leis e regulamentos.	Para informação sobre estas matérias, ver os reportes aos indicadores GRI 206-1. No que se refere a não conformidade com as leis e regulamentos ambientais, não se registaram coimas de carácter significativo*. Encontramo-nos a melhorar os processos de reporte de forma a responder a indicadores de conformidade socioeconómica. * Considera-se coima significativa um montante monetário igual ou superior a cerca de 45.000,00 euros.	ESRS E2-4 ESRS S1-17 ESRS G1-4
2-28	Organizações a que pertence.	✓ Ver canal "Sobre Nós", página "Organizações a que Pertencemos" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Organizações a que Pertencemos" no website www.jeronimomartins.com .	
GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
2-29	Abordagem ao envolvimento com stakeholders.	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" e da secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", deste capítulo. Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os nossos públicos" no website www.jeronimomartins.com .	ESRS SBM 2-3 ESRS 2 SBM-2
2-30	Acordos coletivos de trabalho.	✓ Em Portugal, apenas um número residual de colaboradores não está coberto pelo contrato coletivo de trabalho. Na Polónia e na Colômbia, onde não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às nossas Companhias, as condições de trabalho e o modo como o contrato de trabalho é executado são regulados pelos respetivos ordenamentos jurídicos (que regulam internamente estes temas) e pelas políticas internas, locais e globais vigentes no nosso Grupo. As nossas políticas internas estão alinhadas com as melhores práticas laborais internacionais, em particular no que diz respeito às convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho. Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", deste capítulo.	UNGC 3 SDG 8 ESRS S1-1 ESRS S1-8
ASPETOS MATERIAIS			
3-1	Processo para determinar os tópicos materiais.	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" e da secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", deste capítulo.	ESRS 2 BP-1
3-2	Lista dos temas materiais.	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" e da secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", deste capítulo.	ESRS 2 BP-2
3-3	Gestão de temas materiais.	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" e da secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", deste capítulo.	ESRS 2 BP-2 ESRS 2 SBM-1
DESEMPENHO ECONÓMICO			
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído.	Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e indicador 203-1.	SDG 8 e 9 ESRS 2 SBM-1
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade" e subcapítulo 3. "Informação Ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações Climáticas", deste capítulo.	UNGC 7 SDG 13
201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização e outros planos de reforma.	✓ Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".	---
201-4	Benefícios financeiros significativos atribuídos pelos governos.	Na Polónia, recebeu-se a última parte de um subsídio da União Europeia, ao abrigo de um acordo de consórcio assinado, relacionado com o desenvolvimento de sistemas logísticos inovadores (respeitante a uma candidatura efetuada em 2023). O montante total ascendeu a 279.932,29 EUR (1.205.080,50 PLN), dos quais 98.079,42 EUR (422.222,10 PLN) foram recebidos em 2024. Obteve-se, ainda, um benefício fiscal relativo a robotização de 85.549,03 EUR (368.280,00 PLN). Em Portugal, os benefícios atribuídos por entidades oficiais, a título de crédito fiscal, visaram a compensação de investimentos efetuados no âmbito do programa SIFIDE II – Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial. Este programa consiste numa dedução à coleta de imposto sobre os rendimentos, de parte dos montantes incorridos com despesas com pessoal, despesas de funcionamento, despesas com contratação de Inovação e Desenvolvimento (I&D) e despesas com a aquisição de	---

			ativos fixos de suporte à atividade de I&D, os quais são certificados por entidade externa e independente. Neste contexto, os indicadores em apreço são os seguintes: - Crédito fiscal solicitado em sede de SIFIDE II, com referência ao exercício fiscal de 2024: A este nível, informamos que para as nove companhias do Grupo Jerónimo Martins ("GJM") que submeteram candidaturas ao SIFIDE II, com referência ao exercício fiscal de 2023 [a saber, JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A. ("JMR"), Jerónimo Martins Serviços, S.A. ("JMS"), Seaculture Aquicultura, S.A. ("Seaculture"), Terra Alegre Lacticínios, S.A. ("TAL"), Best Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A. ("Best Farmer"), Jerónimo Martins Agro-Alimentar, S.A. ("JMA"), Jerónimo Martins, SGPS, S.A. ("JMH"), Outro Chão Agricultura Biológica, Lda. ("Outro Chão") e Recheio - Cash & Carry, S.A. ("Recheio")], o montante de crédito fiscal potencial solicitado foi de 4.873.041 EUR. - Investimento total em I&D no ano de 2024: Neste contexto, em particular, e tendo por base os montantes reportados em sede de IPCTN23 - Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, por parte das Companhias do GJM para as quais apoiámos no respetivo preenchimento (a saber, JMR, JMS, Seaculture, TAL, Best-Farmer, JMA, JMH, Outro Chão, Recheio e Pingo Doce), o montante total reportado nesta sede corresponde a 11.452.863 EUR. Na Colômbia, não existiram incentivos financeiros (sob a forma de benefícios/créditos fiscais) atribuídos pelas entidades oficiais às nossas operações.	
PRESENÇA NO MERCADO				

202-1	Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género.	✓	No que diz respeito a trabalhadores não colaboradores, não detemos informação consolidada à data que permita aferir se a tipologia de funções executadas está sujeita a regras de salário mínimo. Ver tabela abaixo e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Compensação e benefícios", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 1, 5 e 8 ESRS S1-10

Proporção entre salário mínimo interno e mínimo nacional*		
	Mulheres	Homens
Portugal	101,2%	101,2%
Polónia	100,0%	100,0%
Colômbia	100,0%	100,0%

*São considerados os salários mais baixos das Companhias com maior representatividade em cada país, ou seja, Pingo Doce (Portugal), Biedronka (Polónia) e Ara (Colômbia).

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
202-2	Proporção de colaboradores para cargos seniores contratados localmente.	Ver tabela abaixo:	UNGC 6 SDG 8

Proporção de colaboradores em cargos seniores locais*	
	2024
Grupo	81,6%
Portugal	90,7%
Polónia	76,1%
Colômbia	66,7%
Eslováquia	28,6%**
Chéquia	***

* Para o cálculo desta percentagem, são considerados os colaboradores que fazem parte do nível funcional strategic. Consideram-se locais as contratações de pessoas cuja nacionalidade é a mesma do país onde o colaborador trabalha.

** No âmbito da expansão do Grupo para a Eslováquia, e da partilha de conhecimento da Biedronka, na Polónia, com o novo país, a maioria dos colaboradores do nível funcional strategic são polacos.

*** Não existem colaboradores do nível funcional strategic na Chéquia.

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRECTOS			
203-1	Investimentos em infraestruturas e serviços apoiados.	✓	SDG 5, 9 e 11
203-2	Impactos económicos indirectos significativos.	✓	SDG 1, 3 e 8

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																					
COMPRAS																								
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais.	 Ver subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", seção 5.2 "Conduta empresarial", subseção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores", deste capítulo.	SDG 8																					
ANTICORRUPÇÃO																								
205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção.	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", seção C "Organização Interna" e seção E "Transações com Partes Relacionadas". Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", seção 2.6. "As nossas políticas", e subcapítulo 3. "Informação ambiental", seção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subseção 3.3.5 "Salvaguardas mínimas", e subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", seção 5.2 "Conduta empresarial", subseção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores", deste capítulo. O nosso Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em cumprimento do seu programa de cumprimento normativo) publicado em 2022, e o Relatório Anual de Execução deste plano , publicado em 2024, documentos disponíveis para consulta no canal "Sobre Nós" em www.jeronimomartins.com . Adicionalmente, em 2023 aprovámos o Procedimento de Dever de Diligência de Integridade, enquanto documento interno autónomo que visa avaliar os riscos relacionados com corrupção na cadeia de abastecimento. A avaliação destes riscos na cadeia de abastecimento é também aferida através de auditorias sociais cujos critérios incluem esta temática.	UNGC 10 SDG 16																					
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção.	 Registou-se um aumento significativo na formação promovida acerca da Política Anticorrupção (+47,1% das horas de formação do que em 2023), chegando a 21.953 colaboradores, assim como no número de colaboradores impactados por campanhas de comunicação (42.477). Foram asseguradas diversas campanhas de comunicação sobre a Política Anticorrupção ao longo do ano, que em Portugal tiveram como público-alvo todos os colaboradores e na Polónia, Colômbia e Eslováquia foram direcionadas a colaboradores da sede. Uma vez que foram utilizados diferentes canais de comunicação, incluindo físicos (por exemplo, cartazes), para o cálculo desta percentagem foi considerada a média de headcount em cada país ao longo do ano 2024. Continuamos a melhorar os nossos sistemas para garantir que reportamos a informação por nível funcional. Ver tabela abaixo e subcapítulo 4. "Informação Social", seção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subseção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", deste capítulo. <table border="1"><thead><tr><th colspan="3">Comunicação sobre Política Anticorrupção</th></tr><tr><th></th><th>Total</th><th>%</th></tr></thead><tbody><tr><td>Grupo</td><td>42.477</td><td>30,4%</td></tr><tr><td>Portugal</td><td>35.454</td><td>100,1%*</td></tr><tr><td>Polónia</td><td>4.711</td><td>5,3%</td></tr><tr><td>Colômbia</td><td>2.252</td><td>14,1%</td></tr><tr><td>Eslováquia</td><td>60</td><td>33,7%</td></tr></tbody></table> *O headcount médio em Portugal é superior ao headcount registado a 31/12/2024 (35.433 colaboradores).	Comunicação sobre Política Anticorrupção				Total	%	Grupo	42.477	30,4%	Portugal	35.454	100,1%*	Polónia	4.711	5,3%	Colômbia	2.252	14,1%	Eslováquia	60	33,7%	UNGC 10 SDG 16
Comunicação sobre Política Anticorrupção																								
	Total	%																						
Grupo	42.477	30,4%																						
Portugal	35.454	100,1%*																						
Polónia	4.711	5,3%																						
Colômbia	2.252	14,1%																						
Eslováquia	60	33,7%																						
PRÁTICAS ANTICONCORRENCIAIS																								
206-1	Ações judiciais por comportamento anticoncorrencial, antitrust e práticas de monopólio.	Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras", subcapítulo 3.1. "Demonstrações Financeiras Consolidadas", 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" para descritivo de processos de contencioso com maior relevância (de valor superior a cinco milhões de euros) e que se encontravam pendentes de resolução, para os quais o Conselho de Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal.	---																					
MATERIAIS																								
301-1	Consumo de materiais por peso ou volume.	 Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", seção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subseção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos", deste capítulo.	UNGC 7 e 8 SDG 8 e 12 ESRS E5-4																					
301-2	Materiais usados provenientes de reciclagem.		UNGC 7 e 8 SDG 8 e 12 ESRS E5-4																					
301-3	Produtos recuperados e os seus materiais de embalagem.	Este aspeto não é material. Não obstante, o Grupo promove a recolha de resíduos de clientes nas suas lojas, encaminhando-os para valorização. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", seção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subseção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos", deste capítulo.	UNGC 8 SDG 8 e 12																					
ENERGIA																								
302-1	Consumo de energia dentro da organização.	 Ver tabela abaixo.	UNGC 7, 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13																					

Consumo total (GJ)	2024	2023	Δ 2024/2023
Consumo de energia por tipologia	7.943.532	8.010.628	-0,8%
Eletricidade*	6.806.190	6.545.154	+4,0%
Combustíveis	1.010.019	1.316.381	-23,3%
Aquecimento*	127.323	149.093	-14,6%
Energia renovável	4.253.082	3.592.316	+18,4%
Eletricidade	4.234.747	3.573.631	+18,5%
Aquecimento	18.335	18.685	-1,9%

* Inclui a geração de energia renovável para autoconsumo, Garantias de Origem, Contratos de Aquisição de energia renovável e a percentagem de energia renovável do mix energético de cada fornecedor de energia.

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
302-2	Consumo de energia fora da organização.	Este indicador é apresentado sob a forma de CO ₂ e no âmbito do cálculo da pegada carbónica do Grupo – emissões de âmbito 3 para todas as categorias de acordo com a metodologia do GHG Protocol – Corporate Value Chain. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", deste capítulo.	UNGC 7 e 8 SDG 7, 8, 12 e 13
302-3	Intensidade energética.	Em 2024, o indicador de intensidade foi de 0,237 GJ/mil euros de vendas, representando menos 9,5% face a 2023. Em 2023, o indicador de intensidade foi de 0,262 GJ/mil euros de vendas.	UNGC 8 SDG 7, 8, 12 e 13
302-4	Redução do consumo de energia.	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia", deste capítulo.	UNGC 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13
302-5	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços.	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia", deste capítulo.	UNGC 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13

ÁGUA

303-1 (2018)	Interações com a água como um recurso partilhado.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3. "Recursos hídricos e marinhos", ponto "Consumo de água", deste capítulo.	UNGC 7 e 8 SDG 6 e 12
303-2 (2018)	Gestão de impactos relacionados com as rejeições de água.	✓		UNGC 8 SDG 6
303-3 (2018)	Captação de água.	✓	Ver tabelas abaixo.	UNGC 8 SDG 6 e 12
303-4 (2018)	Rejeição de águas.	✓		UNGC 8 SDG 6
303-5 (2018)	Consumo de água.	✓		UNGC 7 e 8 SDG 6

Captação total (megalitros/milhão de euros de vendas)	2024	2023	Δ 2024/2023
Valor específico global	0,189	0,212	-11,1%
Valor específico (Distribuição)	0,102	0,106	-4,7%
Valor específico (Agroalimentar)	20,386	28,711	-29,0%

Captação total (megalitros)	2024	2023	Δ 2024/2023
Captação de água por fonte*	6.315,0	6.500,4	-2,9%
Rede municipal e privada	6.002,5	6.165,9	-2,7%
Água subterrânea	294,0	316,4	-7,1%
Água superficial (inclui água da chuva)	18,5	18,1	+2,2%

* A totalidade do volume captado corresponde a água doce.

Água reciclada (megalitros)	2024	2023	Δ 2024/2023
Água reciclada total*	2,8	2,4	+18,5%

* Apenas na Ara.

Total de águas residuais (megalitros)	2024	2023	Δ 2024/2023
Águas residuais por tipo de destino*	2.927,1	2.809,0	+4,2%
Saneamento municipal	2.874,2	2.757,2	+4,2%
Meio natural	52,9	51,8	+2,3%

* Estima-se que a água doce represente menos de 0,5% do volume rejeitado.

Total de água consumida (megalitros)	2024	2023	Δ 2024/2023
Consumo de água	3.387,9	3.691,4	-8,2%

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
BIODIVERSIDADE			
304-1	Instalações operacionais próprias, arrendadas, nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas.	As infraestruturas do Grupo Jerónimo Martins cumprem os requisitos legais em matéria ambiental e, na sua grande maioria, estão contextualizadas em malha urbana. No âmbito particular do agroalimentar, o Grupo detém propriedades pontualmente localizadas ou próximas da Rede Ecológica Nacional, colaborando com as entidades governamentais no sentido de assegurar a sua conservação.	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
304-2	Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade.	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Combate à desflorestação" e ponto "Estratégia de Pescado Sustentável", deste capítulo.	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
304-3	Habitats protegidos ou restaurados.	Não aplicável às atividades do Grupo em 2024. Não obstante, o Grupo participa num conjunto de iniciativas de conservação de habitats e ecossistemas como o Green Heart of Cork (ANP WWF), limpeza das montanhas Tatra (Czysta Polska), Salamandra – Sociedade Polaca para a Conservação da Natureza, proteção das abelhas (Fundabejazz) e SOS Polinizadores (Quercus). Temos também o projeto "Floresta Serra do Açor" – que junta o Grupo Jerónimo Martins, a Câmara Municipal de Arganil, as associações que reúnem os proprietários de terrenos baldios e a Escola Superior Agrária de Coimbra – é uma iniciativa lançada em 2020 que quer preservar e valorizar a paisagem devastada pelos incêndios florestais, abrangendo uma área de 2.500 hectares. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Apoio a projetos de proteção da biodiversidade e regeneração de ecossistemas", deste capítulo.	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
304-4	Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Estratégia de Pescado Sustentável", deste capítulo.	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
EMISSÕES			
305-1	Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa – GEE (Âmbito 1).	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", deste capítulo.	UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
305-2	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2).		UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (Âmbito 3).		UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
305-4	Intensidade das emissões de GEE.		UNGC 8 SDG 13, 14 e 15
305-5	Redução de emissões de GEE.		UNGC 8 e 9 SDG 13, 14 e 15
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono.	Este aspeto não é material. Não obstante, em 2024 não se verificou a emissão CFC-11 eq.	UNGC 7 e 8 SDG 3 e 12
305-7	Óxidos de azoto (NO _x), óxidos de enxofre (SO _x) e outras emissões significativas.	As quantidades são emitidas pela combustão de combustíveis fósseis (uso de combustível no local para operação de equipamentos, geradores de emergência e aquecimento, bem como frota de veículos ligeiros): • NO _x = 121,2 toneladas (-42,3% face a 2023); • SO _x = 22,3 toneladas (-47,5% face a 2023).	UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 14 e 15
RESÍDUOS			
306-1 (2020)	Produção de resíduos e impactes significativos.	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular", deste capítulo.	UNGC 8 SDG 3, 6, 11, 12

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
306-2 (2020)	Gestão de impactes significativos associados a resíduos.		UNGC 8 SDG 3, 6, 11, 12, 14 e 15
306-3 (2020)	Resíduos por tipo e por destino.		
306-4 (2020)	Resíduos encaminhados para valorização.		
306-5 (2020)	Resíduos encaminhados para deposição.		
AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES			
308-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais.		UNGC 8
308-2	Impactes ambientais negativos na cadeia de abastecimento e ações tomadas.		UNGC 8
EMPREGO			
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores.		UNGC 6 SDG 5, 8 e 10 ESRS 2 GOV-1 ESRS S1-6

Novas contratações

Novas contratações						
	Idade			Género		Total
	<30	30-50	>50	Mulheres	Homens	
Grupo	24.208	9.612	1.847	31.594	14.073	45.667
Portugal	7.177	4.032	510	6.511	5.208	11.719
Polónia	10.768	11.944	1.317	19.722	4.307	24.029
Colômbia	6.194	3.518	7	5.226	4.493	9.719
Eslováquia	40	99	7	81	65	146
Chéquia	29	19	6	54	0	54

	Taxa de novas contratações*					
	Idade			Género		Total
	<30	30-50	>50	Mulheres	Homens	
Grupo	66,2%	2,7%	10,9%	29,7%	42,0%	32,7%
Portugal	75,1%	21,0%	7,6%	28,6%	41,0%	33,1%
Polónia	55,8%	20,3%	12,8%	26,2%	33,0%	27,2%
Colômbia	81,1%	42,7%	15,9%	63,6%	58,3%	61,1%
Eslováquia	87,0%	80,5%	77,8%	77,9%	87,8%	82,0%
Chéquia	116,0%	100,0%	150,0%	114,9%	0,0%	112,5%

* Taxa de novas contratações (por segmento) = número total de novas contratações durante o ano/total de colaboradores no final do período.

Rotatividade

Cessações						
Grupo	Idade			Género		Total
	<30	30-50	>50	Mulheres	Homens	
	19.676	8.133	2.327	27.279	12.857	40.136
Portugal	7.028	4.158	849	6.716	5.319	12.035

Polónia	8.292	10.798	1.468	16.791	3.767	20.558
Colômbia	4.322	3.169	7	3.729	3.769	7.498
Eslováquia	1	2	1	2	2	4
Chéquia	33	6	2	41	0	41

Taxa de rotatividade*						
Grupo	Idade			Género		Total
	<30	30-50	>50	Mulheres	Homens	
Grupo	53,8%	1,0%	13,7%	25,7%	38,3%	28,7%
Portugal	73,6%	21,7%	12,7%	29,5%	41,9%	34,0%
Polónia	42,9%	18,4%	14,3%	22,3%	28,9%	23,3%
Colômbia	56,6%	38,5%	15,9%	45,4%	48,9%	47,1%
Eslováquia	2,2%	1,6%	11,1%	1,9%	2,7%	2,2%
Chéquia	132,0%	31,6%	50,0%	87,2%	0,0%	85,4%

* Taxa de rotatividade (por segmento) = número total de saídas durante o ano/ total de colaboradores no final do período.

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
401-2	Benefícios para colaboradores a tempo inteiro que não são atribuídos aos colaboradores temporários ou a tempo parcial.	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Compensação e benefícios", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 3, 5 e 8
401-3	Licença parental.	Ver tabela abaixo e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 5 e 8 ESRS S1-15

	Licença parental		
	Género		Total
	Mulheres	Homens	
Colaboradores com direito a licença parental	106.326	33.532	139.858
Colaboradores que gozaram de licença parental	3.829	1.142	4.971
Colaboradores que regressaram de licença parental	1.985	1.040	3.025
Colaboradores que regressaram de licença parental e que continuaram no Grupo 12 meses após o regresso	2.391	778	3.169
Taxa de regresso ao trabalho *	51,8%	91,1%	60,9%
Taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar de licença parental **	33,6%	8,0%	27,7%
Taxa de retenção ***	83,5%	74,4%	81,0%

* A taxa de regresso ao trabalho corresponde à percentagem de colaboradores que regressaram de licença parental tendo por base os colaboradores que gozaram de licença parental no período.

** A taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar de licença parental corresponde à percentagem de colaboradores que ainda não voltaram da licença tendo por base os colaboradores que gozaram de licença parental no período.

*** A taxa de retenção corresponde à percentagem de colaboradores que regressaram de licença de parentalidade em 2023 e que permanecem a trabalhar no Grupo 12 meses depois.

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
TRABALHO E RELAÇÃO COM A GESTÃO			
402-1	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais.	O Grupo Jerónimo Martins segue os prazos de pré-aviso estabelecidos pela lei no que se refere a mudanças de natureza operacional. Todos os contratos coletivos de trabalho que existem com aplicação em Portugal contam com cláusula referente a denúncia (cessação por vontade de uma das partes) e processo de revisão, contando com normas que estipulam, consoante o caso, prazos e procedimentos para cada figura. De qualquer forma, este tema está coberto pelo Código do Trabalho português que regula estas realidades.	UNGC 3 SDG 8
SAÚDE E SEGURANÇA DOS COLABORADORES			
403-1 (2018)	Sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho.	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Segurança e saúde no trabalho", deste capítulo.	SDG 8 ESRS S1-14
403-2 (2018)	Identificação de perigosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes.		ESRS 2 SBM-3
403-3 (2018)	Serviços de saúde no trabalho.		SDG 8 ESRS S1-1
403-4 (2018)	Participação dos trabalhadores, consulta e		SDG 8 e 16 ESRS S1-2

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
	comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança no trabalho.		
403-5 (2018)	Capacitação de colaboradores em saúde e segurança no trabalho.	✓	SDG 8
403-6 (2018)	Promoção da saúde do colaborador.	✓	SDG 3
403-7 (2018)	Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança no trabalho diretamente ligados pelas relações comerciais.	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", seção 2.6. "As nossas políticas", e subcapítulo 3. "Informação ambiental", seção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subseção 3.3.5 "Salvaguardas mínimas", e subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", seção 5.2 "Conduta empresarial", subseção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores", deste capítulo.	SDG 8 e 16 ESRS S2-3
403-8 (2018)	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho.	A informação apresentada é referente aos sistemas de gestão de segurança e saúde implementado na Biedronka (ISO 45001:2018), Terra Alegre (ISO 45001:2019) e cozinhas centrais das Meal Solutions (ISO 45001:2023). Neste âmbito são considerados 84.828 colaboradores (84.145 na Biedronka, 149 na Terra Alegre e 534 nas Meal Solutions) e 17.223 trabalhadores não colaboradores (17.195 na Biedronka, 16 na Terra Alegre e 12 nas Meal Solutions). Por regra, todos os colaboradores estão cobertos pelo sistema. A auditoria externa apenas inclui uma amostra do total de colaboradores e trabalhadores não colaboradores, tendo em 2024 coberto 24,3% da população. Os colaboradores e trabalhadores não colaboradores também estão abrangidos pelos sistemas de segurança e saúde no trabalho dos respetivos países, de acordo com a legislação local. Ver tabela abaixo e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subseção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Segurança e saúde no trabalho", deste capítulo.	SDG 8 ESRS S1-14

Cobertura de sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho certificado – Biedronka, Terra Alegre e cozinhas centrais das Meal Solutions		
	Total	%
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema certificado	102.051	100%
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema certificado que foi auditado internamente	102.051	100%
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema certificado que foi auditado por uma entidade externa	24.839	24,3%

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
403-9 (2018)	Acidentes de trabalho.	Em 2024, registaram-se 4.300 acidentes de trabalho em todo o Grupo, e 49 que tiveram consequência grave. Em comparação com o ano anterior, isso representa uma redução de 12,7% no total de acidentes, mas um aumento de 44,1% nos casos graves. A diferença entre géneros deve-se à maior presença de mulheres na força de trabalho. O índice de acidentes de comunicação obrigatória, que mede a relação entre o número de acidentes e as horas trabalhadas, apresentou uma redução ainda mais expressiva do que o número absoluto de acidentes (-16,0%). Isso significa que, mesmo com um aumento de 4,1% na força de trabalho e de 3,9% nas horas trabalhadas, houve proporcionalmente menos acidentes. Já o índice de acidentes de elevada consequência cresceu 38,7%, um aumento inferior ao observado no número absoluto dessa tipologia. Na sua maioria, os acidentes: • em Portugal levaram a traumas e contusões; • na Polónia resultaram em lesões nos membros, cortes e lesões musculoesqueléticas; • na Colômbia levaram a contusões, distensões e entorses, queimaduras superficiais leves e lesões musculoesqueléticas. A maioria dos acidentes relaciona-se com quedas, esforço físico, manipulação inadequada dos equipamentos, comportamentos arriscados, pavimentos com resíduos ou molhados e manuseamento de instrumentos de corte.	SDG 3, 8 e 16 ESRS S1-14

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
		Os principais perigos e causas dos acidentes são determinados maioritariamente através da análise dos acidentes ocorridos e, para os mitigar, implementamos continuamente programas de formação e sensibilização, focados nos perigos mais comuns (por exemplo, manipulação de equipamentos e movimentação de cargas na loja / centro de distribuição, para as operações e boas práticas rodoviárias, para os colaboradores de estruturas centrais). Os perigos identificados estão também a ser eliminados de forma gradual com a remodelação e abertura de novas lojas. Contabilizou-se um óbito de um colaborador em Portugal, em consequência de um acidente de trabalho que levou a traumatismo craniano. Em 2024, o Grupo contabilizou acidentes de trabalhadores não colaboradores nas três principais geografias, num total de 219 acidentes (24 em Portugal, 104 na Polónia e 91 na Colômbia), cujas principais causas e perigos associados são semelhantes aos registados para colaboradores. Foram ainda contabilizados dois óbitos, um em Portugal e um na Colômbia. Continuamos a melhorar os nossos sistemas de informação para garantir que reportamos a totalidade da informação solicitada pelo indicador. Ver tabelas abaixo e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Segurança e saúde no trabalho", deste capítulo.	

Acidentes de trabalho – colaboradores			
	Género		Total
	Mulheres	Homens	
Número de fatalidades	0	1	1
Número de acidentes de consequência grave *	40	9	49
Número de acidentes de comunicação obrigatória	3.023	1.277	4.300
Horas trabalhadas	160.749.695	59.081.353	219.831.048
Índice de acidentes de consequência grave **	0,25	0,15	0,22
Índice de acidentes de comunicação obrigatória ***	18,81	21,61	19,56

Acidentes de trabalho – trabalhadores não colaboradores	
Total	
Número de fatalidades	2
Número de acidentes de consequência grave *	0
Número de acidentes de comunicação obrigatória	219

* São considerados acidentes com consequência grave os que resultem num período de ausência do colaborador superior a 180 dias.

** Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos) = (Número de acidentes de trabalho com consequência grave exceto óbitos/Total de Horas Trabalhadas) x 10⁶. Quanto aos dados reportados no Relatório e Contas de 2023 sobre os acidentes de consequência grave (34 acidentes no Grupo), uma vez que as ausências superiores a 180 dias só podem ser apuradas a partir de 30/06/2024, estes devem ser corrigidos. Vieram a registar-se mais 41 acidentes que resultaram num período de ausência dos colaboradores superior a 180 dias (13 em Portugal e 28 na Polónia) que se estendeu pelo ano 2024. Assim, no total, em 2023 registaram-se 75 acidentes de consequência grave.

*** Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória = (Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória/Total de Horas Trabalhadas) x 10⁶. Na sequência da adoção dos standards de reporting (ESRS) introduzidos pela CSRD, e de forma a dar resposta ao data requirement S1-14, os acidentes considerados para o cálculo deste indicador passaram a ser os que resultem em morte, dias de ausência do trabalho, trabalho limitado ou transferência para outro posto de trabalho, tratamento médico para além dos primeiros socorros ou perda de consciência.

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
403-10 (2018)	Doenças profissionais.	Em 2024, foram registados 117 casos de doenças profissionais, o que corresponde a um aumento de 11,4% face a 2023. A diferença entre géneros deve-se ao maior número de mulheres na força de trabalho. As principais doenças profissionais registadas foram tendinite (inflamação nos tendões), epicondilite (inflamação no cotovelo), periartrite (inflamação no ombro), paralisia, síndrome do túnel cárpico, lombalgia, entre outras doenças crónicas do sistema musculoesquelético. As principais causas de doenças profissionais encontram-se em movimentos repetidos e sobrecargas sobre bainhas tendinosas, aliados a um ritmo elevado de trabalho com carga variada e manual. Para mitigar estes perigos, as Companhias têm melhorado o parque de máquinas e equipamentos, alterado e assegurando a manutenção de infraestruturas do local de trabalho, reforçado a sensibilização e formação específica de SST em identificação de perigos e riscos relacionados com as atividades desenvolvidas nos locais de trabalho, assim como têm evoluído na organização das tarefas e no ajuste de horários de trabalho. Em 2024, o Grupo contabilizou casos de doenças profissionais de trabalhadores não colaboradores em Portugal e na Colômbia, num total de 7 casos (1 em Portugal e 6 na Colômbia), cujas principais causas e perigos associados são semelhantes aos registados para colaboradores. Na Polónia, os sistemas existentes não permitem quantificar casos de doenças de trabalhadores não colaboradores. O indicador reportado em 2023 para este país (45 casos em Portugal e na Polónia) deveria ser igual a 5, sendo todos os casos	SDG 3, 8 e 16

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
		confirmados em Portugal e nenhum na Polónia. Continuamos a melhorar os nossos sistemas de informação para garantir que reportamos a totalidade da informação solicitada pelo indicador. Ver tabela abaixo e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Segurança e saúde no trabalho", deste capítulo.	

Doenças profissionais - colaboradores			
	Género		Total
	Mulheres	Homens	
Número de fatalidades	0	0	0
Número de casos de doenças profissionais	110	7	117

Doenças profissionais – trabalhadores não colaboradores	
	Total
Número de fatalidades	0
Número de casos de doenças profissionais	7

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO			

404-1	Média de horas de formação por ano e por colaborador.	 A média de horas de formação dos homens é ligeiramente superior à das mulheres pois algumas funções do nível funcional operational, como por exemplo da secção de talho ou de logística, têm pela sua especificidade a necessidade de maior número de horas de formação e são atualmente ocupadas por mais homens. O nível funcional operational é também o que apresenta um maior número de horas de formação, o que em parte se justifica por ser a categoria com maior rotatividade, exigindo maior necessidade de formação no seu acolhimento e também em temáticas obrigatórias como a segurança e saúde no trabalho. Ver tabela abaixo e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Formação", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 4, 5, 8 e 10 ESRS S1-13

Média de horas de formação			
	Género		Total
	Mulheres	Homens	
Grupo	63	68	64
Strategic	33	14	20
Managerial	34	35	35
Operational	63	70	65

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros standards
404-2	Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição.	 Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", deste capítulo.	SDG 8
404-3	Percentagem de colaboradores que são regularmente alvo de avaliações de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	 Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Desenvolvimento de liderança", deste capítulo. Foram apenas considerados os colaboradores elegíveis para a avaliação de desempenho, de acordo com as Políticas de Avaliação de Desempenho em vigor a nível Corporativo e em cada uma das Companhias. Em 2024, na Colômbia, os colaboradores do nível funcional operational não foram considerados elegíveis para esta análise, pela não aplicação do processo.	UNGC 6 SDG 5, 8 e 10 ESRS S1-13

DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

405-1	Diversidade dos órgãos de governança e dos colaboradores.	 Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", pontos "Os nossos colaboradores" e "Diversidade e inclusão", deste capítulo. Adicionalmente, ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", subcapítulo 1. "Perfil e Estrutura", secção 1.3. "Órgãos Sociais e Estrutura", subsecção 1.3.1. "Órgãos Sociais", e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)", 17.	UNGC 6 SDG 5 e 8 ESRS S1-9

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros standards
		"Composição do Conselho de Administração, com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efetivos, Data da Primeira Designação e Data do Termo de Mandato de Cada Membro".	
405-2	Rácio entre o salário base e a remuneração das mulheres e dos homens.	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", pontos "Os nossos colaboradores" e "Diversidade e inclusão", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 5, 8 e 10 ESRS S1-16
NÃO-DISCRIMINAÇÃO			
406-1	Incidentes confirmados de discriminação e medidas corretivas tomadas.	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", pontos "Os nossos colaboradores" e "Ética e conformidade", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 5 e 8 ESRS S1-17
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLECTIVA			
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco.	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", pontos "Os nossos colaboradores" e "Ética e conformidade", e subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", pontos "Gestão laboral responsável na cadeia de valor" e "Certificações de sustentabilidade", deste capítulo.	UNGC 3 SDG 8
TRABALHO INFANTIL			
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil.	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", pontos "Os nossos colaboradores" e "Ética e conformidade", e subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", pontos "Gestão laboral responsável na cadeia de valor" e "Certificações de sustentabilidade", deste capítulo.	UNGC 5 SDG 8 e 16
TRABALHO FORÇADO			
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", pontos "Os nossos colaboradores" e "Ética e conformidade", e subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", pontos "Gestão laboral responsável na cadeia de valor" e "Certificações de sustentabilidade", deste capítulo.	UNGC 4 SDG 8
SEGURANÇA			
410-1	Formação em políticas e procedimentos de direitos humanos a equipas de segurança.	Continuamos a melhorar os nossos sistemas para garantir que reportamos a informação solicitada pelo indicador.	UNGC 1 SDG 16
COMUNIDADES LOCAIS			
413-1	Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas.	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", ponto "Como dialogamos com as nossas comunidades afetadas", no presente capítulo.	UNGC 1 SDG 1 e 2
AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES			
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais.	Ver subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores", deste capítulo.	UNGC 2 SDG 5, 8 e 16
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de abastecimento e medidas tomadas.	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", pontos "Gestão laboral responsável na cadeia de valor" e "Certificações de sustentabilidade", deste capítulo.	UNGC 2 SDG 5, 8 e 16
POLÍTICAS PÚBLICAS			
415-1	Contribuições para partidos políticos.	As empresas do Grupo Jerónimo Martins não apoiam partidos políticos ou os seus representantes, nem contribuem financeiramente para grupos que possam apoiar interesses partidários. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta no website www.jeronimomartins.com .	UNGC 10 SDG 16
SAÚDE E SEGURANÇA DOS CONSUMIDORES			
416-1	Avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança.	Ver subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores", deste capítulo.	---
416-2	Incidentes de não conformidade relativos aos	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3 "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os	SDG 16

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros standards
	impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança.	nossos consumidores" e subponto "Qualidade e segurança dos produtos", sub-subponto "Recolha de produtos alimentares". Informação sobre os passivos contingentes associados a processos considerados materiais são descritos na nota 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" do capítulo 3 "Demonstrações Financeiras".	SDG 16
MARKETING E ROTULAGEM			
417-1	Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3 "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores" e subponto "Inovação de produtos", e sub-subponto "Ingredientes, produtos e embalagens certificados".	SDG 12
417-2	Incidentes de não conformidade relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços.	✓ Informação sobre os passivos contingentes associados a processos considerados materiais são descritos na nota 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" do capítulo 3 "Demonstrações Financeiras".	SDG 16
417-3	Incidentes de não conformidade relativos a comunicações de marketing.	Informação sobre os passivos contingentes associados a processos considerados materiais são descritos na nota 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" do capítulo 3 "Demonstrações Financeiras".	SDG 16

A tabela de indicadores acima segue a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI) Standards. Salvo indicação em contrário, os indicadores são reportados de acordo com a versão de 2021 dos GRI Standards.

7.3. SASB – Sustainability Accounting Standards Board

Indicador SASB	Descrição	Evidências	Outros Standards
FB-FR-110a.1	Combustível da frota consumido, percentagem renovável.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia", deste capítulo.	UNGC 7 e 8 GRI 302-1 GRI 302-2 SDG 7, 8, 12 e 13
FB-FR-110b.1	Emissões de GEE de âmbito 1 associadas a gases refrigerantes.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", deste capítulo.	UNGC 7 e 8 GRI 305-1 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
FB-FR-110b.2	Percentagem de gases refrigerantes sem potencial de destruição da camada do ozono.	✓ Em 2024 não se verificou a emissão de CFC-11 eq..	UNGC 7 e 8 GRI 305-6 SDG 3 e 12
FB-FR-130a.1	(1) Energia consumida, (2) Percentagem de eletricidade da rede, (3) Percentagem de energia renovável.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia", deste capítulo.	UNGC 7, 8 e 9 GRI 302-1 GRI 302-2 SDG 7, 8, 12 e 13
FB-FR-150a.1	Desperdício alimentar gerado, percentagem desviada do fluxo de gestão de resíduos.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Ações para promover a economia circular", subponto "Combate ao desperdício alimentar". Ver também subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 2, 12 e 13
FB-FR-230a.2	Descrição da abordagem utilizada para identificar e abordar os riscos de segurança dos dados.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II – "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)", 21. "Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade", e secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade".	---
FB-FR-250a.2	Número de recalls.	✓	SDG 3 e 12 GRI 416-2
	Número de unidades de recalls e percentagem de recalls, em unidades, que são referentes a produtos de Marcas Próprias.	✓	

Indicador SASB	Descrição	Evidências	Outros Standards
FB-FR-260a.2	Descrição dos processos utilizados para identificar e gerir os produtos e ingredientes associados às preocupações dos consumidores em termos de nutrição e saúde.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Qualidade e segurança dos produtos", deste capítulo.	SDG 3 e 12 GRI 416-1
FB-FR-310a.2	Percentagem de colaboradores ativos com acordos coletivos de trabalho.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores" e ponto "Ética e conformidade", deste capítulo.	UNGC 3 GRI 2-30 SDG 8 ESRS S1-8
FB-FR-430a.1	Percentagem de vendas associada a produtos com certificação externa de sustentabilidade.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 12
FB-FR-430a.2	Percentagem de vendas de ovos provenientes de galinhas não enjauladas.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Bem-estar animal", deste capítulo.	SDG 12 e 15
	Percentagem de vendas de suíno produzido sem recurso à utilização de jaulas de gestação.	Não aplicável.	
FB-FR-430a.3	Descrição da estratégia de gestão de riscos ambientais e sociais na cadeia de abastecimento, incluindo bem-estar animal.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Bem-estar animal", deste capítulo.	UNGC 7 GRI 3-3 SDG 12 e 15
FB-FR-430a.4	Discussão da estratégia adotada na redução dos impactos ambientais associados à utilização de embalagens.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação Ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização de recursos e economia circular" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 7 e 8 GRI 3-3 GRI 301-1 SDG 8 e 12
FB-FR-000.A	Número de (1) localização de atividades de distribuição, e de (2) centros de distribuição.	✓ (1) Esta informação é regularmente disponibilizada nos comunicados de divulgação de resultados do Grupo no website corporativo, área de "Investidor", página "Comunicados" . (2) Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	---
FB-FR-000.B	Área total de (1) lojas e (2) centros de distribuição.	✓ (1) Esta informação é regularmente disponibilizada nos comunicados de divulgação de resultados do Grupo no website corporativo, área de "Investidor", página "Comunicados" .	---
FB-FR-000.C	Número de veículos na frota comercial.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", deste capítulo.	---

7.4. IFRS-S – International Financial Reporting Standards - Sustainability Series

IFRS – S1 Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas com a sustentabilidade

IFRS S1	Evidências	Outros standards
GOVERNAÇÃO	✓ Consulte o subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.2 "Governo e estratégia" e secção 2.4. "Gestão de riscos do reporte em matéria de sustentabilidade", neste capítulo.	ESRS 2 GOV 1; ESRS 2 GOV 2; ESRS 2 GOV 3; ESRS 2 GOV 4
ESTRATÉGIA	✓ Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subpontos "Gestão de riscos e oportunidades climáticas" e "Identificação de riscos e oportunidades", e o ponto "O nosso plano de transição climática", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas Mínimas", deste capítulo. Ver também o nosso Plano de Transição Climática . Ver ainda o subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos tópicos sociais", subsecção 4.2.1 "Mão de obra própria", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor".	ESRS 2 SBM-1; ESRS 2 SBM-2; ESRS 2 SBM-3

IFRS S1	Evidências	Outros standards
GESTÃO DE RISCO	 Para mais informações, consulte o subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.4. "Gestão de riscos do reporte em matéria de sustentabilidade", secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "Identificação de riscos e oportunidades", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular", subsecção 3.2.3. "Recursos hídricos e marinhos", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", subsecção 3.2.5. "Poluição", ver subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", deste capítulo. Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade".	ESRS 2 GOV-5 ESRS 2 IRO-1; ESRS 2 IRO-2
MÉTRICAS E TARGETS	 Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", subsecção 3.2.3. "Recursos hídricos e marinhos", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", subsecção 3.2.5. "Poluição", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.4. "Iniciativas e práticas de pagamento a fornecedores", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos para 2024-2026", deste capítulo.	ESRS 2 MDR-M; ESRS 2 MDR-T; ESRS E1-4 a ESRS E1-9; ESRS E2-3 a ESRS E2-6; ESRS E3-3 a ESRS E3-5; ESRS E4-4 a ESRS E4-6; ESRS E5-3 a ESRS E5-5; ESRS S1-5 a S1-17; ESRS S2-5; ESRS S3- 5; ESRS S4-5; ESRS G1-6.
MATERIALIDADE	 Para mais informações, consulte o subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", deste capítulo.	ESRS 2 SBM-2; ESRS 2 SBM-3; ESRS 2 IRO-1; ESRS 2 IRO-2

IFRS – S2 Climate-related disclosure requirements

IFRS S2	Evidências	Outros standards
GOVERNANCE	 Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "Governo", deste capítulo.	ESRS 2 SBM-3; ESRS 2 GOV-3; ESRS E1-1; E1-2
ESTRATÉGIA	 Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subpontos "A nossa estratégia" e "Identificação de riscos e oportunidades", e pontos "O nosso plano de transição climática", "Pegada de carbono" e "As nossas ações de redução de emissões de carbono", deste capítulo. Ver também o Plano de Transição Climática disponível no nosso website.	ESRS 2 SBM-3; ESRS 2 MDR-A ESRS E1-1; ESRS E1-2; ESRS E1-3; ESRS 2 IRO-1
GESTÃO DE RISCO	 Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subpontos "A nossa estratégia" e "Identificação de riscos e oportunidades", e pontos "Pegada de carbono" e "As nossas ações de redução de emissões de carbono" deste capítulo. Ver também o Plano de Transição Climática disponível no nosso website.	ESRS E1-2; ESRS E1-3; ESRS 2 IRO-1
MÉTRICAS E TARGETS	 Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" e subcapítulo 7. "Frameworks de reporte", secção 7.3. "SASB – Sustainability Accounting Standards Board", deste capítulo. Ver também o Plano de Transição Climática disponível no nosso website.	ESRS E1-4 a ESRS E1-9

7.5. Indicadores de Desempenho Jerónimo Martins

Descrição	Evidências	Outros standards
AMBIENTE		
Número de locais com certificação ambiental para pelo menos 70% do total de centros de distribuição e unidades industriais (fábrica de massas frescas, cozinhas centrais, fábrica de sopas, fábrica de laticínios Terra Alegre e unidades de embalagem), até 2026.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. "Poluição" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 8 SDG 7, 12 e 13
Redução do consumo de energia em 10% (por 1.000€ de vendas) até 2026, face a 2021.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Redução do volume de água captada nas atividades de Distribuição em 10% (por 1.000€ de vendas), até 2026, face a 2021.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3. "Recursos hídricos e marinhos", ponto "Consumo de água", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 7 SDG 7, 12, 13 e 14
Redução das emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas em 5% (em toneladas de CO ₂ e por palete transportada) até 2026, em comparação com 2021.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Percentagem de energia não renovável consumida e produzida.	✓ Da energia consumida pelas operações das Companhias do Grupo Jerónimo Martins, 46% é proveniente de fontes não renováveis. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.2. Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 7, 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13
Redução das emissões dos âmbitos 1 e 2 do Grupo, em termos absolutos, em pelo menos 10% até 2026, em comparação com 2021. Este compromisso está alinhado com a meta baseada na ciência para o curto prazo apresentada por Jerónimo Martins à Science Based Targets Initiative.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Atingir 60% de consumo de eletricidade renovável até 2030.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.2. "Compromissos de longo prazo".	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Redução das emissões absolutas de energia e indústria de âmbitos 1 e 2 em 55%, até 2033 face a 2021, meta validada pela Science Based Targets initiative.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026".	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Redução das emissões absolutas de energia e indústria de âmbito 3 em 33%, até 2033 face a 2021, meta validada pela Science Based Targets initiative.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.2. "Compromissos de longo prazo".	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Redução das emissões absolutas dos âmbitos 1 e 3 de floresta, solos e agricultura em 39%, até 2033, face a 2021, meta validada pela Science Based Targets initiative.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.2. "Compromissos de longo prazo".	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Envolver, no período 2024-2026, pelo menos 5 dos 100 maiores fornecedores em termos de bens adquiridos em cada empresa, para colaborar na definição de estratégias para a redução das emissões de âmbito 3.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "Colaboração com os fornecedores", deste capítulo. Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026.	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Percentagem de estabelecimentos que utilizam refrigeração natural ou gases de baixo PAG nos seus sistemas de refrigeração.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "As nossas ações de redução de emissões de carbono", subponto "Gestão de gases de refrigeração" do presente capítulo.	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Definir e implementar um plano de mitigação e adaptação para melhorar a eficiência da utilização da água e gerir a sua escassez durante os períodos de baixa precipitação nas unidades da JMA, divulgando publicamente o seu progresso.	✓ Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026".	UNGC 7 SDG 7, 12, 13 e 14

Descrição	Evidências	Outros standards
Na Colômbia, Polónia e Portugal, apoiar e/ou implementar, no período 2024-2026, pelo menos dois projetos de conservação da natureza e proteção da biodiversidade, alinhados com o Quadro Global de Diversidade Kunming-Montreal, e divulgar anualmente os seus resultados.	✓ Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026".	UNGC 8 SDG 14, 15 e 17
Cálculo de materiais evitados e outros benefícios ambientais do projeto de ecodesign de embalagens.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	SDG 12 e 13
Garantir que pelo menos 25% das embalagens dos produtos de Marca Própria são incluídas no projeto Ecodesign até 2026, face ao sortido de 2023.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	SDG 12 e 13
Cálculo da quantidade de plástico em embalagens de Marca Própria e noutros plásticos de utilização única.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	SDG 12 e 13
Aumentar o conteúdo de plástico reciclado para 25% do total das embalagens plásticas sob nossa responsabilidade (Marca Própria, embalagens de serviço, sacos para transporte de compras e filme de paletização) até 2025.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	SDG 12 e 13
Reduzir em 10%, até 2025, o consumo específico de plástico medido em toneladas de embalagens de plástico por milhão de euros de volume de negócios, face a 2018.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	SDG 12 e 13
Reduzir em 15%, até 2025, o uso de plástico virgem nas embalagens de Marca Própria, embalagens de serviço, filme de paletização e sacos para transporte de compras, face a 2018.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	SDG 12 e 13
Percentagem de componentes problemáticos a eliminar (e.g. PVC, EPS e XPS) das embalagens de plástico de Marca Própria.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	SDG 12 e 13
Percentagem de embalagens de Marca Própria e Perecíveis que são 100% recicláveis ou reutilizáveis.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	SDG 12 e 13
Taxa anual de valorização de resíduos de pelo menos 85% do volume total de resíduos gerados, até 2026.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos", e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 12 e 13
Desperdício alimentar gerado pelas operações do Grupo (kg/tonelada de produto vendido).	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular", subponto "Combate ao desperdício alimentar" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	UNGC 7 SDG 2, 12 e 13
Limitar o desperdício alimentar anual a 2,5% do total de alimentos vendidos (em toneladas), durante o período de 2024-2026.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Ações para promover a economia circular", subponto "Combate ao desperdício alimentar" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	SDG 2, 12 e 13
Aumentar em 10% a quantidade de alimentos resgatados nas operações próprias e na cadeia de abastecimento, nomeadamente através de doações de alimentos, vendas com desconto de produtos alimentares que atinjam o prazo de validade, recuperação de alimentos não classificados de agricultores e de sobras de operações próprias e recuperação de alimentos desperdiçados para alimentação animal e bioprocessamento, até 2026, em comparação com 2023.	✓ Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Ações para promover a economia circular", subponto "Combate ao desperdício alimentar" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	SDG 2, 12 e 13
Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 15% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2026.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3 "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores" e subponto "Inovação de produtos", e sub-subponto "Ingredientes, produtos e embalagens certificados".	UNGC 8 SDG 12 e 13
Realizar, anualmente, pelo menos 40 auditorias ambientais a prestadores de serviços.	✓ Ver subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores", ponto "Auditorias ambientais" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 8 SDG 12, 13 e 15

Descrição	Evidências	Outros standards
	sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	
Cálculo do consumo de commodities de desflorestação (óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira) em produtos de Marca Própria e perecíveis.	✓	UNGC 7, 8 e 9 SDG 12, 13 e 15
Até 2025, garantir que o óleo de palma, a soja, o papel/madeira e a carne bovina na nossa Marca Própria e produtos perecíveis não estão associados à desflorestação ou à conversão de ecossistemas (DCF - Livre de Desflorestação e Conversão).	✓	
Para o óleo de palma continuar a assegurar a certificação 100% RSPO nas Companhias em Portugal e na Polónia, e alargar progressivamente este compromisso aos derivados de óleo de palma. Na Colômbia, assegurar o cumprimento das diretrizes definidas no "Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Palma en Colombia" do Governo colombiano, garantindo que, até 2026, o óleo de palma de origem colombiana utilizado em Marcas Próprias e produtos perecíveis seja rastreável até à exploração onde foi produzido e não esteja associado à desflorestação, e que 100% do óleo de palma de origem não colombiana utilizado em Marcas Próprias e produtos perecíveis seja certificado pela RSPO	✓	
Para a soja, até 2025, garantir que 100% da soja direta e indireta é rastreável pelo menos até ao país de origem e que, sempre que provém de uma origem onde o risco não é negligenciável, a soja é rastreada até ao município de origem e/ou possui certificação de sustentabilidade (por exemplo, RTRS ou Proterra).	✓	
Trabalhar com fornecedores de produtos de marca própria e perecíveis para garantir que 95% das fibras virgens utilizadas nos nossos produtos e 80% das fibras virgens utilizadas nas nossas embalagens são certificadas (FSC® ou PEFC) até 2026	✓	
Garantir que 100% da carne bovina da nossa Marca Própria e produtos perecíveis é rastreável pelo menos até ao país de origem, e que a rastreabilidade até à exploração de origem é garantida para toda a carne bovina proveniente de países de risco não negligenciável.	✓	
Percentagem de ovos frescos de Marca Própria comercializados e que são provenientes de galinhas não enjauladas.	✓	SDG 12
Percentagem de ovos utilizados como ingredientes em produtos de Marca Própria provenientes de galinhas não enjauladas.	✓	SDG 12
Conformidade com a Política de Pescado Sustentável do Grupo.	✓	SDG 12 e 14
Até 2026, analisar o estado de sustentabilidade dos stocks pesqueiros para pelo menos 80% das vendas de peixe (em kg), de produtos de marca própria e perecíveis, e divulgar publicamente o progresso.	✓	SDG 12 e 14
Até 2026, garantir que 100% do atum selvagem capturado na nossa Marca Própria e produtos perecíveis é rastreável até à embarcação.	✓	SDG 12 e 14
Assegurar a aplicação do Manual de Agricultura Sustentável em pelo menos 60 explorações novas ou a reavaliadas em Portugal, durante o período 2024-2026.	✓	UNGC 7, 8 e 9 SDG 12,13,14 e 15
SOCIAL		
Número de referências Nutri-Score, versus o número total de lançamentos de produtos alimentares, em Portugal e na Polónia.	✓	SDG 3 e 12

Descrição	Evidências	Outros standards
	informações aos consumidores", sub-subponto "Informação de produto" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", do presente capítulo.	
Número de produtos/referências de Marca Própria como vegan, à base de plantas, com baixo teor de carboidratos, gordura e sal, com baixo teor/sem açúcar, sem lactose, sem glúten e/ou para consumidores com mais de 50 anos em Portugal, Polónia e Colômbia, comparativamente ao ano anterior.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", subponto "Fornecer informações aos consumidores", sub-subponto "Informação de produto" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", do presente capítulo.	SDG 3, 10 e 12
Em todos os países, assegurar que os produtos destinados a crianças têm um perfil nutricional mais elevado, ou pelo menos igual, ao da referência de mercado (ou melhor na sua categoria), de acordo com o país de atividade.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produtos", sub-subponto "Reformulações" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", do presente capítulo.	SDG 2, 3, 10 e 12
Na Colômbia, garantir que 100% dos produtos de Marca Própria não contém, nos seus ingredientes diretos, corantes artificiais nem intensificadores de sabor até 2026.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", subponto "Fornecer informações aos consumidores", sub-subponto "Informação de produto" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", do presente capítulo.	SDG 3 e 12
Em Portugal, garantir a utilização da rotulagem voluntária Sem OGM em pelo menos 75% das referências alimentares de Marca Própria que contenham maioritariamente (>50%/peso líquido) ingredientes potencialmente modificados (soja e milho), ajudando os consumidores no processo de decisão.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", subponto "Qualidade e segurança dos produtos", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", do presente capítulo.	SDG 3 e 12
Em Portugal, facilitar o consumo responsável através da rotulagem voluntária de bebidas alcoólicas (incluindo vinhos) para 100% das referências de Marca Própria, nas seguintes áreas: i) Índice calórico; ii) Desaconselhamento do consumo por mulheres grávidas; iii) Promoção de uma condução responsável.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Hebe, reforçar a importância das alternativas de Marca Própria sem ingredientes de origem animal, nomeadamente, lançando pelo menos 10 novas referências por ano.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produto", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Hebe, reforçar a relevância da gama de produtos Hebe Naturals que tenham pelo menos 92% de ingredientes naturais na sua composição (de acordo com a norma ISO 16128).	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produto" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Em Portugal, Polónia e Colômbia realizar pelo menos um programa anual de promoção dos princípios da dieta mediterrânica ou de hábitos alimentares saudáveis em geografias com outros hábitos alimentares (com base nas recomendações de peritos locais).	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", subponto "Fornecer informações aos consumidores", sub-subponto "Informações noutros meios" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Em todos os países, promover a literacia para a rotulagem dos produtos.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", subponto "Fornecer informações aos consumidores" sub-subponto "Informação de produto", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Em Portugal, garantir que a rotulagem Nutri-Score é aplicada a 100% dos lançamentos de produtos alimentares de Marca Própria.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", subponto "Fornecer informações aos consumidores" sub-subponto "Informação de produto", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Polónia, garantir que a rotulagem Nutri-Score é aplicada a 100% dos lançamentos de produtos alimentares de Marca Própria em categorias selecionadas.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", subponto "Fornecer informações aos consumidores" sub-subponto "Informação de produto", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12

Descrição	Evidências	Outros standards
Na Colômbia, garantir que 100% dos produtos de Marca Própria não contêm, nos seus ingredientes diretos, corantes artificiais nem intensificadores de sabor até 2026.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produtos", sub-subpontos "Lançamentos" e "Reformulações", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Polónia, garantir a ausência de xarope de glucose-frutose em, pelo menos, 90% dos produtos de Marca Própria até ao final de 2026.	✓ Na Polónia, 168 produtos foram considerados elegíveis. Destes, 146 foram incluídos na remoção do xarope de glucose-frutose, correspondendo a 87% dos produtos de Marca Própria (+3 p.p. vs. 2023).	SDG 3 e 12
Na Polónia, eliminar a lecitina de soja em, pelo menos, 50% dos produtos de Marca Própria com este ingrediente até ao final de 2026.	✓ Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Polónia e em Portugal, sempre que possível, garantir que os cereais integrais são o principal ingrediente dos cereais de pequeno-almoço (com exceção dos cereais à base de milho) até ao final de 2026.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produtos", sub-subponto "Reformulações", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Em Portugal, garantir o enriquecimento de minerais e vitaminas essenciais nos produtos de Marca Própria mais vendidos e que visam complementar as principais fontes de alimentação, até ao final de 2026.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produtos", sub-subponto "Reformulações" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Assegurar que, até ao final de 2026, 100% do portfólio alimentar de Marcas Próprias não contém acessulfame e desenvolver alternativas, juntamente com os fornecedores, para substituir o aspartame por adoçantes naturais.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produtos", sub-subponto "Reformulações" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Em Portugal e na Polónia, reforçar a relevância da oferta de produtos cosméticos de Marca Própria, sem ingredientes de origem animal, destinados a consumidores com preferências específicas.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produtos", sub-subpontos "Lançamentos" e "Reformulações", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Biedronka, assegurar que pelo menos 95% do sortido dos produtos de higiene pessoal de Marca Própria não contém microplásticos.	✓ Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	SDG 3 e 12
Em Portugal e na Polónia, reforçar a relevância da oferta de produtos cosméticos de Marca Própria que contenham, pelo menos, 90% de ingredientes naturais (em linha com a ISO 16128).	✓ Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Biedronka, desenvolver detergentes de Marca Própria que tenham simultaneamente fragrâncias naturais nos seus ingredientes, que sejam isentos de conservantes e que tenham certificação Ecolabel.	✓ Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Biedronka, introduzir a rotulagem "Coma peixe duas vezes por semana" para 100% das referências de peixe fresco em Marcas Próprias e produtos perecíveis especializados até 2026.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", subponto "Fornecer informações aos consumidores" sub-subponto "Informação de produto" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 12
Procurar assegurar, anualmente, que o número de recolha de produtos alimentares com potencial risco para a saúde pública (severidade de nível I), cuja causa seja atribuível às Companhias de Jerónimo Martins, é zero. Na possibilidade de ocorrência de casos de severidade de nível I, e em linha com a Política da Qualidade e Segurança de Produto de Jerónimo Martins, assegurar por todos os meios disponíveis, que a recolha de produtos alimentares em lojas e centros de distribuição tem uma eficácia de 100%.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3 "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores" e subponto "Qualidade e segurança dos produtos", sub-subponto "Recolha de produtos alimentares" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Polónia, manter o número de localizações com certificação ISO 22000 (17 centros de distribuição em 2024) e assegurar a certificação dos novos centros de distribuição, a abrir no	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3 "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores" e subponto "Qualidade e segurança dos	SDG 3 e 12

Descrição	Evidências	Outros standards
período 2024-2026, no prazo de dois anos após o início da operação.	produtos", sub-subponto "Auditorias internas a lojas e centros de distribuição" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	
Em Portugal e na Polónia, posicionar as Companhias como promotoras do envelhecimento saudável, através da democratização do acesso a produtos alimentares de Marca Própria que respondam a necessidades nutricionais e dietéticas reconhecidas internacionalmente para os grupos etários +50.	✓ Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	SDG 3, 10 e 12
Na Biedronka, garantir a extensão da garantia dos produtos de 2 para 3 anos para todos os produtos elétricos e não elétricos não alimentares, quando aplicável.	✓ Ver subcapítulo 4 "Informação social", secção 4.2 "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção "4.2.3. Consumidores e utilizadores finais", subponto "Inovação de produto", sub-subponto "Ingredientes, produtos e embalagens certificados" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 12
Monitorização e divulgação de pelo menos 70% (em valor) dos impactos sociais resultantes dos apoios concedidos por todas as Companhias do Grupo, de acordo com a metodologia Business For Societal Impact (B4SI) e alinhados com os critérios da materialidade financeira.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", pontos "Apoios diretos às comunidades afetadas", "Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas" e "Apoios indiretos às comunidades afetadas" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", no presente capítulo.	SDG 2, 3, 4, 10 e 17
Fortalecer o envolvimento em projetos sociais direcionados para crianças, jovens e idosos de contextos vulneráveis em todas as geografias e focados nos temas da saúde e da alimentação saudável, com o objetivo de impactar diretamente um milhão de pessoas por ano, até 2026.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", pontos "Apoios diretos às comunidades afetadas", "Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas" e "Apoios indiretos às comunidades afetadas" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", no presente capítulo.	SDG 1, 2, 3
Até 2026, na Colômbia, garantir que 50% das lojas doam alimentos e produtos não alimentares a organizações não-governamentais, com o objetivo de apoiar pessoas vulneráveis.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", pontos "Apoios diretos às comunidades afetadas", "Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas" e "Apoios indiretos às comunidades afetadas" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", no presente capítulo.	SDG 1 e 2
Na Colômbia, garantir apoio, até 2026, a mais de 1.200 casas de amas comunitárias por meio de assistência alimentar e de equipamentos, ao mesmo tempo em que se faz o acompanhamento de indicadores nutricionais das crianças sob seus cuidados, como medidas antropométricas.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", pontos "Apoios diretos às comunidades afetadas", "Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas" e "Apoios indiretos às comunidades afetadas" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", no presente capítulo.	SDG 1, 2 e 3
Na Colômbia, garantir que pelo menos 200 voluntários participam em iniciativas de proteção ambiental e projetos de melhoria dos meios de subsistência para pessoas vulneráveis até 2026.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", pontos "Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas" e subponto "Voluntariado" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", no presente capítulo.	SDG 1 e 2
Na Colômbia, apoiar mais de 60.000 pessoas até 2026 e em contexto de condições vulneráveis através de programas humanitários e de subsistência, principalmente com alimentos, priorizando crianças e regiões com maior taxa de pobreza e maiores indicadores de insegurança alimentar, garantindo pelo menos duas parcerias com ONG e/ou outros líderes do sector.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", pontos "Como dialogamos com as nossas comunidades afetadas" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", no presente capítulo.	SDG 1, 2 e 17
Formação a colaboradores em Higiene e Segurança Alimentar.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Segurança e saúde no trabalho", deste capítulo. Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Qualidade e segurança dos produtos", sub-subponto "Formação interna em qualidade e segurança alimentar" deste capítulo.	SDG 3 e 12
Estágios em contexto real de trabalho.	✓ Em 2024, contámos com 451 estágios em contexto real de trabalho.	SDG 8, 10 e 17
Programas de talento jovem.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Desenvolvimento de liderança", deste capítulo.	SDG 8 e 10
Colaboradores promovidos.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra	SDG 8 e 10

Descrição	Evidências	Outros standards
	própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Desenvolvimento de liderança", deste capítulo.	
Colaboradores com mobilidade interna.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Desenvolvimento de liderança", deste capítulo.	---
Colaboradores cobertos por formação.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Formação", deste capítulo.	SDG 8 e 10
Investimento em formação.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Formação", deste capítulo.	---
Medidas de Responsabilidade Social Interna.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Apoio aos colaboradores e suas famílias", deste capítulo.	SDG 1, 2, 3, 4, 8, 10 e 17
Investimento em medidas de Responsabilidade Social Interna.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Apoio aos colaboradores e suas famílias", deste capítulo.	---
Políticas de Recursos Humanos.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 5, 8 e 10
Formação em políticas e práticas de direitos humanos e laborais.	✓ O Grupo promove ações de formação sobre este tema no âmbito do Código de Conduta, e da legislação laboral aplicável. Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", deste capítulo.	UNGC 1
Nacionalidades de colaboradores.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores", deste capítulo.	---
Gerações ativas.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores", deste capítulo.	---
Retenção de colaboradores a 12 meses.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores", deste capítulo.	---
Antiguidade média de colaboradores.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores", deste capítulo.	---
Diferenciação entre salário mínimo nacional e rendimento mínimo mensal.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Compensação e benefícios", deste capítulo.	SDG 1 e 8
% mulheres em funções de engenharia e investigação e desenvolvimento (I&D)	✓ 34,6%	SDG 5 e 10
% mulheres em funções de tecnologias de informação (TI)	✓ 19,9%	SDG 5 e 10
Número de pessoas com deficiência e/ou incapacidade.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Diversidade e inclusão", deste capítulo.	SDG 10 e 17
Mecanismos de resolução.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", deste capítulo.	---
Operações submetidas a avaliações de direitos humanos.	✓ Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", deste capítulo.	UNGC 1
Acordos significativos de investimento e contratos com cláusulas de direitos humanos.	✓ Os contratos celebrados com novos fornecedores implicam o conhecimento e adesão ao Código de Conduta de Fornecedores do Grupo Jerónimo Martins. Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.6. "As nossas políticas" e subcapítulo 4. "Informação social" e secção 4.1. "As nossas políticas sociais", deste capítulo.	UNGC 1 e 2
GOVERNAÇÃO		
Garantir que 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais.	✓ Ver subcapítulo 5. "Informação sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento dos fornecedores", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 8 SDG 12 e 13
Realizar auditorias ambientais a pelo menos 20% dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis e com volume de compras superior a um milhão de euros, no período 2024-2026.	✓ Ver subcapítulo 5. "Informação sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.3. "Relação com fornecedores locais" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 1, 2 e 3
Na Polónia, realizar inspeções a 100% das explorações de ovos, a partir das quais são	✓ Ver subcapítulo 5. "Informação sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e	SDG 12

Descrição	Evidências	Outros standards
produzidos ovos frescos de Marca Própria para a Biedronka, até ao final de 2024.	acompanhamento dos fornecedores", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	
Em Portugal e na Polónia, garantir, até 2026, que os temas do bem-estar animal estejam incluídos no âmbito das auditorias aos fornecedores de produtos perecíveis que fabriquem produtos com, pelo menos, 80% de proteína animal, e divulgar publicamente os resultados.	✓ Ver subcapítulo 5. "Informação sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento dos fornecedores", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 12
Na Polónia, a partir de 2024, realizar 100% das auditorias ao peixe fresco de aquacultura de acordo com a norma "Fish welfare".	✓ Ver subcapítulo 5. "Informação sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento dos fornecedores", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 12

Legenda:

✓ Indicador verificado por entidade externa e independente.

A indicação "UNGC X" refere-se aos [Princípios do Pacto Global das Nações Unidas](#).

A indicação "SDG X" refere-se aos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(SDG\) das Nações Unidas](#).



Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado

Ao Órgão de Gestão,
Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.

Conclusão de garantia limitada de fiabilidade

Realizámos um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado da Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. ("o Grupo") incluído na secção 5. Declaração de Sustentabilidade do Relatório & Contas 2024 (o "Relato de Sustentabilidade Consolidado"), com referência a 31 de dezembro de 2024 e para o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 dezembro de 2024.

Com base nos procedimentos realizados e na prova obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o Relato de Sustentabilidade Consolidado não está preparado, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com:

- ▶ As Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), incluindo que o processo realizado pelo Grupo para identificar a informação relatada no Relato de Sustentabilidade Consolidado (o "Processo") está de acordo com a descrição apresentada na nota 5.2.5 Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade da secção 5.2 Divulgações Gerais;
- ▶ As divulgações previstas no Artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (o "Regulamento da Taxonomia"), incluídas na subsecção 5.3.2.6 Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) da secção 5.3 Informação Ambiental do Relato de Sustentabilidade Consolidado; e
- ▶ As normas de reporte de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI Standards*, as diretrizes da *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)*, as normas técnicas do Regulamento Delegado (UE) 2022/1288 e os referenciais internos considerados para o reporte de indicadores de desempenho específicos da entidade.

Bases para a conclusão

O nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade foi realizado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants* e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados do que os realizados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

As nossas responsabilidades ao abrigo da norma ISAE 3000 (Revista) estão descritas mais detalhadamente na secção "Responsabilidades do auditor".

Consideramos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a nossa conclusão.

Qualidade e Independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade 1 (ISQM 1), a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do *International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo normas internacionais de independência) emitidos pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota do requisito de divulgação S1-16 – Métricas de remuneração (disparidade salarial e remuneração total) da tabela 5.7.1 ESRS – Norma Europeias de Relato de Sustentabilidade da secção 5.7 Frameworks de reporte, que descreve o facto do Grupo não dispor ainda de uma metodologia para o cálculo do datapoint Remuneração Total (rácio entre a remuneração individual mais elevada e a remuneração mediana dos seus trabalhadores assalariados) do requisito de divulgação S1-16, encontrando-se no processo de definição de uma metodologia de cálculo para o mesmo. A nossa conclusão não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelo Relato de Sustentabilidade Consolidado

- ▶ É da responsabilidade do Órgão de Gestão do Grupo conceber, implementar e manter um Processo para identificar a informação que consta do Relato de Sustentabilidade Consolidado de acordo com as ESRS e por divulgar este Processo na nota 5.2.5 Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade da secção 5.2 Divulgações Gerais do Relato de Sustentabilidade Consolidado. Esta responsabilidade inclui:
- ▶ A compreensão do contexto em que as atividades e as relações comerciais do Grupo ocorrem e de que forma as partes interessadas podem ser afetadas;
- ▶ A identificação dos impactos reais e potenciais (negativos e positivos) relacionados com questões de sustentabilidade, bem como os riscos e oportunidades que afetam, ou que se poderia razoavelmente esperar que afetem, a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa, o acesso ao financiamento ou o custo de capital do Grupo no curto, médio ou longo prazo;
- ▶ A avaliação da materialidade dos impactos, riscos e oportunidades identificados relacionados com matérias de sustentabilidade, através da seleção e aplicação de limites adequados; e
- ▶ A seleção e aplicação de metodologias e a definição de pressupostos que sejam razoáveis nas circunstâncias.

É ainda responsabilidade do Órgão de Gestão do Grupo:

- ▶ A preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado em conformidade com as ESRS, as normas de reporte de sustentabilidade dos GRI Standards, as diretrizes da SASB, as normas técnicas do Regulamento Delegado (UE) 2022/1288 e os referenciais internos considerados para o reporte de indicadores de desempenho específicos da entidade;
- ▶ A preparação das divulgações na subsecção 5.3.2.6 Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) da secção 5.3 Informação Ambiental do Relato de Sustentabilidade Consolidado, em conformidade com o Artigo 8.º do Regulamento da Taxonomia;
- ▶ A conceção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno que o Órgão de Gestão determine ser necessário para permitir a elaboração do Relato de Sustentabilidade Consolidado isento de distorções materialmente relevantes, seja por fraude ou erro; e
- ▶ A seleção e aplicação de métodos adequados para a preparação do Relato de Sustentabilidade e a definição de pressupostos e estimativas sobre divulgações de sustentabilidade razoáveis nas circunstâncias.

Limitações inerentes à preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado

Ao relatar informações prospetiva de acordo com as ESRS, o órgão de gestão é obrigado a preparar as informações prospetivas com base em pressupostos divulgados relativos a acontecimentos que podem ocorrer no futuro e possíveis ações futuras do Grupo. Frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma prevista, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em planear e executar o trabalho de garantia de fiabilidade para obter garantia limitada sobre se o Relato de Sustentabilidade Consolidado está isento de distorções materiais, devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade que inclua a nossa conclusão. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base no Relato de Sustentabilidade Consolidado como um todo.

Como parte de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade realizado de acordo com a ISAE 3000 (Revista), exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo do trabalho.

As nossas responsabilidades em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado, no que diz respeito ao Processo, incluem:

- ▶ Obter uma compreensão do Processo, mas não com o propósito de expressar uma conclusão sobre a eficácia do Processo, incluindo o resultado do mesmo; e
- ▶ Conceber e executar procedimentos para avaliar se o Processo é consistente com a descrição efetuada pelo Grupo do seu Processo, conforme divulgado na nota 5.2.5 Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade da secção 5.2 Divulgações Gerais.

As nossas outras responsabilidades em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado incluem:

- ▶ Obter uma compreensão do ambiente de controlo, processos e sistemas de informação do Grupo relevantes para a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado, mas não para avaliar a conceção de atividades de controlo em particular, obter evidência sobre a sua implementação ou testar a sua eficácia operacional;
- ▶ Identificar as divulgações onde é provável que surjam distorções materiais, seja devido a fraude ou erro; e
- ▶ Conceber e executar procedimentos dirigidos às divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado onde é provável que surjam distorções materiais. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

Resumo do trabalho realizado

Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade envolve a execução de procedimentos para obter evidência sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado.

A natureza, a tempestividade e a extensão dos procedimentos selecionados dependem do julgamento profissional, incluindo a identificação de divulgações onde é provável que surjam distorções materiais, devido a fraude ou a erro, no Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Na condução do nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade, em relação ao Processo:

- ▶ Obtivemos a compreensão do Processo através de:
 - Realização de indagações para entender as fontes de informação usadas pelo Órgão de Gestão; e
 - Revisão da documentação interna do Grupo sobre o seu Processo.
- ▶ Avaliámos se as evidências obtidas com base nos nossos procedimentos sobre o Processo implementado pelo Grupo, eram consistentes com a descrição do Processo divulgada na nota 5.2.5 Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade da secção 5.2 Divulgações Gerais.

Na realização do nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade, em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado:

- ▶ Obtivemos uma compreensão dos processos de relato do Grupo, relevantes para a preparação do seu Relato de Sustentabilidade Consolidado através da compreensão do ambiente de controlo, processos e sistema de informação do Grupo relevantes para a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado, mas não com o objetivo de expressar uma conclusão sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ Avaliámos se a informação material identificada no Processo está incluída no Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- ▶ Avaliámos se a estrutura e a apresentação do Relato de Sustentabilidade Consolidado estão em conformidade com as ESRS;
- ▶ Realizámos indagações ao pessoal relevante e procedimentos analíticos sobre divulgações selecionadas do Relato de Sustentabilidade Consolidado;

- ▶ Realizámos procedimentos substantivos, numa base de amostragem, sobre divulgações selecionadas do Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- ▶ Obtivemos evidência sobre os métodos, pressupostos e dados utilizados no desenvolvimento de estimativas materiais e em informações prospetivas e sobre como esses métodos foram aplicados;
- ▶ Obtivemos uma compreensão e avaliámos o processo seguido pelo Grupo para identificar atividades económicas elegíveis e alinhadas com a taxonomia e as correspondentes divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Outras matérias

A informação comparativa incluída no Relato de Sustentabilidade Consolidado do Grupo não foi sujeita a um trabalho de garantia de fiabilidade, exceto para a informação apresentada no âmbito das normas de reporte de sustentabilidade dos GRI Standards, as diretrizes da SASB, as normas técnicas do Regulamento Delegado (UE) 2022/1288 e os referenciais internos considerados para o reporte de indicadores de desempenho específicos da entidade.

Lisboa, 26 de março de 2025

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Manuel Ladeiro de Carvalho Coelho da Mota - ROC nº 1410
Registado na CMVM com o nº 20161020

Jerónimo Martins

Rua Actor António Silva, n. º7,
1649-033 Lisboa

Tel: +351 21 753 20 00
Fax: +351 21 752 61 74

www.jeronimomartins.com